

Carmen Margarida Oliveira Alveal
Leonardo Cândido Rolim
Soraya Genorrazo Araújo
Thiago Alves Dias
(Orgs.)



CADERNO DE RESUMOS



Espaços coloniais: domínios, poderes e representações

Natal/RN – 5 a 8 de setembro de 2018

**Carmen Margarida Oliveira Alveal
Leonardo Cândido Rolim
Soraya Genorrazo Araújo
Thiago Alves Dias
(Orgs.)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitora
Ângela Maria Paiva Cruz
Vice-Reitor
José Daniel Diniz Melo

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor
Pedro Fernandes Ribeiro Neto
Vice-Reitor
Fátima Raquel Rosado Moraes
Diretora de Sistema Integrado de Bibliotecas
Jocelânia Marinho Maia de Oliveira
Chefe da Editora Universitária – EDUERN
Anairam de Medeiros e Silva

CONSELHO EDITORIAL DAS EDIÇÕES UERN

Emanoel Márcio Nunes
Isabela Pinheiro Cavalcante Lima
Diego Nathan do Nascimento Souza
Jean Henrique Costa
José Cezinaldo Rocha Bessa
José Elesbão de Almeida
Ellany Gurgel Cosme do Nascimento
Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho
Wellington Vieira Mendes

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Caderno de Resumos do VII Encontro Internacional de História Colonial. Espaços coloniais: domínios, poderes e representações. / Carmen Margarida Oliveira Alveal... et al(orgs.).
– Mossoró – RN: EDUERN, 2018.

319 p.

ISBN: 978-85-7621-226-3 (E-book).

1. História colonial. 2. História do Brasil - Colônia. I. Alveal, Carmen Margarida Oliveira. II. Rolim, Leonardo Cândido. III. Araújo, Soraya Genorazzo. IV. Dias, Thiago Alves. V. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. VI. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. VII. Título.

UERN/BC

CDD 981.01

COMISSÕES DO VII EIHC

COMISSÃO ORGANIZADORA

Carmen Margarida Oliveira Alveal – UFRN
Leonardo Cândido Rolim – UERN
Roberto Airon Silva – UFRN
Ronaldo Vainfas – UFRN
Soraya Genorazzo Araújo – UERN
Thiago Alves Dias – UFRN

EQUIPE DE SECRETÁRIOS

Elenize Trindade Pereira
Gustavo Melo Couto
Halyson Rodrygo Silva de Oliveira
Júlio César Vieira de Alencar
Leonardo Paiva de Oliveira
Lívia Brenda da Silva Barbosa
Marcos Arthur Viana Fonseca
Ristephany Kelly da Silva Leite

BOLSISTAS

Adriana de L. Pessoa
Alan Abel C. Paiva
Cortez Rapozo de O.Junior
Danielle Bruna A. Neves
Iris Isabelle C. Cavalcanti
Kallyane Santayne P. da Silva
Rodrigo Santos do Nascimento
Sarah Karolina Sucar Ferreira

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alírio Carvalho Cardoso – UFMA
Ana Paula Medicci – UFBA
André Cabral Honor – UNB
Antonio Filipe Pereira Caetano – UFAL
Augusto da Silva – UFS
Carla Mary da Silva Oliveira – UFPB
Edna Maria Matos Antônio – UFS
Eliane Cristina Deckmann Fleck – UNISINOS
Erica Lopo de Araújo – UFPI
Fabrício Lyrio Santos – UFRB
Gian Carlo de Melo Silva – UFAL
Hal Langfur - University of Buffalo, EUA
Helidacy Maria Muniz Corrêa – UEMA
Jorge Cañizares-Esguerra - University of Texas, EUA
Jose Carlos Vilardaga – UNIFESP
Juciene Cardoso – UFCG
Mairton Celestino da Silva Celestino – UFPI
Márcia Eliane Alves de Souza e Mello – UFAM
Martha Daisson Hameister – UFPR
Mônica da Silva Ribeiro – UFRRJ
Nauk Maria de Jesus – UFGD
Rafael Ivan Chambouleyron – UFPA
Rafael Ricarte da Silva - UFPI
Raimundo Nonato Souza – UEVA
Ricardo Pinto de Medeiros – UFPE
Suely Creusa Cordeiro de Almeida – UFRPE

COMISSÃO AVALIADORA DE BANNERS

Almir Leal de Oliveira – UFC
Angela Ballone – Università di Sassari
Antonio Filipe Pereira Caetano – UFAL
Denise Vieira Demétrio – SEEDUC-RJ
Erica Lopo de Araújo – UFPI
Evandro dos Santos - UFRN - Coordenador da comissão
Fabiano Vilaça dos Santos – UERJ
Jesús Bohorquez Barrera – ICS-UL, Portugal
Nauk Maria de Jesus – UFGD
Kittiya Lee – California State University, EUA
Rafael Ricarte da Silva – UFPI
Rafael Ivan Chambouleyron – UFPA
Reinaldo Forte Carvalho – UPE

SUMÁRIO

009	Apresentação
010	Programação geral
011	Conferências
013	Mesas Redondas
029	Simpósio Temático 1 Fronteiras e relações transfronteiriças na América colonial.
037	Simpósio Temático 2 Ideias, práticas e representações da missionação jesuítica na modernidade: colonialismo e colonialidade nas Américas, Ásia e África.
045	Simpósio Temático 3 Escravidão e Mestiçagens em perspectivas conectadas: povos e lugares em suas formas de trabalho, sociabilidades e religiosidades (séculos XVI-XIX).
058	Simpósio Temático 4 Governo e dominação: práticas e estratégias discursivas na administração da América portuguesa.
066	Simpósio Temático 5 Práticas e instituições culturais e educativas na América colonial.
078	Simpósio Temático 6 Instituições e comércio.
086	Simpósio Temático 7 O governo da justiça: poderes, instituições e magistrados (sécs. XVII-XIX).

097	Simpósio Temático 8 Arte na América portuguesa: iconologia, iconografia e intertextualidade.
106	Simpósio Temático 9 Representações da África e do Oriente: formas de ler e pensar os domínios portugueses do colonial ao pós-colonial.
115	Simpósio Temático 10 Cultura Escrita no mundo ibérico colonial: manuscritos e impressos.
123	Simpósio Temático 11 História e Direito: propriedade e direito de acesso na América portuguesa.
126	Simpósio Temático 12 Um reino e suas repúblicas: escravidão, governo e sociedade (séculos XVI-XVIII).
138	Simpósio Temático 13 Espaços da família: conflitos e solidariedades no mundo colonial.
148	Simpósio Temático 14 Dimensões do catolicismo no Império português: instituições, práticas e representações (séculos XVI-XVIII).
159	Simpósio Temático 15 Sujeitos, práticas e instituições nas monarquias ibéricas e seus domínios ultramarinos.
170	Simpósio Temático 16 Revoltas, Inconfidências e Independências: episódios, poderes e narrativas das lutas políticas no Brasil – séculos XVII-XIX.
180	Simpósio Temático 17 O espaço luso-atlântico em perspectiva global: circulação, poder e redes no contexto da união de coroas ibéricas, 1580-1640.
190	Simpósio Temático 18 A Fazenda, os Contratos e os Contratadores na América Portuguesa, séculos XVII e XVIII.
197	Simpósio Temático 19 Governo, Administração e Direito na América Portuguesa (séculos XVI – XIX).
202	Simpósio Temático 20 Governanças, administração e poderes no império português entre os séculos XVI e XIX.

206	Simpósio Temático 21 Milícias na América Portuguesa: a dinâmica militar e sua arquitetura de poder nos séculos XVII e XVIII.
213	Simpósio Temático 22 Querelas e controvérsias - Morfologia das guerras culturais na Época Moderna.
226	Simpósio Temático 23 Intolerância Religiosa e Discriminação Social no Mundo Atlântico da Era Moderna.
233	Simpósio Temático 24 Mulheres no Brasil colonial: processos migratórios, dinâmicas relacionais, saberes e práticas cotidianas.
237	Simpósio Temático 25 Abordagens, temas e pesquisas em arqueologia histórica e colonial no espaço brasileiro.
242	Simpósio Temático 26 Impérios Ibéricos no Antigo Regime: política, sociedade e cultura.
250	Simpósio Temático 27 Edificar ou Transgredir? Inquisição, clero e conexões religiosas nos mundos ibérico e coloniais.
264	Simpósio Temático 28 Escravidão atlântica em impérios ibéricos: Estudos do passado, problemas do presente.
269	Simpósio Temático 29 Povos indígenas no Brasil Colonial: territorialidades, políticas indigenistas, agências indígenas ressignificadas na escrita da história recente.
283	Simpósio Temático 30 A cidade colonial nos séculos XVII e XVIII: mesmo objeto, diferentes abordagens.
294	Apresentação de Pôsteres.

APRESENTAÇÃO

O Encontro Internacional de História Colonial chega à sua sétima edição contando com 427 trabalhos inscritos para comunicação em Simpósio Temático e 59 inscrições para apresentação de banner. O VII EIHC dispõe ainda de outros espaços de debate e aprendizado sobre nossa História Colonial: 2 conferências, 22 mesas redondas, 12 minicursos e lançamentos de livros.

Neste Caderno de Resumos estão dispostos, respectivamente, a Programação Geral, a composição das Mesas Redondas, os resumos de comunicações em ST's e os resumos das apresentações em banner. As 22 Mesas Redondas abordam temas de interesse na área de estudos coloniais e são compostas por professores doutores e/ou pesquisadores doutores que propuseram conjuntamente debater acerca de temáticas em comum. Por sua vez, os 30 Simpósios Temáticos foram propostos por professores doutores e/ou pesquisadores doutores, procurando albergar comunicações de pesquisa em andamento ou finalizadas de pós-graduandos, mestres ou doutores que se adequaram aos assuntos indicados. Por fim, as 59 apresentações de banner foram pensadas pela organização para oportunizar o debate de pesquisas aos alunos de graduação e aos graduados no âmbito de um evento internacional.

A Comissão Organizadora, a Comissão Científica e a Equipe de Secretários do VII EIHC se empenha em realizar um evento científico no mais alto nível, desejando que seja espaço de debate acadêmico e diálogos profícuos entre os congressistas.

PROGRAMAÇÃO

	05 set.	06 set.	07 set.	08 set.
8h às 10h		Minicursos	Minicursos	Minicursos
10h às 12h		Mesas Redondas	Mesas Redondas	Mesas Redondas
almoço				
14h às 18h		Simpósios Temáticos	Simpósios Temáticos	Simpósios Temáticos
18h às 19h	Credenciamento Hotel eSuites Vila do Mar	Apresentação de Banners	Lançamento de Livros	
19h às 21h	Abertura oficial e conferência de abertura	Mesas Redondas	Mesas Redondas	Encerramento oficial e conferência de encerramento

CONFERÊNCIAS

Conferência de abertura

05 de setembro de 2018 (quarta-feira)

Fronteira: Convergência e divergência transnacional no estudo do colonialismo interno.

Professor Dr. Hal Langfur - University of Buffalo, EUA

Adotando a perspectiva transnacional, esta palestra explora a ideia de “fronteira” como um conceito aplicável à história colonial do Brasil. Durante boa parte do século XX, a ideia atraiu historiadores dos Estados Unidos. No Brasil, acadêmicos consideram seu potencial relevante, mas muitas vezes rejeitaram sua utilidade para analisar a expansão colonial portuguesa no interior do continente. A aversão ao conceito derivava dos excessos percebidos em sua aplicação nos Estados Unidos, onde a ideia assumiu um status que era ao mesmo tempo mítico, utópico e excepcionalista. Também foi profundamente desprezível com os povos indígenas e outros atores históricos não anglo-saxões. As reservas dos acadêmicos brasileiros mostraram-se prováveis, já que suas contrapartes norte-americanas chegaram a compartilhar muitas das mesmas objeções. Ao afastar a ideia, no entanto, os estudiosos brasileiros frequentemente negligenciaram a importância histórica e a complexidade dos processos de incorporação territorial no período colonial. Quando exploraram o assunto, muitas vezes se voltaram para outras noções - especificamente, o sertão e o bandeirismo - que sofreram muitas das mesmas limitações e equívocos inerentes à historiografia norte-americana da fronteira. Além disso, negligenciaram as aplicações ibéricas anteriores do conceito que o tornaram relevante não somente em Portugal, mas também na América portuguesa. Uma renovação recente do interesse acadêmico no assunto aponta para uma crescente convicção de que a história colonial do Brasil não pode ser adequadamente compreendida sem prestar maior atenção à consolidação territorial interna da colônia, quer se trate ou não do termo fronteira para descrever esse processo. Agora é justo dizer que este paradigma estrangeiro do século passado, um conceito que nunca cativou muitos intelectuais brasileiros, está sendo remodelado e reabilitado como resultado de um diálogo hemisférico energético.

Apresentação e moderação - Kittiya Lee (California State University)

Local: Hotel eSuites Vila do Mar às 19hs.

Conferência de Encerramento

08 de setembro de 2018 (sábado)

**Modernidades radicais esquecidas do século XVI:
As origens globais ibéricas do Antigo Regime da ciência,
abolicionismo, ceticismo e democracia.**

Professor Dr. Jorge Cañizares-Esguerra - University of Texas, EUA

Esta palestra argumenta que as Américas testemunharam uma transformação radical no século XVI, de antigos para novos regimes, já que a negociação por meio da violência derrubou antigas elites nativas e recriou novas. Um sistema de corretagem através da personalidade do rei criou montanhas de petições e litígios. Centenas de milhares de novas leis que inventaram novas categorias legais e instituições surgiram através de uma enorme expansão da “democracia” jurídica. Esta cultura manuscrita de petições e legislação, por sua vez, gerou um arquivo infinito de novos conhecimentos e gêneros. O conhecimento resultou da natureza antagônica e contra-argumentativa das petições. Debate conduzido em manuscrito para pequenas audiências de magistrados (rei em conselho) criou um dos maiores arquivos de conhecimento que o mundo já havia visto. À medida que a palestra se concentra no processo de recreação de regimes antigos não-liberais, desafia uma série de categorias historiográficas associadas ao triunfo do liberalismo anglo-americano e às categorias do Iluminismo. A palestra destaca que o conhecimento moderno não saiu da esfera pública e da cultura impressa. A palestra também explora um sistema de legislação-graça-litígio, próprios do Antigo Regime, que criou ceticismo e dúvida e promoveu a persuasão retórica, e não a “verdade”. O sistema, no entanto, também procurou obter legitimidade para o príncipe-corretor. Novas instituições foram criadas para garantir um resultado “moral”. A busca pela moralidade, por sua vez, levou à busca da “objetividade”. A modernidade foi criada nas próprias entranhas de um novo regime antigo, que teve que ser reinventado por meio de formas de escrita jurídica participativa maciça via petições.

Apresentação e moderação - Carmen Alveal (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Local: Auditório da Reitoria às 19hs.

MESAS REDONDAS

Manhã 06/09 (quinta-feira)

Cultura Escrita e os usos da correspondência no século XVIII: abordagens interdisciplinares das cartas do 2º Marquês do Lavradio

Fabiano Vilaça dos Santos (UERJ)

Adriana Angelita da Conceição (UFSC)

Leonardo Lennertz Marcotulio (UFRJ)

Os estudos da Cultura Escrita moderna, no que se refere aos usos da correspondência pública e privada como fontes históricas e objeto de análise, têm mobilizado o interesse de especialistas de diferentes campos do conhecimento, conferindo atualidade e diversidade à Portugal Soares Alarcão Eça Melo Silva e Mascarenhas, 5º conde de Avintes e 2º marquês do Lavradio, governador da Bahia (1768-1769) e vice-rei do Estado do Brasil (1769-1779). Tal correspondência é um dos mais significativos conjuntos documentais de que se tem notícia; representativo de uma cultura escrita e de uma prática epistolar características da Época Moderna, especialmente, do século XVIII. Único meio de comunicação capaz de superar a distância que separava os homens da governação dos seus parentes, aliados e autoridades a quem deviam prestar contas em Lisboa, o epistolário do marquês do Lavradio (e o de outros agentes da administração colonial) permitia em termos de sua produção e circularidade, segundo Adriana Angelita da Conceição, a realização da “sensação de fala” do governador.

Local: Auditório GPP 1 do CCHLA.

Raízes ibéricas da justiça colonial nas Américas

Jose Demetrio de La Puente Brunke (Pontificia Universidad Católica del Perú)

Rafael Ruiz Gonzalez (Unifesp)

Jeannie da Silva Menezes (UFRPE)

Os estudos da Cultura Escrita moderna, no que se refere aos usos da correspondência pública e privada como fontes históricas e objeto de análise, têm mobilizado o interesse de especialistas de diferentes campos do conhecimento, conferindo atualidade e diversidade à produção acadêmica nas áreas de História, da Filologia, da Linguística e de Arquivos, por exemplo. O objetivo principal desta mesa é apresentar possibilidades de abordagens interdisciplinares das cartas de amizade e de ofício produzidas por D. Luís de Almeida Portugal Soares Alarcão Eça Melo Silva e Mascarenhas, 5º conde de Avintes.

Local: Anfiteatro A do CCET.

Entre hierarquias, poderes e costumes: tendências da historiografia sobre a América Portuguesa

Antonio Carlos Jucá de Sampaio (UFRJ)

Cláudia Atallah (UFF)

Maria Sarita Mota (ISCTE)

A partir das comunicações selecionadas, a mesa discutirá tanto o processo de centralização política ocorrido (ou não) no século XVIII como a experiência concreta dos ouvidores na governação sócio-ecológica do Antigo Regime por meio da metodologia da Spatial History e da Thematic Analysis, utilizada na espacialização de dados documentais e na identificação de temáticas que permitem reconstituir as percepções desses agentes régios nos seus próprios termos. Discutirá, igualmente, a importância do costume na definição das hierarquias sociais e das práticas econômicas. Nestes termos, a mesa irá debater novas perspectivas teóricas e metodológicas que se abrem para os estudos sobre a América portuguesa.

Local: Anfiteatro B do CCET.

Escravidão e sociedade: reflexões e comparações entre o Brasil e África

Gian Carlo de Melo Silva (UFAL) - moderador

Marcus Carvalho (UFPE)

Suely Almeida (UFRPE)

Helder Macedo (UFRN)

A presente Mesa Redonda pretende abordar diferentes experiências das sociedades escravistas existentes no Brasil e suas conexões com África. Buscamos apresentar as especificidades de regiões heterogêneas que estavam conectadas a partir do comércio atlântico de escravos. A mercantilização de cativos foi responsável pela criação de redes que aproximaram de forma intensa localidades sertanejas e litorâneas, muitas dessas alheias ao controle do Estado. Os proponentes utilizam variadas formas de fontes, desde mapas populacionais, testamentos e correspondências trocadas. Tentando apresentar contribuições para constituir uma História Social da Escravidão. Esses diálogos proporcionam um olhar mais abrangente e detalhado sobre as complexas dinâmicas sociais, culturais e econômicas que surgiram nas conquistas Atlânticas.

Local: Auditório Ágora.

Noite 06/09 (quinta-feira)

Escravidismos Africano, Indígena e mestiço na Ibero-América: estratégias de mobilidade e mecanismos de negociação em perspectiva comparada.

Eduardo França Paiva (UFMG)

Camila Loureiro Dias (Unicamp)

Jaime Valenzuela Marquez(Pontificia Universidad Católica de Chile)

Jane Landers (Vanderbilt University)

O escravidismo implantado na Ibero-América, entre os séculos XVI e XIX, desenvolveu diversos formatos e facetas. Por isto, ele aparece aqui no plural. Pretendemos discuti-lo em sua complexidade, estabelecendo comparações entre semelhanças e diferenças históricas engendradas no período, envolvendo prioritariamente áreas do Brasil e do Chile, nas quais índios, negros e mestiços vivenciaram o cativeiro e, também, conseguiram se libertar. Interessa-nos compreender melhor os mecanismos de negociação estabelecidos entre escravos e senhores, que resultaram em formas de viver, trabalhar, pensar e de se organizar. Muitos desses escravos e ex-escravos experimentaram alguma mobilidade social e houve mesmo os que se enriqueceram e se transformaram em senhores de escravos. Este aspecto também é objeto das análises comparativas que pretendemos apresentar na mesa redonda. Estamos convencidos que nossos esforços poderão explicitar proximidades, distinções e conexões que nos possibilitarão compreender melhor esta história da escravidão que marcou o passado das Minas Gerais, da Amazônia, do centro-sul chileno e do Caribe, cujos ecos seguem fortes e nítidos entre nós.

Local: Auditório Ágora.

Papéis, letras, cadernos e textos. Materialidade e interpretação de manuscritos e impressos na Época Moderna.

Rodrigo Bentes Monteiro (UFF)

Márcia Almada (UFMG)

André de Melo Araújo (UnB)

A mesa pretende fornecer subsídios de ordem metodológica para os exames material e visual, bem como para a interpretação textual de documentos manuscritos e impressos no século XVIII. A partir da análise de distintos conjuntos documentais produzidos, sobretudo, nos âmbitos luso-brasileiro e alemão, as apresentações têm como objetivo comum explorar o potencial analítico dos aportes filológico e codicológico para a pesquisa histórica. Dessa forma, procura-se redimensionar o privilégio tradicionalmente conferido pela historiografia à autoria intelectual da documentação, frente ao trabalho dos produtores materiais, editores e agentes difusores das letras e imagens deixadas pela tinta no papel. Rodrigo Bentes Monteiro pretende enfatizar a pertinência de uma análise inicial quantitativa para aferir proporções de conteúdos e referências, no estudo de um complexo texto manuscrito como o Discurso histórico, e político... sobre a revolta de Vila Rica em

1720, ou acerca do conjunto de folhetos impressos e retratos em gravuras colecionados por Diogo Barbosa Machado. Essa abordagem é seguida pela identificação de “linhas de força”, no texto ou no conjunto de fontes, a serem aprofundadas em sua interpretação. Nesse afã, o conhecimento das técnicas retóricas e os exames material e visual de documentos podem elucidar aspectos da produção e do destino de textos e coleções de manuscritos e impressos. Márcia Almada aborda as potencialidades metodológicas do estudo interdisciplinar da materialidade da escrita, em busca de sinais sobre as fases de produção, circulação e guarda dos manuscritos. Os indícios materiais transformados em informações, quando articulados com o teor textual do manuscrito, possibilitam uma compreensão alargada do documento, que pode abranger os motivos para suas elaboração e preservação futuras. A análise material é guiada pelos exames da visualidade e da estrutura físico-química do documento, e não dispensa a colaboração de acadêmicos das áreas de arquivologia, codicologia, paleografia e ciência da conservação. André de Melo Araújo se dedica ao estudo da obra *Historia genealógica dominorumHolzschuherorum*, publicada em 1755 por Johann Christopher Gatterer. O volume contém diversas imagens que representam os documentos nos quais a pesquisa se apoiara, e sua publicação contribuiu para a difusão de um sistema de notação visual da documentação histórica. A exposição se apoia na análise do material visual, dos manuscritos da obra e da correspondência entre Gatterer e seus editores, com o objetivo de apresentar como o trabalho descuidado da codificação gráfica de manuscritos e restos materiais do passado comprometeria a fundamentação científica do conhecimento histórico.

Local: Auditório GPP 1 do CCHLA.

História e historiografia do Brasil Holandês: administração, escravidão e guerra (1630-1654)

Pablo Magalhães (UFOB)

Bruno Miranda (UFRPE)

Rômulo Luiz Xavier do Nascimento (UFPE)

Esta mesa-redonda tem como objetivo debater as estruturas políticas, administrativas e econômicas do Brasil holandês (1630-1654), em diálogo com ampla historiografia que contempla o segundo quartel do século XVII no Atlântico sul. Serão discutidos temas observados pela historiografia brasileira e europeia, mas que, à luz de documentos inéditos, revelam novas interpretações acerca do Brasil holandês. Essas leituras permitem compreender melhor sua complexa administração, por meio do abastecimento das tropas da Companhia das Índias Ocidentais, suas redes e suas relações com a escravidão e, por fim, aspectos e episódios militares ainda ignorados pelos historiadores, como a ocupação da ilha de Itaparica (1647), bem como seus efeitos sobre o comércio e o abastecimento na capitania da Bahia. Esse conjunto de temas, interligados entre si, pretende oferecer e provocar novas possibilidades de pesquisas, principalmente entre os jovens estudantes de História.

Local: Auditório A do CCET.

Governo dos povos, guerra justa e bem comum: itinerários do direito natural e da teologia moral no Império Português

Silvia Patuzzi (UFF)

Carlos Alberto de Moura Zeron (USP)

Pedro Calafate (Universidade de Lisboa)

Bruno Feitler (Unifesp)

Da Bahia a Goa, os espaços coloniais que integravam o Império Português não foram meros receptores de teorias formuladas aprioristicamente, mas sim lugares em que novas experiências ofereceram contribuições fundamentais para o repertório intelectual forjado na primeira Época Moderna. A incorporação das regiões coloniais à ordem civil e religiosa dos Estados modernos europeus revelou-se fundamental para agregar novos significados aos debates em torno do governo dos povos, da guerra justa e do bem comum, tríade conceitual extraída dos tratados sobre Razão de Estado e então amplamente utilizada para indicar a circulação de saberes e práticas relativas à governança de terras e gentes, à organização da economia e às diversas e graduais modalidades de acomodação, disciplinarização e exclusão de dissidentes político-religiosos, no contexto de formação das sociedades coloniais. Esta mesa pretende examinar, de modo articulado, projetos e experiências a respeito de: (1) o governo dos povos, entendido como um conjunto de práticas e normativas que ordenava politicamente o territórios e suas gentes, desde a manutenção de hierarquias administrativas e de serviço, ao disciplinamento moral; (2) o bem comum, referido a uma dimensão pública - enquanto capacidade de o Estado representar o interesse coletivo, como no caso do “bom governo” dos ameríndios -, e referido a uma dimensão privada - mediante as normativas morais pertinentes à “economia cristã” do governo dos escravos, por exemplo; (3) a guerra justa, debatida quanto às razões da guerra - a respeito dos princípios éticos e jurídicos que orientavam os processos de disciplina social e cristianização em um império multiétnico e multicultural -, mas também quanto à guerra religionis causa, conduzida por confessores e inquisidores nas disputas acerca do controle do dissenso e das minorias consideradas “hostis” e/ou “impuras de sangue”.

Local: Anfiteatro B do CCET.

Manhã 07/09 (sexta-feira)

A ilustração Luso-Brasileira em torno de letrados, utilidade e educação

Antonio Cesar de Almeida Santos (UFPR)

Thaís Nívia de Lima e Fonseca (UFMG)

Cláudio Denipoti (UEPG)

Os participantes desta Mesa Redonda integram o Grupo de Pesquisa Cultura e Educação na América Portuguesa (criado em 2010), e têm realizado investigações que buscam explorar vários elementos que permitam uma melhor compreensão da sociedade luso-brasileira no contexto da Ilustração. Tais investigações abordam (i) a formação de indivíduos que ocupam cargos

na administração, (ii) a produção e circulação de saberes no âmbito da cultura escrita e (iii) as instituições e as práticas educacionais desse período em que ocorreram diversas reformas no ensino. Assim, para o período considerado (segunda metade do século XVIII e décadas iniciais do século XIX), é possível identificar a existência de um processo que busca a especialização dos indivíduos a serviço da Coroa portuguesa, instruindo-os na melhor forma de administrar os interesses do Estado e da res publica. Também encontramos referências explícitas à posse de conhecimentos específicos que apontam para a formação universitária desses sujeitos, como foi o caso dos diversos viajantes, formados em Coimbra, que percorreram os domínios portugueses. A partir destas considerações, pretende-se discutir como o termo letrado pode ser tomado como um conceito que permite identificar a pertença dos indivíduos a uma “cultura escrita” da sociedade luso-brasileira setecentista. Em certa medida, estamos trabalhando com a consideração de que um conceito permite “pensar a partir dele a realidade histórica”; ou seja, à medida que os conceitos “são resultado de um processo de teorização”, eles exigem a realização de um trabalho empírico que irá possibilitar identificar como tais termos são utilizados em determinados contextos. Assim, por exemplo, ao também tratarmos utilidade como um conceito, o trabalho com as fontes permitirá verificar o quanto agentes da palavra escrita compartilharam sentidos comuns a esse termo, utilizando-o como definidor de discursos e de práticas culturais. Nesse sentido, pretendemos discutir como diversos agentes utilizaram alguns termos (letrado, utilidade e educação) em seus textos, levando em conta o contexto, a função e a recepção desses mesmos textos. Paralelamente a esta discussão, também nos interessa avançar para o estudo das concepções educativas do período, por meio da análise de suas ocorrências, sentidos e significados presentes em fontes documentais produzidas em diferentes instâncias. Tal abordagem permite identificar um discurso teórico sobre a educação (uma circulação de saberes), especialmente gerado no processo de reformas, mas que no espaço colonial, embora marcado pela cultura portuguesa, apresentou outros componentes. Eram patentes as expectativas em relação aos efeitos das transformações sociais e políticas do período; e, nesse sentido, as reformas educacionais estiveram diretamente relacionadas ao desejo de modificar a mentalidade de setores da sociedade portuguesa. Quer dizer, “não se tratava apenas de controlar, funcionalmente, a escola, mas de infundir, por meio de um projecto coerente de educação nacional, a ideia de que a instrução era inseparável do bem comum e da felicidade pública”. E é nesse sentido que se verifica com maior nitidez a busca de adequar a educação portuguesa “às exigências secularizadoras e regalistas do Estado”, conformando-a às “orientações dominantes, do ponto de vista filosófico, pedagógico e científico, do século das Luzes”. Portanto, como se depreende do exposto acima, o objetivo desta Mesa Redonda é o de realizar uma discussão que permita avançar, empírica e metodologicamente, com o estudo de temas que possibilitam abordar a presença da Ilustração em Portugal e no Brasil e de suas relações com a cultura, com as instituições e com as práticas políticas, administrativas, econômicas, sociais e educacionais do período em foco.

Local: Auditório GPP 1 do CCHLA.

Do serviço ao rei à sedução do poder. O público e o privado entre discursos e práticas na América Portuguesa

Marcos Aurélio de Paula Pereira (UnB)
Fábio Kühn (UFRGS)
Cláudia Chaves (UFOP)
Adriana Romeiro (UFMG).

O objetivo desta mesa é discutir sobre questões de cultura política do Antigo Regime e suas práticas governativas na América Portuguesa. Ao longo da Época Moderna, os domínios ultramarinos das monarquias ibéricas foram palco da atuação de múltiplos sujeitos detentores de poder e também das elites locais, os quais recorreram a um amplo repertório de práticas de mando e governo. Esses sujeitos agiam a partir de postos de administração ou por meio de redes – fossem clientelares ou governativas –, compartilhando, enquanto vassalos privilegiados, de determinado arcabouço, jurídico, econômico, militar e principalmente ético, o qual deveriam respeitar e reproduzir. Tal conjunto de premissas compunha boa parte das identidades nas sociedades de Antigo Regime. Não obstante, os desafios inerentes à árdua tarefa de se organizar os domínios do Novo Mundo segundo os modelos ibéricos, levaram ao surgimento de arranjos plurais e multifacetados. Estudos recentes têm mostrado que a atuação desses grupos não se restringiu apenas ao escopo político-normatizador, mas que se pautou também pela busca de ganhos econômicos, do que resultou uma série de práticas ilegais, combatidas por uma rigorosa legislação. Tal quadro tende a relativizar as análises centradas na ideia da existência de um poder centralizado, exercido de forma verticalizada e rígida, dando lugar a uma percepção mais flexível das formas de governo, nas quais os agentes da administração partilhavam com a sociedade local o espaço das atividades econômicas, fossem elas lícitas ou ilícitas. É em torno desse espaço que proliferou um conjunto de práticas que, ao longo de toda a Época Moderna, flexibilizou o exercício do poder, aproximou as autoridades administrativas das elites coloniais, repartindo entre ambas os lucros financeiros e os recursos políticos do processo colonizador. Contrariamente às interpretações e discursos tradicionais, para as quais o fenômeno da corrupção constituía um desvio no funcionamento do mundo colonial, os estudos mostram que ele se integrava à lógica das instituições, assumindo aí uma dimensão sistêmica e estrutural. A isto se soma o papel decisivo do imaginário do Novo Mundo como terra de oportunidades e enriquecimento vertiginoso, tanto na atuação dos agentes da administração, quanto dos habitantes locais. Fortuna, privilégios e distinção foram, inegavelmente, alguns dos atrativos oferecidos pelo mundo colonial, e que integravam o chamado bem público ou comum, na medida em que a natureza pactícia da relação rei/vassalos estabelecia um contrato de obrigações e deveres mútuos, do qual faziam parte o bem servir e o aumento da República e dos vassalos. As comunicações propostas aqui pretendem percorrer parte desse cenário levantando questões relativas à cultura política seiscentista e setecentista, a partir do estudo de caso de alguns dos mandatários da América portuguesa que exemplificam esse ethos do servir em colônias à moda da terra e à moda que melhor lhes apetecia. As práticas administrativas, as elites, os desvios, são nosso objeto de discussão.

Local: Anfiteatro A do CCET.

Sensibilidades Religiosas Coloniais: História e Imagem

Maria de Deus Beites Manso (Universidade de Évora)

Carla Mary S. Oliveira (UFPB)

Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani (UFVJM)

Maria Emília Monteiro Porto (UFRN)

O objetivo desta MR é discutir a relação entre imagens expressivas das sensibilidades religiosas que transitaram na América portuguesa e a História Colonial. Mantém-se uma postura crítica ao pressuposto ilustrado, que em suas projeções nas ciências modernas considera a religião como algo da ordem do etnológico, subjetivo, exótico, e ao fim, ahistórico. Como uma espécie de Colônia Metafísica, entende-se que as imagens que circulavam pelas vias institucionais das ordens

religiosas que atuaram na colônia se apresentam como possibilidade de abordar a produção material e simbólica da cultura colonial, constituindo-se como área significativa dos estudos históricos e coloniais. Partindo de uma análise da circulação de modelos iconográficos na América portuguesa, em uma perspectiva comparativa entre Minas Gerais e o litoral das Capitanias do Norte do Estado do Brasil entre os séculos XVII e XIX; discutindo a iconografia dos jesuítas na Capitania do Espírito Santo e suas práticas de missionação; voltando a abordar a circulação de modelos iconográficos em Minas Gerais, mas a partir do tema das sibilas na Diamantina do século XVIII; e, por fim, retomando o tema imagético/ iconográfico entre os jesuítas a partir de sua cultura epistolar sobre o Rio Grande do Norte colonial, as discussões apresentadas pelas participantes da mesa pretendem dialogar na perspectiva da História Cultural e da História da Arte, com especial destaque para autores como Carlo Ginzburg, Walter Benjamin, Erwin Panofsky, Aloïs Riegl, Gilles Deleuze, Giulio Carlo Argan, Aurelio Peretti, Omar Calabrese e Fernando Rodríguez De La Flor.

Local: **Auditório GPP 2 do CCHLA.**

Cosmopolitismo ilustrado e localismo: instituições, linguagens e trajetórias Luso-Americanas

Lorelai Brilhante Kury (UERJ)

Íris Kantor (USP)

Gustavo Henrique Tuna (Global Editora)

Breno Ferraz Leal Ferreira (Unicamp)

A mesa redonda propõe discutir os atuais rumos da produção historiográfica sobre as vertentes da Ilustração Luso-Americana. Considerando o debate corrente sobre as práticas e teorias do conhecimento em contextos coloniais e distanciando-nos das narrativas nacionalistas que muitas vezes valorizaram os diferentes atores letrados como heróis, a historiografia da Ilustração tem avançado no sentido de buscar novos objetos, personagens e abordagens que possibilitem conjugar os paradigmas antigos com os contemporâneos, em diversos campos, entre os quais, os da cultura científica, intelectual e institucional. A mesa procurará qualificar os limites e paradoxos deflagrados pela dialética entre cosmopolitismo e localismo implicados na construção do conhecimento sobre as realidades luso-americanas, partindo do alvorecer do século XVIII e tendo como marco final o processo de emancipação política do Brasil.

Local: **Anfiteatro B do CCET.**

Noite 07/09 (sexta-feira)

Casas, pousos e varadouros: espaços de acolhimento e de sociabilidades no mundo Ibero-Americano.

Leila Mezan Algranti (Unicamp)

Maria Aparecida de Menezes Borrego (USP)

José Carlos Vilardaga (Unifesp)

José Newton Coelho Meneses (UFMG)

Viajar implica a necessidade de pousos para o descanso. Pousar é por um lado necessidade e, por outro, possibilidade de provimento e de sociabilidades. A proposta da mesa redonda aqui apresentada objetiva refletir sobre esse lugar de paragem e de acolhimento do viajante, ao longo de estadias mais prolongadas, bem como nos espaços de deslocamento de caravanas e de tropas pelos confins do mundo ibero-americano em seu tempo colonial. As residências urbanas ou no campo, além de proporcionarem hospedagem aos viajantes, ofereciam outros tipos de sociabilidades, nas quais a comida ocupava um lugar de destaque, enquanto símbolo de hospitalidade. O convite para uma refeição ou para um simples refresco era uma forma de acolher e de introduzir na sociedade local o estrangeiro. Os pousos, por sua vez, são formas receptivas que nos apontam para uma tradição de acolhimento pelos caminhos. São ranchos que se apresentam como lugares específicos de albergar tropeiros e suas tropas com suas mercadorias, viajantes cientistas com suas comitivas, transeuntes que precisam interromper a viagem para descansar, dormir, alimentar e recuperar as forças. Nomeados de forma variada, de acordo com a região e a cultura local, os pousos podem ser ranchos, entrepostos, varadouros, capões, paragens, pontos. Há nesses espaços pouco conforto e uma proteção apenas relativa diante das intempéries e da presença de animais (selvagens e domésticos) que podem se avizinhar e causar incômodos. Ao desconforto desses lugares, acresce-se a presença de pragas – carrapatos, pulgas e de bichos-de-pé, por exemplo – que assaltavam o hóspede e incomodavam tanto ou mais que o desconforto material do ponto de repouso. Há nesses lugares materialidades que vão das condições ambientais e das possibilidades de proteção às formas de se alojar e de prover homens e animais de transporte de condições propícias ao prosseguimento da viagem. É, sobretudo e portanto, além de lugares rústicos, espaços de conforto relativo e de reabilitação. As vendas eram, geralmente, estruturas anexas aos ranchos e serviam, também, para receber e prover quem viaja e, certamente, condicionavam certo conforto no deslocamento. Elas ofertavam ao viajante alguma espécie de comestíveis para lhe prover e eram, ainda, espaços de uma sociabilidade possível e diversa. Era no espaço das vendas que os viajantes mitigavam sua fome e deleitavam seu descanso, afastando a solidão da viagem. Era aí o lugar de uma mínima sociabilidade com o desconhecido. Ao seu lado, costumavam existir as tendas de artesãos montadas para atender as necessidades diversas do viajante. Os fazeres artesanais eram ações extremamente essenciais ligadas ao transporte animal, prestadas por ferradores e alveitares, carpinteiros, ferreiros e correeiros, artesãos imprescindíveis nas emergências das viagens, tornando-as mais seguras e previdentes. A venda, talvez fosse, neste tempo, para além do posto de comércio de víveres e de sociabilidades masculinas, um lugar da informação acerca dos caminhos e dos acontecimentos regionais e locais. Ao viajante, certamente, os relatos sobre as condições da viagem e dos percursos que o esperavam, tinham a utilidade de condicionar medidas preventivas, de preparar melhor a comitiva e até de planejar a sequência da viagem e o plano de cavalgadas e de pernoites. Os pousos e as vendas eram lugares de alimentação. Alimentavam-se aí, o corpo e a mente. Descansavam homens e animais em um espaço transitório, onde a aridez e as dificuldades do deslocamento tinham pausa hospitaleira. Há na ideia de hospitalidade nos pousos, a compreensão da necessidade do provimento às caravanas de viajantes. A acolhida a quem desloca é fator de relevância para todas as culturas. Construiu-se em todas elas a dimensão do deslocamento como algo que fragiliza quem está ausente de seu lugar original (noção de insegurança por ausência de lugar) e que é necessário proteção, compensação e igualização entre quem dá e quem recebe hospitalidade. Essa proteção igualizadora compreende o provimento de conforto ao corpo e de sustento material às suas necessidades. Neste sentido, albergar e nutrir, fazem parte do mesmo ato de proteção a quem está em deslocamento. A mesa-redonda aqui proposta quer, a partir de especificidades documentais, temporais e regionais, refletir sobre as condições materiais e sociais do acolhimento e hospedagem de viajantes tanto na estabilidade de permanências mais prolongadas, como nos caminhos da ibero-América.

Local: Anfiteatro A do CCET.

O Santo Ofício no Brasil: Reflexões sobre as visitas inquisitoriais a propósito dos 400 anos da Visitação à Bahia.

Yllan de Mattos (UFRRJ)

Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)

Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz (UFMA)

O quarto centenário da Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil, confiada ao Licenciado Marcos Teixeira, em 1618, oferece o ensejo para um balanço crítico da historiografia brasileira e estrangeira acerca da Inquisição Portuguesa ou baseada em fontes produzidas pelo Santo Ofício. A começar pela própria Visitação de 1618, circunscrita à Bahia, que se prolongou até 1621. A cronologia da Visitação já contém um problema histórico de alta relevância: o fato de ter sido enviada à sede do Governo Geral em um momento crítico da União Ibérica, tempo em que as Províncias Unidas dos Países Baixos se afirmavam, aos olhos da Europa, como a grande desafiadora da poderosa Espanha dos Habsburgos. Já a Primeira Visitação enviada às capitanias do Norte, entre 1591 e 1595, fora decisão de uma Inquisição Portuguesa inscrita na monarquia filipina, sendo o inquisidor-geral de então, Cardeal Arquiduque Alberto de Áustria, homem que ocupava o cargo de Vice-rei do Portugal. Na Segunda Visitação, o perigo de conquista flamenga parecia iminente, e a conexão entre o Santo Ofício e o governo colonial era bastante forte. Há correspondência entre o Conselho Geral do Santo ofício e o governo da Bahia que confirma tais receios desde o início dos seiscentos. O núcleo do problema residia na forte presença de cristãos-novos no litoral açucareiro do Brasil, vários deles mercadores de grosso trato envolvidos com judeus portugueses que haviam apostasiado em Amsterdã e ali residiam. Por outro lado, a Visitação de 1618 abre espaço para uma ampla reflexão sobre o papel das visitas do Santo Ofício ao longo do período colonial, em particular sobre as relações entre Coroa, Igreja e Inquisição na governação do Brasil. É um bom caminho para se valorizar, na justa medida, o peso da máquina eclesiástica nas políticas da monarquia em várias jurisdições governativas. Por fim, o estudo das fontes relacionadas às Visitações ou à atuação do Santo Ofício, de maneira geral, constitui corpus documental privilegiado, nos últimos trinta anos, para a renovação temática e teórico-metodológica dos estudos sobre o Brasil Colonial, em conexão com a história europeia, asiática e africana.

Local: Anfiteatro B do CCET.

As Dimensões Humanas na Construção de História Colonial da América Latina

Adriana Romeiro (UFMG) - moderadora

Ernst Pijning (Minot State University)

Anna More (Unb)

Bianca Premo (Florida International University)

Na mesa "As Dimensões Humanas na Construção de História Colonial da América Latina, reflete-se a visão de Russell-Wood sobre a dimensão humana da história, discutindo sua abordagem dos arquivos da Santa Casa de Misericórdia em Salvador, da Casa de Moeda em Lisboa, e dos arquivos de Minas Gerais. Os últimos dois trabalhos depreendem-se do livro pioneiro de John Russell-Wood, *The Black Man in Slavery and Freedom in Colonial Brazil* para novos horizontes na história da experiência dos afro-descendentes e a história das relações entre senhor e escravo na América Latina colonial. Trabalha-se com as ideias recentes (McKinley, Bryant, Graubart) sobre

a linha muitas vezes amorfa entre livres e forros, abordando as ideias de Russell-Wood sobre as instituições econômicas e sociais que constituíram a vida dos afro-descendentes na América Espanhola e Portuguesa. Finalmente, considera-se a própria humanidade e vida emotiva dos próprios historiadores quando confrontamos nos arquivos os complexos laços de afeição entre senhores e escravos, como estes foram detidos nos depoimentos das cortes. Até que ponto a linguagem do amor dos senhores identifica nossa própria incapacidade de lidar com essas emoções como parte de uma cegueira liberal moderna a relacionamentos que não estão de acordo com a crença pós-iluminação na história como um alcance de autonomia? Busca-se explorar essas questões desde seu ponto-de-partida comum no trabalho do ilustre historiador galês, mostrando sua relevância hoje em dia.

Local: Auditório GPP 2 do CCHLA.

Os Mina em Minas. História, cultura, língua e diáspora Africana no século XVIII

Mariza Soares (UFF)

Moacir Rodrigo de Castro Maia (UFMG)

Aldair Rodrigues (Unicamp)

Ivana Stolze Lima (Fundação Casa de Rui Barbosa)

Em 1999, no Simpósio Nacional da Anpuh, Mariza Soares, Silvia Lara e Hebe Mattos apresentaram uma mesa-redonda intitulada *Os “Mina” em Minas: as “Áfricas” no Brasil e a pesquisa em história social da escravidão*. Àquela altura, quando a renovação da historiografia sobre a escravidão se firmava a pleno vapor, seus laços com a história da África constituíam um desafio de certa forma inicial, sobre o qual até então muito pouco havia sido feito no cenário historiográfico daquele momento. Questões como identidades étnicas, processos de reconstrução de vínculos comunitários na situação de tráfico e escravidão eram levantadas em novos campos documentais ou em releituras que buscavam redimensionar as análises de cunho social e econômico. Em que pesem pesquisas àquela altura ainda de certa forma isoladas, uma grande virada no mundo acadêmico veio com os desdobramentos da lei 10.639 de 2003. Hoje no Brasil há programas de pós-graduação, linhas e grupos de pesquisa que têm avançado de forma consistente nos diferentes domínios da história da África, e na história dos africanos nas Américas, com um alto grau de especialização. O aprofundamento dos estudos demográficos foi também marcante nos últimos anos. Conceitos como o de diáspora africana, mundo atlântico, conexões e redes, grupos de procedência e identidades étnicas perpassam uma produção muito significativa da historiografia, com contatos particulares com a história colonial. Quase duas décadas depois daquele encontro, Mariza Soares e mais três pesquisadores de diferentes momentos de sua trajetória profissional reconfiguram a proposta de pensar a história fora das amarras das fronteiras nacionais e, a partir de diferentes ângulos e temáticas, se encontram para refletir sobre a categoria “Mina”, partindo de um contexto sócio-histórico específico, a região das Minas coloniais, para investigar sua relação com a complexa história do golfo do Benim.

Local: Auditório Ágora.

Manhã 08/09 (sábado)

Governadores, militares e ouvidores: desafios de governo sobre territórios e populações em espaços de fronteira da América Portuguesa

Nauk Maria de Jesus (UFGD)

José Inaldo Chaves Júnior (UNIFESSPA)

Adriano Comissoli (UFSM)

Dado o tema do VII Encontro Internacional de História Colonial ser Espaços coloniais: domínios, poderes e representações os proponentes da mesa acreditam ser relevante expor e discutir formas de incorporar novos territórios e populações, bem como consolidar estes domínios. Com esse intento, será debatida a ação cotidiana de Ouvidores para o regramento da capitania do Mato Grosso; as redes de comunicação e defesa no Rio Grande de São Pedro e a comunicação entre os governadores do Grão-Pará e de Goiás, que visavam incorporar um novo sertão junto aos rios Araguaia e Tocantins. O objetivo é contrastar as realidades estudadas a fim de observar expedientes de controle sobre o território e sobre as populações, ou seja, de afirmação da soberania da monarquia portuguesa. A condição fronteiriça das capitanias selecionadas permite pensar tanto na projeção interna quanto externa da autoridade monárquica, isto é, sobre os próprios súditos e diante de impérios europeus rivais, bem como sobre nações indígenas não aliadas ou de fidelidade oscilante. Acreditamos que a discussão em torno de espaços e de agentes imperiais diversos permitirá aprofundar a compreensão de sistemas explicativos mais gerais da América portuguesa. O foco dos trabalhos privilegia o entendimento da gestão do cotidiano, marcada pela variedade de assuntos e de atores sociais envolvidos, além de considerar a importância da comunicação política, que, ao coletar informações para a formulação de políticas, fortalecia a articulação com a Corte lusitana. As contradições e obstáculos ao exercício da soberania também são considerados, na forma de jogos políticos, de conflitos entre os servidores de Portugal, de insubordinações indígenas e quilombolas e de atritos com habitantes dos domínios hispano-americanos. O conjunto de opções descrito conduz à superação do estudo de cada caso específico e à possibilidade de formulação de um entendimento mais sólido sobre os projetos de integração territorial, bem como de suas dificuldades, vistos a partir de suas zonas limite.

Local: Auditório GPP 1 do CCHLA.

Cartografia colonial: produção e circulação

Íris Kantor (USP) - moderadora

Maria de Fátima Costa (UFMT)

Artur Henrique Franco Barcelos (FURG)

Andréa Doré (UFPR)

A produção cartográfica sobre o Brasil no período colonial passou por várias fases, marcadas pelos interesses da exploração e da conquista, pela presença de nações europeias que questionavam os direitos ibéricos sobre o Novo Mundo, pela curiosidade de cosmógrafos, mercadores e nobres,

pelas necessidades da administração e da missionação, pela urgência de conhecimento sobre a localização de metais, os povos indígenas e sobre o curso dos rios. A circulação dessa produção, manuscrita ou impressa, definiu também sua própria cronologia e suas redes. A proposta desta Mesa redonda é apresentar pesquisas ligadas ao contexto de produção e circulação de mapas do Brasil colonial, indicando aportes metodológicos para o estudo das bases materiais e epistemológicas disponíveis aos cartógrafos e editores do período.

Local: Auditório GPP 2 do CCHLA.

Centros, periferias, sertões e arquipélagos: Brasil colonial depois de Russell-Wood

Maria Beatriz Nizza da Silva (USP) - moderadora

Ângela Domingues (Universidade de Lisboa)

Judy Bieber (University of New Mexico)

Kittiya Lee (California State University)

A mesa “Centros, periferias, sertões e arquipélagos: Brasil colonial depois de Russell-Wood,” destaca a importância dos estudos do ilustre historiador, de que o Brasil colonial partisse da definição de uma colônia que, mais do que uma unidade territorial contínua e coerente em nível geográfico, político e econômico, é, sobretudo nos seus tempos iniciais, um somatório de unidades arquipelágicas caracterizadas por um grau de autonomia significativo. Oferece-se uma retrospectiva desses temas, que Russell-Wood sustentou em seu trabalho desde a década de 1960, e reflete seu significado contemporâneo. Aprofundam temas destacados por Russell-Wood ao longo da sua carreira acadêmica, ou seja, o bandeirismo, a mineração, e os sertões, através da figura singular de João da Silva Guimarães, bandeirante, mineiro, e intermediário das populações indígenas dos sertões de Minas Gerais e do sul da Bahia no século XVIII. Baseado em catecismos e dicionários escritos em língua geral (Tupi), evocam-se os arquipélagos de fé influenciados mais por comunidades locais de índios que por autoridades eclesiásticas na Lisboa, Évora, e Salvador, nas traduções que os catecúmenos indígenas propuseram. No processo, as traduções criaram uma nova teologia para o sacramento da Eucaristia. Estas comunicações procuram explorar a abordagem comparativa de Russell-Wood que entendeu a colonização portuguesa como processos moldados por povos, instituições e eventos em ambos os lados do oceano Atlântico.

Local: Anfiteatro A do CCET.

Governos, mobilidades sociais, escravidão e mestiçagens no mundo colonial

Márcio de Sousa Soares (UFF)

Maria Lemke (UFG)

Eliane Garcindo de Sá (UERJ)

Cristina de Cássia Pereira Moraes (UFG)

Esta mesa redonda, composta por três pesquisadores de diferentes instituições, objetiva analisar como o complexo sistema de classificações e hierarquizações, praticado no vasto Império colonial português, foi empregado em diferentes espaços e contextos, resultantes da empresa colonial, fortemente tonificada pela escravidão e pelas mestiçagens. A interação entre povos

de distintas origens engendrou não apenas novas hierarquias, mas também foi responsável por remodelar práticas culturais, sociabilidades e políticas administrativas. As diferentes espécies e tipologias documentais apontam que tanto governantes, quanto as “gentes de baixa extração” se apropriavam dessas classificações e hierarquizações empregando-as, ora para estabelecer relações de proximidade, ora para indicar distanciamentos.

Local: Anfiteatro B do CCET.

Temas e problemas sobre história dos povos indígenas na América Portuguesa

Juciene Ricarte Apolinário (UFCG) - moderadora

Vania Losada (UFRRJ)

Almir Diniz de Carvalho Junior (UFAM)

Fernanda Spósito (Unifesp)

Essa mesa pretende discutir historicamente alguns processos históricos dos povos indígenas na América Portuguesa bem como a relevância dos estudos que tratam das diferentes formas de agências e processos de novas territorialidades dos grupos étnicos no Pós-Contato. Também objetiva propiciar um espaço para se estreitar o diálogo entre pesquisadores que buscam abordagens sobre os povos indígenas na história do Brasil Colonial, tratando de temas, tempos e espaços variados. As clássicas interpretações gerais sobre o Brasil, assim como os estudos específicos por longo tempo realizados sobre os índios, sempre os tomaram como personagens secundários - ou mesmo paradoxalmente exteriores - à história da nação. Essas interpretações vêm sendo desconstruídas nas últimas décadas por pesquisas interdisciplinares que têm focalizado os indígenas enquanto sujeitos históricos, revelando sua significativa presença e participação nos processos de formação das sociedades coloniais e pós-coloniais. Com a lei 11.645, que passou a obrigar que nas escolas e universidades fossem estudados a história e cultura dos povos indígenas no Brasil, tem havido, ainda mais, publicações de trabalhos acadêmicos e didáticos destacando a riqueza da diversidade étnica. Produções que tem privilegiado o caminho interdisciplinar, especialmente com a Antropologia. O mais importante é que uma das preocupações da historiografia recente sobre história indígena é não construir mais uma imagem do índio genérico, ou apenas de vítima dos primeiros contatos com os não indígenas na América portuguesa, mostrando-os “dizimados” e “assimilados”, ou seja, como se estivessem em contínuo processo de desaparecimento. Não é possível mais aceitar tais discursos de desaparecimento, pois se sabe que cada grupo indígena tinha e tem um caráter étnico de posicionamento frente aos não indígenas nas diferentes temporalidades e regiões brasileiras. Desde o período colonial os grupos indígenas continuavam e continuam existindo e estão cada vez mais organizados politicamente reafirmando as suas etnicidades e seus agenciamentos nos processos de contatos Interétnicos e nos posicionamentos diante das legislações indigenistas ao longo da história. Trazer, portanto, a baila essas discussões ao mesmo tempo torna-se espaço provocativo para que cada vês mais sejam apresentados aos eventos acadêmicos o que vem sendo produzido no Brasil, quais fontes históricas estão sendo revisitadas e quais diálogos teórico-metodológicos estão sendo destacados nas contínuas operações historiográficas em todas as regiões brasileiras especialmente após a década de 1980 em que historiadores e antropólogos vem ressignificando os lugares dos índios na história do Brasil, especialmente nos processos de sociabilidades a partir dos aldeamentos indígenas até o início do século XIX em que evidenciam os protagonismos no pós-contato.

Local: Auditório Ágora.

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

SIMPÓSIO TEMÁTICO 01

FRONTEIRAS E RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS NA AMÉRICA COLONIAL

COORDENADORES

SEBASTIÁN GÓMEZ (UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA)

ALÍRIO CARDOSO (UFMA)

Este simpósio objetiva incentivar os debates sobre zonas de fronteira nas possessões ultramarinas europeias na América e no Caribe entre os séculos XVI-XIX, e de modo particular estudos sobre diferentes interações e circulações transfronteiriças em espaços coloniais. A expansão das fronteiras nos mundos coloniais representa uma temática marcante na produção historiográfica americanista, tendo produzido análises referenciais sobre as colonizações ibéricas, bem como sobre outras expansões coloniais europeias no Novo Mundo. Questões como a incorporação de territórios aos conjuntos de possessões ultramarinas, os contatos e confrontos entre europeus e populações nativas, a produção do conhecimento científico sobre o espaço fronteiriço, sua natureza e seus habitantes constituem alguns dos temas que mereceram (e continuam merecendo) estudos relevantes sobre as fronteiras. No entanto, a discussão sobre a formação territorial das colônias tendeu a centrar-se nas dinâmicas internas desses espaços, menosprezando suas articulações intra-americanas e transimperiais, como os fluxos econômicos legais e ilegais, as circulações culturais e de experiências políticas, construídas principalmente nos variados processo de ocupação territorial, seguidas de disputas econômicas protagonizadas por agentes de diferentes entidades políticas sobre os espaços americanos, fossem esses localizados nas interseções terrestres e/ou marítimas do mundo americano. Nesse simpósio, objetiva-se, por um lado, abarcar trabalhos relativos à expansão das fronteiras coloniais e transformações dos territórios ultramarinos desde o início do processo de conquista europeia do Novo Mundo até as revoluções de independência no primeiro quartel do século XIX. Por outro lado, o simpósio também pretende contemplar discussões a respeito das relações entre territórios coloniais portugueses e espanhóis e de outras possessões ultramarinas europeias (britânicas, francesas, holandesas) nos limites dos espaços atlântico, caribenho e pacífico, tendo em vista que as possessões ibero-americanas não foram isoladas da interação com outras monarquias europeias que também empreenderam suas rotas coloniais ultramarinas. Desse modo, esse simpósio temático apresenta ainda o objetivo de levantar questões acerca dos fenômenos sociais, das relações econômicas e das sensibilidades políticas de espaços fronteiriços, principalmente no que tange às transformações globais implementadas nas conjunturas internacionais marcadas pelos processos revolucionários europeus e americanos sobre o Novo Mundo, ao focar as movimentações políticas ultramarinas sob a ótica das “revoluções atlânticas” e as suas mais diversas repercussões nas fronteiras americanas.

Local: SETOR 02/SALA H1.

Fronteiras sobrepostas: entre o trabalho e a escravidão Guarani na conquista e colonização da América Meridional (1541-1641)

Bruno Oliveira Castelo Branco
Doutorando - UFF

Embora fosse conhecida desde os tempos pré-hispânicos, a escravidão na América espanhola dos indígenas foi restrita e limitada, conforme a legislação indigenista do século XVI e XVII. Entretanto nas áreas fronteiriças, situação do Paraguai, tal sistema perdurou ao longo do período colonial, muitas vezes de forma disfarçada. Na prática, existia uma ampla rede de tráfico de escravos indígenas majoritariamente falantes de guarani, que servia como o elemento que articulava as histórias de regiões distantes, como Assunção e São Vicente. Esta rede, fortalecida em meados do século XVI com a conquista do Paraguai e o estabelecimento do sistema das encomiendas teriam sido refreadas pelos índios das missões jesuíticas espanholas em meados do século seguinte, na ocasião das incursões bandeirantes. Esta investigação analisa as relações de trabalho e escravidão dos índios guaranis que circulavam em ambos os lados da fronteira ibérica na América meridional. Para tanto, utiliza os recentes debates teórico metodológicos estabelecidos entre a história e a antropologia para pensar a trajetória dos nativos a partir de três principais pontos: os papéis desempenhados pelos guaranis na formação da sociedade colonial; suas relações com os agentes coloniais ibéricos e, por fim, com outros grupos nativos não submetidos. O desafio de inclusão dos índios na história enquanto protagonistas remete às dificuldades apresentadas pelas fontes, repletas de visões essencialistas dessas populações. Contudo, a pesquisa é viável devido à abundância da documentação produzida por diferentes agentes sociais. Para este estudo reuniu-se as Atas da cabildo do Assunção, histórias gerais dos jesuítas no Paraguai, cartas anuais dos missionários e relatos de viajantes.

Navegação e rotas atlânticas no Brasil holandês: 1630-1644

Manuel Silvestre da Silva Júnior
Mestrando - UFPE

Em 26 de julho de 1581, é assinada a Ata de Abjuração, a qual constitui a declaração formal de independência das Sete Províncias Unidas do Norte perante o império habsburgo, dentro da chamada Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648). Já no início do século XVII, o domínio dos mares, outrora pertencente ao império luso-espanhol, passou a pertencer aos holandeses, os quais criaram duas companhias, estas tinham como objetivos conquistar novos territórios no além-mar. A primeira, a Companhia das Índias Orientais (VOC), ficou responsável pela navegação e comércio com a Ásia. A segunda, principal objeto desse trabalho, seria a Companhia das Índias Ocidentais (WIC), a qual possuía o conhecimento da malha hidrográfica do litoral nordestino proporcionados por comerciantes holandeses que negociavam no Brasil, ficou responsável pela invasão ao território nordestino, ainda em 1624, na Bahia, e posteriormente em Pernambuco, no ano de 1630, com o propósito de controlar o comércio do açúcar. A pesquisa pretende mapear o cotidiano da navegação no Brasil Holandês, mais precisamente a partir do ano 1630, até o fim

do período nassoviano em 1644, como também as rotas atlânticas utilizadas pelos holandeses nas viagens marítimas. A pequena cabotagem praticada pelos holandeses, suas embarcações, funções, os itinerários utilizados pelos invasores serão pesquisados. A pesquisa se utiliza das fontes administrativas da WIC no Brasil, como as Nótulas Diárias, as Correspondências com os Estados Gerais do Conde Maurício de Nassau, os Documentos Holandeses, além dos cronistas, entre eles Gaspar Barlaeus, com o seu livro História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil, e João de Laet, com sua obra História ou anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais. A pesquisa se justifica pela importância do comércio marítimo e suas rotas atlânticas para a manutenção dos holandeses no Nordeste, tema ainda pouco estudado na historiografia.

O escolteto durante o período nassoviano

Thiago Soares de Macedo Silva
Mestrando - UFPE

No ano de 1630 a capitania de Pernambuco na colônia portuguesa do Brasil foi invadida pelas tropas da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais (WIC) iniciando um período de 24 anos de presença neerlandesa no Brasil. Essa invasão está inserida em um contexto mais amplo de guerras na Europa. Em primeiro lugar, a Guerra dos Oitenta anos iniciada como um movimento de independência dos Países Baixos contra o jugo de seu soberano natural, Filipe II. Com a inserção da monarquia portuguesa na monarquia compósita Habsburgo, o estado de guerra com os Países Baixos foi estendido ao governo lusitano. Em segundo lugar, a Europa estava inserida desde 1618 em um conjunto de guerras que foi denominado como Guerra dos Trinta anos. Durante o período em que os neerlandeses dominaram a região nordeste do Brasil, todo um modelo de administração foi implantado tendo em moldes os modelos de administração das Províncias Unidas, em especial a Câmara da Província da Holanda. Entre os cargos existentes nessa administração local neerlandesa, a figura do Escolteto era escolhida pelo Governador Geral e pelo Alto e Secreto Conselho em todos os locais onde houvesse uma câmara de Escabinos e foi instituído já no regimento de 1629 da Companhia e estaria responsável da justiça criminal na colônia. Tal cargo foi alvo de poucos estudos por parte da historiografia, apesar das diversas críticas que a população luso-brasileira fez ao exercício por vezes arbitrário de sua função. Utilizando de fontes administrativas como as Nótulas Diárias, as Correspondências com os Estados Gerais do Conde Maurício de Nassau e das atas da Assembleia de 1640, e dos cronistas neerlandeses e portugueses, tenho como objetivo compreender mais tal cargo da administração e como foi sua vivência junto a sociedade colonial durante o governo de Nassau.

De uma margem à outra: rios, mapas e fronteiras na bacia platina (séculos XVI-XVII)

Tiago Bonato
Doutor - UFPR

O amplo território percorrido pelos rios platinos e seus tributários configura um imenso triângulo entre as vilas de São Vicente, no litoral sudeste da América portuguesa; Buenos Aires, na foz do estuário; e Assunção, no interior do continente, às margens do rio Paraguai. Desde os primeiros mapas e relatos quinhentistas, esse espaço foi descrito e mapeado, predominantemente, como um emaranhado de rios, um espaço que variou de península à mesopotâmia de terras quase ausentes,

figurando no mais das vezes como via de acesso – desconhecida, misteriosa e por vezes míticas – ao interior do continente. Durante grande parte do período colonial a região foi também fronteira mais ou menos indefinida dos impérios ibéricos na América. Utilizando as discussões da recente historiografia da cartografia e uma metodologia que privilegia a articulação de diferentes escalas de observação, esse trabalho busca seguir algumas pistas de como essa fronteira era entendida no período. A análise concomitante de mapas espanhóis e portugueses pode ajudar a entender a dinâmica de definição de fronteiras desses impérios na América. Além disso, a documentação produzida pela proibição de circulação na região, através do caminho proibido de São Paulo ao Paraguai, lança luzes ao mesmo problema, em outra escala. A utilização dos rios pelos diversos personagens que atravessaram e cartografaram a região parece ser chave para o entendimento das fronteiras que, nesse caso, são de diferentes naturezas: fronteiras entre os impérios ibéricos, fronteiras entre o mundo europeu e indígena e entre o conhecido e o desconhecido.

Fronteiras imaginadas e a geografia do maravilhoso

Luiz Estevam de Oliveira Fernandes
Professor Dr. - UFOPA

Nesta apresentação, analisaremos a construção de territórios imaginados na expansão europeia. Nesse sentido, o discurso do maravilhoso presente nos relatos de viagem (reais ou não) que conceberam lugares imaginários no continente americano, como o País da canela, Eldorado, o reino das Amazonas, Cíbola etc tornam-se centrais. Nossa tese é a de que tais relatos foram cruciais (e não apenas pitorescos) para o contorno dos quadros mentais do século XVI e XVII. Por vezes, veremos, a realidade histórica acabou por fomentar ainda mais o maravilhoso, num entrelaçar de horizontes de expectativa, conhecimento científico e prático do mundo natural e imaginário de maravilhas. A descoberta de grandes civilizações, como a asteca e inca, impulsionou o imaginário pré-existente ainda mais longe. Em suma: alguns desses sonhos ligados à ideia de um maravilhoso presentes na realidade do mundo resultaram não de credices e meras superstições, mas de como se imaginava a ciência e os limites da razão no século XVI e XVII.

07/09 – Sexta-feira

O rio madeira e suas fronteiras (1650-1750)

Vanice Siqueira de Melo
Doutoranda – UFP, Professora Ms. - UFOPA

Em decorrência do avanço dos mecanismos de ocupação da coroa portuguesa, em meados do século XVII, o rio Madeira deixou de ser apenas um território habitado, dominado e controlado pelos ameríndios. Aldeamentos religiosos entre os indígenas, expedições de coleta de gêneros da floresta e guerras entre índios e luso brasileiros caracterizam esse avanço a partir do Estado do Maranhão e Grão-Pará pelo rio Madeira. Os moradores da capitania do Mato Grosso também percorreram o rio Madeira, como a expedição de Manuel Félix de Lima. Provavelmente, para Félix de Lima e outros moradores do Mato Grosso, o rio Madeira poderia ter outros significados. As diversas agências dos sujeitos que percorram ou habitavam o Madeira a partir de 1650 transformaram esse rio em múltiplas fronteiras, como econômica e religiosa. Assim, a partir das

crônicas e relatos de religiosos e viajantes que percorreram e/ou viveram no Estado do Maranhão e Grão-Pará e dos documentos oficiais produzidos pelos agentes do império português, a comunicação proposta pretende analisar como, a partir da segunda metade do século XVII até meados do século XVIII, através das missões religiosas, das expedições de coleta dos gêneros florestais, as políticas portuguesas para o Madeira e os conflitos com os indígenas, construíram diversas fronteiras no rio Madeira. Nesse sentido, objetiva-se refletir acerca de uma região a partir das diversas fronteiras, como a econômica, a religiosa e a hostil, construídas nela. Dessa forma, mais que entender o Madeira como área propícia a coleta de cacau, favorável a evangelização ou espaço de conflitos entre os índios e os luso brasileiros, como já foi apontado pela historiografia, é importante interligar as variadas fronteiras construídas acerca da região.

Elite local e fronteiras na amazônia: instituições, sociedade e poder no pará colonial (1700-1750)

Rafael Ale Rocha
Professor Dr. - UEA

A presente comunicação pretende analisar a formação da elite local da capitania do Pará (integrante do Estado do Maranhão e Grão-Pará ou Amazônia Portuguesa), entre os anos de 1700 e 1750, a partir do estudo da composição do oficialato da câmara municipal e da tropa de ordenança (milícia). A pesquisa está baseada em bibliografia e fontes primárias diversas localizadas em instituições variadas, especialmente o Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), o Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IANTT) e o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). No que se refere à documentação, abordaremos especialmente aquela relacionada à chamada economia da mercê, isto é, cartas patentes, registros de mercês diversas (além dos postos oficiais das ordenanças, hábitos de cavaleiros de ordem militar e foros de fidalguia diversos), consultas do Conselho Ultramarino, correspondências variadas e, dentre outras, leis referentes à câmara e à ordenança. Nosso objetivo é entender, por um lado, o funcionamento dessas instituições locais de comando, administração e prestígio e, por outro, analisar as estratégias de poder dos homens que as integravam – inventariando os postos oficiais concedidos e analisando o perfil desses indivíduos (origem social e carreira). Nossa hipótese afirma que a relação entre a monarquia e esses vassalos pode ser melhor explicada a partir do delicado contexto fronteiriço no qual essa porção da América Portuguesa estava inserido, pois o soberano (legitimando os oficiais) e a elite local (garantindo a integridade física da colônia) eram profundamente interdependentes. Enfim, como pretendemos demonstrar, as negociações entre a monarquia e a elite local, para a resolução dos seus respectivos interesses (que não raro eram conflitantes), perpassava pela consolidação das fronteiras amazônicas frente às demais potências coloniais europeias que atuavam na região.

A expulsão dos jesuítas e suas consequências na amazônia espanhola, 1767-1770. Novas interpretações

Sebastián Gómez González
Professor Dr. - Universidad de Antioquia

Como um dos aspectos mais radicais das políticas reformistas dos Borbones, a expulsão dos jesuítas foi um evento sem precedentes nas regiões fronteiriças dos domínios ultramarinos. É claro que a bacia amazônica, um dos espaços mais desafiantes para o projeto de missão desenvolvido

pela Companhia de Jesus na América, não foi estranha a esse processo. O estranhamento sofrido pelos poucos padres que trabalharam na rede missionária na jurisdição da selva espanhola foi realizado após 1767, e suas consequências, além do abandono dos neófitos e a interrupção de seu constante apostolado, alcançaram dimensões políticas inesperadas: especialmente em relação aos difíceis conflitos fronteiriços que envolveram diretamente os interesses geopolíticos do império português desde o início do século XVIII. Assim, com base em diferentes fontes documentais, esta comunicação pretende mostrar novas possibilidades de interpretação em tema já clássico na historiografia sul-americana.

Los portugueses en el Paraguay durante la guerra de los Siete Años

Herib Caballero Campos
Doutor - UFGD

Esta ponencia presenta un avance de la investigación realizada sobre las relaciones entre La Provincia del Paraguay y la Capitanía de Mato Grosso a lo largo del siglo XVIII. Se estudia la situación en la que se encontraban los portugueses que vivían en La Provincia del Paraguay durante la Guerra de los Siete Años (1756-1763) pues en el marco de dicho conflicto el rey Carlos III ordenó la confiscación de los bienes de los súbditos de las potencias enemigas a España que residían en sus dominios, por lo que el detallado informe de las confiscaciones consta en un documento que se encuentra en el Archivo Nacional de Asunción, en base a dicho documento y otros complementarios esta investigación tiene como principal propósito determinar cuál era el tratamiento que recibían los enemigos así como cuáles fueron las consecuencias de dicha disposición real para los portugueses que habitaban en la provincia del Paraguay. Para realizar el trabajo se ha contrastado la información relevada con fuentes provenientes de otros archivos así como de bibliografía tanto para la América Hispana como para la América portuguesa, al igual que bibliografía especializada en el tema de fronteras.

Representações cartográficas sobre tabatinga e a delimitação da fronteira luso-espanhola no vale amazônico (1777-1780)

Carlos Augusto Bastos
Professor Dr. - UFPA

Com o Tratado de Santo Ildefonso de 1777, a definição das fronteiras políticas luso-espanholas na América Meridional deveria ser efetivada por comissões demarcadoras envolvendo oficiais de Portugal e Espanha. Essas comissões conjuntas trabalhariam em diferentes segmentos da extensa raia fronteiriça ibero-americana, a exemplo do vale amazônico, onde atuou a chamada Quarta Partida Demarcadora. Nesse espaço, uma questão que levantou desavenças entre demarcadores espanhóis e portugueses foi a soberania sobre a localidade de Tabatinga, na zona limítrofe entre a capitania portuguesa do Rio Negro e a Província de Maynas, pertencente à Audiência de Quito. Para os espanhóis, o Tratado de 1777 garantiria os direitos de Castela sobre aquele espaço, enquanto que os portugueses contestavam essa leitura do tratado, temendo ainda as vantagens geopolíticas que os espanhóis poderiam usufruir tomando posse de Tabatinga. O encaminhamento dessas disputas e as defesas quanto aos direitos territoriais de cada coroa sobre o espaço em questão ensejaram a produção de materiais cartográficos sobre Tabatinga e a fronteira amazônica,

operando diferentes representações e expectativas de soberania sobre os confins da América do Sul. Esta comunicação pretende analisar algumas dessas produções cartográficas, enfatizando as representações sobre os limites do espaço amazônico ibérico segundo as disputas políticas luso-espanholas entre as décadas 1770-1780.

Desertores portugueses no rio grande de são pedro espanhol: análise de casos em uma região de fronteira (1763-1777)

Luísa Caiaffo Valdez
Doutoranda - UFGRS

Em uma realidade de disputas de domínios, a vila portuguesa de Rio Grande foi invadida no ano de 1763 por tropas espanholas comandadas por Don Pedro de Cevallos, como parte de uma campanha militar contra este e outros assentamentos portugueses na América meridional. Como consequência, Rio Grande permaneceu ocupada e anexada aos domínios espanhóis até o ano de 1777, vinculada diretamente ao governo de Buenos Aires. Neste espaço de fronteiras – que entendemos não eram só imperiais, mas onde as disputas entre estas forças se faziam tensas nestes anos – temos indícios de que as relações entre súditos e demais sujeitos vinculados a ambas as Coroas ibéricas, embora não formal e legalmente, continuou constante no período. No entanto, a figura dos desertores portugueses aparece recorrentemente na documentação oficial relativa à vila em sua época de ocupação espanhola. Deste modo, o trabalho a ser apresentado visa analisar a figura destes desertores escapados dos domínios portugueses e registrados em documentação administrativa espanhola da vila de Rio Grande, no período entre 1763 e 1777. Com fontes provenientes do Archivo General de la Nación, pretendemos interpretar qual seu papel nesta área de fronteira pensando que impacto sua presença teve na realidade e política local. Para isto, queremos entender quem eram esses sujeitos registrados, por que o eram e qual a finalidade destes registros. Do mesmo modo, tentaremos compreender a influência de acontecimentos específicos, a nível local, regional ou metropolitano, na frequência dos referidos registros levantando algumas hipóteses de interpretação. Ainda, iremos mapear o destino destes sujeitos (permanência em domínios de Castela ou retorno aos lusos), quando possível, e tentar refletir no motivo destas escolhas.

Relação entre portugueses e espanhóis na fronteira da capitania de mato grosso (1789-1796) no governo de joão de albuquerque melo pereira e cáceres

Thais Cardoso das Neves
Mestranda - UFGD

Este trabalho busca analisar cartas enviadas e recebidas pelo governador João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1789-1796) aos governadores e comissários espanhóis acerca da definição de limites da Capitania de Mato Grosso e efetivação do tratado de Santo Ildefonso (1777). Nesses documentos é possível identificar a tensão e conflitos acerca da concretização e marcação dos limites territoriais estabelecidos no tratado e perceber como ocorria a relação entre os espanhóis e portugueses nesse local.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 02

IDEIAS, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DA MISSIONAÇÃO JESUÍTICA NA MODERNIDADE: COLONIALISMO E COLONIALIDADE NAS AMÉRICAS, ÁSIA E ÁFRICA.

COORDENADORES:

FÁBIO EDUARDO CRESSONI (UNILAB)

RAIMUNDO MOREIRA DAS NEVES NETO (IFPA)

Constituído no ano de 2009, o Grupo de Pesquisa Jesuítas nas Américas congrega pesquisadoras e pesquisadores de diferentes estados do Brasil, bem como colegas da Argentina e de Portugal. Participando ativamente do Encontro Internacional de História Colonial (EIHC) desde o ano de 2010, o grupo se propõe a estar presente na sétima edição do evento por meio da oferta do Simpósio Temático Ideias, práticas e representações da missão jesuítica na modernidade: colonialismo e colonialidade nas Américas, Ásia e África. Articulado a temática geral do VII EIHC (Espaços coloniais: domínios, poderes e representações), este simpósio pretende revestir-se em um espaço para discussões sobre as diferentes formas pela qual a Ordem religiosa fundada na primeira metade do século XVI proliferou-se além-mar em direção a outros espaços, estando em conexão com a invenção da modernidade europeia e o início do colonialismo nos continentes americano, asiático e africano, até meados da segunda metade do século XVIII. Nesse sentido, objetivamos debater os argumentos que fundamentam as missões, bem como o exercício de sua ação catequética-ritual no sistema mundo diante de novas realidades experimentadas perante a aventura da modernidade. Da compreensão dessas ações, tem-se por intuito tencionar as representações clássicas da missão, a partir do debate em torno de sua estrutura teológica-política-jurídica-mercantil e sua relação com a constituição do colonialismo nas Américas, Ásia e África. Ao pensar o ethos da missão posto em prática a partir desta perspectiva, esperamos ainda poder problematizar a presença jesuítica a partir de um de seus efeitos diretos na construção dos espaços coloniais: a colonialidade que impera nos lócus aqui mencionados e sua relação com a missão. Desta forma, serão aceitos trabalhos que focalizem o recorte temporal e espacial enunciados, privilegiando propostas que se direcionem no âmbito de suscitar questionamentos à presença jesuítica como vetora desses espaços coloniais. Privilegiar-se-á ainda trabalhos que debatam estes locais de dominação e poder, a partir de fundamentações teórico-metodológicas comprometidas com a crítica ao papel da Companhia de Jesus na modernidade e a vocalização dos sujeitos coletivos e grupos sociais historicamente marcados pela presença dos inicianos em seus diferentes tempos e espaços.

Local: **SETOR 02/SALA F3.**

06/09 – Quinta-feira

Sobre a procedência e a controvertida autoria de um manuscrito de medicina e farmácia “escrito en estas doctrinas de la compañía de jesus año de 1725”

Eliane Cristina Deckmann Fleck
Professora Dr^a - UNISINOS

Nesta comunicação, apresentamos uma análise preliminar do Libro de Cirugía, de 1725, um manuscrito anônimo de medicina e farmácia, que se encontra na Biblioteca do convento da ordem franciscana de Catamarca, Argentina, e se mantém inédito até hoje. À luz dos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural da ciência e das práticas de escrita, discutimos o título dado ao manuscrito e as hipóteses levantadas pelos historiadores Felix Garzón Maceda (1916) e Guillermo Furlong (1947) sobre sua procedência e autoria, bem como as evidências de intertextualidade que o texto nos oferece. Compartilhamos, ainda, algumas breves análises dos capítulos já transcritos que compõem o Libro, visando à reconstituição da cultura científica vigente na América platina do Setecentos, principalmente, no que concerne aos saberes e às práticas medicinais que circulavam na vasta região da Província Jesuítica do Paraguai e eram empregados nas reduções jesuíticas.

Ciência e religião na modernidade: um olhar sobre a américa portuguesa no início do século XVIII

Luciene Maria Pires Pereira
Doutoranda - UEM

O presente trabalho discorre acerca da produção e desenvolvimento do conhecimento científico em Portugal e na América Portuguesa no período moderno. Para tanto, analisa documentos produzidos por religiosos da Companhia de Jesus na América Portuguesa durante a primeira metade do século XVIII. As mudanças ocorridas na Europa na passagem do período medieval para o período moderno contribuíram para que as formas de observação e compreensão da realidade e dos fenômenos da natureza também sofressem transformações, transformações estas relacionadas com o advento de novas explicações e concepções fundamentadas no racionalismo e na ideia de progresso. Nesse sentido, as concepções que tinham por base explicações de caráter religioso – características do período medieval – foram consideradas insuficientes e questionadas em suas bases. O advento do iluminismo contribuiu para que as explicações baseadas na fé e na religiosidade fossem criticadas e colocadas em debate pela ciência. Como resultado, o período moderno foi marcado por uma suposta oposição entre ciência e religião. É neste contexto que discutimos a atuação da Companhia de Jesus na América Portuguesa. Mesmo que o Iluminismo não tenha apresentado a mesma radicalidade e complexidade que desenvolveu na França, as “luzes” participaram do debate sobre os caminhos de Portugal no início do século XVIII. Motivado por razões políticas, econômicas e culturais, D. Luiz da Cunha promoveu expedições para a América Portuguesa a fim de realizar um novo mapeamento desse território. Essa tarefa ficou a cargo dos jesuítas Domingos Capassi e Diogo Soares, cujo trabalho possibilitou o reconhecimento de elementos geográficos, geológicos, econômicos e culturais da América Portuguesa. A análise das cartas escritas por ambos os padres durante a realização da expedição permite observar as

transformações culturais pelas quais Portugal passava no início do século XVIII, além de nos ajudar a compreender o desenvolvimento das relações entre a filosofia escolástica e as ideias iluministas em Portugal até a primeira metade do século XVIII e as influências desse processo na América Portuguesa.

Os Jesuítas e as missões “científicas” portuguesas na América na primeira metade do século XVIII

Sezinando Luiz Menezes
Professor Dr. - UEM

O trabalho analisa a participação dos jesuítas, subordinados ao padroado português, nas missões científicas para o Brasil, organizadas pela Coroa portuguesa na primeira metade do século XVIII. Ao longo da época moderna predominou em Portugal uma cultura religiosa. No entanto, essa hegemonia não obstaculizou a participação dos irmãos da Companhia de Jesus na produção de um novo conhecimento sobre a natureza, realizado principalmente como atividades da Aula da Esfera, do Colégio de Santo Antônio. Ao contrário, como pretendemos demonstrar, foi exatamente a crença na necessidade de expandir a fé cristã e o misticismo, que estimularam os jesuítas a produzirem esse conhecimento e dessa forma se qualificarem para o desenvolvimento de ações de estudo e reconhecimento na América Portuguesa.

“Curavimusbabiloniam”. Companhia de Jesus, assistência e práticas de cura nas enfermarias das missões e hospitais em goa e na bahia (1542-1622)

Lais Viena de Souza
Doutoranda - Universidade de Évora/IFBA

No ano de 1580, Pe. Rodolpho Acquaviva estava na cidade de Fatehpur Sikri (norte da Índia) em missão na corte do imperador mongol Jalal-Din Muhammad Akbar (1542-1605), também conhecido apenas como Akbar, o Grande. O inaciano declarou pretender experimentar “todas as coisas possíveis para o ajudar” na decisão da conversão, como a edificação de um hospital. E, se nem assim se convertessem o rei e seu vasto reino, que então se abandonasse a empresa, como na narrativa bíblica: “Curavimus Babiloniam, etc non est sanata: dereliquimuseam” (Jer. 51:9). Essa comunicação busca analisar a assistência aos enfermos pelos missionários da Companhia de Jesus nas partes da Índia e do Brasil como estratégias de missionação. Desse modo, serão debatidas as experiências do Hospital dos Pobres Nativos e a administração do Hospital Real, ambos em Goa e a assistência aldeamentos indígenas pelos sertões do Estado do Brasil, a partir das correspondências inacianas, nas narrativas de viajantes, e documentos administrativos da Ordem e da Coroa. Curar para converter os povos da simbólica Babilônia das terras de conquista do Império Português.

Entre cabo verde e Brasil: estudo comparativo da presença Jesuítica nos continentes Africano e Americano, ao longo do século XVII

Fábio Eduardo Cressoni
Professor Dr. - UNILAB

Esta comunicação pretende analisar, de maneira comparativa, a missão jesuítica realizada em dois espaços distintos, ao longo do século XVII: Costa da Guiné (Cabo Verde) e Brasil (Bahia). Nesse sentido, iremos nós ater aos aspectos pedagógicos da missão, que direcionaram a Companhia a estar em contato com a população negro-africana da Costa da Guiné e também de sua diáspora em direção à América portuguesa. Tomamos como fontes para a realização deste estudo, cartas extraídas do quarto volume da Monumenta Missionária Africana, bem como excertos de textos produzidos por Antônio Vieira, Jorge Benci e André João Antonil. Objetivamos identificar os anseios da presença jesuítica nestes dois territórios, seus métodos para o desenvolvimento das ações catequético-rituais executadas, bem como as dificuldades na operacionalização de suas estratégias. Justificamos a importância deste estudo, à medida que podemos melhor compreender a organização das sociedades negro-africanas da Costa Ocidental e de suas diásporas, bem como seus conflitos com os ditames luso-cristãos da missão e seu respectivo universalismo político-teológico-jurídico-mercantil imposto ao continente africano e a seus povos na diáspora.

07/09 – Sexta-feira

O debate entre o cidadão e o jesuíta a respeito da língua geral na amazônia lusa (1720-1740)

Maria Cândida Barros
Pesquisadora Dr^a - Museu Paraense Emílio Goeldi
Gabriel de Cássio Pinheiro Prudente
Mestre - UFPA

O objetivo do trabalho é analisar a conjuntura da Amazônia lusa na primeira metade século XVIII na qual surge um debate entre membros da administração portuguesa e os jesuítas a respeito de qual língua deveria ser usada na evangelização dos índios. Neste contexto, emerge um discurso regalista na Corte em oposição à política linguística dos inicianos, sendo estes últimos favoráveis ao uso da língua geral. Os protagonistas dessa contenda foram o procurador dos colonos em Lisboa, Paulo da Silva Nunes, e o dos jesuítas, padre Jacinto de Carvalho. A discussão não ocorreu por meio de troca de correspondência entre eles, mas por meio de requerimentos, petições, memórias encaminhadas ao rei por ambos, quando estavam em Lisboa. Além dos dois procuradores, o debate ecoou entre outros membros da corte, que foram chamados para darem opinião. A hipótese é que o tema linguístico entrou como parte da argumentação de um conflito político presente na Corte, porém sem influência efetiva na Amazônia. A posição linguística defendida por Nunes (contrário à língua geral) teria sido uma adequação do procurador às críticas aos jesuítas feitas por grupos na Corte e estranha aos colonos contrários aos jesuítas. A questão linguística foi utilizada como um elemento argumentativo na disputa entre colonos e jesuítas pelo poder temporal sobre a mão de obra indígena no estado do Maranhão e Grão Pará. Apesar dos esforços de Nunes em promover a

língua portuguesa e proibir o uso da língua geral, o idioma indígena continuou a ser instrumento de mediação das relações entre missionários, índios e colonos.

O corpo do quinto império: antônio vieira e a representação de mundo

Gil Eduardo de Albuquerque Macedo
Doutorando - UFC

Escrita por Antônio Vieira entre as décadas de 1640 e 1660, a *História do Futuro* trata da emblemática profecia do Quinto Império. Nela, o jesuíta afirma que caberá a Portugal liderar o processo de expansão cristã pelo globo terrestre. Idealizado por prerrogativas temporais e espirituais, Vieira tomou a metáfora do Mundo enquanto corpo para espacializar o fenômeno que hoje concebemos por globalização. Definiu e reordenou o mundo do século XVII por uma lógica anatômica, afirmando ser Portugal a cabeça e suas pernas as colônias ultramarinas. Fusão de *corpus mysticum* com as noções contrarreformistas de corpo político, a metáfora vieiriana criou uma cartografia corporal, escrita sob os moldes de uma narrativa profética.

“Lo que conel favor de dios se conseguirá, más ha de ser fruto de larga paciencia y de mucha oración”. A ideia de missão, durante o generalato do p. Jan roothaan, nas missões dos jesuítas espanhóis no sul brasil, entre 1842 e 1867

Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
Doutorando (UFOP)

Se a primeira bula de aprovação da Companhia de Jesus – *Regimini militantes ecclesiae* de 27 de setembro de 1540 – indicava a “propagação da fé” como principal fim da nova Ordem aprovada por Paulo III, a sucessiva bula de confirmação, a *Exposcitdebitum* de Júlio III de 21 de julho de 1550, trocava o termo “propagação” por aquele de “defesa”. Com esta troca, o fim da ação dos jesuítas da “antiga Companhia”, em um clima de Contrarreforma, entrava na luta anticlerical. Entretanto, a estratégia da Companhia não se conformou aos métodos repressivos dos organismos da Cúria Romana, como os da Inquisição romana, privilegiando um processo de “persuasão” e de “missionação” no confronto de quem ou se tinha distanciado do credo católico (com as missões populares na Europa) ou de quem ainda não aderira à fé católica (*ad infidelis*). Mais do que participar de acesas disputas doutrinárias, os jesuítas dedicaram-se a um apostolado missionário, assistencial e pedagógico, cujos instrumentos preferidos foram o “uso terapêutico” dos sacramentos, especialmente da confissão. Esta comunicação tem por objeto examinar a ideia de “missão” promovida pelo Geral da Companhia, P. Jan Roothaan, em 1833, relançando a ação missionária da “Companhia Restaurada” no Brasil (com os jesuítas espanhóis, entre 1842 e 1867). Entre outros aspectos, buscar-se-á identificar e analisar que formas discursivas (isto é, aqueles artefatos compostos por uma semântica condensada em um discurso verbal e por uma materialidade, cujo conjunto denota uma regularidade que permite uma distinção específica nos contextos de múltiplos campos culturais, tais como os sermões, etc...) os jesuítas da “nova” Companhia usaram neste processo de missão, tendo em vista as exigências da modernidade a que deveriam corresponder no seu apostolado. Como apoio teórico seguiremos Alfonso Mendiola

e Perla CinchillaPawling (Formas discursivas), entre outros. E, metodologicamente, usaremos a Análise de Conteúdo e Análise de discurso segundo L. Bardin e M. Pêcheux.

Contatos transfronteiriços na amazônia colonial: a correspondência entre os jesuítas louis de villette de caiena e josé lopes de belém (1733)

Karl Heinz Arenz
Professor Dr. - UFPA

As relações entre a colônia francesa de Caiena e a Capitania portuguesa do Pará constituem um tema ainda pouco explorado pelas respectivas historiografias no Brasil e na França. Apesar da evidente rivalidade política entre as duas entidades coloniais e suas respectivas coroas, a fronteira estabelecida entre elas sobre o rio Oiapoque em 1713, pelo Tratado de Utrecht, não representava um obstáculo para o trânsito de pessoas e o intercâmbio de produtos. Sobretudo, os povos indígenas do Cabo do Norte aproveitaram esta porosidade para circular entre as duas colônias, ampliando assim sua margem de manobra para resistências e negociações. Mas também colonos e missionários atravessaram regular e constantemente esta fronteira que não se restringiu a uma mera linha de demarcação, traçada com base em um acordo político, mas constituía antes, dos dois lados, uma área remota de núcleos habitacionais já consolidados e, por isso, fomentadora de complexas interações e encontros culturais de caráter multiétnico. De forma concreta, a comunicação propõe a análise de uma carta escrita pelo padre Louis de Villette, superior do Colégio da Companhia de Jesus em Caiena, a seu confrade José Lopes, residente no Colégio de Belém no Pará, em agosto de 1733. Os dois religiosos mantiveram, tal como está sendo evocado logo no início da missiva, uma correspondência regular. O documento, que se encontra no Arquivo Público do Estado do Pará, em Belém, constitui um bom exemplo dos múltiplos e diversos contatos transfronteiriços, como a troca de produtos (café de Caiena contra cacau do Pará), de livros e gramáticas (de Língua Geral), de informações sobre a movimentação de grupos indígenas e de pedidos de apoio mútuo em favor de escravos e, também, colonos fugidos. Assim, apesar da separação ponderada pela lógica diplomática, havia uma intensa circulação de bens, pessoas e notícias entre as duas colônias amazônicas, tendo os jesuítas um papel importante enquanto mediadores.

Mulheres e companhia de Jesus nas missões do rio grande

Maria Emilia Monteiro Porto
Professora Dr^a - UFRN

Apresentamos um estudo sobre a relação da Companhia de Jesus e as mulheres nas missões do Rio Grande entre os séculos XVII e XVIII. O tema da relação das mulheres com a Companhia de Jesus representa um sujeito coletivo marcado de forma enviesada pela ação dos inacionos. Apesar de, sem surpresa, ser uma instituição misógina, manteve uma relação especial com o gênero feminino, atestado pela proximidade com mulheres de alto rango e de forte espiritualidade. No entanto, nas periferias dos Impérios europeus e nos relatos de suas fronteiras tratava-se de poucas europeias e de mulheres indígenas que padeceriam de uma dupla interdição: mulher e indígena. Teria se manifestado nos relatos dessa zona da expansão colonial portuguesa a imagem da índia nua e lânguida dos primeiros relatos da catequese no Brasil? Os jesuítas atuaram no Rio Grande em duas

circunstâncias de fronteira: entre 1599 com a conquista da capitania e 1630 aproximadamente, e entre 1580 e 1759, da Guerra dos Bárbaros até a expulsão da ordem. O objetivo é examinar como se realiza nas práticas históricas da Ordem o discurso sobre o gênero feminino nos relatos das missões: se há um padrão, variação entre os diferentes contextos e como se dá a relação entre homens e mulheres. A “questão feminina” vem adquirindo imensa relevância em nossa atualidade, sendo discutida no campo teológico e em suas aplicações sociais e concretas, sendo este estudo uma contribuição a esse caminho ainda longo a percorrer até que o espaço da linguagem que diz a criação da mulher no Gênesis expresse finalmente a metamorfose do “ela” em “tu”.

08/09 - Sábado

Ilustração e antijesuitismo: o “plano sobre a civilização dos índios do Brasil” de domingos a. B. M. Barreto

Fabício Lyrio Santos
Professor Dr. - UFRB

Uma das principais características da ilustração luso-brasileira da segunda metade do século XVIII é a reflexão a respeito dos primeiros habitantes do Brasil e do melhor método para atraí-los para o grêmio da Igreja e civilizá-los de acordo com os modelos culturais vigentes na Europa. Naquele contexto, a afirmação dos ideais ilustrados corroborava e, ao mesmo tempo, era alimentada pela política regalista que se consolidava com a expulsão dos jesuítas do reino e domínios portugueses decretada em 3 de setembro de 1759. Para além de criminalizados pela tentativa fracassada de regicídio ocorrida no ano anterior, detidos, proscritos e desnaturalizados, os jesuítas foram também alvos de uma intensa campanha difamatória que tomou corpo desde meados da década de 1750 em Portugal e se expandiu por quase toda a Europa. Neste trabalho, busca-se demonstrar, por meio da análise do manuscrito intitulado “Plano sobre a civilização dos Índios do Brasil”, de autoria do intelectual ilustrado Domingos Álvares Branco Muniz Barreto, que o ambiente favorável à difusão do antijesuitismo se estendeu também à colônia, propiciando o surgimento de representações e imagens características do período pós-expulsão. Mesmo sem grandes inovações em relação aos escritos antijesuíticos que o antecederam, tais como a “Relação Abreviada”, de 1757, e a “Dedução Cronológica e Analítica”, de 1767, o “Plano” de Domingos Barreto evidencia a difusão do antijesuitismo no universo cultural luso-brasileiro, o que, por si só, justifica sua análise.

O antijesuitismo como projeto de governo: a construção do antijesuitismo na amazônia colonial (século XVIII)

Roberta Lobão Carvalho
Doutoranda – UFPA, Professora Ms. - IFMA

A partir da compreensão da sociedade colonial como uma sociedade em movimento, baseada em relações de micro poderes e na economia moral do dom, estudaremos os posicionamentos dos diversos grupos sociais existentes na Amazônia portuguesa em relação a atuação da Companhia de Jesus e de seu opositor, o procurador autoproclamado das Câmaras, Paulo da Silva Nunes. Neste trabalho, analisaremos as disposições, controversas e intrínsecas, das Câmaras e funcionários régios em relação à campanha antijesuítica empreendida por Nunes na Corte. Esse agente buscou

apresentar o Maranhão e Grão-Pará à Coroa a partir de suas representações, ou seja, intentou apresentar por meio de suas produções discursivas um modelo explicativo daquela sociedade ao rei, querendo que seu entendimento sobre a natureza, a política, a religião e o trabalho na região fosse percebido e aceito pelas autoridades para pôr em prática seu projeto político de “salvação” daquele “Estado arruinado”, no qual intentava, até mesmo, que fossem retirados do estado os governadores e ministros, para que o governo dele ficasse a cargo das Câmaras do Maranhão e Pará. Buscando concretizar seu objetivo, utilizou todos os espaços possíveis de movimentação naquela sociedade, tanto no aspecto físico, quanto no simbólico, visto ter fugido da colônia para o Reino, tendo como meio de conseguir recursos apenas suas promessas – de alcançar mudanças na legislação indígena e minar a posição de poder dos jesuítas – e o prestígio, não tão certo, de seu principal aliado, Bernardo Pereira de Berredo. Silva Nunes não se comportou de forma passiva diante das regras gerais, utilizou-se das fraturas existentes no permanente diálogo travado entre as regras gerais e locais (GOUVÊA & FRAGOSO, 2010). Esse objetivo foi perpassado por um emaranhado discursivo, no qual encontramos argumentos a favor e contra a sua campanha, e para melhor compreendermos essa empreitada é analisamos os discursos e posicionamentos construídos naquele processo.

Os franciscanos e os gentios (séc. XVI e XVII): a atuação franciscana na conquista territorial, espiritual e cultural do Brasil

Peter Johann Mainka
Professor Dr. - UFSC

A Ordem dos Franciscanos Menores chegou só em 1585, de forma institucional, ao Brasil, mas seus religiosos haviam participado, em 1500, no “descobrimento” do Brasil e já haviam iniciado, na primeira metade do séc. XVI – por vários grupos isolados – o processo de conversão dos gentios brasileiros. A partir de 1585, os franciscanos se instalaram no Brasil e realizaram, de forma sistemática, suas atividades missionárias e colonizadoras. Enquanto a Companhia de Jesus, como ordem recém-fundada atuou no Brasil a partir de 1549, ao lado do Governo-Geral, os franciscanos, como representantes de uma ordem mendicante medieval, já dispunham de uma longa tradição missionária. Com a sua experiência e metodologia na evangelização de gentios, adquiridas na África (Congo), na Ásia (Índia) e na América (México), os franciscanos contribuíram decisivamente para o projeto português de expandir a Fé Católica e o Império Português nas terras do Brasil. São analisadas aqui, a partir das primeiras etapas da missionação franciscana e ao longo do séc. XVII, as contribuições dos franciscanos no processo da expansão territorial e da colonização – com base na historiografia franciscana impressa e em documentos manuscritos do Arquivo Provincial Franciscano do Recife. A serviço da Fé Católica e da Coroa, os franciscanos atuaram, em parte ao lado dos colonos e das autoridades governamentais, e em parte, ao lado dos indígenas, explorados pelos portugueses. Em todo o processo da conquista territorial, espiritual e cultural do Brasil, da missionação e dilatação da Fé Católica como da “domesticação”, “civilização” e integração dos indígenas brasileiros, a atuação franciscana era presente.

As atividades temporais da companhia de Jesus no maranhão e grão-pará. Séculos XVII E XVIII

Rafael Chambouleyron

Professor Dr. - UFPA

Raimundo Moreira das Neves Neto

Professor Dr. - IFPA

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise sobre as atividades temporais da Companhia de Jesus no Maranhão e Grão-Pará, durante os séculos XVII e XVIII, tais como o comércio das drogas do sertão, uma das especificidades do trato jesuítico nas paragens amazônicas. Contudo, para além das especiarias coletadas no interior das matas, também procuraremos mostrar como os padres participaram do desejo da Coroa em fomentar o cultivo daqueles gêneros que até então só se encontravam nos sertões. Os privilégios reais que foram dispensados a Ordem também serão analisados. De tal feita, as críticas dos colonos referentes ao comércio das drogas do sertão, à jurisdição temporal dos padres sobre os aldeamentos e aos privilégios inicianos formam outro ponto de análise deste trabalho. Ainda nesse sentido, tentaremos mostrar como a mudança de governadores (ora a favor, ora contra o apostolado da Ordem) afetava, de alguma forma, a política inaciana referente à maximização do seu patrimônio por meio do comércio. Por fim, tomando como exemplo a década de 1740, dada à disponibilidade de dados quantitativos, veremos que a exportação praticada pelos inicianos se diluía no meio da exportação geral da Capitania do Pará. Em verdade, a vantagem jesuítica nas exportações somente era notória quando comparada com as outras ordens religiosas.

O desígnio da ordem: a companhia de Jesus e a consolidação do espaço na vila de São José de Ribamar do Aquiraz (1713 - 1737)

Ronald Ferreira dos Santos Gomes Tavares

Mestrando - UFC

O estudo que apresentamos é parte integrante de nossa pesquisa de mestrado ora em andamento que busca compreender a atuação da Companhia de Jesus no espaço da Vila de São José de Ribamar do Aquiraz. Verificar-se-á qual a importância que os jesuítas exerceram na consolidação e afirmação daquela vila diante das constantes e notórias disputas civis e eclesiásticas travadas com a vizinha Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. A chave para a continuidade e sucesso das práticas da Companhia parece encontrar eco nos permissivos de adaptabilidade que, a par dos postulados de centralidade e autonomia mitigada ínsitos às tramas da Ordem, conferiam aos membros a possibilidade de moldar suas práticas ao sabor das circunstâncias ditadas pelo contexto local. Assim, tornava-se possível reorganizar o planejamento das ações diante dos obstáculos e desafios que naturalmente surgiam. Escolhemos trabalhar com o espaço da Vila de Aquiraz por uma série de fatores que particularizam tal local em cotejo com a atuação dos inicianos. Primeiramente, saliente-se que a Vila foi sede durante quase cem anos da então Comarca do Seara Grande (1723-1816). Nela os ouvidores eram obrigados a residir seis meses por ano, os demais eram utilizados nas correições pela Capitania. Boa parte de sua população compunha-se de funcionários da coroa aplicados no aparelho jurisdicional da época que lá encontrava-se centrado, de forma que ali tínhamos uma gama expressiva de agentes reais convivendo com

os demais atores que compunham a sociedade colonial, tais como índios, escravos, oficiais mecânicos, licenciados, criadores, agricultores, religiosos, dentre outros. A localidade sempre foi um campo fértil para o embate dos diferentes interesses que tais sujeitos congregavam, os quais interessavam a Companhia de Jesus, visto que, nos núcleos urbanos, pelo contato com a sociedade, os membros obtiveram a proximidade necessária para demonstrar a sua imprescindibilidade no contexto colonial.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 03

ESCRavidÃO E MESTIÇAGENS EM PERSPECTIVAS CONECTADAS: POVOS E LUGARES EM SUAS FORMAS DE TRABALHO, SOCIABILIDADES E RELIGIOSIDADES. (SÉCULOS XVI-XIX).

COORDENADORES:

GIAN CARLO DE MELO SILVA (UFAL)

ISNARA PEREIRA IVO (UESB)

A Rede de Grupos de Pesquisa Escravidão e Mestiçagens (Rede GPEM) objetiva congrega grupos de pesquisa e estudiosos dos mais diversos aspectos relativos à escravidão e às mestiçagens. O desejo é exercitar comparações e conexões entre os estudos sobre diversos lugares e povos da América colonial, fomentando, assim, pesquisas e discussões em torno de temáticas distintas, possibilitando o contato entre diferentes enfoques, conceitos, metodologias e abordagens historiográficas a partir de, também, diferentes fontes de pesquisa. Para o VII EHC, a Rede propõe o Simpósio Temático Escravidão e Mestiçagens em perspectivas conectadas: povos e lugares em suas formas de trabalho, sociabilidades e religiosidades (séculos XVI a XIX). Este simpósio foi concebido a partir da constatação de que a composição social e étnica da sociedade escravista pode ser pensada como um mosaico de elementos de distintas origens e de diversos significados dependendo do lugar e do tempo em que se fala. Tempo e lugar são categorias que nos permitem perceber as historicidades das dinâmicas de mestiçagens em suas manifestações de trabalho, nas construções de redes de sociabilidades e também nas práticas religiosas. A compreensão da conformação da sociedade colonial, em seus distintos lugares, tais como a casa e a rua, o sertão e o litoral, o urbano e o rural, o espaço público e o espaço privado, prescinde de exercícios teóricos que primem pela noção de continuidades e elos promovidos por encontros culturais que promovem novas formas de sociabilidades, mesmo que estas fomentem formas de acomodação, de rejeição ou de coexistências. As abordagens construídas sobre os mundos coloniais, não só americanos, mas também africanos e asiáticos são orientadas nestas proposições.

Local: **SETOR 02/SALA H4.**

A fisionomia e as categorias distinção, classificação e hierarquização nas sociedades ibero-americanas. Século XVIII

Isnara Pereira Ivo
Professora Drª - UESB

As representações fenotípicas aplicadas às pessoas no mundo colonial foram resultado das múltiplas vivências resultantes dos movimentos de ideias e das representações existentes em outros lugares do mundo, além daquelas das sedes das monarquias espanhola e portuguesa. As características fenotípicas relacionadas com o comportamento das pessoas, com o controle de suas ações e sentimentos estavam presentes nas formas de pensar de outros lugares, principalmente, nos espaços mundializados das coroas católicas que, a partir do século XV, misturou-se a outras formas de representações do outro. O caleidoscópio de nomes referentes às cores, condições, fenótipos e qualidades que aparece na documentação colonial só, recentemente, tem sido revisado pelos historiadores. No mais das vezes, os termos utilizados no passado e presentes nas fontes históricas podem fugir à nossa definição, mas, aos coetâneos, representavam algo que todos entendiam e a instrumentalizavam quando necessário. São estes usos e costumes aplicados no passado que precisam ser reavaliados para melhor serem compreendidos e explicados que compõem o corpus da presente análise que investiga as influências das ideias fisionômicas na conformação das categorias de distinção social na América portuguesa. Os tratados de Fisionomia e os registros fiscais das entradas entre A Capitania de Minas Gerais e da Bahia são as fontes de pesquisa do trabalho.

Com defeitos de cor a senhores de cabedais no sertão do acarau (1700-1822)

Raimundo Nonato Rodrigues de Souza
Professor Dr - UEVA

A presente comunicação analisa a presença de famílias negras, pardas, e homens de bens pecuniários no processo de ocupação do sertão do Acaraú, a formação da sociedade sertaneja cujo povoamento estava inserido dentro de uma lógica mercantil da expansão das fronteiras agropastoril. Nesta sociedade colonial, diversos sesmeiros portadores de “defeitos mecânicos” e de cor, como os membros da família Coelho e Dias de Carvalho tornaram-se senhores de cabedais por mercês e negros como José Monteiro de Melo, cuja riqueza foi fruto de seu trabalho. Suas experiências nos possibilitaram pensar na formação da família, no aumento da parentela, na estabilidade familiar, mecanismo importante de mobilidade nas diversas alianças construídas pelo parentesco ritual ou fictício. Procuramos analisar a mobilidade social e econômica deles e suas relações com seus cativos, forros, trabalhadores pobres livres e outros proprietários, envolvendo conflitos e negociações. Utilizamos nesta comunicação como fonte de pesquisa os documentos de sesmarias da Capitania do Ceará, os livros eclesiásticos e os inventários post mortem arquivados respectivamente na Cúria Diocesana de Sobral e no Núcleo de Documentação Histórica (NEDHIS-UEVA).

A presença de mestiçados nos aldeamentos indígenas das capitanias da bahia e de pernambuco nos séculos XVII E XVIII

David Barbuda Guimarães de Meneses Ferreira
Doutorando - UFMG

As relações de contato e interação entre grupos indígenas e africanos, nos aldeamentos indígenas, ainda é pouco estudada pela historiografia brasileira. Contudo, diversos são os casos nos quais podemos perceber essa interação. O objetivo dessa comunicação é analisar, na documentação referente aos aldeamentos indígenas na Bahia e em Pernambuco, a presença dos mestiçados de índios e negros, assim como as relações cotidianas estabelecidas entre eles. Tomando por base autores como Eduardo Paiva, Stuart Schwartz, Isnara Pereira Ivo, Márcia Amantino entre outros, temos também o intento de compreender o contato e a cooperação entre africanos e ameríndios nos espaços dos aldeamentos, além de analisar as relações existentes entre esses aldeamentos indígenas e os quilombos. Os referidos processos de interação entre índios e negros podiam ocorrer com o objetivo de garantir escravização dos índios de forma ilegal, e muitos fazendeiros se utilizavam dos casamentos, por exemplo, para acobertar esta prática. Entretanto, nos aldeamentos, em especial aqueles próximos a quilombos ou engenhos, esses contatos se davam também de forma mais livre, com pouca interferência externa. Desta forma, analisaremos, nos mais diversos casos citados, como os negros eram incorporados nesses aldeamentos e quais as implicações dessa incorporação na vida cotidiana deles e dos índios. A documentação pesquisada para a construção desta comunicação encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino, Documentos Históricos da Biblioteca Nacional e no Arquivo Público do Estado da Bahia e de Pernambuco. Utilizaremos os dados referentes aos aldeamentos indígenas, assim como as decisões do Conselho Ultramarino, da Junta das Missões e do Tribunal da Relação da Bahia que se encontram nesses fundos. Por fim, na documentação encontramos informações acerca dos conflitos envolvendo os índios, as cartas dos missionários, os registros do cotidiano dos aldeamentos, assim como a presença dos mestiçados nesses espaços.

Semicaboclos: pistas sobre o léxico das mestiçagens na capitania de goiás

Jason Hugo de Paula
Doutor - IFG

O léxico das mestiçagens teve emprego vasto e dinâmico na Capitania de Goiás, pois, sempre que se recorre à fontes inéditas ou mesmo às já conhecidas, indícios das variadas formas utilizadas no passado para a classificação e hierarquização da população são encontrados. Nas fontes eclesiásticas, por exemplo, os momentos de recebimento dos sacramentos (batismo, casamento etc.) dos fiéis eram registrados em livros especificamente dedicados àquela finalidade e, já há algum tempo, esses códices pertencentes aos arquivos de igrejas vem sendo utilizados por vários especialistas interessados tanto no estudo da composição/construção daquela sociedade pretérita quanto no estudo linguístico ou do emprego de determinados termos presentes nessa documentação. A utilização do trabalho escravo (africano, indígena, mestiço) e a mineração influenciaram na diversidade populacional que transitou pela Capitania de Goiás nessa época, resultando apenas para a Freguesia de Santa Luzia, comarca de Vila Boa, em mais de uma dezena de vocábulos cuja finalidade era identificar e, quase que concomitantemente, atribuir àquelas pessoas uma “qualidade”, “um lugar” naquele tecido social marcado por traços do Antigo Regime

e pelas novas relações construídas. Dessa forma, com o objetivo de avançar no conhecimento do léxico das mestiçagens na América Portuguesa, proponho uma análise do vocábulo semicaboclo presente na documentação eclesiástica da Freguesia de Santa Luzia, buscando resgatar na construção desse termo tanto o indício da mescla do índio com o branco quanto o de uma construção baseada em prováveis traços identitários e fenotípicos observados e registrados nos assentos pelo escriba (vigário) e/ou seus “informantes”.

Mulata, morena ou dona? Maria Joanna da Rocha - notas sobre hierarquias e mestiçagens em goiás colonial

Maria Lemke
Doutora - UFG

Cada vez mais os estudos sobre a escravidão, as complexas hierarquias sociais e as mestiçagens consideram que as “cores” na América portuguesa foram apenas um dos mecanismos de distinção e hierarquia. Aliás, tais hierarquias eram fluidas e corriam ao sabor de interesses, compadrios, afetos e desafetos. Um pardo poderia ser transformado em negro; um mulato, perder a cor; ou como ocorreu com Maria Joanna da Rocha, neta de uma “preta da Costa”, ser elevada à qualidade de dona e, em meio a disputas por poder, ser novamente lembrada de seu (ante)passado escravo. No bojo destas percepções e problematizações históricas e historiográficas, o objetivo deste texto é analisar como as mestiçagens reproduziam hierarquias em Goiás colonial. Para tanto, o cruzamento documental permitirá focar a trajetória de Dona Maria Joanna da Rocha, cuja classificação variou entre “mulata em segundo grau”, “morena” e “dona”.

As festas reais no mundo atlântico: práticas festivas na cidade do Rio de Janeiro (segunda metade do século XVIII)

Roberta Martinelli e Barbosa
Doutora - Colégio Pedro II

A presente comunicação procurará compartilhar o meu trabalho de doutorado sobre as festas reais na cidade do Rio de Janeiro no contexto da segunda metade do século XVIII. Ainda que o recorte espacial do estudo centre-se em eventos festivos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, a análise tem como proposta pensar tais celebrações em suas conexões com outras manifestações festivas similares no espaço atlântico do Império português, em cidades como Lisboa e Luanda no mesmo período cronológico. Os festejos públicos em homenagem ao rei português tiveram dimensões globais, mas com distintas e próprias manifestações locais. Seguindo esta perspectiva, propomos relacionar tais práticas festivas em diferentes localidades do espaço atlântico de modo não a ressaltar algum tipo de homogeneidade entre elas, mas sim a buscar os modos específicos pelos quais elas expressavam padrões e códigos comuns ao império português. A partir da análise das comemorações no Rio de Janeiro pelo nascimento do Príncipe da Beira, em 1762, procuraremos por em evidência as especificidades locais e conjunturais deste evento festivo sem perder de vista a dimensão atlântica, e mesmo imperial, de tais práticas. Refletiremos sobre os significados de exibição pública produzidos pelos diferentes sujeitos que participaram daquelas festividades, dando particular destaque aos múltiplos sentidos da encenação apresentada pelos homens pardos daquela cidade no interior do festejo.

Sociedade e poder na povoação de estância, capitania de sergipe del rei, século XVIII

Carlos de Oliveira Malaquias
Doutor - UFSE

Ao longo do século XVIII, a povoação de Estância se tornou um dos principais espaços de comércio da Sergipe, intermediando as trocas entre a localidade e Salvador através da navegação nos muitos rios que cortavam a povoação. Além de um centro urbano dinâmico, com artesãos de ocupações sortidas, a povoação contava com uma ampla área produtora de mandioca e farinha, gado vacum e, mais tarde, cana e açúcar. Um dos traços da animada vila social da povoação de Estância era a diversidade de sujeitos que interagiam nas ruas do comércio, nas atividades dos portos, nas festas religiosas e nas tabernas. Esta proposta busca analisar como o vocabulário da cor expressava e, simultaneamente, era condicionado pelas posições sociais e relações comunitárias dos indivíduos descritos e cujas atividades foram relatadas nos Processos de Devassa abertos pelo juízo da povoação ao longo dos Setecentos. Compulsamos quase uma centena de processos – a totalidade de documentos para o XVIII – que nos mostram as cores e profissões das testemunhas inquiridas nas investigações movidas pelo juiz ordinário, além das informações sobre os réus e vítimas dos processos. Essas informações indicam como a informação de cor era um elemento manipulado na construção de sentidos sociais pelos atores (juízes, testemunhas e vítimas), constituindo-se como um dos atributos de classificação em uma sociedade pautada pela desigualdade fundamental da escravidão.

Trilhas ciganas no sertão da bahia setecentista

Natally Chris da Rocha Menini
Doutoranda - UFRRJ

A dinâmica de transplante da população cigana do espaço metropolitano para as colônias ultramarinas lusas pode ser compreendida através dos estudos sobre o degredo no Império Português, uma vez que o degredo de pessoas ciganas para o ultramar funcionou como um instrumento colonizador. Especialmente no século XVIII as autoridades régias buscaram utilizar os ciganos como agentes povoadores na América Portuguesa, tornando a capitania da Bahia um “lugar de degredo” voltado para esse grupo étnico. Levando em consideração a significativa presença de ciganos degredados na capitania, no presente trabalho problematizaremos os modos de inserção dos grupos ciganos na sociedade Setecentista, atentando para os rearranjos étnicos que lhes foram possíveis nas regiões do sertão baiano.

07/09 – Sexta-feira

Mudança de qualidade nas alforrias de “mestiços” (vila nova do príncipe, 1792-1814)

Helder Alexandre Medeiros de Macedo
Professor Dr. - UFRN

Analisa alforrias de “mestiços” (pardos, mulatos, cabras e “mestiços de pardo e preta”) ocorridas na Vila Nova do Príncipe, sertão da Capitania do Rio Grande do Norte, no período de 1792 a 1814. Utiliza, para tanto, cartas de alforrias transcritas em nove Livros de Notas do referido período, do termo judiciário da Vila Nova do Príncipe, cujos dados foram transpostos para um banco de dados no software Microsoft Access e analisados com o concurso da História Serial e Quantitativa. A inquietação para o trabalho surgiu do fato de, no registro da alforria, em alguns casos, a qualidade do(a) libertando(a) vir grafada de forma diversa à da carta original, razão que nos incita a questionar-se os porquês dessa mudança. O trabalho alinha-se com estudos já desenvolvidos anteriormente em relação às dinâmicas de mestiçagens no sertão do Rio Grande do Norte, a partir da discussão conceitual proposta por Eduardo Paiva. Nesse caminho, o olhar sobre as fontes históricas aqui destacadas nos revela que é preciso considerar, na compreensão do fenômeno das mestiçagens, os contextos de produção do registro notarial, do agente que o faz e da época onde estavam imersos, com o fito de poder se perscrutar acerca das mudanças na enunciação das qualidades dos indivíduos nos livros de notas.

Religião e dinâmicas de mestiçagens na comarca do serro frio: irmandades, devoção e sociabilidades no tempo da escravidão – século XVIII

Ariel Lucas da Silva
Doutorando - UFMG

As misturas de hábitos, crenças e formas de pensamentos são um dos processos que fundaram as sociedades no Novo Mundo. Para compreender essas complexas dinâmicas de mestiçagens, é preciso considerá-las em seus aspectos e sentidos culturais. No entanto, não devemos perder de vista as múltiplas dimensões que os processos de misturas envolvem, incluindo aí sua dimensão de dominação e violência. Partimos, portanto, de exercícios teóricos/conceituais que primem pela noção de encontros que promovem novas formas de sociabilidades, mesmo que eles fomentem formas de acomodação, rejeição e coexistências. Esta comunicação irá apresentar o desenvolvimento inicial da pesquisa de doutoramento intitulada “Religião e mestiçagem na comarca do Serro Frio: Irmandades do Rosário, devoção e sociabilidades no tempo da escravidão (1716-1846)”. Seu objeto de pesquisa são as irmandades formadas por escravos e libertos, pretos e pardos na comarca do Serro Frio, sertão norte da capitania de Minas Gerais. Mais especificamente, as irmandades do Rosário; das Mercês e São Benedito e a Arquiconfraria do Cordão de São Francisco dos pretos e pardos da Vila do Príncipe (Serro) e do Arraial do Tejuco (Diamantina). O objetivo da pesquisa é analisar os documentos relacionados a essas irmandades, a fim de compreender e conectar processos históricos de mesclas associados ao mundo religioso da época. Para dar sustentação aos estudos, trabalharemos com alguns conceitos tributários do conceito de

mestiçagens, como: “trânsitos e trocas culturais”; “sociabilidades” e “dinâmicas de mestiçagens”. Essa combinação se deve à complexidade se coloca, na contemporaneidade, para a historiografia que se propõe a pensar as questões referentes ao religioso em associação à escravidão e às dinâmicas sócio-culturais.

O legado dos saberes centro-africanos presentes nas fundições da real fábrica de ferro São João de Ipanema entre os séculos XVI E XIX

Franciely da Luz Oliveira
Mestranda - Unicamp

O processo de construção da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, na Vila de Sorocaba, e seu funcionamento já foram observados sob diversos ângulos. Em geral, as pesquisas historiográficas privilegiaram uma análise através de um viés que contempla a dita ciência moderna europeia. Aos portugueses e demais povos da Europa sempre foi atribuído um tom de protagonismo, até o momento muito bem delineado. Todavia, construir uma fábrica de ferro demanda muitos recursos, principalmente recursos humanos para levantar seus edifícios e muita força de trabalho destinada a produção. Apesar do amplo conhecimento a respeito do empreendimento, pouco se sabe sobre as minúcias da lide cotidiana na fundição do minério nesse local e as prováveis conexões desta atividade com a história dos trabalhadores escravizados oriundos das mais distintas regiões da África Centro-Occidental. A Fábrica de Ipanema, seguindo os moldes industriais modernos, foi oficialmente inaugurada no início do século XIX, em 1811, momento em que o tráfico de africanos para a América começou a crescer substancialmente. Contudo, desde o governo do Morgado de Mateus, Capitão Mor da Capitania de São Paulo entre os anos de 1765 e 1775, o empreendimento estava no horizonte dos planos da Coroa Portuguesa. A concepção que esses sujeitos escravizados tinham a respeito da escravidão, suas relações com o fundir do ferro, e suas ações nas Américas, sem dúvidas, passavam diretamente pelas experiências construídas e formuladas ao longo de suas trajetórias em seus locais de origem na África. Esta apresentação, portanto, busca contemplar as dimensões da diáspora africana com enfoque na atuação dos sujeitos africanos que atuaram, lado a lado dos Europeus, para construção e no aprendizado da fundição do ferro no espaço da Real Fábrica de São João de Ipanema. A ênfase da análise será no período compreendido entre o final os séculos XVI e início do século XIX. Faremos uma discussão evidenciando a importância das técnicas africanas, e as experiências prévias destes sujeitos no trato com ferro, elemento muito vinculado, por exemplo, com as relações religiosas, e como elas integraram, numa perspectiva dinâmica, o espaço atlântico e se estabeleceram ao longo do período selecionando para a pesquisa em andamento.

Escravos africanos e mestiços na capitania de sergipe del rei em fins do período colonial

Eden Filipe Santos Vieira
Mestrando - UFSE

Considerando que o trabalho escravo foi a base do desenvolvimento da sociedade sergipana na segunda metade do século XVIII e início do XIX, mas pouco se conhece sobre as origens dos indivíduos escravizados, esta proposta dedica-se a analisar a população cativa da capitania de

Sergipe Del Rei, caracterizando-a quanto a composição sexual, etária, matrimonial e, com maior enfoque, sua origem, discutindo-se as designações dadas a cativos africanos e nativos. Para tanto, nos valem de listas de plantadores do final do século XVIII e de inventários post-mortem datados de 1800 a 1822, além dos primeiros mapas de população elaborados pelo governo provincial. Desse modo, observa-se que o corte de origem produz distinções significativas na distribuição sexual, etária e matrimonial dos escravos em Sergipe. Havia superioridade dos escravos nascidos no Brasil sobre os africanos, no entanto, os trazidos pelo tráfico somavam em torno de um terço do contingente cativo. Além disso, verifica-se um diversificado vocabulário de designativos de origem para os escravos nativos e várias origens geográficas dos africanos. Tais resultados permitem concluir que o tráfico e a mestiçagem foram estruturantes da escravidão no território sergipano no fim do período colônia.

Entre liames e redes: do ofício mecânico, das primeiras letras, das patentes a mobilidade social e ao parentesco espiritual das famílias dos livres de cor na comarca do rio das mortes (1770-1850)

Sirleia Maria Arantes
Professora Dr^a - IFSEMG

A comunicação “Entre liames e redes: do ofício mecânico, das primeiras letras, das patentes a mobilidade social e ao parentesco espiritual das famílias dos livres de cor na Comarca do Rio das Mortes (1770-1850)” aborda a mobilidade social dos livres de cor nas freguesias de Nossa Senhora do Pilar de São de João del-Rei, de Nossa da Conceição de Aiuruoca e de Nossa Senhora de Baependi por meio de um estudo prosopográfico dos membros dessas famílias com o propósito de compreender seus anseios e as estratégias de mobilidade social por meio dos nobreamentos e da leitura, bem como as redes de compadrio dos livres de cor nas freguesias em foco, além do batismo e da constituição do parentesco espiritual entre a criança e os padrinhos.

“Como se fossem brancos”: liberdade e mudança de qualidade no Rio de Janeiro dos séculos XVIII E XIX, Jacutinga

Moisés Peixoto Soares
Doutorando - UFRJ

A comunicação pretende destacar as “qualidades” dos libertos nas sociedades colonial/imperial no Rio de Janeiro dos séculos XVIII e XIX, especialmente nas freguesias de Piedade de Iguaçu e Santo Antônio de Jacutinga, localizadas no Recôncavo do Rio de Janeiro. Entende-se por “qualidade” categorias que classificavam e hierarquizavam os indivíduos como, por exemplo, pardos, cabras, pretos, índios, etc., (PAIVA, 2012). Geralmente expressas em listas nominativas, fontes paroquiais como batismo e casamento, testamentos e inventários post-mortem. O objetivo da comunicação também é destacar a ausência destas “qualidades” nestas fontes, o que podia evidenciar que o indivíduo era branco ou registrado “como se fosse branco”. Para isso, analisamos os livros de batismo e casamentos das duas localidades e percebemos a grande quantidade de indivíduos que não traziam alguma categoria ou mesmo evidência de ser egresso do cativeiro junto ao nome, ou seja, o que indicava que poderiam ser brancos. Assim como percebemos a pequena

quantidade de “pretos” entre os libertos nestas mesmas fontes. Grande paradoxo, já que neste período, principalmente da virada do XVIII para o XIX, até as três primeiras décadas, era volumosa a entrada de africanos na cidade, muitos com destino as freguesias do Recôncavo do Rio de Janeiro. Teriam tais egressos “mudados de cor” quando saíram da escravidão? Para apurarmos esta hipótese seguimos algumas trajetórias de libertos através do cruzamento das fontes acima elencadas e constatamos que, após o recebimento ou compra da carta de liberdade, muitos eram registrados “como se fossem brancos”. Ademais, explicar os mecanismos que colaboravam para tal mudança também é propósito desta comunicação.

Pretos e crioulos: atuação e mobilidade de agentes não mestiços no sertão da Bahia do século XVIII E XIX

Ocerlan Ferreira Santos
Mestre - SEE-BA

Esta comunicação analisa a atuação e os processos de mobilidade social e jurídica de agentes não mestiços no Sertão da Ressaca dos séculos XVIII e XIX (grosso modo, a área do planalto da Conquista, no Centro-sul baiano). Para isso o estudo fez uso do cruzamento de fontes como cartas de alforrias, testamentos, inventários post-mortem, processos cíveis e criminais, correspondências oficiais, recenseamento do Império de 1872 e os relatos dos agentes do governo, cronistas, viajantes e missionários que circularam pelos sertões no referido período. Busca-se evidenciar a maneira como pretos e crioulos se integraram e atuaram como agentes das mestiçagens biológica e cultural no processo de conformação da sociedade sertaneja do interior da Bahia. Para tanto, parte-se da perspectiva das *connected histories*, apresentadas, dentre outros, por Serge Gruzinski, SanjaySubrahmanyam e Eduardo França Paiva, que propõem ver a história nos seus contextos, mas sem perder de vista as conexões, visto que todas as sociedades, em diferentes tempos, viveram seus processos de mundialização. Para este estudo, referimo-nos ao processo iniciado pelas Coroas Ibéricas, no século XV, com as navegações oceânicas, que conectou a Europa, África, Ásia e América. Ele estimulou adaptações, improvisações, invenções, acordos e soluções entre as culturas envolvidas e fez circular saberes, objetos, plantas, línguas e corpos pelos quatro cantos do mundo. Como produto da mundialização, as mestiçagens Ibero-americana possibilitaram que, mesmo diante dos impedimentos jurídicos, pretos e crioulos, assim como outros agentes não-brancos, alcançassem diferentes graus de mobilidades.

História e sociedade em santa luzia do norte no século XVIII

Gian Carlo de Melo Silva
Doutor -UFAL

O presente trabalho visa observar as transformações ocorridas em Santa Luzia do Norte, na Comarca das Alagoas no século XVIII. A região, que chegou a ter ligação com o litoral, onde atualmente existe a Cidade de Maceió, foi perdendo importância histórica e política. Contudo, em seu passado colonial foi uma das localidades mais importantes, tendo sido um foco de resistência contra os holandeses. No século XVIII, a região produziu uma documentação rica e pouco encontrada para o Brasil, são as listagens com as pessoas de confissão que habitavam a região. Através delas nos propomos observar as dinâmicas sociais, as organizações familiares e a presença de escravos num dos espaços geográficos de Alagoas em que existiram os primeiros engenhos.

Colonização, formação de identidades e trânsitos culturais no sul da capitania da Bahia. Século XIX.

Ramom Pereira de Jesus Moreira
Mestrando - UESB

A pesquisa tem como locus a comunidade negra de Helvécia, situada no extremo Sul do Estado da Bahia. O distrito de Helvécia é pertencente ao município de Nova Viçosa, antiga Vila Viçosa, formada durante a segunda metade do século XVIII, seguindo o projeto de Dom José I, e que foi colocado em prática durante o período pombalino (1750-1777). A localização do então distrito de Helvécia, traz-nos algumas especificidades que corroboram com a intencionalidade da pesquisa. Investigar como a memória da escravidão interfere na construção identitária dos grupos que compõem a comunidade “quilombola” de Helvécia, uma vez que a mesma, encontra-se na região que um dia integrou uma colônia, formada por europeus de diversas nacionalidades. As terras da atual comunidade negra de Helvécia, precisamente na primeira metade do século XIX, integrava a composição da colônia Leopoldina, criada em 1818, quando através de um decreto D. João VI concedia a estrangeiros europeus, possessões de terras em sesmarias para a formação de colônias agrícolas. Em 1818 o Sul da Província da Bahia foi espaço para conexões e trânsitos culturais, uma vez que houve uma circulação maciça de alemães, suíços, franceses e africanos. Embora a coroa instalada no Brasil fosse portuguesa, constata-se que nenhuma fronteira política era rígida, conseqüentemente houve a circulação de pessoas de diferentes nacionalidades em solo brasileiro. Na atualidade, encontramos em Helvécia um ponto importante de referência para a discussão dos conceitos e categorias que são caros a pesquisa: trânsitos culturais; conexões; mediações; comunidades negras; mestiçagem e mundialização. Pessoas da comunidade de Helvécia constituem sujeitos desta pesquisa, uma vez que temos como plano de fundo, todos os acontecimentos e desdobramentos colonizadores que vão ocorrer na região Sul da Província da Bahia.

Theodoro Sampaio. O filho da escrava Gegê investiga os kraôs

Ricardo Alexandre Santos de Sousa
Doutor - UESB

Theodoro Sampaio era um homem de cor preta, filho da escrava Domingas da Paixão. Esta era propriedade de Manoel Lopes da Costa Pinto, senhor do Engenho de Canabrava na Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda do Bom Jardim, Município de Santo Amaro da Purificação no Recôncavo baiano. Aos nove anos de idade o menino Theodoro foi retirado da companhia da mãe para acompanhar o padre Manoel Fernandez Sampaio, supostamente seu pai, e na capital do Império dar continuidade aos seus estudos. No ano de 1876 o jovem mestiço de pele preta formava-se engenheiro pela Escola Politécnica e atuou em diversas áreas do conhecimento ao longo de sua longa carreira como história, geografia, etnografia, geografia cartografia, arqueologia e, evidentemente a engenharia. Em um de seus estudos etnográficos Theodoro dedicou-se aos Kraôs, ao entrar em contato com alguns indivíduos daquela etnia. As observações do engenheiro, levando-se em conta o seu lugar social de fala, leva a algumas reflexões sobre os dilemas e reflexões dos brasileiros acerca de si mesmos na segunda metade do século XIX.

Quem sai aos seus não degenera - Juliano Moreira e a teoria abasileirada da degenerescência - uma trajetória intelectual à luz dos conceitos das mestiçagens, mobilidade, trânsito cultural e mediações

Evandra Viana de Freitas
Mestranda - UESB

Na segunda metade do século XIX, os cientistas brasileiros relacionavam os conceitos de raça, mescla biológica e degenerescência da população miscigenada. A ideia de eugenia que surgira e adquirira status científico na Europa, rapidamente se expandiu para outras partes do mundo, incluindo o Brasil. Aqui, o conceito eugenista ganhou a marca da nossa sociedade escravocrata. Os pensadores brasileiros se debruçaram sobre a teoria do determinismo racial e da degenerescência, tendo o mestiço de pele escura como motivo de grande preocupação na formação da Nação brasileira, fadada a se extinguir, segundo a teoria vinda da Europa e dos Estados Unidos da América. Juliano Moreira, mestiço de pele negra e pobre, ascende socialmente, formando-se em medicina e com a sua tese de doutoramento desafia as ideias vigentes. Com uma vida dedicada exclusivamente às pesquisas, ao estabelecimento de protocolos médicos, à criação de associações e periódicos e implantação de laboratórios científicos em solo brasileiro, promoveu um intenso trânsito científico-cultural com vários países, especialmente a Alemanha e o Japão. O trabalho de Juliano Moreira foi um marco no início de um movimento nacional de enfrentamento à teoria da degenerescência racial, contribuindo, no final do século XIX, para disseminação do pensamento multicultural e em favor das mestiçagens biológicas e culturais. Para entender esta trajetória intelectual em seu tempo histórico, além de nos determos na compreensão das teorias eugenistas, determinismo racial e inatismo, mobilizaremos o conceito de mestiçagens e as categorias o sustentam metodologicamente, a saber: a mobilidade cultural, trânsitos culturais - e suas transferências mútuas, em maior ou menor grau de permeabilidades e impermeabilidades - e as mediações culturais.

Elementos mestiços em um terreiro de tambor de mina em São Luís do Maranhão: a tenda nossa senhora da guia “cabana de preto velho”

Herlinton Rodrigues Nunes
Professor Ms. - IFMA

Este trabalho tem por objetivo compreender as características constituintes do Tambor de Mina no terreiro Nossa Senhora da Guia “Cabana de Preto Velho” a partir dos elementos mestiços que se apresentam nessa manifestação religiosa presente em São Luís do Maranhão. A escolha desse terreiro se deu por ele se definir como Tambor de Mina, mas recebe influência da Umbanda, bem como do catolicismo popular. O Tambor de mina ou Mina se apresenta como uma religião extática e iniciática, que tem na incorporação uma forma sensível de comunicação com o sobrenatural e, no contato direto entre filho e pai ou mãe-de-santo, intensificado em períodos de reclusão, a principal forma de transmissão de conhecimento. No referido terreiro, percebe-se a existência de entidades denominadas de caboclos, de pretos velhos, etc., em uma relação de convivência, de aproximação com os santos católicos, principalmente São Benedito, santo negro considerado

como santo protetor dos negros e São José de Ribamar, santo protetor e padroeiro do Estado do Maranhão, dentre outros do panteon católico. Outro elemento importante do traço mestiço é o uso do maracá nos rituais de consultas que é realizado em atendimento ao público que procura o terreiro para resolver problemas de toda ordem. Câmara Cascudo (1999, p.552) define maracá como “[...] o primeiro dos instrumentos indígenas no Brasil. É o ritmador dos cantos e das danças ameríndios [...]”, mas alerta também que pode ser encontrado em outros grupos. Percebe-se então que essa convivência entre santos católicos e entidades africanas, indígenas, caboclas, etc., nos terreiros de tambor de mina sofrendo influência de outras vertentes religiosas para além do catolicismo se dá devido à manutenção de antigas crenças e o aparecimento de outras que vão se misturando, mas também coexistindo, havendo superposições e convivência tudo ao mesmo tempo.

Ideias eugênicas, memórias da escravidão e sistema prisional no Brasil

Priscila Barbosa Lins Drummond
Mestranda - UESB

Nesta comunicação, serão apresentadas algumas das reflexões suscitadas pela pesquisa em andamento, cujo objetivo geral é compreender as repercussões das práticas escravocratas, os impactos da vasta aceitação da antropologia criminal no Brasil empregada como “arma política de discriminação social e limpeza étnica” e possíveis repercussões no sistema prisional brasileiro, nos dias atuais. Sobre o hiperencarceramento, o Infopen (2017) aponta que entre 1990 e 2016, o crescimento da população carcerária foi de 707%. Estima-se, que 726.712 pessoas se encontravam presas até o mês de junho de 2016, e destes, 55% são homens, negros e jovens entre 18 a 29 anos. O Censo (2010) aponta que 53% da população brasileira é negra e parda, 46% é branca e 1% é indígena, amarela ou de cor não informada. No cárcere, 64% da população é composta por negros e pardos, 35% brancos e 1% de índios, amarelos e não informados, evidenciando a porcentagem de 77,78% de negros e pardos presos, o que indica uma desproporção no aprisionamento. No intuito de compreender como os negros e pardos são percebidos nos espaços sociais, e se o excesso de aprisionamento se deve por herança colonial, utilizaremos como procedimentos metodológicos: a revisão bibliográfica e eletrônica das contribuições de Pollak (2015): “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada”; as permanências das ideias fisionômicas aristotélicas aplicadas às categorias de mestiçagens analisadas por Ivo (2016) e as teses de Lombroso (2011) sobre delinquência a partir das características anatômicas e psicológicas, que presentificam-se na história e memória celebradas nas imagens praticadas sobre os negros. As relações entre história colonial, eugenia e memória são os principais exercícios teóricos propostos na análise dos dados do sistema prisional entre 2004 a 2016.

Redes de sociabilidade na luta pela liberdade

Sven Korzilius

Doutor - Ludwig-Maximilians-Universität Munique

Através de ações de liberdade do Brasil o objetivo é contribuir ao conhecimento de redes de sociabilidade e da “proteção grupal” na busca de inserção/ascensão na sociedade mestiça. Quem lutava por sua liberdade judicialmente, necessitava de pessoas, que ajudaram com dinheiro, com conhecimento dos fatos, das leis e do acesso à justiça, com proteção contra senhores que tentaram impossibilitar um processo, fiadores, cuja qualidade era definida pelos seus bens, testemunhas, cuja qualidade ou até condição era um assunto, relacionado à credibilidade. Ações de liberdade mostram que a alforria não era somente um assunto de casa, mas também da rua. A vizinhança reagiu escandalizada em casos de descumprimento de uma liberdade concedida ou de maus tratos. Tais redes de solidariedade não eram somente locais! Informações, por exemplo, sobre uma venda ilegal de uma pessoa, chegaram de capitânicas distantes. Nas ações de liberdade, tal solidariedade saiu do mero espaço privado e entrou no espaço público. Neste contexto, a família surge como lugar ambivalente. Famílias negras/mestiças zelosamente buscaram alforriar membros ainda escravos; em outras famílias, irmãos (muitas vezes “brancos”) de um filho ilegítimo, alforriado pelo pai e reconhecido como legítimo herdeiro, queriam manter esse irmão na condição escrava, com a finalidade de negar sua qualidade de co-herdeiro. E, como demonstram as “índias” ilegalmente escravizadas e declaradas como africanas por seus “senhores”, as ações de liberdade são um gênero de fontes no centro da questão das dinâmicas da mestiçagem. Assim, essa comunicação compreende ações de liberdade como situadas entre resistência e adaptação, e pretende mostrar que elas são a continuação judicial de complexas negociações sobre cor/qualidade e condição, e que o status resultando dessas negociações depende da solidariedade de muitas pessoas.

Seguindo os rastros da impunidade: escravização e reescravização ilegais no ceará do século XIX

Antonia Márcia Nogueira Pedroza

Doutoranda - UFC

No Brasil escravista do século XIX existia um trânsito permanente entre o mundo da escravidão e o da liberdade, vivenciado principalmente pelos descendentes de africanos, que em um dia podiam experimentar a liberdade, e em outro eram jogados no cativeiro. Apesar de ser crime (previsto no Artigo 179 do Código Criminal de 1830) escravizar gente livre, esta prática ocorreu com certa frequência no Ceará do Oitocentos, às vezes, com o conhecimento das autoridades. Este estudo busca compreender como a liberdade foi usurpada e reivindicada pelos sujeitos sociais nas tramas dos costumes e da Justiça institucionalizada. O corpus documental que permite essa tarefa investigativa é formado por informações jornalísticas, ações judiciais, relatórios dos presidentes de província e manuscritos da chefatura de polícia. Motivados pela necessidade de análise intensa dos detalhes nas fontes, estes aparentemente sem valor, mas essenciais na construção de sentido das ações e movimentos dos sujeitos recorreremos ao método indiciário, fundamentado na micro-história italiana. Dentre os resultados obtidos por este estudo, cumpre assinalar que a fraude jurídica foi um dos principais fatores que contribuíram para que muitas pessoas livres fossem escravizadas na província do Ceará. Também foi possível observar com esta pesquisa, uma grande incidência de impunidade, mesmo nos casos em que ocorria a apuração dos fatos da escravização ilegal, principalmente quando o escravizador gozava de status social distinto.

Porto seguro e o processo de mundialização ibérica no Brasil

Pedro Ivo Moreira Gomes Rodrigues

Mestrando - UESB

Marcello Moreira

Professor Dr. - UESB

A proposta de Comunicação Oral trata da chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, e, a partir de um ícone, o monumento comemorativo dos 500 anos desse evento, erguido em Coroa Vermelha, onde, pensa-se, foi celebrada a Primeira Missa, a resignificação e a reatualização dos valores pelos quais foi construído o Estado Brasileiro. O pano de fundo da análise é a memória indígena, solapada por séculos de exclusão e mais tarde valorizada como um elemento formativo da cultura nacional. O objetivo desta comunicação é chamar a atenção para a forma como os povos indígenas foram descritos ao longo da colonização, como a memória dessa etnia ficou adormecida sob o peso da cultura imposta pelo conquistador português, que inaugurou em terras americanas os seus padrões e valores trazidos da Europa, inaugurando em terras americanas uma historiografia poética e retoricamente defendida sob o viés dominante. O trabalho explora formação da nacionalidade brasileira, com destaque para os seus caracteres multiétnico e multicultural. O presente trabalho busca contextualizar o objeto com o processo de mundialização ocorrido entre os séculos XV e XVII, capitaneado pelas coroas ibéricas; conforme produção acadêmico/literária que trata do assunto. Questionar o acoplamento de um mundo em outro, em que a cultura nativa foi desprezada em favor da cultura do dominador europeu, no que defendemos que o ato fundante em Coroa Vermelha foi o start desse processo, pelo seu significado não só místico, mas também político.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 04

GOVERNO E DOMINAÇÃO: PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA ADMINISTRAÇÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA

COORDENADORES

MARCO ANTÔNIO SILVEIRA (UFOP)

SÍLVIA RACHI(PUC-MG)

Reavivada pela historiografia, a administração da América portuguesa apresenta-se como objeto privilegiado de análise, uma vez que possibilita o entendimento verticalizado das filosofias, dos pensamentos, das diretrizes e da práxis que nortearam a ação governativa na Colônia. Em outras palavras, o estudo da temática permite a avaliação dos discursos e valores diretivos das ações metropolitanas, das crenças e dos princípios políticos fundantes da linguagem oficial - presentes em variada tipologia documental -, bem como de suas apropriações no universo colonial. Destaca-se neste fórum de discussão que, apesar da existência de estratégias governativas ligadas a mecanismos e agentes cuja atuação abarcava diversos níveis, especialmente o local - aspecto bem esquadrihado pela historiografia atual -, de igual maneira, processou-se, à época, a aplicação

de medidas visando o fortalecimento da presença da Coroa em suas conquistas na intenção de manutenção e ampliação de seu domínio. Ressaltem-se, sob esse prisma, a elaboração de legislação voltada a regiões particulares de além-mar, o uso de instruções de cunho moral-religioso, o emprego de certos tipos de ação impositiva e as estratégias relativamente padronizadas de combate a revoltas. Todos esses aspectos voltados à reafirmação, inclusive na esfera simbólica, das estruturas administrativas centrais articulavam-se à de razão de Estado, noção em torno da qual se produziu, na Península Ibérica dos séculos XVI e XVII, importante literatura, destacando-se as de caráter neoescolástico e tacitista. Tais reflexões, por vezes apresentadas sob a forma de emblemas, compuseram o quadro das representações e práticas administrativas, perceptíveis sobremaneira (mas, não apenas) na documentação exarada por órgãos lisboetas. O Simpósio Temático em questão tem por objetivo, portanto, congregando trabalhos que intencionem discutir a atuação ordenadora exercida pelo Estado português nos diferentes rincões da Colônia, concebendo-a como estratégias e mecanismos dedicados não apenas ao exercício do governo, mas também ao do domínio. Dessa forma, o simpósio situa-se no encontro de três abordagens temáticas: os desafios relativos às políticas centralizadoras durante a Época Moderna, a retórica e a prática administrativas direcionadas à América portuguesa - expressas pelos dizeres e pelas orientações latentes no léxico documental - e o ordenamento social de seu território. Acredita-se que, com base na análise de elementos preponderantes da redação dos manuscritos, seja possível evidenciar marcas, permanências e transformações no esforço regulador da Coroa lusitana no Ultramar.

Local: **SETOR 02/SALA D4.**

06/09 – Quinta-feira

Disputas por soberania e uso da terra nos sertões minerais do sul (1750-1768)

Denise A. S. de Moura
Professora Dr^a - UNESP

Esta comunicação apresentará resultados de uma pesquisa sobre a disputa entre sertanistas que desejavam empreender o uso da terra e a exploração de ouro e diamantes nos sertões do Tibagi, atual noroeste do Estado de Paraná e a Coroa portuguesa que tinha o objetivo de ampliar seus domínios na região em virtude de competição geopolítica com a Coroa de Espanha. Diante das mobilizações institucionais destes sertanistas para comprovarem seus direitos de posse, uso e exploração destes sertões, a Coroa Portuguesa deu início a uma agenda política para justificar o seu domínio sobre a região, que teve início com a contratação em 1752 de um geógrafo italiano para confeccionar um plano de mapeamento deste espaço e culminou na reabilitação da autonomia administrativa de São Paulo e execução de um amplo projeto oficial de mapeamento com base na instauração de terços de milícias de infantaria e cavalaria entre os anos de 1768-1773. Desde o século XVII a geografia vinha se tornando um campo de conhecimento científico com autoridade para legitimar direitos de Estado ou direitos individuais sobre terras. Assim, tanto a Coroa, como sertanistas fizeram uso de discursos com conteúdo geográfico, desenhos e mapas topográficos para defender estes direitos. Estas conclusões foram alcançadas através de documentos administrativos diversos e cartográficos disponíveis na coleção do Conselho Ultramarino digitalizada pelo “Projeto Resgate”, cujos dados foram interpretados com o auxílio de historiografia que vem associando Política de Estado e conhecimento técnico-científico entre os séculos XVII-XVIII (Canizares-Esguerra, 2006; Furtado, J., 2012; Tamar, Herzog, 2015).

Ilustração e colonização nos sertões do norte: produção e circulação de saberes nos escritos de agentes da administração colonial (capitanias do Ceará e do Piauí, segunda metade do século XVIII)

Leonardo Cândido Rolim
Doutorando - USP, Professor Ms. - UERN

A partir da segunda metade dos setecentos ficaram mais evidentes os aspectos de ilustração nas políticas de exploração colonial. A racionalidade da administração metropolitana, forjada ainda nas primeiras décadas do século, reconfigurou também sua correspondente no ultramar. Assim, os agentes coloniais pertencentes aos quadros administrativos tiveram papel fundamental nas reorganizações do sistema colonial na segunda metade do século XVIII. Para tanto, aos ouvidores, provedores, capitães-mores e governadores era constantemente solicitada a produção de memórias, ideias de população, descrições e outros tipos de relatos com vistas a munir os agentes metropolitanos de informações que, de acordo com as ideias ilustradas, serviriam para projetar de forma mais sistemática a exploração dos territórios ultramarinos. Além disso, a própria comunicação entre os agentes administrativos na colônia gerou uma documentação que evidencia a troca de dados sobre aspectos econômicos, ecológicos, hidrográficos, etc. com o intuito de conhecer as possibilidades de intervenção direta na exploração dos territórios e suas populações. Destarte, nesta comunicação, analisaremos em que medida algumas das memórias, relatos e descrições enviadas às instâncias metropolitanas e parte das correspondências trocadas entre ouvidores/provedores e capitães-mores/governadores se configuram como projetos de colonização com o objetivo de esquadrihar os Sertões do Norte, entendida aqui como região colonial formada ao longo do século XVIII que compreendia as capitanias do Ceará e Piauí, e assim inseri-los nas reconfigurações dos padrões de colonização no final do século XVIII.

Os desafios do governar em tempos de guerra: o vice-reinado de D. Fernando José de Portugal e Castro (1801-1806)

Marieta Pinheiro de Carvalho
Professora Dr^a - UNIVERSO

Os estudos recentes da historiografia luso-brasileira apontam para a importância de análise da comunicação política entre instituições centrais e instâncias de poderes localizadas no ultramar. Vale destacar que, se para um período anterior à década de 1750 havia uma correspondência muito maior com as câmaras municipais, após esse momento, o eixo se desloca para as relações entre as Secretarias de Estado e os governadores/vice-reis. Isso se deve de certo modo a uma tendência iniciada no reinado de d. José I (1750-1777) e seguida por d. Maria I (1777-1816) de centralização do poder. Nessa ação política centralizadora merecem destaque as tentativas de reforço das associações entre o centro e a América portuguesa, a partir de um viés reformista ilustrado. Partindo desses pressupostos, nosso objetivo é apresentar algumas reflexões sobre a comunicação política entre o vice-rei D. Fernando José de Portugal e Castro e a Secretaria de Estado dos Domínios Ultramarinos entre os anos de 1801 e 1806. Tal contexto foi marcado, no plano internacional, pelas chamadas guerras peninsulares, as quais se refletiram no relacionamento político econômico e diplomático de Portugal com as demais potências estrangeiras. Ainda que

não de maneira determinante, essa conjuntura de instabilidade europeia influenciou as relações do reino com a América portuguesa, sobretudo no que se refere à necessidade de defesa, diante do risco de invasões estrangeiras. Pretende-se dimensionar tanto as propostas apresentadas pela Coroa, quanto os limites das ações do vice-rei em colocar em prática as instruções recebidas.

Em nome do Rei: a história da diplomacia no século XVII

Luiz Felipe Vieira Ferrão
Doutorando - UFRJ

Ao longo do XVII a diplomacia sofreu uma profunda transformação e passou a ser um elemento fundamental para os estados europeus. Em meados do seiscentos a interação diplomática surgiu ainda como uma atividade fundamental apresentam já contornos bastante complexos, afirmando-se como um ramo cada vez mais importante da ação da Coroa. Foi um século de mudanças que alteraram por completo a natureza das missões diplomáticas, bem como o seu lugar na política europeia. Neste comunicado iremos explorar a historiografia que trouxe a luz estas mudanças apresentando o estado atual da discussão que refletiu a passagem dos trezentos e cinquenta anos sobre a assinatura dos tratados de westefália (1648-1998), o recente interesse da historiografia portuguesa e espanhola sobre as questões referentes a restauração e a relação de Portugal com Roma e todas as questões inerentes a Guerra dos Trinta anos.

Revés e desonra: os rejeitados pelo santo ofício no Brasil colonial

Luiz Fernando Rodrigues Lopes
Doutorando - UFOP

As habilitações de agentes da Inquisição foram insígnias dos mais importantes mecanismos de distinção no império português ao longo do Antigo Regime. Aqueles que se candidatavam a colaborar com o tribunal da fé na defesa da heterodoxia católica buscavam alcançar o lastro público da boa ascendência e bom nascimento, condição indispensável para a boa imagem pública nesta sociedade vigorosamente marcada pelos estatutos de limpeza de sangue. No entanto, muitos foram o que tiveram suas pretensões frustradas e amargaram o desgosto de verem suas reputações questionadas, seja por mácula sanguínea, por mau procedimento ou incapacidade. Esta comunicação busca apresentar os perfis sociais dos candidatos rejeitados pelo Santo Ofício no Brasil colonial entre os séculos XVII e XIX, trazendo à lume dados quantitativos e reconstituindo trajetórias destes candidatos fracassados.

Brasil profundo: por uma cartografia histórica da pobreza no Maranhão colonial

Helidacy Maria Muniz Corrêa
Professora Dr^a - UEMA

O tema da pobreza no Maranhão tem sido explorado a partir do enfoque das políticas públicas e de debates teóricos, situados nas conjunturas sócio-econômicas das décadas de 1990, com indicadores que apontam para uma possível intervenção social. São trabalhos preocupados, majoritariamente, com análises das situações de pobreza no Maranhão a partir das estruturas neoliberais. Contudo, do longo processo de colonização à atual globalização, a história do Estado tem sido vinculada a um quadro permanente de pobreza extrema. Desse modo, esta comunicação visa apresentar alguns elementos para uma reflexão acerca do universo discursivo produtor de imagens sobre a pobreza no Maranhão colonial. Partindo-se das percepções da época pretende-se situar as questões e condições que envolvem as imagens de pobreza a fim de relacioná-las aos debates travados no Maranhão durante essa época e problematizar as percepções e as práticas administrativas quanto aos usos políticos da noção de pobreza. Dentre o vasto corpus documental possível, as análises, no âmbito desta proposta, serão demonstradas com base nos documentos do Catálogo dos Manuscritos Avulsos Relativos ao Maranhão Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e nos atuais aportes teóricos metodológicos relativos ao tema, entre os séculos XVII e XVIII. Até o presente momento, desconhecem-se tanto estudos específicos sobre a pobreza no Maranhão colonial quanto perspectivas de uma cartografia histórica do tema. A própria escassez de produções sobre o assunto no domínio acadêmico reflete esse quadro e a relevância deste tipo de estudo.

Gentes, qualidades e condições sociais: conformação populacional mestiça nas freguesias de Aracati e Russas (1720-1820)

Elisgardênia de Oliveira Chaves
Professora Dr.^a - UECE

Em estudos realizados a partir dos registros de casamentos e de batismos referentes às freguesias de Aracati e de Russas, no período de 1720 a 1820, pude perceber que atividades desenvolvidas em torno da economia agropecuária, entre outros elementos, conectaram a capitania do Siará Grande aos sertões, à zona da mata açucareira brasileira, à Metrópole e à África. Seja por mar ou por terra, pelas várias vias de acesso, pelos trânsitos internos e intercontinentais pessoas de “qualidades” (nativos, portugueses, africanos, brancos, pretos, crioulos, mestiços, mulatos, pardos, cabras e mamelucos, entre outras designações) e de condições sociais (livre, liberto e escravo) formaram variadas formas de famílias mestiças. Assim, diferente da imagem de fixidez que os sertões no Brasil foram imaginados pela literatura e pela historiografia, a nova realidade historiográfica tem possibilitado constatações sobre a fluidez, os encontros, as misturas biológicas e culturais nas paragens sertanejas. Essa pesquisa, portanto vem somar-se a estudos historiográficos brasileiros desenvolvidos, sobretudo a partir dos anos 1970/80, que embasados em corpus documental

variado e com ênfase nas naturalidades e nas mobilidades geográficas têm identificado intensas migrações populacionais. A procedência da população das duas freguesias confirma o trânsito e as lógicas de deslocamentos de entradas, saídas e fixações pelas estradas, vilas e ribeiras da capitania. Em razão do exposto, essa comunicação objetiva problematizar as mestiçagens a partir dos índices populacionais elaborados dos registros de casamentos e batismos relacionados às qualidades, bem como as qualidades referentes às condições sociais nas freguesias de Aracati e Russas, no período de 1720 a 1820.

O litígio entre a família donatarial da capitania de p\ Pernambuco e a coroa Portuguesa na retórica do advogado Manuel Álvares Pegas

Juarlyson Jhones Santos de Souza
Doutorando - UFPE
Virgínia Maria Almoêdo de Assis
Professora Dr.^a - UFPE

Em 1647 o rei D. João IV destituiu a Capitania de Pernambuco do domínio senhorial de Duarte de Albuquerque Coelho. Para além das motivações políticas da Coroa que levaram a esta ação, foi alegada a ineficiência da família donatarial em proteger sua Capitania da invasão estrangeira, notadamente dos holandeses, e os custos materiais e humanos necessários para a sua reintegração aos domínios portugueses. Tal fato levou a um pleito judicial que se estendeu nos tribunais do Reino até a primeira metade do século XVIII, e que opôs os herdeiros de Duarte de Albuquerque Coelho – D. Maria Margarida de Castro e Albuquerque, única filha do donatário e casada com o Conde de Vimiozo D. Miguel de Portugal – à própria Coroa. Pretendemos discutir uma das peças judiciais que fizeram parte deste conjunto processual conhecida como “Alegação de Direitos por parte dos senhores condes de Vimiozo sobre a sucessão da Capitania de Pernambuco”, cuja composição é do advogado e jurista português Manuel Álvares Pegas, que atuou na defesa da família donatarial. Nosso interesse reside em analisar a natureza dos argumentos jurídicos deste Advogado, as formas pelas quais ele se utilizava, por meio de sua retórica, das brechas existentes no ordenamento jurídico contratualista do Antigo Regime, e mensurar o seu papel na formação da jurisprudência portuguesa seiscentista.

A lei e o alvará: os ouvidores e as ouvidorias foram extintos?

Nara Maria de Paula Tinoco
Doutoranda - UFRRJ

A presente comunicação tratará sobre o discurso que se deu a partir de um documento de época, que expôs as interpretações dadas a duas leis promulgadas. Primeiramente, sobre a lei de 19 de julho de 1790, que extinguiu as ouvidorias e o cargo de ouvidor das donatarias e dos terrenos sob a tutela do Império Português, determinando que as funções do mesmo fossem revertidas para os corregedores, principalmente no que tange às correições e demais jurisdições exercidas por este oficial. Sabendo-se que, no ultramar, os ouvidores régios e donatários acumulavam, ambos, as funções dos corregedores e até dos provedores, várias questões foram suscitadas quanto à pertinência da lei e suas consequências em todo o território imperial, em especial, na conquista americana. Segundo, no ano de 1792, lançou-se um alvará para sanar as dúvidas e a

jurisprudência criada a partir da lei de 1790, pois, nos territórios ultramarinos, como no Estado do Brasil, os ouvidores acumularam, durante o período moderno, funções além das de justiça, e que, em decorrência disto, os equilíbrios entre as jurisdições e os agentes poderiam ser seriamente afetados devido às interpretações sobre a lei e o alvará. Nosso interesse em complementar o entendimento sobre esses documentos veio das constatações descritas e dos interesses de um magistrado, no ano de 1799, pelo ouvidor/corregedor da Comarca do Sabará, como assim se nomeia na documentação, Francisco de Sousa Guerra Araújo Godinho, ante as solicitações do Governador da Capitania, sobre um conflito oriundo da Comarca do Rio das Mortes, entre o ouvidor e o juiz ordinário, especificamente sobre a extinção da jurisdição e poder dos ouvidores. Araújo Godinho, natural de Mariana (MG), filho de um dos advogados da região e da nobreza local, no ano de 1789, é nomeado a ouvidor da ouvidoria de Sabará (MG), mais tarde, ingressa no Tribunal da Relação do Rio de Janeiro e no Conselho da Fazenda.

Jesuítas: a palavra como instrumento na missão

Maria Valdenice Soares Craviée

Mestre - UCB

Aparecida Valéria Salviano Souza

Mestranda - UCB

Esse trabalho trata das missões Jesuíticas no século XVI no Brasil Colonia e pretende analisar o modus operandi do trabalho missionário por eles realizado, com base na significação que a Companhia de Jesus lhe atribui, assim como assinalar a questão da dualidade da relação entre Coroa Portuguesa e os Jesuítas, a partir da oratória nas ações missionárias. É uma pesquisa bibliográfica, com aportes teóricos em Vasconcellos, Neves, Assunção, Massini, Boxer, O'Malley, Miranda, Klein dentre outros. A presença Jesuítica se fez cedo no Brasil, desembarcaram na Bahia em 1549, tinham como missão converter os habitantes nativos à fé cristã. Porém, para o entendimento do caminho por eles percorridos até a colônia portuguesa é necessário analisar o contexto político-social da Europa no Século XVI. Foi um período marcado pela Reforma Protestante e movimentos populares que emergiam na sociedade. Esse contexto provocou a reação da Igreja Católica, com a realização do Concílio de Trento. A ordem inaciana teve um papel marcante devido ao seu posicionamento conservador e reputação de letrados, de tal forma que o rei Dom João III solicitou a presença destes nas colônias portuguesas. Considerar-se também a importância do Padroado Português, patrocinador das missões católicas e instituições eclesiásticas pelo mundo. Paralelamente a esse arcabouço é imprescindível conhecer a formação inaciana, que orientada pela Ratio Studiorum garantia a qualidade de ensino. Nela há ênfase na oralidade da palavra com o ensejo de alcançar o afeto e o intelecto dos ouvintes. Assim, a palavra oral alcançou colônia, o Brasil por meio do trabalho educativo e das pregações nas missões. Na prática teórica administrada pelos inacianos existe um conceito particular que é o de "acomodação". Esse conceito foi um importante instrumento na prática missionária dos jesuitas utilizada em suas missões pelo mundo na colônia portuguesa.

Rústicos e civilizados: a representação da cidade, do espaço e do homem mineiro (1780-1820)

Patrícia Vargas Lopes de Araujo
Professora Dr.^a - UFV

Essa comunicação tem por objetivo analisar, a partir de um conjunto de textos formulados por intelectuais e administradores da capitania de minas gerais, a maneira como os princípios e os valores do pensamento ilustrado difundiram-se pelo Brasil e como, uma vez difundidos, auxiliaram a constituição de políticas que agiam não apenas sobre as pessoas, indicando comportamentos adequados para o viver em cidade, mas também mobilizando ações em função da constituição de uma cidade idealizada. A partir das concepções formuladas por esses intelectuais, procura-se investigar questões relativas às concepções de rusticidade, de civilidade, de ordenamento urbano, buscando-se investigar a forma como a cidade tornar-se-ia locus de civilização, visto que representaria o domínio do homem sobre a natureza. De forma particular, discute-se os escritos de José João Teixeira Coelho (1780) e Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos (1807), funcionários da coroa portuguesa entre finais do século XVIII e começo do XIX com intuito de, a partir desses textos, compreender as representações e formulações constituídas acerca do ordenamento do território das minas gerais, bem como as perspectivas com relação à civilidade e urbanidade de sua população. Procura-se problematizar como tais autores expressaram a preocupação com relação à ideia de regularidade e de ordenamento do espaço e de como estes implicariam também o conhecimento da população e a observância de ações que levassem à condição de civilização da sociedade.

As sentenças criminais do termo de Mariana (1731-1832)

Maria Gabriela Souza de Oliveira
Doutoranda - UFOP

Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento que tem como objeto central de estudo a prática da justiça criminal através das sentenças proferidas durante o século XVIII no termo de Mariana, Comarca de Vila Rica. O objetivo desta apresentação, em linhas gerais, é analisar os tipos de penas aplicadas pela justiça criminal entre os anos de 1731, ano de criação do cargo de juiz de fora da Vila e 1832, como marco das mudanças na legislação criminal no Brasil. Para atingir a proposta, propõe-se apresentar o perfil dos criminosos sentenciados pela justiça, bem como os crimes por eles cometidos e por fim, as penas recebidas. A par de todas as esferas em que um mesmo indivíduo vivia, ou seja, as relações com os vizinhos, a Igreja, o trabalho etc., a justiça também atuava, interferindo na forma com que essas pessoas se relacionavam com o mundo e resolviam seus conflitos, sendo a justiça um importante mecanismo para organização social. Para isso, foram utilizados como fontes de pesquisa os processos criminais arrolados no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (MG) referente ao período entre 1731 e 1832. Esta proposta de apresentação justifica-se, pelo fato de, embora atualmente haja muitos estudos que possuem a justiça como tema central, ainda há poucos estudos que se dediquem ao tema da aplicação das penas pela justiça criminal na colônia, especificamente nas Minas setecentistas.

O imposto da segunda capitação: historicizando sua implementação sob a perspectiva da teoria da razão de estado (Minas Gerais, 1735-1751)

Pollyanna Precioso Neves
Doutoranda - UFOP

Em Regimento de 1750, que reativava as Casas de Fundição e buscava estimular a tributação aurífera através do quinto, o rei de Portugal declarava que de 1618 até aquele ano já haviam sido criados doze métodos diferentes de arrecadar o dito direito real. É dentro desse contexto, portanto, que nos preocupamos em analisar o processo de implementação de um desses métodos. Ou seja, a segunda capitação que vigorou entre os anos de 1735 e 1751, recaindo sobre todos os cativos das Minas, empenhados na mineração ou não, inclusive os da exploração diamantífera. Concomitante à capitação, deveriam os que viviam de comércios, comboios e fábricas pagar o maneiio, imposto que recaía sobre os seus rendimentos. De modo geral, tratava-se de um sistema que incidia diretamente sobre a propriedade dos colonos. Logo, os demais impostos cobrados, como os dízimos, os registros de entrada e o quinto estariam suspensos. Buscamos historicizar a implementação do sistema como estratégia de manutenção e aumento do Estado Português, avaliando as fontes que trazem o projeto da capitação, os pareceres de homens dos governos das Minas e o regimento para a sua execução. Assim, acompanhar o movimento da tributação e fiscalização sobre a mineração na colônia, em especial nas Minas Gerais, sob a perspectiva da teoria da razão de Estado, é algo que nos ajuda a compreender a colonização lusa dentro de um processo voltado à maior racionalização nas governanças europeias. É importante, também, analisar as instâncias do poder real como sendo dotadas de variadas possibilidades de ações e estratégias, que em parte dependiam também da aceitação dos súditos.

O conselho de governo e o exame de abusos introduzidos na “pública administração”

Renata Silva Fernandes
Doutoranda - UFJF

Nesta comunicação analisaremos algumas das tradicionais formas de avaliação e julgamento do exercício da autoridade características do “paradigma jurisdicional” constituído ao longo da época Moderna e suas reformulações sob o regime constitucional no Império do Brasil. Para tanto, centraremos nossas considerações na atuação de exame dos abusos introduzidos na pública administração verificada no Conselho de Governo da província de Minas Gerais. Destacaremos dois aspectos diretamente interligados que consideramos ser constituidores da atuação institucional desse organismo provincial enquanto autoridade legítima, os quais se vinculam diretamente à tradição jurisdicional característica do Antigo Regime português. O primeiro deles é a importância do mecanismo peticionário, uma forma consagrada desde muito nas práticas político-administrativas do Império Português. As petições apresentadas ao Conselho de Governo – que denotam a presença de práticas e valores vinculados à tradição, patentes no conjunto de estratégias e dispositivos retóricos mobilizados –, versavam sobre temáticas que já eram, de longa data, objetos de lamentos e pedidos encaminhados ao governo, como é o caso das queixas e denúncias contra “abusos de autoridades”. Essas petições representavam uma parcela considerável da composição do expediente do Conselho de Governo e acabaram por desempenhar um papel

decisivo na definição dos assuntos a serem resolvidos. O segundo aspecto é a significância no quadro geral de atuação do Conselho de Governo das questões relativas ao exame dos abusos introduzidos na pública administração – com especial destaque para verificação dos magistrados –, sejam elas apresentadas pelo mecanismo peticionário ou oriundas de iniciativas voluntárias dos conselheiros. A instituição se encarregaria de não deixar abusos e omissões impunes, promovendo a efetiva responsabilidade, chave de avaliação da autoridade também característica de uma administração jurisdicional.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 05

PRÁTICAS E INSTITUIÇÕES CULTURAIS E EDUCATIVAS NA AMÉRICA COLONIAL

COORDENADORES:

ÁLVARO DE ARAÚJO ANTUNES (UFOP)

KELLY LISLIE JULIO (UFMA)

Este Simpósio tem como objetivo debater e evidenciar estudos sobre as relações entre instrução, cultura escrita e as práticas culturais e educativas. Ao mesmo tempo, pretende discutir a presença dessas relações nas diferentes instituições enquanto mediadoras de sociabilidades e poder na América Colonial, desde os fins do século XVII até os processos de independência. No período histórico focalizado, os processos educativos não eram exclusivos das instituições escolares e tinham dinamismo e visibilidade fora delas. Tal fato está relacionado a uma tradição intelectual e político-administrativa que concebia a educação como um conjunto de ações voltadas para a formação do súdito cristão e que poderia ser encontrado em diferentes dimensões da vida social. Partindo desse entendimento, este Simpósio considera os eventos que poderiam ser revestidos de uma intenção educativa extensiva às práticas desenvolvidas por outras instituições e em outros espaços que não apenas o escolar. A abrangência da concepção educacional justifica esta proposição, na medida em que os debates desenvolvidos podem ajudar a perceber a ampla dimensão dos eventos de ensino e aprendizagem e, ao mesmo tempo, compreender o que significava educar o indivíduo para torná-lo útil à Coroa, à Igreja e à sociedade. Assim, no presente Simpósio, busca-se perceber e discutir as relações entre instrução e educação nas dinâmicas administrativas, civis e eclesásticas, bem como as ligações existentes entre atividades econômicas, formação profissional e projetos educacionais desenvolvidos em Portugal ou Espanha e que alcançaram seus domínios ultramarinos, particularmente a América. Ademais, em função do recorte temporal adotado, interessam temas que abordem o estudo das instituições e de seus componentes e as relações entre a cultura escrita e a Ilustração. Nesse sentido, importa conhecer a produção discursiva dos inúmeros agentes envolvidos nos diferentes processos administrativos e educacionais atinentes ao mundo da escrita, antes e depois das reformas pombalinas do ensino. Mais precisamente, visa-se conhecer: os letrados e sua formação universitária; os serventuários públicos e privados; as livrarias e o comércio de livros; os discursos oficiais, construídos institucionalmente acerca da instrução; e as ações resistentes, dos excluídos ou marginalizados expressas por meio de escritas de si ou em depoimentos de oitiva para escrivães, copiadores ou outros agentes. Enfim, o simpósio

abrange as formas e os mecanismos de instrução e educação na sua ampla acepção e na extensa dinâmica das suas práticas.

Local: **SETOR 02/SALA F2.**

06/09 – Quinta-feira

Ancilla Theologiae – os cursos de filosofia dos colégios jesuíticos na américa portuguesa e a formação cultural dos grupos dirigentes coloniais, séc. XVI-XVIII

Bruno Martins Boto Leite
Professor Dr. - UFRPE

A Companhia de Jesus trabalhou de modo a estruturar o projeto político do Estado português nos trópicos pela via da afirmação do projeto tridentino convertendo índios e escravos africanos em católicos e em súditos da coroa, disciplinando a sociedade colonial através do discurso moralizante dos sermões e pela prática da confissão por eles empreendida e, finalmente, formando intelectualmente as classes dirigentes ou as elites letradas, leigas ou não. Essa formação intelectual deu-se, mormente, pela criação de cursos propedêuticos ao ensino universitário europeu onde se ensinava, para além dos conteúdos básicos, como ler, escrever e contar, as humanidades e as Artes, como então se chamava a Filosofia na época moderna. Esses cursos foram erigidos em poucos colégios inicianos da América portuguesa: existiam no Colégio da Bahia, no do Rio de Janeiro, no de Olinda, no de São Paulo, no de Recife, no do Grão-Pará e no do Maranhão, totalizando sete cursos que forneciam uma formação aparentemente sólida em filosofia. A formação ali ofertada, como podemos ver pela análise da proposta da *Ratio Studiorum* (1599), era exclusivamente baseada na tradição escolástica e na filosofia de Aristóteles. A cultura que embasava o pensamento cristão jesuítico trazia consigo uma série de elementos e formas de organizar o pensamento que produziram formas relacionais específicas entre os atores coloniais muito marcadas e específicas e constituíam, portanto, o espírito, o princípio e a lógica do sistema – moderno – constituído pelos portugueses nos trópicos. Dito isto, nossa intenção neste estudo, mais precisamente, é a de analisar a natureza específica destes cursos jesuíticos, além de formar uma visão de conjunto da cultura ali propalada para estabelecer uma reflexão sintética e preliminar sobre o modo como a educação dos padres ofertada aos colonos e outros agentes configurou-se como o élan vital do projeto empregado na construção de uma sociedade do Antigo Regime.

Pedagogia jesuítica na Amazônia colonial: teoria e prática

Jane Elisa Otomar Buecke
Mestrando - UEPA

Este artigo apresenta uma análise da concepção epistemológica dos Jesuítas e sua ação em terras amazônicas no início da colonização, no século XVII. Partindo do contexto da criação da Companhia de Jesus como Ordem Missionária com visão neoescolástica, examina-se a atividade educativa dos jesuítas com as crianças na Amazônia. O objetivo do trabalho é refletir sobre a missão dos inicianos na região, suas bases teóricas e prática educativa em face da influência que esta ordem

religiosa sofreu com o nascimento da ciência moderna. Para tanto destaca-se o papel dos inacianos como instrumento da colonização europeia na América. Metodologicamente é um trabalho de natureza histórica baseado em fontes documentais e bibliográficas, especialmente a “Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão” de João Felipe Bettendorff que abrange as ações dos inacianos na região Amazônica desde a primeira tentativa de instalação da missão em 1607 até a sua morte em 1698. O referencial teórico se assenta na História Cultural (BURKE, 2008). Conclui-se demonstrando que para além do processo de aculturação, o empirismo adotado na ação educativa dos jesuítas na Amazônia contribuiu também para formação da cultura local.

“He tam proprio, & natural dos mininos brincar, & folgar”: efeitos físicos e morais na educação pueril em uma obra do jesuíta Alexandre de Gusmão, américa portuguesa, século XVII

Fernando Cezar Ripe
Doutorando - UFPel

Esta comunicação parte da análise da A arte de cuidar os filhos na idade da puerícia (1685), do jesuíta português Alexandre de Gusmão (1629-1724), especialmente do capítulo Dos jogos, & brincos dos mininos. A obra, escrita na América portuguesa nos finais do século XVII, apresenta os fundamentos da “boa educação” e dos cuidados práticos que os pais e mestres deveriam ter na criação das crianças. A partir de Georges Vigarello entende-se que jogos e brincadeiras são produtores de efeitos sociais e físicos, pois seus movimentos, encenações e exercícios refletem visões particulares do corpo e da moral. Nesse sentido, através de um movimento metodológico descritivo-analítico, identificamos e analisamos os possíveis efeitos físicos e as atitudes morais que Alexandre de Gusmão presumia em relação aos jogos, brincadeiras e divertimentos pueris, uma vez que reconhecia e recomendava alguns, e interditava outros por considerar violentos ou potenciais à sensualidade. Nessa relação, revelam-se diferentes atividades lúdicas dominadas por atitudes e comportamentos sociais. Outra preocupação de Gusmão está relacionada com a distração e vício que os “pays devem livrar os filhos”, “porque o pay, que permite o filho ser tafil[viciado em jogos] em minino, que espera venha a ser em mancebo[moço], senam ladram, perjuro, blasfemo, prompto para todo o mal”. Por outro lado, o jogo poderia assumir estatuto de maior dignidade. Gusmão acreditava que “foi sempre boa política recebida de todas as naçoens, permitir-lhes alguns jogos, & brincos pueris, honestos, & propios daquela idade, com que aliviem o enfado do estudo, & fujão a ociosidade”. Tal compreensão, em grande medida, permite afastar a identificação do jogo com o pecado e associá-la com os aspectos positivos para a atividade intelectual e para o enriquecimento do ócio.

A genebra dos sertões: índios, Holandeses e calvinistas na serra de Ibiapaba (nordeste, 1630-1660)

Maria Aparecida de Araújo Barreto Ribas
Pós-doutoranda - UFC

A aparente possibilidade que qualquer pessoa tem de ascender ao mundo da leitura, desde que lhe sejam proporcionados os meios adequados, faz com que o ato de ler passe despercebido

enquanto prática cultural carregada de intencionalidade. A prática educativa sempre esteve plenamente convencida de que “o ensino da leitura é um meio de transformar os valores e os hábitos dos grupos sociais que são o seu alvo”. Nesse sentido, dentre as características específicas da missão calvinista, no Brasil holandês (1639-1654) uma era essencial: a alfabetização. Para a Igreja Cristã Reformada, não havia como desvincular uma prática da outra: evangelização e alfabetização deveriam caminhar juntas, pois eram as duas faces de um mesmo processo de conversão a uma religião do Livro, a Bíblia. A partir, portanto, do viés da leitura e da produção de textos para a catequese calvinista essa pesquisa tem buscado rastrear, mediante indícios históricos e etnográficos esparsos, a trajetória desses índios calvinistas transculturados exilados na Serra da Ibiapaba, quando do fim do domínio neerlandês, em 1654, e sua posterior remoção, pelo governo, mediante a intervenção do padre Antônio Vieira, para o Maranhão. Trata-se de desvendar uma incógnita historiográfica, pois, depois de sua retirada da Serra — se é que todos se retiraram — não se tem mais notícias destes índios nem registro de sua experiência singular de trânsito entre três culturas religiosas: a sua própria, o catolicismo e o calvinismo. Eles parecem desaparecer ou se confundir na massa dos índios habitantes do Maranhão. Pelo viés da etno-história e da história da leitura, o objetivo é rastrear, nestes índios, as práticas calvinistas presentes em suas trajetórias. E, a partir disso reconstruir a trajetória dos mesmos.

A casa e o colégio de São Gonçalo: um breve retorno dos jesuítas entre o seiscentos e o setecentos à Paraíba

Thiago Gomes Medeiros
Professor Ms. - IFRN

Esse trabalho tem por objeto perscrutar os processos de fundação da Casa e do Colégio de São Gonçalo pertencentes a Companhia de Jesus após o retorno dos padres inacianos à Capitania da Paraíba no final do seiscentos. Vale frisar que a primeira vez em que os jesuítas foram expulsos da capitania foi no ano de 1593, pelo então governador Feliciano Coelho. A partir de fontes impressas e documentos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino se analisa a temática, tendo por objetivo, compreender as práticas da casa (formação religiosa/doutrinal) e, principalmente, do colégio jesuíta (formação educativa/instrucional), como instituições culturais e educativas atuantes durante o período em que os padres da Companhia permaneceram missionando na Paraíba até meados do setecentos. Também serão investigadas as vicissitudes que convergiram para a primeira expulsão dos jesuítas e o intervalo de noventa anos para o breve retorno, quatro décadas após a expulsão dos holandeses do Nordeste oriental, cenário marcado pelo desmantelamento das estruturas eclesiásticas católicas na capitania, gerando à escassez de sacerdotes e a inexistência de um colégio em suas terras. Por sua vez, a trama vai se costurando a partir do tráfego epistolar entre as diferentes autoridades, tanto eclesiásticas quanto locais, sendo elas: Superiores Provinciais, Capitães-Mores e Oficiais da Câmara; que insistentemente participavam à Coroa portuguesa reiterando os requerimentos da fidalguia paraibana para que se criasse uma instituição, desvinculada do Real Colégio de Olinda, que instrísse e doutrinasse seus filhos. Para tanto, solicitavam das autoridades reais as mercês necessárias para que os padres inacianos se fixassem na região, atuassem nas missões e fundassem um colégio atendendo às reivindicações e anseios da elite local. Assim, o processo de fundação desses equipamentos, Casa e Colégio de São Gonçalo, tem a intenção em contribuir para o resgate das práticas educativas no território paraibano, entre os séculos XVII e XVIII, bem como fortalecer e expandir os estudos sobre a História da Educação no contexto do Brasil colonial.

Como tomar o estado de religiosa: práticas educativas para as noviças clarissas urbanistas em Portugal e na américa portuguesa (séculos XVII E XVIII)

Ana Cristina Pereira Lage
Professora Drª - UFVJM

Proponho investigar a formação que ocorria no momento do noviciado para tomar o Estado de Religiosa nos conventos que seguiam a Segunda Regra das irmãs Clarissas. Os marcos espaciais e temporais são Portugal e a América Portuguesa nos séculos XVII e XVIII. É importante salientar que a relação de trocas propicia a percepção de uma certa unidade educativa praticada no noviciado. Os conventos serão aqui analisados enquanto instituições educativas, uma vez que possuem normas e procedimentos que propiciam uma formação moral e intelectual, especialmente por meio do desenvolvimento de práticas de leitura e de escrita. As fontes para esta pesquisa são: a própria Regra das clarissas que foi elaborada pelo papa Urbano IV (1263), as Constituições Gerais (1683), alguns livros que direcionavam o cotidiano das noviças, documentação administrativa da Corte Portuguesa e manuscritos do interior dos conventos que eram produzidos pelas mulheres que lá habitavam. Para entrar como noviça, a requerente deveria ter idade mínima de 12 anos e convicção de sua vocação. No período mínimo de um ano do noviciado, a jovem era orientada pela Mestra de Noviças, uma religiosa que deveria ter vida exemplar para servir de espelho para as jovens recolhidas. Para além dos ensinamentos morais, era necessário ainda o ensino da leitura do Breviário e da língua latina para os momentos de futura celebração do Ofício Divino. Algumas noviças aprendiam a escrever e, quando se tornavam freiras, produziam tanto uma documentação administrativa, quanto particular (por meio de cartas) e elaboravam as “vidas exemplares”. Esta pesquisa pretende dialogar com o campo da cultura escrita e das instituições educativas, associada com a História das religiões e as questões de gênero, uma vez que o microcosmo conventual feminino era permeado por regras, constituições e permissões que advinham de um universo predominantemente masculino.

07/09 – Sexta-feira

Censuras das traduções para língua portuguesa no fim do século XVIII

Cláudio DeNipoti
Professor Dr. - UEL

No período final do Antigo Regime português, o aparato censório montado no reinado de D. José I na década de 1760, e continuado até as revoluções liberais da década de 1820, foi um agente direto e fundamental na definição da regra culta do vernáculo lusitano. A atuação dos censores ao longo dessas décadas regulou os textos impressos ou que circulavam pelos domínios do Império, mas também ocorreu no sentido de corrigir, regular e definir normas de ortografia, regência, estilo literário e, particularmente, a importação de vocábulos “estrangeiros”. Fartamente documentada nos pareceres escritos pelos próprios censores, esta atuação normatizadora é especialmente visível no que diz respeito aos textos traduzidos para a língua portuguesa no período. As definições emergentes de ciência, e suas aplicações práticas resultaram em uma vasta

produção editorial, particular, mas não exclusivamente, em língua francesa, e a tradução desta produção para o português teve que lidar tanto com a necessidade de erudição típica da tradução científica, quanto com a adequação de novos significados a termos existentes, ou a importação de palavras para enunciar novos conhecimentos. Coube aos censores, além de vigiar os possíveis e potenciais ataques à fé, à lei e ao rei, aprovar, e com frequência, corrigir diversas dessas traduções para que elas pudessem ser impressas e circular em língua portuguesa nos diversos domínios do império. Neste processo, os censores – em geral, homens de letras extremamente eruditos – condenavam estrangeirismos desnecessários, reprimiam usos ortográficos “antigos” ou incorretos e contribuíam discursivamente para identidades linguísticas “nacionais” ao mesmo tempo que construíam a norma culta da língua portuguesa. Este estudo busca, nas censuras das traduções os elementos discursivos que permitam compreender a função da língua em suas tramas contextuais de poder e construção de identidades.

Que se faça segundo arte e estilo: livros, autores e receituários médicos nas práticas curativas em Mariana colonial

Lucas Samuel Quadros
Doutorando - UFOP

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre os livros de medicina e as práticas curativas dos médicos e cirurgiões que atuaram na Vila/Cidade de Mariana no período colonial. Como parte dos resultados parciais de pesquisa de doutorado que investiga o perfil social, o mercado e o cotidiano profissional dos praticantes da cura em Mariana colonial, examina-se as influências de alguns dos principais livros e autores de medicina no exercício da cura em Mariana no século XVIII. Toma-se como base as receitas médicas encontradas nas ações de cobrança, citação, justificação e execução de foro cível da Vila/Cidade no período colonial. Também chamadas de bilhetes, récipes ou simplesmente papéis, estas receitas, na maioria das vezes, eram prescritas por médicos ou cirurgiões e enviadas aos boticários para que fossem aviados os remédios aos doentes. Em alguns casos, boticários e cirurgiões anexavam estes bilhetes às ações judiciais como comprovação das dívidas, normalmente relativas a pagamentos por assistências combinados a prazo. Nestas receitas constavam o destinatário, data, fármaco, posologia, preço, quantidade de repetições da medicação e assinatura do cirurgião ou médico que prescreveu. O foco desta comunicação são os bilhetes que constam recomendações de preparo dos fármacos segundo o modelo dos tratados e seus autores. Portanto, pretende-se analisar quais eram os autores mais citados nos récipes, as matrizes de pensamento médico, suas disseminações entre os oficiais da cura em Mariana colonial, bem com suas correlações de forças entre diversas tradições curativas que se manifestavam na América e os anseios do Iluminismo Português do século XVIII no que diz respeito a medicina.

Educação feminina: entre práticas escolares e não escolares como possibilidades de pesquisas em história da educação no período colonial

Nelian Karolina Belico Marques
Mestranda - UFMG

Recém ingressante no mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na linha de pesquisa História da Educação e integrante do grupo de pesquisa CEIbero (Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos), tenho como objetivo produzir uma dissertação sobre educação feminina à luz do aprendizado dos ofícios manuais para o mundo do trabalho na região da capitania de Minas no século XVIII. Como essa pesquisa ainda se encontra em fase inicial a proposta é abordar um dos caminhos por onde a construção desse objeto de pesquisa passou. Neste sentido, tendo o gênero como categoria de análise, o objetivo da apresentação para este simpósio é chamar a atenção para a heterogeneidade de grupos de mulheres no período colonial e como essas variações étnico-sociais, implicavam no modelo educacional que essas mulheres teriam acesso. Dentro desta abordagem torna-se fundamental a diferenciação entre práticas escolares e não escolares de educação no contexto da América Portuguesa, uma vez que, dependendo do grupo social a qual a mulher pertencia ela receberia um ou outro modelo de educação ou ainda ambos. O intuito ao trazer esses conceitos de práticas escolares e não escolares é apresentar uma das mais caras discussões que permeiam o campo da historiografia da educação na América Portuguesa. A abordagem desses conceitos pretende apresentar diferentes contextos que mulheres poderiam estar inseridas, relevando algumas particularidades passíveis de estudos. Portanto, a presente proposta visa trabalhar com conceitos centrais da História da Educação no período colonial através de um recorte temática da “Educação Feminina”, com o objetivo de apresentar possibilidades de pesquisas.

Práticas educativas das elites coloniais da capitania de minas gerais, século XVIII. Desafios metodológicos

Talítha Maria Brandão Gorgulho
Doutoranda - UFMG

A luz das análises que venho realizando, pretendo apresentar quais as dificuldades enfrentadas pelos historiadores da educação ao debruçarem sobre o tema das práticas educativas no período colonial. Trago neste texto minhas inquietações enquanto pesquisadora deste tema e período, bem como as metodologias que venho me aproximando na busca para estabelecer instrumentos capazes de dar conta das análises acerca dos fenômenos educativos relativos as elites da capitania mineira. O primeiro desafio se dá na definição do próprio conceito de educação para o período. Há a necessidade de se entender educação de uma maneira mais ampliada, descolado da ideia de educação escolar. Para as Minas coloniais, a escola é muito pouco visível, mas a educação não. Esta era legada, buscada por meio das estratégias e realizadas através das práticas educativas, principalmente, para a camada social aqui tratada, práticas de “tipo escolar”. Outro desafio são as fontes. Muitas vezes, para o período abordado, não é possível escrever histórias da educação a partir de uma documentação dita oficial, produzida e/ou gerada pelo ato de educar. Trabalhamos na busca de indícios de educação nos mais variados documentos. Seja nos testamentos e inventários, cartas, petições, processos crimes, ou em assinaturas. Buscamos, como nos orienta o

“paradigma indiciário”, os dados marginais presentes nas fontes a princípio impensadas para tal. Por fim, trago os conceitos analíticos como mais um obstáculo a ser enfrentado. A ausência de conceitos que tratam desse contexto educacional, faz-nos refletir sobre a forma e necessidade de utilização de conceitos que não foram criados para análises sobre contexto desta pesquisa. Isto posto, este trabalho intenciona se somar os diálogos que pretendem ajudar a responder questões muito caras as pesquisas em história da educação na América portuguesa, trazendo para o diálogo não só minhas inquietações mas, alguns resultados que venho alcançando.

Educação e conhecimento: o iluminismo português e a construção da civilidade no século das luzes

Tiago Silva Medeiros
Doutorando - UFRN

O século XVIII é geralmente descrito como o século das Luzes. O brilho da razão que iria nortear a humanidade para o auge do processo civilizatório teria na educação um papel fundamental. Com as colaborações de Antônio Nunes Ribeiro Sanchez e sua obra “Cartas Sobre a Educação da Mocidade” Portugal teve intelectuais iluministas debatendo a educação e mudanças no sistema educacional no reino e nas suas colônias de além-mar. Destarte, o presente artigo irá contribuir para o debate do processo civilizador, mais especificamente, analisando os aportes do Iluminismo português para as Reformas Pombalinas da Educação e averiguando se essas contribuições foram assimiladas pelos mestres e intelectuais no ofício de professor nas Capitanias do Norte. Teoricamente estaremos orientados pelo sociólogo alemão Norbert Elias, ao pensar a educação como um condicionante em que os homens se tornaram civilizados em um processo histórico de ensino-aprendizagem que se tornou, também, essencial ao chamado desenvolvimento dos modos e condutas e responsável pela formação de um modelo de civilização, tanto na Metrópole Lusa como nas colônias da América. Como proposta metodológica, nos aproximamos da perspectiva da História Social do Conhecimento do historiador inglês Peter Burke, pois ao analisar os autores citados acima, além do Estatuto da Universidade de Coimbra e Manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino analisar-se-á a prática, a recepção e o comportamento dos pressupostos educacionais do Iluminismo Português nas Capitanias de Pernambuco e anexas. A partir da análise documental constatamos que os pressupostos educacionais do Iluminismo português tiveram dificuldades para serem implantados na colônia, graças a interferência da igreja, dificuldades com subsídios literários e o comportamento lascivo por parte dos professores, com isso logrado poucos resultados no Processo Civilizador.

Estratégias educativas das famílias em minas no século XVIII: bourdieu para pensar a história da educação

Fabício Vinhas Manini Angelo
Pós-doutorando - UFMG

O presente trabalho objetiva apresentar reflexões feitas a partir das pesquisas de doutoramento sobre o papel das famílias na educação dos seus descendentes em Minas no século XVIII. Especificamente para este trabalho busca-se apresentar estudos de casos que permitem entender como as estratégias familiares daquele período para preparavam seus herdeiros denotando um projeto intergeracional educativo. Para isso, verticalizou-se a análise em estudos de casos que emergem da massa documental. De maneira geral, a partir de ensaios sobre as estratégias educativas empreendidas por estas famílias

busca-se compreender o papel que a família assume na trajetória educacional das futuras gerações, isto é, busca-se compreender as estratégias educativas das famílias em relação à sua descendência. Além disso, o foco deste trabalho é aplicar o arcabouço teórico-metodológico cunhado por Pierre Bourdieu em outro contexto histórico. Claro que isto não é possível sem que se estabeleça um diálogo crítico com o sociólogo francês. Sendo assim, percebe-se uma estratégia educativa familiar intergeracional e como a reflexão teórica-metodológica estabelecida pelo sociólogo francês permitiu observar tais práticas.

08/09 - Sábado

Legados das luzes: a ciência e a educação transmitidas em testamento do século XVIII ao século XIX; uma breve análise do opúsculo assinado por Antonio José Louro da Silva

Álvaro de Araujo Antunes
Professor Dr. - UFOP

O opúsculo intitulado “Testamento e Codicilo do século XVIII ou recomendações econômicas e políticas que fez o século XVIII a seu filho o século XIX” traz um relato de como as Luzes se difundiram pela Europa, promovendo o progresso da ciência e da educação, sem, contudo, lograr eliminar as mazelas da pobreza e da guerra. Apresentado em 1802 à mesa tríplice de censura portuguesa - composta pelo Ordinário, Inquisição e Desembargo do Paço -, o documento é obra de Antonio José de Louro Silva, autor praticamente desconhecido, mas nem por isso menos importante. Com efeito, justifica-se a análise desse documento não pela relevância da autoria, mas por se tratar de uma obra que revela a maneira pela qual um indivíduo comum compreendia seu próprio tempo face às expectativas depositadas no século vindouro. A presente comunicação objetiva conhecer como o “Testamento e Codicilo do século XVIII” apresentam o progresso da educação e da ciência, seus desafios e contribuições para o século XIX. De forma mais abrangente, espera-se que a proposta apresentada contribua com o debate sobre as diversidades das Luzes. Um debate que considera a ampla difusão do pensamento ilustrado, sem ignorar suas peculiares apropriações, como bem exemplifica o reformismo luso ao buscar conciliar fé e razão.

Das vantagens extraordinárias das sciencias e das artes: progresso e degeneração social nos “elementos de higiene” (1816)

Ricardo Cabral de Freitas
Pesquisador Dr. - Fundação Biblioteca Nacional

Em 1816, o médico mineiro Francisco de Mello Franco publicou sua obra mais ambiciosa: Elementos de Higiene. O escrito veio à luz no momento de maior prestígio da carreira de seu autor, na época, vice-secretário da Academia de Ciências de Lisboa e médico da Real Câmara, entre outros títulos e honrarias. Com a publicação, Mello Franco tentava inscrever seu nome de maneira definitiva entre os grandes autores da medicina ilustrada portuguesa ao propor ampla reflexão sobre o papel da medicina na formação do cidadão português e no progresso sociedade. Contudo, seu prognóstico já não era tão

otimista quanto os de seus pares. Se as ciências eram úteis para a vida social, elas só poderiam retardar a degeneração trazida pelo crescimento e complexificação da vida em sociedade. A comunicação discute esses aspectos da obra de Mello Franco à luz de sua formação e trajetória, dando ênfase aos debates sobre a maleabilidade da natureza humana por meio da medicina e da educação na Europa no alvorecer do século XIX.

Sistema e método para se aumentar a instrução na capitania de São Paulo, segundo o governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802)

Antonio Cesar de Almeida Santos
Professor Dr. - UFPR

Nesta comunicação pretende-se apresentar e discutir as propostas do governador da capitania geral de São Paulo, Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, acerca da instrução da “mocidade” paulista, assunto que era, segundo seu entendimento, merecedor de “grande cuidado e desvelo”. Tido como “homem ilustrado, progressista, de trato ameno, autoridade reta e branda” (Afonso Taunay), Antonio Manoel Mendonça seria, em suas palavras, além de militar, um homem de “letras”, de onde derivaria seu interesse pela instrução. Sua atenção para esse assunto fica destacada em sua “Memória econômico-política da capitania de São Paulo” (1800), na qual expõe a situação das “escolas e estudos menores” ali existentes e propõe um conjunto de medidas para a “propagação das Letras”, na consideração de que a instrução tornava “os Povos policiados e industriais”, agindo para a sua “felicidade espiritual e temporal”. As ideias expostas por Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça são confrontadas ao que estava disposto na legislação concernente ao assunto do período, identificando as ‘novidades’ sugeridas pelo governador, inclusive no que se refere à criação de diversas aulas para os corpos militares da capitania, que abrangeriam desde as primeiras letras e a “doutrina cristã” até “as mais disciplinas que fazem o objeto das ciências matemáticas” e médico-cirúrgicas. Com isso, entende-se possível apreender a concepção de instrução que embasou a referida proposta para o aumento dos estudos na capitania geral de São Paulo.

As mulheres no recolhimento do Maranhão em fins do período colonial - traçando um perfil de suas famílias

Kelly Lislie Julio
Professora Dr^a - UFMA

Esta comunicação objetiva dissertar a respeito de algumas famílias que enviaram suas filhas para o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios no final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, localizado na cidade de São Luís, Maranhão. A construção do Recolhimento foi autorizada por Alvará Régio de 1752, funcionando provisoriamente na casa pertencente ao padre José Teles Vidigal. Já no ano de 1753, em sede própria, passou a adotar as orientações da Ordem das Ursulinas do Sagrado Coração de Jesus. Dentre seus objetivos iniciais estava o de abrigar moças pertencentes aos grupos menos abastados. Todavia, segundo alguns estudos, na referida instituição foram acolhidas as filhas das chamadas “famílias principais”. A intenção é traçar o perfil socioeconômico de algumas famílias enviaram suas filhas para aquela instituição na tentativa de: evidenciar estratégias e possíveis motivos para tal; verificar em que medida a proposta inicial de fundação do Recolhimento

foi atendida; e, também, apresentar os bens e os gastos despendidos na matrícula e manutenção das recolhidas. Para tal serão utilizados os inventários existentes no Arquivo do Tribunal de Justiça - ATJMA de São Luís - MA e a documentação presente Arquivo Histórico Ultramarino - AHU, disponibilizados na internet. O ato de recolher o grupo feminino estava relacionado a diferentes aspectos que perpassavam desde a preservação da honra até a preparação para os papéis de esposa, mãe e dona de casa. Todavia, importante destacar também que o Recolhimento era um espaço de acesso ao mundo da escrita. A partir dos vestígios presentes nos inventários percebeu-se que as recolhidas estavam ligadas às famílias abastadas da sociedade maranhense. E, além disso, que eram as famílias as responsáveis pelos gastos com a matrícula e manutenção de suas crias. Nesse sentido, acredita-se que o Recolhimento era mais um espaço de busca de distinção social existente naquela sociedade.

Livros e instrução entre os seráficos: as livrarias dos conventos franciscanos em Pernambuco nos séculos XVIII e XIX

Carla Mary S. Oliveira
Professora Dr^a - UFPB

Se estuda a relação intrínseca entre a atuação dos franciscanos na Instrução em Pernambuco, a partir do XVIII e até meados do XIX, e a formação de suas livrarias conventuais – tradição importada da Europa para o Novo Mundo pelos frades e por outras ordens religiosas – que se constituíram em espaços cujo apetrechamento tinha ligação direta com a atuação dos lentes de Filosofia e Teologia e dos mestres de Gramática, dos quais dependia a instrução ofertada aos noviços em formação e aos filhos de colonos. Analisando tais acervos a partir de documentação do Arquivo Provincial Franciscano do Recife, especialmente o Livro dos Inventários dos Conventos do Norte, manuscrito de 1852 que lista as obras depositadas nas livrarias dos cenóbios da Província de Santo Antonio do Brasil – que abrangia as 13 casas entre o Recôncavo e a foz do Paraíba – se destaca o legado desses espaços de leitura e sua relação com a atuação dos frades na instrução intra e extramuros, incluindo a maneira como os livros eram valorizados no processo de formação religiosa de seus noviços, com várias normas quanto ao acesso, uso, guarda e aquisição de obras para as livrarias, rigidamente definidas nos Estatutos provinciais, publicados em 1709. É feito um levantamento quantitativo sobre os temas presentes no acervo das livrarias de Olinda e Igarassu, já que a livraria de Recife já se encontrava praticamente destruída em fins do XIX, conforme relato de Pereira da Costa em 1886, também consultado. As obras das livrarias analisadas, quase em sua totalidade, eram de cunho religioso, mas há especificidades que, no sentido proposto por Chartier, permitem apreender as significações possivelmente atribuídas a tais textos, considerando que estas são constituídas, diferencialmente, pelas leituras individuais que se apoderaram deles, de forma fragmentada e particular. Ao contrário de outras livrarias franciscanas do mundo de língua portuguesa, as das casas pernambucanas infelizmente, devido às desventuras que enfrentaram com a extinção da Província na segunda metade do XIX, foram inteiramente destruídas ou irremediavelmente dispersas mas, mesmo assim, contribuíram profundamente para a formação de uma cultura de leitura e leitores que se firmou ao longo do Oitocentos. A intenção, por meio das discussões apresentadas, é contribuir para a expansão dos estudos sobre a História da Educação em sua interface com a História dos Livros e da Leitura, no contexto pernambucano, entre os séculos XVIII e XIX.

Concepções de educação na pintura devocional e catequética na américa portuguesa: capitania de minas gerais, séculos XVIII e XIX

Thaís Nívia de Lima e Fonseca
Professora Dr^a - UFMG

A ideia da pintura religiosa como a “bíblia dos iletrados” atribuída ao papa Gregório Magno (590-604), ajudou a reforçar a importância das imagens como instrumentos de catequese, “instrução oral de coisas religiosas”, amplamente praticada na América portuguesa desde o início do século XVI. Embora utilizasse também a escrita, essa educação operava num contexto de pequena população letrada, reforçando o papel das imagens na sua formação, visando também a construção de uma ordem “civilizada”. O uso das imagens não dispensava a escrita, que dividia espaço com elas, como nos ex votos, representação visual de milagres e graças obtidas de santos de devoção, acompanhados de textos descritivos em português. Pinturas no interior de igrejas traziam registros escritos em português e em latim. A presença desses tipos de pintura foi forte na Capitania de Minas Gerais e relacionam-se ao contexto de desenvolvimento de uma “cultura barroca”. Os objetivos desta comunicação são discutir as narrativas visuais e textuais presentes nos ex votos e nas pinturas de igrejas, as concepções educativas nelas presentes, e problematizar a presença da escrita nesses suportes, acessíveis a um número maior de pessoas, inclusive as que não soubessem ler ou escrever. As fontes de pesquisa são ex votos mineiros e pinturas de passagens bíblicas no interior de igrejas, feitas entre a segunda metade do século XVIII e o início do XIX. As fontes são confrontadas com obras da época que expressavam as concepções de educação, obras de formação moral e religiosa, e documentos de irmandades. No estudo das inscrições presentes nas pinturas, utilizaremos também alguns princípios analíticos que consideram os diferentes níveis de letramento a partir das características da escrita praticada.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 06

INSTITUIÇÕES E COMÉRCIO

COORDENADORES

DANIEL STRUM (USP)

JESÚS BOHORQUEZ (ICS-UL)

A historiografia reconhece que o comércio foi um vetor central – ainda que não o único e talvez nem mesmo o principal – no desenvolvimento econômico da colônia. A despeito de suas diferenças, tendências historiográficas que enfatizam a exploração colonial por parte dos atores metropolitanos ou mesmo a mais recente historiografia que advoga a “negociação e o conflito” como elementos essenciais para se entender as relações entre as duas pontas do Atlântico, concordam que a atividade mercantil teve grande impacto em outros setores da economia e implicações profundas nas esferas sociais e políticas. No entanto, pouco se estudou como se tornava o comércio viável e lucrativo. O simpósio pretende explorar como crenças, valores, regras e organizações – privadas e públicas, centrais e locais –, sustentaram a manutenção e a expansão do comércio colonial. Mais especificamente, discutiremos: de que maneira os órgãos

metropolitanos e centrais que regulamentavam o comércio, como Mesas de Inspeção, Junta do Comércio, Secretárias, Provedorias, C.U., Câmaras, Almoxarifados, Almotaçarias etc. impactavam tanto na forma em que a mercancia se organizava como nos seus custos? Que impacto tiveram as políticas de fomento ao comércio pela Coroa, pelo Governo Geral (Vice-Reinado), pelos governos das capitanias e pelas câmaras? O funcionamento do comércio também fará parte do escopo do Simpósio. Nesse sentido, importa saber como funcionavam as Companhias de Comércio (monopolistas ou não) e como elas afetavam os atores que não eram acionistas ou funcionários? Como os mercadores privados e outros atores ligados à mercancia reduziam (ou se aumentava) os custos com o transporte marítimo e terrestre, a tributação e o armazenamento? Que impacto tinham e como eram contornados os custos com alfândegas e tributação? Como se dava a arrematação dos impostos e o ato das cobranças? Como os mercadores lidavam com o corso, a pirataria e a Inquisição? Da mesma forma, como se garantia o cumprimento dos contratos, o acesso à informação segurança e os direitos de propriedade? Que papel tinham nisso as redes comerciais, as praças mercantis, os contratos e os cartórios? Qual era a influência dos tribunais, da Mesa do Bem Comum, da Junta de Comércio e do litígio mercantil? A que lógicas obedeciam a correspondência e a contabilidade comercial? Por fim, pretendemos explorar os aspectos socioculturais que estavam direta ou indiretamente relacionados à atividade mercantil. Por exemplo, de que maneira a mercancia e a riqueza podiam se refletir no estatuto social e em que medida isso era impedido pela ética, pela moral e pela mentalidade? Quais os impactos dos estatutos de pureza de sangue e dos outros critérios para ingresso nas Ordens Militares e familiaturas do Santo Ofício?

Local: **SETOR 02/SALA D1.**

06/09 – Quinta-feira

O sistema jurídico na governança mercantil, sécs. XVI E XVII

Daniel Strum
Professor Dr. - USP

Este artigo examina o amplo recurso ao litígio por mercadores de origem judaica atuando na rota no açúcar – Brasil, Portugal e Países Baixos – no final do século XVI e início do XVII. Ele argumenta que o sistema jurídico era um mecanismo viável para a solução de disputas mercantis entre comerciantes de diversas origens. Soluções judiciais eram possíveis mesmo através de grandes distâncias e unidades políticas, até em tempos de guerra. O mecanismo baseado na coerção estatal para assegurar o cumprimento das normas e acordos mercantis se desenvolveu juntamente com os mecanismos informais fundados na reputação, os quais suplementavam como mecanismo secundário. Quando esses falhavam, os mercadores recorriam à verificação e execução judicial que era mais cara, lenta e incerta. O recurso ao litígio era frequente inclusive dentre membros de uma diáspora mercantil coesa, como supostamente seria a dos judeus sefarditas e cristãos-novos. Para melhor contar com a via judicial, os mercadores requeriam documentos oficiais, que funcionavam como uma opção: os custos com sua obtenção antes de iniciarem uma transação eram tanto mais recomendáveis quanto mais as partes receassem ter de recorrer ao litígio depois. As autoridades centrais e locais, os juristas, os canonistas e os mercadores aperfeiçoaram a eficácia do sistema jurídico ao estabelecer uma crescente padronização, universalização e vinculação dos contratos e rotinas comerciais através da Europa e suas colônias. Os tribunais admitiam como prova os documentos privados produzidos nessas rotinas, mesmo no estrangeiro, muitas vezes em verificados em processos sumários. A expansão dos mercados tanto engendrou como foi impulsionada por esse processo.

A junta do comércio e o comércio português: um olhar inicial sobre a instituição e sua estrutura

Beatriz Libano Bastos Azevedo
Doutoranda - USP

Este trabalho faz parte dos resultados iniciais da pesquisa de doutorado intitulada “Manuais, Leis e Instituições: a Organização do Comércio Português (1755-1808)” e visa discutir as funções e estrutura da Junta do Comércio, instituição de expressiva importância para o entendimento da atividade mercantil portuguesa, em especial durante a segunda metade do século XVIII, momento de iniciativas de reformulação e reorganização das estruturas econômicas portuguesas que buscavam alargar o conhecimento técnico científico, influenciados pelas novas formas de entendimento da realidade, que teria como ponto culminante a Ilustração. Criada em 1755, a Junta do Comércio insere-se nessa perspectiva devido ao seu papel na formulação, organização e fomento à economia, ações que iam além de um caráter puramente fiscal, mas prático e organizacional. Neste sentido, consideramos a Junta como uns dos primeiros atos de institucionalização e profissionalização da atividade mercantil portuguesa.

Fazer cumprir contratos no mundo oceânico português: da história política do direito à economia política (1750-1820)

Jesus Bohorquez
Pós-doutorando - ICS

A apresentação visa analisar o papel desempenhado pelo Juízo da Índia e Mina durante a segunda metade do século XVIII. Este Juízo funcionou desde o século XVI, e, apesar de ter sido um dos tribunais baseados em Lisboa a ter tratado um avultado número de causas, tem sido completamente ignorado pela historiografia, não existindo ainda nem um só trabalho que analise seu funcionamento. O Juízo tinha jurisdição sobre assuntos mercantis acontecidos em ultramar. Portanto, era um tribunal que abrangia um espaço bastante amplo em todas as partes do império. O segundo objetivo da apresentação é colocar a análise deste tribunal em uma perspectiva diferente à da história política do direito. Em consequência, se dará preferência a um diálogo com a nova economia política e a economia neo-institucional.

Problemas de agência, monopólio e comércio particular: uma análise comparada entre a companhia geral do Grão-Pará e Maranhão e a companhia geral de Pernambuco e Paraíba (1755-1780)

Diego de Cambraia Martins
Doutorando - USP
Felipe Souza Melo
Doutorando no Instituto Europeu - Itália

Partimos do pressuposto de que as relações entre principais e agentes acarretam em potenciais

riscos morais, de vez que empregados, correspondentes, comissários, etc. podem tomar atitudes interesseiras e oportunistas, contrariando as ordens dos proprietários, financiadores e responsáveis majoritários. Este artigo procura analisar um caso histórico, à luz dos problemas de agência, tomando como exemplo duas companhias monopolistas, a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1777) e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1760-1780). Ambas possuíam estruturas organizativas semelhantes, com juntas administrativas em Lisboa delegando ordens a diretores nas praças coloniais de Belém, São Luís e Recife. A história das companhias é amplamente conhecida pelos desagrvos cometidos pelos agentes coloniais que geriam os bens das empresas de forma quase individualista, não só satisfazendo seus interesses pessoais, mas também fiando mercadorias e escravos a moradores coloniais sem reputação e insolventes. O resultado, como aponta a historiografia, foi o endividamento excessivo no longo prazo. Sem abandonar o pressuposto teórico dos problemas de agência, este artigo procura explorar as razões, para além do oportunismo dos agentes, que levaram os coloniais a desfalcarem o capital das companhias e consequentemente descumprirem as ordens dos principais. Para tal, nos valem de diversas correspondências que registram as determinações dos administradores de Lisboa para serem cumpridas pelos diretores na colônia. Os resultados preliminares apontam que, afora comportamentos arrivistas, a situação do endividamento tinha raízes no modo como o comércio particular, dentro das áreas de monopólio, se relacionava com a política exclusivista das companhias. Em grande medida, o monopólio das rotas atlânticas era incompatível com o comércio livre que ocorria dentro das duas regiões.

Os mercados de capitais e as companhias de comércio colonial em Portugal no século XVIII

Tomás Pinto de Albuquerque

Mestre - CHAM - FCSH / Universidade Nova de Lisboa / ISEG

Os temas relacionados com as companhias de exploração colonial têm ocupado o debate dos historiadores e economistas quando se analisam as diferenças de desenvolvimento económico entre o Norte e o Sul da Europa. Institucionalizou-se a ideia de que há uma diferença acentuada, muitas vezes um atraso, das economias Ibéricas face a países como a Inglaterra e a Holanda. No que toca ao século XVIII, apontam-se como fator de desenvolvimento daquelas economias a existência de companhias coloniais, no sentido de explorarem os espaços ultramarino. Estas empresas são parcerias entre a Coroa e os Súbditos, em que o rei concede o monopólio da exploração, administração e comércio, ao paço que os súbditos investem os seus capitais no sentido de financiarem as atividades da empresa, retirando daí um proveito. As companhias pombalinas portuguesas foram estudadas ao longo do tempo, tendo sido já alvo de análise no que toca à sua ação no mercado de escravos ou a sua ação política. No entanto, falta ainda um estudo de fôlego sobre os seus acionistas, no sentido de compreender quem são, como se articulam enquanto grupo, seja no seio da empresa, seja como lóbi junto da Coroa, mas também discernir como fazem os seus investimentos para além daqueles que se traduzem na compra de ações. Desta forma, a partir dos acionistas das Companhias de Comércio, procuramos compreender como é que entre 1757 e 1780 se fazem investimentos no mercado financeiro português.

O exclusivo metropolitano no Brasil e os tratados diplomáticos de Portugal com a Inglaterra (1642-1661)

Rodrigo Ricupero
Professor Dr.- USP

Estabelecido durante a União Ibérica, o exclusivo metropolitano foi mantido após a Restauração da independência portuguesa em 1640. A nova dinastia não poupou esforços em sua defesa até a abertura dos portos em 1808, ainda que, nos primeiros anos após a Restauração, tenha feito concessões na matéria nos tratados celebrados com a Inglaterra e Holanda. A presente comunicação procura rastrear as ideias que pautaram o debate sobre o tema durante as negociações diplomáticas, especialmente com a Inglaterra, analisar os termos destes tratados e ainda avaliar os seus resultados efetivos.

A conjuntura econômica fluminense no século xviii: novos elementos para o debate

Fábio Pesavento
Professor Dr. - ESPM-SUL

Em trabalhos anteriores, discutiu-se o impacto da crise aurífera sobre a economia do Rio de Janeiro entre 1750-90. Naquela altura, não se tinha acesso as escrituras referente aos anos de 1784 a 1787. Recentemente, incorporamos novas escrituras públicas assim como se ampliou a documentação primária empregada tanto sobre o mercado de crédito, como a da arrecadação de impostos fluminense. Nesse sentido, expandiu-se a base de fontes primárias e o referido período, permitindo uma nova avaliação não só do impacto da crise aurífera, como do andamento da conjuntura econômica fluminense ao longo do século XVIII. Assim, objetiva-se analisar os impactos da queda da extração de metais preciosos, em especial sobre o mercado de crédito e arrecadação da dízima da alfândega fluminense. Com isto, podemos ampliar o debate historiográfico sobre o “colonial tardio”. Além disto, pretende-se apontar algumas peculiaridades daquele mercado, em especial o seu caráter transimperial. Os resultados mostraram a queda no volume de liquidez e da arrecadação da dízima da alfândega, em especial durante a década de 1760, mas a sua recuperação na década seguinte, assim como revelam a interligação da praça carioca com diferentes impérios, em especial com o espanhol e britânico.

A sociedade mercantil purry, mellish and devisme e o mercado global de corantes: o negócio do pau-brasil no século XVIII

Thiago Alves Dias
Professor Dr.- UFRN

Essa comunicação visa divulgar resultados de uma pesquisa realizada sobre a extração e comércio de pau-brasil das matas do Pernambuco, Alagoas, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte e destinadas ao mercado de corantes em Portugal e restante da Europa no século XVIII. Em primeiro lugar, demonstraremos as dimensões e escalas mercantis do negócio de corantes, assim como as

instituições que modularam esse comércio no Império português. Em segundo lugar, analisaremos o comércio do pau-brasil em si, atentando para os contratos e negociações para sua extração nas matas do Norte do Estado do Brasil e seu transporte atlântico, e, por fim, apresentaremos uma análise sobre os negócios de uma sociedade de ingleses, a Purry, Mellishand Devisme e o negócios de corantes a partir de uma documentação produzida pela Casa da Índia para regular a entrada e saída da madeira tintória oriunda do porto de Recife e reexportada pela supracitada sociedade mercantil.

07/09 – Sexta-feira

Mecanismos de acumulação e ascensão em perspectiva comparada: o caso dos cristãos novos (rio de janeiro 1650-1750)

Elissa Pereira
Mestranda - USP

Esse estudo de caso analisa as redes de agentes cristãos novos moradores no Rio de Janeiro (1650-1750) e foi construído a partir do cruzamento de dados de 1.660 processos inquisitoriais com fontes notariais. Procuramos analisar as redes que esses cristãos novos teciam através de estratégias de mitigação de incerteza, acumulação, manutenção de patrimônio e ascensão social: entre os matrimônios e a composição de seus cabedais. Isso nos permite não só ponderar quais eram as instituições vigentes, mas como lidavam com as assimetrias do mercado, além de ir de encontro ao objetivo maior de nossa pesquisa, que é o de aquilatar as estratégias racionais dos cristãos novos em perspectiva comparada com a dos cristãos velhos. A partir da identificação das redes formadas por esses cristãos novos na colônia problematizamos a proposição de que o Estatuto de Pureza de Sangue limitava as estratégias econômicas dos indivíduos de ascendência judaica. Propomos a hipótese de que algumas circunstâncias impostas aos cristãos-novos - como a exclusão de vários cargos, as sucessivas proibições de migrarem da Península Ibérica ou mesmo o uso da ação inquisitorial - foram por eles enfrentadas e utilizadas na construção de novas possibilidades de ação, ao contrário das teses que os figuram como agentes passivos e por assim o serem, portadores de um ethos diferenciado. Queremos observar os caminhos que esses agentes tomaram em diversas situações de incerteza que colocaram à prova a relação cálculo econômico e status e a maneira como interagiram no mercado a partir dessa relação, configurando padrões de comportamento, mas não necessariamente de coesão social. Qual cálculo econômico guiou esses agentes? Esse cálculo econômico previa estratégias para maximizar seu conjunto de possibilidades de ações?

A praça mercantil do recife (1780-1808): primeiras notas de um estudo prosopográfico

Estevam Henrique dos Santos Machado
Doutorando - UFPE

Esta apresentação pretende analisar as trajetórias dos agentes mercantis radicados na vila do Recife na capitania de Pernambuco através da utilização do método prosopográfico

que pressupõe uma coleta de dados padronizada em referência a determinados problemas suscitados. Para realizar tal intento, se utilizará da documentação dispersa no Arquivo Histórico Ultramarino, como cartas, ofícios, relações, informações, requerimentos, autos de devassa, mapas de carga, passaportes. Será utilizado também o arquivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP) – onde se encontra as Atas das Câmaras de Recife e uma série de inventários destes atores sociais destacados. A escolha do período recortado (1780-1808) se deu pelo entendimento diferenciado da situação econômica, política e social após o fim da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba. Se comparado ao período pombalino, este momento foi pouco estudado e debatido pela historiografia destinada a entender as situações sócio-econômicas de Pernambuco. Recente historiografia demonstra que os comerciantes, tidos como de grosso trato, envolvidos no comércio de longa distância, desconheciam a especialização, eram, ao mesmo tempo, negociantes, armadores, financistas, banqueiros, prestamistas, rentistas, seguradores, e, excepcionalmente, empresários industriais e agrícolas. Num jogo volátil de busca por segurança, a diversificação garantia que algumas perdas setoriais inevitáveis fossem menos danosas, sendo assim os mercadores acabavam aplicando seus recursos em diversas matérias-primas, alimentos, mineração, moedas, armazéns, navios, como forma de proteção contra as frequentes determinadas perdas setoriais, esse padrão foi verificado pela historiografia em outras temporalidades e espacialidades das Américas portuguesa e espanhola. Pretendemos verificar se essa tendência também ocorre nos investimentos dos comerciantes radicados no Recife no período entre os anos de 1780 e 1808.

Homens do Antigo Regime nos tempos da independência: trajetórias políticas de negociantes de ouro preto nas primeiras décadas do século XIX

Leandro Braga de Andrade
Professor Dr. - CEFET-MG

A pesquisa sobre o comércio na capital da província de Minas Gerais revelou que, a partir do domínio econômico local e de suas redes familiares, os negociantes se estabeleceram como principal grupo ocupacional nas posições de destaque na cidade nas primeiras décadas do século XIX. Postos militares, cargos eletivos, títulos honoríficos e redes de parentesco formavam a base de uma projeção social, orientada pela cultura política do Antigo Regime, mas também conectada a um “fazer-se elite” na nova dinâmica institucional e política do Império do Brasil. A análise de um variado conjunto documental permitiu rastrear a atuação dos comerciantes em instituições como a Cavalaria de Milícias, Ordenanças, Câmara e Guarda Nacional, assim como relacionar tal atuação com suas atividades mercantis. O objetivo é abordar temas como o das hierarquias sociais e elites dentro do escopo de variação de escala, valorizando aspectos locais e gerais. Para levar esse intuito à diante optamos por aprofundar na trajetória de alguns negociantes proeminentes em Vila Rica/Ouro Preto, cuja atuação nos corpos militares, na vereança e na política paroquial durou quase quatro décadas, perpassando pelas principais mudanças institucionais do período: Família Real no Brasil, independência, a Constituição Outorgada, governos provinciais, a Lei Municipal, criação da Guarda Nacional e das Assembleias Provinciais.

A trajetória de Duarte da Silva: o banqueiro do Rei

Thiago Groh de Mello Cesar

Doutorando – UFRJ, Professor Ms. - UFT

Partindo da indicação do historiador Eduardo d'Oliveira França em Portugal na Época da Restauração, que propõe o estudo da trajetória de Duarte da Silva para se compreender melhor o papel e a posição da elite no tempo da Restauração de Portugal, questão que desdobramos para pensarmos também a diversidade dos grupos de cristãos-novos em Portugal e para um período temporal maior. O recorte temporal que vai do nascimento de Duarte da Silva em 1595 até seu falecimento em 1678, como foco maior para o período entre 1630, dez anos antes da restauração e 1662 que é o ano em que o mercador deixa Portugal e o “Golpe de Alcantra” derruba a rainha regente D. Luísa de Gusmão para que D. Afonso IV assuma o trono de Portugal.

“De onde vem estes homens?” - As relações de comércio e poder entre os comerciantes Portugueses e os piratas Japoneses no mar da China - XVI-XVII

Maria Clara Porto Lima

Mestranda - UFBA

Conhecido por ser um povo aventureiro e desbravador, os portugueses conseguiram chegar em espaços nunca antes alcançados pelos europeus, firmando bandeiras e garantindo domínios comerciais. Um desses espaços se encontra no oceano Índico, região que assistiu gradativamente os lusitanos irem se instalando nos portos de suas principais cidades. Em meados do século XVI já tinham se inserido como intermediários nos mares da China-Coréia-Japão, tanto que em 1550 Goa, já potentado português, trazia para si o monopólio sobre o comércio chinês e japonês, o qual seria entregue anualmente sob o regime de concessão. Neste mesmo período, Portugal se colocou como responsável para lidar com a pirataria e demais aventureiros que agissem nessa região. Estes criminosos dos mares, também chamados de wakôs, eram responsáveis pelas atividades comerciais entre o continente asiático e o arquipélago japonês, aterrorizando toda a região que se estendia da Península de Malaca até a costa Coreana. A Corte japonesa era um dos principais clientes da seda chinesa, importando durante o ano, grandes quantidades do produto, porém, com o banimento decretado pela corte chinesa em 1593, vê-se a necessidade de comprar este produto das mãos de agentes que tinham acesso aos mercados chineses, e é aí que entram os portugueses. Entretanto, esta posição também lhe renderia problemas, uma vez que, muitas vezes foram acusados de burlarem a proibição instaurada pelo governo chinês e de, também, praticarem pirataria. A presente proposta de comunicação apresenta o início de um estudo acerca das interações comerciais, sociais e políticas entre os portugueses e os piratas japoneses pensadas através das documentações oficiais emitidas pelos governos da China e do Japão e de relatos dos lusitanos que estiveram na Ásia. Além de analisar a bibliografia especializada na presença do Império Português no continente asiático e no assunto voltado para a prática do corso.

A prática mercantil e as instituições informais nos sertões da américa portuguesa – século XVIII

Raphael Freitas Santos
Professor Dr.- CEFET-MG

Na América Portuguesa, a atividade comercial, sobretudo a de longa distância, demandava muitos recursos e informações relativamente precisas. Isso significa que era praticamente impossível agir individualmente nesse tipo de negócio. A organização das empresas em torno de sociedades mercantis foi uma das soluções encontradas pelos agentes para amealhar os recursos necessários para a empreitada, a fim de dividir os eventuais riscos e buscar informações adequadas para a realização dos negócios. Mas, apesar da relativa segurança dos contratos de sociedade (realizados em escrituras particulares ou registrados em cartório), havia sempre o risco de uma atitude oportunista por parte de sócios e/ou parceiros comerciais. Isso se devia a ineficiência de instituições formais – como leis, códigos de postura, padrões de escrituras mercantis – em estabelecer o cumprimento pleno dos contratos. Em meio a tantas incertezas, as soluções encontradas pelos agentes mercantis passaram, sobretudo, por arranjos informais. Nesse trabalho buscamos, a partir de fontes históricas de natureza bastante diversificada e de autores ligados à chamada escola neo-institucionalista, investigar a trajetórias de alguns comerciantes que atuaram na América portuguesa no século XVIII, especialmente na região das Minas Gerais. O resultado foi a constatação de que era com base em informações transmitidas pelos agentes que integravam sua rede familiar que os homens de negócio encontravam financiamento para sua empreitada, elegiam os territórios e os circuitos mercantis onde iriam atuar, estipulavam o preço para os produtos, encontravam compradores para suas mercadorias, buscavam outras atividades econômicas para investir seu cabedal, em suma, faziam circular informações e produtos na Colônia.

Os armadores do reino no tráfico negreiro da Bahia setecentista (c. 1690-1821)

Cândido Domingues
Professor Ms. - UNEB / Doutorando - CHAM - FCSH / NOVA-UAC

O conhecimento do tráfico atlântico de escravos tem crescido nas últimas décadas no Brasil tornando-se diversificado tanto nos aspectos geográficos quanto nas possibilidades de pesquisas que o tema envolve. Alguns pontos, no entanto, ainda desafiam os pesquisadores, a exemplo das possibilidades de lucros, o movimento do capital envolvido, ou mesmo quem fazia a engrenagem econômica mover-se: os investidores que ficaram mais conhecidas no Brasil como traficantes de escravos. O objetivo desta comunicação é, portanto, tratar de um destes pontos ao discutir o envolvimento de homens de negócio de Lisboa no comércio negreiro da Bahia. A praça de Salvador caracterizava-se por dois pontos importantes: era composta por uma poderosa elite mercantil e por ter aproximadamente 70% de seu comércio de escravos com a Costa da Mina. A colônia portuguesa de Angola, portanto, mais aberta à inserção dos lisboetas nesse comércio, representava pouco mais de 30% do tráfico baiano obrigando os reinóis que quisessem investir ali a procurar outros meios de fazê-lo. A participação dos comerciantes reinóis com o tráfico baiano será abordada a partir do banco de dados The Transatlantic Slave Voyages e inventários post-mortem tanto de Salvador quando de Lisboa, bem como dos instrumentos de sociedade registrados nos Cartórios de ambas as cidades. Esta última série documental não apenas detalha os investimentos como amplia o que aquele banco de dados nos apresenta.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 07

O GOVERNO DA JUSTIÇA: PODERES, INSTITUIÇÕES E MAGISTRADOS (SÉCS. XVII-XIX)

COORDENADORES

ANTÔNIO FILIPE PEREIRA CAETANO (UFAL)

ISABELE DE MATOS PEREIRA DE MELLO (UFF)

ANGELA BALLONE (UNIVERSITÀ DI SASSARI)

A apresentação desse Simpósio pretende consolidar uma proposta que teve início no V Encontro Internacional de História Colonial, realizado em Maceió/AL no ano de 2014. A ideia é reunir estudantes e professores de diferentes instituições que estejam desenvolvendo suas pesquisas sobre o universo do governo da justiça e dos magistrados. O objetivo é atender a demanda de uma nova onda de trabalhos e pesquisas, pois após a retomada dos estudos relativos à administração colonial das últimas décadas, o interesse se volta cada vez mais para as instâncias locais de justiça, como os juizados, as ouvidorias, os tribunais, etc. Os novos trabalhos apontam para a importância dessas instituições e dos seus magistrados para a administração não só da justiça, mas de todo o próprio império ultramarino português. Os magistrados faziam parte do grupo escolhido pela Coroa para efetivar a política de centralização do poder, mas isso não significa que este projeto tenha sido cumprido com êxito. Sobre ministros da justiça régia recaiu o encargo de tentar compatibilizar forças muitas vezes divergentes e interesses múltiplos. Por um lado, tinham que lidar com os interesses da coroa, por outro partilhavam a administração com outras instituições e com os poderes locais. Além disso, ainda havia em jogo seus próprios interesses, sua busca por privilégios e distinções, por nomeações para os postos mais altos na monarquia. Este simpósio temático propõe-se analisar a construção, a implementação e a prática do sistema de administração judicial da coroa portuguesa nos seus territórios ultramarinos. A perspectiva central será a forma como o processo de extensão da vigência do direito régio português se adapta ou entra em conflito com os poderes locais da América portuguesa. O simpósio ambiciona alargar o seu âmbito de análise a outras questões da administração da justiça e da estrutura burocrática que a serve, nomeadamente a construção de redes (sociais, pessoais, burocráticas, de comunicação), locais, regionais ou mesmo imperiais, e questionar o papel desempenhado por este corpo de magistrados, algumas vezes como agente do reino, outras como aliado do poder local, muitas vezes como uma entidade dotada de alargada autonomia. Ao analisarmos as competências dos magistrados na América portuguesa podemos observar que elas excediam e muito a esfera judicial, passavam por questões que poderiam ser de ordem econômica ou mesmo de defesa dos territórios. A dinâmica da organização judicial proporcionou aos magistrados múltiplas possibilidades de atuação e um alto nível de interação com os diferentes poderes do governo colonial. E para melhor analisar essas questões e outras correlatas, o presente simpósio também pretende receber trabalhos que contemplem a formação do Estado brasileiro, com o intuito de refletir sobre o papel do poder judicial e de seus magistrados nesse processo. O objetivo é abrir espaço para pesquisas que contemplem o governo da justiça, o universo da magistratura e os primeiros tribunais de justiça do território brasileiro. O Simpósio pretende receber trabalhos sobre a temática em questão cujo recorte temporal seja entre os séculos XVII e XIX (até 1832), para refletirmos tanto sobre o processo de formação e consolidação do aparelho judicial nas diferentes comarcas, bem como todo o período de funcionamento da Casa da Suplicação do Brasil.

Local: SETOR 02/SALA A3

Os percursos de carreira dos ouvidores da comarca de Sergipe d'el rei (1696-1820)

Wanderlei de Oliveira Menezes
Professor Ms. - UFS

Esta comunicação analisa as carreiras dos ouvidores da comarca de Sergipe d'El Rei durante o período colonial. Procuraremos expor os trajetos impostos pelo desembargo do paço e pelos monarcas aos bacharéis que buscavam servir nos “lugares de letras” da monarquia portuguesa e que foram designados para Sergipe. Assim, buscaremos explicitar os tipos mais recorrentes de trajetórias administrativas e as carreiras mais peculiares dos vinte e dois magistrados que efetivamente foram nomeados e empossados no cargo de ouvidor da comarca de Sergipe. Interessa-nos responder ao questionamento acerca da existência de um perfil adotado pela administração central do império português para os principais responsáveis pela administração da justiça na ouvidoria de Sergipe. Utilizamos como fonte documental de maior relevância para atender a proposta desta comunicação os registros gerais de mercês dos reinados de D. Afonso VI a D. João VI. Contudo, cruzaremos esses dados oficiais com registros dos livros de chancelaria e dados obtidos no manuscrito setecentista “Memorial de Ministros”, importante levantamento biográfico dos bacharéis que serviram à monarquia portuguesa. Além disso, compararemos as informações obtidas nesses três conjuntos documentais com as correspondências oficiais e pessoais dos magistrados. Esta pesquisa justificar-se-á pelo fato de existirem poucas pesquisas que abordam de forma mais completa as trajetórias administrativas dos ouvidores das comarcas da América portuguesa, sendo que temos estudos dessa natureza apenas em relação às comarcas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

A instituição comarca de Pernambuco – a sua espacialidade e as relações entre os agentes que demandavam a justiça local (1701-1750)

Amanda Rafaella Gadêlha Mangueira
Mestranda - UFPE

Este trabalho propõe uma sistematização dos registros acerca da espacialidade da comarca de Pernambuco no período de 1701 a 1750. A partir da atuação dos agentes que demandavam a justiça naquela espacialidade da comarca que ficou registrada de forma fragmentada na correspondência administrativa produzida pelas autoridades, é possível acessar os limites geográficos e as repercussões políticas que eles ensejaram a partir do momento da instituição das comarcas. Partimos da constatação de que nos tribunais, dispersos na vastidão territorial das municipalidades e das comarcas, são desenvolvidas dinâmicas próprias pelos sujeitos que demandavam a justiça. Pretendemos identificar os agentes que atuavam nesta instituição, tais como: ouvidores e juizes de fora analisando suas atuações na Instituição da Comarca de Pernambuco com a finalidade de obtermos o espaço dinâmico da instituição.

A inserção do juiz de fora na estrutura judiciária do Brasil colônia: expansão do controle régio ou aprimoramento da justiça?

Marcelo Lunardi do Carmo
Mestrando - USP

Na já clássica obra de Stuart Schwartz “Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial”, o autor defende que a inserção dos juizes de fora na estrutura judiciária da colônia teria ocorrido após constantes solicitações do governador geral, D. João de Lencastre. Parte significativa da historiografia que trata das instituições jurídicas e dos magistrados do período colonial, produzida após o lançamento do livro, consente com Schwartz. Nesse trabalho pretendemos elucidar como de fato se deu o processo que culminou com a nomeação dos primeiros juizes de fora para a colônia. Nossa análise se fundamenta em dois pareceres que foram amplamente discutidos no âmbito do Conselho Ultramarino. Esses manuscritos elaborados a pedido das autoridades régias nas últimas décadas do século XVII, por destacados membros do judiciário português que tinham servido na colônia, tratavam sobre os problemas encontrados para se aplicar a justiça no Brasil e sugeriam mudanças. Os autores dos documentos defendem que o crescimento da população do Brasil, e a ereção de povoações cada vez mais distantes dos grandes centros, impossibilitava que o reduzido número de magistrados da colônia aplicasse a justiça com a mesma qualidade do que em tempos passados. Condenar os poderosos era especialmente difícil, e a impunidade de que esses gozavam incentivava muitos moradores a delinquir. Dentre as sugestões apresentadas para mudar esse cenário estavam: a) a divisão da Bahia em duas comarcas; b) criação de conselhos e vilas no sertão, onde fossem eleitos anualmente vereadores e juizes; c) criação do cargo de juiz de fora na Bahia, Olinda e Rio de Janeiro e d) indicação de ouvidores letrados para Sergipe e Paraíba. Pretendemos demonstrar que o conjunto de alterações propostas, que representava uma reestruturação do judiciário, não visava apenas a expansão do controle régio sobre a colônia, mas o aprimoramento da justiça que era concedida aos vassallos.

“O lucro é uma benção se não for roubado”: o ouvidor-geral João Bernardo Gonzaga em Pernambuco (1750-1757)

Paulo Fillipy de Souza Conti
Doutorando - UFPE

Em finais do século XVII a Coroa portuguesa passou a nomear regularmente ouvidores para o Estado do Brasil. Esse processo foi acompanhado na centúria seguinte pelo alargamento do aparelho jurídico no ultramar, ao menos nas grandes praças. Tais mudanças foram acompanhadas pelo também crescente interesse político, comercial e fiscal da Coroa. Nesse contexto, os ouvidores eram inicialmente responsáveis por exercer as funções jurisdicionais sob a delegação de um senhor ou pelo próprio monarca. Mas as suas atribuições, com o tempo, passaram da tarefa de apenas ouvir as partes até o próprio ato de julgar e emitir sentenças. Para a consolidação de uma carreira no campo da magistratura, ter passagem por uma ouvidoria em lugar de prestígio poderia ser de grande valia. Pernambuco era um desses lugares. E, em 1750, João Bernardo Gonzaga recebeu a sua chance de servir na capitania Duarte. O que iremos mostrar durante a comunicação são os ganhos possíveis para um ouvidor em Pernambuco. No caso específico do mencionado personagem, a questão do pagamento ou do acréscimo de direitos ao seu ordenado

toma ares bastante singulares. O primeiro registro que podemos encontrar no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino de Gonzaga como ouvidor nomeado para Pernambuco é exatamente sobre esta matéria. E nos anos seguintes, requerimentos e cartas foram enviadas por ele ao Reino com o mesmo intuito. O que nos chama especial atenção em cada um desses pedidos do ouvidor é a sua forma de solicitar as benesses, sempre baseado na legislação e não apenas no bom serviço e lealdade ao rei. Logo, para além dos ganhos possíveis para um ouvidor em Pernambuco, a nossa comunicação trata de como o conhecimento da legislação vigente no Reino e ultramar era mais do que um instrumento para a execução do trabalho desses indivíduos. O conhecimento jurídico poderia tornar-se, como tão bem nos mostra João Bernardo Gonzaga, um meio para atingir maior rendimento financeiro.

Quando a justiça encontra a fazenda: o juizado de fora e a provedoria da real fazenda na capitania do Mato Grosso (1748-1822)

Gustavo Balbueno de Almeida
Doutorando - UFGD

A provedoria da real fazenda foi fundada na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá em 1727 e nessa vila ficou estabelecida até 1759, quando foi transferida para Vila Bela da Santíssima Trindade, vila criada em 1752 para ser a capital da recém criada capitania do Mato Grosso (1748). A transferência dessa e de outras instituições para Vila Bela foi realizada afim de confirmar sua capitalidade frente à Vila do Cuiabá. Porém, a provedoria não foi transferida de todo, restando uma “provedoria comissária” nessa vila, ofício que era assumido pelos juizes de fora, cargo criado em Cuiabá em 1760. O objetivo dessa comunicação, portanto, é analisar os indícios da atuação dos juizes de fora como provedores comissários na Vila de Cuiabá, destacando sua participação no abastecimento da vila e no auxílio à defesa da fronteira, ao participar do envio de mantimentos e municiaamentos aos fortes militares ligados ao termo de Cuiabá, e estabelecidos no Rio Paraguai, como o Forte de Coimbra e de Miranda.

Redefinindo a justiça: os ouvidores coloniais em contraste com os confins ocidentais da Amazônia (1760-1778)

Stephanie Lopes do Vale
Doutoranda - UFPA

Semelhante aos demais funcionários coloniais, os Ouvidores Gerais de Capitania possuíam atribuições definidas em regimento e nas Ordenações Filipinas, mas, da mesma forma, o contexto colonial interferiu nas atuações dos agentes régios. Algumas das primeiras correspondências dos ouvidores e intendentes gerais da capitania de São José do Rio Negro, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, entre 1760 e 1778, buscavam o que era possível e necessário fazer na região. Nas documentações encontradas no Arquivo Público do Pará, nos Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate e nos Boletins do CEDEAM, encontramos letrados ponderando em uma realidade contrastante aquela do Reino, ao invés de uma burocracia rígida de uma Coroa controladora, tais indivíduos se colocam como avaliadores dos rumos das vilas e povoações do Rio Negro. Ao constituir análises e escrever sobre as condições de seu ofício, cada bacharel traçava planos de intenções e justificativas de suas atuações nas querelas, defendendo seus interesses particulares.

Lourenço Pereira da Costa, Antônio José Pestana e Silva e Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio foram bacharéis régios nomeados no período pombalino para atuar nos confins ocidentais da Amazônia Portuguesa, suas impressões exprimem os limites e conflitos locais. Mais do que um sentido de desobediência ou desordem, se observou uma constante adaptação e flexibilidade dos agentes, a Amazônia impôs limites próprios a implantação dos projetos portugueses e a grande questão era como assegurar esse território. Nesse patamar da burocracia, são localizáveis resistências aos projetos lusos, não apenas pelas revoltas (dos indígenas e dos demais moradores), mas pela simples negativa à obediência. Essas autoridades com o tempo passam a compreender que algumas coisas simplesmente não funcionavam na colônia amazônica.

Justiça e poder na capitania da bahia: alguns conflitos jurisdicionais durante o governo de D. Fernando José de Portugal e Castro (1788-1801)

Milena Pinillos Prisco Teixeira
Mestranda - UFBA

No universo político do Antigo Regime, a aplicação da boa justiça era entendida como um dos pressupostos de grande relevância para a administração do bom governo, o ato de governar confundia-se com o ato de julgar e, portanto, a justiça era a essência desse modelo político. O principal objetivo desta comunicação é analisar alguns conflitos jurisdicionais ocorridos na capitania da Bahia durante o governo de D. Fernando José de Portugal e Castro (1788-1801). A análise das correspondências trocadas entre o governador da capitania da Bahia e a coroa portuguesa tem indicado que foi grande o número de conflitos envolvendo governadores e ministros da justiça. Tais conflitos envolveram instituições, a exemplo do Tribunal da Relação da Bahia, e agentes, tais quais governadores, desembargadores, ouvidores e juizes de fora. Interessante, sobretudo, compreender os significados políticos das transformações na ordem jurídica do Antigo Regime na segunda metade do século XVIII e como elas incentivaram conflitos e, conseqüentemente, provocaram reações, quer da coroa portuguesa enquanto ordenadora da esfera decisória, quer dos oficiais régios e das elites locais. A análise desses conflitos tem revelado que existia um limite no exercício da autoridade sob os responsáveis pela justiça. Quando este limite foi ultrapassado, a coroa portuguesa interviu. Isto demonstra que a aplicação de normas e a constante revogação de leis, longe de significar um desordenamento administrativo, em verdade, servia como instrumento de punição e também de negociação, na tentativa de evitar ou postergar conflitos.

07/09 – Sexta-feira

Implorar justicia para los naturales: peticiones y justicia de Indios en el nuevo reino de Granada, 1667-1749

Julian Andrei Velasco Pedraza
Doutorando - El Colegio De Michoacán

Como miserables y vasallos de los monarcas hispánicos, los indios tuvieron múltiples posibilidades para recurrir a la justicia del rey. En efecto, son conocidos algunos de los mecanismos institucionales

y estrategias judiciales que usaron en diversas latitudes indianas. Sin embargo, todavía quedan muchos lugares y aspectos que pueden conocerse acerca de cómo los indios recurrieron a las instancias judiciales, a través de quiénes, la manera de hacerlo y los asuntos específicos de su interés. Por ello, el objetivo de este trabajo es el de abordar estos aspectos en el espacio de la audiencia de Santa Fe o del Nuevo Reino de Granada, a finales del siglo XVII y a inicios del XVIII. Una delimitación espacial y temporal sugestiva por su complejidad geográfica, su historia particular de la gran gama de grupos nativos y por los cambios institucionales ocurridos. Se explorará cómo en el espacio jurisdiccional de la audiencia de Santa Fe los indios recurrieron a las instancias judiciales centrales, es decir, de la capital audiencial y luego virreinal. Se atenderá, principalmente, a los mecanismos institucionales usados, como lo fueron los caciques, los protectores de naturales, y, lo más interesante, al presidente-gobernador o virrey. Aunque para el caso de los virreyes son sabidas sus facultades jurisdiccionales en cuanto a la justicia de indios, no se ha explorado para los presidentes-gobernadores de territorios como Guatemala, Santo Domingo o el Nuevo Reino de Granada. Basado en algunos indicios documentales, proponemos que en este último territorio el presidente-gobernador desempeñó facultades jurisdiccionales en cuanto a justicia de indios, de manera similar a las de los virreyes novohispanos los peruanos. Se analizarán varios de aquellos indicios y se evaluará si cambió con la introducción de la figura virreinal. Este problema de investigación es interesante, ya que en él intervinieron distintas autoridades, variados actores sociales y múltiples geografías. Es importante ver los discursos de petición, los problemas que se ponían sobre la arena judicial y los enfrentamientos que hubo entre los mismos indios o contra españoles, fueran encomenderos o no; la defensa de algunos privilegios o de sus tierras. En definitiva, un fenómeno en el que se cruzaban distintos derechos y las interpretaciones que sobre ellos se tenían en el Nuevo Reino de Granada.

Los indios del distrito de San Juan de México de a través de una querrela del siglo XVII

Angela Ballone

Doutora –Università di Sassari

En el contexto de la segunda Visita General de la Nueva España en el siglo XVII (una de las menos estudiadas), en 1626 un grupo de seis indios del distrito de San Juan de la capital novohispana presentó una querrela contra el notario del Juzgado de Indios acusándolo de vejaciones en todo el distrito de la ciudad de México. Aunque empeñado con el juicio de residencia del último virrey El Marqués de Gelves y en las averiguaciones de las causas del reciente tumulto de 1624, el visitador manifestó un inusitado interés hacia la cuestión, llegando a nombrar como juez especial para la causa al escribano real y contador del desagüe Bartolomé de Ibarra, quien se trasladaría hasta Cholula para comenzar unas diligencias que culminarían en un informe de más de 300 folios. En este documento el contador recoge no solo la petición presentada por los indios, que declaran hablar por cuenta de los naturales de toda el área de la ciudad de México, sino también un número de declaraciones tomadas a varios indios que trabajaban en los obrajes a las afueras de la capital. En el marco de los hechos mencionados, la presente ponencia tendrá como propósito analizar un ejemplo de apropiación cultural y jurídica en el cual las poblaciones indígenas de la capital novohispana buscaron insertar sus reivindicaciones y aspiraciones dentro de un contexto de profunda crisis en la capital novohispana. A través de la captación de la atención del visitador, los indios de San Juan trataron de apropiarse de los discursos legales de los colonizadores con el objetivo de afirmar y defender sus derechos como miembros de la República de los indios. Así pues, mi contribución al simposio busca poner en valor distintas fuentes – normalmente definidas

como “desde arriba” – que desde mi punto de vista tienen um cierto interés – juntamente com las fuentes “desde abajo” – para desarrollarnuestroconocimientodel grado de embricamento o “entanglement” entre las dos repúblicas de losindios y de losespañolesdelperiodo colonial.

O direito penal em um império retórico: análise e interpretação da linguagem jurídica em processos criminais de Lima-Peru, sec. XVIII

Elaine Godoy Proatti
Doutoranda - USP

Essa pesquisa tem como objeto de estudo a linguagem jurídica e retórica presente nos processos criminais da Real Audiência de Lima – Peru, século XVIII. O objetivo desse estudo é analisar e interpretar os argumentos, teses e alegações de defensores, advogados, procuradores e juízes em processos de crimes contra mulheres na sociedade moderna. Busca-se compreender, a partir da construção dos argumentos e suas fundamentações – o uso da retórica –, como a jurisprudência entendia e percebia o direito penal nesses casos. Dessa forma, espera-se responder as seguintes perguntas: Qual era o fator político, jurídico e social do Direito Penal para os casos de violência feminina? Como era apresentado um crime de estupro? Como era defendido o réu? Qual era a prova de um crime de violência feminina e quais eram suas punições? Quais eram os argumentos e as sentenças para um réu branco, escravo ou índio? Quais implicações o direito deliberava a cada um desses agentes sociais para os variados tipos de crime contra mulheres? Quem costumava defender os pobres? As fontes dessa pesquisa são os processos criminais encontrados no Archivo General de La Nación – Lima, Peru, fundo: Real Audiência, seção: Causas criminais, século XVIII.

As argumentações da liberdade: autos cíveis da cidade de São Paulo, século XVIII

Felipe Garcia de Oliveira
Mestrando - Unifesp

Esta apresentação contempla um aspecto temático muito específico da investigação de mestrado que estamos desenvolvendo sob fomento da FAPESP, a pesquisa é intitulada “Ações Cíveis envolvendo escravos e forros na Cidade de São Paulo, 1722- 1797”, sob orientação da Professora Dra. Andréa Slemian, número de processo: 2017/05656-2. Nossa investigação visa, a partir da interface da História e Direito, entender a dinâmica processual, os procedimentos jurídicos, o modo como a população escrava e forra utilizava as instâncias judiciais, em suma, a cultura jurídica vinculada aos cativos e libertos. Aqui pretendemos apresentar e discutir quais os principais argumentos utilizados pelos procuradores ou advogados dos escravos para defender sua liberdade nos juízos da cidade de São Paulo. Buscaremos encontrar possíveis tópicos na argumentação em defesa e contra a alforria, possíveis estratégias jurídicas no desenvolvimento do processo e, igualmente, estaremos atentos aos modos como os juízes determinavam e julgavam a questão a partir das sentenças. A documentação consultada refere-se aos processos judiciais encontrados para o século XVIII na cidade de São Paulo que envolveram liberdade. Estes estão sob custódia do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Criminalidade e justiça no tribunal da relação do Rio de Janeiro. Primeiras notas de pesquisa

Douglas Corrêa de Paulo Santos
Doutorando -UFF

Este trabalho tem como objetivo apresentar os primeiros resultados da análise da documentação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro atentando especificamente para os registros criminais. Criada em 1751, em princípios do período josefino, a Relação do Rio de Janeiro foi uma instituição de significativa importância na organização jurídica e administrativa da América portuguesa. Englobando em sua jurisdição as capitanias ao sul da Bahia, o novo tribunal facilitou o acesso à justiça régia aos moradores da cada vez mais populosa da região centro-sul. A análise se desenvolverá apresentando dados quantitativos das cartas, alvarás e provisões existentes nos livros do Códice 24 do Fundo Relação do Rio de Janeiro, depositado no Arquivo Nacional. Nosso enfoque serão os registros apenas criminais, excluindo, portanto os documentos também presentes nos mesmos livros que tratam de causas cíveis. Vamos expor os dados do banco de dados em desenvolvimento sobre a origem geográfica dos réus e vítimas, os tipos de crimes mais frequentes, os motivos das súplicas apresentadas e informações sobre a condição social e jurídica dos réus. E para finalizar uma discussão sobre a utilidade de tais registros para a pesquisa histórica. Pretendemos, portanto, contribuir para uma reflexão a respeito da história social da criminalidade na América lusa, bem como para as relações entre a sociedade colonial e as instituições do governo do império.

Os desembargadores do tribunal da relação da Bahia: 1751-1800

Rafaela Cecconi Pantaleão Amorim
Mestranda - UFBA

O objetivo desta pesquisa é analisar o Tribunal de Relação da Bahia, seus desembargadores e a cultura jurídica do século XVIII. A perspectiva não é a de fazer uma história administrativa da instituição e, sim, das disputas políticas travadas pelos juízes. Quem eram eles? Como se articulavam e exerciam as funções da justiça? Como os magistrados se envolviam no cotidiano da sociedade soteropolitana? Na segunda metade do século XVIII, o ambiente do Tribunal da Relação da Bahia não era dos mais saudáveis e as acusações de “ausência de limpeza de mãos” eram frequentes, as parcialidades dos desembargadores da Relação da Bahia já eram observadas e criticadas em meados do século XVIII, entretanto, tudo indica que queixas e denúncias eram desconsideradas em prol da manutenção de hierarquias sociais, políticas e econômicas. Os dois desembargadores designados para comandar as devassas da Conjuração Baiana de 1798 tinham pontos obscuros em suas carreiras, com acusações de corrupção e condutas indevidas, mas mesmo assim continuaram em seus cargos e conduziram as devassas, que foram marcadas pela ausência de provas e pelas tentativas dos desembargadores de arranjar culpados, que sempre eram tratados como mentirosos e merecedores de condenação. A política exercida pela Coroa portuguesa era bem diferente a depender de quem fosse o objeto das denúncias: desembargadores eram aliviados enquanto as camadas menos favorecidas da população sofriam diretamente a crueldade das leis penais, embora já existissem no final do século XVIII críticas aos castigos considerados cruéis e à tradição penal do Antigo Regime. Manuel de Magalhães Pinto e Avellar de Barbedo exerceu anteriormente cargo de 12º Ouvidor Geral do Ceará, após tomar posse na Relação da Bahia, assumiu como Ouvidor Geral do Crime após acabar o tempo de serviço do desembargador Antonio Feliciano de Sá Carneiro. Era considerado como sendo de “gênio brusco” e foi acusado de ter

obtido duzentos mil cruzados como Ouvidor do Ceará e de não adiantar os processos da vara crime, resultando em grande lotação no segredo da Relação. Entretanto, em ofício para D. Rodrigo de Sousa Coutinho datado de 20 de junho de 1799, D. Fernando José de Portugal e Castro informou acerca de acusações feitas a alguns desembargadores e classificou o desembargador Avellar de Barbedo como “ministro muito sério, sisudo, grave e prudente: tem bom comportamento, é limpo de mãos...”. A opinião de D. Fernando ia, portanto, na contramão das denúncias. Seu comportamento em relação ao desembargador Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto foi semelhante, neste mesmo ofício ele disse que Costa Pinto “é dotado de excelente talento, sumamente vivo, ativo e desembaraçado, com bastante pratica de foro...”. Porém, poucos anos antes houve um episódio em que os ânimos do desembargador Costa Pinto e do governador D. Fernando estiveram mais exaltados. Pouco após tomar posse, Costa Pinto se envolveu em uma confusão ao recusar-se a cumprir a ordem dada pelo governador de seguir com o desembargador José Francisco de Oliveira (que se recusou a viajar alegando motivos de saúde) em missão para São Tomé e Príncipe. Ambos os desembargadores tiveram carreiras marcadas por polêmicas, mas a despeito disso foram designados para conduzir as investigações que culminaram na morte e esquartejamento de quatro homens em praça pública. Por que os “deslizes” cometidos por esses magistrados eram ignorados pela Coroa? Quantos outros juízes da Relação da Bahia se envolveram em atividades suspeitas ou se comportaram de modo controverso ao longo de suas carreiras? Esta pesquisa assume o sentido de que a criação da Relação do Rio de Janeiro em 1751 não representou a perda de autoridade do tribunal da Bahia, mas sim a repartição do poder. A Relação da Bahia não ficou subordinada à do Rio de Janeiro – dentro do quadro administrativo português todas as Relações estavam equiparadas, pertenciam ao mesmo nível de poder, sendo subordinadas à Casa de Suplicação. Os tribunais da Bahia e do Rio de Janeiro tinham jurisdições diferentes. Além da relevância do tema, esta investigação se justifica na existência de uma lacuna a ser preenchida. A obra clássica de Stuart Schwartz, *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus Desembargadores, 1609-1751* traz um rico estudo sobre a Relação da Bahia, porém o corte temporal do autor vai até a metade do século XVIII, quando a segunda Relação do Brasil foi criada no Rio de Janeiro. O recorte temporal deste trabalho inicia-se a partir daí, estendendo-se até o período imediatamente posterior à Conjuração Baiana de 1798, na virada do século XVIII para o século XIX. Existe, portanto, uma brecha a ser suprida, pois o Tribunal da Relação da Bahia continuou operando e sendo uma instituição de importância no aparato judiciário do Império português.

Uma breve história do tribunal da casa da suplicação do Brasil (c. 1808 – 1833)

Elizabeth Santos de Souza
Doutoranda - UFF

O presente trabalho tem o objetivo de descortinar parte da história do tribunal da Casa da Suplicação do Brasil. A instalação desse tribunal no Rio de Janeiro através do alvará de 10 de maio de 1808, logo após dois meses da chegada da Corte na mesma cidade, significou que a última instância do judiciário do Império português a ser acionada nas causas cíveis e criminais estava também do outro lado do Atlântico. Para tratar dos assuntos relativos à sua estrutura e atribuições, essa instituição de Justiça possuía como arcabouço jurídico o regimento da Casa da Suplicação de 1582 e o regimento da Relação do Rio de Janeiro de 1751. Deste último foi mantido aquilo que era compatível com o regimento da Casa. No entanto, tão importante quanto eles, foram uma série de alvarás, decretos e leis que nortearam o funcionamento do tribunal. Esse arcabouço constitui o corpo documental de análise deste trabalho, permitindo conhecer diversas dimensões da Casa, como o seu princípio de justiça, a organização do tribunal e seus mecanismos de ação.

A implementação do tribunal da relação de Pernambuco, sua estrutura interna e o ordenamento jurídico colonial no império do Brasil (1821-1832)

Jeffrey Aislan de Souza Silva
Doutorando - UFPE

Entre os séculos XVII e XIX, a nobreza e povo da capitania de Pernambuco, em várias ocasiões, alegaram diversas dificuldades enfrentadas por aqueles que buscavam recorrer de seus pleitos ao Tribunal da Relação da Bahia. Com efeito, as câmaras de Igarassu, Recife, Sirinhaém e Olinda, assim como Caetano Pinto de Miranda Montenegro, governador da capitania entre os anos 1804 e 1817, enviaram solicitações aos monarcas portugueses para a instalação de um Tribunal da Relação na capitania. Os pedidos foram acatados pelo rei D. João VI em 1821, expedindo alvará régio para o mesmo ser instalado na vila do Recife. O objetivo de nossa comunicação é analisar o processo político e jurídico da instalação do Tribunal entre o alvará de expedição, em 1821, e sua devida implementação e início de atuação em 1822, mesmo com um número reduzido de desembargadores e com Chanceler interino, assim como analisar aspectos de sua estrutura institucional nos primeiros anos do Império, principalmente levando em consideração que o regimento imposto a Relação e o ordenamento jurídico do Antigo Regime português, no que concerne à parte criminal, continuou vigente no Império do Brasil até 1832, quando foi implementado o Código de Processo Criminal. Para tanto, utilizaremos para análise institucional o alvará de criação da instituição, o regimento do Tribunal da Relação do Maranhão, implementado em 1812, que segundo o expedido por D. João VI, valeria expressamente para a Relação de Pernambuco, assim como a documentação produzida pela Relação, seus ofícios, termos de posse e registros de provisões, disponíveis no Arquivo Público de Pernambuco. Nosso interesse, além de analisar a composição da instituição durante o processo de mudança e estruturação do ordenamento jurídico imperial, é contribuir para o debate historiográfico sobre as instituições de justiça e seus agentes no processo de formação do Estado brasileiro.

Domingo de goa, un indio portugués en la lima del siglo XVI

Renzo Honores
Professor Dr.- Instituto Internacional de Derecho y Sociedad

El registro documental de la vida de Domingo (natural de Goa), como la de muchos personajes del período colonial, se conserva de manera fragmentaria. En 1561, inició un procedimiento en La Audiencia de Lima solicitando se le reconociera judicialmente su estatuto jurídico de persona libre. Su principal argumento era el ser natural de la India portuguesa, en donde los nativos gozaban de es derecho de libertad. Sabemos que Domingo de Goa como muchos indios-portugueses y portugueses vivían en Lima en 1561, conformando así una vibrante comunidad diaspórica. Varios de estos coterráneos declararon a su favor en el procedimiento judicial. Esta ponencia examina la situación diaspórica de Domingo de Goa, su auto-definición como natural de la India portuguesa y el rol del Derecho en la construcción de identidades y estatutos jurídicos. Lima hacia 1561 era un centro urbano con poblaciones procedentes de diversas partes del globo (México, América Central, la Península Ibérica y El África occidental sub-sahariana), constituyéndose así en un mosaico étnico y cultural. Este texto busca rescatar esos fragmentos de la vida de Domingo y examinar la compleja experiencia de estas comunidades diaspóricas en el contexto del mundo atlántico hispánico.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 08

ARTE NA AMÉRICA PORTUGUESA: ICONOLOGIA, ICONOGRAFIA E INTERTEXTUALIDADE

COORDENADORES

ANDRÉ CABRAL HONOR (UNB)

CAMILA FERNANDA GUIMARÃES SANTIAGO (UFRB)

Desde a chegada dos portugueses à América, as manifestações artísticas desempenharam importante papel como mediadoras e fomentadoras das relações tecidas entre os diferentes sujeitos e grupos. Para a colônia, afluíram exemplares de arte religiosa em variados suportes – gravuras, pinturas, desenhos –, que aqui se inseriam nas dinâmicas relações sociais, disseminando os preceitos do catolicismo e, por vezes, sofrendo ressignificações heterodoxas. A produção no novo mundo, ligada às iniciativas lusitanas, adotava referências europeias, mas, muitas vezes, apresentava reformulações motivadas pelas especificidades locais, sejam elas referentes aos materiais disponíveis, ao acesso à literatura artística coeva ou à organização especial das equipes de trabalho, marcada pela mão de obra de matriz africana ou indígena. As ordens religiosas e as associações de leigos destacavam-se como motivadoras do labor artístico, empenhadas em construir seus edifícios e capelas e os ornamentarem conforme os ditames religiosos, cada qual realizando suas escolhas iconográficas de acordo com sua história e principais devoções. O presente simpósio temático objetiva reunir trabalhos que discutam a produção, circulação, apropriações, usos, significados e desdobramentos sociais das manifestações artísticas na América Portuguesa. Trata-se de debater sobre os objetos e suas redes culturais, religiosas, políticas e sociais, incluindo também os debates teóricos e metodológicos que permeiam a história da arte, a exemplo das abordagens formalísticas, culturais, iconográficas, semióticas, etc. O conceito de intertextualidade da obra de arte, proposto por Omar Calabrese, torna possível pensar as manifestações físicas e etéreas da arte em uma perspectiva mais ampla, que conecta características locais com pressupostos imagéticos globais que se inter-relacionam na criação artística nos trópicos portugueses. Nas edições anteriores do EHC, os trabalhos sobre o assunto encontravam-se diluídos em simpósios temáticos que não tratavam diretamente da questão artística. Nesse sentido, o presente simpósio justifica-se ao buscar concentrar os estudos num fórum interdisciplinar com enfoque na produção artística, na perspectiva de construir um espaço de diálogo que permita o avanço das proposições teóricas e metodológicas de estudo da arte na América Portuguesa.

Local: **SETOR 02/SALA F1.**

Apropriação de imagens gravadas e hibridização iconográfica: a construção de um modelo de santidade franciscano a partir da azulejaria da América Portuguesa

Aldilene Marinho César Almeida Diniz
Doutora - CEFET-RJ

A presente proposta de comunicação tem por objetivo tratar da circulação e apropriação de um conjunto de gravuras flamengas, produzido entre os séculos XVI e XVII, e do resultado manifesto dessas operações presentes na azulejaria franciscana produzida para a América Portuguesa. O trabalho discutirá o processo de apropriação de tais estampas por meio de alguns mecanismos, dentre os quais se destaca a técnica de hibridização iconográfica, que será discutida conforme as proposições de Jérôme Baschet. Tanto as gravuras quanto os azulejos em questão representam temas narrativos da vida de São Francisco de Assis (c.1181-1226). Com o trabalho proposto pretende-se discutir, brevemente, como essas apropriações dos modelos gravados presentes na pintura azulejar se relacionam com a construção de um modelo específico de santidade apresentado para a sociedade colonial. Tal modelo, elaborado a partir de ideais religiosos, institucionais e artísticos, procurava fazer de Francisco de Assis – fundador da Ordem religiosa que encomenda a obra azulejar – um modelo de conduta para religiosos e leigos, sustentando-se na ação dos próprios frades, por meio da pregação de sermões e de leituras devocionais, sobretudo aquelas realizadas nos dias festivos. Dessa forma, com o trabalho proposto, almeja-se tratar do uso de gravuras e azulejos como mecanismos de transmissão e transformação de modelos de santidade na cultura visual de parte da Europa e da América Portuguesa.

A iconografia dos painéis azulejares da capela-mor da ordem terceira do carmo de cachoeira-ba

Darlane Silva Senhorinho
Doutoranda - UFBA

O trabalho aqui descrito possui como objeto de estudo os painéis azulejares da capela-mor da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira-BA. O edifício da Ordem Terceira começou a ser edificado em 1701, os azulejos de fabricação lisboeta da nave e capela-mor teriam sido fixados entre 1745 e 1750. A capela do princípio do século XVIII conserva o espírito clássico do século anterior, a simplicidade externa contrasta com a decoração interior que os irmãos terceiros não satisfeitos com toda talha dourada, policromia, molduras e pisos elaborados mandaram revestir as paredes com azulejos portugueses do século XVIII, em tons de azul com fundo branco, composição típica do período de transição do barroco para rococó. Objetivando analisar iconograficamente os painéis situados na capela-mor, tomando como ponto de partida o texto inserido em sua legenda descritiva, buscando ainda compreender sua importância na formação da história iconográfica da Ordem Carmelitana, associando o significado desta para a sociedade a qual primeiramente se dirigiam tais representações artísticas, a sociedade cachoeirana do século XVIII. Como fonte tomaremos os estudos de Carlos Ott, Germain Bazin, J. M. Santos Simões, Valentin

Calderón, José Meco, JacopoVarazze, Frei Antônio Pereira da Costa, documentos do IPAC, como o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, IPHAN, documentos do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, Arquivo da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira, Escrituras Sagradas e os estudos de Erwin Panofsky, dentre outros. Esta proposta justifica-se pela necessidade de ampliação dos conhecimentos acerca da iconografia Carmelitana, bem como da história colonial sacra no Recôncavo Baiano, região de grande importância econômica e política no período colonial e muitas vezes esquecida na historiografia da arte.

Nascimento e conversão de São Francisco de Assis em Azulejos

Sílvia Barbosa Guimarães Borges
Doutora - UVA / EBA / UFRJ

A proposta de comunicação tem como objeto dois grandiosos painéis azulejares que tratam do nascimento e da conversão de São Francisco de Assis, localizados na entrada da Igreja do Convento de São Francisco, em Salvador/ Bahia. Busca conectá-los com suas fontes textuais, visuais, bem como modelos ornamentais. Para tal, estabelece diálogo com os escritos de São Boaventura e a “Crônica da Ordem dos Frades Menores”, de Frei Marcos de Lisboa, e com gravuras que difundiram padrões iconográficos sobre a hagiografia de São Francisco, cuja tradição remonta ao século XIII. Interessa perceber como determinados elementos constituem não apenas a narrativa sobre o santo, mas também o modo de apresentar sua hagiografia através de imagens criadas em Lisboa especificamente para este convento da América Portuguesa. O presente trabalho compreende os painéis de modo conectado ao repertório visual setecentista e ao espaço conventual. Considera sua integração à ornamentação da igreja e destaca sua relação com os painéis azulejares da capela-mor, que também tratam da vida do fundador da ordem.

A narrativa plástica dos quinze mistérios do rosário no forro da nave da capela de nossa senhora do rosário dos pretos da vila de São José, MG (c. 1820)

Luciana Braga Giovannini
Doutoranda - UFMG

A comunicação almeja apresentar o estudo iconológico das pinturas de forro que ornamentam a nave da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos localizada na antiga vila de São José del-Rei – atual cidade de Tiradentes em Minas Gerais. A Igreja foi construída por iniciativa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em homenagem à Virgem do Rosário e a irmandade foi a responsável pela evangelização dos seus membros, constituídos, em sua maioria, por escravos – africanos e descendentes. A partir de um estudo iconológico da obra, procuramos compreender como ocorreu o processo de evangelização dos negros no período colonial mineiro, estabelecendo a relação entre a pintura, sua função e os receptores da obra de arte. Em síntese, buscamos promover o estudo da obra de arte e, através dela, compreender a complexidade histórico-cultural em que ela foi produzida e a mensagem que ela transmitiu aos irmãos do Rosário. A obra foi executada no início do séc. XIX (c. 1820), é atribuída a Manoel Victor de Jesus e representa os quinze Mistérios do Rosário e Três Invocações à Virgem Maria. Para pensarmos nosso objeto de investigação, realizamos uma imersão na história dos tipos iconográficos relativos a cada tema

representado e uma investigação das gravuras, que possivelmente foram utilizadas pelo pintor como fonte de referência para suas composições, especialmente aquelas provenientes dos Missais. Para compreender a mensagem transmitida pelas pinturas, buscamos elucidar e relacioná-las às suas possíveis referências literárias, a saber: a Bíblia, os Evangelhos Apócrifos, a Legenda Áurea, as Letanias Lauretanas e os Sermões de P. Antônio Vieira. O conjunto iconográfico das pinturas de teto da nave, muito provavelmente, foi elaborado com o propósito de persuadir os fiéis, evangelizar, promover o culto mariano e recomendar uma conduta de vida através da Meditação e Invocação dos mistérios da vida de Cristo e sua mãe Maria – o Caminho para a Salvação.

“Com ira impetuosa e fogo consumidor” - um estudo iconográfico sobre a pintura de teto da capela de nossa senhora do rosário dos pretos, prados, séculos XVIII e XIX

Kellen Cristina Silva
Mestre - UFMG

A comunicação tem a finalidade de apresentar a sobrevivência de determinadas formas na arte Ibero-americana presentes na antiga região da Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais. A mestiçagem, que enxergamos como um viés importantíssimo para a concepção de determinadas formas da iconografia da região, é aquilo que traz o movimento interno das representações artísticas. Levando em consideração os elementos existentes na análise iconológica de Aby Warburg, atrelado ao conceito de dinâmicas de mestiçagens, podemos supor uma sobrevivência mestiça das formas, que ocasiona consigo um quê “intencional” que é, na verdade, o encontro de duas ideias, aquela que provém dos comitentes e aquela que é natural do artista. Por isso, ao falarmos da arte Ibero-americana, sobretudo a mineira, o conceito de mestiçagem é importante, uma vez que é fruto das mais diversas interações sociais. Enxergamos as representações imagéticas muito mais do que um artefato cultural, elas são a síntese dos sentimentos dos homens de cada período e devem ser analisadas por essa luz. Sendo assim, apresentamos o estudo iconográfico da pintura de teto da igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada na cidade de Prados, Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais. A pintura data da virada do século XVIII para o XIX e apresenta uma iconografia divergente daquela comumente utilizada na ornamentação dos tetos das igrejas e capelas da região. Atrelado a isso, conjugamos as relações existentes no Novo Mundo, sobretudo ao que tange o Imaginário religioso existente tanto na Península Ibérica, quanto aquele nascido da mestiçagem colonial. Para tal empreitada, nos valem os estudos de Aby Warburg, que considerava a imagem como um “sintoma” dos medos e anseios que permeiam os questionamentos do homem, afirmando que a imagem está sempre pronta para “reencarnar” quando determinadas emoções afloram.

A presença de São Benedito nos conventos franciscanos do nordeste no Brasil colonial

Ivan Cavalcanti Filho
Doutor - UFPB

Apesar da contundente presença de Santo Antônio no repertório de devoções das casas franciscanas do Nordeste, sendo inclusive titular de sete dos treze conventos fundados na região entre 1585 e 1660, outras devoções masculinas foram bastante prestigiadas nos retábulos das igrejas conventuais, como o próprio São Francisco, São José, São Pedro de Alcântara e São Luís. Numa escala inferior,

porém significativa tanto no tocante ao prodígio da devoção, como do espaço onde era entronado no cenóbio, figurava São Benedito. Canonizado pela Igreja Católica em 1807, seu culto foi introduzido no Brasil já no início do século XVII, aproximadamente duas décadas após seu falecimento em 1589. Por ser negro, descendente de etíopes, era venerado sobretudo por escravos, que com ele se identificavam quanto à cor e à posição que ocupavam na sociedade colonial. Afinal, o santo fora irmão leigo, tendo ocupado as posições de porteiro e cozinheiro no convento de Santa Maria de Jesus, na Sicília, Itália. O objetivo deste trabalho é registrar a presença de São Benedito nas casas franciscanas nordestinas, com ênfase nos espaços destinados ao seu culto, na iconografia adotada, e nas irmandades que se formavam em torno da devoção. Para tanto, a investigação recorre aos Livros dos Guardiães que subsistiram às vicissitudes porque passou a Ordem na sua trajetória missionária na colônia; às Atas Capitulares da Província de Santo Antônio do Brasil; ao Novo Orbe Seráfico Brasílico de Frei Jaboatão, principal crônica dos frades menores no Brasil no período colonial; às publicações de franciscanos que, no século passado, se empenharam em divulgar velhos escritos da Ordem; e à trabalhos recentes sobre o franciscanismo no Brasil – teses, artigos e capítulos de livros. A partir de dados da literatura, e considerando o sectarismo que reinava na sociedade colonial, a pesquisa induz a uma reflexão sobre o embate social entre a devoção a São Benedito e a devoção a Santo Antônio.

07/09 – Sexta-feira

As pinturas da capela-mor da capela dos terceiros carmelitas de Cachoeira - BA: apontamentos iconográficos

Camila Fernanda Guimarães Santiago
Doutora - UFRB

A Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Cachoeira- Ba foi criada em 1691. Em 1702, recebeu doação de terreno próximo ao convento carmelita para construção de capela própria. As obras estenderam-se pelo século XVIII. Estima-se que a decoração pictórica tenha sido realizada durante a segunda metade dessa centúria. A presente comunicação intenciona analisar seis pinturas parietais que se encontram na capela-mor da capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Cachoeira, que representam os seguintes santos: Santa Pelágia, Santa Maria Egípcíaca, São Proto, São Jacinto, São Osias e São Zacarias. Pretende-se traçar algumas considerações iconográficas a partir da hagiografia dos personagens, bem como perscrutar as relações das pinturas com impressos em circulação na época de sua realização, especialmente gravuras e livros.

Iconologia, iconografia e intertextualidade em um aldeamento Paulista: a decoração da antiga capela de São Miguel Arcanjo (séculos XVII-XVIII)

Thais Cristina Montanari
Mestranda - Unicamp

Reconstruída em 1622, a Capela de São Miguel Paulista, localizada na zona leste da cidade de São Paulo, fazia parte de uma antiga rede de aldeamentos estabelecidos pelos missionários jesuítas, ainda no século XVI na Capitania de São Vicente. Sendo uma das obras artísticas e arquitetônicas

mais importantes do período colonial paulista, tornou-se um dos primeiros bens tombados e restaurados pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN) entre 1938 e 1941. Apesar de ter passado por diversas obras de reparo e de restauro ao longo dos séculos, a capela ainda preserva, além de sua construção em taipa de pilão, parte da sua decoração do período colonial, sobretudo as pinturas murais encontradas embaixo dos altares laterais em madeira, durante o último trabalho de restauro em 2007. Trata-se de uma tentativa de reprodução pintada de um altar de talha, recorrente nas obras do barroco português, com motivos celestes do sol, lua e estrelas, e as cores vermelho, preto e branco, características que conferem sua peculiaridade. Estas pinturas, juntamente com outros elementos decorativos conservados na capela, formam um conjunto de exemplares com referências iconográficas e iconológicas, compreensíveis pela emblemática, e pelos repertórios de brutescos e grotescos. A isto soma-se a possível presença de mão-de-obra indígena, negra e mestiça empregadas na construção e decoração da capela. Desse modo, a presente proposta, baseada em pesquisa de mestrado em andamento, tem por objetivo a análise e discussão da intertextualidade e interculturalidade nos elementos decorativos da Capela de São Miguel Paulista, a partir de suas especificidades locais e referências globais, entre os períodos em que a Capela foi administrada pelos Jesuítas (século XVII) e pelos Franciscanos (século XVIII). Priorizaremos, portanto, os enfoques multidisciplinares, revisão bibliográfica e levantamento documental.

A narrativa iconográfica de Santa Teresa de Jesus na igreja da ordem terceira do Carmo do Recife

André Cabral Honor
Doutor - UnB

No ano de 1699, a mesa da recém-criada Ordem Terceira a povoação do Recife (Pernambuco, Brasil) autorizava o início das obras de construção de templo próprio num terreno contíguo à igreja da Ordem Primeira de Nossa Senhora do Carmo. A construção buscava atender ao decoro da época utilizando-se de altares de talha de madeira com douramento, pinturas de tetos e frontão suntuoso. Ao longo da primeira metade do século XVIII, a Igreja foi adornada com painéis hagiográficos pintados por João de Deus e Sepúlveda, dentro os quais 53 são dedicados à vida de Santa Teresa de Jesus, sendo 40 pinturas distribuídas no teto em forma de caixotões e 13 ao longo da nave principal. Tamanha quantidade transforma esse discurso imagético no maior acervo iconográfico hagiográfico dessa santa já registrado dentro de uma igreja. Partindo do princípio teórico a ideia de intertextualidade da pintura exposto por Omar Calabrese, a presente comunicação busca expor os resultados finais da pesquisa iconográfica e bibliográfica realizada ao longo dos três últimos anos que tomou como base as propostas metodológicas de Erwin Panofsky e Rafael Mahíquez. Nesse processo, buscou-se as matrizes imagéticas e fontes literárias que construíram a composição iconográfica do templo transformando-o em veículo de introjeção de um modelo de conduta católica que cria o elo identitário do reino português em sua monarquia pluricontinental.

El paisaje de la contienda: imágenes de la virgenmaría contra sus enemigos en la iconografía hispanoamericana colonial

Patricia A. Fogelman
Professora Dr^a - UBA/CONICET

Este trabajo se inscribe en el área de la Historia cultural de las imágenes marianas a partir de sus representaciones y usos, basándonos en un corpus visual constituido por una selección de pinturas y estatuas de Nueva España, Cuzco, Quito, Bogotá, Alto Perú y del Río de la Plata. El eje transversal es la figura mariana en un rol activo y con armas (cruces-lanzas, rayos, cadenas, polvos y nieblas cegadoras frente a sus contrincantes en diferentes paisajes: principalmente, contra la serpiente o la bestia de siete cabezas pero también aparecen otro tipo de enemigos: los indios. Esta particularidad es parte del fenómeno colonial donde Conquista y Evangelización se entrelazaron en una trama muy compleja dentro del espacio caracterizado por diversas modalidades del escenario.

Arte e ciência na Amazônia colonial: produção, circulação e conexões

Wesley Oliveira Kettle
Doutor - UFPA

Durante o século XVIII, os reinos de Espanha e Portugal intensificaram os trabalhos de demarcação das fronteiras em suas possessões na América. Na década de 1750, como consequência do Tratado de Madri, foram enviados homens de ciência para realizar essa tarefa na Amazônia. Esta comunicação tem como objetivo refletir sobre a produção e circulação dos relatos visuais que compunham os documentos oficiais de governo e os álbuns de descrição científica no contexto das demarcações de limites dos sertões do Vale Amazônico. Demonstraremos como a circulação desse tipo de material assumiu um significado social e político, na medida em que garantia prestígio aos autores que, por sua vez, reivindicavam melhores postos na hierarquia colonial. Também será abordado como a produção dessas descrições visuais contaram com a participação de personagens indígenas, muitas vezes considerados pouco importantes para a compreensão da arte e da ciência desenvolvidas nessa região. Ressaltaremos que o estudo da arte e da ciência na Amazônia colonial revela outros atores que não apenas os europeus. Reivindicaremos o papel protagonista dos indígenas na elaboração de elementos artísticos que se relacionam com a ciência e a política locais e globais.

Anchieta no jardim do éden: a iconografia de um mito

Thereza de Barcellos Baumann Zavataro
Pesquisadora Dr^a - Museu Nacional/UFRJ

Os relatos sobre Anchieta são marcados pela presença de “mirabilias” que conferem à sua vida e obra um tom hagiográfico, excedendo o de uma biografia. Os seus “feitos”, narrados por Pero Rodrigues, Caxa e Simão de Vasconcelos, entre outros, ganham a dimensão de uma “gesta”, na acepção básica do termo: canções que celebram heróicos e altos feitos. A vida de Anchieta é essencialmente pontuada por elementos comuns à gesta: entre estes os votos de castidade feitos

à Virgem, em Coimbra, e um inquebrantável desejo de sacrificar-se ao Senhor. Tais características, somadas aos seus “feitos”, constituem a matéria-prima do “maravilhoso” anchietano, revelado em “milagres” que enfatizam o seu “dom” em manejar a palavra e falar aos animais.

Na iconografia, a representação desses milagres constituirá uma imagem que, recorrente desde o século XVI, tornar-se-ia emblemática: a de um Anchieta cercado por bugios, cobras, onças, apaziguando índios ou ondas do mar. Transpondo limites físicos e temporais um novo Adão estende à Terra Brasilis as possibilidades do Jardim do Éden.

Em nossa comunicação, analisaremos a construção desse mito anchietano e a sua inserção na política missionária jesuítica.

08/09 – Sábado

O beijo da fonte: as práticas culturais à beira dos chafarizes no mundo Luso-Brasileiro

Francislei Lima da Silva

Doutorando - Unicamp

Dentre um dos importantes aspectos para aprofundarmos as questões acerca da circulação de imagens no contexto luso-brasileiro, destacamos a sua complexidade por meio de obsessões, remanescências, sobrevivências e metamorfoses. Em nossa pesquisa de inventário das fontes públicas no período colonial do Brasil deparamo-nos com um vasto acervo imagético acerca da apropriação das águas públicas no processo de urbanização das Vilas, bem como dos usos e práticas culturais entorno das fontes. Propomos, portanto, uma narrativa sugerida a partir de um gesto poético – de uma ativação nomeada com “o beijo da fonte”. Esse é o título de um dos quadros do artista brasileiro José Monteiro França (1875-1944), atualmente, pertencente à reserva técnica da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Na obra vemos a cena curiosa de uma jovem aguadeira que sobe na beirada no tanque de água para saciar a sua sede, bebendo direto da bica que sai da boca de um mascarão. O que não cabe em sua boca transborda pelo chão afora, enquanto o vaso se encontra virado sobre o chão. Todos esses elementos na cena nos remontam às palavras do filósofo Gaston Bachelard sobre a poética da água, para quem a fonte é sempre um lugar aberto à imaginação, ainda mais se nos associarmos às formas mais antigas de significação atribuídas ao vaso invertido. Curiosamente, dentre o acervo fotográfico da Torre do Tombo, algumas imagens nos remontam a gestos semelhantes àquele da jovem no quadro de França. Em uma delas, um homem sobe no tanque do Chafariz do Carmo em Lisboa para beber direto da bica. Esses registros fotográficos do início do século XX se desdobram e, postos sob uma perspectiva anacrônica do tempo, remontam diretamente aos registros de viajantes no período colonial nos lugares de aglomeração para coleta de água nas cidades coloniais do Brasil. Essa associação de corpos pela aproximação que desperta aquilo que se vê também sobrevive no quadro “o beijo da fonte”.

Repercussões da arte colonial no conjunto arquitetônico religioso do senhor do bonfim de chorrochó

Jadilson Pimentel dos Santos
Doutor - IFBA

A cidade de Chorrochó foi projetada antes da fundação de Canudos. Teve sua origem nos grupos de sertanejos seguidores de Conselheiro, beato Quixeramobinense que, em fins do século XIX, percorreu os sertões do Nordeste do Brasil reunindo grandes multidões para dar conselhos, pregar os ensinamentos da fé católica e ajudar os mais oprimidos. Nesse vilarejo o contexto ambiental, religioso e cultural não se diferenciava daquele dos demais povoados vizinhos, com os quais compartilhava crenças, costumes e códigos da moral sertaneja. Ai a vida cotidiana era preenchida pelas atividades realizadas no campo, pelos afazeres domésticos e demais tarefas comuns à vida da zona rural. Entretanto, toda atividade era sempre precedida, intermediada e sucedida pelas práticas devocionais que caracterizavam o dia a dia na comunidade. O beato Conselheiro era evoto declarado do Bom Jesus, e apresentava em suas pregações uma oratória inflamada e de teor místico, cujas bases encontravam ressonância em obras como: o Lunário Perpétuo, as Horas Marianas e a Missão Abreviada. Apontado por diversos estudiosos como o “Anchieta” ou o “Vieira dos sertões”, deixou um conjunto de edifícios religiosos cuja gramática ornamental dialogava sobremaneira com os estilos Barroco e Neoclássico. Em seu séquito existiam os mais variados trabalhadores, destacando-se de forma exemplar, os entalhadores, fundidores, mestre de obras, etc., os quais deixaram produções escultóricas de muito boa lavra. Nesta área construtiva dos sertões, erigiram-se templos cuja principal característica foi a construção de cruzeiros-planque, marca recorrente na gramática de arquitetura popular dos conselheiristas. Estudar as contribuições de Antônio Vicente Mendes Maciel e o desenvolvimento de sua arte, culturas e devoções nos núcleos desses rincões interiores, sob a égide de um catecismo popular, é, em tempo, uma diminuta contribuição que pretende lançar luzes sobre a inequívoca riqueza desse patrimônio material e imaterial, pois muito ainda há para se desvelar, em termos de signos e significados.

Da eloquência dos frontispícios: notas acerca de documentos imagéticos em livros sobre o Brasil (século XVII)

Jorge Victor de Araújo Souza
Doutor - UFRJ

Não há um estudo histórico que reúna os principais frontispícios de livros sobre o Brasil do século XVII. Com exceções, tais imagens são apresentadas dispersas e apenas como ilustrações de artigos. Em que pese as imagens terem sido produzidas para livros que tiveram distintas condições de edição, acreditamos que uma análise detida do conjunto apontará as formas pelas quais, no século XVII, criou-se uma eloquência sobre a expansão ultramarina, forjando alegorias que abriam os mais importantes livros sobre o Brasil. O que é um frontispício e qual é a sua relevância em uma publicação? Para responder a essas questões, atentaremos para a materialidade deste elemento paratextual, e também analisaremos seu campo semântico no período colonial. Faremos uma reflexão sobre os frontispícios enquanto documentos imagéticos significativos na representação de espaços atlânticos, apontando, desta forma, que o que é considerado “adorno” é parterelevante de uma rede que une livros, arquitetura e imagens das mais diversas naturezas. Portanto, verificar-se-á que tais documentos são excelentes para a concepção de histórias conectadas dedicadas a temas para além da Época Moderna e do espaço ultramarino.

Um engenho de açúcar na terra dos moinhos. O trânsito atlântico e a resignificação de pinturas, mapas do Brasil nas casas senhoriais da Amsterdã seiscentista

René Lommez Gomes
Doutor - UFMG

A cidade de Amsterdam cresceu vertiginosamente, no século XVII, transformando-se no mais importante centro econômico e cultural do norte da Europa. Este crescimento esteve associado à ascensão de uma burguesia letrada que se distinguia por seu engajamento ostensivo no debate das questões políticas e comerciais da República batava, pelo cultivo das artes e pela manutenção de luxuosas residências, cuja decoração simbolizava os interesses de seus proprietários. À época, um assunto que dividiu as opiniões dos cidadãos foi a busca da República por conquistar regiões do Brasil, colonizadas pelos portugueses. Em Amsterdã, o tema produziu reflexos no cotidiano da elite senhorial que consumiu e colecionou objetos produzidos por indígenas brasileiros, como arcos, flechas e maracás; além de pinturas, mapas e livros sobre a terra. O trânsito atlântico de obras de arte e objetos do Brasil e seus usos nas casas senhoriais de Amsterdã foi registrado em documentos de tipologias variadas, como registros notariais, cartas e relatos de visitas a espaços domésticos. A amplitude dos dados registrados nestes documentos permite ao investigador reconstituir a proveniência destes objetos, seus usos e sua distribuição espaços domésticos; e, com isto, avaliar os valores simbólicos que adquiriram. Esta comunicação tem por objetivo analisar o trânsito, a incorporação, a distribuição espacial e a construção dos usos e significados de objetos originários ou representativos do Brasil, nas casas senhoriais da Amsterdã seiscentista. Buscar-se-á revelar como a exposição destes objetos nas residências constituíam emblemas das relações de seus proprietários com o mundo ultramarino, construindo narrativas biográficas, representando posicionamentos políticos e sinalizando uma grande gama de interesses. Para tanto, serão estudadas duas residências da cidade, cujos proprietários se conectavam ao Brasil: as casas dos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, Mathijs van Ceulen e Jacques van Hoorn.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 09

REPRESENTAÇÕES DA ÁFRICA E DO ORIENTE: FORMAS DE LER E PENSAR OS DOMÍNIOS PORTUGUESES DO COLONIAL AO PÓS-COLONIAL

COORDENADORES

PATRÍCIA SOUZA DE FARIA (UFRRJ)

ROBERTA GUIMARÃES FRANCO (UFLA)

O presente ST pretende dar continuidade ao trabalho desenvolvido no ST “Do colonial ao pós-colonial: perspectivas para ler os domínios portugueses na África e no Oriente” realizado no último EIHC. Portanto, ao objetivo de estabelecer um debate acerca dos estudos relacionados às leituras e releituras sobre os espaços que vivenciaram o domínio colonial português tanto em África como no Oriente, soma-se o interesse nas representações produzidas ao longo dos séculos sobre esses espaços, representações perpassadas também pelas interações com o espaço ibero-americano. A perspectiva comparativista permanece como foco metodológico, tanto para pensar diferentes territórios, mas também para trabalhos que privilegiem uma análise multidisciplinar, voltada para um sentido mais amplo de “representação”, do sentido religioso, social, ao político e cultural. Interessa-nos pensar na heterogeneidade dos processos que envolvem os variados territórios que foram de domínio português, problematizando as especificidades dos contatos culturais. Almeja-se estimular debates acerca dos múltiplos tipos de contato, dinâmicas ou manifestações oriundas desses processos, com atenção ao papel de diferentes agentes e instituições na produção de conhecimento, representações e classificações das populações coloniais. Encoraja-se o desenvolvimento de análises sobre as representações da África e do Oriente a partir de uma ampla variedade de materiais: tratados sobre costumes e crenças religiosas; relatos etnográficos; numeramentos e classificação das populações; mapas cartográficos; coleções e exposições; fotografias; literatura e outras formas de arte. Neste sentido, incentiva-se a análise das representações produzidas por funcionários coloniais, missionários, viajantes, mas sem descurar das visões que surgiram a partir da própria África e do Oriente, o que incluiu as perspectivas de suas “elites nativas”, de críticos locais do colonialismo, de exilados e membros das comunidades de diáspora. Assim, pretende-se igualmente repensar as representações que colocam o colonizador como imagem central desses processos e ignoram as particularidades de cada sociedade de acordo com os povos autóctone.

Local: **SETOR 02/SALA F4.**

06/09 – Quinta-feira

“Para favorecer a cristandade”: as iniciativas de conversão aos “meninos” em goa (1540-1606)

Camila Domingos dos Anjos
Doutoranda - UFRRJ

Situada na costa ocidental da Índia, Goa tornou-se uma conquista militar portuguesa em 1510. Além do aparato militar e administrativo, a historiografia tem demonstrado o papel da expansão da fé católica como uma das bases de sustentação do poder português em Goa. Em função do proselitismo católico, viabilizado pela ação das ordens religiosas e da construção de ampla rede paroquial, os portugueses tentaram instituir uma “hegemonia cristã” em Goa. A historiografia referente ao Oriente português tem abordado predominantemente os “agentes da conversão”, isto é, o papel dos arcebispos locais, missionários jesuítas, franciscanos, agostinhos, além dos clérigos seculares naturais de Goa. O nosso objetivo consiste em analisar o processo de conversão em Goa, porém, a partir de uma perspectiva distinta, cujo enfoque incide menos sobre tais agentes e mais sobre as populações que foram alvo desse processo de cristianização, especificamente as populações consideradas “menores” e nascidas no Estado da Índia. Ainda que a legislação portuguesa estenda a menoridade até os 25 anos, destacamos que o nosso foco incide sobre a “menineza”, fase que abrange dos sete anos (infância) até a puberdade ou os quatorze anos (HESPANHA, 2010). A partir disso, nosso objetivo consistirá em identificar se havia procedimentos exclusivos adotados para converter os menores em Goa e se a documentação analisada por nós traz contribuições acerca da percepção sobre a infância e as idades da vida no período moderno. Para tanto, nos apoiaremos nas cartas dos jesuítas organizadas na Documenta Indica e nas cartas e alvarás de reis de Portugal e vice-reis do Estado da Índia reunidas no Arquivo Português Oriental.

Lunyu e a representação Jesuítica de confúcio para a Europa

Renan Morim Pastor
Mestrando - UFRRJ

Em 1687, em Paris, é publicada a obra mais famosa do filósofo Confúcio na Europa. Contida no compêndio “Confucius Sinarum Philosophus” (Confúcio, filósofo da China), o Lunyu (Analectos de Confúcio) é a mais reconhecida das obras de Confúcio, consistindo em uma série de máximas organizadas pelos seus discípulos e publicada originalmente entre 475-221 a.C. A obra foi traduzida pela primeira vez no século XVII, por um grupo de jesuítas participantes da missão da China, liderados pelo francês Philippe Couplet e continha o texto em chinês e sua tradução em latim. Importante destacar que Couplet e os outros jesuítas não traduziram simplesmente o texto original do Lunyu para o latim, mas escreveram eles mesmos a sua própria interpretação do Lunyu, mantendo muito do corpo original do texto e acrescentando ou retirando palavras, sentenças ou notas de rodapé. Em 2015, o doutor em filosofia chinesa Thierry Meynard traduz para o inglês a obra jesuíta, facilitando seu acesso ao resto do mundo. Na versão jesuíta do Lunyu podemos entender quais aspectos da filosofia de Confúcio atraíram os jesuítas e quais pontos em comum com o cristianismo os missionários resolveram destacar, o que faz a análise da tradução jesuítica

do Lunyu uma importante ferramenta para analisar não apenas a interpretação e representação jesuítica do confucionismo, mas do próprio Confúcio, funcionando como a grande introdução do filósofo chinês na Europa e uma peça de propaganda da missão jesuítica na China.

Os Japoneses no pensamento racial de Alessandro Valignano, SJ (1539-1606)

Rômulo da Silva Ehalt
Doutorando - Universidade de Keio

Nos séculos XVI e XVII, o encontro entre Europeus e o resto do planeta deu origem a diversas taxonomias raciais modernas. Certamente, o mais conhecido exemplo de taxonomia moderna é a *Historia natural y moral de las Indias* (1589), do jesuíta José de Acosta, cuja influência baliza ainda hoje o entendimento deste fenômeno pela historiografia. Ainda assim, Acosta não foi o único, e diversas outras teorias raciais foram elaboradas no período, tendo tanto ou mais influência sobre o modo como eram abordados e solucionados os desafios teológicos locais surgidos durante o trabalho missionário em regiões distantes da influência política das coroas ibéricas. A presente contribuição visa analisar o lugar ocupado pelos japoneses no pensamento racial de Alessandro Valignano, jesuíta italiano cujo legado político é amplamente conhecido entre especialistas da história do cristianismo na Ásia Portuguesa. No foco da análise estarão quatro dos seus trabalhos: o *Summariū Indicū* (1577), escrito pouco tempo depois da chegada de Valignano à Ásia; a *Historia del Principio y Progreso de La Compañía de Jesús en las Indias Orientales* (1583) e o *Sumário de Japón* (1583), concluídos depois da sua primeira visita ao Japão; e o *De missionum legatorum laponensium ad Romanam curiam* (1590), peça de propaganda do cristianismo enquanto ideologia política. O objetivo é esclarecer as impressões iniciais de Valignano acerca dos japoneses e como sua visão se modificou de acordo com a experiência adquirida enquanto visitador da missão jesuíta no Japão. Pretende-se assim reconsiderar-se a chamada *ipotesi Valignano*, de Paolo Aranha, que se baseia fundamentalmente na educação aristotélica do italiano. De modo geral, a compreensão de taxonomias locais abre caminho para novas interpretações e para a reavaliação dos critérios usados por religiosos na classificação e interpretação do mundo na Idade Moderna.

Do Índico a Portugal: matrimônio e redes de sociabilidade de Asiáticos escravizados e forros em Lisboa (século XVII)

Patricia Souza de Faria
Professora Dr^a - UFRRJ

Esta comunicação pretende tratar da presença de asiáticos – escravos e forros – que foram cristianizados e levados do Índico para Lisboa, no século XVII. Goa, situada na Índia e centro dos domínios portugueses na Ásia, tornou-se um importante mercado de escravizados, oriundos da África Oriental, do Índico e do Pacífico. Uma parcela destes escravizados foi levada do Índico para Portugal, especialmente para Lisboa, graças à Carreira da Índia (roteiro marítimo que conectou, regularmente, o reino de Portugal aos portos da Ásia). O objetivo desta comunicação é analisar os arranjos matrimoniais e as redes e sociabilidade de escravos e forros oriundos do Índico e que viveram em Lisboa, no século XVII. A documentação investigada consiste nos sumários matrimoniais da Câmara Eclesiástica de Lisboa, em que identificamos a origem geográfica, os

deslocamentos geográficos e as redes de sociabilidade dos noivos e noivas, asiáticos convertidos ao catolicismo. Com quem tais asiáticos se casavam? Com que grupos sociais se relacionavam na Lisboa seiscentista? Estas são algumas das questões que esperamos elucidar sobre esta população, a asiática, que é pouco investigada, tanto pela historiografia da escravidão Atlântica (que costuma observar as conexões com o Índico sobretudo a partir do século XVIII, em outro contexto da história do tráfico de escravos) quanto pela historiografia dedicada à escravidão na Península Ibérica (que atenta especialmente para a presença de africanos escravizados na região).

As relações internacionais Afro-Neerlandesas no atlântico sul

Guilherme Teófilo de Souza
Mestrando - UNESP

O presente trabalho tem como finalidade demonstrar que a historiografia luso-brasileira construiu uma imagem da presença holandesa na costa ocidental africana no século XVII como de ocupação pela força. Tal perspectiva termina por colocar a África e seus agentes sociais como figuras passivas no jogo de força dos negócios estrangeiros da época e no atlântico sul. Esta pesquisa busca evidenciar que as relações políticas entre os holandeses e os reinos africanos, através da instalação de fortes ou ao envio de embaixadores do reino do Congo a Pernambuco no século XVII, pode ser caracterizados como um papel proativo de ambas as partes. Para isso farei uso de uma historiografia que demonstra que o continente africano teve ampla participação na construção do mundo moderno, principalmente no que toca ao sistema econômico atlântico, ou seja, a presença holandesa ou até mesmo de outras potências europeias na costa ocidental da África, só foi possível através de acordos firmados com os agentes sociais. O conjunto de fontes que serão utilizadas para validar tais objetivos expostos são as correspondências trocadas entre Nassau e a Companhia das Índias Ocidentais e relatos de missionários contemporâneos.

No rastro dos títulos políticos: a continuidade dos sobados ao longo do tempo (Angola, séculos XVII e XVIII)

Crislayne Gloss Marão Alfagali
Professora Dr^a - UFMS

De acordo com as estratégias de Jan Vansina, Jill Dias, Beatrix Heintze e Isabel de Castro Henriques, o primeiro passo da pesquisa proposta por este projeto visa construir um panorama geral das trajetórias das titulações políticas africanas, representadas pelos sobas, no Reino de Angola ao longo dos séculos XVII e XVIII. Para tanto, seguiremos os rastros dos títulos políticos nas fontes, ou das “posições titulares”, segundo a linhagem do parentesco perpétuo. Os sobas mantinham as posições titulares e era por meio delas que se apresentavam aos estrangeiros, por isso, podemos acompanhar por gerações a história desses títulos. Esse procedimento de análise pode ser comparado ao “método onomástico” proposto por Ginzburg e Poni (1979). O nome, no caso a posição titular, é um fio condutor, uma “bússola preciosa”, capaz de guiar pelo universo documental e organizar a narrativa. Os números colhidos no cruzamento das fontes são pouco representativos e de forma alguma perfazem o total de chefados africanos, avassalados ou não, na época. Porém, a partir deles, podemos imaginar a dimensão do impacto da ocupação portuguesa nos sertões, o quanto mobilizou diversos chefados e suas gentes. Mais que isso, a análise qualitativa mostra a sobrevivência política de alguns chefados em detrimento de outros e podem fornecer pistas dos motivos dessa manutenção do poder.

Informações e papéis circulantes. Como se censura politicamente um texto: o caso da recopilación historial

Thiago Bastos de Souza
Doutorando - UERJ

As monarquias compostas ao longo do século XVI caracterizaram-se, entre muitos aspectos, pela expansão no ultramar; anexação de territórios próximos/longínquos, juridicamente vistos como aque principal iter ou acessórios (ELLIOTT 2002) e a circulação de bens, pessoas e instituições (RAMINELLI 2008). Junto a isso, no âmbito de uma expansão global, prenhe de localismos (YUN 2009), a produção da informação relativa aos territórios anexados se converteu em uma necessidade administrativa destas monarquias. A ânsia pelo saber e o controle político por este concedido levou, em algumas monarquias – como no elucidativo caso da Espanha –, à criação de instituições e funcionários destinados a ler, gerir e a avaliar a imensa profusão de papéis que cruzou o Atlântico em ambos os sentidos no eixo Índia ocidentais X Espanha (BRENDENCKE 2012). A comunicação entre a “centralidade” política e as Índias, vinculada à prática rotineira nela presente de escrever informações de diferentes teores: cartas, relaciones, memoriales, probanzas, visitas, crônicas, indica não apenas infundáveis situações e pleitos que revelam indivíduos ávidos por ascender socialmente e inserir-se em uma determinada cultura cortesã, como demonstra a atual historiografia que se dedica a pensar as comunicações políticas nos Impérios Ibéricos (PUJOL 2012). Indica, também, a acepção/representação dos agentes históricos frente ao Novo Mundo a ser habitado, bem como a intervenção política da Coroa espanhola frente às informações provenientes destes espaços. Enunciadas estas proposições, buscaremos observar tanto a acepção dos agentes históricos sobre o Novo Mundo quanto a intervenção política da Coroa na informação, partindo do caso específico da Crônica Recopilación historial escrita pelo franciscano Pedro de Aguado, que viveu no vice-reino da Nova Granada na segunda metade do século XVI. Esta crônica que trata deste vice-reino foi submetida à aprovação do Conselho de Índias, o qual censurou diversas partes do manuscrito.

Do colonial – universo mestiço: dissidência e integração na representação do território andino. Uma proposição de cotejo ampliado do mundo ibérico

Eliane Garcindo de Sá
Professora Drª - UERJ

O objetivo desta comunicação é a apresentação de alguns pressupostos e diretrizes que sustentam o projeto de pesquisa “Escrita da história indiana – universo mestiço, discursos dissidentes/integradores: o caso do vice-reino do Peru”, em que se analisa um conjunto de crônicas produzidas por mestiços e “indígenas”, entre os séculos XVI e XVII. Esses textos são entendidos como discursos afirmativos de representações próprias, dissidentes, em relação à produção de espanhóis, e integradoras, entre esta, a um só tempo ou entre tempos. Através de considerações sobre as obras de Inca Garcilaso de la Vega, Felipe Guaman Poma de Ayala, Diego de Castro Titu Cusi Yupanqui

e Joan de Santa Cruz PachacutiYamquiSalcamaygua, em cotejo com as comunicações sobre a África e o Oriente, busca-se a ampliação de paradigmas para análise e compreensão de questões relativas à constituição de um mundo ibérico através das condições da colonialidade.

Nos paradigmas do pensamento pós-colonial: abordagens e desafios das interdisciplinaridades em África e em Ásia no ensino de história

Jorge Lúzio Matos Silva
Pós - doutorando - UNIFESP

Na historiografia do Império português, em suas produções mais recentes, tem sido incontornável a perspectiva dos espaços conectados (Subrahmanyam, 1993), que remetem às temporalidades articuladas (Pirenne, 2010). As diásporas, os deslocamentos e as circulações, entre outros fenômenos atuais, exigem releituras de um passado colonial que vinculou sociedades do Sul global (Santos, 2010) aos grandes centros dos impérios europeus modernos, em torno de discussões e desafios comuns. Por outro lado, o posicionamento anticolonial de Goody (2008), Guha (1999) e Antonacci (2013) somam-se às vertentes historiográficas que em diálogos com a decolonialidade das Ciências Sociais, com a Literatura pós-colonial, e com a Pedagogia decolonial, possibilitam ao historiador discutir os desafios globais contemporâneos, construídos a partir de uma consciência histórica. Esta análise volta-se para os intercursos entre o continente africano, o Oriente Médio e o sul da Ásia, para propor diálogos sobre estes contextos, historicamente articulados, promovendo debates e reflexões como subsídios no ensino de História Moderna e Contemporânea em abordagens interdisciplinares, como produção de conhecimento e de pensamento crítico.

Luanda e sua gente, cidade feiticeira, onde o sol brilha na areia, representações de um império eterno

Alexandre Luís Dionísio dos Ramos
Doutorando - Universidade de Évora

O ponto de viragem da cinematografia colonial portuguesa viria a ocorrer no pós-guerra e início da Guerra Fria, ganhando posteriormente um novo ímpeto com o início da Guerra do Ultramar (1961). Durante este período, a produção cinematográfica nas colónias foi gradualmente aumentando em quantidade, qualidade e diversidade, tornando-se um veículo recorrente de promoção e legitimação da causa colonial portuguesa. Mediante a análise dos documentários produzidos em Angola e Moçambique, temos por objetivos (1) demonstrar como era cinematograficamente representada a África portuguesa nas produções nacionais; e (2) evidenciar o valor do cinema como forma de ler e pensar os antigos domínios territoriais portugueses na sociedade pós-colonial. Em suma, este trabalho decorre de um projeto de investigação que visa compreender o valor patrimonial da filmografia colonial portuguesa na sociedade pós-colonial, um projeto que procura, entre outros objetivos, salientar a importância do cinema como fonte documental. Tantas vezes ignorado e superficialmente explorado, o cinema colonial é uma fonte de informação que permite o acesso visual a momentos cristalizados em registos fílmicos nascidas de contextos político-social entretanto desaparecidos. Tem por isso um duplo valor informativo - o visível (imagem) e o não visível (o que antecede e sucede a produção) - que pode revelar-se significativa para o (re) conhecimento da História e Património comum dos países que compunham o Império.

Memórias do esquecimento – representações da África pós-colonial no cinema de Margarida Cardoso

Suzana Guerra
Professora Dr^a - UFRN

Margarida Cardoso faz parte de uma geração recente de realizadores que se atreveu a invadir o campo hermético da historiografia portuguesa relacionada com a ditadura e o império, ação ao mesmo tempo política e imagética, que tem tido lugar no cinema português nas últimas décadas. A sua obra traz-nos uma singular aproximação à memória coletiva da guerra colonial e vem conquistando uma visibilidade cada vez maior no universo cinematográfico nacional. Movidada pela necessidade de preencher as lacunas nos relatos sobre o império português em África, caracteriza-se maioritariamente por abrir espaço às vozes que contrariam o discurso oficial, tentando abrir com isso um olhar alternativo sobre a história do passado colonial português, ao mesmo tempo que dá um passo em direção à assimilação do futuro pós-colonial africano. Este trabalho pretende explorar a obra cinematográfica de Margarida Cardoso, tomando o seu mais recente filme, para uma aproximação aos modos em que nele se encontra posto em jogo o sentido de uma história em grande medida ignorada pelas narrativas oficiais, ressaltando a necessidade de uma crítica da atualidade e do modo em que se incorporam no presente formas herdadas de um passado autoritário, que permanecem e se normalizam no seio do nosso quotidiano democrático: a impunidade, o inominável, a obliteração do acontecido pela historiografia, a permanência dos mitos conciliadores - uma apropriação do passado para atuar sobre o presente, reafirmando o caráter aberto e inconclusivo das nossas histórias.

Criação ficcional e suas releituras dos espaços coloniais

Roberta Guimarães Franco
Professora Dr.^a - UFLA

Este trabalho, parte do projeto “Poder e silêncio(s): a pós-colonialidade entre o discurso oficial e a criação ficcional” financiado pela FAPEMIG, pretende apresentar um levantamento de obras ficcionais contemporâneas das literaturas de língua portuguesa que apresentam uma reelaboração do passado colonial, recriando espaços, linguagens, personagens históricas, entre tantos outros elementos que permitem ao leitor estabelecer uma relação de releitura entre o tempo presente da escrita e o tempo passado reconstruído na criação ficcional. Pretende-se, com este levantamento, evidenciar uma variedade de propostas, que vão de uma visão nacionalista, utópica, até uma ideia de “história como ruína”, para lembrar W. Benjamin, evidenciando um movimento distópico.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 10

CULTURA ESCRITA NO MUNDO IBÉRICO COLONIAL: MANUSCRITOS E IMPRESSOS.

COORDENADORES:

JULIANA GESUELLI MEIRELLES (PUC-CAMPINAS)

NÍVIA POMBO (UERJ)

Nos últimos anos, a história social da cultura escrita tem se constituído como um campo privilegiado de debate científico. Com isso, identifica-se um crescente número de pesquisas relacionadas ao mundo ibérico colonial que dialogam com estas perspectivas de análise, que problematizam a cultura escrita dos espaços coloniais por meio da intrínseca relação que possuem com a efetivação das políticas coloniais. Neste sentido, seja nos aspectos administrativos, religiosos ou concernentes à vida particular dos envolvidos com as mobilidades dos impérios, este Simpósio Temático tem como meta principal reunir pesquisas que analisem a formação e a manutenção do mundo colonial ibérico vinculada à produção, à circulação, aos usos e à conservação de manuscritos e impressos – nas mais variadas materialidades. Portanto, objetivamos agrupar pesquisadores que se proponham a refletir a cultura escrita descentralizando o olhar que as considera unicamente como fonte de conteúdos históricos, para também considerá-la objeto de análise. Especialmente, a partir da década de 1990, a história da cultura escrita tem se constituído como um produtivo território de análise. Pesquisadores como o francês Roger Chartier e o norte-americano Robert Darnton trazem a público a importância da compreensão da circulação de ideias através da história do livro e da leitura. Os historiadores espanhóis Antônio CastilloGómez e Fernando Bouzaenriquecem este debate ao destacar os impactos da produção e recepção da escrita entre impressos e manuscritos – mesmo depois da invenção da imprensa. Este grupo de especialistas, junto aos que se filiam a tais vieses de análise, propõe analisar as práticas escritas considerando as temporalidades: o tempo de aquisição da competência de escrever, o tempo da produção, o tempo de recepção e o tempo de conservação, pois os estudos da cultura escrita se enriquecem quando ultrapassam os debates da produção e do consumo, e incluem o tempo da conservação – o que proporciona considerar, sobretudo, relações entre memória e esquecimento. Por conseguinte, estas análises ponderam as possibilidades analíticas dos domínios do discurso, da prática e da representação que perpassam o universo da escrita, o que permite compreender os sentidos dos documentos fora dos conteúdos que oferecem. Assim, a materialidade torna-se mais do que um suporte da palavra, mas é colocada em diálogo com a informação que abriga. O historiador português Diogo Ramada Curto considera o avanço da história da cultura escrita global intrinsecamente ligado à incorporação do “rico legado de experiências de diferentes tradições nacionais de pesquisa bibliográfica, de investigação sobre manuscrito, objetos impressos e formas de comunicação oral”. Tal perspectiva aparece na coletânea *Um mundo sobre papel*, que assume empiricamente a importância do novo mundo nas redes da cultura escrita moderna; livro em que Curto contribui com o estudo da casa de edição Plantin-Moretus, fundada no século XVI. Com tais questões, é possível pensar a América na trajetória da circulação planetária das coisas, para usar uma expressão de Serge Gruzinski, garantida pela mobilidade das letras ao manter um circuito no qual as quatro partes do mundo intercambiaram informações, pessoas, conhecimentos, riquezas e culturas que conformaram a modernidade. A correspondência dos administradores ultramarinos entrelaçadas a redes de interlocutores presentes no espaço colonial e no reino; os avisos, decretos, bandos, ofícios, entre outras tipologias documentais do exercício do mando; os documentos

produzidos pelas visitas inquisitoriais na América portuguesa; os papéis do tribunal da relação e seus congêneres legislativos; os documentos dos religiosos, sobretudo, a íntima relação entre as ações jesuíticas e a necessidade do registro escrito; os manuais e tratados que buscavam abranger os sentidos da vida pública e privada nos mundos coloniais; a introdução da Tipografia Régia, em 1808, junto do nascimento da Gazeta do Rio de Janeiro (primeiro jornal a ser produzido em terras brasileiras); a transladação do acervo da Real Biblioteca D'Ajuda de Lisboa para a nova capital, entre 1810 e 1811; os livros censurados e proibidos de circular; as discussões em torno da autoria, da “função social” do autor, das regras sobre os direitos dos autores e sobre a propriedade dos textos impressos, são alguns exemplos da maciça produção da cultura escrita moderna e que é de profícua relevância para a investigação histórica. Neste sentido, problematizar estas práticas de escrita do período colonial ibérico, considerando-as como objetos de pesquisa e não apenas mensageiras de conteúdos, certamente, proporciona análises mais pormenorizadas da relação do império com a circulação de papéis, conjecturando relações de saber e poder. Estudar a escrita é também ponderar sua intrínseca relação com a efetivação das políticas coloniais, seja nos aspectos administrativos, religiosos ou concernentes à vida particular dos envolvidos com as mobilidades do império. Deste modo, a relevância deste Simpósio Temático justifica-se pelo crescimento dos estudos que dialogam com estas possibilidades investigativas provenientes dos atuais debates da história da Cultura Escrita. Assim, a meta principal será reunir pesquisas que analisem as práticas políticas, econômicas, sociais e culturais que conformaram o mundo ibérico colonial, nas distintas partes do globo, e que são inseparáveis da circulação da escrita manuscrita e impressa – cartas, livros, relatórios, gazetas, panfletos, ofícios, bilhetes, sermões, dentre outros que compõem a multiplicidade da escrita – objetivando a formação de um espaço de debate teórico e metodológico para a problematização das complexas relações da história dos impérios coloniais.

Local: **SETOR 02/SALA D2**

06/09 – Quinta-feira

Cultura escrita na época moderna: um olhar sobre as publicações póstumas de João de Barros

Fernando Altoé
Mestrando - UFF

João de Barros é figura importante da cultura letrada portuguesa renascentista do século XVI. Nasceu provavelmente em 1496 e morreu em 1570. De família nobre, foi moço de guarda-roupa do futuro rei D. João III e exerceu importantes cargos administrativos, como o de tesoureiro da Casa da Índia, Mina e Ceuta (1525-1528) e feitor da Casa da Índia (1533-1557). A par de sua carreira como funcionário da corte, escreveu uma larga e variada obra e cultivou gêneros diversos: novela de cavalaria, diálogos morais, panegíricos, obras pedagógicas, gramaticais e historiográficas. Assim como o último volume das Décadas da Ásia, João de Barros teve outras três obras publicadas postumamente e que lhe são atribuídas: o Panegírico de D. João III, escrito em 1533 e publicado em 1740, o Panegírico da infanta D. Maria, escrito em 1555 e publicado em 1655 e o Diálogo dos artigos de fé contra o Talmud dos judeus, escrito entre 1543-44 e publicado em 1950. Nossa investigação parte de uma dessas obras póstumas – o Panegírico de D. João III, com o objetivo de avaliar as

condições de sua publicação e problematizar sua autoria, uma vez que o panegírico foi publicado muito posteriormente à sua escrita, e na biografia que Manuel Severim de Faria dedicou a João de Barros, em 1624, não se mencionou a existência de um panegírico a ele atribuído, tampouco às demais obras de Barros que naquela altura permaneciam manuscritas. Portanto, nosso interesse é discutir a relação entre manuscritos e impressos na Época Moderna e voltar nossa atenção para o caso de João de Barros, mediante um exame intertextual desses escritos póstumos e dos demais escritos do autor.

Bartolomé de las casas: os reflexos da apresentação das Índias Ocidentais

Felipe Henrique Cadó Salustino
Mestrando - UFRN

Este trabalho se propõe analisar a vida e as obras de Bartolomé de Las Casas, concentrando em perceber aspectos da formulação de seu discurso, sua estrutura e propagação no século XVI. O argumento a ser defendido sustenta-se, fundamentalmente, na análise da fonte: *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* e o *Debate de Valladolid*, por meio do estudo dos enunciados que se apresentam na produção do dominicano. Neste recorte, a representação da alteridade feita pelo religioso é um importante mecanismo para perceber de que forma Las Casas realiza sua narrativa sobre o Outro, mergulhado em uma cultura diferente da sua. Tratando-se de um período em que a liberdade de opinião agitou a consciência espanhola, objetiva-se traçar um estudo acerca da criação espacial das Índias Ocidentais feita por Bartolomé de Las Casas por meio da análise de suas narrativas, percebendo as variações que permitiram a apresentação do espaço descoberto para o mundo europeu. Las Casas, em seu texto, apresenta um processo de decodificação, desvio sistemático e mecanismo de tradução para que a Europa compreenda a representação sobre aquele Novo Mundo. Neste aspecto torna-se possível produzir uma invenção acerca da espacialidade apresentada, mediante aos reflexos de uma visão eurocêntrica sobre dado território, pois este tipo de discurso produzido sobre o mundo indígena pode ser apenas uma visão refletida do real que agentes de culturas diferentes produziram a partir do contato com a colonização.

A introdução de conceitos, estruturas textuais e gêneros da cultura escrita castelhana nos textos alfabéticos das histórias mexicas pictográficas produzidas nos séculos XVI e início do XVII

Eduardo Henrique Gorobets Martins
Mestre - USP

Ao longo do século XVI, os descendentes das elites indígenas do centro do México se reposicionaram politicamente diante do novo contexto social decorrente da conquista castelhana, o que incluía a conversão ao cristianismo e a tentativa de manutenção de suas posições de poder. Além disso, os indígenas também passaram a reelaborar suas histórias, mantendo o propósito de contar os eventos passados de sua cidade, incorporando, ainda, acontecimentos recentes, tais como a implementação das instituições castelhanas e cristãs. Entre os descendentes de México-Tenochtitlan, a tarefa de reescrita das narrativas passadas manteve a representação

pictográfica de datas, lugares e personagens, seguindo tradições históricas convencionadas entre os povos nahuas e mixtecas em tempos pré-hispânicos. Ao mesmo tempo, textos alfabéticos em nahuatl ou em castelhano, por meio de traduções, foram adicionados nessas narrativas a partir da transcrição de relatos orais de informantes indígenas. Ademais, o contato dos mexicas com missionários, autoridades castelhanas, seus livros e suas ideias resultaram na introdução de elementos provenientes da cultura escrita castelhana nas histórias. Dessa maneira, o objetivo dessa comunicação é analisar a introdução de conceitos, estruturas textuais e gêneros provenientes da cultura escrita castelhana nos textos alfabéticos das narrativas mexicas produzidas nos séculos XVI e início do XVII, presentes de forma amostral nos códices Mendoza, Aubin e Manuscrito 40. As análises mostram que a introdução dos elementos da cultura escrita castelhana ocorreu de maneira desigual e não cronológica nas histórias, tendo em vista a diversidade de produtores e públicos-alvos que as leriam, formados por missionários, autoridades castelhanas e indígenas cristianizados. Por fim, procurarei mostrar que tais elementos transformaram a escrita das histórias mexicas e também refletiam mudanças ocorridas na sociedade colonial ao longo de quase um século após a conquista castelhana.

A guerra da restauração nos materiais impressos de notícias em Madrid e Lisboa (1640-1668)

Caroline Garcia Mendes
Doutoranda - USP

A chamada guerra da Restauração que ocorreu entre os anos de 1640 e 1668 fomentou a produção em Lisboa e Madrid de uma grande quantidade de materiais impressos de notícias tratando das batalhas e entradas de soldados nas fronteiras. Não foi coincidência, assim, que nas maiores cidades da Península Ibérica passaram a circular impressos periódicos de notícias que tratavam do que ocorria no restante do continente e dos encontros entre os dois exércitos. Ao mesmo tempo, as relações de sucessos muito comuns em toda a Europa passaram a dedicar-se ao movimento dos soldados e oficiais nas fronteiras, desde as pequenas entradas até as três grandes batalhas que aconteceram nesses anos – diversos autores concordam que a guerra ocorrida com a ascensão do duque de Bragança à Coroa portuguesa passou longo anos “congelada” ou mesmo em uma espécie de “trégua informal” na qual os soldados portugueses se defendiam de pequenas entradas enquanto o exército de Felipe IV era deslocado para territórios entendidos como mais importantes para a Monarquia. Nesses períodos de pouca ação bélica, os impressos portugueses não deixaram, contudo, de tratar de suas fronteiras, exaltando seus soldados e justificando as crescentes arrecadações de impostos para sustentar a guerra. Esse trabalho visa, assim, discorrer brevemente sobre parte das conclusões de nosso trabalho de doutorado acerca das notícias impressas em Madrid e Lisboa que circularam na região. Com o levantamento realizado nas bibliotecas das duas cidades poderemos discorrer sobre a quantidade de material impresso de notícias, bem como analisar o trabalho de seus impressores e condições de circulação das notícias no período. Pretendemos, dessa maneira, contribuir com a historiografia que vem nos últimos anos se dedicando à história da cultura escrita e sua importância na sociedade da Época Moderna.

As expectativas acadêmicas do discurso historiográfico: o caso dos paratextos da história da América Portuguesa de Rocha Pitta

Marcone Zimmerle Lins Aroucha
Doutorando - UFPE

A comunicação tem por objetivo analisar o segmento paratextual da História da América Portuguesa de Sebastião da Rocha Pitta (obra publicada em 1730). Serão consideradas a “Advertência” do autor e as aprovações dos acadêmicos Antônio Rodrigues da Costa e D. Antônio Caetano de Souza (ambas emitidas em 1726). A leitura desses breves escritos permite depreender uma colisão de princípios metodológicos sobre a escrita da história, uma vez que as referidas aprovações divergem quanto ao teor da prosa de Rocha Pitta. Enquanto Antônio Rodrigues da Costa ressalva que a obra de Rocha Pitta cultiva atributos retóricos alinhados menos à história que ao panegírico, D. Antônio Caetano de Souza ressalta o ornato da prosa como um elemento que fornece ao estudo do passado uma necessária “aura popular” (aura está presente, segundo o acadêmico, na História da América Portuguesa). À luz desses escritos, analisaremos o *Systema da Historia Ecclesiastica, & Secular de Portugal*, que há de escrever a Academia Real da História Portuguesa – opúsculo que circulou entre os acadêmicos em 03 de fevereiro de 1721 e cujo propósito foi o de estabelecer normas de estruturação temática das narrativas historiográficas. A partir do cotejo entre essas construções textuais, procuraremos reconstituir um debate metodológico sobre a escrita da história no âmbito da Academia Real da História Portuguesa – bem como suas implicações no horizonte de critérios tipográficos. A partir do exercício interpretativo que na presente comunicação esboçaremos, buscaremos dimensionar o debate acerca dos componentes historiográficos da prosa lusitana – debate este refletido no paratexto da História de Rocha Pitta.

07/09 – Sexta-feira

Disputas coloniais, o pensamento ilustrado brasílico e a construção de identidade Pernambucana na crônica de domingos do Loreto Couto

Natalia de Souza Miranda
Mestranda - UFRJ

O objetivo desta pesquisa é analisar a abordagem da história indígena feita pelo beneditino Domingos do Loreto Couto na crônica *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Esta abordagem revela a tentativa de construir uma identidade pernambucana que incluísse os povos originários do Brasil e aproximasse os súditos daquela província – e consequentemente o próprio cronista – da órbita do poder régio, diferenciando-os dos demais vassalos do Rei. Analisamos esta construção à luz do programa intelectual e historiográfico que se desenvolvia no Brasil setecentista, representado pela Academia dos Renascidos, e das disputas coloniais que se deram na conjuntura de Reformas Pombalinas. A construção de uma argumentação paradoxal, que tanto critica quanto exalta o controle régio sobre a colônia é reveladora da dinâmica de poder sobre a qual se constituía o domínio português no ultramar. Por fim, abordamos as contradições presentes

na inclusão dos índios “valerosos e fiéis” ao panteão dos heróis pernambucanos e a exclusão dos considerados bárbaros e selvagens, refletindo sobre a construção de uma fronteira que separa os índios pernambucanos dos não-pernambucanos, ou ainda vassalos e não-vassalos. A crônica, que tinha por objetivo produzir uma narrativa historiográfica sobre a colônia e a província de Pernambuco, torna-se um importante documento para a análise das disputas e negociações entre poder local e metropolitano na América Portuguesa bem como do ambiente intelectual fundador da historiografia no Brasil.

A escrita e a inscrição da América Portuguesa: a correspondência do Pará com a corte

Claudia Beatriz Heynemann
Doutora - Arquivo Nacional

Intitulado Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Cartas e anexos (1764-1807), o códice formado por 24 volumes, preservado pelo Arquivo Nacional, foi objeto da candidatura aprovada pelo programa Memória do Mundo da Unesco. Parte do que Roger Chartier circunscreve como “as escritas dos poderes”, que em diferentes esferas produzem escritos arquivados ou expostos, indicando de todo modo a persistência dos manuscritos na era dos impressos, o códice será analisado do ponto de vista da sua produção, da própria escrita como evento. Aqui, além das formas de apropriação e circulação, de uma história da leitura, tem-se o circuito cumprido pelos arquivos de caráter público, concernente aos papéis do Estado, restritos às repartições das secretarias de governo. Composto de temáticas privilegiadas, entre elas a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, o comércio colonial, as populações indígenas, o tráfico de escravos, a delimitação das fronteiras, a presença das ordens religiosas, esses arquivos são em si um índice do cotidiano dessa parte da Amazônia, constitutivos eles mesmos de uma realidade que se dá na própria inscrição do discurso, das listas, quadros, disposições. Compreendemos ainda os volumes do códice como instrumentos que servem à superação da distância do deslocamento, reproduzindo a tarefa de viajantes e naturalistas, transformando a matéria em forma, essa operação muito concreta que “leva do mundo à inscrição”, como propõe Bruno Latour para pensar bibliotecas, laboratórios, coleções. Lida na clave da escrita dos administradores-filósofos, na expressão do Abade Raynal, a correspondência comporta em si mesma uma série de gêneros da escrita colonial, descreve o traslado de arquivos, a formação de coleções, os paradigmas e a atribuição de valores que contemporaneamente lhe garantiriam um lugar e um reconhecimento.

“Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí”: natureza, paisagem e circulação de saberes nos escritos do naturalista vicente Jorge Dias Cabral, séc. XVIII.

Mairton Celestino da Silva
Professor Dr. - UFPI

Ao partir da obra “Coleção das observações dos produtos naturais Piauí”, do agente colonial Vicente Jorge Dias Cabral, o presente artigo busca compreender como autoridades coloniais representavam, em seus manuscritos, a paisagem natural do Estado do Maranhão e Piauí e como a mesma, a partir da catalogação da sua fauna e flora, deveriam servir como fonte de exploração dentro da lógica comercial Atlântica própria do Antigo Regime. Ao circular pelas capitanias do

Maranhão e do Piauí durante a última década do século XVIII, Vicente Jorge Dias Cabral propõe a inserção daquele espaço nos projetos coloniais portugueses mediante a exploração das riquezas naturais tomando como parâmetro as práticas agrícolas de regiões do globo de mesmo perfil climático, a exemplo do México, da China e da Índia. Dias Cabral não cansava de afirmar que a grandeza de um império se fazia no seu interesse pela agricultura e, por meio dela, que se desenvolveria as fábricas e o trabalho. Com esse raciocínio, os naturalistas do século XVIII tinham a pretensão de abarcar os quatro cantos do mundo e construir argumentos conectando histórias de povos distintos que se fizeram ou se pretendiam impérios.

Usos de the history of america (1777), de William Robertson, nas memórias de Alexandre Rodrigues Ferreira escritas durante a viagem filosófica (1783-1792)

Breno Ferraz Leal Ferreira
Doutor - USP

A Viagem Filosófica do naturalista luso-americano Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) e sua equipe pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, entre 1783 e 1792, resultou na redação de uma série de memórias nas quais o naturalista tratou de aspectos da natureza e das populações locais. Particularmente sobre a fauna e muitos dos povos ameríndios das regiões visitadas, um cotejamento entre suas memórias e o “Book IV” da História da América (1777), de William Robertson (1721-1793), revela uma grande apropriação das ideias do historiador escocês por parte do naturalista. A comunicação visa discutir como se deu a mobilização da obra de Robertson por Ferreira, atentando principalmente para as ideias relativas ao Reino Animal.

Ilustração, medicina e circulação de ideias no mundo Luso-Brasileiro (séc. XVIII-XIX)

Juliana Gesuelli Meirelles
Professora Dr.^a - PUC-Campinas

Esta comunicação discutirá a relação entre a mudança de paradigma científico vigente a partir da reforma da Universidade de Coimbra (1772) e as transformações políticas e culturais da sociedade luso-brasileira no campo da saúde e da medicina entre o final do século XVIII e início do século XIX, com maior foco depois da vinda da corte para o Brasil, em 1808. Pela perspectiva da História Social da Cultura Escrita, discutirei a importância do nascimento da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro como locus de cultura e centro de dinamização do saber científico voltado ao ensino superior assim como a relação política e cultural desse espaço com outras instituições do período com destaque para a Impressão Régia do Rio de Janeiro e a sua intensa produção impressa de obras neste campo do saber. A seleção, o perfil dos profissionais da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro assim como a problematização da obra Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro, do físico-mor Manoel Vieira da Silva (Impressão Régia, 1808) como um produto fundamental da política cultural joanina será foco da minha preocupação. Neste particular, as bases dessa política cultural e os sentidos a ela intrínsecos no campo da medicina e da circulação de ideias nos dois lados do Atlântico.

Padre José de Anchieta: formação intelectual e prática no Brasil colonial (século xvi)

Augusto de Carvalho Righi
Mestrando – UFF

Anchieta foi autor de peças de teatro como “O Auto de São Lourenço” e “Auto da Vila Vitória”, do poema da “Bem-Aventurada Virgem Maria”, de vários sermões que constam em suas cartas, de poemas líricos em tupi, da “Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil” (livro de gramática tupi), além de contribuir para a fundação do colégio dos inacianos em São Paulo, etc. A sua produção literária foi intensa e exerceu grande influência na cultura, no imaginário e na literatura nacional. Os discursos e algumas famosas orações proferidas pelos professores do Colégio das Artes, na época do Anchieta; os regimentos internos e outras normas baixadas diretamente pelo rei D. João III; as cartas trocadas entre missionários e dirigentes políticos, entre outros documentos, refletem, em seu íntimo, representações que modelam mentes e ações políticas. Muitos estudos relatam as missões jesuíticas, a prática reprodutora de saberes e valores simbólicos, no início do período colonial, mas poucos ainda as relacionam com a instituição de produção simbólica. A problemática do presente, portanto, trabalho gira em torno da tentativa de conciliar a prática missionária do Anchieta com o ambiente de sua formação intelectual, ressaltando que a sua capacitação intelectual não se encerrou em Coimbra.

Tradução e circulação de obras estrangeiras no mundo Luso-Brasileiro: o caso do poeta Inglês Alexander Pope (1769-1811)

Gabriel de Abreu Machado Gaspar
Mestrando - UFF

Os mais importantes movimentos de trocas culturais, apontam Peter Burke e Po-chia Hsia, envolveram a tradução, que se tornou central para processos históricos desencadeados por transformações no campo das ideias e das consciências, como o Renascimento, a Reforma e, sobretudo, a Ilustração. Apesar disso, ainda são poucos os que relacionaram e problematizaram de modo mais profundo a circulação e recepção da cultura escrita europeia aos trabalhos de tradução no mundo luso-brasileiro. O presente trabalho trata das traduções portuguesas do poeta inglês Alexander Pope (1688-1744), que circularam entre 1769 e 1811, ano em que Fernando José de Portugal e Castro, ministro do príncipe-regente D. João, publicou os “Ensaio Morais” na Imprensa Régia do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, pretende-se apresentar um quadro geral das traduções no mundo luso-brasileiro feitas entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do XIX. Em segundo, abordar aspectos da cultura material dos trabalhos realizados por D. Fernando, situando-os em relação tanto ao reformismo ilustrado do período quanto ao processo de instalação da Corte no Rio de Janeiro.

A tipografia do arco do cego e o sistema literário do antigo regime Português: notas sobre o privilégio de imprimir livros no século XVIII

Nívia Pombo
Professora Dr^a - UERJ

Com o propósito de difundir “conhecimentos úteis” para “melhorar a situação econômica e industrial do reino, ilhas e possessões ultramarinas”, a Casa Literária do Arco do Cego (CLAC) surgiu em 1799 como a mais moderna tipografia de Portugal. Com um amplo quadro de profissionais especializados – tradutores, gravadores, desenhistas, iluminadores, compositores de tipos, encadernadores, entre outros – o espaço pode ser compreendido tanto como um dos centros gráficos mais avançados da Europa, quanto de sociabilidade letrada. Mas apesar da sua aparência “moderna”, revestida de signos do Iluminismo, como inserir esse empreendimento tipográfico na cultura editorial que emerge no final do século XVIII na Europa? Um caminho para responder a essa pergunta é compreender tal iniciativa editorial dentro do “velho mundo da edição oficial”. Em termos práticos, significa compreender a lógica de funcionamento da CLAC dentro do chamado “sistema literário do Antigo Regime”, tal como descreve a historiadora Carla Hesse. Um aspecto que se destaca é o privilégio, noção que caracteriza o funcionamento do próprio Antigo Regime na Europa. Ou seja: as regras de funcionamento e as práticas estavam submetidas à lógica do privilégio das edições. Para além disso, trata-se de um empreendimento que, longe de fazer parte de um submundo literário, opera dentro da legalidade, fruto da graça real. A comunicação pretende apresentar algumas notas historiográficas sobre a discussão do privilégio na produção e comercialização dos livros da CLAC, contemplando três objetivos: 1) considerando-o privilégio como uma primeira forma de “proteção dos direitos de criação”; 2) como “graça régia” e, portanto, restrita aos “homens de qualidade” envolvidos com a tipografia; 3) como estratégia de distinção entre outros centros de produção e divulgação do saber.

O Rei, o censor e o padre: três atores e um palco na corte Joanina

Maíra Moraes dos Santos Villares Vianna
Mestranda - UERJ

Este trabalho tem como objetivo apresentar os aspectos referentes à censura dentro do Império luso-brasileiro durante o período de permanência da corte joanina no Brasil (1808-1821). Uma breve análise bibliográfica sobre a origem da censura portuguesa e a sua adaptação ao território luso-brasileiro tem a finalidade de apresentar o contexto em que a fonte está inserida. A documentação é referente ao pedido de licença do Padre Fr. João da Costa Faria para imprimir a oração fúnebre dedicada ao Infante General D. Pedro Carlos à Mesa do Desembargo do Paço, presente no fundo da Mesa do Desembargo do Paço, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. A partir do documento selecionado serão apresentados os procedimentos da censura dialogando, também, com o regimento da Real Mesa Censória, onde se encontram as leis, decretos e regras para a censura de livros, com o objeto de identificar práticas da censura. O objetivo principal é destacar o conflito que surge entre o censor José da Silva Lisboa, responsável pela emissão do parecer, e o padre João da Costa Faria, cuja obra foi censurada. Através de tal embate, busca-se compreender o espaço da censura como um entre os demais espaços que possibilitavam a formação de redes de dependências recíprocas entre os indivíduos, apropriando-se do conceito

de Sociedade de Corte proposto por Norbert Elias e adequando-o à realidade da corte joanina. Dentro da historiografia acerca da censura é possível identificar trabalhos de grande importância como o desenvolvido por Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, Leila Mezan Algranti, Márcia Abreu e Luiz Carlos Villalta, responsáveis por contribuições imprescindíveis para a temática. Partindo dos estudos já realizados por tais autores, este trabalho busca contribuir propondo uma abordagem distinta, pensando como o espaço da censura pode ser utilizado, também, como forma de aproximação do monarca, buscando benesses e reconhecimento por parte dos indivíduos

SIMPÓSIO TEMÁTICO 11

HISTÓRIA E DIREITO: PROPRIEDADE E DIREITO DE ACESSO NA AMÉRICA PORTUGUESA

COORDENADORES

MARINA MONTEIRO MACHADO (UERJ)

GUSTAVO CÉSAR MACHADO CABRAL (UFC)

Este simpósio temático é um desdobramento do INCT Proprietas e se propõe a discutir os diferentes regimes jurídicos relativos à terra no período colonial. Objetiva-se investigar a história social das propriedades reconhecendo que a terra no período moderno era um bem cujos direitos fincavam-se em uma hierarquia complexa, que não se resumia a uma única e linear explicação. Foi somente a partir dos fins do século XVIII que, segundo Thompson, “o conceito de propriedade rural exclusiva, como uma norma a que outras práticas devem se adaptar, estava então se estendendo por todo o globo, como uma moeda que reduzia todas as coisas a um valor comum”. Deve-se deslindar as diferentes práticas agrárias e de posses e avaliar o impacto da lógica de mercado e do capitalismo agrário, olhando-se sempre para o acesso à terra e para o seu regime jurídico. Impõe-se ainda a necessidade de se pensar como a análise de disputas por terras em um território pode ajudar a refletir sobre a história, a luta e a dinâmica de resistências e negociação de lavradores pobres. Um olhar para as fontes do direito, que compreendem todos os atos que gozassem, nesse contexto, de normatividade são particularmente relevantes para a compreensão desse fenômeno. Desta forma, é possível encontrar respostas nas leis, nos costumes e na literatura jurídica sobre como se regulamentou o acesso à terra. Os processos judiciais têm particular importância, já que oferecerem resoluções para os frequentes conflitos sobre propriedade, posse e bem comum de terras. Esta proposta está ancorada em um debate sobre o processo da ocupação territorial do Império Português do período colonial, observado em perspectiva comparada. Embora a terra e a ocupação física do território tenham assumido diferentes significados consoante os diversos domínios ultramarinos e as diversas cronologias, o certo é que esta foi, para o conjunto do Império português moderno, uma questão central.

Local: SETOR 02/SALA G1.

Fronteiras e ocupações: os sertões da comarca do rio das mortes e os seus espaços urbanos e rurais (1740-1808)

Marcelo do Nascimento Gambi
Doutorando - UFF

Este trabalho busca compreender a expansão das fronteiras e o processo ocupacional nos sertões a oeste da Comarca do Rio das Mortes, Capitania de Minas Gerais, ao longo da segunda metade do século XVIII. Esta comarca atraiu um número significativo de indivíduos desejosos pelo metal precioso, entretanto, outras atividades foram se desenvolvendo concomitante a extração do ouro, em especial, a prática agropastoril. Dessa maneira, foram se concretizando a composição dos espaços urbanos e rurais nas vilas e nas freguesias desta comarca. A proposta em questão visa analisar, portanto, como ocorreram a movimentação das fronteiras e a constituição dos espaços urbanos e rurais, na medida em que se expandiram a necessidade de ocupações de novas unidades de terras. Nosso trabalho tratará de dois movimentos relevantes ocorridos em relação ao nosso recorte espacial e temporal de análise, sendo estes, a descoberta do metal precioso que atraiu um grande número de indivíduos para esta comarca bem como também, o desenvolvimento e a ampliação das atividades alimentícias. A fonte utilizada em nossas análises serão as cartas de sesmarias, documento primordial para a compreensão da ocupação de novas unidades de terras e da dinâmica das fronteiras, permitindo identificar a sua abertura e o seu fechamento ao longo do recorte temporal adotado. Este trabalho busca, por fim, relacionar temas como fronteiras, ocupações, sertões e unidades de terras no intuito de ampliar as discussões acerca do papel das unidades de terras ao longo da segunda metade do século XVIII.

Sesmeiros e arrendatários no sertão do ararobá: pensando direitos de propriedade na colônia, em fins do século XVIII

Felipe Aguiar Damasceno
Doutorando - UFRJ

Apoiado nas recentes pesquisas, no Brasil e exterior, acerca da História Social da Propriedade, este trabalho pretende abordar, através de um estudo de caso, as estratégias daqueles que Rosa Congost chamou de “proprietários práticos”, isto é, os homens e mulheres reais que, através de suas ações (dentro e fora da arena jurídica) na defesa cotidiana de seus direitos de propriedade, (de)formam as leis e próprio direito existentes, na prática. O caso que exploraremos é o litígio entre herdeiros de grandes sesmeiros do sertão do Ararobá (capitania de Pernambuco) e um suposto arrendatário, em torno de uma parcela de terras na região, entre 1766 e 1797, mais ou menos. A documentação utilizada são três processos judiciais entre as partes citadas, onde podemos acompanhar a argumentação em torno dos direitos de propriedade em jogo sobre a terra, e a tentativa de legitimação, de ambas as partes, de uma memória construída acerca do pioneirismo na ocupação do terreno. Em especial, neste processo, percebemos como o acionamento de uma rede social formada por parentela e agregados podia ser acionada em momentos de disputa em torno da memória da ocupação do espaço. O objetivo aqui é mostrar um pouco da gramática argumentativa utilizada pelos atores, mostrar as possibilidades de trabalho com fontes riquíssimas

como processos de disputa territorial na América portuguesa, e chamar atenção para o caráter eminentemente condicional e conjuntural dos direitos de propriedade dos sesmeiros na colônia, em constante construção e alvo de constante contestação, dadas as condições incertas e arbitrárias da concessão de sesmarias - especialmente até o início do século XVIII.

Sertões a dentro: o redesenhar do Siará grande, a constituição de vias de comunicação para o interior do território e a disputa pela terra

Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis
Professora Dr^a - URCA

Neste trabalho é abordada a conquista do Siará Grande, por meio de um estudo sobre a constituição de caminhos e estradas no Ceará no século XVIII: considerando as relações estabelecidas entre conquistadores e nativos, bem como aspectos da hidrografia cearense e cessão de cartas de sesmarias. Assim, é proposto aqui que a formação de tais percursos significou, em grande medida, o aproveitamento de vias abertas pelos nativos em seus deslocamentos pelo interior do território por colonizadores e, mais tarde, homens com suas tropas de boiadas e cartas de sesmarias, constituindo vias de comunicação que reuniam essas marcas no redesenhar das vias abertas na Capitania. Nesse processo, o território cearense foi tomado por grandes sítios, o que terminou por alijar da terra nativos, confinados em aldeamentos e submetidos a catequese católica, e relegando a condição de moradores aqueles homens e mulheres que não estivessem na condição de sesmeiros. Este estudo é parte da pesquisa desenvolvida no Projeto Ceará de Papel: cartografias, computadores e pesquisa histórica, que analisa a produção do território cearense a partir de mapas históricos.

Processo de consolidação da conquista e da ocupação na parte oriental do Maranhão e no Piauí

Samir Lola Roland
Mestre - UFPA

Os conflitos fundiários entre sesmeiros e posseiros na parte oriental do Maranhão e no Piauí ocorreram desde o final do século XVII e prolongaram-se durante toda a primeira metade do século XVIII. Esses conflitos se caracterizaram pelas tensões contrárias entre as ações e os interesses que os moradores e os senhorios tinham em torno do uso e da posse das terras na região, principalmente, no que diz respeito à distribuição de cartas de sesmarias aos colonos advindos do Maranhão, Bahia e Pernambuco. Nesse contexto, cabe destacar o posicionamento político e administrativo por parte dos governadores e autoridades régias no sentido de controlar a ocupação e o povoamento por meio de diversos mecanismos, como leis e decretos, bem como por meio das concessões de cartas de sesmarias e ações de demarcação das posses e terras ocupadas. Esse processo representou uma preocupação constante da Coroa portuguesa com o controle político e administrativo da ocupação e do povoamento na região. As ações e decisões da Coroa, governadores e autoridades régias – como ouvidores e provedores – tiveram como objetivo principal o ordenamento da ocupação e do povoamento, com várias tentativas de regulamento desses conflitos que envolveram moradores, senhorios, religiosos, o rei e as autoridades régias, sendo estas, frequentemente, solicitadas para demarcar as terras ocupadas e resolver demandas conflituosas envolvendo a posse ilegal, a expulsão e a tomada de terras na região.

O processo de constituição das propriedades no Ceará colonial: indígenas, colonos e missionários

Darlan de Oliveira Reis Junior
Professor Dr. - URCA

A pesquisa analisa as relações sociais e de propriedade que se estabeleceram na Capitania do Ceará, Brasil, durante o período colonial. A história da ocupação colonizadora do interior brasileiro foi marcada por diferenças regionais e interesses que ora confluíam, ora se tornavam distintos, tanto dos colonos bem como dos religiosos e da Coroa. Interesses que conflitaram com os povos indígenas que aqui já viviam e também com os povos africanos que atacados, em seus territórios, foram trazidos para as colônias. Ao ocupar o território cearense, o governo metropolitano considerava as terras abertas, livres para os seus interesses e ambições, ignorando os grupos nativos como legítimos ocupantes das mesmas. Os colonizadores utilizavam o discurso de desbravadores dos sertões como forma de conseguir privilégios, argumentando os serviços feitos nas guerras com os nativos, além da evangelização para trazê-los a fé cristã e doutrina-los através da religião e do trabalho. Com a redução dos territórios indígenas as terras eram doadas através de datas de sesmarias. Os abusos contra os índios aldeados, o roubo das mulheres e filhos para trabalharem e a escravidão ilegal revelam a violência contra os povos nativos na capitania Cearense. As sesmarias serviam como uma estratégia de poder para legitimar a propriedade e à medida que a ocupação ia aumentando os conflitos e resistências dos nativos também se intensificava. Através das fontes, buscou-se analisar os como a formação da propriedade colonial representou a exclusão e a exploração das populações nativas.

Direitos de propriedade e expansão das fronteiras nos projetos do ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho

Marina Monteiro Machado
Professora Dr^a - UERJ

O presente trabalho se debruça sobre o projeto luso, mediado pelo ministro d. Rodrigo de Souza Coutinho para os sertões fluminenses, na passagem do século XVIII para o XIX. Pensando o avanço da fronteira a partir de uma política de desenvolvimento da então colônia. A análise volta-se para a transformação de terrenos supostamente baldios em propriedades privadas sob o argumento de superação do atraso na agricultura. O projeto justificava a individualização das terras em nome do aumento da produção e da fixação populacional. Para o estudo, destacamos propostas dos memorialistas do referido recorte, que buscam realçar a eficácia produtiva da propriedade individual. Reafirmando a necessidade de vedação das terras, os memorialistas procuravam garantir a segurança da propriedade, evitando intromissões e violações do território, agora alheio. Engessava a mobilidade e a independência de alguns setores campestres, reunida e transformada em mão-de-obra livre assalariada. O mesmo se pode reconhecer para os grupos indígenas da colônia, que eram possibilidades reais para a exploração da mão-de-obra nas fazendas. A reunião dos índios em um aldeamento, e a territorialização destes grupos, antes nômades, revela uma mudança na dinâmica da ocupação territorial e o novo valor que aos poucos se agregava às terras até então ocupadas. A fronteira era aberta para o avanço de uma colonização realizada por modelos idealizados, com pressupostos e interesses de indivíduos europeus ou seus descendentes, com os esforços máximos na cultura da terra.

A república de 1817, os cabras e a luta pela posse da terra na capitania do Ceará, comarca de Crato

Ana Sara Cortez Irffi
Professora Dr^a - UFC

A revolução de 1817 e a pretensa proclamação da república em Crato na capitania do Ceará, juntamente com a capitania de Pernambuco, tem sido analisada a partir das questões políticas que ela trouxe para a formação do Brasil nação. No entanto, é preciso pensar que a participação nessa república vai além da participação das classes senhoriais e seus interesses comerciais. É certo que as classes senhoriais têm uma participação contundente, sobretudo pensado na defesa dos seus direitos, todavia, é preciso pensar a representação da República de 1817 como um marco de uma nova reorganização do espaço; ou pelo menos da esperança deste por parte das camadas despossuídas. A participação dos cabras nessa revolução de 1817 é a que se propõe essa comunicação, pensando necessariamente nas percepções em torno da posse da terra e de sua compreensão em torno de sua posse, uma vez que ali viviam e trabalhavam a terra, apesar dos 'colonizadores'. Nesse sentido, a revolução de 1817 foi, em primeiro lugar, consubstanciada na ideia de propriedade; pensando o colonizador como um intruso, e, em contrapartida, pensando a participação dos cabras a partir do questionamento da organização espacial na Capitania que garantia o impedimento a posse da terra as camadas pobres. Assim, esse exército de despossuídos participa da revolução de 1817 como grupo consciente e disposto a lutar pelo direito de propriedade.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 12

UM REINO E SUAS REPÚBLICAS: ESCRAVIDÃO, GOVERNO E SOCIEDADE (SÉCULOS XVI-XVIII)

COORDENADORES

ROBERTO GUEDES FERREIRA (UFRRJ)
ANA PAULA PEREIRA DA COSTA (UFJF)

O Simpósio almeja debater a dinâmica social, política e econômica da monarquia pluricontinental portuguesa. Prioriza os séculos XVI ao XVIII e parte do suposto de que a organização da monarquia lusa da época foi informada por concepções de monarquia (universus) e de autogoverno das comunidades (república), impactadas pela escravidão atlântica. Em outras palavras, pretende-se analisar a atuação das câmaras municipais (abastecimento, ordenanças, justiça ordinária, etc.), de governos capitaniais e as hierarquias sociais subjacentes a elas e à escravidão. Da mesma forma, o simpósio discutirá a conexão de tais repúblicas com os poderes do centro (Coroa, Igreja, casas aristocráticas, etc.), as redes comerciais, políticas e sociais na gestão da monarquia pluricontinental. Assim, para além da constatação hoje sólida de que, ao lado do príncipe e dos conselhos palacianos do reino, os poderes locais também atuavam na gestão da monarquia, o simpósio agrega a dimensão escravista, inclusive indígena, isto é, o governo doméstico dos escravos e demais dependentes da casa. Pelo menos desde a década de 1970, trabalhos questionaram o "esquematismo excessivo"

na história da América portuguesa, que a reduzia a senhores e escravos e a conquista seria um simples corolário da expansão mercantil europeia. Até fins dos anos de 1980, tal questionamento concentrou-se no estudo das estruturas internas da sociedade da América portuguesa. Tratava-se não de negar a transferência de excedentes, mas não reduzir tudo a ele. Focados, sobretudo, no estudo da sociedade escravista da América portuguesa, demonstrava-se a existência de sua grande autonomia perante conjunturas europeias. Buscava-se ampliar o escopo de análise para além da relação centro-periferia, incorporando também África e Ásia nessa monarquia multiconectada. Nos anos 1990, esse esforço encontrou uma notável correspondência na historiografia internacional, em especial, na renovação de estudos sobre Impérios ultramarinos e Estados modernos. Em meio a este debate, a monarquia surge como cabeça da sociedade, mas sem se confundir com ela. A partir deste momento, no caso português, a ideia de um império ultramarino hierarquizado e rígido é substituída por uma de monarquia pluricontinental caracterizada pela presença de um poder central fraco demais para impor-se pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas. Atualmente, a questão que tem mais dinamizado o debate historiográfico é o estudo das especificidades e diferenças que marcaram as diversas áreas ultramarinas que compunham a vasta monarquia portuguesa, ou melhor, o Reino e suas repúblicas, entre os séculos XVI e o XVIII, suas formas de comunicação política em instâncias e canais variados. Para melhor analisar todas essas questões, incluindo as de método, o simpósio temático proposto visa discutir o governo das gentes na monarquia pluricontinental: câmaras municipais, oficiais régios (letrados e militares), Igreja, casas aristocráticas e governo senhorial escravista no processo decisório da monarquia pluricontinental portuguesa, desde o Oriente à América portuguesa, passando pelo Reino e pela África.

Local: **SETOR 02/SALA H3.**

06/09 – QUINTA-FEIRA

Conexões entre nova história militar, escravidão e antigo regime: arregimentação bélica e estratégias de mobilidade social de Africanos e seus descendente

Ana Paula Pereira Costa
Professora Dr^a - UFJF

O trabalho objetiva analisar a presença de africanos e seus descendentes no universo militar colonial aqui representado pelo Distrito Diamantino, localidade pertencente à Comarca de Serro Frio, no período de 1734 a 1780. Por um lado, busca-se investigar a criação, a composição e a mobilização de tropas compostas pelos grupos em questão no intuito de observar sua contribuição para o estabelecimento de uma ordem que apoiasse a administração portuguesa em seus domínios ultramarinos e, ao mesmo tempo, assegurasse o bom ordenamento da sociedade colonial. Por outro lado, objetiva-se ponderar sobre a possibilidade de mobilidade social facultada aos oficiais das tropas militares, extremamente valorizada pelos pretos e pardos, forros e livres. Nessa perspectiva, ganham espaço os conflitos, as negociações, as alianças dos africanos e seus descendentes no universo bélico escravista e de Antigo Regime da colônia. A reflexão busca avançar na compreensão de um processo histórico que analisa as permanências e mudanças na dinâmica das interações entre o universo militar, a escravidão e o Antigo Regime, nos setecentos,

na América Portuguesa. Mais especificamente, a investigação sobre as tropas de africanos e seus descendentes contribuirá para dar visibilidade as fronteiras entre a história da escravidão africana e a nova história militar. Africanos e seus descendentes foram por muito tempo sujeitos exclusivos da primeira. Todavia, estão presentes em eventos considerados do campo da segunda, tais como as guerras, diligências de vigilância de territórios, ascensão via atuação como oficiais. De resto, o estudo dessas questões permitirá: compreender a relação do Império luso com seu corpo militar mantidas por diretrizes régias e, ao mesmo tempo, por interesses pessoais e discutir as redes de cumplicidades, locais ou Atlânticas, que funcionaram para a própria arquitetura do poder na colônia.

A questão bélica nos ofícios do arquivo histórico de Angola (1749-1797)

Ariane Carvalho Da Cruz
Doutoranda – UFRJ

Um dos aspectos centrais para investigadores do continente africano está relacionado às fontes utilizadas para pesquisa, sobretudo quando se trata do século XVIII. Na ausência de material farto produzido por africanos, lançamos mão de documentos escritos por autoridades coloniais, cronistas e súditos da Coroa portuguesa. A administração portuguesa construiu uma rede de comunicação extensa entre o reino e as várias partes dos domínios ultramarino, que nos permite conhecer melhor as dinâmicas locais, sejam elas políticas, econômicas e sociais. Sendo assim, esta pesquisa lança mão de ofícios enviados por autoridades portuguesas do Reino de Angola para o Reino de Portugal. Tal documentação encontra-se no acervo do Arquivo Histórico de Angola e será utilizada para analisar a representatividade dos temas bélicos, mapear as guerras, suas naturezas e consequências. Pretende-se ainda relacionar com outros temas expressivos à época, a exemplo do comércio de escravos e a presença estrangeira nos portos angolanos. Apesar de se afirmar que o século XVIII foi de relativa estabilidade em Angola, comparado ao século anterior, as pautas militares e de guerras continuam sendo assuntos principais nas redes de comunicação entre as autoridades. Portanto cabe indagar em que medida a guerra é importante para obter alianças políticas, escravos e, por conseguinte, o fortalecimento do tráfico atlântico. Para este objetivo, foram consultados três códices de ofícios para o reino relativos aos períodos de 1749 a 1797, totalizando 820 ofícios, com lacunas para os anos de 1758 a 1763 e 1772 a 1789. Para complementar a pesquisa, utilizarei dados presentes na obra do cronista militar Elias Alexandre da Silva Corrêa, além de analisar documentos do Arquivo Histórico Ultramarino e dados do Trans-Atlantic Slave Trade Database. Por tais dados, pode-se mensurar e criar informações cruciais para o tema da pesquisa, as quais servem a uma análise quantitativa e qualitativa.

Homens de cabedais e governo. Senhores de engenho no Rio de Janeiro, século XVIII

Ana Paula Souza Rodrigues Machado
Doutoranda - UFRJ

O século XVIII foi fundamental para o Rio de Janeiro, nele a capitania deixou de ser apenas mais um grotão da América portuguesa para sediar a alfândega de maior rendimento nos trópicos do Império português. Mesmo com o crescimento do comércio e dos negócios a produção de açúcar não só apresentou crescimento no período, como era uma atividade cobiçada pelos que faziam ou queriam fazer parte da elite fluminense. Portanto, analisar os senhores de engenho ainda é de suma importância na historiografia. Neste trabalho, o objetivo principal é justamente traçar o perfil dos homens que assenhorearam fábricas de açúcar em freguesias rurais do Rio de Janeiro, nos setecentos, ou seja, que puderam arrogar-se o título de senhor de engenho. Deste modo, abordaremos os seguintes aspectos: naturalidade, ocupações, títulos, tempo em que esteve à frente do governo do engenho, forma de aquisição da propriedade, riqueza, dentre outros. Para tanto, faremos uso da prosopografia, metodologia que visa investigar as características comuns de um determinado grupo social, onde questões uniformes são empregadas gerando informações que permitem buscar variáveis significativas sobre o segmento estudado. Também utilizaremos o método da circunscrição de análise e a técnica de cruzamento onomástico da micro-história italiana, onde o nome nos serve como fio condutor para identificar e seguir as famílias senhoriais no passado. A principal fonte utilizada são os livros de notas do primeiro, segundo e quarto ofício do Rio de Janeiro, assim como os registros paroquiais de batismo, casamentos e óbitos. Por meio destas mais diversas informações visamos contribuir para o conhecimento sobre o grupo senhorial em questão, assim como examinar a sua participação nos serviços prestados à monarquia, o recebimento de honras e mercês, suas relações dentro e fora do grupo senhorial, da mesma sorte, com os outros segmentos sociais.

Os rostos da primeira elite senhorial: sistema de transmissão de patrimônio material e imaterial entre as gerações da nobreza da terra – monarquia católica e economia mundo no Rio de Janeiro, séculos XVI

João Luis Ribeiro Fragoso
Professor Dr. – UFRJ

Estudo do sistema de transmissão de patrimônio material e imaterial entre as gerações da nobreza da terra – monarquia católica e economia mundo no Rio de Janeiro, séculos XVI.

Plantar e viver ao redor de engenhos: uma comparação entre os produtores de cana do recôncavo do Rio de Janeiro e de Campos dos Goytacazes, século XVIII

Victor Luiz Alvares Oliveira
Doutorando – UFRJ

A apresentação tem como objetivo comparar os lavradores que existiram em algumas freguesias do recôncavo do Rio de Janeiro e de Campos dos Goytacazes tendo como guia a sua produção, seu consumo e sua relação com a terra, enfatizando especialmente o grupo de produtores de cana para os engenhos dessas duas regiões. Tomando como base a produção da mandioca, um dos elementos básicos do consumo familiar de subsistência, e a sua relação com a produção da cana, busca-se pensar sobre as escolhas que equilibravam as demandas senhoriais do trabalho na lavoura da cana para o engenho e as necessidades e vontades das próprias famílias de lavradores. Desta maneira, vislumbra-se algumas particularidades no complexo da plantation que existiu nestes dois espaços, principalmente na relação entre lavradores livres e senhores de engenhos, relação que sintetizava em boa parte a questão maior do acesso à terra por parte da maioria das famílias de lavradores. Por meio de mapas populacionais e econômicos do período, além de relatórios e descrições das freguesias nas duas regiões em foco, é possível perceber traços destas relações sociais que garantiram a produção da cana e a sustentação econômica de determinadas famílias, conformando as condições de vida dos pequenos lavradores que viveram ao redor de engenhos.

Alguns aspectos da administração do Brasil no século XVIII conselho ultramarino e secretaria de estado

Érika Simone de Almeida Carlos Dia
Doutora – Fundação CESGRANRIO

O estudo da comunicação política entre o centro e as periferias na monarquia portuguesa é ferramenta essencial para o entendimento da dinâmica política e econômica do império ultramarino, e das etapas do processo decisório que influíam em tal dinâmica. Entendemos a comunicação política como meio preferencial para a circulação da informação. Esta por sua vez usava canais específicos. O objetivo deste trabalho é compreender a comunicação realizada por meio da correspondência produzida ou recebida pelo Conselho Ultramarino e pela Secretaria de Estado nas décadas de 1740 até 1760. Para tal utilizaremos as consultas da capitania de Pernambuco, que constam na documentação avulsa e em códices do Conselho Ultramarino, bem como, os ofícios da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Entendemos que para além da circulação da informação política, da prestação de contas, do cumprimento de ordens, a comunicação política tinha também objetivos particulares, como o ato de solicitar mercês, pedir remuneração por serviços prestados ou mesmo negociar um acordo mais vantajoso para o vassalo em particular, para uma instituição ou para um grupo social. A comunicação era principalmente uma ferramenta de integração, pois qualquer vassalo poderia escrever ao rei através dos Conselhos e das Secretarias. Compreender a mudança no circuito da informação na década de 1760 é relevante para entendermos as mudanças na administração do Brasil colonial na segunda metade do século XVIII.

A câmara do natal e suas relações de poder no império Português (1701-1759)

Kleyson Bruno Chaves Barbosa
Doutorando – UFF

A Câmara da cidade do Natal era uma instituição local da capitania do Rio Grande representada pelos homens bons dessa mesma capitania, que, por meio de seus funcionários, interagiu e se relacionava com uma diversa gama de pessoas e instituições, desde pescadores e lavradores até representantes régios, seja em espaços do próprio interior da capitania do Rio Grande, como também em outras localidades das Capitanias do Norte, como Paraíba e Pernambuco, e chegando tal comunicação até mesmo ao centro, em Portugal. Visto isto, este trabalho pretende analisar o conjunto de interações e comunicações que tal instituição possuía não só no interior da capitania do Rio Grande, envolvendo questões judiciais, políticas, econômicas, administrativas, entre outras, como também com espaços das capitanias de Pernambuco e da Paraíba, e com o próprio reino. Dessa forma, acredita-se que o estudo de uma Câmara periférica como Natal, percebendo suas interações e comunicações estabelecidas com outras partes do império português, pode contribuir para se pensar relações acerca de centro e periferia, e, integração do corpo político da monarquia portuguesa. Além disso, tais relações revelam-se como múltiplas, envolvendo diferentes negociações entre a Câmara do Natal e estas diversas partes, assim como entre os próprios homens bons dessa instituição, o que resultava em constantes rearranjos nas relações e nos jogos de poder que estes grupos eram participantes.

A solitária câmara de Rio Grande: poderes locais, jurisdição e organização territorial

Helen Osório
Professora Dr^a – UFRGS

A capitania do Rio Grande de São Pedro, lindeira ao império espanhol, possuiu apenas uma câmara durante, de 1750 a 1808. Propõe-se, nesta comunicação, analisar o âmbito de sua atuação política e territorial e as matérias sobre as quais efetivamente decidia, indagando-se de suas peculiaridades em função da situação de fronteira e das conjunturas bélicas vivenciadas. Secundariamente, tratar-se-á da comunicação política por ela desenvolvida. A fonte principal deste estudo são a totalidade das atas das sessões da câmara, de 1766 a 1800.

Vendas fantásticas: práticas de reprodução social de um grupo de elite nas minas setecentista

Carla Maria Carvalho de Almeida
Professora Dr^a - UFJF

O trabalho objetiva analisar os maiores proprietários de escravos de duas freguesias da região das Minas na primeira metade do século XVIII, São Caetano e São Sebastião, pertencentes ao termo de Mariana. Buscaremos identificar as práticas de reprodução social utilizadas por estes proprietários

dando especial destaque ao fenômeno identificado na região como a venda fantástica dos bens. Nosso propósito é discutir até que ponto tais práticas de reprodução social características destes grupos se aproximavam ou se distinguiam daquelas utilizadas por grupos de elites locais no centro do império português. Embora o direito sucessório português, transferido para a América, definisse a repartição igualitária dos bens entre os herdeiros, de fato, essa situação nem sempre se verificava. Em sondagens anteriores percebemos a necessidade de observar a transmissão de bens noutros momentos que não a sucessão post mortem. No caso dos homens ricos, mecanismo importante na reprodução social do grupo foram as vendas fantásticas. Fantásticas, porque não reais, mas sim transações fictícias que visavam exclusivamente a manutenção do patrimônio e não a venda efetiva dos bens. Guardadas as devidas diferenças da condição social e da dimensão das posses destes homens das Minas, buscava-se com as vendas fantásticas algo que no Reino era parte da tradição das famílias nobres, o estabelecimento do vínculo para a preservação dos bens que garantissem a perpetuação da casa. Se no Reino a possibilidade de estabelecimento dos vínculos legais (morgadio) era uma realidade factível para as famílias da aristocracia, na América criaram-se situações outras para atingir o objetivo de preservar, pelo menos os bens mais significativos da família, livres de divisões que pudessem acarretar a sua dissolução. Pesquisa financiada pela Fapemig e Cnpq.

07/09 - Sexta-feira

As vilas do ouro do sertão da Bahia: entre a economia costumeira e o poder local – século XVIII

Hélida Santos Conceição

Doutoranda – UFRJ, Professora Ms. – UNEB

As descobertas e exploração do ouro no sertão baiano, durante a primeira metade dos setecentos, promoveu a organização político-territorial daquele espaço. A implantação de um aparelho judicial e de um sistema de arrecadação fiscal, assegurou a hegemonia da administração portuguesa nas áreas de mineração. Nas décadas de 1720 três importantes câmaras no sertão baiano foram edificadas– Jacobina (1722), Rio de Contas (1725) e Minas Novas de Araçuaí (1730). Em 1734 a comarca da Bahia da parte do Sul foi criada por ordem régia, mas seu efetivo funcionamento deu-se somente em 1742, quando foi enviado um ouvidor para a vila de Jacobina, cabeça da dita comarca. Assim, esta comunicação se propõe a analisar a formação de uma rede governativa mobilizada pelo vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes e os sertanistas providos nos cargos de superintendente dos distritos minerais da Bahia. Pretende-se ainda perceber nas negociações que envolveram os funcionários régios, os sertanistas, as câmaras e os moradores das minas, as diferentes práticas de exercício do poder local. O intuito é aprofundar a análise sobre os agentes, as condições e os espaços de negociação. A baliza temporal compreende a primeira metade do século XVIII, por ter sido o período de maior intensidade da prospecção aurífera, mas também por ter coincidido com o estabelecimento dos princípios básicos da administração do território. A edificação das vilas dotou aqueles espaços de identidade política, conferiu aos moradores estatutos jurídicos diferentes, criou novas hierarquias sociais, mobilizando assim, mecanismos de interação entre os poderes locais e a monarquia pluricontinental.

O circuito mercantil de Belém e as vilas do interior da capitania do Pará: comércio fluvial no vale do Rio Amazonas.

Siméia de Nazaré Lopes
Professora Dr^a – UFPA

Entre fins do XVIII e princípio do XIX, a praça mercantil de Belém articulava diferentes circuitos comerciais, muitos deles foram formados em períodos de intercâmbio da diversa produção extrativa e agrícola. As fortalezas, além de serem pontos de proteção do interior dos domínios portugueses, eram também utilizadas como postos de fiscalização para os sujeitos que seguiam o comércio para os altos rios. A fiscalização era destinada às embarcações, às pessoas e aos produtos que se direcionavam para a capital, tanto as que passavam pela vila de Gurupá, como as que vinham de Cametá, vilas consideradas “bocas de sertão”. Os negociantes da capitania do Pará entretinham relações comerciais com as vilas próximas à cidade de Belém e das vilas situadas nos vales dos rios. As relações comerciais com outros negociantes para o interior do Estado do Grão-Pará abrangiam também a capitania do Rio Negro, que se configurava em uma das principais áreas abastecedoras dos gêneros que eram comercializados na cidade e depois remetidos para os portos da Europa. Com base na documentação primária coletada no Arquivo Público do Estado do Pará (Coletoria de Impostos, Assinatura dos Comboios e as Escrituras de Procurações), tem-se como objetivo para esse trabalho discutir como se estruturou esse circuito mercantil em que Belém se apresentava como o eixo de ligação entre as vilas do interior do Estado do Grão-Pará. Assim como investigar a configuração de uma comunidade mercantil e a sua articulação com outros sujeitos, os quais não restringiam suas práticas comerciais estritamente à praça de Belém, mas estabeleciam redes de negociação com outras áreas comerciais presentes nesse eixo de comercialização. Por fim, atentar para algumas das estratégias utilizadas pelos negociantes para diminuir as incertezas presentes nas atividades comerciais realizadas nos sertões, principalmente o uso das procurações que possibilitavam não somente regular os sujeitos e as suas ações, como também desenhavam o circuito mercantil que está se estruturando nesse contexto.

O trabalho compulsório e a agência indígena sob o diretório (1757-1798)

André Augusto da Fonseca
Professor Dr. - UERR

Este trabalho investiga as estratégias de negociação, alianças e rivalidades entre indivíduos e grupos indígenas coloniais e outros grupos sociais no norte da América Portuguesa, na segunda metade do século XVIII, no contexto da monarquia pluricontinental portuguesa. Povos ameríndios, missionários, autoridades régias, soldados, desertores, mestiços participaram ativamente das transformações em uma sociedade colonial, frente às contradições inerentes aos projetos de reforma durante e após o período pombalino. Depois de uma era em que predominou uma historiografia eurocêntrica e encomiástica, as décadas de 1960-1980 conheceram uma historiografia também engajada, mas em sentido oposto, comprometida com a denúncia do genocídio, do etnocídio, da escravidão indígena. Em uma terceira fase, posteriormente, diversos historiadores de todo o continente começam a perceber que as duas tendências anteriores relegavam os povos nativos a um papel passivo no desenrolar dos processos históricos. Sem negar a extrema violência cometida contra os povos nativos nem o genocídio, começou a haver

uma ênfase na leitura de processos de resistência adaptativa, negociação, e agência indígena. É nessa perspectiva que este trabalho procura compreender as transformações e continuidades nas relações de trabalho envolvendo indígenas durante a vigência do Diretório, a partir de petições, relatórios de agentes régios e outros documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, do Arquivo Público do Estado do Pará e Biblioteca Nacional.

Senhores forros (Rio de Janeiro e Luanda, século XVIII)

Roberto Guedes
Professor Dr. – UFRRJ

Em abordagem comparada, a comunicação sublinha a presença de senhores forros nas cidades do Rio de Janeiro e de Luanda no século XVIII. Salaria que havia grupos de forros diferenciados, frente a demais forros, pela posse de escravos. Outrossim, o trabalho apresenta questões metodológicas em torno do tema.

O porto dos oficiais mecânicos: os artífices que atuavam no complexo portuário do Recife, século XVIII

Henrique Nelson da Silva
Doutorando – UFPE, Professor Ms. - UNINABUCO/Prefeitura Municipal do Recife

A presente comunicação se propõe a discutir as trajetórias e os perfis dos trabalhadores especializados, os oficiais mecânicos, que trabalhavam no porto do Recife durante a segunda metade do século XVIII. O complexo portuário do Recife era um dos mais movimentados da América e detinha uma das maiores concentrações de artesãos do Atlântico, atendendo às atividades de conserto, manutenção e fabricação de embarcações. E diante disso, nos voltamos a entender quais as profissões e trabalhadores engajados nas atividades, assim também como as condições de trabalho, redes sócio profissionais, hierarquias presentes no complexo. Pretendemos também discutir a presença do corporativismo artesanal, as circulações econômicas e a atuação dos trabalhadores escravizados nos ofícios mecânicos que atuavam no nicho profissional. Em nossa análise lançamos mão tanto de dados quantitativos arrolados a partir da investigação documental, quanto de análises de algumas trajetórias dos trabalhadores identificados visando realizar um jogo de escala no qual transitaremos de uma história social quantitativa a um estudo de trajetórias e, com isso, discutir tanto aspectos estruturais do objeto em estudo, quanto aspectos específicos existentes no complexo portuário do Recife. Por fim, para as reflexões a serem apresentadas na comunicação, investigamos os requerimentos, cartas e ofícios do acervo de documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino e as Ações Cíveis dos fundos dos Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina e Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, sob guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Família Gomes da Fonseca: pardos disfarçados de brancos em Pernambuco (XVIII)

Janaína Santos Bezerra
Professora Dr^a - SEE-PE

A presente abordagem tem como objetivo fazer uma análise do patrimônio, das redes de poder e das estratégias de promoção social utilizadas pela família Gomes da Fonseca, em Pernambuco, no século XVIII. Tal família se fez notável, não apenas por possuir avultado cabedal, mas também por ter distinção e honra e viver à moda da nobreza. Para conseguir tal façanha utilizaram diversas estratégias de integração social, entre elas a carreira eclesiástica, a compra de cargos, a ostentação de patente militar, a ocupação de cargos importantes na Ordem Terceira do Carmo, a aquisição de escravos e imóveis e o casamento em face da Igreja. Todos esses elementos convergiam para uma aquisição e consolidação de posições de prestígio e comando. A fraude da tez branca foi uma estratégia corriqueira na trajetória de vida da família Gomes da Fonseca em Pernambuco. Aparentemente eram pardos, carregavam na pele e nos cabelos todas as ferramentas que denunciavam a sua origem mestiça. Porém, na documentação, em seus processos de habilitação na Ordem de Cristo, ou até mesmo na ocupação de cargos de prestígio na colônia, apresentavam-se como brancos de sangue limpo.

Em nome do pai, do filho e dos padrinhos: mulheres forras, compadrio e relações de poder no Arraial do Tejuco (1730-1750)

Kelly Sellani
Mestranda – UFJF

A presente comunicação propõe analisar as relações de compadrio desenvolvidas por mulheres forras na localidade do Arraial do Tejuco entre os anos de 1730 a 1750. Para tanto, através dos registros paroquiais referentes às cerimônias batismais ocorridas na localidade e período acima elencados, objetivamos identificar e compreender as dinâmicas do funcionamento das relações de compadrio e sociabilidades desenvolvidas por mulheres forras a fim de avaliar a que categorias jurídicas se vinculavam (escravos, forros, livres, elite), bem como a natureza de suas escolhas. Mais especificamente, o objetivo é compreender em que medida as relações de compadrio e sociabilidade desenvolvidas, horizontalmente e verticalmente, por indivíduos em uma sociedade marcada por normas e práticas de Antigo Regime abriam espaço para a inserção e a ascensão social, especialmente para o grupo em foco.

Doações testamentárias no rio de janeiro setecentista

Kevin Wetter Pereira Lima
Mestrando – UFRRJ

O objetivo deste trabalho é examinar as doações que foram outorgadas em testamentos, entre os anos de 1700 a 1730, em uma freguesia urbana do Rio de Janeiro. Para tanto faremos uso de seis livros de óbitos da igreja da freguesia de Nossa Senhora da Candelária, os quais se encontram disponíveis no site FamilySearch. Nestes livros os padres não somente escreveram dados sobre o falecido e os sacramentos realizados, mas também transcreveram os testamentos, os quais se configuravam uma importante ferramenta para realização de últimas vontades. Na interpretação cristã, de origem medieval, a vida na terra é apenas uma passagem, entretanto nela que se determina o destino da alma após a morte. Por isso, em uma sociedade de forte pregação da escatologia cristã, a busca pela salvação marcou a feitura destes testamentos, assim, nos deparamos com uma quantidade significativa de testadores revertendo parte da sua riqueza material em meios de auxílio espiritual à sua alma. O ato de doar era uma prática comum nesta liturgia, sendo que cada doação expressava a relação que havia entre doador e receptor, deste modo, observaremos esses legados sob a ótica moral da troca, que de acordo com o antropólogo Marcel Mauss, implicava em uma tripla obrigação, o dar, o receber e o retribuir. Para analisar os 475 testamentos, os quais se encontram transcritos e em banco de dados, faremos uso do método onomástico e de circunscrição da análise, assim como da técnica serial, quantitativa dos dados, a fim de investigar: o perfil dos doadores e donatários, os bens legados, as intencionalidades nas doações, as condições impostas a esses legados, as relações hierárquicas, de parentesco familiar ou de compadrio entre doadores e donatários, o impacto das transformações econômicas da capitania fluminense nessas doações. Destarte, visamos contribuir para um tema pouco abordado na historiografia.

O negro na capitania de São José do Rio Negro: trabalho e propriedade no século XVIII

Kézia Wandressa da C. Lima
Mestranda – UFRR
Maria Luiza Fernandes
Professora Dr^a – UFRR

A recorrente queixa da falta de mão de obra para se desenvolver a agricultura na Amazônia, em especial na Capitania de São José do Rio Negro, passou a ser uma preocupação ativa da política de estado a partir de 1755, ou seja, a política pombalina esteve presente nesse processo de migração forçada para a Amazônia a partir da demanda exigida. A proposta desse trabalho é discutir o processo de mercantilização e como se deu essa transformação do espaço social no olhar do colonizador, já que o negro passava então pelo processo de coisificação, não era mais um negro nascido na África, passava a ser um preto escravo, propriedade de determinado sujeito. Discutimos os espaços e concepções que emanam da sociedade do Rio Negro e como os negros forjaram brechas dentro do sistema colonial, mostramos como forma de resistência e adaptação ao sistema escravista colonial.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 13

ESPAÇOS DA FAMÍLIA: CONFLITOS E SOLIDARIEDADES NO MUNDO COLONIAL

COORDENADORES:

ANA SILVIA VOLPI SCOTT (UNICAMP)

CARLOS DE ALMEIDA PRADO BACELLAR (USP)

O estudo da família no passado colonial ocupa um espaço importante na historiografia ibero-americana, com uma profusão de investigações que põem em evidência a complexidade das relações que caracterizam as famílias nos distintos segmentos populacionais. Tendo em conta a imensa heterogeneidade e hierarquização que caracterizam as relações entre os grupos sociais do mundo ibero-americano, este simpósio privilegiará trabalhos que abordem este universo através de distintas fontes e metodologias. Entre a infinidade de temas possíveis, este simpósio acolherá propostas que discutam as distintas formas de união: consagradas pela igreja ou consensuais, entre iguais ou desiguais do ponto-de-vista jurídico e étnico. Interessam também as análises voltadas para a discussão das relações construídas a partir do parentesco consanguíneo, espiritual e por afinidade, bem como as estratégias estabelecidas para a reprodução biológica e social dos distintos segmentos da população colonial. Espera-se, assim, propostas que tratem de famílias das mais variadas condições sociais, sejam elas livres ou escravas.

Local: **SETOR 02/SALA G4.**

06/09 – QUINTA-FEIRA

Trajetórias de migração de famílias no processo de ocupação do atual Rio Grande do Sul (c. 1750 - 1850)

Leandro Rosa de Oliveira

Doutorando - UFRGS

As migrações são um fenômeno notavelmente presente ao longo de todas as épocas da história humana, sendo motivadas por distintos fatores de acordo com o contexto no qual ocorrem. No que diz respeito ao período Colonial da História do Brasil, movimentos dessa natureza teriam sido uma constante, conforme aponta Sheila de Castro Faria, ao afirmar que a população que aqui vivia “possuía na migração sua mais forte característica” (FARIA, 1998, p. 400). Compreendemos, dessa maneira, que seja pertinente um estudo que se proponha a visualizar um dos inúmeros movimentos migratórios que resultaram na atual conformação territorial brasileira, qual seja, o de ocupação do atual Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva visualizar alguns aspectos dos movimentos migratórios presentes no referido processo, com o intuito de melhor compreender suas dinâmicas. Para tanto, dividimos este trabalho da seguinte maneira: em

um primeiro momento, averiguaremos os locais de origem dos grupos populacionais presentes na localidade de Rio Pardo ao longo do século XVIII, buscando observar os fluxos migratórios constituintes da composição social daquele local; posteriormente, buscaremos visualizar alguns desses indivíduos e seus descendentes nas localidades de Alegrete e Bagé durante a primeira metade do século XIX, considerando o movimento migratório que ocorre para esse espaço, o qual é aberto para a ocupação luso-brasileira nas primeiras décadas do Oitocentos. Em conjunto, esses dois passos possibilitarão um exercício metodológico de visualização de trajetórias de migração de algumas famílias durante os processos em questão, objetivando analisar a adoção da migração enquanto estratégia social por seus membros. As principais fontes utilizadas para este trabalho serão os registros de batismo das três localidades mencionadas, os quais apresentam dados sobre a naturalidade dos pais e avós dos batizados, sendo tais informações cruciais para as análises aqui propostas.

Políticas de povoamento nas fronteiras da capitania de São Paulo, segunda metade do século XVIII

Carlos de Almeida Prado Bacellar
Professor Dr. - USP

Após a restauração da autonomia da capitania de São Paulo, em 1765, sucessivos capitães-generais buscaram instaurar políticas de deslocamento de contingentes populacionais com o objetivo de implantar novas povoações. Situadas em áreas consideradas estratégicas por esses administradores, tais núcleos de povoamento pioneiros receberam, de maneira geralmente compulsória, levas de indivíduos e famílias das mais variadas origens. Demonstraremos, com a análise de documentos diversos, que esses povoadores eram, basicamente, famílias de origem indígena ou, então, colonos problemáticos, não enquadrados nas regras do bom viver. Indesejados em suas comunidades de origem, eram assim deslocados à força para tais empreendimentos, na expectativa de que garantissem o povoamento em áreas de fronteira.

“Diferente qualidade de famílias”: estratégias matrimoniais no Paraná tradicional da segunda metade do século XVIII

Marcia Luzia Krinski
Doutoranda - UFPR

O objetivo da pesquisa é recriar as teias de relações sociais presentes no momento das escolhas matrimoniais na região do atual Paraná Tradicional, na segunda metade do século XVIII. O trabalho consiste na análise de processos de sponsais, com a realização de cruzamento nominativo com documentação eclesiástica e civil coeva, como processos de dispensas, autos de casamento, testamentos, listas nominativas e genealogias; e documentos normativos eclesiásticos e civis em vigor no período. O momento de escolha do cônjuge, na sociedade colonial, apresentava aos grupos familiares a oportunidade de criar novas relações sociais, zelando pela manutenção e, de preferência, pela maximização, do seu patrimônio material e/ou imaterial. Essas escolhas geralmente eram realizadas de forma consciente, planejadas e direcionadas para a reprodução familiar e social. Mas o costume de contrair sponsais - promessas de casamento - originou conflitos, pois legitimava uma união matrimonial contraída sem a autorização paterna. Nos processos

analisados foram encontradas situações de sedução, promessas desfeitas, rapto e recusa em se cumprir a promessa realizada. A partir do conceito de estratégia de Bourdieu, e com métodos da micro-história, procede-se o mapeamento e a recomposição de parte das trajetórias desses indivíduos e famílias, tornando possível observar a utilização do costume esponsalício como uma estratégia para burlar as regras sociais, religiosas e ou civis para contratar alianças. E, observados os interesses inerentes a essas escolhas que geraram conflito, perceber quais princípios eram considerados e quais eram rechaçados naquela sociedade, bem como acompanhar o processo de acumulação e transmissão de bens materiais e imateriais.

Nascer sob as bênçãos do matrimônio: uma análise sobre crianças escravizadas legítimas em Porto Alegre no período colonial

Ana Silvia Volpi Scott
Professora Dr. - UNICAMP
Dario Scott
Doutorando - UNICAMP

Os estudos sobre as famílias e as crianças escravas têm, normalmente, privilegiado a perspectiva da ilegitimidade e das crianças nascidas fora do casamento legitimado na igreja. Essa abordagem ancora-se na supremacia quantitativa dos nascimentos de crianças escravas, ditas naturais, em contraposição às crianças nascidas de pais cativos casados, que é resultado direto das limitações impostas ao casamento entre escravizados e escravizadas. O enfoque, nesta comunicação, está voltado para a outra face da mesma medalha, ou seja, procura-se analisar as crianças escravizadas que nasceram na vigência do matrimônio. Para alcançar tal objetivo, as fontes privilegiadas foram os registros paroquiais de batizado, casamento e óbito referentes à Freguesia da Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, entre 1772 e 1822. Essa freguesia deu origem à cidade de Porto Alegre. Paralelamente ao uso da série dos registros paroquiais, serão exploradas outras fontes de caráter nominativo, como Róis de Confessados e Comungados, Inventários e Alforrias. A partir de uma análise estruturada na abordagem quantitativa do fenômeno da ilegitimidade entre os cativos, enquadramos o nosso enfoque específico, relativo às crianças cativas batizadas como “legítimas”. Com a contextualização da ilegitimidade/ legitimidade, baseada na análise serial e quantitativa, avançaremos para o estudo de algumas escravarias, nas quais registramos crianças cativas legítimas, procurando colocar em evidência não apenas o perfil da escravaria, como também o perfil dos escravistas proprietários de crianças escravizadas legítimas. Seria o caso de lançar a hipótese de que alguns escravistas apostavam na reprodução endógena, a partir do acesso de seus cativos ao matrimônio legítimo? Esta é uma hipótese a ser testada nesta comunicação.

Cristianização, escravidão e negociação: famílias escravas na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1749-1770)

Danielle Bruna Alves Neves
Mestranda - UFRN

Este trabalho objetiva analisar o perfil das famílias escravas da Capitania do Rio Grande do Norte setecentista, com base nos dados demográficos retirados dos registros de batismo e matrimônio da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, tendo como recorte temporal as décadas de

1749 a 1770. Durante o período colonial, a Igreja Católica e o Estado Português, como órgãos reguladores das ações humanas, se incumbiram de transplantar para a América Portuguesa os ideais de uma sociedade balizada em valores cristãos. Durante esse processo de cristianização, o batismo, sacramento considerado como “porta de entrada” para o mundo cristão, e o matrimônio, que se constituía como um elemento normatizador das relações sociais e divisor entre a sexualidade lícita e a ilícita, tinham um papel fundamental. Porém, enquanto o batismo foi, provavelmente, o ritual cristão mais amplamente utilizado pelo escravo, pesquisas que vieram a público nas últimas décadas mostraram que, na prática, o acesso ao casamento entre os escravos não constituía uma regra. Diante da importância da análise destas estratégias para a compreensão das dinâmicas sociais entre os indivíduos de diferentes condições jurídicas na sociedade colonial escravista da Capitania do Rio Grande do Norte setecentista, é analisado como os cativos se apropriavam destes sacramentos para atingirem seus objetivos e legitimar seus laços familiares para seus senhores e para a sociedade.

Casamento, famílias e redes de sociabilidade na comunidade escrava da fazenda Pirapetinga (Minas Gerais, século XIX)

Guilherme Augusto do Nascimento e Silva
Doutorando - UFMG

Nas áreas rurais das Minas Oitocentistas, as grandes propriedades escravistas eram pontos privilegiados de convívio e trocas culturais de escravos de diferentes origens, que se relacionavam entre si e com indivíduos de outras condições, forjando redes de sociabilidade horizontais e verticais, gerando descendentes e buscando a mobilidade social. As famílias foram elementos essenciais nas vivências de homens e mulheres, africanos e crioulos, sob o jugo da escravidão. Neste sentido, os cativos tiveram a oportunidade de criar laços familiares e de solidariedade com seus companheiros de infortúnio e com egressos do cativeiro e seus descendentes, através da prática do compadrio. Estas solidariedades foram fundamentais para os escravos, pois se tornaram elementos de apoio para a negociação de melhores condições de existência e sobrevivência nas propriedades. Desta forma, esta comunicação tem por objetivo analisar a formação de laços familiares e de compadrio entre escravos no interior de uma mesma propriedade rural e detectar a continuidade destas relações no decorrer de várias gerações, ao longo do século XIX. Para este fim, recorreremos a uma série de inventários post-mortem dos membros da família Sande Barros, grandes senhores escravistas e proprietários da Fazenda Pirapetinga, localizada na Freguesia de Guarapiranga, Minas Gerais. Partindo de uma perspectiva de análise microanalítica, identificamos casos emblemáticos de famílias cativas e traçamos suas trajetórias no decorrer do Oitocentos, através do cruzamento de fontes como os inventários post-mortem, listas nominativas e assentos de batismo. Concomitantemente, enfocaremos os índices de casamento e legitimidade, estabilidade das famílias, relações de compadrio e possibilidade de alforria, considerando estes temas tanto índices demográficos quanto indícios da reconstrução de histórias familiares cativas, pois ambos tem o poder de revelar a humanidade dos cativos, em suas negociações e resistências.

“Vive a favor de seu pai”: relações de reciprocidade familiar e a estrutura agrária de São José do Taquari, 1770-1811

Sandra Michele Roth Eckhardt
Mestranda - UFSM

A partir das pesquisas desenvolvidas em projeto de mestrado propõe-se apresentar as relações de reciprocidade familiar envolvidas na formação da estrutura agrária de São José do Taquari, ao final do século XVIII. A freguesia de Taquari foi criada em 1765, a oeste dos limites portugueses na América meridional, a partir do assentamento de casais açorianos migrados à América. O projeto migratório compunha a política portuguesa de povoar e cultivar terras em processo de expansão e demarcação territorial frente ao Império Espanhol. A partir da Relação de Moradores de 1784, uma espécie de censo agrário realizado ao final do século XVIII, em todas as freguesias do Continente do Rio Grande de São Pedro, é possível conhecer as formas de acesso à terra e atividade ocupacional declarada pelos fregueses. A presença significativa de não proprietários se destaca em Taquari e aponta uma dinâmica de reciprocidade familiar existente entre proprietários e agregados. A conjectura é de que a presença dessas pessoas e/ou famílias que viviam “a favor” dos proprietários incrementou a mão-de-obra familiar e possibilitou acréscimo do volume produtivo dos estabelecimentos agrícolas. Cruzando essas informações com os Registros Paroquiais é possível reconstruir uma aproximação demográfica da freguesia, observar as relações de compadrio envolvidas no acesso e compartilhamento de recursos e uma possível estrutura da posse de escravizados na freguesia de Taquari. Foi através do cultivo de lavouras e da pequena criação de animais que os moradores da freguesia, proprietários e agregados, adquiriram sustento e se inseriram em mercados de abastecimento colonial. Portanto, esta pesquisa vem acrescentar na história econômica do Rio Grande de São Pedro, ao final do período colonial, que além da pecuária de extensão também comportava pequenos produtores de alimentos que se utilizavam das relações familiares para acessar os recursos produtivos e assegurar sua reprodução social.

Compadrazgo y conflictividad. Desencuentros familiares entre compadres por repartición de bienes hereditarios y ajustes de cuentas en el valle de Melipilla (Chile), 1780-1810

Andrea Margarita Armijo Reyes
Doutorando - Universidad de Santiago de Chile

La familia ha tenido una participación activa en la construcción de las relaciones sociales por donde ha transitado patrimonio material e inmaterial como los compromisos, solidaridades, reciprocidades, amistades y también conflictividades familiares. En esta perspectiva, nuestro primer objetivo es analizar la constitución de alianzas matrimoniales y relaciones por compadrazgo de las elites económicas de la villa de San José de Logroño. Por un lado, las alianzas matrimoniales nos sirven para observar la formación y cohesión del grupo social de la elite, promocionando acciones de solidaridad para la reproducción social del grupo y, por otro lado, las relaciones de compadrazgo entre las familias de las elites nos permiten apreciar el reforzamiento de las estrategias familiares y

los beneficios proyectados hacia las familias como la consolidación de las relaciones por parentesco consanguíneo, relaciones de amistad, solidaridad y los vínculos clientelares contruídos com anterioridad. Sin embargo, la familia, em su aparente cohesionamiento, también evidenció quiebres entre sus miembros, por tanto, nuestro segundo objetivo es analizar hechos de conflictividad familiar entre compadres motivados por los recursos económicos, provocando debilitamiento de los lazos contruídos y, plausiblemente, rencores, enemistades y debilitamiento de las relaciones de solidaridad. El estudio está sustentado por el análisis de las redes sociales, el que permite establecer vinculaciones entre individuos de cualquier ámbito social em el cual se desenvuelvan, sea a través de la familia, la casa, el parentesco, la amistad, la vecindad y otros vínculos más amplios como la clientela, donde los interactúan a través de redes interpersonales. Los documentos analizados son actas de bautismo y de matrimonio, también testamentos, inventarios y partición de bienes, además causas judiciales resguardadas en el fondo judicial civil de Melipilla.

Portugueses e a constituição de vínculos familiares em Mariana na segunda metade do século XVIII

Carlo Guimarães Monti
Professor Dr. - UNIFESSPA

Temos por objetivo o estudo das formas e variedades de estrutura familiar que os portugueses acabaram constituindo em Mariana na segunda metade do século XVIII, em época da faina aurífera. Muitos desses acabaram por unir-se com forras e ou com suas escravas e, somente próximo a morte reconheceram essas estruturas familiares que foram sendo articuladas em suas vivências cotidianas. Os testamentos e inventários deixados pelos lusitanos são os documentos que nos permitiram o estudo desses arranjos familiares que desviavam das práticas usuais para a constituição familiar no período. A região compreendida pela Província do Minho foi a responsável pelo maior conjunto dos que vieram de Portugal para ocupar o termo de Mariana. A cidade de Braga, era uma região com pouco contato com a escravidão, foi o espaço urbano que mais contribuiu para os que ocuparam o termo de Mariana. Por conseguinte, somente 10% dos que constituíram essas relações familiares vieram do centro-sul de Portugal, região que já tinha contato com a escravidão negra em Portugal. Acreditamos que é possível que muitos dos senhores oriundos da Província do Minho passaram a ter um contato mais estreito com a escravidão já vivendo em Minas Gerais, provavelmente, aprenderam e ajudaram a construir as relações escravistas já possuindo escravas e, foram com essas que acabaram por ter filhos que foram reconhecidos em época da morte, por meio dos testamentos. O ponto mais relevante no reconhecimento de filhos naturais e espúrios foi o chamamento desses para comporem o rol de herdeiros. Outdoors portugueses optaram por contemplar alguns libertos ao indicarem as suas disposições testamentárias, demonstrando terem, nas novas terras, encontrado não só alguém para se casar, mas, também, pessoas advindas do mundo dos cativos, com as quais tiveram relações acolhedoras.

Making men before the law

Alexander L. Wisnoski III

Professor Dr. - Universit of North Georgia

Making Men before the Law seeks to demonstrate the ways the ecclesiastical tribunal was used to negotiate and articulate an archetype for the ideal husband, while at the same time policing husbands according to those standards. Through a detailed investigation of causas de divorcio tried before the ecclesiastical courts, this research examines the ways limeños used the law and legal discourse to make and remake manhood in the viceregal capital. My reading of these cases points to the ways that women and their allies played a significant role in defining the expectations for married men and holding individual husband accountable to these standards. Most importantly, this research shows that the expectations of husbands, which were of the utmost importance to the patriarchal society, were articulated by marginalized member of society. Though other historians have rightly noted how women could “pluralize patriarchs”, enlisting powerful figures to serve as conduits for their resistance, this current work shows that women fall classes and races, include enslaved women, help to challenge abusive, neglectful, or otherwise defaulting husband yet did so by utilizing the legal structures and discourses of colonial society.

“O pai impertinente faz o filho desobediente”: o caso da família Almeida na capitania da Bahia da segunda metade do século XVIII

João Eudes do Nascimento Alves

Professor - Rede Básica PB

A Bahia de 1779 foi o palco de um conflito familiar que ultrapassou as paredes do espaço doméstico e chegou até nós por meio de uma documentação oficial encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino. Nessa trama, pai e filho protagonizam uma disputa repleta de acusações mútuas e posturas ambíguas intermediadas pelas autoridades administrativas portuguesas. De um lado, José Félix de Almeida (pai), do outro, Silvestre José de Almeida (filho), ambos desempenhando papéis complexos e contrastantes dos estereótipos normativos. O presente artigo é um desdobramento de uma pesquisa para uma dissertação de mestrado intitulada “Conduta de pais, caminhos de filhos: transgressões familiares na capitania da Bahia da segunda metade do século XVIII” e se insere na área de pesquisa sobre a História da Família na América portuguesa. Numa abordagem micro-histórica à Ginzburg, analisamos o caso da Família Almeida, residente na Cidade de Salvador - Bahia, com o objetivo de compreender as ações subversivas desses dois sujeitos frente ao sistema de códigos normativos que vigoravam no período em foco. Para tanto, refletimos com Norbert Elias acerca dos conceitos de figuração, poder e redes de interdependências e consideramos que os sujeitos em questão se tornaram ativos em suas escolhas, na medida em que ora acatavam, ora contestavam a norma vigente de acordo com seus interesses.

Dona Rosa Maria de Mendonça: uma exposta na freguesia da cidade do Natal setecentista

Thiago do Nascimento Torres de Paula
Pós-doutorando - UFRN

O abandono de crianças recém-nascidas é uma realidade desde longas datas no mundo ocidental. Desta forma, o objetivo deste trabalho é discutir a trajetória de Dona Rosa Maria de Mendonça exposta, menina que foi abandonada em casa de um oficial da Câmara da Freguesia da Cidade do Natal no século XVIII. Para isso, foram investigados os seguintes documentos: assentos de batismo, assentos de casamento, assentos de óbito, termos de vereação, entre outros. Toda documentação foi analisada a partir de referenciais da história social, permitido compreender a consolidação da inserção daquela enjeitada na formação social da freguesia.

08/09 - Sábado

Mestiçagem e relações familiares de sujeitos escravizados e forros na freguesia do seridó (séculos XVIII-XIX)

Isac Alisson Viana de Medeiros
Mestrando - UFRN

Analisa a presença de famílias constituídas por sujeitos “mestiços” forros e escravizados durante o processo de povoação da Freguesia do Seridó (XVIII-XIX) através de registros paroquiais. Estudos acadêmicos recentes, como o de Muirakytan Macêdo e Helder Macedo, apontam evidências de que a formação da sociedade do Seridó não se deu, apenas, a partir de uma elite branca subjugando nativos e “afrodescendentes” e, sim, em decorrência de dinâmicas de mestiçagens, conceito construído por Eduardo Paiva. Tal processo se deu em um contexto mais amplo, discutido por Gruzinski como Ocidentalização, onde se misturaram homens, imaginários e formas de vida oriundos das quatro partes do mundo conhecido – América, Europa, África e Ásia –, gerando indivíduos “mestiços”. Metodologicamente, parte de revisão historiográfica; seleção, coleta e análise quantitativa e qualitativa das fontes paroquiais (livros de batizado, casamento e óbito, que vão de 1788 a 1838) para estabelecimento de perfil demográfico e reconstrução de trajetórias. Concluiu, após análise documental que diferente do abordado por uma historiografia clássica do Rio Grande do Norte a partir de autores como Olavo de Medeiros Filho e José Augusto, que houve a presença de famílias “mestiças” no processo de povoação da Freguesia do Seridó. Ainda pôde se apurar que essas uniões eram formadas por sujeitos das mais variadas qualidades (cabras, mulatos e pardos) e condições (livres, forros, escravizados).

Compadrio entre os escravos de São Bento (recôncavo do Rio de Janeiro, 1817-1857)

Vitor Hugo Monteiro Franco
Mestrando - UFF

Os estudos sobre a família escrava têm sido de suma importância para compreendermos a escravidão no Brasil. O presente trabalho busca não só dialogar com o debate já feito sobre esta dimensão do passado escravista, como contribuir para ele. Para isso, concentrarei minha análise nas relações de compadrio entre os escravos da Ordem de São Bento, no Recôncavo do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. Desta forma, será possível compreender como estes indivíduos que vivenciaram o cativeiro, os então chamados de “escravos da Religião” ou “escravos de São Bento”, construíram seus laços familiares e comunitários em um contexto adverso. Esta análise tem como fontes principais os arquivos paroquiais - assentos de batismos, casamentos e óbitos - da Capela de Nossa Senhora do Rosário.

A benção, compadre: redes de compadrio e interdependência social na freguesia de viamão (1747-1769)

Israel da Silva Aquino
Mestrando - UFRGS

Este trabalho, fruto de uma pesquisa de Mestrado em andamento, se propõe a estudar a formação de redes de compadrio na freguesia de Viamão do século XVIII, tendo como objetivo investigar sua utilização enquanto estratégia de atuação social por famílias latifundiárias da região. De acordo com Fragoso (2010), a sociedade do Brasil setecentista foi marcada por uma “hierarquia social costumeira”, constituída por intrincadas relações entre estratos sociais diversos, tornando essa uma sociedade altamente hierarquizada e interdependente. Essa estrutura política e social em que Viamão estava inserida, que é identificada por Hespanha (1992) como uma monarquia corporativa, era então atravessada por uma estratificação social característica e governada por normas de reciprocidade, equidade e da justiça distributiva. Nesse sentido, Levi (2009) aponta que as relações engendradas por esses atores sociais estavam atravessadas por uma noção de equidade social, a qual cimentava uma sociedade de desiguais, onde a atuação de seus membros estava pautada pela busca constante de distinções e privilégios. Nesse contexto, adquirem especial interesse as redes formadas através do parentesco ritual, sendo possível pensar o compadrio como parte de uma estratégia de atuação que buscava favorecer a posição de um indivíduo ou grupo frente àquela sociedade. As fontes utilizadas para este trabalho foram os dois primeiros livros de batismo da freguesia, que reúnem 1091 registros no período compreendido entre 1747 a 1769, além dos Róis de Confessados ainda disponíveis, referentes aos anos de 1751, 1756, 1757 e 1758, que forneceram os dados demográficos da região. A análise destas relações se deu mediante o recurso às ferramentas da metodologia de Análise de Redes Sociais (SNA), que permitiu a produção dos componentes gráficos e métricas utilizadas neste trabalho, a partir dos quais buscamos discutir de que forma a instituição do compadrio era utilizada pelos agentes estudados.

Padrões de casamentos e índices de legitimidade em Santiago de Iguape (Bahia, 1799-1837)

Jamile Serra Coutinho
Mestranda - UNEB

Essa comunicação utiliza como fontes os assentos de casamentos e batismos no período de 1799 a 1837, através da metodologia da ligação nominativa, e tem como objetivo analisar as uniões realizadas na Freguesia de Santiago de Iguape, região do Recôncavo Baiano, focalizando nos indivíduos escravizados e libertos. Entre outros aspectos, procuro observar as taxas de legitimidade das crianças nascidas nessa localidade, para testar a hipótese, amplamente defendida pela historiografia acerca da família negra, de alto índice de ilegitimidade entre aqueles grupos sociais. Além desse aspecto, serão analisadas as categorias de cor/qualidade, bem como as condições legais dos nubentes. Tais análises tem por finalidade entender questões de endogamia por estatuto jurídico e nação. Os laços de parentesco e casamento determinavam importantes vínculos e redes sociais. De acordo com Luis Nicolau Parés (2005), a hierarquia étnico-racial escalonava mestiços, crioulos e africanos e desempenhava importante papel na escolha dos parceiros. A escolha dos companheiros também foi analisada no trabalho de Eduardo França Paiva (2012) que defende que a cor estava relacionada à “qualidade”, ou seja, o branco era de qualidade superior, pois “limpo de nascimento”, enquanto o mulato (pardo) e negro possuíam um “defeito de sangue” e qualidade inferior. Portanto, cor/qualidade implicava em categorias e hierarquizações sociais próprias. A análise dos casamentos formais e índices de ilegitimidade tendem a revelar a capacidade dos escravizados e libertos realizarem mudanças na sua vida e de seus descendentes, além de apontar à formação de uma relativa autonomia na vida pessoal e relações de trabalho. Os vínculos parentais, recuperados através do estudo das fontes paroquiais e eclesiásticas, são analisados enquanto estratégias de sobrevivência e resistência, fundamentais para minimizar o sofrimento imposto pelo sistema escravista.

Forros: lavradores de cana e chefes de domicílio - freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro (1750-1800)

Jerônimo Aguiar Duarte da Cruz
Doutorando - UFRJ

Num contexto de aumento populacional, a América Portuguesa da segunda metade do século XVIII apresenta crescente participação de ex-escravos no mundo livre. Dessa forma, esta apresentação insere-se na tentativa de apreender modalidades desiguais de inserção social deste grupo nas esferas da liberdade. Especificamente, a partir da análise das famílias de forros que se consolidam como lavradores de cana, na freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, entre os anos de 1750 e 1800. Neste texto, buscamos demonstrar algumas de suas estratégias para acessar à terra, tais quais as suas escolhas matrimoniais (estado matrimonial, consanguinidade, qualidade dos cônjuges) e as formas de composição domiciliar (posse de escravos, capacidade de agregar, frentes familiares), dando ênfase à relação entre suas distintas qualidades e suas modalidades de reprodução social. O trabalho se baseia na feitura de fichas genealógicas para os chefes de domicílio, construídas a partir dos registros paroquiais (1740 e 1810) e da lista nominativa do ano de 1797, recentemente descoberta.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 14

DIMENSÕES DO CATOLICISMO NO IMPÉRIO PORTUGUÊS: INSTITUIÇÕES, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES (SÉCULOS XVI-XVIII)

COORDENADORES:

ANDERSON JOSÉ MACHADO DE OLIVEIRA (UNIRIO)

BEATRIZ CATÃO CRUZ SANTOS (UFRJ)

No ano de 2010, o grupo de pesquisa do CNPq Ecclesia, do qual os organizadores fazem parte, apresentou no IV Encontro Internacional de História Colonial um simpósio temático, aberto ao estudo de várias facetas do catolicismo no Império português, entre as quais se destacavam: a ação missionária e doutrinadora do clero regular e secular; as manifestações sagradas dos fiéis e do clero, em consonância ou em tensão com as normas institucionais; as marcas deixadas pela sociedade escravista na formação do clero colonial e nas vivências devocionais; as moralidades dos fiéis e do clero; e as representações acerca da morte e da santidade. A receptividade manifestada pela comunidade dos historiadores foi grande, o que animou o grupo a publicar as contribuições mais expressivas apresentadas naquela oportunidade: a coletânea *Dimensões do catolicismo no Império português*. O simpósio temático homônimo foi reeditado nos encontros de 2012, 2014 e 2016, constituindo já uma tradição do grupo Ecclesia e a consolidação de um espaço de debate em torno da história do catolicismo. As propostas anteriores e essa sempre foram pautadas pelo objetivo de focar as perspectivas surgidas em abordagens historiográficas recentes, às quais se acrescentam temas clássicos no campo dos estudos do catolicismo nos domínios portugueses do período Moderno. Quanto aos últimos, podem ser incluídas as pesquisas ligadas às atividades missionárias das ordens religiosas no vasto império colonial, atuando no início sob as coordenadas do regime do padroado e, no século XVII, também sob a direção da Santa Sé, por meio da Congregação da Propaganda Fide. Os estudos mais recentes neste campo têm mostrado a complexidade presente nas atividades dos missionários. Raramente conseguiam aculturar, sob uma perspectiva unidirecional, as populações autóctones que, frequentemente, apropriavam de maneira própria crenças e rituais do catolicismo, dando-lhes novos usos e significados. Houve também grande renovação na análise da ação dos bispos e do clero secular. José Pedro Paiva, em particular, mostrou a variedade de papéis assumidos pelos bispos diocesanos, que ocupavam um papel chave na supervisão das práticas religiosas dos fiéis e do clero, complementando e auxiliando as atividades do Santo Ofício da Inquisição. Além disso, o episcopado encontrava-se muito próximo da órbita do poder monárquico, que escolhia criteriosamente os candidatos às vagas nas dioceses. Quanto ao clero diocesano, a historiografia se abriu a uma pluralidade de investigações, que faz ressaltar o papel central ocupado pelo pároco em uma sociedade do Antigo Regime que tinha o catolicismo como religião oficial: os estudos e a formação; as atividades rituais e de instrução religiosa; a análise do meio familiar e das origens étnicas; o envolvimento do clero em práticas morais ilícitas e em crenças heterodoxas.

Por sua vez, as devoções, as sensibilidades religiosas e as correntes de espiritualidade de fiéis e de membros do clero têm sido contempladas e renovadas pela historiografia. O culto à Paixão de Cristo, à Sagrada Família ao Menino Jesus, derivado da devotio moderna, difundiu-se enormemente ao longo do período, estimulado pelo clero e contando com a participação ativa de fiéis reunidos em irmandades e ordens terceiras. A devoção ao Santíssimo Sacramento e às

Almas do Purgatório recebeu igualmente grande incremento. Os vínculos entre os fiéis e os santos de proteção continuaram sólidos, em uma aliança sustentada pela prática da promessa e pela realização dos milagres. Sob o impulso do Concílio de Trento, a Igreja passou a interferir mais de perto na referida relação, procurando fazer do santo um modelo de conduta para o fiel, apoiando-se para isso na ação do clero nos sermões e na difusão da literatura devocional. Um sinal da ação controladora do clero, particularmente do Santo Ofício, foi o crescimento das acusações de “falsa santidade” dirigidas a leigos. Nos anos 70, Jean Delumeau apontou para a “cristianização” da sociedade francesa entre os séculos XVI e XVIII, um movimento que partia não somente do clero – regular e secular –, mas também dos leigos, que se organizavam em congregações, em escolas e produziam demandas pela Reforma católica. O movimento se consubstanciava na pregação, no exercício dos sacramentos, no ensino e na eliminação das “superstições” presentes nos rituais e nas festas. Hoje, a historiografia luso-brasileira tem feito uso dos conceitos como o de “disciplinamento social” e “confessionalização” para narrar a transformação não apenas nas estruturas sociais e políticas, mas também a longo prazo de posturas, normas e comportamentos desde a Reforma Católica, que seriam interiorizados pelos indivíduos. Este é também o processo de invenção do catolicismo nas sociedades do Império português. Considerando estas questões, o simpósio convida também à reflexão sobre os rituais – procissões, missas, juramentos etc. – que demarcavam os espaços (sagrado/profano) e os tempos (cotidiano/ extraordinário etc.) e que resultavam da intervenção de múltiplos atores que interagiam no Império português. Articulando-se em torno dos eixos principais apresentados acima, isto é, a missionação, a ação dos bispos e do clero secular, dos rituais e das vivências religiosas dos fiéis, o simpósio temático que apresentamos espera dar continuidade à abertura de novos temas e de perspectivas de análise no campo de estudos do catolicismo no período Moderno.

Local: **SETOR 02/SALA G2.**

06/09 – QUINTA-FEIRA

Enlaces e nós: as testemunhas de casamento de escravos e forros da freguesia da candelária / RJ, c.1750 – C. 1850

Janaina Christina Perrayon Lopes
Doutoranda - UNIRIO

Os registros de matrimônio são fontes ricas em informações referentes não só aos noivos como também à sua parentela. Além disso, as atas de casamento nos deixam vestígios valiosos dos laços sociais estabelecidos e reforçados pelos nubentes na ocasião do enlace. Um dos dados presente de forma reiterada em tais assentos é o nome das testemunhas da cerimônia, porém, tais personagens tem merecido pouca atenção por parte da historiografia embora sua presença e assinatura fosse uma exigência eclesial para que o rito tivesse validade. Desse modo, a partir da análise desses nomes presente nos registros de matrimônio de escravos e forros da Freguesia da Candelária entre a segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, percebemos que alguns apareceram repetidamente em vários registros assumindo esse mesmo papel. Sendo assim, o presente trabalho segue os alguns vestígios deixados por estes personagens aparentemente secundários e, a partir do nome daquelas testemunhas mais recorrentes, buscamos identifica-las, rastreando e ampliando as informações referentes a elas, a fim de começar a desvendar possíveis

redes de relações sociais em que por ventura estivessem inseridos, bem como perceber o papel que desempenhavam no processo de socialização dos noivos escravos e forros na Freguesia da Candelária. Nossa hipótese é de que tais testemunhas, não se constituíam como meros espectadores da cerimônia católica nem, tão pouco, eram escolhidos sem critério ou acuidade, e por isso buscamos refletir, nesses casos, nos critérios e motivações utilizados por esses noivos para a escolha de tais testemunhas.

Alguns estudos sobre a bigamia na capitania do ceará: arranjos e estratégias sociais para casar-se na segunda metade do século XVIII

Adson Rodrigo Silva Pinheiro
Mestre - UFC

Este trabalho visa discutir a trajetória de homens que praticaram a bigamia, a fim de entender as relações e os arranjos sociais constituídos na antiga capitania do Siará grande, no século XVIII, atravessada pelos temas da mobilidade, da transitoriedade propícia aos sertões, do casamento e de profissões. A discussão permeia pelas seguintes questões: Qual o significado do casamento para a sociedade colonial e para as instituições, como a Igreja? O que significava casar uma segunda vez nos sertões? Que estratégias e motivações esses homens teriam para poder casar uma segunda vez? As respostas partem do estudo de processos inquisitoriais (1752-1798), os capítulos de livros de Tombo e das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Concluiu-se com o estudo da historicidade do sertão, é possível imaginar como eram realizados os acordos dos homens para realizar um segundo matrimônio, mesmo esse não sendo autorizado pelos princípios tridentinos, dos que conhecemos aqui como bigamos, fizeram para se associar às famílias de conquistadores, e também contaram como estratégias para alcançar um novo casamento com o próprio sistema eclesiástico local, com a participação de padres locais ou visitantes.

Um tribunal intinerante: a visita do Cônego Garcia Velho do Amaral aos “sertões do norte de baixo” do bispado de Pernambuco (1762 – 1766)

José Rodrigues da Silva Filho
Mestrando - UFRN

O presente trabalho é um estudo do instrumento das visitas pastorais, a partir do caso da visita do Cônego Garcia Velho do Amaral (1762 a 1766), na repartição dos Sertões do Norte de Baixo do Pernambuco. As vistas pastorais foram instrumento importante para a consolidação da malha diocesana, ao percorrer a poeira dos caminhos do sertão os padres visitantes fomentavam a identidade de pertencimento das populações visitadas com o bispado, levando fiscalizando e fazendo sentir a busca da moral tridentina nas paragens mais distantes da sé do bispado. Mas a própria necessidade de uma fiscalização, aponta para uma apropriação do lugar religioso por parte dos “féis católicos”, que a partir das práticas cotidianas constituíam um espaço onde a moral e o desvio caminhavam paulatinamente. Quanto a documentação sobre as visitas pastorais em Pernambuco é um obstáculo a falta de documentos de tragam maiores informação sobre a ação

dos visitantes. Os “autos de visita”, tão enriquecedores para os estudos das visitas em Portugal e em algumas regiões do ultramar não são encontrados nos arquivos para o bispado de Pernambuco oitocentista. Neste sentido a visita de Garcia do Amaral, é um caso peculiar, justamente por se tratar de uma visita que gerou denúncias de abusos ao Juízo Episcopal a visita foi alvo de um sumário de testemunhas. Foi a partir desse sumário, que foi elaborado em 1769 por ordem de uma portaria de Dom Francisco Xavier Aranha, então bispo de Pernambuco, que podemos ter acesso a informações mais detalhadas a respeito da ação de um visitador nos Sertões do Norte de Baixo na segunda metade do século XVIII. Além do sumário de testemunhas, este trabalho é resultado de um cruzamento de dados a partir de registros paroquiais: casamentos, batizados e óbitos, das freguesias estudadas no período da visita, habilitações de “genere e modos” e habilitações no Santo Ofício, de clérigos que participaram ativamente da visita, além das cartas de data e sesmarias, utilizadas com o intuito de quando possível georreferenciar as terras, citadas no processo, identificando seus senhores, alguns deles depoentes no sumário inclusive.

D. Frei Antônio do Desterro e o projeto de um clero nativo: o lugar de índios e negros (1747-1773)

Anderson José Machado de Oliveira
Professor Dr. - UNIRIO

A comunicação terá como proposta discutir a formulação de um projeto em relação ao clero nativo pelo bispo do Rio de Janeiro – D. Frei Antônio do Desterro – procurando delimitar o lugar dos índios e dos negros na constituição do clero secular. As fontes privilegiadas serão a correspondência do diocesano com o poder régio no fundo do Arquivo Ultramarino, os processos de ordenação sacerdotal instruídos durante o múnus pastoral de D. Antônio bem como as matrículas de ordinandos registradas no período. Procurar-se-á discutir como este projeto pretendeu articular-se, principalmente a partir de 1757, com as expectativas da governança pombalina no que tangia ao papel da Igreja dentro da política reformista que se intensificava. Se por um lado a ação de D. Antônio do Desterro, em relação aos índios, procurou conformar um projeto claro de inserção destes no clero secular como uma resposta direta ao Diretório de 1755, por outro, em relação aos negros a política não foi tão nítida, expressando os limites que a questão da escravidão africana impôs às reformas, principalmente no campo de redefinições das hierarquias sociais e no tratamento com as populações das áreas de conquistas. Deste modo, pretende-se igualmente refletir sobre as transformações, os limites e as continuidades das ações da Igreja durante a chamada “Época Pombalina”.

Entre o territorial e o ideológico: as esferas da religiosidade no rio de janeiro do século XVIII

Diego Santos Barbosa
Mestre - UNIRIO

Este artigo tem por objetivo aproximar-se do contexto religioso e de suas vivências em uma das cidades mais importantes da colônia portuguesa na América no século XVIII. As formas como transcorreram a implantação da cidade, a superação dos desafios naturais, bem como as transformações urbanas ao longo deste período, perpassam por aspectos não só da sua

fisionomia física, mas social, econômica, política e, sobretudo, como é o caso desta análise, no âmbito religioso, que altera, assim como os outros aspectos, o Rio de Janeiro nas mais diversas formas e características da sua vida cotidiana. A cidade do Rio de Janeiro passou por diversas transformações no período setecentista, principalmente função da importância que passou a ter para o Império Português, diante do fato de ter se tornado o principal porto da rota atlântica em função da descoberta de ouro nas Minas Gerais e a sua consequente elevação à condição da capital da América lusa em 1763. No período colonial, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a paisagem urbana estava visivelmente vinculada à presença dos religiosos. Cada ordem, confraria ou irmandade dominava uma parcela do espaço. Essa dominação era tanto de ordem econômica, quanto de ordem ideológica onde era exercida pela religião católica. A vida religiosa moldava a cidade sob vários aspectos, conventos, ermitãs, igrejas, oratórios, irmandades, instituições sacras, etc. O sentimento religioso era vivo e intenso, as práticas religiosas ocupavam uma importância estrutural nos atos da vida, tanto no ambiente social, quanto o interior dos indivíduos. A Igreja era poderosa, sua autoridade não se restringia somente as questões de Fé, mas indo aos atos da vida civil, os costumes, própria legislação vigente e as posses que a Igreja detinha pelas suas instituições. Este artigo se debruçará pela análise de como as categorias territoriais e marcos ideológicos moldaram a cidade do Rio de Janeiro no século XVIII.

Festas da vida e festas da morte: a sociabilidade nas irmandade negras da Paracatu setecentista)

Maria Célia da Silva Gonçalves
Professora Dr^a - IFTM

Esse trabalho tem por objetivos analisar as representações grafadas nos livros de Compromissos das Irmandades Negras da Paracatu Setecentista no que tange às sociabilidades existentes nessas instituições. Para a realização do trabalho tivemos como primeira preocupação a seleção da documentação pertinente e, depois, a escolha da metodologia de abordagem da mesma, pesquisa documental. A partir daí traçamos o nosso objeto: as irmandades negras de Paracatu: Irmandade Nossa Senhora do Rosário, Irmandade de Nossa Senhora do Amparo e Irmandade de São Benedito. Propomo-nos a verificar a forma pela qual o projeto colonizador/ catequético transformou as irmandades em instrumento “civilizador”, e a forma pela qual ele era representado, significado e vivido pela sociedade paracatuense naquele período. A hipótese levantada é que as irmandades negras de Paracatu, eram espaços de convivência e sociabilidade, onde mulheres encontravam a oportunidade de conviverem com seus pares, exercerem suas vocações religiosas, (re)elaborarem suas práticas devocionais/culturais, quer seja através das festas dos Santos Padroeiros ou do cotidiano do batuque e do lundu, quer seja através de suas participações nos funerais ou ainda através da caridade e do assistencialismo na doença promovido pelas irmandades. As formas de sociabilidade brasileira, desde o período de colonização foram marcadas pelas trocas culturais, estando estreitamente relacionadas à realização de festas.

Irmandade de Nossa Senhora Santa Ana: cotidiano e devoção

Vandeir José da Silva
Doutorando - Universidade de Évora

O objetivo do trabalho foi compreender como foi organizado a Irmandade de Santa Ana Minas do Paracatu setecentista na primeira igreja edificada. Esta Igreja fez parte da paisagem do Arraial de Santa

Ana Minas do Paracatu, último local a serem descobertas jazidas de ouro no sertão das Minas Gerais. Esta Igreja foi demolida na primeira metade do século XX. Os estudos até então realizados sobre vivências devocionais em Paracatu não possibilitam margem de segurança tendo em vista que há pouca produção escrita sobre esta realidade do século XVIII nesta localidade. Diante do estudo até o presente momento argumentamos algumas problemáticas sendo elas. Quem foram os membros que fizeram parte desta Irmandade? De que forma foram organizados seus estatutos? Que papéis eles exerciam na sociedade do Arraial de Santa Ana Minas do Paracatu? Quem foram os representantes religiosos que lideraram este processo religioso? São estes traços os pontos para as interrogações correspondentes contemporaneamente que ligam a criação, por sua vez a adesão às confrarias desta época, bem como o papel da Igreja Católica em sua estruturação nas relações estabelecidas entre Igreja em relação ao controle destes movimentos associativos de leigos.

07/09 – Sexta-feira

A representação do Brasil nas festas jesuítas de Lisboa

Lisa Voigt

Professora Dr^a -The Ohio State University

Durante as festas para celebrar a entrada do Filipe III (II de Portugal) em Lisboa em 1619, o Colégio Jesuíta de Santo Antão representou uma peça teatral chamada “Real Tragicomedia do Descobrimento e Conquista do Oriente” em que um estudante de aparente origem africana representou um “Rei do Brasil” que envergava penas, arco e flechas, tocava guitarra e cantava em língua tupi e na chamada “língua dos negros” ou “língua do preto.” Este trabalho procura iluminar as várias referências geográficas e culturais desta personagem, comparando-a com as representações alegóricas do Brasil e outras partes do império português que aparecem em outras festas do mesmo período: a beatificação de Francisco Xavier (1619) e a canonização de Inácio de Loyola e Xavier (1622), fundadores da Companhia de Jesus, que foram celebradas em todo o mundo jesuíta. Procurarei mostrar como os jesuítas usaram as representações teatrais não só no seu trabalho missionário além-mar, mas também para promover a sua imagem diante de um público local e real na Península Ibérica. Ao mesmo tempo, mostrarei como os povos que os jesuítas evangelizaram ou escravizaram— africanos, asiáticos e americanos—expressaram as suas próprias culturas e interesses através da sua participação nas festas religiosas. Assim, veremos como o conhecimento do Brasil foi difundido não só pelos missionários que por lá viajaram, mas também pelos indivíduos que viajaram—sendo conversos ou escravos—como resultado da evangelização jesuíta.

Festas de poder: uma análise comparativa dos rituais cívicos-religiosos nas cidades do Rio de Janeiro e de Lima no período das independências

Priscilla Soares Gonçalves

Doutoranda - UFRJ

Durante o Antigo Regime europeu, rituais e cerimoniais de corte tinham o caráter religioso, sendo assim, utilizados para a elaboração da imagem de um rei que tange o sagrado. As festas eram eventos

incomuns, uma fuga da realidade que exigia toda uma preparação prévia e a colaboração coletiva da sociedade, com a finalidade de celebrar o pacto e estabelecer as relações entre a Igreja e seus fiéis. Mais tarde, a reapropriação de rituais católicos medievais configuraram os rituais cívicos, legitimando o poder real e submetendo seus súditos que juravam obediência e fidelidade. De fato, o uso das festas e dos rituais cooperou para a construção simbólica de uma imagem divina em torno da figura do soberano e confirmava uma ideia de harmonia entre o rei e seu corpo social, afirmando que ali existia uma nação perfeita, onde cada um desempenhava o seu papel. Visando isto, foi estruturada toda uma temporalidade festiva que se realizava dentro das celebrações, severamente codificadas, sendo esse um traço característico da liturgia real europeia, padrões que foram trazidos e readaptados na realização de festas durante o período colonial na América. E, como os monarcas e seu conselho eram instruídos pela arte da retórica, tiveram a consciência dos métodos pelos quais os indivíduos podem ser manipulados por meio da linguagem simbólica. Desse modo, era fundamental que os signos e sentidos da realeza circulassem pelo tecido social, fossem comunicados e aprendidos para transmitir os padrões e os valores da metrópole civilizadora seguida por um calendário específico e de extrema importância para a vida social dos indivíduos. O que propomos nesse trabalho é comparar as permanências e mudanças apresentadas através dos signos utilizados e o seu poder simbólico dentro das festas e dos rituais cívico-religiosos analisado as cidades do Rio de Janeiro e de Lima (Peru), destacando suas diferentes trajetórias políticas, entretanto ressaltando suas similaridades como a simbiose das esferas cívica e religiosa que ditavam as regras das festividades, as relações e conflitos de ordem hierárquica que podiam ser alterados nesses eventos e o seu caráter comunicativo junto ao público, um aspecto consciente nas monarquias europeias que fora transmutado no ambiente colonial e posteriormente reapropriados no período pós-independências.

Ritos, mitos e construção de espaços urbanos: o papel das festas religiosas na cidade de Salvador

Mariely Cabral de Santana
Doutora - UFBA

No final do século XX, as discussões acerca da preservação do patrimônio urbano no Brasil, antes ancorada exclusivamente na proteção do patrimônio material – histórico e monumental- foram ampliadas a partir da inclusão do conceito de patrimônio imaterial que alargou os conceitos de autenticidade, valorização da memória e identidade cultural e legitimou as manifestações culturais como representações únicas de diferentes grupos culturais que, particularizam e identificam o lugar. Assim, tendo como princípio as festas religiosas – entendidas como fenômeno cultural gerador de imagens e signos da vida coletiva – este trabalho busca compreender as relações, os conflitos, as inclusões e as exclusões existentes entre os diferentes grupos culturais que compõem a sociedade baiana e o seu rebatimento na formação e transformações dos espaços urbanos na cidade de Salvador – Bahia, assim como, identificar mecanismos que possibilitem a difusão das memórias coletivas, o resgate da cultura para os cidadãos e, conseqüentemente, a sua valorização. Esta investigação teve como eixo as festas, na cidade de Salvador – Bahia, que agregam um grande número de adeptos da religião católica e afro-descendente brasileira, o que possibilitou entender as diversidades, as tensões e os conflitos que caracterizam a dinâmica cultural da cidade. As fontes de pesquisa revelaram o papel construtor e disciplinador da Igreja e o Estado, que conferindo significados à área, possibilitaram a legitimidade e, também, a divulgação da devoção, além de, contribuírem diretamente na construção e transformações do lugar, evidenciando a relação do patrimônio construído com as manifestações culturais expressas pela sociedade. O trabalho busca ainda apresentar uma discussão mais ampla sobre a historiografia da cidade e os novos conceitos

sobre patrimônio cultural, procurando inserir as festas religiosas, de ampla participação popular e apropriação do espaço público, como mais um elemento de estudo da história e da evolução urbana das cidades brasileiras.

Das danças aos toldos: a procissão de Corpus Christi do império Português no século XVIII

Beatriz Catão Cruz Santos
Professora Dr^a - UFRJ

De acordo com o episcopado do Império português, “procissão é uma oração pública feita a Deus por um comum ajuntamento de fiéis disposto com certa ordem, que vai de um lugar sagrado a outro lugar sagrado e é tão antigo o uso delas na Igreja Católica, que alguns Autores atribuem sua origem ao tempo dos Apóstolos” (Constituições Synodales do Bispado do Porto. Coimbra: Joseph Ferreyra, 1690). Entre as procissões do calendário do episcopado do Império, a de Corpus Christi, estava entre as principais do reino e constituía uma das manifestações solenes da Eucaristia. A procissão saía da Catedral derramava-se pelas ruas das cidades e retornava ao ponto de partida. Estava associada ao calendário cíclico e repetido do mundo católico. Prescrevia-se a presença do conjunto da sociedade, numa ordem social tripartida. A proposta é analisar as vereações entre c. 1720 e 1800, que incidem sobre a procissão da cidade do Porto (Portugal), considerando que o conselho municipal é apenas uma das autoridades, entre diversos agentes, que intervêm na festa. Por intermédio das vereações, é possível discutir a “reforma” da procissão no século XVIII, consubstanciada na substituição das danças, figuras e invenções por toldos e identificar os agentes, os grupos envolvidos no debate. O processo permite refletir se Lisboa oferecia-se como modelo para a cerimônia do Porto e a relação com padrões culturais romanos. Assim como, comparar as reformas coevas nas procissões de Lisboa, Rio de Janeiro e Salvador. A comparação será realizada através de fontes diversas e da historiografia, em função do caráter fragmentário da documentação. Consequentemente, a comunicação analisa o papel de Corpus Christi na produção dos espaços públicos e sagrados no Império português.

Beatos ou cismáticos? A Jacobeia como fenômeno retórico (1720-1769)

Bruno Kawai Souto Maior de Melo
Doutorando - UFPE

A presente comunicação tem como tema central a Jacobeia, um método espiritual divulgado em Portugal na primeira metade do século XVIII, especialmente entre um pequeno grupo envolvido com a direção religiosa do Eremita de Santo Agostinho Fr. Francisco da Anunciação, que costumava reunir seus dirigidos no Convento de Nossa Senhora da Graça de Coimbra, onde compartilhavam experiências particulares de devoção. A contrapelo da chave interpretativa que se cristalizou em boa parte das investigações preocupadas com a temática, designadamente a de que a Jacobeia teria sido uma fervorosa corrente reformista, buscaremos entendê-la não como um movimento radicalmente original, mas como uma categoria histórica de natureza polissêmica, que durante as últimas décadas do reinado de D. João V e no transcurso do governo Josefino foi (re)inventada. Isto posto torna-se fundamental entender a linguagem política envolvida com a criação da semântica

histórico-política que se convencionou imputar a Jacobeia e a conduta dos Jacobeus, cuja tônica foram os intensos conflitos facionais que sucederam na corte portuguesa principalmente entre os anos de 1745 e 1769. Com esse propósito, utilizaremos um número expressivo de libelos, sátiras, poemas, textos acusatórios, impressos contrafactivos etc., depositados, em sua grande maioria, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na Biblioteca Pública de Évora, na Biblioteca da Ajuda, no Arquivo Geral da Universidade de Coimbra e no Arquivo da Universidade de Coimbra.

O episcopado Jacobeu na América Portuguesa (1725-ca. 1773)

Ediana Ferreira Mendes
Doutorando - UFRJ

Desde a década de 1720, a política de provimento episcopal adotada por D. João V (1707-1750) privilegiou alguns sujeitos com vinculação à corrente de espiritualidade denominada de jacobeia. Nesta política, pesou a mão de frei Gaspar da Encarnação e do cardeal da Mota, conselheiros do rei, responsáveis não somente pela eleição destes sujeitos, mas por ampará-los e proteger as suas demandas na corte. Na América portuguesa, sobretudo a partir de 1725, diversos indivíduos com este perfil foram indigitados às mitras e nas suas respectivas dioceses miraram aplicar um projeto de reforma dos costumes e da espiritualidade. Esta comunicação visa, portanto, a partir do exame dos governos dos bispos de Olinda D. Frei José Fialho (1725-1738), também arcebispo da Bahia entre 1738 e 1741, e D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1757) e os bispos do Rio de Janeiro D. Frei António de Guadalupe (1725-1740), D. Frei João da Cruz (1740-1745) e D. Frei António do Desterro (1740-1773), fazer uma análise transversal estabelecendo as aproximações e as dessemelhanças do modo de governar destes prelados. Por fim, pretende-se brevemente refletir sobre se houve, de fato, um projeto comum de governo e sobre a efetiva aplicação das almejadas reformas.

Disputa política e polêmica religiosa em torno do projeto reformista de D. Frei Manuel do Cenáculo para o ensino da ordem terceira da penitência em Portugal (1769-1780)

Natália de Fátima de Carvalho Lacerda
Mestranda - UFRJ

Em 1769, D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), recém nomeado Provincial da Ordem Terceira da Penitência, reformou os estudos de sua Ordem para alinhá-los às novidades do pedagogismo ilustrado português e aos preceitos da Teologia Natural em voga. Arquitetou seu projeto de reforma no Plano dos estudos, que indicava revisões metodológicas e bibliográficas ao preconizar a exegese dos textos sagrados e das fontes da Teologia Positiva, rechaçar o probabilismo jesuítico e valorizar autores modernos como Verney e o texto da Dedução Cronológica e Analítica (1767). O Plano de Cenáculo é tido como um dos primeiros esforços entre religiosos para conformar o estudo das ciências sagradas às Luzes portuguesas, como uma inspiração para reformas subsequentes empreendidas por outras congregações e também para a reforma dos Estatutos da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra em 1772. Malgrado os muitos sucessos que logrou à sua Ordem ao alinhar-se ao regalismo pombalino, o Plano foi revogado em 1780 por Alvará régio após Fr. José Mayne (1723-1792), à época Geral da Ordem Terceira, remeter à

rainha D. Maria I, uma petição apelando por este fim. Em seguida, um manuscrito anônimo e inflamado percorreu a congregação: a Dissertação Theologica, que contestava veementemente a reforma cenaculana em função dos livros que recomendava – posto que eles constavam no Index romano – e fazia uma erudita defesa da prerrogativa da Igreja sobre a censura de livros e escritos, condenando textos como o Dedução Cronológica e Analítica (1767). A presente comunicação pretende apresentar e investigar os sentidos das principais polêmicas que envolveram a aplicação e posterior contestação do Plano dos Estudos cenaculano, considerando, principalmente as trajetórias de Cenáculo e Mayne – ambos ligados à promoção das Luzes católicas e dos preceitos da Teologia Natural e à censura pombalina – e sua relação com os diferentes contextos políticos dos governos josefino e mariano.

08/09 - Sábado

A morte e os milagres de Frei Fabiano de cristo: conexões entre crenças religiosas e cura de doenças no Rio de Janeiro setecentista

William de Souza Martins
Doutor - UFRJ

Com base nos relatos, de caráter hagiográfico, elaborados a respeito de frei Fabiano de Cristo, e em testemunhos deixados por fiéis após a morte do mesmo religioso, pretende-se estudar as representações elaboradas em torno da morte do servo de Deus e, principalmente, analisar as conexões existentes entre o culto aos santos e a cura de doenças no Rio de Janeiro em meados do século XVIII. A hipótese principal apresentada no trabalho propõe que a fama de santidade gozada no post-mortem por frei Fabiano, manifestada por diversas curas alcançadas por fiéis a partir da intercessão do mesmo, não pode ser dissociada da atividade de enfermeiro do Convento de Santo Antônio, que exerceu por mais de trinta anos.

“Queres tu um bom remédio?”: Enfermidades, crenças e milagres em um modelo de vida religiosa feminina narrado pelo Padre João Franco, Portugal, século XVIII

Mauro Dillmann
Professor Dr. - UFPEL

Entre o final do século XVII e meados do século XVIII, em Portugal, eram muito comuns publicações de biografias de mulheres admiradas pela população católica por seus perfis de santidade, geralmente de vida monástica, reconhecidas religiosa e socialmente como portadoras de condutas virtuosas, de atitudes exemplares e de vivências religiosas admiráveis. Esse foi o caso da senhora portuguesa Thomazia Maria de Araújo (1677-1755) que esteve recolhida em diversos conventos, em especial no chamado Convento do Salvador de Lisboa, onde permaneceu a maior parte de sua vida. Sua biografia está narrada na obra “Vida portentosa da serva de Deus D. Thomazia de Jesus”, escrita pelo dominicano João Franco e publicada em Lisboa em 1757. Esta comunicação analisa esta fonte com o objetivo de compreender os discursos sobre enfermidades

e proposições de saúde perpassados pelo universo de crenças e milagres presentes no universo católico conventual português da primeira metade do século XVIII. Interessa perceber quais eram as adversidades e moléstias mencionadas e que, portanto, abatiam as mulheres no convento, quais os modos religiosos de tratar as doenças e preservar a vitalidade física e espiritual, especialmente aqueles promovidos por Thomazia, e quais os significados destes discursos considerando o lugar da mulher, da religiosidade católica, das crenças em possibilidades de cura advindas da fé e dos saberes médicos no contexto português do século XVIII. Tal análise se justifica por dialogar com a historiografia dedicada aos estudos dos discursos de modelos femininos de conduta e de santidade, mas também, e principalmente, contribui com a historiografia interessada em perceber aspectos de saúde e de doenças que transcorriam na vida conventual portuguesa afetando práticas e crenças de freiras, leigas, confessores e médicos.

O projeto de intervenção social de Jorge Benci: modelos devocionais

Natália de Almeida Oliveira
Mestre - UNIRIO

Nessa comunicação buscamos refletir sobre a trajetória do jesuíta italiano Jorge Benci de Arimino, contextualizando-o em uma conjuntura específica interna no interior da Companhia de Jesus, que foram os debates acerca da escravidão negra e indígena no Brasil colonial. Partindo do ideal moderno de missão Jorge Benci visa buscar novos filhos para a cristandade, atuando como formulador de modelos de conduta. Jorge Benci fazia parte de um conjunto de missionários dos séculos XVI e XVII, que impulsionados pelas determinações de Trento, preocupavam-se em difundir as práticas do Concílio. E deste modo, Benci elege seus modelos devocionais, e os aplica em seus escritos, criando as bases do que denominado ser o projeto de intervenção social Benciano, que busca modelar corpos e mentes. Propomos apresentar o projeto de conversão e de intervenção social de Benci, que utilizava o sermão como um elemento normatizador. Para tal utilizamos os três sermões escritos pelo italiano: o sermão sobre Maria. O sermão sobre o ato de Jesus lavar os pés dos discípulos e o panegírico sobre a vida de São Felipe Neri, a luz da obra: Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos. Apresentando assim a prática da missionação atrelada ao personagem Jorge Benci, expondo as suas leituras devocionais, e seu modelo de conduta e de fiel.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 15

Sujeitos, práticas e instituições nas monarquias ibéricas e seus domínios ultramarinos

COORDENADORES:

MARIA FERNANDA BICALHO (UFF)

GEORGE FÉLIX CABRAL DE SOUZA (UFPE)

Entre os séculos XVI e XVIII as monarquias ibéricas e seus domínios ultramarinos foram cenário de atuação de diferentes sujeitos mediante uma variada gama de práticas. A ação destes agentes históricos frequentemente – ainda que não exclusivamente – se manifestava por intermédio de distintas instituições. Todo o conjunto se pautava, grosso modo, pelos parâmetros vigentes nas sociedades de Antigo Regime. A riqueza de ambiências onde se constituíram experiências coloniais de viés ibérico promoveu o surgimento de arranjos plurais e multifacetados nas conquistas ultramarinas. As questões de linhagem e de sangue tinham um peso importante, mas não eram as únicas garantidoras da afirmação social e política. Outros elementos faziam parte da atuação desses sujeitos. Formar clientelas, por exemplo, era um passo importante para o reconhecimento tanto na esfera local, como em círculos de sociabilidade mais dilatados. Essas estratégias são postas em práticas pelas elites, e também por grupos subalternos de indígenas, africanos livres e escravizados, forros e brancos pobres. A busca para ser e parecer dependia ainda da acumulação de fortunas, da constituição de um cabedal de saberes e de outros fatores que pudessem levar à aquisição de almejados signos de distinção que serviam para galgar novos patamares de ascensão social. Portanto, quando nos referimos à atuação dos sujeitos históricos, tanto no espaço peninsular ibérico, quanto em suas áreas ultramarinas, reconhecemos uma série de práticas que podem incluir o serviço régio e sua retribuição em mercês, o acúmulo de riquezas, a posse de escravos, a produção de conhecimento, as alianças com africanos escravizados e indígenas, a caridade interessada, entre outras. Também contavam como critérios de definição e de reconhecimento social a ocupação de cargos administrativos, as provisões de ofícios e patentes, a concessão de hábitos das Ordens Militares e a obtenção de privilégios comerciais. A proposta deste Seminário Temático é reunir trabalhos resultantes de pesquisas que se dedicam às trajetórias, às práticas e às instituições que nos permitam pensar a interrelação de indivíduos e de grupos sociais no espaço peninsular ibérico e em seus domínios ultramarinos.

Local: **SETOR 02/SALA H2.**

Diamantes e diplomacia. O contrato da venda dos diamantes Brasileiros na Europa no segundo parte do século dezoito

Ernst Pijning
Professor Dr. - Minot State University

Em 1761 o Consul Geral Holandês Daniel Gildemeester arrematou o contrato dos diamantes em Lisboa. Este paper vai discutir duas coisas: a importância dos diplomatas como Martinho de Mello e Castro e Daniel Gildemeester para os contratos no Brasil, e as redes sociais que foram criados em redonda as atividades econômicas na Corte. Fontes para esta pesquisa vêm do Arquivo Nacional em Haia (Holanda), documentação diplomática e notarial no ANTT e outros acervos em Lisboa.

Bahia século XVIII: a venda de ofícios e os “sócios privados” da administração imperial Portuguesa

Eduardo José Santos Borges
Professor Dr. - UNEB

Objetivamos tratar nessa comunicação a venalidade de ofícios da administração pública na Bahia da segunda metade do século XVIII. Em 20 de abril de 1758 chegou ao Brasil um alvará que legislava sobre ato de se arrematarem os ofícios de Justiça e Fazenda do Brasil. Esse alvará não veio sozinho, outro, de mesma data, versava sobre as providencias a serem tomadas em relação à arrecadação de grandes importâncias que na Bahia se deviam à Real Fazenda. Ambas as determinações régias refletiam a sanha arrecadadora da administração pombalina. Tendo como destinatário o conselheiro ultramarino Antônio de Azevedo Coutinho, funcionário responsável por implementá-lo no Brasil, o documento régio que se referia à arrematação de ofícios nascia do desconforto do Rei com uma prática presente no Reino de pessoas que arrematavam as serventias da Justiça e Fazenda por valores menores, para depois vendê-las no Brasil por maior preço e para pessoas que não viam no exercício dos ofícios nada além dos ganhos pecuniários. A preocupação de Sua Majestade, que a princípio poderia sugerir objetivos moralizantes, no fundo, correspondia à intenção de retirar o mercado de ofícios no Brasil das mãos de intermediários e concentrar exclusivamente na Coroa. Se é possível admitir de que são escassos os indícios de que a venalidade de ofícios tenha ganhado, em Portugal, a mesma intensidade que na Espanha, entendo que para a segunda metade do século XVIII esse indício passa a ser questionável, na medida em que um número muito grande de ofícios foi levado a leilão público em um único ano na Bahia nesse período. Ainda que se possa identificar esses ofícios como “periféricos” ou “intermédios” no interior da administração imperial portuguesa, na dinâmica diária da máquina pública eles tornaram-se imprescindíveis e estratégicos, seja para a administração pública da Coroa, seja para quem o exercia de maneira privada. A temática que estamos propondo para esse Simpósio diz respeito a uma pesquisa em curso que analisa em detalhes os ofícios levados a leilão público na Bahia na segunda metade do século XVIII.

A mercê da desanexação: capitanias, territórios e governança no Norte do Estado do Brasil (1756-1817)

José Inaldo Chaves Júnior
Professor Dr.- UNIFESSPA

É conhecida a obstinada (e, de resto, infrutífera) cruzada do capitão-mor da Paraíba, coronel Jerónimo José de Mello e Castro (1764-97), contra o estado de subordinação de sua capitania a Pernambuco. Contudo, na década de 1790, moribundo, Jerónimo de Mello e Castro já não era a voz solitária que fora à época de José Cezar de Menezes (1774-87), pois outros capitães-mores e câmaras das capitanias subordinadas do Ceará e do Rio Grande do Norte passaram a engrossar o coro contra a subordinação que se arrastava há tanto tempo. Nesse sentido, se foram diversos os contextos históricos que, desde o final da Guerra da Liberdade Divina, no distante Seiscentos, somaram-se para formar o imenso “governo das capitanias de Pernambuco” graças à sujeição político-administrativa e militar das vizinhas de segunda grandeza, o cenário de “fin de siècle” daquela década 1790, de fato, marcou a crise daquele exercício jurisdicional outrora exercido pelos capitães-generais. Seguindo o prisma da nova história política e manejando os relatos e cartas constantes no Arquivo Histórico Ultramarino, essa comunicação pretende refazer alguns momentos marcantes da história da desagregação do governo geral de Pernambuco e do poder dos seus capitães-generais, entre os finais dos Setecentos e o início da centúria seguinte, considerando sobretudo, os principais argumentos e contradições suscitadas por ocasião da defesa da autonomia econômica, política e administrativa da Paraíba, do Ceará e do Rio Grande do Norte.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA NA FRONTEIRA MERIDIONAL DA AMÉRICA PORTUGUESA: NOTAS SOBRE SEUS SUJEITOS E INSTITUIÇÕES

Aluísio Gomes Lessa
Doutorando - UFF

Este trabalho se relaciona a uma pesquisa de doutorado em andamento sobre a administração da justiça e a criminalidade na fronteira meridional da América Portuguesa, incluindo a Colônia do Sacramento, Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina, entre 1680 e 1808. Por tratar-se de uma pesquisa que se encontra em uma primeira fase, o objetivo desta comunicação não é trazer resultados conclusivos, mas sim discutir algumas observações e apontamentos levantados até o momento, tomando como objeto os sujeitos relacionados à administração da justiça na fronteira meridional e as instituições a eles relacionadas, observando-os em seus diferentes níveis. O recorte então, por um lado se dá em nível local, como os juízes ordinários das câmaras de Rio Grande, Laguna e Desterro e também os párocos dos juízos eclesiásticos. Ao mesmo tempo, inclui ainda autoridades de instituições de abrangência mais ampla, como a Ouvidoria de Santa Catarina, instalada em 1749, que compreendia também o Continente do Rio Grande. Por outro lado, este enfoque não passa somente por ver esses sujeitos como agentes relacionados exclusivamente ao exercício da justiça, mas igualmente envolvidos com a expansão territorial e manutenção de novos territórios conquistados – algo que é especialmente importante de ser levado em conta no conflituoso contexto das monarquias ibéricas em disputa por esta fronteira meridional ao longo do século XVIII. Para isto, entre as fontes que vem sendo trabalhadas encontram-se regimentos

e demais documentos com instruções para a ocupação de novos territórios nesta fronteira meridional, em que podem ser observados tanto os objetivos de expansão territorial como o papel que é destinado à justiça e aos seus agentes.

Traficantes de escravos: estratégias socio-econômicas na colônia do sacramento em meados do século XVIII

Stéfani Hollmann
Mestranda – UFRGS

A Colônia do Sacramento foi fundada, em 1680, na margem oposta a Buenos Aires no estuário platino, com a finalidade de retomar o comércio com o Rio da Prata que fora perdido com o término da União Ibérica. Desde o início Sacramento esteve vinculada as redes de comércio da América Colonial. Ocupando local geograficamente estratégico, pode ser a praça mercantil que ligava os portos luso-brasileiros (como os de Salvador e do Rio de Janeiro) com os castelhanos, teve no comércio intrainperial suas maiores trocas mercantis, inserindo-se assim no trato negreiro rapidamente. No século XVIII, o tráfico de escravos tendo se tornado um dos ramos do comércio mais lucrativos, permitindo aqueles que viviam dele rápido enriquecimento. Por este motivo, o estabelecimento de traficantes de escravos na Colônia do Sacramento se fez importante e estratégico. Os comerciantes de cativos sacramentinos aproveitaram o aumento da demanda da mão de obra escravizada na América e a falta dela nas terras hispânicas para enriquecer. Com os montantes somados através do seu ofício, estes homens tornaram-se influentes economicamente em Sacramento. Por meio de diferentes estratégias sociais, conseguiram mobilidade social dentro da comunidade estabelecida na Nova Colônia, também como fora dela através das redes mercantis. Considerei que aqueles que em algumas fontes intitulavam-se comerciantes/negociantes/homens de negócio e que apareciam sepultando cativos com certa frequência eram os traficantes de escravos da Colônia do Sacramento. Entre as décadas de 1730 e 1750, pouco mais de trinta homens traficaram escravos na Colônia do Sacramento. Estes, em sua maioria, adquiriram títulos e benesses devido ao seu potencial econômico que obtiveram através do comércio. Em sua maior parte, vindo do Reino, buscavam no matrimônio com moças de origem local e nas relações de compadrio (estas que também se estendiam ao governador da praça) enraizamento dos seus interesses socioeconômicos.

Os homens de negócio Fluminenses e a mobilidade social em uma sociedade de antigo regime (século XVIII)

Alana Thais Basso
Mestranda – UFRGS

Abordarei a mobilidade social no Brasil setecentista através das experiências de um grupo de elite da comunidade mercantil, os homens de negócio. Os agentes mercantis estudados moravam no Rio de Janeiro e contrabandeavam escravos para a região platina; seus nomes foram encontrados nos registros de óbitos de escravos da Colônia do Sacramento entre 1737 a 1752, assinalados como proprietários e/ou consignatários dos escravos falecidos. Após pesquisa em documentação do Arquivo Histórico Ultramarino e em habilitações de familiatura do Santo Ofício, percebeu-se que esses negociantes buscavam o enobrecimento como uma forma de obterem status social semelhante ao da nobreza da

terra, a elite social e política proprietária de terras e possuidora do mando local costumeiro. Para tanto, realizavam algumas estratégias, como: a compra de títulos de ordens militares e religiosas (cujo mero aceite imediatamente conferia prestígio, devido à necessidade de comprovação de origem cristã-velha e de patrimônio considerável); a participação em instituições da administração local, como as Câmaras municipais, e a arrematação de contratos (fontes preciosas de poder sobre a tomada de decisões que afetavam o comércio local e que conferiam prestígio social, sendo, portanto, espaços muito cobiçados por negociantes). Isso só seria possível, todavia, se houvesse investimentos vultuosos de capital por parte dos interessados, que na maioria das vezes precisavam oferecer generosos donativos a fim de conquistarem os espaços de enobrecimento a eles disponíveis. Acredito, portanto, que o enriquecimento proporcionado pelo comércio de longa distância – que se dava tanto de maneira lícita como também através do contrabando e do tráfico de escravizados – era uma via de acesso ao enobrecimento, possibilitado também pelos costumes de uma sociedade de Antigo Regime, em que a riqueza, por si só, não significava status social, mas podia ser fator determinante para a mobilidade.

Entre o comércio e o inconveniente: o descaminho do tabaco na administração de Dom João de Lencastre (1694-1702)

Camila Teixeira Amaral

Doutoranda - Universidade Nova de Lisboa

O recrudescimento da produção e a importância alcançada pelo tabaco para as rendas da Coroa portuguesa foi diretamente proporcional à normatização e fiscalização do seu comércio, visando principalmente diminuir os descaminhos ordinários dele. Nos últimos cinco anos da década de 1690 relatórios, pareceres e correspondências culminaram na elaboração de um instrumento para nortear a arrecadação do tabaco na Bahia, comumente conhecido como Regimento que se há de observar no Estado do Brasil na arrecadação do tabaco. Nesta comunicação pretende-se analisar, portanto, os debates desenvolvidos por agentes régios em Salvador – sobretudo o governador geral Dom João de Lencastre – e a Junta da Administração do Tabaco sobre as possíveis soluções para dirimir os descaminhos do tabaco que ia do Brasil para Portugal, bem como procurar-se-á observar as teias de relações que se desenvolveram e/ou consolidaram a partir do comércio do tabaco baiano no império português. Para tanto serão utilizados documentos da Junta da Administração do Tabaco e do Registro Geral das Mercês, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, dos fundos Luiza da Fonseca, Avulsos Bahia e Castro e Almeida (Bahia) do Projeto Resgate do Arquivo Histórico Ultramarino, além da série de Documentos Históricos da Biblioteca Nacional.

07/09 – Sexta-feira

“Justificando nobrezas” no estado do grão-pará e Maranhão (1751-1822)

Marcia Eliane Alves de Souza e Mello

Professora Dr^a - UFAM

Os recentes estudos sobre a constituição das elites na América portuguesa apontam, cada vez mais, para a necessidade de se conhecer os condicionantes locais, afim de poder compreender a dinâmica

e as práticas das elites coloniais. Se a configuração das hierarquias sociais neste espaço ultramarino, foram marcadas pela informalidade e pelas relações de poder locais, que estabeleceram outros elementos constitutivos, para além daqueles determinantes no Reino. Por outro lado, os privilégios concedidos pela coroa portuguesa, permitiram a afirmação da honra e distinção social, confirmada pelo reconhecimento régio da nobreza do indivíduo. Em 2012, durante a nossa pesquisa sobre a formação das elites locais no Estado do Maranhão e Grão-Pará, encontramos inúmeros processos de Justificação de Nobreza, depositados no Arquivo da Torre do Tombo. Entretanto, tais fontes precisaram aguardar o desenvolvimento de outros elementos de estudo sobre as elites locais, como por exemplo, a formação de um banco de dados que pudesse cruzar as informações, em particular, as genealógicas destes indivíduos, para que fosse possível avançar na sua análise. O presente trabalho, portanto, é um desdobramento daquela pesquisa, pretendendo agora centrar-se na análise do perfil social dos peticionários de justificação de nobreza e fidalguia, residentes nas capitanias do Pará, Maranhão e Piauí, na segunda metade do século XVIII. A análise da composição familiar dos peticionários será fundamental, para poder avaliar não apenas os percursos e a consequente nobilitação dos sujeitos, mas a inserção em redes políticas e sociais. Uma vez que, a presença significativa de reinóis entre os peticionários, aponta para uma nova elite, que se configura no meio das antigas e principais famílias, que precisa presentemente ser considerada. Serão também analisadas algumas trajetórias individuais, observando a obtenção de outros privilégios régios, como os hábitos das ordens militares, bem como a ocupação de cargos administrativos locais, que proporcionará através do método comparativo, o exame das estratégias de nobilitação e afirmação social utilizados.

As elites locais e as estratégias de manutenção de poder: os homens-bons da Vila de Taubaté/SP (1780-1808)

Felipe de Moura Garrido
Doutor – SESI - SP

A historiografia compreende a América portuguesa como parte da monarquia pluricontinental lusitana, na qual o rei era peça chave na estrutura social, pois dele dependia a economia da graça. A sociedade de Antigo Regime nos trópicos dependia das mercês concedidas pelo monarca e se baseava na diferenciação entre as pessoas, concebendo que os indivíduos tinham estatutos diferentes entre si, dependendo das relações que estabeleciam. Soma-se o fato dos imensos territórios que compunham o Império Português inviabilizarem o controle rígido por parte da coroa e garantia autonomia administrativa para as elites locais. Dentro desse contexto, a apresentação busca entender o funcionamento dos símbolos de diferenciação social e a disputa por poder numa região economicamente periférica da América portuguesa, a vila de Taubaté (capitania de São Paulo). As fontes utilizadas são as atas da câmara de Taubaté, os Maços de População e os Inventários das elites locais da vila de Taubaté. Nas atas da câmara podemos mapear os sujeitos que atuaram nas vereanças, cumprindo cargos oficiais, ou através de petições à câmara ou, ainda, participando de assinaturas coletivas para determinados assuntos. Os Maços de População identificam dois fatores de distinção social: a posse de escravos e os postos nas ordenanças. A posse de escravos era o primeiro fator de distinção, pois garantia o mando sobre outro sujeito. E, os postos nas ordenanças simbolizavam o mando coletivo sobre a região e a confirmação desse poder pelas instâncias centrais da administração. Os inventários, por sua vez, permitem entender a lógica de empréstimos e a composição de fortunas na vila. Acreditamos que essa metodologia de análise e as fontes selecionadas permitem identificar os símbolos sociais e as características do poder numa área periférica. Desta forma, poderemos compreender os símbolos de diferenciação social, as estratégias para ascensão social e as dinâmicas para a manutenção do poder local.

A câmara e o povo: análise da composição social da câmara de Curitiba em fins do século XVIII(décadas de 80 e 90)

João Vitor de Oliveira Silva
Mestrando - UFRJ

Como parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, este trabalho tem como objetivo explorar a composição social da Câmara de Curitiba em fins do século XVIII (décadas de 80 e 90). O trabalho toma como precedentes e influências os estudos sobre Câmaras na América portuguesa, como os trabalhos de Maria Fernanda Bicalho e George de Souza e outros, bem como estudos anteriores sobre a instituição em Curitiba, em geral conduzidos por pesquisadores da UFPR como Antônio Costa, Magnus Pereira, Mara Barbosa e outros. É importante, ainda, ressaltar a localização da vila e sua Câmara no desenho da monarquia pluricontinental portuguesa, compreendendo a importância dos poderes locais não apenas como executores da política administrativa colonial, mas também como poderes dotados de prerrogativas próprias políticas e sociais próprias, como a legitimação de elites locais. Mapeando a ocupação dos cargos e os âmbitos de atuação da Câmara de Curitiba, objetiva-se analisar a integração entre a instituição e os grupos sociais da localidade, buscando identificar os camaristas e suas posições naquela sociedade. Dialogando com trabalhos anteriores, as fontes são guias para este processo de observação das relações existentes entre os camaristas e as categorias sociais que os aproximam, em destaque para o tema principal da pesquisa, que é a presença de comerciantes e oficiais mecânicos na Câmara. Esta presença, contrária à letra da lei filipina, tem razões apenas especuladas até então, embora não seja despercebida pela produção anterior, muito menos pelos próprios contemporâneos. Para esta análise, são utilizadas uma gama de fontes que, no princípio da investigação prosopográfica como delineada por Lawrence Stone, oferece a construção de uma biografia coletiva desta elite local como listas nominativas, registros de batismo, atas de cartório e da câmara e cartas expedidas pela instituição.

Dos homens que portam autoridade: reciprocidades e ascensões na povoação do Piancó, Paraíba do Norte (1719-1772)

Yan Bezerra de Moraes
Mestrando - UFRPE

Este trabalho apresenta a estreita relação entre os espaços governativo-administrativos e as redes de poder entre as elites locais dos sertões do Piancó, na Capitania da Paraíba do Norte, no século XVIII. Com a atuação de conquistadores luso-brasílicos envolvidos na chamada “Guerra dos Bárbaros” que se passou nas ribeiras do Açú, das Piranhas e do Piancó (1670-1720), um reordenamento sociopolítico baseado no Antigo Regime europeu foi incorporado aos sertões e ali se desenvolveu em meio a contatos interétnicos junto às populações nativas. A partir de 1711, contando com a atuação de um juiz ordinário eleito pelo Senado da Câmara da Cidade da Paraíba, mas sendo exercido há uma grande distância deste, as ribeiras do Piancó e das Piranhas foram controladas pelos detentores deste ofício e também dos principais cargos militares. Nosso objetivo é identificar suas práticas e estratégias de distinção e ascensão social, através das quais esses agentes dimensionaram uma economia política de reciprocidades que foi uma importante definidora da dinâmica social e política naqueles sertões. O conteúdo dessas redes, isto é, o que as moviam, e como e por quem eram tecidas nos são apreensíveis pelos inúmeros registros cartoriais

presentes nos Livros de Notas produzidos pelo tabelião da Povoação do Piancó (1719-1772). Por estes registros, identificamos grupos que buscavam o centro do poder local e o consequente domínio do acesso aos privilégios que esses cargos ofereceriam.

Nos limites do “nordeste Recifense”: São João da Parnaíba e o comércio de carnes salgadas no Piauí na segunda metade do século XVIII

Gabriel Parente Nogueira
Doutorando – UFC

A partir de meados do século XVIII a capitania do Piauí passou a ter no desenvolvimento da produção e exportação de carnes salgadas um setor de crescente destaque na exploração econômica da pecuária extensiva que se desenvolvia na região desde o final do século XVII. O núcleo no Porto das Barcas, futura sede da vila de São João da Parnaíba, criada no ano de 1762, correspondia ao principal centro produtor do dito gênero no Piauí que, por meio do intenso comércio de carnes e também de couros, atuou como um importante empório que intermediava o comércio da porção norte do Piauí e áreas limítrofes com as principais praças da colônia. Situado em uma capitania pertencente ao Estado do Grão-Pará e Maranhão e que foi subalterna ao governo de São Luís durante grande parte do século XVIII, o núcleo de Parnaíba, teve, contudo, na ação de agentes associados às principais praças mercantis do Estado do Brasil, (especialmente a do Recife) alguns dos principais promotores do negócio de carnes e couros que lhe conferiu destaque. Com base na análise dos casos de dois negociantes que foram os mais importantes produtores de carnes salgadas da localidade na segunda metade do século XVIII a presente comunicação objetiva ressaltar a situação de Parnaíba como um porto que no período em análise encontrava-se situado entre as influências mercantis diretas das praças de São Luís e do Recife e ao mesmo tempo destacar os laços que, mediante a produção e comércio de carnes salgadas, vincularam um importante segmento da capitania do Piauí aos interesses mercantis do Recife, de forma que São João da Parnaíba – tal como outros núcleos produtores de carnes salgadas situados nas capitanias do Siará Grande e Rio Grande do Norte – possa ser percebido, na segunda metade do século, como parte daquilo que Evaldo Cabral de Mello denomina como “Nordeste recifense”.

As disputas em torno da terra e da produção de gêneros alimentícios no termo do Cuiabá no século XVIII

Vanda da Silva
Doutora – APMT

Durante o século XVIII constituiu-se no termo de Cuiabá um grupo de homens especializados na produção e comercialização de gêneros alimentícios que se intitularam “Senhores de Engenho”. A articulação desse grupo de homens no setor agrário atendia às necessidades de abastecimento de mantimentos da vila, do Termo e dos estabelecimentos militares da fronteira oeste. A presente comunicação tem por objetivo discutir o fortalecimento de alguns indivíduos desse grupo, através dos enlaces matrimoniais que permitiram a formação de uma elite local, capaz de organizar o mercado local, articular e participar de diferentes setores da sociedade, principalmente naqueles que lhes garantiam poder e prestígio. Neste sentido vamos analisar trajetória das famílias Pereira-

Barros-Coelho e Pereira-Silva-Albuquerque. Estas famílias eram donas de grandes extensões de terra e de quatro engenhos na região de Serra Acima e dominaram por longos anos a produção e o comércio de gêneros alimentícios no Termo do Cuiabá. Para analisar a atuação destas famílias foram utilizadas as fontes que se encontram sob a guarda do Arquivo Público de Mato Grosso como: inventários, testamentos e processos abertos no Juizado dos Órfãos, defuntos e Ausentes da Vila do Cuiabá.

08/09 - Sábado

Um corsário Holandês na costa do Brasil no século xvii

Gabriel Ferreira Gurian
Doutorando - UNESP

Pieter Heyn foi um célebre navegador batavo do século XVII, reputação devida, principalmente, ao fato de ter capitaneado a exitosa captura da frota espanhola da prata na Baía de Matanzas, em 1627, em nome da West-Indische Compagnie (WIC), a Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais. Heyn também desempenhou papel significativo como vice-almirante da esquadra responsável pela tomada holandesa de Salvador, no Brasil, três anos antes. Entre a empreitada na Baía de Todos os Santos e a conquista do valioso butim espanhol que viria ser a salvação financeira da WIC, os deslocamentos de Heyn pelo Atlântico foram acompanhados por uma transmutação de suas operações, de modo que o vice-almirante gradativamente passou a tomar parte em práticas de corso que, ao fim e ao cabo, seriam notavelmente recompensadas na operação em Matanzas. Por meio de testemunhos e comentadores contemporâneos de seus ataques na costa brasileira e de crônicas holandesas sobre as atividades da WIC que se dedicam a narrar os feitos de Heyn, o objetivo da presente apresentação é recompor os trajetos e ações do navegador neerlandês entre 1624 e 1627, mais especificamente da sua partida de Salvador rumo a Angola aos seus múltiplos assédios no Brasil, perpetrados até poucos meses antes do afortunado ataque à frota da prata. A partir disso, buscar-se-á destacar, ainda que brevemente, alguns contornos do corso seiscentista e sua inserção nos conflitos ultramarinos travados entre as nações europeias.

Práticas regalistas no império Português pombalino e pós-pombalino: aproximações e diferenças entre metrópole e colônia

Leandro Ferreira Lima da Silva
Doutorando – USP

Alvo de tentativas de controle, ingerência e cooptação pela Coroa e seus representantes desde princípios do século XVIII, as ordens religiosas receberam atenção especial da política regalista ilustrada que emergiu sob a atuação do Marquês de Pombal e seus juristas no reinado de D. José I (1750-1777). Proibiu-se o noviciado, criaram-se instrumentos para restringir o acúmulo de novos bens pelas corporações por meio de testamentos, dificultou-se o acesso a recursos junto da nunciatura apostólica e mesmo as formas pelas quais poderiam aqueles corpos contrair empréstimos foram regulados. Isto não impediu, entretanto, que as dívidas de províncias

religiosas do Brasil continuassem a engrossar ao longo da segunda metade do setecentos. Não constitui novidade que a queda de Pombal e a ascensão de D. Maria I não implicou na interrupção da política regalista em andamento, como mostra, entre uma série de outras medidas, a criação da Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares pelo decreto de 21 de novembro de 1789 diante do endividamento e das dificuldades materiais das ordens. Profundamente associado pela historiografia luso-brasileira à política regalista em vigor, de acordo com o seu regulamento, a jurisdição do órgão abrangia todo o Império Português. Apesar disso, fontes coevas depositadas no Arquivo Histórico Ultramarino, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Secreto do Vaticano indicam que ele não teve atuação direta entre as províncias e vice-províncias religiosas instaladas no Brasil. Desta forma, se os instrumentos jurídicos e administrativos regalistas criados na segunda metade do setecentos abrangiam o clero regular não apenas em sua dimensão reinol, mas também em âmbito colonial, cabe-nos questionar não apenas acerca das práticas e restrições de tal política no cenário ultramarino, mas também as proximidades e distinções entre sua prática metropolitana (no âmbito político onde eram geradas) e colonial.

A intendência da marinha e armazéns reais no arsenal da bahia: aspectos políticos e econômicos (1770-1808)

Halysson Gomes da Fonseca
Professor Dr.- UNEB

Esta pesquisa ocupa-se da atuação da Intendência da Marinha e Armazéns Reais no Arsenal da Bahia, uma repartição da administração financeira e militar na capitania, a partir de sua criação em 1770, extinguindo os antigos cargos de vedor do exército e provedor da fazenda, até o ano da abertura dos portos às nações estrangeiras em 1808, quando a chegada da família real implicou na descaracterização de sua estrutura. A instituição assumiu diversas atividades na zona portuária, que iam desde as vistorias dos navios até o controle das atividades de construções e reparo dos mesmos no estaleiro da Ribeira das Naus. Nosso objetivo é analisar a atuação da instituição e relacioná-la aos resultados de produtividade da construção naval e desenvolvimento do comércio marítimo na capitania da Bahia do período. Pretende-se também avaliar sua estrutura e funcionamento com a finalidade de perceber como refletiram a proposta de centralização das finanças no reino em voga a partir da criação do Erário Régio em 1761, e compreender como os provimentos dos intendentess influenciaram no controle financeiro da capitania. Acreditamos que o estudo da sua atuação revela aspectos administrativos e econômicos que permitem pensar a projeção da Bahia no além-mar. A Intendência da Marinha da Bahia foi a primeira a ser criada, inspirando a criação das demais vinte e sete anos depois, por D. Rodrigo de Sousa Coutinho em 1797. Temos por hipótese que, através dos provimentos régios, os intendentess cumpriam funções políticas atinentes ao projeto de centralização financeira do Erário Régio, e atuando com rigidez nos Armazéns Reais e no Arsenal contribuíram para aumentar o número de embarcações transoceânicas produzidas na Bahia e para o fortalecimento do seu comércio. Para tal pesquisa utilizamos documentações presentes em fundos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (PT), no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas e Arquivo Histórico da Marinha (PT), e também documentações presentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo da Biblioteca Nacional (BR) e Arquivo Público do Estado da Bahia.

Hospital de la caridad de Lima; assistência católica para mulheres pobres

Natália Ceolin e Silva
Mestranda - FIOCRUZ

O presente trabalho tem o objetivo de compreender a função do Hospital de la Caridad de Lima – obra principal da “Hermandad de la Caridad” - durante os anos 1562 a 1635 como uma importante instituição no trato de mulheres pobres e/ou doentes, não apenas como assistência, mas como controle social dentro da sociedade de Lima colonial. Em seu terreno, a instituição contava com o Recolhimento para mulheres pobres mestiças, que eram educadas e sustentadas, e o Colégio Maria Teresa de Jesus, com a mesma funcionalidade do Recolhimento, porém destinado a mulheres pobres nobres que foram separadas fisicamente das mestiças, que diferente destas não eram obrigadas a trabalhar, e também recebiam educação, moradia e alimentação. Sendo os três edifícios conectados e pertencentes a Irmandade, esta trabalhou com a lógica de assistência limitada, que distinguia os pobres referente as suas “qualidades” sendo as mulheres pobres nobres cuidadas pelo Colégio, pertencentes à categoria “pobres averguenzantes”. Através das fontes utilizadas, em sua maioria, as licenças matrimoniais (requerimentos de homens para se casarem com mulheres reclusas do Colégio e do Recolhimento), é possível dizer que o destino destas mulheres poderia e em grande parte era o matrimônio, portanto, a reclusão era uma política temporária. Afirmando a lógica de que a mulher na sociedade colonial era esposa de seu marido ou de Deus, essas “donzelas” recebiam dotes, e assim poderiam se casar ou entrar em instituições religiosas. A finalidade da reclusão era educar e orientar essas meninas para se tornarem boas esposas ou cumprirem seus papéis dentro de uma sociedade hierarquizada e patriarcal. Porém, pode-se interpretar, que essa poderia ser uma forma de resistência das mulheres, uma tentativa de ascender dentro da sociedade, e garantir um sustento. O trabalho se justifica na intenção de se fazer uma história da caridade através de uma história de instituição, sendo essa ativa na sociedade limenha.

Irmãos do santíssimo do ouro preto e familiares do santo ofício (Vila Rica, século XVIII)

Monalisa Pavonne Oliveira
Professora Drª – UFRF

Na presente comunicação pretendemos analisar a obtenção da familiatura do Santo Ofício como um meio de distinção social a partir dos irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, em Minas Gerais, ao longo do século XVIII. Para tanto, nos concentraremos nos irmãos que exerceram postos de direção na confraria – os oficiais da mesa –, são eles: provedor, escrivão, procurador e tesoureiro; incluímos neste rol o cargo de zelador da bacia, responsável pelo peditório. Este cargo assim como o de oficiais da mesa era eleito anualmente. Nosso objetivo, portanto, será mostrar o cargo de familiar como um meio de distinção social no cenário vilarriquenho, principalmente, levando em consideração a participação dos confrades nas inquirições como testemunhas nos processos de familiatura de outros associados. Verificamos que em todos os pedidos de familiatura enviados pelos irmãos do Santíssimo ao Santo Ofício, nenhum foi negado. Desse modo, os processos constituem uma maneira, para além de conhecer os aspectos socioeconômicos dos filiados requerentes do hábito,

de compreender a constituição de redes que extrapolavam o âmbito confrarial contribuindo para a ascensão social. O trabalho, desse modo, se justifica na medida em que pretende a partir do cruzamento da documentação referente à Irmandade do Santíssimo de Ouro Preto com os processos de familiaturado Santo Ofício desvelar a construção, organização e manutenção das elites locais, que nesse caso, através das redes instituídas no meio confrarial proporcionava a projeção social dos sujeitos a outros níveis, como: o regional e colonial. Sendo assim, buscamos perceber como e em que medida a confraria do Santíssimo, uma instituição local, contribuiu para que seus membros tivessem o acesso a outras instituições coloniais nos mais variados níveis.

Análise dos estatutos da ordem terceira de São Francisco de Mariana - MG

Natalia Casagrande Salvador
Doutoranda - UFMG

Criada em 1758, a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência de Mariana, Minas Gerais, passou seus primeiros anos de existência se organizando e tomando as devidas providências para consolidação do sodalício. Primeiro houve a instalação em capela provisória, compartilhada com a Irmandade de Santana, seguido de reuniões regulares para determinar as próximas etapas. Então, no ano de 1763, foram elaborados os Estatutos, redigidos por dois irmãos já pertencentes à agremiação. Este documento é essencial para estabelecimento das normas de conduta e determinações da Ordem. Sua versão original está no Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana e transcrições realizadas na década de 1950 se encontram no Arquivo Histórico da Casa Setecentista da mesma cidade. E é sobre estes Estatutos que iremos discutir no presente trabalho, analisando os quesitos necessários para pertencimento a distinta agremiação que era a Ordem Terceira de São Francisco, além das características exclusivas do documento, bem como aspectos da devoção franciscana, evidenciadas nas normas e regimentos lavrados nesta fonte. Partimos de um estudo de doutorado em seu princípio, esperamos desenvolver um diálogo entre as fontes franciscanas e a historiografia das Ordens Terceiras, no intuito de repensar a relação entre os Estatutos, a Regra franciscana e os indivíduos aos quais essas normas seriam aplicadas.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 16

Revoltas, inconfidências e independências: episódios, poderes e narrativas das lutas políticas no Brasil – séculos XVII-XIX

COORDENADORES

ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES (UNESP)

LUCIANO RAPOSO DE ALMEIDA FIGUEIREDO (UFF)

O objetivo do Simpósio Temático é reunir e dinamizar o debate em curso a respeito das lutas políticas e dos processos independentistas ocorridos na América Portuguesa e no Brasil entre os séculos XVII ao XIX. O tema das revoltas, das Independências e de outras diferentes formas que assumiram o direito à contestação vem ganhando um papel destacado na historiografia brasileira

e internacional, nutrido por pesquisas originais em variadas universidades espalhadas pelo país e na Europa ibérica. Por isso mesmo serão bem recebidas também propostas que, referidas a outras realidades espaciais, como África e Américas, permitam estabelecer diálogos com a experiência do Brasil. Tais processos desdobram-se em diferentes escalas e configurações: guerras indígenas, motins urbanos, conjuras palacianas, furores rurais, conflito entre autoridades, chicanas jurídicas, guerra contra potências invasoras, deposição de governadores, rumores, quilombos, quarteladas, enfrentamentos da ordem monárquica, separatismo, independências e muitas outras. São perceptíveis ainda os condicionamentos conjunturais: as múltiplas manifestações ocorridas nas capitanias sob o Antigo Regime após a Restauração Portuguesa de 1640, durante as tumultuadas décadas que marcaram o tempo das revoluções atlânticas e no período seguinte, quando se consolida o Estado-nação, nos marcos da monarquia constitucional. Nestes três momentos, traços comuns e muitas diferenças acompanham as revoltas, contestações e processos de Independências. Sempre que possível, interessam-nos estudos que desenvolvam abordagens lidando de maneira ampliada com o tema das insurreições nas Américas e na Europa ibérica, assim como sobre os processos de Independências ocorridos nas províncias brasileiras do século XIX. Em ambos os casos, porém, há denominadores comuns e indagações que acompanham necessariamente os pesquisadores e estudiosos. Por isso, ao longo dos debates do Simpósio, privilegiaremos questões relativas: aos principais paradigmas teóricos de análise e tipologias utilizadas nos estudos; aos padrões de manifestação dos revoltosos evidenciados em cada caso: formas de ação coletiva, composição social dos revoltosos, rituais e representação utilizados, abrangência das revoltas (tempo e espaço) e sua repressão; à história, historiografia e interpretações dos processos independentistas ocorridos no século XIX; à memória social das revoltas e dos processos independentistas; ao vínculo das revoltas, inconfidências e independências com outras formas cotidianas de resistência e de luta política; e às fontes disponíveis, arquivos e documentação utilizados para o seu estudo.

Local: **SETOR 02/SALA B1.**

06/09 – QUINTA-FEIRA

Entre alfeu e aretusa: a ponte do Varadouro e as rivalidades entre Recife e Olinda em Pernambuco no século XVIII

Gefferson Ramos Rodrigues
Professor Dr. - UFOPA

Em meio às disputas políticas protagonizadas entre os moradores de Recife e Olinda no século XVIII em Pernambuco, a obra da Ponte do Varadouro chegou a ocupar lugar de destaque. Com a obstrução da ponte sobre o Rio Beberibe no ponto onde alcançava o mar, formava-se um grande lago que facilitava o acesso à água, sobretudo àqueles que residiam na cidade de Olinda. Os moradores de Recife, no entanto, consideravam que a formação do lacustre ocasionava o acúmulo de água parada, que, por sua vez, resultava na disseminação de doenças. Por esse motivo, pretendiam que as águas corresse livremente sob a ponte. O conflito atingiu seu ápice durante a chamada “Guerra dos Mascates” (1710-1711) com a tapagem da obra por parte dos moradores de Olinda. Governadores que entravam e saíam do comando da Capitania ora mandavam abrir, ora mandavam tapar o Varadouro e nesta comunicação examina-se o discurso do “bem comum” utilizado tanto por Recife, quanto por Olinda para fazer valer seus interesses. Cada grupo, a seu modo, procurou se respaldar na opinião de médicos, engenheiros, autoridades locais e de Lisboa, que emitiram pareceres sobre o assunto e constituem as principais fontes utilizadas no trabalho.

Sebastião da Rocha Pita e a política entre os séculos XVII E XVIII

Cintia Goncalves Gomes Oliveira
Doutoranda – UNESP/Assis

O presente trabalho faz uma análise das ações políticas de Sebastião da Rocha Pita no período compreendido entre 1680-1720, momento no qual a Bahia passou por sérios problemas de cunho econômico, os quais foram denominados pela historiografia de crise açucareira da segunda metade do século XVII e que só tiveram uma recuperação no início do século seguinte, após a descoberta das jazidas de ouro em Minas Gerais. Além disso, foi neste período que Sebastião da Rocha Pita, membro de uma família de destaque na política da Bahia, ocupou diversos cargos importantes, como coronel de regimento, vereador, almotacé e provedor da alfândega. Desse modo, através do estudo das Atas das sessões da Câmara de Salvador nas quais Rocha Pita participou, além das correspondências que recebeu dos governadores do Estado do Brasil, da Capitania da Bahia e do próprio Príncipe Regente, com diversas ordens, presentes nos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, procuraremos verificar como foi seu comportamento, as atitudes e os posicionamentos que tomou diante do conjunto das circunstâncias em que vivia, a exemplo das reclamações da população que chegavam à Câmara ou ainda sobre as ordens régias para que recolhesse impostos, fizesse listas com os nomes dos moradores locais que poderiam fazer parte da infantaria ou colaborar com a tributação. Observar os modos como reagiu a estas diversas situações se faz importante, pois, mesmo estando vinculado à Coroa, devido às diversas funções que exerceu, Rocha Pita em vários momentos acabou se opondo às ordens oficiais, fato que pode ser explicado por ele ser senhor de engenho, fazer parte da nobreza que terra e também ter sofrido com a crise que se abatera sobre a Bahia. Tais comportamentos favorecem uma melhor compreensão não somente do período proposto para a análise, mas do próprio Sebastião da Rocha Pita, aqui analisado sob o viés político.

Os governadores-gerais do estado do Brasil e a guerra dos bárbaros: implicações políticas no processo de conquista e permanência do sertão do Assu (1690)

Patrícia de Oliveira Dias
Professora –IFRN, Doutoranda – UFF

Entre as décadas de 1680 e 1720, desenrolaram-se os acontecimentos da Guerra dos Bárbaros no sertão do Assu. Os vários enfrentamentos entre os índios do sertão e os conquistadores foram travados nos sertões das capitanias da Paraíba, Rio Grande e Ceará, mais precisamente no sertão do Assu e arredores. Nos primeiros anos da guerra, as tropas envolvidas eram formadas pelos homens das Capitanias do Norte, enviadas pelo governo de Pernambuco. No entanto, no final da década de 1680 e início de 1690, o Governo-Geral começou a reorganizar a estratégia de guerra, inserindo, no conflito, um elemento novo e estrangeiro: os paulistas. Este trabalho tem como objetivo analisar o reordenamento da Guerra dos Bárbaros no sertão do Assu a partir das cartas dos governadores-gerais Matias da Cunha (1687-1688) e Frei Manuel da Ressurreição (1688-1690), percebendo, por meio das cartas dos oficiais do Senado da Câmara do Natal e papéis avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, como a população dessas capitanias recebeu a imposição de uma nova estratégia para tal conflito, modificando uma ordem local e trazendo complicações para o processo de conquista e permanência no sertão.

Os quilombos do campo grande: expedições de caça e destruição de quilombos e as formações de arraiais e freguesias nos sertões entre as capitanias de São Paulo e minas

Tarcísio de Souza Gaspar
Professor Dr. - IF - Sul de Minas

Esta comunicação abordará as expedições de caça e destruição aos quilombos situados no chamado sertão do Campo Grande, porção oeste da comarca do Rio das Mortes, entre 1759-60, e a subsequente formação de arraiais e freguesias nos limites entre as capitanias de Minas Gerais e São Paulo. Em especial dar-se-á destaque à constituição dos arraiais/freguesias de Jacuí, Cabo Verde e Nossa Senhora da Conceição do Bom Sucesso (atual Caconde) nas décadas de 1760/70. Pretende-se analisar a relação entre a destruição de quilombos e a fundação desses arraiais, bem como discutir o legado quilombola que persistiu na toponímia e em outros elementos da história local.

No espelho d'água do atlântico: rebeliões e ideias políticas na formação das américas portuguesa e Inglesa, século XVII

Luciano Raposo de Almeida Figueiredo
Professor Dr. – UFF

As Américas portuguesa e inglesa na segunda metade do século XVII sofrem processos de rebeliões com raízes, motivações, práticas e desdobramentos muito similares. Essa comunicação examina alguns desses conflitos que transcorrem de maneira quase espelhada, relacionados às conjunturas que Inglaterra e Portugal atravessam em seus impérios e fundamentados no direito à resistência que triunfava na Europa. Os manifestos dos rebeldes que mobilizam as turbas amotinadas em Nova York, Maranhão, Virginia, Rio de Janeiro e Boston trazem tópicos comuns, expressando adesão à monarquia, ao bem comum e à exigência de respeito às prerrogativas e direitos de súditos.

A legitimação da resistência na América Portuguesa do século XVII/XVIII e sua relação com o discurso da restauração de Portugal

João Henrique Ferreira de Castro
Professor Dr. - Colégio Pedro II

É notório o avanço nas últimas décadas dos estudos que buscam compreender os elementos das variadas culturas políticas do período moderno. No caso da América Portuguesa, em específico, destaca-se cada vez mais a compreensão de que não só as práticas políticas, mas também os discursos que as fundamentavam, produziam por estas paragens arranjos originais e com elementos específicos, mas, ao mesmo tempo, o quanto algumas das tópicas discursivas desenvolvidas nesta região tinham conexões íntimas com os debates existentes no continente europeu, em especial,

claro, em Portugal. Na esteira do desenvolvimento destas pesquisas, hoje se torna destacável, por exemplo, o fato de que as revoltas construídas na América Portuguesa ao longo das décadas seguintes ao processo da Restauração lusa dialogavam, em medidas notáveis, com o discurso que havia sustentado a legitimidade bragantina de resistir à tirania dos Habsburgo e colocado fim a União Ibérica. Nesta comunicação apresento algumas considerações acerca desta conjuntura em um desdobramento e revisão do primeiro capítulo de minha tese de doutorado dedicado, mais exatamente, a compreensão deste contexto e desta relação discursiva entre as revoltas que ocorreram na América Portuguesa e a justificativa do direito à resistência desenvolvido na Europa moderna ao longo do século XVII, especialmente sua fundamentação em Portugal.

Das insolências que cometem mesmo debaixo de paz: a câmara de natal, os tratados de paz com os indígenas e as novas ameaças na capitania do Rio Grande (1692-1720)

Júlio César Vieira de Alencar
Professor Ms. - IFRN

No contexto da chamada Guerra dos Bárbaros, em seus eventos ocorridos na capitania do Rio Grande, a década de 1690 representou o momento em que foram firmados os primeiros acordos de paz entre as autoridades coloniais e os povos indígenas que habitavam os sertões dessa capitania, denominados genericamente de “tapuias”. Isso não representaria, entretanto, o fim das hostilidades entre moradores e índios no Rio Grande, sendo comuns as referências das autoridades da capitania, sobretudo os oficiais da Câmara de Natal, a uma suposta inconstância dos “bárbaros”, que, de acordo com esses discursos, estariam sempre predispostos a não respeitarem as condições estabelecidas nos tratados, praticando novos atos de rebelião. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar o discurso produzido no âmbito da Câmara de Natal acerca desses indígenas e de seus atos após serem firmadas as pazes; assim como os interesses de indivíduos ligados a essa instituição – tanto no acesso às terras liberadas com a ação bélica, quanto na aquisição de escravos cativados em “guerra justa” – e sua atuação no processo de pacificação da capitania do Rio Grande. Utilizaremos, para esse fim, os registros encontrados no Livro dos Termos de Vereação e no Livro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal, além da correspondência presente no Arquivo Histórico Ultramarino, verificando as variações nas proposições dos oficiais do Concelho da cidade do Natal, que iam desde a necessidade de se estabelecerem as pazes com os nativos do sertão até a defesa do cativo como única possibilidade de inserção dos chamados “tapuias” na sociedade colonial.

Poder, governo e conexões na América Portuguesa setecentista

Charles Nascimento de Sá
Professor – UNEB, Doutorando – Unesp

O presente trabalho apresenta elementos do segundo capítulo de minha tese de doutorado sobre o governo da capitania da Bahia entre 1755 a 1777, realizada no programa de Doutorado em História e Sociedade da UNESP/Assis, no qual o foco é um estudo de história política e busca aventar conceitos relacionados às ideias de poder, governo, monarquia pluricontinental, Antigo Regime português e redes governativas. Desse modo, o texto volta-se para uma discussão

teórica e conceitual sobre aspectos intrínsecos ao governo do mundo luso-brasileiro na América. Destacam-se aqui uma abordagem sobre a ideia de monarquia pluricontinental e sistema atlântico no século XVIII. Na monarquia portuguesa e seu sistema atlântico houve sempre o predomínio de valores e práticas que eram inerentes ao modo de pensar e de viver do Antigo Regime. Nele foram dominantes formas e práticas de vida que davam coesão e sentido a uma ideia de Estado e seu governo. Viviam-se um teatro, e sua representação era o que dava sentido aos exercícios e atitudes dos indivíduos e seus grupos. O entendimento sobre a noção de governo e seu sentido no Antigo Regime português completam a discussão inerente ao artigo aqui exposto. Remete-se para toda essa abordagem os conceitos e estudos oriundos do grupo Antigo Regime nos Trópicos bem como palavras e expressões recorrentes no universo da colônia e de sua Metrópole.

07/09 – Sexta-feira

Usos do conceito de soberania e do “direito natural e das gentes” em narrativas de lutas políticas coloniais atlânticas na crise do antigo regime (1776-1817)

Pedro Henrique de Mello Rabelo
Doutorando – UFOP

Emer de Vattel, autor de “O Direito das Gentes” de 1758, foi o primeiro jurista europeu a conferir ao conceito de soberania um lugar central na compreensão dos direitos envolvidos nas relações internacionais. Ele defendia que acima da soberania não poderia haver nenhum outro poder ou regulamento positivo, de maneira que as relações internacionais dependiam apenas dos Estados. Isso garantiu à obra receptividade entre os revolucionários americanos de 1776, que a utilizaram como um dos principais pilares teóricos da Declaração de Independência, um documento “global” – como sugere David Armitage – que justificava ao mundo a desvinculação dos colonos americanos da autoridade soberana britânica, apontada como incapaz de proteger os seus direitos. Tal incapacidade permitia aos colonos outro contrato social com um novo Estado independente, que soberano, poderia se relacionar diretamente com outros, permitindo uma aliança com a França. Essa estratégia político-jurídica de se valer do conceito de soberania para promover a aproximação a um poder externo e justificar determinados anseios de emancipação e representatividade, tornou-se comum em diversas outras experiências pelo mundo. No espaço luso-brasileiro a soberania esteve fortemente atrelada aos movimentos da Inconfidência Mineira, da formação das Juntas Governativas em Portugal em 1808 e da revolução pernambucana. Nas três ocasiões contatos com o exterior foram empreendidos e alguma transferência da autoridade soberana bragantina foi realizada. Nesse sentido, uma vez que o conceito de soberania fora essencial às revoltas, às inconfidências e às independências emergidas na Europa e nas Américas no início da “Modernidade”, talvez seja prudente também encará-lo como um ideal “global”, já que as experiências de seus partícipes, como o tratado de direito natural de Tomás A. Gonzaga e a própria Declaração de Independência dos EUA, também trouxeram novos sentidos às concepções presentes em autores como Vattel.

“Lasrevolucionesadoptansudialectopeculiar”:aindependência do Brasil e a linguagem política (província cisplatina, 1821-1823)

Murillo Dias Winter
Doutorando – UFRJ

O objetivo deste trabalho é estudar a independência do Brasil na província Cisplatina através das transformações na linguagem política. Para tanto, faço uso da imprensa, tanto jornais quanto panfletos. A região em disputa desde o período colonial foi palco de intensos conflitos, lutas armadas e levantes militares durante o processo de independência do Brasil. Com os eventos da Revolução do Porto, em 1821, e a ordem de D. João VI para resolver a “questão platina” antes de seu embarque para Portugal, foi realizado o Congresso Cisplatino que deu origem a província de mesmo nome. A partir de então com a possibilidade da emancipação brasileira, as lideranças locais e as tropas lusitanas estacionadas na região se dividiram em dois grupos: os leais ao projeto português e os favoráveis a causa brasileira. Os atritos resultaram em motins das tropas dos Voluntários Reais entre os anos de 1821 e 1822, em reclamação de soldos atrasados, má alimentação e em exigência pelo reconhecimento da constituição. Clima beligerante que culminou no conflito armado entre as tropas brasileiras e os oficiais portugueses, finalizado em fevereiro de 1823, tornando a Cisplatina a última província a reconhecer a independência brasileira. As querelas tinham na imprensa espaço fundamental de ação política. O futuro da Cisplatina era pauta de discussão entre os partidários do projeto do Brasil, de Portugal ou de uma nova soberania que excluiria os dois do processo. Além de integrarem, através da linguagem, esse espaço com outras províncias como Bahia e Pernambuco e o mundo hispano-americano. Os impressos, permitidos na Cisplatina com a liberdade de imprensa promovida pelas Cortes de Lisboa em 1821, são fontes inéditas de pesquisa e são abordados a partir da história dos conceitos. São estudados como conceitos-chave como ordem, anarquia, constituição, liberal, independência, pátria, emancipação, escravismo estruturaram os discursos na mesma medida em que foram centrais para a sua transformação.

O conceito de república em Frei Caneca

Pedro Henrique Duarte Figueira Carvalho
Mestrando – UFF

Em termos amplos, observa Reinhart Koselleck, o período 1750-1850 foi marcado por uma mudança na concepção do tempo, representado por uma reorientação em direção ao futuro. Em função disso, na passagem do século XVIII para o XIX, em larga medida como resultado da Revolução Francesa, o conceito de República começou a sofrer uma importante transformação. O regime republicano, caracterizado por Franco Venturi, por exemplo, deixou de ser exclusivo a pequenas formações políticas, como Holanda e Veneza, e transformou-se em uma expectativa que se traduzia no republicanismo. É deste processo que se trata aqui, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a transição do Antigo Regime para a modernidade no mundo luso-brasileiro, a partir da figura de frei Caneca. Na realidade, tanto a análise do Sermão da Aclamação de D. Pedro quanto a do Voto sobre o juramento do projeto de Constituição oferecido por D. Pedro I, proferidos pelo religioso, apontam para a presença de antigas referências como a Restauração de 1640 e o humanismo cívico no seu pensamento. De tal forma, parece razoável supor que o conceito de república em frei Caneca ainda permanecia saturado, a essa altura, de experiência, e não de expectativa, revelando o caráter específico do ingresso do mundo luso-brasileiro na modernidade.

As lutas pela independência na Bahia e o projeto conservador da corporação dos enteados de 1798

Patrícia Valim
Professora Dr^a - UFBA

O objetivo desta comunicação é analisar o projeto conservador da Corporação dos Enteados durante o período que compreende a Conjuração Baiana de 1798 até o desfecho da Revolta dos Periquitos em 1824, destacando a atuação de alguns de seus membros nas lutas pela Independência política do Brasil, sobretudo no que se refere ao exercício político dos setores médios e baixos da sociedade soteropolitana da época. A hipótese da pesquisa em andamento é que os desfechos das lutas pela Independência ocorreram para o setor dominante da Província da Bahia em 2 de julho de 1823, mas para os demais setores só ocorreu com o violento desfecho da Revolta dos Periquitos.

Negociantes e constitucionalistas: a sedição na praça do comércio do Rio de Janeiro (1820-1822)

Wederson de Souza Gomes
Doutorando – UFOP

O constitucionalismo marcou um período de transformações significativas no Império luso-brasileiro, sendo definidor à ruptura política entre Brasil e Portugal. A convocação das Cortes Gerais Constituintes e a consequente exigência do retorno do monarca à península fez com que as relações entre as duas partes do império comesçassem a se esgarçar. Seus desdobramentos podem ser observados em eventos como o da manifestação de negociantes na Praça do Comércio do Rio de Janeiro em 1821. Organizada com o objetivo de formar uma Junta Eleitoral e endossar a regência de d. Pedro de Alcântara, a reunião na praça mercantil fluminense saiu do controle dos partícipes e terminou sendo reprimida pelas tropas imperiais. A reunião se tornou uma disputa entre os negociantes de grosso trato ligados à burocracia estatal e os do Recôncavo fluminense e de Goitacazes, em que o primeiro grupo buscava legitimar a regência pedrina, enquanto o segundo vislumbrava o retorno de toda a família real a Portugal, além de serem favoráveis às Cortes. O caráter público do evento fez com que pequenos comerciantes – que não tinham direito a voto – invadissem o pleito com suas próprias reivindicações. Dentre os envolvidos na sedição estavam José de Resende Costa Filho, Manuel Jacinto Nogueira da Gama e José da Silva Lisboa. Ligados ao Corpo do Comércio do Rio de Janeiro e também ao corpo burocrático do império, o grupo acabou envolvido na sedição e precisou prestar esclarecimentos acerca dos acontecimentos. Importante ao processo de ruptura política, a sedição explicita os conflitos iniciais que envolveram a Independência do Brasil. Ademais, no interior da sedição podemos observar as dissidências existentes entre esses distintos segmentos, assim como uma paulatina alteração no conceito político de soberania.

A revolta do ano da fumaça (Minas gerais, 1833)

Alexandre Mansur Barata
Professor Dr. - UFRJ

Na esteira dos esforços feitos pela historiografia recente para renovar a compreensão do processo de construção do Estado brasileiro ao longo do século XIX, chama a atenção um conjunto de pesquisas que busca entendê-lo a partir das dinâmicas políticas das diversas províncias que compunham o Império do Brasil. Desse modo, pensar a construção do “Estado Nacional nas províncias” implica, como ressaltado por Maria de Fátima Gouvêa, o reconhecimento de que a criação da província como unidade político-administrativa foi uma das principais inovações do arranjo político que resultou na construção do Estado imperial. De forma consequente, a consolidação dessa instância de poder intermediária entre os poderes locais e a autoridade central não foi um processo sem turbulências, sem conflitos. Se por muito tempo o foco principal da historiografia circunscreveu esses conflitos aos interesses da Corte do Rio de Janeiro de impor às províncias uma centralização político-administrativa, reduzindo-os à lógica dualista centralização versus descentralização, faz-se cada vez mais necessário reconhecer que esses conflitos, ao envolver diferentes segmentos da sociedade provincial, acabavam por tornar visíveis as divisões políticas intraprovinciais. É a partir desse posicionamento que esta comunicação ganha sentido. Tendo em conta a complexidade das forças políticas que atuavam na província de Minas Gerais, a mais populosa do Império e detentora da maior bancada de representantes na Assembleia Geral, busca-se compreender o acirramento das tensões que culminaram na sublevação, com apoio popular, ocorrida em Ouro Preto no dia 22 de março de 1833. Os revoltosos aproveitaram que o presidente da província, Manuel Ignacio Melo e Souza, não se encontrava na capital para exigir a sua demissão do cargo, bem como a prisão e expulsão dos conselheiros de governo Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Bento Leite Ferreira de Mello. Na madrugada do dia 23 de março, em função do aumento da pressão popular, Vasconcelos e Ferreira Mello acabaram por ser presos e o tenente-coronel da Guarda Nacional, Manuel Soares do Couto, em nome dos revoltosos, assumiu a direção da província, sendo reconhecido formalmente pela Câmara de Ouro Preto. O recurso às armas por parte significativa da elite política provincial mineira evidencia os limites tênues entre rebeldia e o direito de resistência no Brasil oitocentista.

A representação de tiradentes nos selos postais comemorativos Brasileiros

Maria Alda Barbosa Cabreira
Doutoranda UNESP – Assis, Professora - FATEC

Diversos personagens da História do Brasil tiveram suas “representações faciais” ou “alguns de seus feitos heroicos” estampados nos selos postais comemorativos brasileiros. Dentre os personagens selecionados, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido pelo seu apelido de Tiradentes, figura entre as celebridades escolhidas para ilustrar o nosso selo postal. O selo postal como um instrumento de cultura visual pode ser considerado uma importante fonte de pesquisa para se estudar a receptividade da informação que em um determinado contexto histórico se quis transmitir ao grande público. Quais intenções existem por trás de determinadas escolhas imagéticas? Quais recursos discursivos são utilizados nos selos individuais ou em coleções postais para ilustrar certa seletividade de determinados fatos históricos? Assim, pretendemos na comunicação discutir a representação do alferes Tiradentes nos selos postais comemorativos

brasileiros, a partir das coleções “Vultos célebres da História do Brasil”, que circulou de 1963 a 1966, e “Tiradentes no Panteão da Pátria”, de 2008, com vistas a identificar a materialidade instituída a ele naquelas coleções e seus contextos históricos e de produção.

“Morto pelo desejo de liberdade”: a reabilitação da imagem de tiradentes em tempos de república

Carlos Rogerio Lima Junior
Doutorando MAC-USP

É consenso nos estudos os esforços que se fizeram em alçar a figura de Tiradentes ao novo panteão de heróis, constituído com a queda da monarquia. O Museu Paulista, aberto ao público em 1895, em São Paulo, receberia, como doação, em 1898, um busto de “Tira-dentes”. A incorporação de tal “dádiva”, no entanto, logo gerou desconfianças por parte da diretoria do Museu, representada na pessoa de Hermann von Ihering (1850 - 1930). Os questionamentos pairavam em torno da origem da peça, da estranha coloração empregada, e, sobretudo, dos traços fisionômicos que pareciam insinuar uma suposta ascendência negra e, quiçá, judaica de Tiradentes. Foram todas essas inquietações que levaram Ihering a recorrer a vozes que pudessem atestar a “veracidade” da imagem esculpida no busto, e, assim, decidir por expor (ou não) a peça aos olhos do público. Em 1917, o historiador Afonso Taunay (1876 – 1958) assumiu o posto de diretor. Visando preparar o Museu para os festejos do Centenário da Independência a ser celebrado em 1922, Taunay encomenda uma série de retratos destinados à galeria dos “Homens da Independência”. Dentre as 22 figuras retratadas está Tiradentes, realizada pelo artista Oscar Pereira da Silva (1865 – 1939). O mesmo foi gravado ainda no livro de Taunay, “Grandes Vultos da Independência Brasileira”. Na visão do historiador, Tiradentes, morto em 1792, pelo seu envolvimento na Inconfidência Mineira, preconizava um suposto sentimento de nacionalidade, uma vez que aspirou à libertação da colônia. Esta comunicação visa não apenas cotejar as possíveis matrizes visuais que podem ter servido de inspiração a Pereira da Silva, e o repertório mobilizado para compor o retrato histórico, bem como compreender, a partir dos escritos legados por Taunay, sobre a inclusão de Tiradentes entre aqueles indivíduos rememorados em “prol da Independência” brasileira.

08/09 - Sábado

Da revolta do vintém ao busto engrinaldado de louro do “herói da inconfidência”: Lopes Trovão e a construção de tiradentes como herói da república

André Figueiredo Rodrigues
Professor Dr. – UNESP

A comunicação pretende analisar, a partir da trajetória de José Lopes da Silva Trovão, ou simplesmente Lopes Trovão (1848-1925), a construção do mito do alferes mineiro Joaquim José da Silva Xavier, conhecido pelo seu apelido de Tiradentes, como herói da República brasileira. Para isto, é importante referenciar como se iniciaram as proclamações em favor da memória do inconfidente mineiro ao patamar de herói nacional, a partir das celebrações realizadas pelos clubes republicanos fluminenses (Clube Republicano de São Cristóvão e Clube Tiradentes) que tiveram em Lopes Trovão um de seus

oradores oficiais. De sua atuação como orador, pouco se conhece sobre os seus argumentos a favor da República em conexão com a imagem de Tiradentes como o escolhido para representar os anseios da população contra os ditames monarquistas. Lopes Trovão, como participante ativo da Revolta do Vintém, ocorrida entre 28 de dezembro de 1879 e 4 de janeiro de 1880, nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, contra a cobrança de vinte réis (um vintém) nas passagens dos bondes de tração animal, utilizará de sua influência e aportes do discurso ali proclamado para enaltecer a memória de Tiradentes nas celebrações a ocorrer no ano seguinte, em 21 de abril de 1881, que proporcionaram forte impacto em sua trajetória de vida e na do alferes Tiradentes como símbolo republicano. Historiar este fato obscuro da trajetória de Lopes Trovão e como ele ajudou a desenvolver a construção de Tiradentes como herói da República serão os eixos analíticos de nossa apresentação.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 17

O ESPAÇO LUSO-ATLÂNTICO EM PERSPECTIVA GLOBAL: CIRCULAÇÃO, PODER E REDES NO CONTEXTO DA UNIÃO DE COROAS IBÉRICAS, 1580-1640.

COORDENADORES:

JOSÉ MANUEL SANTOS (UNIVERSIDAD DE SALAMANCA)

JOSÉ LUIS RUIZ-PEINADO (UNIVERSIDAD DE BARCELONA)

Nos últimos 10 anos, o tema da entrada de Portugal e suas conquistas na Monarquia Hispânica teve um importante aumento do interesse dos historiadores, mudando a visão nacionalista que se tinha do período. Vários trabalhos focaram no âmbito regional, contribuindo para um maior conhecimento sobre diferentes aspectos do período, desde a economia à configuração do poder. Estudos mais recentes tem abordado questões sobre redes, poder e circulação, estabelecendo vínculos comerciais, sociais e políticos entre diferentes atores que participavam nos variados aspectos de realidade colonial durante aquele período. Ademais, o estudo das características da “circulação” entre diferentes regiões do Brasil, o império hispano-americano, África, Europa e Ásia, tanto de pessoas como de livros, objetos e ideias, tem revelado uma teia de relações de dimensões globais. As pesquisas, baseadas na micro historia, estão seguindo personagens nas suas viagens e ações, desvendando uma realidade bem diferente da que foi mostrada até agora, influenciada pelas velhas perspectivas nacionalistas. Novos instrumentos de pesquisa tem ajudado também na mudança desse enfoque. Exemplo disto é o banco de dados BRASILHIS da Universidade de Salamanca (brasilhis.usal.es), que recolhe informações diversas sobre pessoas que tiveram relação com os territórios portugueses na América durante o período que estiveram sob a Monarquia Hispânica. O objetivo deste simpósio é analisar a configuração social e política dos territórios atlânticos portugueses no contexto da união de coroas ibéricas, focando fundamentalmente na formação de redes e na circulação de pessoas, livros, objetos e ideias entre os diferentes espaços dos impérios luso e hispano durante aquele período. São bem vindas todas as contribuições de estudos que abrangem o período 1580-1640, focando nos diferentes vínculos criados durante esses anos em que as linhas de comunicação, as rotas comerciais e a circulação de pessoas e mercancias se tornaram globais.

Local: **SETOR 02/SALA D3.**

Uma “pax monetária”? Sobre os impasses do sistema monetário Português no tempo dos Filipes (1580-1640)

Pedro Puntoni
Professor Dr. - USP

No século XVII, o fenômeno monetário era central para o entendimento da economia. De um lado, na dimensão doutrinal e teórica, era parte essencial dos questionamentos da nascente economia política. Notadamente, no Mundo Ibérico, onde os fluxos de metais americanos exigiam uma posição sobre seu impacto nas atividades mercantis e produtivas, e na sua articulação com o comércio ultramarino e a gestão das economias coloniais. O trabalho a ser apresentado no VII EICH procura entender os impasses da política monetária filipina para o reino e império de Portugal. A união de 1580 manteve, além das “leis, estilos, liberdades, isenções, casa Real e ofícios” da Coroa portuguesa, a moeda com cunho português. Assim, se assumia o domínio de Portugal e suas conquistas, o monarca liberalmente permitia que o seu direito exclusivo (regalia) de cunhar a moeda fosse interpretado na mesma chave da conservação da identidade econômica e jurídica de Portugal; concretizada - neste particular - na possibilidade de se manter o símbolo e a matéria da moeda nacional. Neste período, como mostraremos, os Filipes se abstiveram de alterar o valor da moeda portuguesa, procurando realizar uma política anti-mutacionista que estabilizou o câmbio do real em relação às outras unidades de conta européias. A chegada em grande quantidade da prata americana, por outro lado, permitia a expansão do meio circulante de Castela que acabou, no período, intoxicando o meio circulante português. Na verdade, este era o reflexo de um processo mais amplo, de crescimento excessivo do sistema monetário espanhol. O fato é que esta imensa maré de prata que invadiu a Europa, e o mundo, efetivamente sufocou a organização e expansão de uma estrutura autônoma e soberana em Portugal - e em outras praças. Este é um elemento importante a ser considerado nos termos do pensamento mercantilista que se anuncia. O período da Restauração irá aniquilar esta relativa “pax monetária” e introduzir, de forma violenta e acelerada, uma política monetária mutacionista, preocupada inicialmente com a realização de ganhos fiscais para a manutenção da guerra e do projeto de autonomia dos braganças e, posteriormente, na consolidação de um sistema monetário efetivamente nacional.

A armada de Diego Flórez de Valdéz e os ecos de 1580 nas partes do Brasil

José Carlos Vilaradaga
Professor Dr. – UNIFESP

A apresentação busca compreender a grande armada capitaneada pelo almirante asturiano Diego Flórez de Valdéz (1581-1584) no contexto da incorporação dos domínios portugueses ao patrimônio real dos Habsburgo. Declaradamente voltada para o combate aos ingleses nos Mares do Sul e pela fortificação do Estreito de Magalhães, a armada foi revelando, tanto nos debates em torno de sua longa preparação, quanto em sua efetiva atuação, uma central preocupação com as partes do Brasil, denotando parte das estratégias de Felipe II para sua legitimação nos domínios coloniais portugueses.

“Havendo escravos se restaurará tudo”: trajetórias e políticas ibero-atlânticas no fim do século XVI

Rodrigo Faustinoni Bonciani
Professor Dr. – UNILA

O objetivo da comunicação é analisar a expansão atlântica como um elemento chave no processo de incorporação de Portugal à monarquia hispânica e como sua realização levou a um rearranjo das forças sociais constituídas nesses espaços a partir do reinado de Felipe II. O foco de análise será o tráfico negreiro na África Centro-Occidental e sua relação de complementaridade com a política indigenista no Brasil e nas Índias de Castela, articulação definidora das tensões e compromissos políticos na história do Atlântico. Procuro fazer um mapeamento das ações políticas em diferentes âmbitos de poder: na perspectiva régia, nos conselhos e nas juntas; na alta hierarquia da Igreja e da Companhia de Jesus; entre os funcionários régios, missionários, moradores e comerciantes; e para os poderes políticos nativos.

Do império ao exílio: notas de pesquisa sobre a família Botelho, divididaa entre a adesão a Felipe II e a resistência a espanha no contexto da união ibérica

Jacqueline Hermann
Professora Drª – UFRJ

A comunicação apresenta um estudo de caso de famílias divididas no contexto da União Ibérica. A família Botelho teve pelo menos dois de seus integrantes envolvidos na disputa sucessória que opôs Felipe II, rei de Espanha, ao português D. Antão, Prior do Crato. Diogo Botelho, o “velho”, aderiu ao partido do prior, com ele partiu para o exílio em Paris e nunca mais voltou a Portugal. Outro Diogo Botelho, o “jovem” foi nomeado Governador do Brasil, entre 1602-1607, e participou da rede de aliados portugueses a serviço da monarquia espanhola. Discutir os caminhos possíveis de trajetórias tão distintas no contexto da União Ibérica é a proposta desta comunicação.

Brasil se torna global: ofm. Cap. José de pernambuco, de olinda al Kongo

José Luis Ruiz-Peinado Alonso
Professor Dr.- Universidad de Barcelona

Brasil se vuela global: circulación, poder y redes en el contexto de la unión de las coronas ibéricas, 1580-1640. Dentro de este proyecto una micro historia de un pernambucano nacido en Olinda, que estudio en Coimbra y Salamanca y acabo su carrera misional y vital en el reino del Kongo. Fue reconocido por su labor de traductor y predicador entre los diferentes pueblos del reino del Kongo.

Circulação dos agentes da monarquia entre o estado do Brasil e o espaço atlântico, 1598-1621

José Manuel Santos
Professor Dr. - Universidad de Salamanca

Durante o período “filipino” e fundamentalmente durante o período do rei Felipe III de Espanha (II de Portugal), 1598-1621, houve uma intensa circulação de cargos entre distintos pontos do território da América Portuguesa e entre esta e o Atlântico, devida a diferentes causas: como parte do “Cursus Honorum”, para atender as obrigações do cargo, ou também para conseguir as mercês com que os agentes achavam que deviam ser retribuídos. Nesta comunicação analisaremos a circulação de personagens como Francisco de Souza e Diogo de Campos Moreno, mas também a de outros menos conhecidos mas que mostram a importância do fato “circulatório” para a carreira política durante o período escolhido.

Corrupção no Brasil Filipino: as dinâmicas das ilicitudes no espaço colonial durante a monarquia hispânica

Rafaela Franklin da Silva Lira
Doutoranda – UNICAMP

Este trabalho tem por objetivo analisar a prática da corrupção no Brasil durante a Monarquia Hispânica. Procuramos compreender como o contrabando, fraudes e sonegações foram tratadas pela Coroa dos Habsburgo no momento em que Portugal e suas possessões ultramarinas passaram para o domínio dos Áustria. Destacaram-se no exercício das ilicitudes comerciantes, traficantes, bem como agentes que ocupavam cargos na administração colonial. A preocupação com os desvios de recursos estava presentes nas cartas régias dirigidas as autoridades coloniais questionando a escassez de informações sobre os rendimentos da Coroa. Neste período foram então implantadas instituições para fiscalizar e reduzir os danos a Fazenda Real, como o Tribunal da Relação da Bahia, com um juiz destinado a tratar especificamente sobre a matéria, e a Junta da Fazenda. Além disso, foram criados cargos que tinham por função fiscalizar aqueles que praticavam as fraudes, bem como regimentos para exploração do pau-brasil e das minas. Em meio às denúncias de corrupção, procuramos apresentar alguns casos em que se estabeleceram relações de autoridade e flexibilidade entre as elites locais e o poder central para manutenção das estruturas no espaço colonial.

Conexões da guerra de Pernambuco com os fins monarquia hispânica a partir da trajetória de duarte de Albuquerque Coelho

Hugo Coelho Vieira
Doutorando – UFPE

Esta comunicação apresentará parte do Projeto de Pesquisa denominado Entre o lucro, a espada e a coroa: as relações e trajetórias da elite ibérica na circulação dos militares no Atlântico Sul, de

1630 a 1670, aprovado no fim do ano de 2014, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A pesquisa busca investigar a participação da coroa hispânica na organização da resistência da Guerra de Pernambuco, analisando a circulação de pessoas e ideias no Mundo Atlântico, e em especial, a trajetória Duarte de Albuquerque Coelho e suas relações com a corte hispânica. Partimos de uma perspectiva da história conectada para analisar a História da Guerra de Pernambuco - denominada pela historiografia de Brasil Holandês - em um contexto global para compreender as relações de interesse da Junta de Socorro de Pernambuco com os interesses no Atlântico Sul.

07/09 – Sexta-feira

Expansão do poder régio nas capitanias donatárias: o caso do Rio Grande nos anos iniciais da união das coroas ibéricas

Elenize Trindade Pereira
Mestranda – UFRN

A presente comunicação tem como proposta analisar a configuração política e territorial da capitania do Rio Grande com base no desencadeamento do processo de mudança jurisdicional no contexto de inserção do Brasil nos quadros de domínio da Monarquia Hispânica. As 50 léguas de terras ao norte de Itamaracá foram concedidas como capitania donatária ao escritor e feitor da Casa da Índia, João de Barros, no ano de 1535 por D. João III (1521-1557). São conhecidos na historiografia os esforços logrados pelo capitão donatário para colonizar a área em questão sem sucesso devido à resistência dos indígenas aliados aos franceses que se estabeleceram na capitania. Devido a esses insucessos, a capitania é geralmente retratada como um território abandonado pelo donatário e que por esta razão foi retomado pela Coroa para fins de conquista e colonização. No entanto, nos primeiros anos de união das coroas ibéricas, o sucessor na capitania e filho de Barros, Jerônimo de Barros, buscou junto ao rei Filipe II de Espanha (1581-1598) recursos para mais uma expedição rumo à “Terra dos Potiguara” como era conhecido o Rio Grande. Nesta petição consta a descrição da capitania e um conjunto de argumentos para convencer o rei sobre a necessidade de ocupar o território, entre eles a localização estratégica da capitania para a navegação com destino às Antilhas e à Costa da Guiné. Estas informações proporcionam algumas reflexões sobre a situação do Rio Grande como capitania donatária no período em que a fronteira setentrional do Estado do Brasil era reconfigurada territorialmente devido à conquista militar da capitania real da Paraíba em 1585. Nesse sentido, cabe analisar como se processou a conversão do Rio Grande de donataria para capitania régia em um sentido mais amplo. Por fim, esta investigação visa contribuir de alguma forma com o debate sobre a atuação política da monarquia filipina com relação às capitanias donatárias do Brasil.

A Paraíba no horizonte do império: estratégias particulares e vínculos globais durante a monarquia hispânica

Sylvia Brandão Ramalho de Brito
Doutoranda - Universidad de Salamanca

Sabe-se que as investidas estrangeiras eram uma constante no Nordeste brasileiro em finais do século XVI. Por trás de todas elas, o objetivo era quase sempre o mesmo: lutar pelo controle comercial do Atlântico ou, pelo menos, parte dele. Portugal, Espanha, Holanda e França disputavam cada milha da região de forma a manter suas possessões e a superioridade comercial. É a partir desse contexto que a história da conquista da Capitania da Paraíba relaciona-se com a mais importante união de reinos da era moderna, quando, em 1580, Portugal e todas as suas colônias estiveram sob domínio espanhol. A conquista da Capitania da Paraíba deveu-se, sobretudo, à série de intercâmbios e acordos proveitosos que envolveram portugueses, espanhóis, luso-brasileiros e nativos. Esse lento e tortuoso processo de conquista foi o primeiro e notório produto engendrado pela arquitetura do poder monárquico filipino nas Américas. Não se pode pensar a conquista da Capitania da Paraíba de forma alheia aos quadros da Monarquia Hispânica. A Paraíba representava um ponto estratégico para dar continuidade ao movimento de avanço nas fronteiras do Norte. As cartas régias da época enfatizavam bem a ideia de ampliar a conquista e eliminar a presença estrangeira. A necessidade mais premente naquele momento era, portanto, a defesa do território, constantemente ameaçado pela concorrência europeia. Através da documentação que utilizamos podemos perscrutar algumas evidências. A incorporação lusitana à Monarquia Hispânica não foi um projeto benéfico apenas para as classes vinculadas à Corte ou para os participantes dos Conselhos de Estado. Além dos vários projetos políticos e administrativos para a integração daquele território pela Monarquia Hispânica, havia ainda os projetos individuais e coletivos para à obtenção de mercês, cargos, reconhecimento político e ascensão social. Esses diversos projetos, muitas vezes engendrados através das redes familiares, coexistiam dentro da fórmula política da dinastia dos Habsburgo, e podiam também representar inúmeros conflitos entre interesses locais e interesses imperiais.

O atlântico Brasileiro adentra no Paraguai: redes políticas econômicas e religiosas

German Adolfo Ocampo Sterling
Doutorando - Universidad de Salamanca

Este artigo tem por objetivo discutir as possíveis configurações de redes de personagens que circulavam entre os territórios coloniais lusos e hispanos na parte meridional da América do Sul durante o período da Monarquia Hispânica. Chama a atenção como durante esse período as relações da Província do Paraguai, em especial, e do Prata, como um todo, com a Corte passavam em parte pelo atlântico brasileiro, ainda que administrativamente essas províncias estivessem adstritas as sedes coloniais espanholas nos Andes. Personagens como o administrador colonial Luis de Céspedes Jería y sua esposa Victoria de Sá, sobrinha de Martin de Sá, o missionário jesuíta Antonio Ruiz de Montoya, o bispo e comerciante Francisco de Victoria, entre outros fazem parte de redes cujos vínculos conectam nódulos atlânticos e sedes coloniais. Atas das Câmaras e Cabildos das diversas sedes colônias e correspondências civis ou religiosas nos permitem adentrar nesse universo de redes coloniais. Procuramos perceber nesses documentos como esse atlântico brasileiro conectado as metrópoles, se adentra também na bacia do Prata e mantém relações

licitas e ilícitas. Em parte, abrigados pela espírito da Monarquia Hispânica de um “Império só e sem fronteiras”, mas que na prática durante esse período enfatiza a formação da fronteira intercolonial possibilitando assim a configuração de redes políticas, econômicas e missionárias diferenciadas, porém em diálogo, isto é, conectadas, dos dois lados dessa fronteira em formação.

el compendio historial de la jornada Del Brasil y suceços della de Juan de Valencia: el testimonio de un soldado castellano sobre la restauración de Salvador de Bahía de 1625

Irene María Vicente Martín

Doutoranda - European University Institute

El propósito de esta comunicación es ofrecer una nueva interpretación de la Restauración de Bahía de 1625 a través de las distintas relaciones y escritos existentes sobre el episodio, poniendo el énfasis en el contexto colonial y en las repercusiones que tuvo este suceso en la ciudad de Salvador. El estudio de las relaciones que se publicaron sobre este evento no es un tema inédito. Abundantes artículos han estudiado los compendios existentes sobre el acontecimiento, así como sus similitudes y diferencias o su carácter propagandístico y crítico hacia la Monarquía Hispánica. Sin embargo, la academia solo ha tenido en cuenta el contexto peninsular de principios del siglo XVII, entendiendo el episodio de un modo determinista al tildarlo como el principio de la ruptura entre Portugal y España que culminaría en 1640. El tercer protagonista, la propia Salvador de Bahía como ciudad-actor, ha quedado siempre relegado al plano de mero escenario del suceso. Lo que aquí se propone es una nueva interpretación de este episodio, pero aventurando un cambio de enfoque sustancial. Si la Restauración de Bahía convirtió a la América portuguesa en fundamental para el mantenimiento del imperio hispánico, ¿qué significó este episodio para la capital brasileña y para la colonia? ¿Cómo afectó a la configuración política, social y cultural de la ciudad el nuevo rol de la América portuguesa? ¿Significó un impulso a su institucionalización y a su auto-representación? ¿O fue por el contrario un evento más de un proceso cuyo inicio fue anterior? Para contestar a estas preguntas hace falta una nueva lectura de los escritos del momento en la que primen no tanto los compendios ‘oficiales’ sino otros documentos menos conocidos de testigos y participantes. Así mismo, debe tenerse en cuenta el contexto colonial en el que se desarrolló la Restauración de 1625, cuál fue el papel de la ciudad en ese momento y cuales fueron las causas que lo ocasionaron y consecuencias que se sucedieron.

A batalha de salvador de 1587: novas perspectivas sobre a invasão Inglesa, a santidade de Jaguaripe, e a união das coroas

Gabriel de Avilez Rocha

Professor Dr. - Drexel University

No seu famoso tratado de 1587, Gabriel Soares de Sousa chamou atenção à vulnerabilidade da cidade de Salvador da Bahia a assaltos oriundos do mar. Provavelmente não lhe surpreenderia, portanto, saber do ataque sobre a cidade em Maio do mesmo ano, organizado por uma frota inglesa de navios de guerra que contava com o apoio político da Rainha Elizabeth, o investimento financeiro do Conde de Cumberland, e uma carta de marca assinada pelo requerente ao trono

português D. Antonio. Embora não seja desconhecido, o conflito armado que ocorreu no Recôncavo baiano durante o inverno de 1587 entre ingleses, por um lado, e milícias locais de índios aldeados e portugueses colonos, por outro, tem sido pouco estudado, visto na historiografia como uma vitória pura e simples das forças luso-tupinambá antes de futuras invasões de europeus do norte culminando com o estabelecimento do Brasil holandês. Porém, um novo conjunto de fontes primárias, fruto de pesquisas em arquivos norte-americanos, ingleses, e espanhóis, nos oferece a oportunidade de chegar a uma nova visão dos eventos da batalha de 1587, e além disso, de vincular as conjunturas históricas de Salvador aos conflitos geopolíticos que surgiram em consequência da união das coroas ibéricas. No âmbito local e regional, o presente estudo é o primeiro a considerar a batalha de 1587 em relação ao movimento milenar conhecido como a Santidade de Jaguaripe, dirigido por líderes tupinambá vindo do sertão baiano e estabelecendo-se no Recôncavo apenas um ano e meio antes do ataque inglês. As fontes sobre a batalha de Salvador de 1587 abrem a possibilidade de escrever um novo capítulo na história da Santidade de Jaguaripe, preenchendo uma lacuna no desenredo dos eventos entre o auge da insurreição em Jaguaripe em 1585/6 e a chegada do Tribunal do Santo Ofício em 1592. Outrossim, as contingências da batalha mostram como as rivalidades imperiais de âmbito global que marcaram a união ibérica manifestaram-se em confrontos, alianças, e acomodações enraizadas em realidades locais, sendo o Recôncavo em 1587 uma encruzilhada que juntara piratas ingleses, tratantes de escravos, senhores de engenho, índios de aldeia, e outros diversos milicianos.

Entrefalase heresias: representações do feminino nas capitanias de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá (1593-1595)

Janaina Guimarães da Fonseca e Silva
Professora Dr^a - UPE

A presente comunicação tem como objetivo apresentar algumas das representações femininas presentes nos escritos da Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil nas Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá (1593-1595). A visitação, feita durante a União das Coroas Ibéricas (1591-1595), por representante da Inquisição, gerou ampla documentação composta por denúncias e confissões que analisamos, juntamente com alguns processos inquisitoriais. Pretendemos reconstituir quais eram os comportamentos tidos como femininos, e também observar as relações dessas mulheres, atentando para as tensões entre os níveis macro e micro, que possibilitem compreender a construção das representações femininas na sociedade colonial. Em contato com alguns processos também pudemos observar a misoginia em diversas falas. Essas mulheres eram apontadas como “fracas” ou influenciáveis, por vezes agredidas, pois eram concebidas como inocentes e mais aberta a pactos e ritos demoníacos. Assim, utilizaremos os aportes da categoria gênero, observando, por vezes, que as mulheres se apropriavam desse discurso de fragilidade para terem suas faltas amenizadas.

As mulheres proprietárias de engenho e sesmarias nas capitanias do norte durante o domínio Holandês (1630-1654)

Suzana do Nascimento Veiga
Doutoranda – UFPE

As mulheres “cabeças de casal” estão presentes na documentação ao longo do período colonial gerenciando riquezas, legando e herdando fortunas, comprando e vendendo escravos, tomando parte em negociações de conhecidas redes de comerciantes pelo Atlântico entre outras atividades. Neste sentido é essencial entender as dinâmicas associadas a presença das mesmas na administração de engenhos e sesmarias e em como esta atividade conectava estas mulheres e lhes legava possibilidades de negociação nos espaços de poder na América portuguesa. Durante o século XVII as mulheres proprietárias de latifúndios nas Capitanias do Norte estiveram sob o domínio holandês entre os anos de 1630 e 1654. Apesar da fuga de parte significativa delas durante a guerra pela ocupação do território, outra parte decidiu-se por permanecer na terra e se aliar ao invasor flamengo como estratégia de sobrevivência e também empreendedora. São estas mulheres que identificamos nas fontes produzidas pelos conselheiros da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) conduzindo propriedades que estavam ou não produzindo açúcar na época, fosse na várzea do Capibaribe ou na portuária Porto Calvo. Portanto, essa comunicação tem como principal objetivo debater essas fontes por um novo viés, trazendo possibilidades para a história das mulheres circulando nos espaços de poder na América portuguesa.

08/09 - SÁBADO

Políticas indigenistas na América Portuguesa durante a monarquia hispânica

Fernanda Sposito
Pós-Doutoranda - UNIFESP

É usual entre alguns autores que analisam a política indigenista portuguesa durante os séculos XVI e XVII atribuir ao período da chamada União Ibérica uma influência espanhola na formulação das políticas para os índios na América portuguesa. Em que medida podemos considerar essa assertiva verdadeira? Quais foram efetivamente as medidas que tinham esse “teor hispânico”? Esta comunicação visa problematizar num plano geral o período da monarquia dual, inquirindo sobre as determinações que as Coroas espanholas tiveram nas políticas e administração lusa. Ao mesmo tempo, traz algumas inferências sobre a confecção das políticas para os índios na América portuguesa, problematizando até que ponto as medidas adotadas podem ser creditadas como uma influência espanhola na forma de legislar sobre os índios.

Espacialização de redes de comerciantes no porto de Buenos Aires, inícios do século XVII

Fernando Victor Aguiar Ribeiro
Pós-Doutorando – USP

Essa comunicação tem como objetivo compreender a dinâmica dos bandos que atuaram no comércio irregular no porto de Buenos Aires em meados do século XVII. Em 1615 o governador Hernandarias de Saavedra instaura uma investigação contra um grupo de comerciantes, liderado por Juan de Vergara, Diogo de Vega, Simón Valdez e Diogo López de Lisboa, visando apurar denúncias de contrabando no porto. Essa investigação gerou uma ação jurídica, denominada Proceso Grande, composta por centenas de páginas e que arrolou todos os comerciantes envolvidos na atividade. A partir dessa rica documentação procuramos estabelecer as conexões da rede comercial, seguindo a divisão das duas facções que disputavam o comércio. Para tanto, utilizamos o aplicativo Gephy para gerar grafos de relações e assim pudemos espacializar as relações de redes comerciais. Com isso pudemos romper a ideia de que Hernandarias combatera o contrabando e esmiuçar as dinâmicas das relações comerciais e familiares de ambos grupos, elementos fundamentais que estruturavam sociedades de Antigo Regime.

Redes de poder no Brasil colonial no alvorecer do século dezessete

Lucia Furquim Werneck Xavier
Doutorando - Universidade de Leiden

A partir de duas cartas de Diogo Botelho, oitavo governador geral do Brasil, sendo uma delas inédita, descoberta por Pablo Magalhães na Torre do Tombo, serão discutidas as redes de poder no Brasil colonial nos primeiros anos do século XVII. Diogo Botelho começou sua administração na capitania de Pernambuco, onde até 1602, não havia estado governador algum. Entres idas e vindas a Salvador, passou a maior parte de seu tempo em Recife. As duas cartas a serem discutidas, uma datada de 1602 e a outra de 1603, ambas para o Conde de Linhares, vedor da fazenda de Filipe II de Portugal, Filipe III de Espanha, constam no total de 48 fólios, apresentando um retrato pormenorizado da situação do governo da colônia e os desafios que o governador geral enfrentou, sobretudo em lidar com as elites locais, mais preocupadas em defenderem seus interesses em detrimento dos da metrópole.

Fazer-se mercador na colônia: práticas da elite mercantil luso-hispânica no abastecimento e conquista do Brasil

Queila Guedes Feliciano Barros
Doutoranda - UFC

Esta tese busca analisar a formação de uma elite mercantil no Brasil Colônia entre os anos 1602 a 1720, responsável pelo abastecimento interno através de negócios com mercadores do porto de Buenos Aires, compreendendo a prática mercantil como parte da conjuntura política e econômica

de consolidação do Estado moderno Português. A formação desta elite mercantil, teve início com a abertura do porto de Buenos Aires no contexto da União Dinástica, através da concessão de mercês a mercadores portugueses no Rio da Prata, o que permitiu o acesso a farinha de trigo, sebo e carne seca platina que logo passaram a ser comercializados no Brasil, garantindo o abastecimento e com ele a consolidação da conquista, em um processo de alargamento das fronteiras do território português sob os territórios espanhóis. A prestação de serviços a Coroa portuguesa, por meio do abastecimento, possibilitou aos mercadores luso-hispânicos adquirir mercês de comércio no Brasil e participar do processo de conquista, por meio da ocupação de cargos da governança, quebrando os padrões de legalidade impostos pela metrópole em detrimento de arranjos concedidos pela administração local. Desta maneira, defende-se a hipótese de que a consolidação da conquista na América portuguesa, foi possível devido a atuação de membros da elite mercantil luso-hispânica no projeto colonizador português através da manutenção de uma rota alternativa de comércio que garantiu o abastecimento e a fixação dos colonos nos espaços recém conquistados. O corpus documental da Tese é composto por manuscritos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino (referentes às Capitanias do Siará Grande, Pernambuco, Paraíba e Bahia), Registros de Navios e Atas do Cabildo do Archivo General de la Nación Argentina, Correspondência do Senado e Alvarás de Licença para embarcar e navegar do Arquivo Público do Estado da Bahia.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 18

A FAZENDA, OS CONTRATOS E OS CONTRATADORES NA AMÉRICA PORTUGUESA, (SÉCULOS XVII-XIX)

COORDENADORES

LUIZ ANTÔNIO SILVA ARAÚJO (UFSB)

RAFAEL CHAMBOULEYRON (UFPA)

A Fazenda, juntamente com a Justiça e a Defesa, constituiu no tripé da boa e justa governança da República no Antigo Regime. Mesmo confundindo a Fazenda do Rei como a Fazenda do Reino, seja para ter receita, tributar, como também para realizar a despesa, ambas tinham de ser exercidas de forma justa (de justiça), pois, como historicamente se constatou, abusos poderiam ensejar revoltas no Reino e nos diversos espaços do Império Português. A presente proposta de Simpósio tem como objetivo geral analisar e debater a Fazenda Real (Erário Régio) no interior do Império Português, particularmente nos Estados do Brasil (séculos XVII-XVIII), do Maranhão e Grão-Pará (XVII-XVIII), no sentido de contribuir para a compreensão do funcionamento das instituições e das práticas fazendárias nas conquistas, incluindo a atuação (semelhanças e diferenças) dos contratos e dos agentes que neles atuaram na arrecadação do fisco nesses espaços da América Portuguesa. Acrescente-se a isto, analisar-se-á o papel das Câmaras Municipais (séculos XVII e XVIII), do Conselho Ultramarino (século XVIII) e das Juntas da Real Fazenda (século XVIII) enquanto espaços da administração fazendária, das arrematações dos contratos, bem como do papel desempenhado pelos oficiais, sejam os camarários, sejam os das outras instituições, e das redes de sociabilidade formada por estes e pelos contratadores e rendeiros nas ditas arrematações.

Local: **SETOR 02/SALA B2.**

07/09 – Sexta-feira

Dos ganhos e interesses na real fazenda: autos de arrematação, contratadores, economia e fiscalidade na capitania do rio grande (1673-1723)

Lívia Brenda da Silva Barbosa
Mestre - UFRN

Os autos de arrematação se configuravam como o processo através do qual a Coroa instituiu a administração do recolhimento de tributos no Estado do Brasil. Em um pregão público, homens interessados no negócio dos contratos davam seus lances e disputavam o privilégio de arrecadar determinadas rendas. As questões a respeito das arrecadações, entretanto, não findavam com o auto de arrematação, pois o pregão poderia revelar a formação de grupos, relações de poder e até mesmo conflitos. Além disso, as dinâmicas identificadas nos autos de arrematação, como o valor dos lances, o interesse — ou a falta dele — manifestado pelos contratadores, podem apontar para a compreensão dos aspectos fiscais e econômicos da região. Indica-se este ponto, visto que o investimento na arrecadação de tributos poderia estar relacionado às dinâmicas de produção e comércio, pois a aposta em um determinado contrato tinha como principal finalidade a garantia de que houvesse um bom rendimento. Desse modo, com base nos autos de arrematação dos dízimos reais e nos termos de fiança da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande, pretende-se entender a relação entre os grupos de contratadores e as dinâmicas da economia e da fiscalidade entre a segunda metade do século XVII e o início do século XVIII, na capitania do Rio Grande. Nesse sentido, será possível começar a compreender os principais grupos e indivíduos ligados aos negócios dos contratos, tendo como plano de fundo as dinâmicas de produção e comércio da capitania.

Apontamentos sobre o sistema de contratos da coroa Portuguesa: as condições dos contratos da dízima da alfândega e do direito das entradas

Hyllo Nader de Araújo Salles
Doutorando - USP

Nas últimas décadas, vimos a retomada de fôlego dos estudos sobre os contratos e, especialmente, sobre os contratadores, no entanto, poucos estudos se debruçaram sobre as condições dos contratos, isto é, suas cláusulas e, por conseguinte, a estrutura e funcionamento do sistema de contratos. O presente trabalho pretende, a partir de uma revisão bibliográfica e da comparação das condições entre os contratos da dízima da Alfândega da Bahia e Rio de Janeiro e do Direito das Entradas em Minas nas décadas de 1720, lançar luz ao funcionamento do sistema de contratos da Coroa portuguesa, isto é, contribuir para o entendimento desse complexo sistema de arrecadação tributária, a partir do estudo de caso dos contratos que incidiam sobre a circulação de mercadorias na colônia, que, ao longo do século XVIII, superaram em muito o rendimento dos dízimos que incidiam sobre a produção. As fontes que alicerçam a presente pesquisa são os contratos da

dízima da Alfândega da Bahia registrados no livro quarto da Alfândega; o contrato da díizima da Alfândega do Rio de Janeiro nos Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino do Rio de Janeiro e o contrato do Direito das Entradas nas Minas presente nos Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino da Capitania de Minas Gerais.

Caminhos para pôr em execução o contrato da díizima da alfândega do Rio de Janeiro: elaboração e conflitos na primeira arrematação (1709-1714)

Grazielle Cassimiro Cardoso
Doutoranda - UNIRIO

O presente trabalho tem por objeto o processo de arrematação e execução do primeiro contrato da díizima da Alfândega do Rio de Janeiro. A partir de um olhar minucioso sobre o contrato podemos captar alguns elementos que nos indicam o funcionamento da dinâmica da cobrança da díizima e o papel dos contratadores no contexto da economia local da cidade do Rio de Janeiro, durante a primeira metade do século XVIII. O primeiro contrato da díizima da Alfândega do Rio de Janeiro foi estabelecido em 1711, mas as discussões para sua arrematação iniciaram dois anos antes em 1709. Este contrato, segundo nossas pesquisas, foi o primeiro contrato da díizima da Alfândega a ser estabelecido na América portuguesa. As fontes pesquisadas para este trabalho encontram-se no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate - AHU: Rio de Janeiro Avulsos e Códices do Fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil). É no contrato que são estabelecidas as diretrizes norteadoras das ações do contratador e demais agentes envolvidos na administração alfandegária por isso a relevância de sua análise. Mas entendo que é preciso ir mais longe, perceber a complexidade, investigar o cotidiano da administração do contrato. Assim poderemos compreender como a norma é aplicada e operada no corpo social concreto, portanto, como a norma modifica-se na prática social.

Arrematações de contratos régios: práticas e modos de organização na comarca do serro frio

Joelmir Cabral Moreira
Doutorando - UFRJ

A partir dos descobrimentos de metais em fins do século XVII, desencadeou-se um rápido processo de montagem da máquina administrativa que culminou, em 1720, na formação da comarca do Serro Frio desmembrada da comarca do Rio das Velhas, o que a tornou área com governo e administração próprios. A atividade de mineração teria impulsionado a criação de um mercado interno nesse espaço, e para Minas se dirigiram homens de todas as origens com vistas à realização de negócios, o que, no plano político, levou à necessidade de se estabelecer rapidamente na região uma máquina administrativa com todas as suas peças. No que diz respeito à política administrativa do Império ultramarino português, nota-se que, na passagem do século XVII para o XVIII, ocorreu uma mudança no foco com as crescentes notícias sobre os atrativos que dispunham a América portuguesa, a atenção da Coroa portuguesa voltou-se para as povoações e lugares afastados sobre o seu domínio. Em um primeiro momento, a Coroa procurou ocupar e povoar essas localidades afastadas e, assim, organizar, administrar e garantir suas prerrogativas

e promover sua legislação em distintas localidades, especialmente na capitania de Minas Gerais, onde a mineração do ouro e de outras pedras preciosas se tornou a principal atividade econômica. O conjunto de alterações estabelecidas pelo Estado português na comarca do Serro Frio, ao longo do século XVIII, demonstra a tentativa de melhor organizar e administrar as riquezas encontradas na localidade de Vila do Príncipe e, sobretudo no Arraial do Tejuco, para onde se dirigiram grandes contingentes de indivíduos que buscavam enriquecimento rápido através das atividades comerciais e mineradoras. Esses eventos sumariamente revelam as formas que a Coroa portuguesa encontrou como forma de organizar administrativamente a região, na tentativa de controlar a produção dos diamantes, bem como, implementar sistemas mais eficazes de cobrança de tributos e direitos régios. Dentre estas medidas, o estabelecimento dos contratos foi uma atividade amplamente difundida nas conquistas sob o amparo do Estado português. Os contratos foram acordos temporários entre a Coroa portuguesa e particulares, e tinham prazo determinado para o início e fim, bem como a fixação prévia de seus valores. O objetivo fulcral de tal medida incidiu na concessão de funções públicas a particulares em que o Estado era responsável pela sua execução. O sistema de contratos dos diamantes que firmou-se na comarca do Serro Frio entre 1740 a 1771 era de caráter comercial, constituía-se em um acordo para exclusiva extração dos diamantes por um único indivíduo ou em sociedade em áreas previamente demarcadas e com números de escravos estipulados para trabalharem nesta atividade, o produto final angariado pelos contratadores, isto é, aqueles que arrematavam o contrato, era enviado ao Reino para venda. Sendo assim, para esta comunicação, buscamos realizar um panorama geral acerca do sistema de contratos na comarca do Serro Frio, a sua organização política e administrativa na região mineradora. Como desdobramento dessa reflexão, investigamos o estabelecimento dos contratos arrematados pela família de João Fernandes de Oliveira e de Felisberto Caldeira Brant, dissertando brevemente como a historiografia recente vem apontando a figura desses homens e sua vivência na sociedade como elementos chave para o entendimento das medidas tomadas na organização da região no período dos contratos régios.

O cotidiano da fiscalização: os contratos da dízima da alfândega de Pernambuco e paraíba (1724-1729)

Luanna Maria Ventura Dos Santos Oliveira
Doutoranda - UFPE

A presente comunicação, pretende discutir as redes clientelares criadas pelo contratador Jerônimo Lobo Guimarães, na capitania de Pernambuco para viabilizar a execução de seus contratos da dízima. Buscaremos demonstrar as mudanças provocadas pela anuência desses dois primeiros contratos e a reação dos comerciantes residentes na vila do Recife a nova forma de cobrança do tributo. Utilizaremos o conceito de redes para analisar como as relações de parentesco e clientelares existentes entre os diversos agentes envolvidos nesse contrato, proporcionaram no âmbito local e reinol a realização fiscal e financeira dos mesmos.

Política econômica metropolitana e ação de agentes locais na arrematação dos dízimos reais nas capitanias da Bahia, de p\ Pernambuco e de São Paulo - década de 1790.

Ana Paula Medicci
Professora Dr^a - UFBA

A presente comunicação é desdobramento de projeto docente em desenvolvimento na Universidade Federal da Bahia, intitulado “Subsídios para a história política da Bahia setecentista: análise bibliográfica e documental, c.1750-1808”, cujo principal objetivo é promover amplo levantamento e análise bibliográfica e documental a fim de melhor compreender dinâmicas em curso no movimento de implementação de reformas político-administrativas e econômicas empreendidas pelo governo português, em fase final do período colonial, especialmente na capitania da Bahia e em comparação desta com outras regiões do Império Português. Nesta comunicação apresentar-se-á resultados preliminares de pesquisa relativa à política econômica metropolitana para com seus domínios ultramarinos na década de 1790 e início dos oitocentos, quando grupos de arrematantes locais perderam acesso ao contrato dos Dízimos Reais das Capitanias da Bahia, de Pernambuco e de São Paulo em benefício de grandes negociantes lisboetas. Busca-se ainda apontar, por meio da documentação produzida pelos governadores e pelas Juntas de Fazenda dessas capitanias, as ações e reações dos governadores e dos grupos de poder locais e reinóis envolvidos na gestão da Fazenda Real nesse momento, analisando, nessa conjuntura específica, o íntimo relacionamento entre política e negócios, próprio do exercício do poder nos setecentos e que vinculavam o que hoje chamaríamos de interesses públicos e particulares.

Nos bastidores da arrematação: a atuação ilícita dos homens de negócio nas arrematações dos contratos régios da capitania de Pernambuco durante o século XVIII

Poliana Priscila da Silva
Doutoranda - UFPE

O sistema de arrendamentos sob a forma de contratos das rendas e direitos reais era uma prática vigente nas monarquias de Antigo Regime, como um importante método de arrecadação de receitas. Estabelecido por meio de contratos temporários, o Estado arrendava aos particulares a prerrogativa exclusiva de cobrar os direitos de algum produto numa determinada região, ou seja, a negociação tratava-se da concessão de monopólios e cobrança de impostos, mediante uma soma entregue ao fisco. Deste modo, a monarquia deixava sob a responsabilidade de terceiros, a eficácia das cobranças das rendas e a fiscalização do rendimento. Comumente arrendados aos homens de negócio, os contratos funcionavam como um importante meio de acumulação de influências, maximização de lucros e instrumento de discriminação no interior do corpo de comércio. Mas, se por um lado, a segurança do recebimento prévio dos rendimentos entusiasmou a monarquia portuguesa a aderir os arrendamentos, por outro, a adoção deste método de

cobrança fiscal poderia representar também grandes perdas para a Fazenda Real. Ao trabalhar no regaste das estratégias de atuação dos homens de negócio nos bastidores das arrematações dos contratos pertencentes à capitania de Pernambuco, vislumbramos o descortinar das ilicitudes ocorridas durante a aquisição e gerência dos contratos. As perdas que o Erário Régio arcava com a subavaliação dos contratos, venalidade de alguns oficiais régios envolvidos no descaminho das rendas e conluíus para baixar o preço dos contratos, era algo recorrente, o que conferia um alto grau de lucratividade das negociações realizadas pelo contratador, sempre em detrimento da Fazenda Real. Para analisar o ciclo de ilicitudes na atividade da contratação realizada por esta elite mercantil nos contratos pertencentes a Pernambuco; utilizamos primordialmente os códices e a documentação avulsa originária do Arquivo Histórico Ultramarino durante o século XVIII.

Os contratadores e o contrato dos dízimos reais do Rio de Janeiro, 1770-1800

Carlos Gabriel Guimarães
Professor Dr. - UFF

Conhecidos até então como os dizimeiros, nas últimas décadas a historiografia vem ressaltando o papel político e econômico dos contratadores na América Portuguesa. No caso do Rio de Janeiro, a partir do governo do Marques do Lavradio, quando uma série de medidas foram tomadas no campo econômico e político, estas possibilitaram o reerguimento da capitania em virtude do aumento da produção agrícola e da atividade comercial, e com impacto sobre os dízimos, elevando o valor da arrematação do contrato dos mesmos a partir de 1770. Constituindo-se num dos principais tributos da Real Fazenda da América Portuguesa, a arrematação do contrato dos dízimos reais do Rio de Janeiro se constituiu num dos principais lócus de disputas. Com participação crescente na vida política e social da capitania no século XVIII, um grupo de negociantes reinóis com residência na cidade do Rio de Janeiro, e com uma rede de sociabilidade no Reino de Portugal e importantes praças europeias, como Liverpool, organizou sociedades comerciais para arrematar o contrato dos dízimos reais do Rio de Janeiro. Face o dito acima, o presente texto tem como objetivo analisar a arrematação do contrato e dos contratadores do tributo dos dízimos reais da capitania do Rio de Janeiro no período de 1770 a 1800.

O cacau Amazônico sob o regime da companhia geral do grão-pará e Maranhão (1755-1777)

Frederik Luiz de Andrade de Matos
Doutorando - UFPA

A recente historiografia amazônica tem se debruçado sobre o tema do cacau amazônico e as relações comerciais efetuadas com esse produto, durante os séculos XVII e XVIII. O cultivo do cacau em terras amazônicas ultrapassa a concepção de que a cultura desse produto foi desenvolvida a partir do fracasso da produção açucareira na região, e sim que o cultivo desse gênero advém de uma série de experiências e circunstâncias do contexto português como o lento processo de integração da região amazônica e seus produtos, o declínio português na Índia, uma possível “herança” castelhana no mundo português, a produção e o comércio do cacau no mundo hispânico

e o chamado processo de “atlantização” das conquistas portuguesas. Partindo das premissas dessa recente historiografia, este trabalho tem como objetivo compreender como este produto esteve, durante a segunda metade do século XVIII, sob o monopólio comercial da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755, durante o período pombalino. Focaremos neste trabalho as remessas de cacau chegadas ao Reino e os leilões realizados pela companhia monopolista, revelando como o cacau inseriu-se nas redes comerciais lisboetas. Para tal resultado, utilizamos os dados da Companhia, mais especificamente os livros de entrada e de leilões, contidos no fundo documental referente a esta Companhia depositados no Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa. Dessa feita, este presente trabalho tem por intenção situar o “cacau amazônico” no comércio internacional da segunda metade do século XVIII, revelando uma faceta importante para a compreensão da inserção do Estado do Grão-Pará e Maranhão em um comércio global, a partir das redes comerciais da Praça de Lisboa.

O cacau, as drogas e os contratos dos dízimos na Amazônia (séculos XVII E XVIII)

Raimundo Moreira das Neves Neto

Professor Dr. - IFPA

Rafael Chambouleyron

Professor Dr. - UFPA

Os contratos dos dízimos da capitania do Pará guardaram algumas diferenças, sobretudo quando se compara os séculos XVII e XVIII. Havia, na primeira centúria, grosso modo, os contratos dos “dízimos da terra” e os do “cacau e cravo”. Além disso, havia igualmente outros tributos diretamente ligados a dinâmicas locais, como os “dízimos da salsa” e o “imposto das canoas”. No decorrer do século XVIII, boa parte desses contratos foi unificada, notadamente os do cacau e cravo e os “da terra”. Para este processo de unificação, assim como para toda a lógica que envolvia a dinâmica das arrematações, o cacau (moeda da terra) guarda papel relevante. Já em fins do século XVII, observamos um acréscimo nas rendas dos dízimos das drogas. No XVIII, com a unificação dos contratos, os lances passam a ser cada vez maiores, com o agravante de os contratadores sempre buscarem ficar com o máximo cacau recolhido, pagando assim o contrato nos demais gêneros que sobravam. Significativo é que, no XVIII, nem mesmo o “sobe e desce” das exportações do cacau do Pará fizeram os lances dos contratos diminuírem. Sequer a queda do valor da arroba do cacau nas décadas de 1730 e 1740 prejudicou a crescente subida das rendas dos contratos, cujo principal gênero era justamente o cacau. Dito isto, considerando-se a importância do cacau, ficamos algumas indagações. O que levou à unificação dos contratos? Teria sido apenas uma forma encontrada pela Coroa para facilitar a coleta dos impostos por via dos contratos régios? Ou, teriam os contratadores maiores interesses em ter o cacau num mesmo contrato com as demais drogas para assim poderem descaminhar aquele gênero sem levantar maiores suspeitas, já que sobravam os demais gêneros para assim procederem os pagamentos das parcelas dos contratos?

SIMPÓSIO TEMÁTICO 19

GOVERNO, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO NA AMÉRICA PORTUGUESA (SÉCULOS XVI – XIX)

COORDENADORES

VICTOR HUGO ABRIL (UFRPE)

MARIA ISABEL SIQUEIRA (UNIRIO)

Este Simpósio Temático acolhe trabalhos que investigam as relações entre as instituições centrais do Estado Português e as instituições locais de suas diversas colônias, abrangendo pesquisas entre os séculos XVI a XIX. Tem por objetivo principal analisar os modos de governar de diversos agentes metropolitanos e suas relações com a governança local. Identificar que Política, Administração, Justiça, Direito, Comércio e Sociedade são temas importantes para as análises dos agentes régios, os homens da boa governança da terra e as instituições centrais e coloniais. Tais discussões inserem-se no confronto entre importantes abordagens da colonização portuguesa, especialmente na ótica do Antigo Sistema Colonial e do Império, bem explicitado por Vera Ferlini no prefácio do livro *Modos de Governar*. A partir destas chaves de interpretação este Simpósio analisará os níveis de centralização da Monarquia portuguesa na Época Moderna, bem como: os arranjos ou “redes clientelares” entre elites locais e os poderes da Coroa; os modos de administração da Coroa portuguesa nos territórios ultramarinos; a busca da sistematização das representações da justiça elaboradas na dinâmica social das colônias; a circulação de agentes e suas formas de ascensão e mobilidade dentro das conquistas e (ou) territórios do Império Português; o estudo das normas régias, representadas por regimentos, patentes e leis; as dinâmicas de poder estruturadas nos circuitos mercantis, etc. Tais debates partem da confluência de dois grupos de pesquisa: MANTO - Núcleo de Estudos de História Colonial - e NEIC – Núcleo de Estudos Impérios Coloniais. Enquanto o último foi estruturado para a discussão sobre a produção historiográfica acerca da América portuguesa e também dos Impérios Coloniais congregando pesquisadores ocupados com os processos de mundialização que se intensificaram no período Moderno, inserindo pesquisas voltadas para estudos que possibilitem uma história da ‘governança, vida diária e comércio ultramarinos’, o MANTO investiga as relações entre Estado e sociedade nas colônias – estendendo o seu alcance do século XVI ao XIX no Brasil –, identificando as fronteiras entre as relações lícitas e ilícitas na dinâmica social e na cultura política. Não se trata de identificar vítimas e culpados, até porque estes são produzidos nesta totalidade conflituosa e dinâmica, absolutamente invertida para o olhar metropolitano que, salvo raríssimas exceções, não cuidava sequer de perceber o seu próprio papel nessa aparente inversão. Trata-se de ajustar o foco da lente interpretativa para detectar essas relações singulares, sigilosas e evasivas. Em suma, este simpósio temático destina-se a acolher esses diversos estudos em desenvolvimento.

Local: **SETOR 02/SALA G3.**

O confisco sobre os jesuítas na América Portuguesa: a repercussão e a administração dos bens

Ilana Peliciari Rocha
Professora Dr^a - UFMT

Com o confisco dos bens dos Jesuítas um vasto patrimônio foi adquirido pela metrópole. Uma parte destes bens eram escravos que se tornaram “escravos da nação”, outra era composta de imóveis, que receberam destinos diversos. As intenções da Coroa eram claras, na perspectiva moderna do Estado, enquanto despotismo esclarecido encarnado na figura de Pombal: o combate ao poder político da Igreja. Mas o que ocorreu na Colônia, como resultado, deve muitos esclarecimentos. O objetivo é analisar os relatos oficiais reunidos na Coleção do Projeto Resgate, que abrange a dispersão territorial da presença jesuítica. Vislumbra-se esclarecer as seguintes hipóteses: a) O confisco tinha apenas fins políticos, não gerou repercussão econômica significativa. Ou seja, esses bens, apesar de significativos, em sua grande maioria foram mal administrados e diluídos no conjunto dos bens da Coroa ou destinados a particulares pela venda, sem, portanto, repercutir significativamente na composição patrimonial da Coroa; b) Esses bens tanto foram consumidos com o próprio processo do confisco como também passaram a compor um patrimônio do Estado português na Colônia, de significativa importância, pelo seu considerável aporte; c) Em razão da hipótese anterior, a dispersa “administração colonial” se mostrou atribulada e desarranjada; d) Com o registro desse volume patrimonial como patrimônio oficial, surgiram mais implicações que ensejariam outros estudos, como o robustecimento do patrimônio da Coroa na Colônia. Assim, apesar dos fins claramente políticos, sua repercussão foi também econômica. Esse conjunto de documentos é predominantemente de ofícios das repartições públicas coloniais e, também, correspondências e relatórios de natureza variada. Há que se reconhecer que as hipóteses apresentadas podem ser confirmadas apenas e sob o limite da perspectiva oficial dos administradores.

Os privilégios de poder dizer o direito: uma análise da atuação dos magistrados na capitania de Pernambuco no século XVIII

Priscilla de Souza Mariano e Silva
Doutoranda – UFPE

A presente comunicação propõe-se a analisar as ações desenvolvidas pelos magistrados do Rei no exercício de suas atribuições na capitania de Pernambuco, durante o século XVIII. Dentre os feitos empreendidos por esses oficiais, podem-se destacar os que envolviam um esforço contínuo para manter a boa imagem de oficial do Rei, que tentava desenvolver com esmero o que dispunha não só o regimento, mas todo um estatuto deontológico a ser observado visando o estrito cumprimento de seus deveres. O magistrado, através do exercício do seu poder, apresentava-se como defensor do direito e da justiça Real nos seus atos e decisões. O Rei era o senhor máximo da Justiça, e a distribuía em seu nome para que seus magistrados pudessem levar o direito aos locais mais distantes do reino e assim pudessem solucionar os conflitos surgidos da forma mais imparcial possível. Porém, aquilo que estava disposto de forma teórica, nem sempre se aplicava na prática cotidiana desses oficiais. A vasta documentação consultada para a construção dessa pesquisa

demonstra uma profusão de práticas abusivas e ilícitas que eram amplamente utilizadas pelos magistrados no exercício dos seus atributos, a partir do uso de estratégias de enriquecimento fácil e meteórico. Ocupar esses lugares nas periferias do Reino era extremamente almejado, uma vez que era prerrogativa para progressão nas suas carreiras, como também aumentava vultuosamente o seu respectivo patrimônio. É, portanto, nosso principal objetivo compreender os mecanismos utilizados por ouvidores e juizes de fora, percebendo como desempenhavam seu poder tanto no sentido estrito, como nas matérias que extrapolavam os ditames deontológicos dos seus cargos, sobretudo naquilo que percorria o caminho das ilicitudes. E é diante disso que poderemos entender até que ponto a influência dos poderes e deveres locais foi importante para o desempenho do poder desses magistrados designados pelo Rei.

Um olhar sobre o juízo dos órfãos mediante as demandas das viúvas e tutoras solicitantes. Capitania de Pernambuco, primeira metade do XVIII

Jéssica Maria Silva de Menezes
Mestranda – UFRPE

A presente comunicação tem como escopo desenvolver uma consideração acerca da instituição do Juízo de Órfãos, no tocante aos papéis jurídicos, administrativos e sociais dos quais eram os responsáveis. O objeto de pesquisa se desenvolverá a partir da perspectiva relacional com a instituição da tutela feminina dentro do contexto colonial da capitania de Pernambuco, na primeira metade do século XVIII. Procuraremos analisar como a Instituição do Juízo dos órfãos buscou controlar e normalizar as relações sociais envolvendo órfãos, viúvas e heranças, bem como, os modos operandi empregados para a administração de pessoas e espólios dos órfãos. Desse modo, relacionar a partir de um olhar sensível as contingências demandadas pela sociedade colonial, mais especificamente pelas viúvas. As fontes de pesquisa utilizadas serão as manuscritas, como os requerimentos demandados pelas viúvas, disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino. Outro tipo documental serão os inventários contidos no acervo documental do Arquivo Judiciário do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco. A análise se desenvolverá a partir do cruzamento de tais documentos com as fontes normativas do reino, como as Ordenações, Regimentos e Alvarás. Serão analisadas à luz das contribuições teóricas de Antônio Manoel Hespanha com a abordagem da história social das instituições, desse modo, atrelar o social e o jurídico, ultrapassando o conhecimento estático dos grupos institucionais analisados. A perspectiva relacional mostra ser um meio de verticalização para o estudo do juízo dos órfãos, já que, ao atender as demandas das viúvas, esta instituição adquiriu maior relevo no espaço colonial. O cruzamento com as fontes normativas permitem perceber em que medida as normas eram aceitas, ou não, se foram adaptadas, ou se, simplesmente caíram em desuso. Além disso, perceber os caminhos diversos para a constituição da família colonial, ao indicar arranjos diversos ao da imposição patriarcal.

Colonização e projetos coloniais em Portugal na primeira metade do século XIX

Natalia Tammone
Doutoranda – USP

Este trabalho objetiva articular o contexto político e econômico luso-brasileiro – principalmente nos anos finais da colonização do Brasil e no início do século XIX – com as ideias e projetos econômicos, nomeadamente sobre a colonização, expressas em alguns dos principais expoentes desse período. Utilizaremos fontes e referências bibliográficas já conhecidas para lançar luz a um problema até então não esclarecido: a passagem da ideia de “nexo feliz” nas relações coloniais entre Brasil e Portugal ao abandono da perspectiva de colonização no Brasil, com as projeções de formação de um “novo Brasil” nos domínios africanos. Nesse momento, a função da colonização e o que se esperava como seus frutos estavam bem teorizados, sendo patente no pensamento metropolitano a necessidade de elaborações e reelaborações do sistema de colonização, para que fosse possível atingir os objetivos da empresa colonial, fortalecendo a ligação entre a metrópole e as colônias. Além disso, expõe-se como as noções de colônia e do sistema de exploração a ser adotado foram sendo alterados em virtude dos contextos políticos e econômicos por que passava Portugal, notadamente a partir das transformações advindas das guerras napoleônicas, com a transferência da corte para o Brasil, a abertura dos portos, o movimento de independência e as influências do liberalismo. A fim de atingir tais objetivos, definem-se três momentos na formulação de ideias sobre a questão colonial: i) de 1790-1820, em que se defende a concepção de complementaridade e simbiose nas relações econômicas entre metrópole e colônia; ii) de 1820- 1825, momento de busca de alternativas às relações monopolistas para a manutenção do império e; iii) de 1825 a 1850, momento no qual, perdido o Brasil, busca-se recompor o Império a partir da centralidade da África nas relações coloniais, formulando-se o ideal de um “novo Brasil”.

Administração no Império Português: políticas econômicas 1807-1820

Luís Otávio Pagano Tasso
Doutorando – USP

O comércio externo português com as colônias foi muito prejudicado com as Invasões Francesas a partir de 1807. Num momento de avanço das manufaturas inglesas, de aumento populacional europeu e de estruturação do tráfico marítimo, a instauração e manutenção do Bloqueio Continental em Portugal, impediu não só o acesso aos produtos coloniais e seus mercados, como também as mercadorias da Inglaterra e seu crescente mercado de consumo (industrial e populacional). Somase a isto, o próprio movimento da saída de Corte Portuguesa para o Brasil, que paralisava setores da administração pública portuguesa, e cortava a principal fonte de renda de diversas famílias Nobres que dependiam do Erário Régio. No arranjo administrativo do Império, o tesouro português dependia das receitas alfandegárias do comércio (reexportação) entre Metrópole e Colônia. Não bastando tais fatos, somava-se a necessidade de importar diversos gêneros alimentares e cereais para a manutenção da capital do Império e do restante da população metropolitana. A saída da Família Real ainda gerou outros custos como: a transferência da Corte para o Brasil, a manutenção da Família Real e das tropas que guarneceram o território para sua proteção, e os

custos da própria Guerra Peninsular. Nesse contexto conturbado, a análise paralela das políticas econômicas feitas pelo Estado Português (Portugal e Brasil) ainda na metrópole, face aos conflitos europeus e da administração do “Estado Português” instalado no Brasil trará luz sobre um possível programa de governo, num período que terá como consequências: a Revolução Liberal do Porto, as Cortes Constituintes e seus desdobramentos e o retorno do Rei ao território metropolitano e no processo de independência do Brasil. Fontes: Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Coleção de Documentos Avulsos Projecto sobre a formação de um empréstimo de dez milhões de cruzados, a benefício do Real Erário, 1810. Tabela Geral dos rendimentos e despesas do real erário, s/d (180).

Civilizações do açúcar: discussão sobre padrões de relações políticas, econômicas e administrativas

Vera Lucia Amaral Ferlini
Professora Dr^a - USP

As culturas açucareiras constituem problemáticas relevantes na América. Desde a época colonial, a produção de açúcar vinculou-se à dinâmica mercantil, gerando sistema produtivo fundado na escravidão e na triangulação de rotas comerciais que ligavam África, Europa e o continente americano. Apesar dos componentes em comum, a cultura do açúcar adotou formas distintas em cada uma das regiões onde foi estabelecida. No nordeste brasileiro e depois no sudeste, predominou a grande plantação escravista que marcou a sociedade e a economia da região, enquanto que, em outras áreas, os engenhos acabaram por orientar-se ao mercado interno, produzindo para o sustento local. Desta forma, as diferentes dinâmicas produtivas geraram fisionomias diversas, segundo a magnitude de suas configurações agrárias, as escalas produtivas e a orientação de sua produção. O açúcar passou de meio de ocupação, para fim da colonização. É preciso ressaltar, porém, que o primeiro esforço de assentamento de populações, tendo o açúcar como elemento de atração e recompensa, deitou raízes na configuração da sociedade da região nordestina. A associação entre essa elite inicial, que aliou a produção ao exercício de atividades administrativas, e comerciantes implicou em formulações políticas, econômicas e sociais *sui generis*, marcada pela fixação dos proprietários, com amplas concessões de terras e acesso à escravização dos indígenas. Num paralelo, no Caribe tem-se dois modelos de produção açucareira: a ocupação, diretamente vinculada a interesses comerciais, marcada pelo absenteísmo, pela unidade entre lavoura e fabrico do açúcar e pelo uso da mão de obra escrava africana, que gerou outra formulação econômica, social e política; e a produção açucareira de Cuba, que fruto de decisão da elite crioula, incrementou sua produção baseada no apoio da Real Companhia de Comércio de Havana e acesso à mão de obra escrava. O resultado, foi a consolidação de uma sacarocracia, com fortes elementos de consciência burguesa.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 20

Governanças, administração e poderes no Império Português entre os séculos XVI e XIX

COORDENADORES

REINALDO FORTE CARVALHO (UPE)

JONAS WILSON PEGORARO (UEPG)

Articular os diversos pontos do Império Ultramarino Português se constituiu em uma tarefa desafiadora, inovadora e necessária para a Coroa lusitana. Conforme já apresentado por António Manuel Hespanha e Maria Catarina Santos os “poderes num império oceânico” não se estruturaram, apenas, em formas “tradicionais” de dominação. Nesta lógica, ao lançar um olhar para um quadro mais amplo, devido às conquistas dos mais diversos territórios em distintos momentos políticos-institucionais, a Coroa lusa acabou inserindo-se em multifacetadas dinâmicas, passando a assumir diferentes e inéditos papéis, ora como protagonista das ações, ora como coadjuvante. Contudo, independente de qual papel assumisse, se fazia presente, necessitando responder às mais distintas conjunturas nos mais longínquos pontos dos domínios portugueses. Observa-se que uma das estratégias da monarquia lusa era nomear/inserir oficiais para assegurar as prerrogativas régias nas localidades, sendo que, por intermédio destes mesmos oficiais, buscava manter o controle daqueles espaços, bem como acabava conseguindo importantes e diversificadas informações por meio da documentação produzida por seus agentes. Neste percurso, a produção historiográfica recente vem revelando novas formas de compreender a instalação das instituições administrativas, jurídicas e dos poderes locais nas dinâmicas da América portuguesa. Desse modo, os novos olhares, teórico e metodológicos da historiografia, foram lançados sobre as diversas fontes ampliando os conceitos e o sentido da atuação dos representantes da administração, justiça e das práticas no cotidiano do Ultramar português, enfatizando as relações jurisdicionais entre autoridades ajustadas às mais diferentes localidades de sua atuação. Portanto, entender como se caracterizava as práticas administrativas desses representantes régios, é adentrar nos espaços de negociação, embate e conflito presente nas diversas formas de governar destes indivíduos no exercício de suas funções. Diante disto, torna-se relevante a discussão acerca da atuação dos representantes da administração na América portuguesa, por revelar de que forma os dispositivos de poder eram colocados em prática no exercício do mando nos espaços colônias do ultramar em relação às normas do Estado lusitano. Dada essa perspectiva, o Simpósio Temático acolherá apresentações que se dediquem a analisar documentações que abordem as questões administrativas do Império português, problematizando-as na busca de novas (ou reforçando “velhas”) perspectivas interpretativas tanto para a governação dos espaços, quanto à articulação dos poderes nas localidades.

Local: **SETOR 02/SALA E3.**

A participação de um militar no governo interino da capitania de Moçambique e Rios de Sena (1779-1786)

Ana Paula Wagner
Professora Dr^a - UNICENTRO

Estudos sobre as forças militares instaladas em diferentes partes do Império Português indicam a importância que o grupo social, constituído pelos militares, assumiu para a manutenção do Império luso, tanto como elemento de defesa e controle dos territórios, mas também como sujeitos coparticipantes da vida administrativa. Sobre essa questão em particular, é objetivo desta comunicação abordar a participação de Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos em episódios de governos interinos ocorridos na Capitania de Moçambique e Rios de Sena, entre os anos de 1779 e 1786. Tratava-se de um militar reinol, nomeado para o posto de Tenente-Coronel da Infantaria do Regimento da Praça de Moçambique, mas que em três momentos distintos e em razão da morte dos governadores titulares, assumiu interinamente o governo da capitania em questão. As fontes privilegiadas (documentação administrativa) permitiram considerar que a passagem deste militar no governo da África Oriental Portuguesa foi marcada por atritos e desentendimentos, constituindo momentos de questionamentos de hierarquias e de disputa de poder. A hipótese levantada é que as condições gerais deste quadro de tensões deviam-se, em parte, por se tratar de um militar que estava em um lugar para o qual ele não havia sido designado especificamente, quando da sua nomeação pela Coroa. Ou seja, por estar em uma situação provisória, fora do seu papel de militar, Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos tanto foi questionado, quanto utilizou a investidura do cargo ocupado para fazer objeções à determinadas ações empreendidas por outros agentes régios. Nesse sentido, consideramos que as questões a serem apresentadas nesta comunicação poderão contribuir para o conhecimento das particularidades da história de Moçambique, mas também trazer subsídios para um debate mais amplo da discussão dos governos interinos no Império Português.

Governo e comunicação política na fronteira sul do Império Português no Brasil, no início do século XIX

Clarissa Prestes Medeiros Vianna
Doutoranda – Universidade de Lisboa

Nos últimos anos o estudo sobre administração colonial no Brasil proliferou e ganhou uma nova perspectiva, buscando mostrar as diferentes dinâmicas de negociação entre as colônias e a Coroa portuguesa, em que os processos de constituição e desenvolvimento do Império português nas regiões das colônias permite uma visão mais completa sobre as sociedades ultramarinas. Essas abordagens têm influenciado muitos trabalhos, voltando esses para a abordagem do funcionamento da governabilidade do Império português nos seus diversos territórios, analisando as relações das principais autoridades régias e dos poderes locais, tendo como objeto central de estudo os governadores do Império português. Desse modo, a presente comunicação busca abordar as formas de afirmação da soberania da Coroa Portuguesa na região platina, uma fronteira de intensa interação social entre diferentes povos, constantemente em disputa entre os Impérios

Ibéricos. Para isso parte-se da comunicação política do Governador da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, D. Diogo de Souza, a época da elevação da dita Capitania à capitania-geral em 1807, tendo como fontes as correspondências oficiais do governador, visa-se uma percepção acerca dos encontros entre as diferentes esferas de poder - as autoridades portuguesas e as comunidades locais - nas dinâmicas dessa fronteira. Assim, a partir da comunicação política, pode-se perceber o modo de governar do Império português a partir do estudo de seus administradores nas suas diferentes dimensões e localidades e entender como se deu a relação entre os interesses locais e o centro político através das práticas administrativas dos governadores.

Trajetórias sociais, mercês e o contexto de conquista da terra: a atuação dos capitães-mores no Siará Grande entre 1679 e 1754

Rafael Ricarte da Silva
Professor Dr. - UPFI

Esta comunicação tem por objetivo esmiuçar o processo de concessão das terras da Capitania do Siará entre os anos de 1679 e 1754, buscando evidenciar os conflitos de poder, as denúncias e acusações de irregularidades praticadas pelos capitães-mores na doação das sesmarias da capitania. Para melhor compreender estas disputas de poder pela administração e posse das terras do Siará Grande, procura-se perceber o estabelecimento de redes de alianças entre capitães-mores, sesmeiros, camaristas e demais moradores em suas articulações e negociações em torno da efetivação ou descumprimento das determinações impostas pela legislação sesmarial. O estudo pauta-se na análise: dos perfis e trajetórias de governança dos capitães-mores que atuaram na capitania; da distribuição das terras e das denúncias e alianças estabelecidas pelos envolvidos. Metodologicamente, esmiuçou-se a relação entre os espaços onde cada capitão-mor doou a terra e o período, as justificativas apresentadas, os solicitantes contemplados, os deveres/exigências ressaltados por cada um, as redes de alianças estabelecidas entre estes agentes da governança local e os requerentes de sesmarias. O corpus documental da pesquisa é composto por manuscritos avulsos do Conselho Ultramarino referentes à Capitania do Siará Grande, legislação sesmarial (Ordenações, Decretos, Alvarás e Editos Régios), cartas de sesmarias e registros de nomeações para o posto de capitão-mor contidos nos Registros Gerais de Mercês da Coroa portuguesa.

“Úvidos e juiz”: assuntos correlatos à ouvidoria de Paranaguá nos documentos do arquivo do estado de São Paulo (1726-1799)

Jonas Wilson Pegoraro
Professor Dr. - UnB

Do vasto corpo documental que existe no Arquivo do Estado de São Paulo há uma caixa em específico denominada “Ouvidor e Juiz”. Indicada como Caixa 73; Pasta 01; Documentos de 01 à 68; Ordem 317 foram transcritos todos os documentos da referida pasta, tratando de informações da Ouvidoria de Paranaguá entre os anos de 1726-1799. O objetivo da comunicação é apresentar esse volume documental, observando seus autores, sujeitos envolvidos e assuntos tratados para compor uma perspectiva da atuação dos ouvidores e demais oficiais da localidade.

Nas fronteiras da ação personalista: olhares para as negociações corruptiva de funcionários régios na América Portuguesa colonial (XVIII-XIX)

Milton Stanczyk Filho
Doutorando – USP

Por solicitação régia, em 6 de maio de 1805 o então Capitão General de São Paulo, Antônio José de França e Horta, enviava a Vossa Alteza “um completo conhecimento das pessoas que lhe são submetidas” (DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E OS COSTUMES DE SÃO PAULO, 1895, Volume XV, Pg. 131), principalmente sobre os ministros ali empregados declarando “a qualidade de sua literatura, prudência, préstimo, limpeza de mãos, acolhimento” (Id.) para que a Secretaria dos Negócios da Marinha, e Domínios Ultramarinos pudesse dar prosseguimento em suas carreiras. Com apenas 3 anos no cargo, Horta elaborava os conceitos dos quatro únicos ministros letrados da capitania: dois Ouvidores e dois Juízes (um de Fora, outro da Alfândega), onde registrou diversas falhas, sejam por suas “venalidades”, “desobediência e desatenção”, por “ignorar os limites de sua jurisdição”, “irregular conduta”, “condescendência”, “cego de interesse”, “decisivas provas de sua ignorância, e insuficiência para o importante cargo que exerce”, entre outras tratativas. Observando tal cenário, este trabalho tem por objetivo adentrar na esfera personalista das ações dos funcionários régios nas áreas meridionais da América portuguesa colonial - em especial aquelas desenvolvidas pelo Ouvidor da Comarca de Paranaguá, Antônio de Carvalho Fontes Henrique Pereira - buscando vislumbrar um possível caleidoscópio político que envolvia uma rede econômica corruptiva. Tal perspectiva permite ser problematizada quando se observa os desígnios do Ouvidor para com os bens do falecido Capitão Antonio Gomes Campos, notório comerciante de gado e morador nos campos de Curitiba. Historiograficamente, investiga-se sobre a utilização dos canais burocráticos e da integração em redes familiares como elementos determinantes para a manutenção, ascenso ou descenso social.

As denúncias feitas aos Juízes de Fora de Minas Gerais

Débora Cazelato de Souza
Doutoranda – UFMG

O ano de 1731 transformou as relações sociais, políticas e econômicas nas Minas Setecentistas. O motivo é a chegada de um novo membro da burocracia portuguesa: o juiz de fora. Criado ainda no reinado no D. Afonso IV no reino português, esses indivíduos, com certa frequência, não eram bem vistos pela localidade em que foram inseridos. De maneira geral, a queixa recaía sobre a falta de finanças dos concelhos em arcar com mais um oficial e também no tocante a perda jurisdicional dos juízes locais/ ordinários. Como havia de ser, o mesmo se sucedeu no território aurífero luso mais importante do século XVIII. O objetivo dessa comunicação é apresentar as principais denúncias feitas contra os juízes de fora mineiros. A apresentação se dividirá em três momentos. Primeiro as queixas feitas pelos oficiais camarários, passando então para as denúncias dos moradores da localidade e, por fim, os conflitos de jurisdição entre o juiz de fora e os outros representantes reais. Para tal, se recorrerá aos documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) referentes à Capitania de Minas Gerais. Acredita-se que aliando as denúncias com as trajetórias individuais dos juízes que serviram no território de Minas entre os anos de 1730 a 1777, descortinará aspectos bastante peculiares do universo colonial, sobretudo a respeito da eficácia ou não das denúncias e se elas interferem nas progressões de carreiras dos magistrados.

“Homens conaturalizados”: a atuação dos primeiros administradores da real extração dos diamantes (1772-1795)

Régis Clemente Quintão
Doutorando – UFGM

Nesta comunicação, abordaremos parte da nossa pesquisa de doutorado, cujo objeto é o funcionamento da administração da Real Extração dos Diamantes a partir da atuação de seus primeiros funcionários. Esta abordagem está alinhada com estudos de autores como Horst Pietschmann, Michel Bertrand, Kenneth Andrien e Adriana Romeiro, que têm, de formas diferentes, evidenciado tanto os conflitos quanto as convergências de interesses entre os administradores locais e as autoridades espanholas ou lisboetas, bem como a existência de um rigoroso conjunto de normas para controle e punição dos oficiais régios, a despeito de uma ilimitada autonomia notada por outra vertente historiográfica. Assim, de um lado, objetivamos destacar o aparato normativo da Coroa, que tinha o propósito de tornar a administração mais eficaz, e, de outro, o que era de fato colocado em prática pelos funcionários. Com a finalidade de aumentar a produção e reduzir os custos, a monarquia portuguesa precisava da colaboração dos funcionários locais. No entanto, a partir de fontes manuscritas do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal, da Biblioteca Nacional de Portugal e do Arquivo Público Mineiro, percebemos que a relação entre o Estado lusitano e este espaço colonial foi bastante conflituosa e de pouca convergência, colocando em xeque até mesmo a existência do monopólio sobre os diamantes.

Governando os nobres vassalos de Pernambuco: Duarte Sodré Pereira Tibão e o donativo para os casamentos dos príncipes reais (1727-1737)

Breno Almeida Vaz Lisboa
Professor Dr. - CEDUC-PE

Em 1727 era criado por D. João V o Donativo para os casamentos do príncipe de Portugal D. José de Bragança com a infanta D. Maria Vitória e de D. Maria Bárbara (filha de D. João V) com o espanhol D. Fernando, príncipe das Astúrias. Questão sempre delicada na governança do império, o lançamento de novos tributos requeria um governador de capacidade e experiência no assunto, recaindo sobre Duarte Sodré Pereira Tibão o encargo de governar Pernambuco no momento da implementação do Donativo no Brasil. De modo que tal trabalho se propõe a perscrutar a trajetória política de Duarte Sodré, entendendo o porquê da sua nomeação para o governo de Pernambuco neste momento. Também se pretende analisar a atuação governativa de Sodré na administração do Donativo através de suas formas de negociar com as elites locais e melhor encaminhar a cobrança do tributo.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 21

Milícias na América Portuguesa: a dinâmica militar e sua arquitetura de poder nos séculos XVII e XVIII.

COORDENADORES:

CHRISTIANE FIGUEIREDO PAGANO DE MELLO (UFOP)

RODRIGO CEBALLOS (UFCG)

Nos últimos anos, a chamada “nova história militar” atraiu uma série de historiadores envolvidos com o estudo das Instituições militares e as relações dos homens de armas nos espaços político, econômico e cultural no Brasil Seiscentista e, especialmente, do Setecentos. Pesquisas recentes mostram-nos múltiplas possibilidades de se conhecer não apenas a regulamentação régia e sua estrutura militar defensora do Império português na América, mas também as estratégias de afirmação social de seus ocupantes por meio da criação de valores, de distinções, de formas de prestígio em uma sociedade estamental típica do Antigo Regime. As tropas militares garantiam o controle e a disciplina na América portuguesa e eram encarregadas pela sua defesa e administração. Mas ao tempo em que os militares representavam simbolicamente uma ordem social, centralizadora, a qual se desejava construir para a manutenção do Império português, ela acabou se dissipando e ganhando novos significados de acordo com as realidades locais do Brasil. O caráter social nivelador daqueles que ocupavam postos militares nas tropas criaram possibilidades de mobilidade social em uma sociedade escravista e atraíram homens livres pobres, forros, pardos e nativos aldeados. E aqueles que já mantinham espaços de poder nas localidades por serem principais da terra, mesmo sem experiência nas armas, ocuparam altos cargos militares, recebendo honras e mercês e tornando-se intermediários com os poderes centrais. No intuito de congregarmos estudos que envolvam a complexa dinâmica militar nas suas diversas facetas étnico-raciais, sociais e políticas e a fragilidade de sua estrutura organicista nos mais diversos recantos do Império português na América, pretendemos agenciar um profícuo diálogo com pesquisadores atentos ao variado uso de fontes sobre o tema e suas perspectivas de pesquisa. Acreditamos numa troca de saberes capaz de perceber, temporal e espacialmente, a diversidade da existência, composição, significado e uso de tropas militares no Brasil colonial. Interessa-nos o diálogo com estudos que alarguem o conceito de “disciplina militar”; que analisem a relação de um Império e o seu corpo militar envolvido em “estruturas granulares” e “contínuas”, mantidas por diretrizes régias e, ao mesmo instante, os interesses pessoais. As abordagens pluridimensionais trazidas para este Simpósio Temático sobre as milícias nos permitirão discutir as redes de cumplicidades – locais, supralocais ou Atlântica – em suas variadas escalas, que funcionaram para a própria arquitetura de poder no Brasil colonial.

Local: **SETOR 02/SALA A4.**

Lealdade por um fio: um estudo sobre o braço armado “pardo” no movimento político e social ocorrido na Bahia em 1798

Célio de Souza Mota
Professor Ms. - PMBA

A sociedade baiana no final do século XVIII era marcada pela diversidade de “cores” que demarcavam hierarquias sociais da sociedade escravagista. A organização militar foi palco de disputas e encontros, expressando e, ao mesmo tempo, constituindo relações de poder e hierarquias entre os dominados. Os homens de cor não eram meros “instrumentos” a serviço do Estado. A conquista e a sua manutenção dependiam do braço armado negro que era cooptado através do recrutamento e da concessão de mercês, honraria e patentes. O serviço militar era um dos poucos espaços de ascensão social alcançado pelos homens de cor, notadamente, nas milícias de sua própria cor. Por outro lado, o mesmo não acontecia nas tropas regulares e no serviço de ordenanças. Estavam imbricados em uma complexa teia de tensões sociais e raciais que informavam a sua luta. Logo, a mobilidade social ocorria sob a cultura política do Antigo Regime. Assim, os militares pardos estabeleciam constantes negociações, entre poder local e metropolitano, estabelecendo modos de vida coletiva no seio da sociedade escravocrata. Com isso, obviamente, não se pretende mitigar os conflitos, mas ampliar o alvo das relações de dominação, bem como das diversas formas de resistências. Porquanto, em momentos “críticos” as contradições ocultadas em discursos de consenso e hegemonia são desnudas. Nesta perspectiva tomamos o conflito de 1798 como janela privilegiada de observação do mundo dos homens de cor fardados na Bahia do final do século XVIII. Para tanto a pesquisa se debruça sobre fontes primárias como os Autos da Devassa do movimento, Requerimentos de carta patentes, confirmação de cartas patentes – tendo em vista que revelam as vozes dos subalternizados – e outros. A carência de trabalhos que discutam a “reciprocidade” dos homens de cor fardados na Bahia setecentista, em oposição ao poder hegemônico, notadamente, revelado em momentos claros de conflitos, consubstancia a pesquisa com o desiderato de contribuir para o debate.

“Pardo e fiel vassalo do serviço de sua majestade”: a trajetória de Antônio Mariano Borges, capitão da companhia de homens pardos de Porto Seguro (1777 -1801)

Marlos Candido Souza Rezende
Mestrando - UFB

Em 1778 Antonio Mariano Borges foi nomeado Capitão da Companhia de Homens Pardos da Comarca de Porto Seguro. Anexa às ordenanças locais, os terços auxiliares de pardos cumpriam o dever de consolidar um sistema mais regular de defesa, agrupando a população masculina com idade entre 18 e 60 anos. Foi na Companhia dos Homens Pardos que o referido capitão realizou serviços de relevância na Comarca de Porto Seguro, destacando-se na defesa da Freguesia de Santa Cruz contra o ataque de aproximadamente 100 franceses, no dia 12 de agosto de 1796. O serviço desempenhado na expulsão dos invasores se converteu numa possibilidade de ascensão

social, seguindo a lógica da política de mercês, tática usual da monarquia lusitana na consolidação de vínculos entre vassalo e rei, assegurando a fidelidade do súdito e a disposição do monarca em recompensá-los, mediante a prestação de serviços à Coroa. Nesta comunicação, analiso como a trajetória de Antonio Mariano Borges enquanto capitão de homens pardos contribui para que ele consolidasse relações que o tornaram um homem distinto na sociedade local, sobretudo a partir do ano de 1796, quando recebe a patente de Sargento Mor das Ordenanças de Porto Seguro, após expulsar os franceses. Nesse sentido, sua trajetória evidencia que as ordenanças de pardos de Porto Seguro, muito mais que uma força de defesa ou um mecanismo de demarcação ou restrição da mobilidade de sujeitos estigmatizados pela cor, se converteram num espaço de distinção social, assegurando inclusive a ascensão de alguns indivíduos de estratos sociais inferiores. Muitos dos que ingressavam em seus quadros ressignificavam suas relações sociais, tornando-se sujeitos proeminentes e agraciados pelo rei em reconhecimento ao seu serviço e merecimento individual.

“Um grandioso socorro”: a presença e atuação indígena no sistema defensivo da capitania do grão-pará (primeira metade do século XVIII)

Wania Alexandrino Viana
Doutoranda - IFPA

Este trabalho trata da presença indígena em diligências e tropas militares na capitania do Grão-Pará na primeira metade do século XVIII. Tem por objetivo refletir sobre as redes de mobilização da força nativa a partir de três perspectivas: os aldeamentos, a negociação direta com lideranças indígenas e a cooperação entre capitanias. A primeira metade do século XVIII foi um período marcado por um processo de adequação da organização militar na capitania do Grão-Pará. Por essa razão, temos um longo processo em que se verificam ajustes no que diz respeito à configuração de modelos mais apropriados de defesa. Essa problemática administrativa tornou imprescindível a presença indígena nos corpos defensivos da capitania. Nessa perspectiva é importante redimensionar a ação indígena nos estudos de defesa e militarização. Em primeiro lugar destacamos que um dos enormes problemas dos estudos de defesa é colocar os indígenas em lados opostos desse processo. Todavia, estes sujeitos não apenas participaram da defesa, como foram decisivos o momento de guerra, e de negociação no sertão, e possibilitaram a operacionalização da tropa em diversas diligências militares. Portanto, qualificaram a capacidade defensiva das tropas lusas na região. Essa análise é possível a partir da sistematização de dados presentes em diversas fontes, como por exemplo, os mapas e listas militares, as correspondências, os regimentos, os alvarás, decretos, relatos de viagens, relatórios de engenheiros, pedidos de baixas e muitos outros que tratam das questões defensivas na capitania ou que é possível verificar as complexas relações de mobilização de soldados e índios para a defesa da capitania.

“Das grandes necessidades que padecem estes poucos soldados”: considerações acerca do cotidiano dos praças da cidade do Natal (1660-1701)

Maiara Silva Araújo
Mestranda - UFRN

A gente de guerra residente e atuante na cidade do Natal, na segunda metade do século XVII, mais especificamente entre os anos de 1660 a 1701, conviveu com uma série de problemas que dificultavam a manutenção do serviço militar nesse espaço. Dentre esses problemas presentes nas Cartas enviadas tanto pelos oficiais da Câmara de Natal quanto pelos Capitães-mores do Rio Grande ao Rei de Portugal, Dom Afonso VI, citamos o estado de ruína em que se encontrava a Fortaleza dos Santos Reis Magos, a falta de armas, munições e até mesmo de soldados. Segundo os oficiais da Câmara de Natal, a miséria em que se encontravam os praças da cidade do Natal era tanta que os obrigavam a largarem o serviço militar. Nesse sentido, tendo como base essas Cartas enviadas pelos oficiais da Câmara da cidade e pelos Capitães-mores do Rio Grande, esse estudo pretende discutir as dificuldades presentes no cotidiano dos praças residentes na cidade do Natal, bem como problematizar quais corpos militares existiam e atuavam nesse espaço na segunda metade do século XVII. Além da documentação citada, para composição desse estudo será utilizado, também, assentamentos de praça e baixas, referente ao recorte temporal e espacial citado, examinados de forma quantitativa e qualitativa. Os assentamentos de praça, em específico, possibilitarão identificar os corpos militares atuantes na Capitania do Rio Grande, assim como o perfil dos colonos que ingressavam nesses corpos militares. Por fim, essa pesquisa pretende salientar o papel da administração militar no processo de territorialização da Capitania do Rio Grande, bem como preencher lacunas no concerne à existência de estudos que discutam essa instância da administração colonial instaurada no ultramar.

A elevação do Rio Grande de São Pedro à capitania-geral e as invasões inglesas ao Rio da Prata, 1806 e 1807: uma hipótese de história atlântica

Adriano comissoli
Professor dr. - Ufpe

A comunicação trata da soberania do império português no extremo sul da América e sua correlação com a concorrência de outros impérios: o espanhol, o inglês e, em menor medida, o francês. O caso analisado é o da elevação da capitania do Rio Grande de São Pedro, então subordinada ao Estado do Brasil, à condição de capitania-geral no ano de 1807. Parece-nos que a medida tem sido apresentada excessivamente do ponto de vista administrativo, não sendo considerados os diversos fatores que fomentaram a mesma, em particular o panorama de conflito entre os impérios, pautado pelas guerras anglo-francesas, que gerou profunda crise em sua composição no início do século XIX. Defenderemos a hipótese da decisão dever-se ao crescimento sócio-econômico da capitania tanto quanto à ameaça apresentada pelas invasões inglesas às cidades espanholas de Buenos Aires e Montevideú, episódio que alarmou a já ameaçada Coroa lusitana. A mudança teve por objetivo aumentar a autonomia administrativa e militar do governador do Rio Grande, até então subordinado ao vice-rei do Brasil, antecipando-se à possível escalada do conflito.

Igualmente visou-se ao combate ao contrabando de mercadorias britânicas que adentraram pela Banda Oriental. A demonstração da hipótese se concretizará por meio da análise da rede de informação e espionagem desenvolvida pelos lusitanos para vigiar os domínios espanhóis, a qual foi acessada a partir da consulta dos ofícios do fundo Autoridades Militares (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul), consultas do Conselho Ultramarino (Projeto Resgate Barão do Rio Branco) e correspondência expedida e recebida do governador Paulo José da Silva Gama (1803-1809). Foi este serviço de inteligência que permitiu às autoridades portuguesas acompanharem em primeira mão ao episódio de guerra na América entre espanhóis e britânicos.

07/09 – Sexta-feira

As tropas auxiliares da América Portuguesa em meados do setecentos (1739-1766): composição, distribuição e atribuições

Bruno Cezar Santos da Silva
Doutorando - Universidade de Lisboa

As Tropas Auxiliares foram criadas, tanto para atuação no Reino quanto nas possessões coloniais, nos idos de 1645, como resposta imediata ao belicoso contexto das guerras da restauração e do conseqüente reconhecimento da nova dinastia brigantina. Junto às Ordenanças, constituiriam as forças de reforço das também então institucionalizadas tropas permanentes – que formariam, destarte, o exército profissional. Cumpre sublinhar que no âmbito desse conjunto de reformas de natureza militar, ficaria, a rigor, definida a estrutura organizacional das forças armadas da Coroa portuguesa, durante o antigo regime: tropas de 1ª linha (permanente e profissional), tropas de 2ª linha (auxiliares), tropas de 3ª linha (ordenanças). Não obstante, sabe-se que dada a debilidade econômica e demográfica, flagrante em todo o Império, nunca se configurou possível o uso sustentável e suficiente de tropas permanentes, sendo, portanto, indispensável a recorrência a tropas auxiliares. No Brasil, tal apanágio não seria diferente. Tendo em vista as circunstâncias referidas, o objetivo dessa comunicação é problematizar a relevância atribuída às forças auxiliares em meados do setecentos – período marcado pela busca de consolidação de uma patente expansão territorial; por um elevado crescimento populacional e, no âmbito externo, pela retomada de um ambiente de intricada beligerância envolvendo as principais potências europeias. Com efeito, verificamos uma clara acentuação das atenções da Coroa no que toca a um maior e melhor enquadramento dessas tropas – entendidas, cada vez mais, como essenciais na defesa da colônia. O enfoque da análise voltar-se-á, por seu turno, para a composição desses corpos, i.e., seu quantitativo; para distribuição geográfica e para as variadas demandas de serviço, na qual, buscaremos, por fim, engendrar uma visão de conjunto de toda a América portuguesa. Para tanto, recorreremos, fundamentalmente, às fontes manuscritas do AHU e, claro, à bibliografia atinente.

Notas sobre a composição social das companhias dos terços auxiliares na comarca de Alagoas (segunda metade do século XVIII)

Everton Rosendo dos Santos
Mestrando - UFRPE

Caracterizando a multiplicidade de grupos que constituíam as forças militares coloniais na Comarca de Alagoas, encontramos, de um lado, os oficiais superiores dos terços auxiliares, representantes maiores na hierarquia desse corpo militar não remunerado. Esses eram negociantes, agricultores ou lavradores que representavam categorias vistas de forma que se afastavam da degradação que ofícios mecânicos trariam para as suas qualidades, pois estavam em ocupações que os colocavam em melhores posições na sociedade. De outro lado encontramos os indivíduos que ocupavam os postos subalternos (constituído por soldados, cabos, porta bandeiras, furriéis, sargentos), estes refletiam as camadas inferiores da sociedade, composta por pescadores, músicos, carpinteiros, sapateiros, entre outras profissões, onde a população mais pobre normalmente se inseria. Desse modo, busca-se investigar neste trabalho, a composição social dos terços auxiliares que, operando sob uma tessitura cujos fundamentos estamentais, ditos de Antigo Regime, provocaram estratificações sociais responsáveis pela formação de uma sociedade bastante diferenciada quanto a composição de seus grupos. Embora traçar tais características se apresente como tarefa difícil pela falta de conjuntos documentais mais robustos, livros da administração interna dos corpos auxiliares possibilitam sublinhar o perfil de seus membros na segunda metade do século XVIII nas vilas de Penedo e de Alagoas do Sul, principais centros urbanos da Comarca de Alagoas.

Forças militares em Pernambuco no século XVII

Sandriano José da Silva
Mestrando - UFPE

As forças militares ocuparam um espaço de grande relevância no processo de colonização da América portuguesa, não só pelo seu caráter ofensivo, e mais até defensivo, mas principalmente por ser um instrumento de negociação, diferenciação e hierarquização social dentro da sociedade colonial. No caso da capitania de Pernambuco, e de modo geral nos demais territórios lusos, as forças militares destacaram-se também pela sua atuação juntamente com o poder local para a expansão das atividades econômicas, em especial da atividade açucareira. Embora essas forças militares tenham ficado marcadas pela sua estruturação em três tipos básicos de tropas, a citar: as Tropas Regulares ou de (primeira) Linha, as Tropas Auxiliares, por vezes chamadas de Milícias, e as Tropas ou Corpos de Ordenanças; até meados do século XVII existiam basicamente as Ordenanças, de onde posteriormente seriam recrutados os componentes das demais tropas. Enquanto a criação e regulamentação das Ordenanças remontam, respectivamente, ao regimento de 07 de agosto de 1549 e ao regimento geral das Ordenanças de 10 de dezembro de 1570 e a provisão de 15 de maio de 1574, apenas em 1640, após a Restauração portuguesa serão constituídas as Tropas de Linha e as Tropas Auxiliares. Nesse sentido, este trabalho objetiva discutir a organização das forças militares na capitania de Pernambuco no século XVII, e partindo de uma análise comparativa, pretende-se contrapor a organização das forças militares na primeira metade do século XVII, antes da invasão neerlandesa, e na segunda metade do XVII. Para tanto, servirá de subsídios as obras “Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial”, coordenada por Graça

Salgado, e “Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de História Militar na Idade Moderna”, organizada por Paulo Possamai. Assim, busca-se aqui chamar a atenção para as diferentes transformações pelas quais passaram as forças militares na capitania de Pernambuco no século XVII.

A reforma militar do período pombalino: entre expectativas e possibilidades

Christiane Figueiredo Pagano de Mello
Professora Dr^a - UFOP

A finalidade desta exposição é refletir sobre as experiências de defesa e militarização no Império Ultramarino Português. O contexto espacial delimitado compreende as áreas: o Norte e o Centro-Sul da América Portuguesa. Utilizaremos uma perspectiva comparativa a fim de obter uma compreensão mais ampla sobre a política militar utilizada pela Coroa Lusitana nas suas possessões ultramarina, na segunda metade do século XVIII. A partir do período pombalino (1750-1777) se passa a reforçar o princípio da interdependência entre os domínios portugueses da América, no que se referia ao encargo da defesa do território. No projeto militar pombalino a forma de batalha e de pensar a guerra foram modificadas: não se tratava mais de um sentimento de defesa local dos governos das capitanias, criando suas guarnições, debaixo das impressões do momento. Tratava-se de organizar um exército debaixo das mesmas leis, da mesma direção e da mesma disciplina. Sob essa perspectiva, o trabalho analisa o processo de incorporação das duas áreas em estudo - Norte e Centro-Sul da América Portuguesa - na nova lógica militar implantada em Portugal a partir de 1750, bem como os seus efeitos nos grupos armados das elites locais.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 22

Querelas e controvérsias - morfologia das guerras culturais na época moderna

COORDENADORES

CARLOS ZILLER CAMENIETZKI (UFRJ)

RENATO FRANCO (UFF)

Ao longo da época moderna, os impactos da expansão e da colonização geraram processos específicos no interior das culturas europeias e americanas, que frequentemente implicaram a objetivação de controvérsias intelectuais de modo a definir posições sobre o direito natural, a guerra justa, a escravidão, a tolerância religiosa, a dominação colonial, o princípio da autoridade, os desafios de governar impérios pluricontinentais e multiétnicos, entre muitos outros. Por isso, este simpósio vale-se do conceito de “guerras culturais” cunhado pelo modernista Edward Muir. Embora as análises sobre os debates intelectuais envolvendo temas diretamente relacionados às regiões coloniais ainda sejam secundárias na historiografia brasileira, a história intelectual pode oferecer grandes contributos no intuito de iluminar aspectos pouco estudados até o presente momento. De fato, as perspectivas metodológicas abertas pela história intelectual

podem subsidiar abordagens específicas sobre o passado colonial, em particular, e o Ocidente moderno, em geral. Nesta proposição de simpósio, querelas e controvérsias são assumidas como estruturantes do campo político e cultural na Época Moderna. Em termos retóricos, querelas, controvérsias, debates, diálogos e paradoxos são variações da “disputatio” que, na tradição escolástica, era uma modalidade formal de debate utilizada para elaborar teorias e normativas em âmbito teológico. Em termos políticos, elas são modos de expressar o dissenso cultural e estratégias para reconfigurar o campo epistemológico partindo da experiência (o “caso” objeto da disputa) e configurando diretrizes práticas para a ação. Na Época Moderna, as disputas e os casos que elas examinam se inserem em práticas discursivas regradas e em tradições comunicativas consolidadas, mas elas revelam muito mais do que sua dimensão literária e retórica aponta: elas estruturam o campo político-cultural, pois revelam a dinâmica pela qual ideias e teorias são usadas para interferir e intervir no mundo social. As comunicações para esse simpósio podem contemplar três linhas temáticas que organizarão o evento: A “disputatio” é o locus da criação (literária, artística e também política), o espaço privilegiado no qual a interação entre práticas letradas, campos do saber e tradições analíticas tornam-se motores da criação, da ressignificação de temas e saberes, da produção de novos campos epistemológicos ou da reconfiguração de problemas tradicionais em função dos novos dados da experiência. Esta linha temática contemplará comunicações que versem sobre a emergência de novos gêneros e novas formas retóricas que, a partir dos enquadramentos tradicionais, põem em discussão a utilidade e as hierarquias entre os diversos campos do conhecimento: do relato utópico ao sermão missionário; da controvérsia teológica ao panfleto rebelde; do libelo político ao tratado jurídico. Propomos que sejam exploradas as práticas retórico-argumentativas postas em relação com as forças intelectuais, institucionais, políticas e artísticas que, através das disputas, permitem considerar os programas de ação e de criação, bem como os públicos que os recebem. “Dominium” é uma categoria jurídica reelaborada pela Neoescolástica moderna que a declina para diferentes contextos: quanto às relações de produção e destino individual e comum dos bens, no sentido e uso, posse e propriedade privada e sua função social e quanto às relações de poder inerentes à governança das gentes, envolvendo os atributos e os limites do exercício da soberania. Esta linha temática contemplará comunicações que versem sobre os dois sentidos da categoria “dominium”: dos monopólios régios aos desafios fiscais impostos pela administração de impérios globais; dos debates a respeito da propriedade sobre a mão-de-obra às considerações sobre a utilidade comum da propriedade privada; da jurisdição exercida pelo poder soberano sobre os súditos de impérios pluricontinentais ao pretensão universalismo das instituições eclesiásticas, entre outros. “Querelle” é um termo francês que, além do sentido jurídico, indica uma contenda intelectual, particularmente utilizada para se referir à “querela dos antigos e modernos”. Ela também era uma estratégia que alimentava as polêmicas político-religiosas, científicas e/ou literário-artísticas na Época Moderna. Esta linha temática contemplará comunicações que versem sobre querelas, estabelecendo seus espaços de sociabilidade na cultura letrada - colégios, academias, tribunais, cartas, redes epistolares -, seus âmbitos de repercussão, suas estratégias de publicização, entre outros. As contendas a respeito das práticas de censura, das normativas sobre limpeza de sangue, da função do aristocrata como letrado, por exemplo, são querelas relevantes para a história intelectual do nosso passado colonial.

Local: **SETOR 02/SALA E1.**

A querela de Antônio Vieira contra Francisco Suárez

Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron
Professor Dr. - USP

A maneira como o Padre Antônio Vieira compreendia a relação entre direito natural e direito civil, especificamente no que dizia respeito à distinção entre liberdade e escravidão, levou-o a divergir abertamente de seu colega de ordem religiosa, o Padre Francisco Suárez. De fato, Vieira vinha aprofundando uma ruptura com a tradição tomista, em curso desde meados do século XVI, com relação à compreensão e qualificação do direito natural. Isso repercutia na maneira diferenciada como ele entendia a escravidão africana e a escravidão indígena, bem como nas suas notórias mudanças de posição com relação à liberdade indígena, entre 1655 e 1680. Considerando o princípio amplamente compartilhado à época, segundo o qual o direito civil é condicionado pelo direito natural, estudar a maneira como Vieira compreendia o direito natural justifica-se na medida em que ele teve um protagonismo conspícuo tanto no Brasil como junto à Coroa portuguesa, impactando efetivamente a política indigenista portuguesa e a legislação sobre os escravos africanos. Nesta comunicação, pretendo apresentar a querela de Vieira contra Suárez no intuito de demonstrar a diferença das suas noções de “vontade política”, no contexto em que se desenvolveram as obras desses dois teólogos, respectivamente na *Clavis Prophetarum* e no *De Legibus*.

Guerra justa contra indígenas e dominium em domingo de soto

Fernanda Elias Zaccarelli Salgueiro
Doutoranda - UNIFESP

Embora compreendido como um dos principais expoentes da primeira fase da Escola de Salamanca (1526-1570), Domingo de Soto foi por muito tempo considerado mero sucessor de Francisco de Vitória. Nesta exposição procura-se apontar a anterioridade e a originalidade do pensamento do autor no que tange à controvérsia acerca da guerra justa contra os ameríndios, destacando suas duas noções de domínio (“dominium rerum” e “dominium iurisdictionis”), cujos reflexos jurídico-teológicos redundam em conclusões com pontos divergentes relativamente ao pensamento de Vitória.

Entre papeis, cartas, tribunais e consciências: Antônio Vieira e a controvérsia do governo dos índios no estado do Maranhão e grão-pará

Marcello José Gomes Loureiro
Pós-Doutorando - UFF

Dos processos de incorporação dos territórios americanos no conjunto mais amplo das monarquias ibéricas, decorreu uma série de controvérsias jurídicas, políticas e teológicas. Discutia-se não

apenas seus estatutos político-jurídicos, a própria legitimidade das conquistas, mas ainda as possibilidades de governação, se por dominação direta ou indireta, das “nações” nativas. Sem tipificação perfeita do direito de conquista, a conservação dos impérios ultramarinos figurava como uma expectativa jurídica. Ainda na difícil conjuntura da Restauração, o Conselho da Fazenda lembrava que o Estado do Maranhão não passava de uma promessa de “novo império”, enquanto o Conselho Ultramarino admitia que as tantas “controvérsias” existentes prejudicavam a fazenda régia e indefiniam a questão do cativo indígena. Até o Conselho de Estado foi obrigado a se pronunciar. De um lado, a Câmara avocava o direito de escravizar índios para a conservação da terra, enquanto Antônio Vieira defendia que, ao reverso, tal conservação passava por pactos, acordos e consenso. Assim, esta comunicação pretende não apenas refazer esse debate, mas também enquadrá-lo, em perspectiva mais larga, nas controvérsias da Segunda Escolástica.

O purgatório da liberdade: a ignorância invencível e os índios no Brasil em a chave dos profetas de Antônio Vieira

Bento Machado Mota
Doutorando - USP

A presente comunicação pretende estudar o problema teológico da ignorância invencível em relação aos índios do Brasil através do último livro que Vieira escreveu, inacabado, o *Clavis Prophetarum III* (1697). A querela em torno da ignorância invencível debate se aqueles que não tiveram conhecimento da palavra de Cristo seriam condenados ou não. Embora tenha sido criado por teólogos medievais, este conceito teve particular importância no início do século XVI no Brasil e foi utilizado de formas variadas até a data do livro de Vieira, em fins do século XVII. Definir se os índios eram ignorantes ou não diante da palavra cristã poderia justificar a salvação, a escravidão e, em certos casos, até mesmo a humanidade dos índios ao longo do período colonial. O tema em questão aparece no discurso de uma série de jesuítas importantes no Brasil colonial, como Manuel da Nóbrega, José de Anchieta e Simão de Vasconcelos. Contudo, Antônio Vieira o utilizou de forma mais completa em seu livro *Clavis Prophetarum III*. Ainda pouco trabalhado pela historiografia, neste livro o autor defende que todos os índios brasileiros antes de conhecerem a palavra cristã teriam sido salvos. Na construção de seus argumentos, o “imperador da língua portuguesa” preocupa-se em mencionar citações bíblicas, diversas autoridades teológicas da Europa, da América espanhola e do Brasil. Este grande livro sintetiza o debate acerca da ignorância invencível e defende, de forma erudita e complexa, a aplicação deste conceito aos índios brasileiros. A intenção da presente comunicação é compreender o problema da ignorância invencível em relação aos índios do Brasil no livro mencionado livro de Vieira. Para tanto, a apresentação se organizará em duas partes. Em primeiro lugar, o conceito de ignorância invencível será apresentado - em suas linhas fundamentais - na teologia jesuíta. Em segundo, buscar-se-á compreender o problema da ignorância invencível em Antônio Vieira com relação ao contexto colonial dos setecentos.

O padre Antônio Vieira por ele mesmo, por panegiristas e por verberadores

Luísa Ximenes Santos
Doutoranda- UFPE

O Pe. Antônio Vieira foi bastante atuante no universo político do século XVII, alcançando notável destaque em variadas polêmicas que transcendem o aspecto meramente religioso. Devido à sua

excelsa eloquência, reconhecida pelas autoridades como das mais ilustres e fundacionais das literaturas portuguesa e brasileira, o afamado jesuíta teve sua vida narrada por panegiristas e criticada por verberadores desde o século XVIII e continua sendo objeto de abundantes estudos. Nesta sede nos propomos a percorrer algumas das biografias propriamente ditas do Pe. Antônio Vieira – sejam laudatórias ou críticas, de confrades da Companhia de Jesus ou opositores políticos –, bem como escritos menores sobre sua vida, correspondências, batalhas de papéis sobre atribuições de obras e o que o próprio Vieira escreveu sobre si, tudo visando a uma compreensão dessa figura pintada por diferentes artífices com tintas de variados matizes, de maior ou menor intensidade e imponência e com uso mais acentuado ora de luzes, ora de sombras. Desse modo, tentaremos entender como, devido à sua intrepidez ou ousadia, a depender de quem avalia, esse notório membro da Companhia de Jesus foi utilizado como arquétipo de Jesuíta durante o período pombalino, em que trajar a roupeta preta e pregar o *Ad maiorem Dei gloriam* não eram vistos com simpatia pelo secretário Sebastião José de Carvalho e Melo.

Antigos e modernos na construção do conhecimento natural e médico do novo mundo por Guilherme Piso (1658)

Elisielly Falasqui da Silva
Mestre - UNICAMP

O presente trabalho tem como objetivo analisar os escritos do médico neerlandês Guilherme Piso (1611-1678), observando de que forma as querelas intelectuais fomentadas no século XVII estão presentes em sua investigação sobre a natureza americana. Em sua estadia no Brasil, durante o chamado período Nassoviano (1637-1644), Piso realizou observações que seriam posteriormente utilizadas para a elaboração da obra *História Natural e Médica da Índia Ocidental* (1658). Entre elas, destacam-se as de cunho médico e alimentar, o que denota a preocupação do médico em fornecer informações úteis para a sobrevivência no Novo Mundo, partindo de sua própria experiência e aprendizado com os indígenas. Assim, os embates intelectuais do período reverberam-se nos escritos de Piso em duas frentes: de um lado, os debates que impulsionaram a chamada revolução científica e, de outro, a incorporação da América no universo intelectual europeu, bem como a necessidade de adaptação imposta aos viajantes em contato com este Novo Mundo. A partir da leitura do texto de Piso, podemos observar que foi no âmbito do conhecimento farmacológico e terapêutico que os hábitos dos nativos mais se impuseram aos recém-chegados, e, assim, questões cruciais para a sobrevivência, como a alimentação, a farmacologia e a medicina são temas privilegiados para analisar as tensões decorrentes do contato entre Velho e Novo Mundo. Além disso, a experiência de Piso no Novo Mundo acirrou as dúvidas e contradições que já estavam presentes no debate europeu. A trajetória de Piso indica que esta querela intelectual, resumida simplificada como um embate entre “antigos” e “modernos”, era muito mais complexa, aparentando inclusive ser contraditória a nível pessoal. Defendemos que Piso, como muitos “antigos-modernos” e “modernos-antigos”, foi uma personagem fronteira, tanto por sua formação e experiência entre o Velho e o Novo Mundo, quanto por valer-se de ideias e práticas ora pertinentes aos “antigos”, ora aos “modernos”.

Imagens da cura: querelas na construção da arte de curar no mundo português (1688-1694)

Bernardo Manoel Monteiro Constant
Mestrando - UFF

Este trabalho tem como objeto as disputas culturais levadas a cabo no mundo português do século XVII no que concerne à construção de imagens da cura. Trata-se não da produção iconográfica sobre o curar, mas sim dos esforços individuais e coletivos para definir aquilo que em uma dada sociedade se entende que é e deve ser a arte da cura, e dos elementos que eram mobilizados para legitimar socialmente tais iniciativas. Parte-se da hipótese de que, em tal processo, sujeitos ao redor do mundo português faziam uso de conjuntos distintos de conhecimentos, discursos e técnicas para mostrarem-se aptos não somente a curar, mas também a responder questões tidas como relevantes no contexto, tais como: “o que causa a doença? Como se manifesta? Do que dispomos para curar? Quem está apto a diagnosticar e prevenir os males?”. Para testar tal hipótese, o estudo de tratados médicos produzidos em Pernambuco viabiliza abordar contatos – e disputas – entre médicos de formação acadêmica coimbrã, sujeitos detentores de saberes práticos e das tradições locais e/ou lusas. Este trabalho tem por objetivo, portanto, mapear como se desenvolviam as querelas sobre as imagens da cura em Pernambuco na segunda metade do século XVII: identificar os agentes envolvidos na disputa, suas estratégias retóricas e de ação, seus esforços para pautar e produzir consenso na produção de saber curativo. Analisando as produções dos médicos acadêmicos, é possível não somente situá-los em seus ambientes intelectuais, como também visualizar a estrutura da querela ao aplicar o modelo triádico proposto por Cyril Lemieux para o estudo de controvérsias na Época Moderna. Serão utilizados como fontes de pesquisa os tratados “Queixas repetidas em ecos dos arrecifes de Pernambuco contra os abusos médicos que nas suas capitanias se observam...”, escrito por Simão Pinheiro Morão no Recife em 1688; e o “Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco...”, da autoria de João Ferreira da Rosa, publicado em Lisboa em 1694.

07/09 – Sexta-feira

O primado da lei: considerações gerais sobre as teorias do direito natural, as doutrinas constitucionalistas e a legitimação discursiva das revoltas na época moderna

Rachel Saint Williams
Pós-Doutoranda - USP

O principal objetivo desta comunicação é examinar os intercâmbios e as conexões existentes entre as teorias do direito natural, fomentadas no âmbito da Segunda Escolástica, e as doutrinas constitucionalistas identificadas na tratadística política e nos relatos históricos associados ao reino de Aragão e ao principado da Catalunha. É pertinente postular que há uma forte articulação entre estas linguagens políticas, confirmada pelo fato de que as teses explicativas sobre a origem da sociedade, do poder político e do pacto social, cunhadas por alguns destacados membros da Segunda Escolástica, configuravam eixos centrais das estratégias de constrangimento do

poder régio e da afirmação do primado da lei na organização social. Tais teses desempenharam um papel fundamental na elaboração das doutrinas constitucionalistas. Desta perspectiva de análise, se torna claro porque este tipo de argumentação constituiu um farto repertório no qual determinados movimentos contestatórios das ações dos monarcas buscavam ideias e fundamentos jurídicos que legitimassem suas reivindicações e corroborassem suas ações. Entende-se que investigar o diálogo entre as teorias do direito natural e as doutrinas constitucionalistas – a partir da contextualização sócio-histórica da natureza composta dos domínios hispânicos e da restituição da devida importância da tradição constitucionalista dos territórios aragoneses – permite cunhar novas interpretações historiográficas sobre as linguagens políticas em vigência na época moderna, especialmente aquelas que animavam revoltas e sedições, inclusive as ocorridas na América Portuguesa.

Trato político e conservação das conquistas: mito e linguagem política no renascimento Português

Rubens Leonardo Panegassi
Professor Dr. - UFV

O objetivo desta comunicação é revisitar a mítica em torno do Preste João e do reino da Etiópia a partir de um novo enfoque, considerando-a como parte constituinte do léxico político do Renascimento português. Elemento de notável importância por sua capacidade de articular as diversas motivações que inspiraram as ações perpetradas pelos portugueses no contexto da mobilização ibérica, o reino do Preste João tem sido objeto de estudo de um número significativo de pesquisadores das mais diversas áreas e sob os mais diversos enfoques. Nosso interesse, aqui, é recuperar do contexto intelectual que dá sentido às representações desse mito a partir de diferentes registros, tais como cartas, tratados e crônicas. Com base nestas fontes, percebemos que assim como o recurso à fábula para a educação das crianças possuía um valor pedagógico, de edificação moral, a oscilação entre o plano da realidade e o da ficção foi um recurso moralmente válido no trato político. Diante disso, nosso interesse é sugerir que a coexistência de diferentes modalidades de consciência na atribuição de sentido a ações e enunciados produzidos no contexto intelectual do Renascimento português articula-se à prerrogativa pedagógica da instituição monárquica na condução de seus súditos.

As “narrativas vieirianas” da guerra Holandesa” (1646-1680)

Kleber Clementino da Silva
Professor Dr. - UFRPE

A escrita da História da Guerra Holandesa no século XVII implicou calorosa disputa discursiva entre diversos grupos políticos direta ou indiretamente envolvidos no conflito e atuantes nos impérios espanhol e português (nas cidades peninsulares e nos espaços ultramarinos). Competiu-se, por meio da produção e circulação de manuscritos e impressos, pelo controle da narrativa a ser apresentada aos contemporâneos e legada aos pósteros, construindo determinada representação de seus momentos dramáticos e heróis imorredouros. Esta comunicação tem por objetivo revisitar o conjunto de narrativas patrocinadas pelo “partido vieiriano”, isto é, o grupo político encastelado em Pernambuco cuja figura central foi o senhor de engenho funchalense João Fernandes Vieira, de modo a mapear as querelas por poder a que estes escritos – cuja publicação se inicia logo após

a Insurreição Pernambucana (1645), estendendo-se por quase quatro décadas, até às vésperas da morte de Vieira (1681) – procuraram responder. Para tanto, será necessário examinar um conjunto de fontes, impressas em diferentes suportes (panfleto, livros in-quarto e in-folio) e compostas consoante as variadas formas de escrita da história praticada no Seiscentos (relação de sucesso, relação historial, História), perscrutando as estratégias retóricas nelas mobilizadas, à luz dos desafios políticos com que este grupo específico se deparou, desde sua posição no cenário do império português.

Antigos e modernos no discurso da revolta de Vila Rica em 1720

Rodrigo Bentes Monteiro
Professor Dr. - UFF

O códice Discurso histórico, e político sobre a soblevação que nas Minas houve no ano de 1720 foi comprado pelo governo de Minas Gerais em 1895 no leilão da livraria dos condes de Linhares em Lisboa. Ele pode ter sido produzido no próprio âmbito da revolta em Minas, tendo passado aos herdeiros do 3o conde de Assumar, governador da capitania à época, até migrar para a coleção da família Sousa Coutinho e enfim para o Arquivo Público Mineiro. O documento foi editado, parcialmente publicado e apropriado pela historiografia como fonte de informações sobre a revolta, ou para caracterizar as ações e a visão de mundo do governador. Contudo intenta-se realizar aqui um estudo do espectro de referências de autoridades e estilos presentes no manuscrito encadernado, com dimensões de 21 x 15 cm. Nele evidencia-se uma narrativa de perfil épico e uma “retórica de citações”, que conjugava leituras de muitas obras, principalmente clássicas, bíblicas, da patrística, e as provenientes de autores “modernos” que escreveram sobre diversos temas. Após uma primeira abordagem quantitativa, a presente comunicação visa refletir acerca dos sentidos do texto, tentando captá-lo em sua totalidade, de modo a inferir também sobre seus autores intelectuais.

Espaços da natureza em *rusticatio Mexicana*, de Rafael Landívar

Brenda Carlos de Andrade
Professora Dr^a - UFPE

Rusticatio Mexicana, longo poema descritivo do jesuíta novo-hispano Rafael Landívar, foi escrito em latim e publicado pela primeira vez em 1781. Essa obra se inscreve em pelo menos em duas classificações interessantes: as obras que efetivamente dialogam com aspectos da Ilustração (hispano-americana) e obras que combatem a imagem negativa da América Hispânica na Europa, integrando, de alguma forma, o corpus que compõe a valorização desse território dentro do quadro da disputa do novo mundo, segundo a fórmula de Gerbi. O interessante, ao considerar esses dois aspectos, é que o autor retoma essa questão a partir da descrição da natureza, seja através ou não da interferência do homem nessa paisagem natural, transformando assim a imagem que tantas vezes apareceu como dado estereotipado do selvagem numa imagem segunda ou terceira que pode ser lida como uma estratégia descolonial. Outro aspecto a ser considerado é a condição de escrita dessa obra, realizada durante o exílio forçado a que foram submetidos todos os jesuítas na América. Assim, a natureza, protagonista desse poema, pode ser lida com três chaves que se entrecruzam: a escrita da natureza como evocação nostálgica do lugar de origem; o potencial natural que sob a interferência do homem pode se inscrever numa modernidade como visualizada

pela Ilustração; e a afirmação dessa possível modernidade através de elementos da natureza como forma de autoafirmação diante de uma imagem negativa do espaço colonial americano. Em todos os casos, a imagem do meio ambiente funciona como um eixo para delinear e reformular a imagem da América Hispânica Colonial, e é através dessa chave que pretendemos encaminhar uma análise dessa obra. Considerando as proposições de Alfonso Alfaro sobre o papel dos jesuítas na formação de uma elite intelectual, capaz de forjar formas próprias de ler um princípio de “identidade” americana (na verdade, novo-hispana), esse trabalho pretende, através da análise da presença e função da natureza nessa obra, pensar como se depreende dela um elemento que se conforma como possibilidade argumentativa no contexto da disputa do novo mundo. Elemento esse que vem imbuído tanto como argumento como também com caráter educativo.

Antonio da Silva e Sousa, o saber diplomático e a restauração Portuguesa.

Luciano Cesar da Costa
Doutorando - UFF

A presente comunicação versa sobre a obra de António da Silva e Sousa. Nascido em Caldas das Rainhas, o jovem português formou-se em Direito e logo seguiu carreira na administração portuguesa. Primeiramente no Brasil, quando em 1643 assumiu o cargo de Provedor-mor das Fazendas dos Defuntos e Ausentes do Estado do Brasil. Nessa fase permaneceu no Nordeste brasileiro por cerca de 3 anos, mas ainda no ano de 1645 regressaria para Portugal para atuar como magistrado. A experiência brasílica, porém, abriu portas para novos cargos sendo nosso personagem nomeado como embaixador para a Suécia. Desde 1640 a nova dinastia reinante, Bragança, fazia um evidente esforço diplomático a fim de obter apoio de outras monarquias para a Restauração Portuguesa. Parte desse esforço pode ser evidenciado com a produção de escritos: relatos de embaixadas, manuais de comportamento e vasta documentação epistolar. Não apenas de Portugal, mas também em Castela. Silva e Sousa está inserido nesse processo. Quando embaixador-residente na Suécia, atuou como grande meio de comunicação para difundir as vitórias portuguesas na Guerra de Restauração por todo o Norte da Europa. Tais sucessos podem ser percebidos na rica documentação epistolar organizada pela Biblioteca Nacional de Portugal. Porém, a culminância dessa experiência seria ainda a escrita da obra Instrução Política para Legados, escrita em português, a obra configura-se como o primeiro grande texto de formação e instrução de embaixadores em Portugal, um “espelho de embaixador”, no sentido de servir como um manual de comportamento para os enviados às cortes estrangeiras. A obra permitiu assim, analisar a percepção lusa da guerra, não a guerra de chumbo, mas a “guerra de papel” que era produzida pela diplomacia moderna, do qual a disputa entre Portugal e Castela e apenas uma parte do saber diplomático que se construía na segunda metade do século XVII.

A guerra entre papéis: conflito entre governadores interinos e desembargadores da relação (capitania da Bahia, 1783)

Naira Maria Mota Bezerra
Mestranda - UFF

No mês de novembro do ano de 1783 chegou ao Conselho Ultramarino uma carta dos governadores

interinos da Bahia, narrando que os ministros do Tribunal da Relação daquela capitania estavam prejudicando o bom funcionamento do governo. Isso porque, segundo os governadores, os ministros os acusavam de não ter “jurisdição e poder de mando equivalentes aos governadores nomeados pela Coroa”. Partindo dessa premissa, os ministros estavam impedindo a execução de ordens dos governadores na medida que, ao não reconhecer sua jurisdição, não registravam a ordem nos livros da Relação como era a prática comum. O não registro das ordens implicava invalidade das mesmas. A esta acusação e atos, os governadores responderam com uma série de missivas, cujo o objetivo era convencer a Coroa a resolver a questão. Por outro lado, também os ministros da Relação enviaram correspondências ao reino justificando, a partir da legislação vigente, sua posição. Assim, instalou-se uma guerra entre papéis entre os oficiais régios, cuja resolução era imprescindível para o governo da capitania. Naquele ano a capitania da Bahia estava sendo governada por uma junta tríplice provisória, porque o governador titular, marquês de Valença, foi transferido para o Rio de Janeiro e o seu sucessor, d. Rodrigo José de Menezes não havia chegado. Compunham o governo o arcebispo, d. fr. Antônio Correia, o chanceler José Inácio Castanheda e o coronel José Clarke. O objetivo deste trabalho é analisar as estratégias retórico-argumentativas que ambas as partes envolvidas na querela utilizaram. A partir delas, é possível entrever uma clara disputa de poder entre oficiais de justiça e governantes, que podem ser muito reveladoras da conjuntura política pela qual passava o império português no período. A principal fonte utilizada é a carta escrita pelos governadores interinos narrando a situação, que somam quase 60 fólios, presente no Arquivo Histórico Ultramarino. Além das cartas enviadas pelos ministros da justiça e as ordens régias a respeito da questão, presentes no mesmo fundo documental.

Papéis do conflito: capítulos contra o governo do vice-rei em Salvador (1663-1668)

Luis Henrique Souza dos Santos
Mestrando - UFRJ

Esta apresentação parte dos múltiplos sentidos da expressão Papéis do Conflito, em seu título. De um lado, serão analisadas as características e propósitos da categoria conflito na sociedade baiana seiscentista, examinando as práticas políticas cotidianas da comunidade para o seu bom funcionamento. As situações de conflito são momentos privilegiados para a análise de aspectos sociais que em outras circunstâncias se encontram inertes. De outra feita, Papéis do Conflito percorre a finalidade dos chamados “capítulos” ou “papéis”, compostos por capitães de infantaria e magistrados para tratar dos desmandos no governo do 2º Vice-Reinado do Estado do Brasil. Produzir capítulos de reclamação e enviar a Lisboa era ação condenável e conspiratória, ou pertencia aos domínios da política dos homens de letras da comunidade baiana seiscentista? A documentação utilizada para esta comunicação tem informações ambíguas sobre o tema. As cartas, consultas e pareceres alocados no Arquivo Histórico Ultramarino congregam diretivas jurídicas e desavenças políticas entre os homens do governo e administração da Bahia e do Ultramar português em meados do século XVII. Investigaremos, assim, as relações políticas expostas pela documentação citada, em momento de conflito na sociedade baiana entre os anos de 1663 e 1668.

Concordemos em discordar: tolerância e concórdia religiosas na controvérsia entre Erasmo de Roterdã e Martinho Lutero

Caio Affonso Leone
Mestrando - UFF

No começo do século XVI, o problema da tolerância religiosa, objeto deste trabalho, foi recolocado em novos termos. Para Schwartz, as pretensões universalistas da cristandade ocidental sofreram duplo abalo, sentido na Europa como o rompimento institucional das confissões reformadas, e no Novo Mundo como o contato com povos ignorados pelo Evangelho. No contexto da reorganização da convivência entre católicos e reformados, Erasmo de Roterdã e Martinho Lutero sustentaram uma acalorada querela intelectual, nominalmente centrada na relação entre livre-arbítrio e salvação. As cartas e as três obras publicadas entre 1524 e 1527 são, portanto, fontes escolhidas para este trabalho, pois se tomadas como exercício da “teologia política”, o debate pode definir-se como manifestação das guerras culturais travadas a respeito da tolerância. Contudo, para Van Eijnatten, na Idade Moderna, a tolerância foi associada à dissidência política e à ameaça da paz civil em dado território ou grupo. Por isso, o objetivo do trabalho é, com Turchetti, averiguar como Erasmo teria instrumentalizado a ideia de concórdia, defendendo a reorganização da cristandade, calcada em um reduzido e intocável conjunto de dogmas universalmente aceitos. Além disso, sugere-se que visava, também, liberar o debate moderado sobre dogmas não essenciais; mobilizar seu programa de reforma político-institucional da Igreja; e promover um método de investigação, no qual a verdade é passível de aproximação através do entrecchoque de argumentos. A pesquisa se justifica por permitir desvelar os desdobramentos, diretos e indiretos, de tal querela. Daí se abrem dois caminhos de pesquisa: se vocábulo “concórdia” é priorizado, é possível conhecer outros empregos pertinentes em obras como a *De concordia et discordia* de Juan Luis Vives (1529) de grande impacto no debate ibérico. Por outro lado, enfoca-se o problema da reconciliação das igrejas mediante compromissos, é possível chegar até o pensamento de Leibniz no século XVII.

O probabilismo de balthazar barreira na justificativa do tráfico de escravos africanos: da *accomodatio* jesuítica ao mundo cultural

Tomás Motta Tassinari
Mestrando - USP

Em meados da década de 1580, um escândalo no seio da Companhia de Jesus suscitou um importante debate sobre a legitimidade da posse sobre um escravo caso não fosse possível verificar a justiça de seu título de redução à escravatura. Abalizados pelo que logo viria a se chamar probabilismo, tantos os teólogos na Europa (Luis de Molina, Fernão Peres e Gaspar Gonçalves), quanto os missionários em Angola (Baltasar Barreira, Baltasar Afonso e Pero Rodrigues), responderem a esta diligência com a opinião de que sim: seria legítimo a posse de escravos cuja justiça do título fosse inverificável. Pretendemos analisar essas fontes através de uma mirada inspirada na História Intelectual, isso é, uma metodologia que nos permita questionar os instrumentos intelectuais que os jesuítas empenharam para a caracterização dos povos *ambundus*. Como argumenta Luís Felipe

de Alencastro, é verdade que a posição defendida por estes teólogos e missionários esconde um realismo-cínico, pois no limite o que conferia legitimidade ao tráfico era necessidade de expansão do capitalismo comercial. Contudo, nosso objetivo é verificar como esta documentação não se encerra neste esquema, e também pode ser lida através outras lentes. Dessa maneira, defendemos a hipótese de que o probabilismo missionário em Angola, sobretudo representado na figura de Baltasar Barreira, compreende uma abertura fundamental para os usos e costumes abundus. Em outros termos, trata-se de evidenciarmos como o probabilismo foi um instrumento heurístico chave para os missionários interessados na descrição das realidades culturalmente exóticas com as quais se deparavam.

Um paradoxo da discórdia (1584)

Luiz César de Sá Jr.
Professor Dr - UFJF

A comunicação tem por objeto um opúsculo pseudo-encomiástico redigido por Jacques Davy Du Perron em 1584, o *Paradoxe de la discorde*. Veiculado em um momento particularmente agudo das guerras de religião francesas, o texto propõe o louvor da discórdia, lançando mão de um argumentário que ocupou o centro da reflexão coeva acerca do tema. Sistematizado desde a antiguidade, o encômio paradoxal fundamentava-se em elaborações joco-sérias para elogio de temas ou seres tidos por indignos ou indefensáveis no plano da doxa. O equilíbrio entre ostentatio e veritas, honestidade do louvor e jocosidade do objeto louvado, levou o gênero a se alojar na tensão entre sofisma e filosofia, servindo perfeitamente aos propósitos da sátira (embora não se limitasse a ela); além disso, era particularmente eficaz em circunstâncias sócio-políticas como as que cercavam Du Perron, permitindo-lhe que tocasse em temas polêmicos sem suscitar sanções imediatas. Pretende-se demonstrar como o *Paradoxe de la discorde* não se esgotava em seu caráter jocoso, destinando-se também a instituir linhas de ação política, incutir comportamentos virtuosos nos membros da dinastia Valois e preservar a harmonia do corpo místico sob seu jugo. Evidencia-se, com isso, um sistema cosmopolítico de regulação das controvérsias ancorado em formas de dissenso então decorosas – e hoje datadas – cuja análise é oportuna para o estudo dos embates letrados da primeira época moderna.

A controvérsia dos espetáculos e o fundamento moral no século XVIII

Pedro Henrique Albuquerque Cardoso Faria
Mestre - UFF

No sétimo volume da enciclopédia, em 1757, o verbete *Genebra* de d'Alembert desencadeou um dos debates mais acalorados da década. O texto abordava tanto a função política da fé protestante quanto a função que os espetáculos teatrais poderiam desempenhar naquela sociedade, já que eram proibidos. D'Alembert, assim como os enciclopedistas, acreditava em um teatro engajado, que pudesse elevar o comportamento do público e ser um espelho das virtudes. Essas novas abordagens sobre os espetáculos, como um instrumento civilizador privilegiado dos filósofos, foram minuciosamente sistematizadas por Diderot em seu *Discurso sobre a Poesia Dramática* no ano seguinte, onde estabeleceu um novo gênero teatral: a comédia séria. Entretanto, ambos encontraram oposição em Rousseau, que, em sua *Carta a d'Alembert sobre os espetáculos*, defendeu que o teatro se limitaria a corromper o público e endossar as suas paixões. Independentemente de sua posição no debate, as ideias dos filósofos giravam em torno de uma natureza humana e da possível capacidade dos espetáculos de estimular ou desencorajar as paixões do público em um

delicado equilíbrio entre vícios e virtudes. Essa natureza, por sua vez, era produto da epistemologia moderna afirmada no século XVIII para legitimar o conhecimento do homem e fundamentar a nova moral secular. A pesquisa teve o objetivo, portanto, de investigar esses fundamentos por trás do debate e compreender os conflitos, as inconsistências e contradições que possibilitaram o pensamento moderno. A partir desse entendimento, é possível elaborar estratégias para agir sobre a constante crise do mundo secular.

Panis, disciplina et opus servo: a utilidade do trabalho em G. Botero e a economia cristã de J. Benci

Silvia Patuzzi
Professora Dr^a - UFF

O objetivo da presente comunicação é analisar a retomada do enquadramento conceitual fornecido por Giovanni Botero às relações entre economia, religião e política (Della Ragion di Stato, Veneza, 1589) por parte de um importante representante da teoria seiscentista do “governo dos escravos” nas Américas: o jesuíta riminense Jorge Benci (1650-1708). Benci ingressou na Companhia de Jesus em 1665 em Bolonha e, em 1681, embarcou para o Brasil do porto de Lisboa, tendo atuado nos colégios do Rio de Janeiro e de Salvador. Foi na Bahia que proferiu o sermão “As Obrigações dos Senhores para com os Escravos”, embrião do tratado Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos (Roma, 1705). Neste tratado, Benci articula os conceitos de trabalho, ociosidade e riqueza para refletir sobre o problema da licitude do trabalho “servil”, transferindo para a esfera privada dos grandes proprietários de terras os ensinamentos financeiros a respeito das funções distributivas e comutativas desempenhadas pelo poder soberano para utilidade do Estado, apresentadas por Botero. Dar-se-á, portanto, ênfase, à circulação e adaptação de ideias e categorias analíticas próprias da teologia moral e dos tratados políticos produzidos na Europa e utilizadas para compreender a realidade americana e persuadir seus agentes. Esta pesquisa vem sendo desenvolvida em parceria com o professor Renato Franco, no grupo de estudos Inaequalitas, baseado na Companhia das Índias, UFF.

Trabalho e oikonomia: Jorge Benci e o governo dos escravos

Renato Franco
Professor Dr. - UFF

Jorge Benci (1650-1708), jesuíta italiano, chegou ao Brasil, em 1683, em uma expedição também integrada pelos religiosos António Vieira e João António Andreoni (mais conhecido como Antonil). Depois de ensinar teologia no Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro, Benci passou à Bahia, onde escreveu um conjunto de sermões, que mais tarde seria publicado em Roma, em 1705, sob o título de “Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos”. Ao estabelecer as bases éticas do governo (oikonomia), Benci sistematizou um modelo cristão amplamente difundido no império português, em um momento em que a administração dos cativos era objeto de reflexão da cultura letrada em outros impérios do Atlântico. Esta comunicação pretende compreender de que modo Benci relaciona o governo dos escravos e a categoria “trabalho”, vista como a base sobre a qual se organiza a ordem moral e também a racionalidade econômica. Desta forma, Benci insere a temática do governo dos escravos em uma discussão mais ampla e cara aos pensadores do seu tempo, qual seja, a do governo dos pobres. Esta pesquisa vem sendo desenvolvida em parceria com a professora Silvia Patuzzi, no grupo de estudos Inaequalitas, baseado na Companhia das Índias, UFF.

“Acusam-nos de incapazes de doutrinar”: Franciscanos e Jesuítas na Paraíba de fins do século XVI

Moreno Laborda Pacheco
Professor Dr. - UFBA

No início do século XVII, a historiografia franciscana registrou os percalços enfrentados pela Ordem dos Frades Menores na condução de suas atividades na Paraíba. No centro das dificuldades expostas nesses relatos, estavam as disputas pela direção de aldeias reivindicadas pelos jesuítas, que para tanto se baseavam em argumentos de precedência. Mas se as disputas se fundaram, inicialmente, em critérios de antiguidade, rapidamente bandearam para questões de eficácia evangélica e para discussões acerca de métodos missionários. Esta comunicação busca lançar luz sobre a historiografia franciscana que tratou do tema, dedicando especial atenção à “Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil”, escrita por frei Manuel da Ilha em 1621, e sua defesa da missão franciscana na capitania. No núcleo da análise, estão as conexões entre a produção desse manuscrito e uma voga experimentada pela historiografia religiosa no período, em que disputas identitárias entre ordens religiosas jogaram papel relevante. Porém, longe de considerar estes relatos como derivações puramente retóricas ou meramente ligadas a uma tradição literária estranha àquela realidade, importará sublinhar a dimensão prática que escritos como o de frei Manuel da Ilha podiam assumir em decisões de poder e governança.

Manuel da Nóbrega e Pedro Fernandes Sardinha: dois projetos em confronto

Daniel Ribas Sepulveda Alves
Mestrando - UFF

A presença dos missionários jesuítas dispersos pelos quatro cantos do mundo funcionava como uma espécie de “laboratório da evangelização”, onde as experiências locais eram compartilhadas com os centros de tomada de decisão, de modo a reorientar eventuais desvios e dar maior eficácia às novas pretensões de universalismo religioso do início da época moderna. Na segunda metade do século XVI, na América portuguesa, a flexibilização “prudente” dos princípios vinha se tornando grande aliada dos jesuítas na arte de ponderar para adaptar, antes de executar e praticar, desenvolvendo considerável tolerância, que traduzida em perdão, alargava o repertório de artifícios de conversão, aproximando padres e indígenas. Essa nova forma jesuítica de compreender a missão nos Brasis não era unânime sequer no interior da própria Ordem e foi percebida como indulgência, que, em situações-limite, poderiam ser acusadas de excesso de permissividade e de falta de decoro em relação a assuntos essenciais da fé. Este embate se materializou na conturbada relação entre o padre Manuel da Nóbrega e o primeiro bispo de Salvador, d. Pedro Fernandes Sardinha. A partir da chegada do bispo, os novos métodos dos jesuítas passaram a sofrer incansável perseguição, acusados de heterodoxia religiosa e descumprimento das bulas papais. De sua chegada ao Brasil, em 1551, até sua renúncia ao posto de bispo, em 1556, uma substantiva correspondência, frequentemente de caráter polêmico, foi produzida por Sardinha e também pelos inicianos. Nela se discutiram temas candentes sobre doutrina e métodos mais eficazes de conversão. Nesta comunicação, propõe-se analisar tal produção epistolar, de modo a compreender os principais pontos de discordância no que tange a evangelização dos índios, por meio da utilização de crianças no processo de conversão.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 23

Intolerância religiosa e discriminação social no mundo atlântico da era moderna

COORDENADORES

GEORGINA SANTOS (UFF)

BRUNO SILVA (UNIFESSPA)

A transferência do eixo comercial europeu para o Oceano Atlântico, no século XVI, em decorrência da expansão ultramarina, ensejou o encontro de povos e culturas que se desconheciam e propiciou a maior experiência transcontinental da Europa cristã desde o movimento das Cruzadas. O sentido colonizador deste empreendimento, capitaneado pelos Estados modernos ibéricos, alterou profundamente o perfil das sociedades aquém e além-mar. O surgimento e a propagação das ideologias que embasaram a discriminação de indivíduos e de grupos em decorrência da etnia, gênero, orientação sexual, ofício, credo religioso ou costumes culturais encontraram na política de intolerância religiosa dos Estados Confessionais sua base de apoio. Este Simpósio discutirá as práticas discursivas, jurídicas, eclesiásticas, administrativas, que viabilizaram a irradiação e o enraizamento de preconceitos raciais, a criminalização de comportamentos e costumes culturais rejeitados pela religião oficial. Analisará, sobretudo, o papel da Inquisição como poderoso instrumento de implementação das tecnologias disciplinares do Estado para a construção do edifício social do Antigo Regime.

Local: **SETOR 02/SALA C1.**

06/09 – Quinta-feira

Do altar à fogueira - religiosas condenadas à pena capital pela inquisição Portuguesa (século XVII)

Georgina Silva dos Santos

Professora Dr^a - UFF

O cotidiano nos conventos portugueses da Era Moderna foi marcado por tensões que opunham as religiosas aos seus superiores, às regras das ordens monásticas que escolheram professar e também às outras irmãs de hábito. Houve, entretanto, ao longo do século XVII, uma série de conflitos que ultrapassaram os limites impostos pelos edifícios conventuais e alcançaram o Santo Ofício. Neste conjunto, um episódio, em particular, ganhou vulto e seu eco fez-se ouvir, inclusive, além de Portugal. Duas freiras, acusadas de conservar práticas e ensinamentos judaicos, foram arrastadas às barras do tribunal da Inquisição de Évora, acabando por ser relaxadas ao braço secular. Esta comunicação examina o contexto e os critérios que levaram os inquisidores a atribuírem sentença tão grave a duas mulheres, poupando a vida a outras tantas acusadas de crime semelhante.

Um silêncio ensurdecador: sobre resistência criptojudáica e inquisição

Ângelo Adriano Faria de Assis
Professor - UFV

O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, instaurado em 1478 na Espanha e em 1536 em Portugal, foi responsável, ao longo de mais de mais três séculos, por processos de perseguição a indivíduos considerados fora das normas católicas e, por conta disto, ameaças à pureza cristã. Embora a América portuguesa não tivesse um tribunal estabelecido, ficou sob a alçada da Inquisição de Lisboa, responsável pelo Atlântico Sul. No Brasil, são conhecidos os processos movidos pelo Santo Ofício contra, pelo menos, 1076 pessoas. Esta comunicação, através de estudos de caso e trajetórias individuais e familiares, objetiva compreender as estratégias de resistência do grupo cristão-novo (judeus batizados à força ao catolicismo e seus descendentes), dos principais denunciados ao Tribunal do Santo Ofício. Para tanto, forçará no processo de um comerciante preso duas vezes pela Inquisição e condenado à fogueira nas primeiras décadas do Setecentos.

Marranismo na Paraíba: trajetórias de intolerância (1728 - 1744)

Wirianne Nádia Lima de Carvalho
Mestranda – UFF

A comunicação é fruto de pesquisa acerca da existência de uma célula de sobrevivência marrana nos sertões de dentro, em especial Paraíba, que durante século XVIII teve mais de cento e sessenta cristãos-novos denunciados e processados pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (esse número ilustra famílias abrangentemente atingidas, condenadas a penas degradantes ou ceifadas em vida por serem acusados de professar a Lei de Moisés), dentre estes, trinta e nove criptojudáizantes (de três diferentes gerações) são pertencentes a uma rede de ensino, convívio, observância e interação familiar. Por questão metodológica, será dada atenção especial a oito desses personagens. São eles: os pais Joana do Rego e Manuel Henriques da Fonseca, seus filhos Isabel da Fonseca Rego, Dionísia da Fonseca e Joseph da Fonseca Rego, genro Ambrosio Nunes por ser casado com Isabel da Fonseca, João Nunes Tomaz irmão de Joana do Rego e um sobrinho chamado Dionísio da Silva. Em meio ao universo da ação do Santo Ofício português, os processos inquisitoriais nos possibilitam perceber que o testemunhar dos oito indivíduos cristãos-novos estudados trazem em suas confissões a problemática de práticas marranas, a partir do ensino de “salvar-se na crença do Deus de Israel” dado pelo patriarca e a persistência de uma religiosidade judaica cristalizada pelos costumes no ambiente privado dos lares.

Sodomita e herege? O caso de Padre João de Mendonça da Maia na inquisição de Lisboa

Veronica de Jesus Gomes
Doutoranda – UFF

O sacerdote João de Mendonça da Maia, mestre escola na Colegiada de Valença do Minho, foi preso pela Inquisição de Lisboa em 21 de julho de 1643, acusado de sodomia. Ao padre, inculcado

de ter sua casa frequentada por diversos homens, cujos apelidos femininos incluíam expressões como “a Turca”, “a Bugia”, “a Galega” e “a Fajarda”, foi atribuída a alcunha “o Arquissinagoga”, cognome que não é casual. Contra ele existiam acusações de sodomia desde a década de 1620, na Inquisição de Coimbra, onde foi denunciado por seus “desaforos, vícios, e demasias”, “de que não somente nascem grandes escândalos por ser homem de nação hebreia”. Das diligências realizadas emergiu um conjunto de culpas, que foi além da prática do “pecado nefando”, já que o padre foi incriminado de ser judaizante, blasfemo e feiticeiro, furtando “as cousas sagradas corporais e sanguinhos para usar mal delas”. Sua história teve um desfecho trágico e ele foi queimado em 10 de julho de 1644. Estudos recentes, a exemplo dos realizados pelo historiador Ronaldo Vainfas (2006), apontam que a Inquisição, em sua prática judiciária, ampliou o conceito de heresia, o que lhe permitiu subsistir por longo tempo, uma vez que sem as heresias, “reais ou fictícias”, o Santo Ofício não tinha razão de existir. Ou seja, o tribunal seria uma “fábrica de hereges”. Nesse sentido, a comunicação analisa o processo inquisitorial movido, na primeira metade do século XVII, contra o sacerdote João de Mendonça da Maia, cujos autos reúnem acusações de diferentes faltas, que envolvem prevaricações sexuais e desvios da doutrina católica. Tais aspectos, na documentação, estão diretamente relacionados à sua ascendência hebreia, que, discriminada e aviltada, é associada aos erros sexuais e de fé, o que nos leva a questionar até que ponto o réu cometeu as infrações ou se as denúncias resultaram de preconceitos quanto à sua origem, às inimizades, disputas e conflitos entre o clérigo, seus confrades e a comunidade na qual estava inserido.

Sobre os “ventos da terra”: as artes mágicas e as novas percepções sobre feitiçaria na segunda metade do século XVIII

Dimas Catai Santos Junior
Professor Ms. -IFCE

No ano de 1757 um conjunto de moradores indignados com as irreligiosidades promovidas por algumas escravas na comunidade do “Areal de cima”, na cidade de Salvador, resolveu instituir por conta própria uma inquirição para averiguar os erros promovidos por estas mulheres. Com o aval do Cônego e Comissário Bernardino Germano, passaram a inquirir os moradores e as escravas envolvidas a fim de obter as respostas que tanto desejavam. Após as investigações, chegaram a conclusão de que Vitória, pertencente ao Padre Manoel Duarte, promoveu um conjunto de danças supersticiosas – classificadas pelos denunciante como calundu – com objetivo de curar de uma outra escrava. O nome da adoentada era Juliana e a sua doença foi resultado das suas ausências para com as obrigações com os seus ancestrais que cobravam caro pelas suas faltas e exigiam que estas fossem reparadas através da intermediação de um especialista nas artes de sua terra. Com as informações e os culpados supostamente encontrados, coube também a estes inquiridores informais promover o devido castigo contra os “criminosos”. Pedindo licença ao proprietário da escrava Vitória, queimaram todos os elementos envolvidos no ritual. Carochos de dendê, farinhas e outras raízes empregadas no culto a “Cariapemba” foram transformados em cinzas, pois, “seria obrigação dos senhores criar seus escravos nos bons costumes católicos”. Esta denúncia que jamais virou um processo inquisitorial e acabou esquecida numa das inúmeras páginas dos Cadernos do Promotor de Lisboa demonstra como a Inquisição lidava com a maioria dos delitos de feitiçaria relatados a ela que envolvessem escravos. A partir deste documento e os regimentos do Santo Ofício, pretendemos fazer uma análise mais geral acerca da percepção sobre as práticas mágicas e as ações promovidas contra os feiticeiros a partir da segunda metade do século XVIII no Brasil.

Os protestantismos da nova Holanda (1630 – 1654)

Francisca Jaqueline de Souza Viração
Doutoranda – UFF

No século XVII a colônia holandesa no nordeste brasileiro foi oficialmente uma colônia protestante, mais especificamente reformada, holandesa e gomarina. Porém a existência de pastores de origem espanhola, valã, francesa e inglesa, tendo estas duas últimas nacionalidades até mesmo igrejas nos faz questionar sobre a existência de outras piedades protestantes na colônia. A ausência de fontes que detalhem o dia a dia destas igrejas não nos permite analisá-las melhor, porém é possível traçar pelo menos um mapa, sem que seja superficial das possíveis piedades existem. Este trabalho tem por hipótese que se trata de huguenotes franceses e puritanos ingleses. Através de toda a renovação historiográfica produzida graças aos 500 anos da Reforma, em especial nos trabalhos de Alistair McGrath e nas recém redescobertas obras de Émile Leonard e tomando como fontes principais as atas da Igreja Reformada Holandesa no Brasil e as Nótulas Diárias, este trabalho propõe identificar estas piedades vivendo juntas no Brasil Holandês em meio a tempos conturbados para o protestantismo com a Guerra Civil Inglesa e a Guerra dos 30 anos, onde a maior parte dos Estados europeus vivia sob a intolerância religiosa.

07/09 – Sexta-feira

Da degeneração do homem Americano à construção da moderna ideia de raça: teorias e relatos sobre a origem da humanidade do novo mundo (séculos XVII e XVIII)

Bruno Silva
Professor Dr. - UNIFESSPA

A presente comunicação visa elencar relatos de viagens que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, buscaram classificar e promover um inventário acerca dos diversos grupos humanos encontrados no Novo Mundo. Com isso, busca-se perceber que tais narrativas foram fundamentais para se construir práticas discursivas que viabilizaram a irradiação e o enraizamento de preconceitos raciais, promovendo a solidificação de teorias de gabinetes que, desenvolvidas na Europa, se espalhavam pelos mais distantes rincões da América, levando a mensagem de que a humanidade encontrada e desenvolvida no novo continente era degenerada. Procura-se discutir que tais práticas letradas, comuns no Antigo Regime, foram essenciais para o desenvolvimento da moderna ideia de raça bem como os atributos inerentes a tal conceito e isso se deu em solo americano.

Pois o sol, as estrelas, o raio e a lua não são deus? O quéchua como língua geral no tercer catecismo y exposición de la doctrina cristiana (1585) - apontamentos iniciais

Mércia Dalyanne Lopes de Araújo
Mestranda – UnB

Este projeto de comunicação tem por objetivo central compreender inicialmente os mecanismos de doutrinação e evangelização cristãos impostos pela colonização espanhola por intermédio da Língua Quéchua, no Vice-Reino do Peru, entre os séculos XVI e XVII. Para isso, se usará o texto do 'Tercer catecismo y exposición de la doctrina Cristiana (1585)' como fonte primária – por meio do qual é considerado como uma das principais referências de caracterizar as estruturas jurídicas e políticas das colônias americanas do período colonial. Dessa forma, a pesquisa tem o intuito de conhecer as práticas, as experiências coletivas e construções individuais a partir da análise de conceitos empregados no 'Tercer catecismo y exposición de la doctrina cristiana (1585)' que é entendido enquanto texto chave de modulação sócio-linguística da Coroa Espanhola na América Andina. Em síntese, por meio do levantamento de análise de conceitos e na contextualização da história do documento, que são entendidas como longos sermões, trechos, normas católicas e evangelizações linguísticas direcionadas à aculturação indígena, se quer discutir como foram apresentadas as concepções e construções em torno da ideia de 'Deus ou Deuses' não-cristãos, dentre outros termos que dizem respeito à religião das culturas andinas pré-colombianas. No mais, com o objetivo possível de perceber como essas práticas doutrinárias se apresentaram nos séculos XVI e XVII, seja por meio de fontes ou pelo levantamento de bibliografias.

“Como se poderá salvar o homem ou mulher que tem escravos?” A questão da escravidão nas páginas do jornal a voz da religião no Cariri (1868- 1870)

Daniela Márcia Medina Pereira Agapto
Doutoranda – UFF

O jornal A Voz da Religião no Cariri circulou entre os anos 1868 e 1870. Foi importante veículo de divulgação da obra e dos ensinamentos do Padre Ibiapina (1806-1883). O periódico era editado por José Joaquim Telles Marrocos (1842-1910) na cidade de Crato-CE. Em suas páginas encontramos exortações, biografias, conselhos, poemas e o relato de graças alcançadas. Em meio a sua missão evangelizadora o periódico permite entrever aspectos do cotidiano dos indivíduos escravizados. Tal cotidiano surge quando encontramos, por exemplo, relatos de senhores sobre as graças alcançadas por seus escravos aliviados de alguma moléstia. Esta realidade está evidenciada ainda em severas críticas aos maus tratos e ao desprezo dos senhores pela missão de tornar o escravo um bom cristão, a autoria destes trechos possivelmente é do editor José Marrocos, destacado abolicionista que em outros veículos expôs seu pensamento acerca do tema. Em determinadas passagens fica claro apoio à emancipação do escravizado, e o apelo à missão de convertê-lo. O jornal que tinha como lema “Ide em todos os pontos, ensinar a todos os povos” é a fonte principal do presente estudo. O acesso ao material se dá através das cópias digitalizadas disponíveis no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Contribuem ainda para nossa reflexão as obras de autores que se dedicaram a estudar a missão do Padre Ibiapina.

Éden censurado: o controle de impressos no antigo regime e a América na escrita da história Buarqueana

André Carlos Furtado
Doutor - UFF

Jardins de delícias, clima ameno e boa temperança dos ares compunham algumas das tópicas recorrentes nas narrativas de viajantes e cronistas transeuntes nas finisterras do Novo Mundo. A propósito dos rincões relativos às Índias de Castela, entretanto, essas imagens teriam sido mais abundantes e fantasiosas. É essa, pelo menos, parte da argumentação de Visão do Paraíso (1958), de Sérgio Buarque de Holanda, na qual tais perspectivas, sob o olhar português, apresentam as marcas de um realismo pedestre em nada comparável aos delírios dos espanhóis. Assim, legou-se nesse estudo uma análise sobre o passado colonial interessada em enfrentar os desafios de sua contemporaneidade. Por esse motivo, mesmo desconhecendo, a princípio, o poder e a ressonância dos sistemas censórios do Ancien Régime na circulação de ideias, o autor seguiu defendendo essa avaliação acerca dos olhares edênicos no ultramar. Manteve sua posição apesar de ter descoberto, posteriormente, a interdição que pesou sobre os escritos da Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil (1664), do padre inaciano Simão de Vasconcelos. Este foi impedido de registrar que o Horto sagrado se achava a Ocidente do Atlântico, em território lusitano. Nesse sentido, a linha mestra do problema aqui abordado segue duas direções temporais com um único objetivo: atentar às esferas das práticas discursivas que disciplinaram, de um lado, a miragem paradisíaca que se quis evitar no setecentos e, de outro, a tese historiográfica que a produção intelectual buarqueana defendeu no século XX.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 24

Mulheres no brasil colonial: processos migratórios, dinâmicas relacionais, saberes e práticas cotidianas.

COORDENADORES:

ANTÔNIO OTAVIANO VIEIRA JUNIOR (UFPA)
MARIZE HELENA DE CAMPOS (UFMA)

O presente Simpósio Temático tem por objetivo reunir pesquisas concernentes a vivências de mulheres na América Portuguesa. A intenção é agregar trabalhos que, sob diversos prismas, se debrucem sobre a temática nos primeiros séculos e assim promover um profícuo diálogo entre seus pesquisadores. Propõe-se, neste sentido, a abordagem e reflexão de estudos relacionados ao cotidiano colonial, destacadamente: processos migratórios e povoamento, redes de sociabilidades, trajetórias de vida, estratégias de sobrevivência, saberes e práticas de saúde, culinária, técnicas da terra etc. Buscar-se-á debater, ainda, a respeito dessas vivências, suas dimensões e narrativas historiográficas permitindo problematizar, entre outros, as representações consagradas acerca da passividade e submissão feminina, cujas histórias teriam transcorrido a embalam-se em suas redes, representações essas que não apenas tomam a parte pelo todo, mas ainda uniformizam o diverso, haja vista o dinamismo multifacetado de não poucas mulheres pertencentes aos mais variados segmentos daquela sociedade.

Local: **SETOR 02/SALA H5.**

Ação de alma: a trajetória de dona Joana Theodozia de Jesus, Quixeramobim – Ceará (século XVIII)

Ana Cecília Farias de Alencar
Doutoranda - USP

As atividades creditícias na América Portuguesa foram essenciais para fazer circular os produtos que poderiam ser comprados em dinheiro, fiado ou prestação, como as fazendas secas (tecidos e artigos para indumentária), secos e molhados (alimentos e bebidas, ferramentas, objetos de uso doméstico e pessoal, etc.) e também produtos de maior valor como escravos, animais e casas. Geralmente, os produtos de menor valor eram anotados em livros de contas (cadernetas) ou apenas a palavra da pessoa valia como crédito. Quando ocorria o não cumprimento do pagamento de dívida, poderia ser aberto um processo chamado de Ação de Alma, no qual o devedor era intimado a comparecer na presença do juiz e do credor para jurar por sua alma se ele era ou não devedor; foi o que aconteceu com Dona Joana Theodozia de Jesus, em um caso peculiar tanto pela ação movida em si, quanto pela reação da devedora, que se negou a pagar o dito débito. Dessa forma, a presente comunicação tem como foco analisar a atuação da viúva Dona Joana, partindo de sua trajetória na administração da herança recebida, o acúmulo de patrimônios que conquistou posteriormente, até o momento da cobrança da dívida contra ela. Diante desse processo de Ação de Alma, busca-se compreender o que levou uma viúva, possuidora de bens, negar-se a pagar parte de um débito, desobedecendo assim as autoridades locais. Questiona-se se ela tirou proveito da posição privilegiada de sua família para enfrentar a lei. Para tanto, a documentação utilizada foram os inventários e o processo de Ação de Alma, ambos presentes no Arquivo Público do Ceará – APEC.

Mulheres indígenas: dominação, resistência e sobrevivência nos primórdios da ocupação da Ribeira do Acaraú, na capitania do Siará Grande (século XVIII)

Maria Rakel Amancio Galdino
Mestre - UFC

A pesquisa teve como objeto de análise as mulheres indígenas durante os primórdios da ocupação da Ribeira do Acaraú (final do século XVII e primeira metade do XVIII), situada ao noroeste da capitania do Ceará Grande, região periférica na América Portuguesa. Entre os objetivos principais, destacaram-se: analisar as formas de dominação, resistência e negociações vivenciadas por essas mulheres em um contexto de violência física e simbólica, característicos do processo de colonização do Brasil. De acordo com as fontes históricas como os testamentos, inventários post-mortem, registros de religiosos que estiveram na região, livros de batismos, óbitos, entre outras, é possível perceber como tais mulheres, principalmente aquelas não relacionadas às chefias indígenas, sobreviviam diante dos desafios de um contexto em transformação, vislumbrar formas de negociações e resistências. Entre os discursos sobre o ideal feminino a ser seguido ou desvios considerados desmoralizantes a que estiveram associadas, muitas índias teceram compadrios,

foram inseridas em testamentos, disputaram heranças, mas também sofreram com a escravidão, a depreciação, e contestações que poderiam significar a negação de sua dignidade como “mulher honesta”; outras tiveram filhos cedidos por religiosos a famílias distantes para que os criassem de acordo com o novo modelo de sociedade imposto. Tais elementos indicam que há muito a se discutir e problematizar a respeito das dinâmicas vivenciadas, mesmo que estas representem apenas uma parcela do passado das mulheres do Ceará e do Brasil colonial.

As viúvas de Curitiba e suas estratégias de sobrevivência (1780-1810)

Lana Sato de Moraes
Mestranda - UnB

O objeto de análise dessa apresentação são as táticas de sobrevivência utilizadas pelas viúvas da Vila de Curitiba no final do século XVIII, concentrando-se principalmente em suas interações econômicas. O foco será no modo que essas viúvas construía e conservavam a confiança que as permitiam manter relações econômicas neste período e quais eram as interseções desse acesso feminino a riqueza material com as suas relações familiares e sociais. De maneira geral, busca-se um maior entendimento sobre a forma que ocorria o envolvimento feminino no universo econômico da América Lusa, que é, normalmente, apresentado pela historiografia como hegemonicamente masculino. As principais fontes utilizadas são os registros tabelionais e paroquiais. Os registros tabelionais trazem uma grande variedade de acordos econômicos e sociais do período e por meio desses assentamentos é possível observar que tipos de negócios estavam sendo realizados em Curitiba nessa época e quais eram as pessoas que estavam envolvidas nesses acordos, observando principalmente qual era o espaço para a participação das viúvas nessas transações. Já por meio dos registros paroquiais é possível perceber as relações sociais desses agentes históricos com mais facilidade, já que, normalmente, aparece o nome dos cônjuges, dos avós da criança e nome completo do padrinho e madrinha. Com as diferentes informações trazidas por esses documentos, se escolherá algumas viúvas para construir e analisar suas interações e redes sociais, buscando compreender as lógicas e estratégias das práticas econômicas dessas mulheres para a preservação de seus patrimônios familiares. Desta forma, por meio do cruzamento dos dados encontrados nessas diferentes fontes, espera-se vislumbrar quais eram as práticas econômicas e sociais vigentes na região curitibana durante esse período e as ações feitas pelas viúvas dentro dessa estrutura.

A representatividade da mulher como proprietária de imóveis urbanos na capitania de Goiás

Nádia Mendes de Moura
Doutoranda - USP

Pouco se sabe sobre a representatividade da mulher na Capitania de Goiás. Ainda assim, elas sempre estiveram presentes nas fontes primárias, como no caso das Décimas Urbanas, imposto predial urbano implementado no início do século XIX. Por meio da análise das Décimas Urbanas, foi verificado que as mulheres representam um contingente significativo como proprietárias de imóveis nos núcleos urbanos da Capitania de Goiás no início do Oitocentos. Essas mulheres

foram representadas na documentação das mais variadas formas: como donas, viúvas, miseráveis, órfãs, mendigas, ou seja, abarcando perfis e classes sociais dos mais variados. Em Vila Boa no ano de 1818, 43,4 % dos imóveis estavam nas mãos de mulheres ao passo que mais ao norte, em Natividade em 1817, essa taxa era ainda maior e correspondia a 48,5 % do total. O elevado número de proprietárias de imóveis não é um quadro muito comum em outras partes da colônia, como no caso do Rio de Janeiro ou de São Paulo. O status civil era outro aspecto que influenciava bastante neste cenário, onde as abastadas proprietárias de imóveis dos grandes centros eram em sua maioria solteiras ou viúvas, o que não era uma regra no caso da Capitania de Goiás. Nessa capitania, que teve o garimpo como principal mola propulsora do desenvolvimento econômico, a formalização do matrimônio não era muito comum e esse quesito influenciou diretamente o número de mulheres como proprietárias de imóveis urbanos. A popularização do concubinato naquela porção da colônia chamou a atenção dos viajantes europeus que lá passaram no século XIX e serviram de contraponto para a análise da representatividade dessas mulheres dos tempos passados dos sertões de Goyaz.

Regências matriarcais: estratégias testamentárias e poderes femininos no Maranhão setecentista

Marize Helena de Campos
Doutora - UFMA

Esta comunicação tem como foco a administração e transmissão de bens femininos no Maranhão colonial, especificamente entre 1755 – 1822, anos que o caracterizaram como grande centro produtor e exportador de algodão e arroz. Tomando como marco a instalação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a abordagem analisa a atuação das mulheres naquela dinâmica socioeconômica como proprietárias de escravarias, jóias, imóveis etc., na agricultura e pecuária evidenciando tais regências e suas estratégias de transmissão de bens por legados testamentários. Histórias de Senhoras Donas, viúvas, casadas, solteiras, fugidas, separadas, ricas ou pobres, que se entrelaçam em um ponto comum: eram Senhoras de seus bens e Donas de suas vontades e determinações, que agora serão conhecidas.

Um marido em cada margem do atlântico: a bigamia feminina como tática de resistência (séculos XVI-XVIII)

Emily de Jesus Machado
Mestre - UFBA

Em 1703, na igreja de São Julião em Lisboa, a criada Maria Coelha e o marinheiro Sebastião se casaram. Apenas um detalhe tornava aquela cerimônia distinta das inúmeras outras já ali realizadas: o fato de que a noiva contraía segundas núpcias, tornava-se bigama. O delito de bigamia se constituía pelo advento de um, ou mais, casamentos sendo o primeiro cônjuge ainda vivo e o matrimônio preexistente não tido como desfeito ou inválido pela Igreja. Por conta do desrespeito ao sacramento do matrimônio que a segunda núpcia ilícita significava, aqueles que incorriam neste delito em Portugal e seus domínios ultramarinos eram julgados pelo Tribunal do Santo Ofício, desde o momento da instauração deste em 1536. A Inquisição portuguesa abriu, durante seu período de atuação, 234 processos contra mulheres acusadas de bigamia. Através destes processos é possível nos aproximarmos de vivências femininas que em muito destoam

ao comportamento social tido como aceitável para as mulheres, no reino e ultramar, do período moderno. É o que nos indica o caso da Maria Coelha. Seu primeiro casamento teve lugar nos Açores e ocorreu contra a sua vontade, uma imposição que era possível devido ao seu gênero e a quantidade de poder social a ele conferido. Contudo, distanciando-se do comportamento obediente e passivo – esperado e exigido às mulheres à época – Maria aventurou-se por diversas partes do império português, desembarcando por fim na Bahia, onde acabou enfrentando a Inquisição. A análise de sua trajetória nos permite perceber como, ainda que inserida num imaginário que lhe impunha uma condição de inferioridade e lhe tolhia o controle sobre seu próprio destino, algumas mulheres encontraram na prática da bigamia uma solução adequada aos seus anseios. Maria, assim como suas companheiras de delito, longe de serem vítimas daquilo que seu estatuto social ou circunstâncias adversas lhe impuseram foram agentes da própria história. O estudo de processos como este nos permite vislumbrar mais uma dentre as múltiplas e complexas facetas das vivências femininas existentes no Atlântico Português.

Mulheres de limpo sangue e geração”: esposas habilitadas pelo santo ofício na Amazônia colonial

João Antônio Fonseca Lacerda Lima
Doutorando - UFPA

O Santo Ofício se fazia presente no território colonial via uma extensa rede de agentes, que conectados com o Tribunal de Lisboa, denunciavam, investigavam e lavravam os processos nas áreas sob sua jurisdição. Dentre esses agentes, se destaque os familiares, oficiais leigos que se constituíam no elo entre os réus e os comissários, este último cargo mais importante da Inquisição nos territórios fora do reino. Para servir como tal, estes agentes tinham suas origens devassadas, investigando seus pais, avós e bisavós em busca de algum possível impedimento. Quando casados, igual investigação era feita quanto “a vida, procedimentos e geração” de suas esposas; bem como sendo solteiro, querendo contrair matrimônio, a pretendente deveria ter sua vida investigada. Dos dados levantados pelo Santo Ofício, vemos emergir a vida dessas mulheres que viveram no Grão-Pará e Maranhão setecentista, para além de ser um processo “proforma”, suas trajetórias se constituíam em condição fundamental para o deferimento da habilitação de seus maridos. Nesse sentido, nosso trabalho pretende demonstrar como se dava este processo de habilitação, bem como a atuação dessas mulheres no contexto apresentado.

Dona Maria Gil e família: possibilidades e imigração entre açores e o grão-pará do século XVIII.

Antônio Otaviano Vieira Junior
Doutor - UFPA

Nossa pesquisa procura analisar o processo migratório e a composição familiar de um grupo de imigrantes açorianos que desembarcou em Belém do Grão-Pará no ano de 1752. O esforço da análise é a partir da trajetória de uma imigrante, Dona Maria Gil. Nesse sentido, pretendemos considerar estes açorianos articulando diferentes partes integrantes do Império português do século XVIII: Lisboa, Açores e o Grão-Pará.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 25

Abordagens, temas e pesquisas em arqueologia histórica e colonial no espaço Brasileiro

COORDENADOR

ROBERTO AIRON SILVA (UFRN)

A arqueologia histórica pode ser definida como um campo da arqueologia, como uma subdivisão da disciplina arqueológica ou como resultado das transformações teórico-metodológicas ocorridas em meio às especialidades da arqueologia no último meio século no Brasil e assim tem apresentado destacada expansão no contexto brasileiro. Dentro desse campo ou nessa subdivisão e especialidade merecem destaque os estudos arqueológicos sobre materiais relativos à ocupação colonizadora luso-espanhola na América Latina ou o que pode ser chamada de arqueologia (do) colonial bem como acerca da variabilidade de contatos entre as diversas populações nativas e os grupos colonizadores desde o século XVI e as tensões decorrentes desse processo. Essa linha de pesquisa ou especialidade desenvolveu-se no contexto da América do Sul a partir, principalmente, dos anos 1980, em razão do processo de redemocratização na maior parte dos países dessa parte do continente. No Brasil já se tem uma pesquisa em arqueologia histórica ou uma pesquisa dos sítios brasileiros do período colonial desde a década de 1960, no desenvolvimento de pesquisas sobre cidades coloniais, missões jesuíticas, fortificações, bases comerciais e militares dos portugueses, lugares conhecidos pela documentação sobre a presença portuguesa em solo brasileiro desde o século XVI. No entanto, após os anos 1990, um amplo espectro de novas possibilidades se apresentou no desenvolvimento de trabalhos sobre temas como: a colonização portuguesa na expansão do capitalismo comercial; os comportamentos sociais de consumo tanto no período colonial quanto no período pós-colonial; os estudos das relações entre paisagem e poder; estudo sobre a formação dos espaços coloniais, e o mais recente desenvolvimento da chamada arqueologia da restauração ou arqueologia da reconstrução histórica. Todos esses temas foram decorrentes de uma mudança conceitual e de base metodológica na arqueologia histórica no Brasil. A proposta deste Simpósio Temático é reunir experiências de pesquisa no campo da arqueologia histórica e da especialidade dos estudos da arqueologia colonial dentro das propostas de discussões do VII Encontro Internacional de História Colonial - EIHC, para assim promover o debate sobre as abordagens e promover o conhecimento da diversidade de temas e problemáticas de pesquisa e propostas de métodos e estudos relacionados a materiais e/ou sítios de ocupação do período colonial. O que inclui, neste caso também, as problemáticas sobre a permanência ou continuidade desses processos coloniais, sejam de trabalhos que tenham sido desenvolvidos na área da pesquisa acadêmica, ou seja, na pesquisa em arqueologia preventiva no contexto do Brasil.

Local: **SETOR 02/SALA B4.**

08/09 - Sábado

Arqueologia em casas de fazenda na região seridó: espacialidades, temporalidades e sociabilidades no sertão do Rio Grande do Norte

Abrahao Sanderson Nunes Fernandes da Silva
Professor Dr. - UFRN

A existência de fazendas no Seridó Potiguar é algo que remonta ao século ao período colonial, quando da primeira data de Sesmaria na região. Desde então, inicialmente devido a criação de gado e posteriormente em períodos de ascensão da economia algodoeira, diferentes tipos de morada foram construídos, desde estruturas de taipa à estruturas em pedra e/ou tijolos. Essas casas também sofreram processos de alteração em sua espacialidade, de áreas com teto mais baixo à casas com cumeeiras mais elevadas, quartos mais amplos e espaços divisórios entre quartos de trabalhadores e da família proprietária. As alterações na espacialidade das residências, principalmente na passagem do século XVIII ao XIX deve ter correspondido também a alterações nas dinâmicas sociais, as quais, estão também expressas na cultura material passível de recuperação arqueológica nesses locais. Neste sentido, destacamos que o projeto visa compreender a ocupação sertaneja no Seridó Potiguar, a partir de levantamentos documentais, pesquisas de campo e laboratório na área de arqueologia, com foco nas casas sede de fazendas e estruturas a essas associadas, sejam essas de caráter econômico, de moradia ou de trabalho assalariado ou não. Na busca pelas vivências dos grupos, valemo-nos do conceito de “household archaeology”, que envolve a compreensão dos espaços habitados e os padrões passíveis de relação com as vivências dos grupos nesses locais, os bens móveis e também os imóveis, como as estruturas, estejam essas evidências em situações de refugio “primário” ou “secundário”.

Espacialidade e cultura material associada a africanos escravizados nos séculos XVIII e XIX

Karla Bianca da Silva Oliveira
Mestranda - UFMG
Abrahao Sanderson Nunes Fernandes da Silva
Professor Dr. - UFRN

Informações relativas às moradias de africanos escravizados em fazendas rurais são ainda escassas e, em geral, segundo a historiografia esta ausência é entendida a partir de três hipóteses: construções sem valor comercial a ponto de serem elencadas em inventários e documentos afins, a construção destes espaços era de responsabilidade dos escravizados e, após sua construção, passavam a ser entendidas como mais uma de suas posses e, por último, acredita-se no compartilhamento do espaço doméstico com seus senhores (MACEDO, 2015). Contudo, os trabalhos que se dedicam ao aprofundamento destas hipóteses com maior afinco ainda se mostram incipientes para a compreensão do cenário. Logo, esta pesquisa busca conhecer a espacialidade associada a habitações de indivíduos escravizados dentro do contexto econômico da pecuária do período colonial. E com isso, entender como as especificidades regionais e/ou econômicas podem atuar

na prática escravista e, por conseguinte, na cultura material a ela associada. A metodologia está dividida em quatro etapas: pesquisa bibliográfica (análise historiográfica), pesquisa em fontes históricas primárias (localizar informações acerca da presença de africanos ou afrodescendentes escravizados na área estudada), pesquisa de campo e análise do material coletado. Todas as etapas de levantamento de dados primários e secundários possuem como pressupostos básicos viabilizar interpretações sobre a espacialidade, relações sociais e grupos domésticos que estiveram presentes no espaço e temporalidades das fazendas Alegre no município de Caicó; Apaga Fogo no município de Serra Negra do Norte e o sítio Totoró, no município de Currais Novos, estado do Rio Grande do Norte.

A interface da arqueologia com a arquitetura e suas contribuições para a conservação do patrimônio edificado

Cecília Barthel Carneiro Campello
Doutoranda - UFPE

O objetivo desta pesquisa foi verificar a articulação entre os campos da Arqueologia e da Arquitetura a luz das recomendações internacionais e das abordagens contemporâneas do Restauro nas intervenções em ruínas históricas. Pretendeu-se contribuir deste modo para a construção de fundamentações teóricas na Arqueologia da Arquitetura e das bases para a conservação do patrimônio arqueológico no campo disciplinar da restauração/intervenção no patrimônio construído. Esta pesquisa se desenvolveu a partir da identificação e análise das abordagens conceituais, bem como dos critérios e princípios adotados dessas intervenções, proporcionando uma contribuição significativa para a conservação dos bens culturais materiais ao revelar as contribuições provenientes da articulação entre as teoria, projetos e práticas de intervenção contemporâneas e o seu grau de integração com as pesquisas arqueológicas no trato dos bens arquitetônicos arruinados. Para isto foram percorridas as seguintes etapas: Uma revisão analítica de intervenções paradigmáticas ocorridas em ruínas históricas na contemporaneidade; Revisão bibliográfica, seguida das análises da documentação fotográfica e de dados primários e secundários a serem pesquisados e então a confrontação entre as práticas arqueológicas e as restaurações arquitetônicas realizadas no bem cultural com o objetivo de expor um quadro do atual panorama da interface entre a arqueologia e a arquitetura e suas consequências para o patrimônio.

Da coleta assistemática à formação de coleções: relato da experiência de ponta grossa (Icapuí, Ceará)

Almir Leal de Oliveira
Professor Dr. - UFC

Esta comunicação tem como objetivo apresentar as várias etapas que constituíram o processo de transformação de um conjunto de materiais arqueológicos históricos do período colonial e pré-contato, coletados de maneira assistemática na localidade de Ponta Grossa (Icapuí, Ceará), até o seu tombamento e formação de coleções. Foram observadas várias etapas: a coleta assistemática, o acúmulo dos materiais, a sua disposição para exibição, um inventário preliminar, a guarda cedida, a separação, classificação, inventário, tombamento de destinação final. O histórico de coletas

arqueológicas assistemáticas em Ponta grossa remonta ao final da década de 1970, quando o Sr. Josué Crispim, recebeu de seu avô uma garrafa encontrada em um terreno destinado à agricultura com a inscrição “Amsterdam”. A partir daí, e ao longo de quase 30 anos, ele recolheu artefatos variados que encontrava na sua comunidade. São materiais líticos, malacológicos, cerâmicos (pré e pós-contato como o europeu), louças, paleontológicos, metálico, dentre outros. Este material foi recolhido, agrupado e exibido em um pequeno espaço destinado aos visitantes daquela localidade. Um pré-inventário foi realizado entre 2005 e 2006, por intermédio de uma equipe de pesquisadores que realizaram um projeto de mecenato ao Ministério da Cultura, com apoio da municipalidade. O projeto não teve continuidade. Em 2013, através do Iphan-Ce foi contratada uma empresa para realizar o tombamento definitivo da coleção. Os principais problemas encontrados foram: desconhecimento da legislação sobre patrimônio arqueológico, dificuldade de acondicionamento adequado para o material, falta de apoio institucional, descontinuidade das ações de tombamento e registro da coleção.

Práticas funerárias na capitania de Pernambuco

Pollyana Calado de Freitas
Mestranda - UFPE

Arqueologia das Práticas Funerárias é um ramo da arqueologia que se dedica ao estudo cultural dos elementos que envolvem a morte e o morrer. Na atualidade, tem crescido no Brasil pesquisas deste seguimento em sítios arqueológicos históricos, sejam eles espaços funerários ou cemiteriais. Desta forma, o presente artigo objetiva explorar um sítio histórico evidenciado no Bairro do Recife (Recife/PE), durante as escavações arqueológicas realizadas pela Fundação Seridó e a UFPE, para a obra de Revitalização do bairro, promovida pela Prefeitura do Recife. Do qual, entre os vestígios evidenciados estão remanescentes ósseos humanos, possivelmente do século XVII. A abordagem seguirá os rumos da teoria social, buscando compreender a construção espacial e sua relação com a cultura material, inserindo esses indivíduos no contexto da Capitania de Pernambuco. Trazendo para a análise conceitos sociais, como identidade, memória e representação, que possibilitem a compreensão de como as práticas funerárias podem ser pensadas.

Grupos indígenas do litoral norte do Rio Grande do Norte: resquícios do contato colonial

Pedro Pinheiro de Araújo Júnior
Mestrando - UFRN

Analisa possíveis resquícios da presença indígena no litoral norte do Rio Grande do Norte, no período do contato com grupos europeus entre os séculos XVI e XVII. O trabalho parte da existência de poucos estudos sobre grupos indígenas nesses espaços coloniais, havendo uma carência em pesquisas acadêmicas sobre os espaços do litoral ao norte da Cidade do Natal, no período colonial. Esses espaços litorâneos correspondem, na atualidade, aos municípios de Touros, São Miguel do Gostoso, Rio do Fogo e Maxaranguape. Na percepção de Diogo Costa, a arqueologia histórica objetiva investigar, descrever e explicar o comportamento humano, reconstruindo o modo de vida das pessoas. Reconstruir modos de viver passados é descrever seus tipos de comida, padrões de moradia, vida cotidiano, relações econômicas, estruturas sociais, enfim, a cosmovisão de determinados grupos culturais. Nesta perspectiva, utiliza o método abordado por

Adriana Alzatte Gallego, que descreve o objeto de estudo arqueológico como artefato, a partir da análise de dados escritos, iconográficos e arqueológicos. As principais fontes utilizadas são artigos e pesquisas publicadas sobre os sítios arqueológicos do Projeto Dunas nos anos 1990; artefatos cerâmicos frutos desse projeto, que estão custodiados no Larq e Museu Câmara Cascudo (UFRN) e no IPHAN; fontes escritas dos séculos XVI e XVII que descreveram esse litoral: Américo Vespúcio, Gabriel Soares de Souza, João Teixeira Albernaz, Jacob Rabbi e Fernão Cardim; fontes cartográficas do período, dentre elas as que identificam grupos indígenas nesse espaço, tais como Atlas Miller (1519), a Carta de Diogo Ribeiro (1529), o “Mapa da costa do Brasil” de Jacques de Vau de Claye (1579) e o Atlas de João Teixeira Albernaz (1640).

A ocupação colonizadora na povoação do natal: faianças Portuguesas dos séculos XVI e XVII nas escavações da cidade alta (casa do patrimônio)

Roberto Airon Silva

Professor Dr. / Coord Laboratório Arqueologia - UFRN

Como parte dos estudos arqueológicos de matriz interventiva realizados no contexto do Projeto de Restauração e Instalação da Casa do Patrimônio, projeto idealizado pela Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Norte, foram identificados na área escavada dentro do imóvel tombado como casa do Padre João Maria, posteriormente identificado como sendo o espaço do Armazém Real da capitania do Rio Grande, edifício este localizado no bairro da Cidade Alta em Natal-RN e restaurado na metade dos anos 1990 para instalação do escritório da 3a Subregional do IPHAN - RN. O referido local que já se encontra identificado através do uso dos referenciais da cartografia histórica colonial bem como dos relatos etnográficos e do acervo documental do período como sendo esta área o sítio primitivo de ocupação e instalação da povoação do Natal, fundada no último ano do século XVI logo após a edificação e instalação da Fortaleza dos Reis Magos na capitania do Rio Grande. Os locais escolhidos para a intervenção arqueológica tomaram como pressuposto metodológico de identificação através da escavação por níveis arbitrários (20 cm) na busca de correlacionar: estruturas arquitetônicas remanescentes no solo de ocupação, elementos construtivos através das prospecções de parede ou intervenções verticais realizadas nas seções de parede do edifício, bem como a identificação e coleta dos vestígios de cultura material encontrados dos diversos níveis de ocupação do local. Um dos elementos da cultura material encontrados em várias das seções de quadrículas durante a intervenção, foram diversos tipos de fragmentos de faianças decoradas, de origem portuguesa do período da colonização do território brasileiro, bem como foi possível ver nesses vestígios o reaproveitamento cotidiano e doméstico dos materiais (reciclagem). O objetivo do trabalho aqui apresentado é relatar sobre a identificação tipológica desses materiais, os usos e variedades desses bem como da sua utilização por grupos sociais específicos no contexto dos séculos XVII e XVIII na Povoação do Natal na capitania do Rio Grande.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 26

IMPÉRIOS IBÉRICOS NO ANTIGO REGIME: POLÍTICA, SOCIEDADE E CULTURA

COORDENADORA

MÔNICA DA SILVA RIBEIRO (UFRRJ)

Esse simpósio pretende ser um espaço de debate para pesquisas que trabalham com a ordem política, a administração, a governação, a vida social e cultural nos reinos e no ultramar dos impérios ibéricos durante o Antigo Regime, inclusive nas suas interfaces com a cultura e a economia. Um dos principais pontos sublinhados pelas atuais perspectivas de investigação histórica ressalta que os impérios ultramarinos de Portugal e de Espanha, na forma de ser da sua administração, governação e vida social, reproduziam as estruturas que davam forma e conteúdo ao Antigo Regime, vivenciado por essas monarquias na Europa. Por outro lado, ao considerarem as características essenciais da sociedade portuguesa e espanhola na Época Moderna, as pesquisas indicam a natureza pluricontinental e compósita das monarquias portuguesa e espanhola, embaladas por uma ordem sinodal, corporativa e jurisdicional que caracterizava, dava vida e dinâmica ao seu Antigo Regime. Esse simpósio temático propõe-se também a debater os elementos constitutivos e as formas de pensar o político nas e das monarquias ibéricas e as singularidades de suas conquistas ultramarinas, seja nos seus elementos próprios e constitutivos da vida no mundo atlântico ibérico, seja enfatizando a natureza e tessitura das redes sócio-políticas e governativas, bem como resgatando determinadas hierarquias e trajetórias sociais que conferiam materialidade e governabilidade aos espaços ultramarinos desses impérios. Entendemos também que o estudo e a pesquisa dos aspectos políticos estão intimamente vinculados com a cultura, a sociedade e a economia, articulações essenciais para a compreensão das dinâmicas que moviam o Antigo Regime nas monarquias ibéricas e nas suas conquistas. Por fim, compreendemos que o império português se estendeu pelo Atlântico e pelo Índico, levou o Antigo Regime luso para esses espaços, unificando essas várias regiões com a montagem de redes administrativas, sociais e econômicas, articulando espaços, homens e culturas por meio de suas práticas governativas, do seu comércio, dos seus valores religiosos. Por isso, esse simpósio pretende ser espaço de debate para pesquisas sobre a administração, a governação, a vida social e cultural no ultramar dos impérios ultramarinos ibéricos durante o Antigo Regime e se propõe a debater: 1) A governação nas conquistas ultramarinas: a administração, os conflitos e a negociação política, as redes sociais e administrativas construídas, as trajetórias e as carreiras político-administrativas, as capitanias e o poder local e suas câmaras municipais; 2) As monarquias ibéricas no Antigo Regime: a monarquia compósita espanhola e a pluricontinental portuguesa, a União Ibérica, a ordem sinodal dominante, a organização e dinâmica da sociedade de corte no ultramar; 3) O mundo ultramarino atlântico e oriental: as viagens, a expansão e as conquistas ultramarinas, a cultura e organização social e os relatos de viagem sobre a América, a África e a Ásia.

Local: **SETOR 02/SALA A1.**

O capitão Álvares de Almada e o projeto colonizador da Serra Leoa, 1580-1616

Francisco Aimara Carvalho Ribeiro
Doutor - UFF

Em 1580, reunidos em assembleia, os vizinhos da Ribeira Grande elegeram o Capitão André Álvares de Almada seu representante para levar à corte o pleito do direito à colonização da Serra Leoa pelos cabo-verdianos. Alegando que o capitão faria melhor serviço guardando seu posto à frente da companhia militar que chefiava em Santiago, o governador das ilhas, Doutor Gaspar de Andrade impediu a viagem de Almada. O episódio evidencia uma disputa entre coroa e câmara local pelo que depois veio a ser chamado pelo historiador britânico Paul Hair de “o abortado estabelecimento português na Serra Leoa” (1987). Tal iniciativa e a disputa pela forma de sua implementação, contou com várias etapas entre 1580 e 1616, entre muitas idas e vindas de documentação e agentes, mobilizou a Companhia de Jesus para a criação da Missão de Cabo Verde e da Serra Leoa, em 1604, produziu vasta documentação, entre as quais destaco o Tratado Breve dos Rios da Guiné, além da agência de seu autor, o Capitão e Cavaleiro de Cristo Almada, que a presente comunicação visa a apresentar como um sujeito de relevância no processo por sua atuação e trajetória.

“Dios crió á los obispos no solo por pastores, sino por perros de su ganado”: estado e igreja em conflito nas Índias do século XVII

Flávia Silva Barros Ximenes
Mestranda – UFF

Na Península Ibérica do século XVII e em seus domínios a ordem sócio-política baseava-se fundamentalmente no catolicismo, a política era indissociável do elemento religioso e o dever primordial do rei era defender a fé católica. Desde os primeiros tempos da chegada nas Índias os eclesiásticos foram de suma importância para a Monarquia hispânica, pois a obtenção de novas almas para o catolicismo foi a justificação da própria conquista espanhola e a Igreja continuou cumprindo o papel de espelho do poder real. Consciente da influência da Igreja na vida social, a coroa a utilizou de várias formas para afirmar a própria autoridade e nesse processo contou com a contribuição ativa do episcopado. Investidos da dignidade de sucessores dos apóstolos, os bispos exerciam enorme influência em uma população cuja vida, em sua maioria, girava ao redor da igreja, estando assim na posição perfeita para se tornarem peças fundamentais da política real, secundando a implantação das ordens da Coroa. Muitas vezes tiveram a oportunidade de unir a potestade episcopal com a secular ao assumir o cargo de vice-reis, o que, se proporcionava a expansão da já ampla rede clientelar que teciam a seu redor, também angariava outros tantos desafetos e opositores. Detentores de tanta influência, não é incomum que as relações com as autoridades seculares tenham sido muitas vezes conflituosas, em especial com os vice-reis, com os quais geralmente competiram por jurisdição e prerrogativas. Tendo como referência a atuação

do bispo Juan de Palafox e do arcebispo Liñan de Cisneros e seus embates com os vice-reis da Nova Espanha e do Peru, registrados em seus memoriais e relações de governo, este trabalho pretende refletir sobre a participação eclesiástica no governo das Índias, que não se deu sem conflitos entre os representantes do poder real.

Fidalgos da casa real, nobreza da terra e império ultramarino: estratégias de integração social e práticas de transmissão de patrimônio entre ramos secundogênitos na América Portuguesa (Rio de Janeiro e Bahia, séculos XVII e XVIII)

Eric Fagundes de Carvalho
Mestrando – UFRJ

O objetivo desta investigação, ainda preliminar, é construir uma análise das práticas de transmissão patrimonial, além de estratégias de coesão e integração social, entre os ramos familiares originados pela migração de filhos secundogênitos da pequena nobreza portuguesa. Descompensados do benefício material familiar (em função da prática corrente reinol do morgadio), tais ramos engrossaram os fluxos atlânticos em direção às diferentes possessões do Império Ultramarino português a fim da almejada recomposição material - além, é claro, das possibilidades de mobilidade social. Aqui, as atenções estarão concentradas sobre a trajetória dos filhos segundos do morgadio de Águas Belas radicados na América Portuguesa, especificamente na capitania do Rio de Janeiro e da Bahia. Entretanto, maior atenção será dada ao Rio de Janeiro, em razão da disponibilidade de pesquisas e fontes. O eixo da pesquisa será as formas possíveis do sistema de transmissão de patrimônio dos fidalgos da casa real (mercê concedida às primeiras gerações destes ramos no ultramar) nas conquistas americanas de tal Monarquia. Para tanto, os documentos privilegiados serão as genealogias elaboradas por Carlos Rheingantz, para o caso fluminense, e Frei Jaboatão, para o caso baiano. Pensamos que, quando combinadas com registros paroquiais de batismo, casamento e testamentos, proporcionarão um panorama satisfatório dos vínculos interpessoais engendrados por estes indivíduos em suas estratégias particulares e coletivas de inserção social e manutenção do prestígio construído em suas primeiras gerações. A intenção, por fim, é contribuir para o melhor entendimento do Antigo Regime católico nos séculos XVII e XVIII e sua materialização na monarquia pluricontinental lusa, sem esquecer das complexidades dadas por uma sociedade escravista.

As múltiplas nobrezas do ultramar: uma análise do “estado da nobreza” da obra *frutas do Brasil*. Pernambuco, início do século XVIII

Ana Lunara da Silva Morais
Doutoranda – Universidade de Évora

O Antigo Regime português possuía classificações sociais complexas. Em relação aos grupos sociais mais próximos do cume da pirâmide hierarquia, indaga-se: Quais eram as diferentes categorias de nobreza? Quais eram as diferenças entre fidalguia e nobreza? Haveria diferenças da fidalguia e da nobreza no Reino e no ultramar? Teriam tais titulações o mesmo status social no Reino e no

ultramar? Em que medida um senhor de engenho, também atuante no governo local, poderia ser equiparado a um fidalgo? A pluralidade de nobrezas do ultramar, pode ser verificada na obra *Frutas do Brasil* do frei Antonio do Rosário, o qual vivenciou a sociedade açucareira de Pernambuco por quinze anos (entre 1689 e 1704). No capítulo *Do estado da nobreza*, o frei dividiu a nobreza em dez predicamentos, os quais serão analisados: sustância, quantidade, qualidade, relação, ação, paixão, ubi, sito, hábito e duração. Considerando os escritos de Rosário uma fonte rica sobre a hierarquia e a composição social daquela época, este trabalho, à luz dos questionamentos apontados, busca compreender o significado de nobreza no ultramar, em especial de Pernambuco, no início do século XVIII.

O projeto civilizador de pombal: uma discussão sobre a imposição do vestuário às sociedades indígenas da Amazônia em meados do século XVIII

Caroline Almeida Gaspar
Mestranda – UFAM

O Estado do Grão-Pará e Maranhão foi palco de vários encontros e choques culturais durante o período da colonização. Neste fluxo de mudanças vemos o início de um novo processo de ordenamento social e cultural se moldando e sendo colocado em prática a partir da segunda metade do século XVIII, com a implantação do Diretório dos Índios que visava alterar completamente os modos de vida destes indígenas, desde a língua falada, os modos de morar até o vestuário, transformando-os em fiéis vassalos da Coroa Portuguesa. A proposta deste trabalho visa trazer um debate em torno da imposição do vestuário ocidental às sociedades indígenas, tomando como base para esta discussão o já mencionado Diretório, como um dos instrumentos imprescindíveis para a “civilização” destas sociedades e sua rápida integração à nova configuração social. Buscamos observar e discutir os mecanismos utilizados pelo Estado para legitimar esta nova fase do projeto civilizador direcionado a estas sociedades, analisando e problematizando o conceito de “civilização” que começava a tomar fôlego a partir do século XVIII, bem como compreender como se deu este processo na prática, ao analisar as correspondências entre diretores de aldeias e governadores das Capitanias e desta forma tentar elaborar um esboço dessas dinâmicas culturais que ocorreram a partir destas transições sociais e culturais no contexto colonial.

O reino e as reformas militares: as relações entre Portugal e Pernambuco sobre as tropas pagas durante a segunda metade do XVIII

Giovane Albino Silva
Doutorando – UFF

A presente comunicação visa analisar o comportamento das tropas pagas na capitania de Pernambuco em relação às reformas militares que se processavam no reino português durante a segunda metade do século XVIII. A conjuntura de conflitos, promovida pela Guerra dos Sete Anos, exigiu de Portugal estratégias de fortalecimento de seus corpos militares. Para tanto, a contratação do Conde de Lippe foi essencial para seu desenvolvimento. Por outro lado, reformas em vários campos estavam acontecendo, por meio da atuação e gerenciamento do Marquês de Pombal. Portanto, analisar-se-á essa conjuntura política e militar a partir das intervenções, mudanças e

permanências no corpo militar pago da capitania de Pernambuco, com vista a oferecer informações sobre as relações entre centro e localidades no império português, a partir de um tema pouco explorado pela historiografia, isto é: as tropas pagas da época.

Territórios e fronteiras na conformação do império – a Vila de Caiteté – BA no antigo regime Português tardio (1808-1820)

Zezito Rodrigues da Silva
Doutorando – UFF

O Império português no alvorecer do século XIX foi marcado pelas reconfigurações decorrentes do avanço liberal pela Europa. O Antigo Regime português em seu período tardio - ao transferir sua sede de decisões para o Rio Janeiro - visava a recomposição da outrora vigorosa monarquia pluricontinental e, para isso, fez-se necessário a ocupação das fronteiras internas de territórios da América Portuguesa. Ao trabalhar com petições, atas da câmara e outros documentos da Vila Nova do Príncipe e Sant'Anna do Caiteté, objetivamos compreender a constituição de elites no termo da nova Vila, em território de conflitos e integração no processo de ocupação das fronteiras internas do império. No Alto Sertão da Bahia, conhecidos como "sertões de dentro" - onde desde inícios do século XVIII seus caminhos garantiam o abastecimento de escravos e víveres para viabilizar a economia mineradora, o fim do Diretório dos Índios deu início ao avanço sobre seus territórios visando tornarem-se definitivamente em uma região integrada ao império. Constituindo-se como espaço de transição entre as economias do recôncavo baiano e das regiões mineradoras, seria necessário transformá-lo em espaço próprio de produção capaz de estruturação da sociedade sertaneja alinhada aos ideais do Antigo Regime tardio e os interesses de suas elites. Nesta circunstância, cria-se a Vila Nova do Príncipe e Sant'Anna do Caeté e, com ela, o ajustamento territorial necessário a consolidação do próprio império nesta região.

“Tem numerosa família e nunca teve graça alguma”: requerimentos e concessões de terra na fronteira do Rio Grande, 1809 – 1822

Edsiana Aita
Doutoranda – UFRGS

O objetivo do presente trabalho é compreender como as fronteiras internas foram percebidas e configuradas pelos sujeitos que requisitaram as concessões de sesmarias à Câmara de Rio Grande, na capitania de Rio Grande de São Pedro, entre os anos de 1809 e 1822. Entende-se que esse foi um momento crucial de expansão da América Portuguesa e, ao mesmo tempo, de reformulação das políticas territoriais. Ao analisar serialmente a totalidade dos requerimentos de sesmarias, busca-se entender a magnitude das transformações na política territorial e suas apropriações entre aqueles que movimentaram e consolidaram a fronteira de Rio Grande. Para tanto, são analisados os argumentos utilizados na retórica de solicitação da mercê e, principalmente, quais entre os diversos sujeitos que buscaram os títulos de sesmaria obtiveram êxito. A análise dos requerimentos e também das Cartas de Sesmaria permite acessar a uma fonte rica para o entendimento das lógicas de concessão, na medida em que há possibilidade de análise das pretensões que nem sempre foram bem-sucedidas, mas que informam sobre as lógicas de apropriação, de comunicação com a Coroa e, se analisado conjuntamente aos Processos de Oposição, as tensões inerentes ao um rigoroso processo de monopolização que buscou ser referendado pela própria Coroa.

07/09 – Sexta-feira

A circulação de um nobre Português e a manutenção do império: o caso de d. Vasco de Mascarenhas na Cidade da Bahia (1626-1634; 1638-1640)

Erica Lôpo de Araújo
Professora Dr^a - UFPI

Partindo do pressuposto de que a circulação de sujeitos e o acúmulo de experiências proporcionadas por suas trajetórias de serviços foram elementos fundamentais para a preservação do Império Português, essa comunicação tem como objetivo apresentar um estudo de caso baseado na análise do exercício de ofícios militares e administrativos desempenhados por D. Vasco de Mascarenhas na “cidade da Bahia”. Pretende-se demonstrar as redes tecidas e utilizadas por Mascarenhas nos postos de Mestre de Campo, General da Artilharia e Governador Interino do Estado do Brasil, na Bahia e fora dela, bem como avaliar se este fez uso de seu capital relacional familiar. O marco inicial desse estudo é a vitória da chamada Jornada dos Vassalos, que deslocou significativo efetivo militar para resgatar a capital do Estado do Brasil de uma invasão neerlandesa em 1625, e tem como fim a Armada do Conde da Torre, que fracassou na restauração do domínio português sobre Pernambuco em 1639. A escolha de Mascarenhas como fio condutor dessa comunicação se dá por este personagem ter sido mestre de campo da primeira tropa regular deixada no Estado do Brasil após o retorno da Jornada dos Vassalos, por ter ocupado, anos depois, o posto de general da Artilharia da Armada do Conde da Torre e ainda o ofício de Governador Interino do Estado do Brasil. Ter-se-á especial atenção com o contexto, uma vez que as últimas décadas da Era dos Filipes representaram um momento crucial, quando se deu o princípio da fragmentação do Império espanhol, avanço da independência neerlandesa e de sua ação de corso sobre o império hispano-americano. Dentre as fontes manuscritas utilizadas constam documentos abrigados pelo fundo Secretarias provinciales - Archivo General de Simancas, coleções Luisa da Fonseca e Avulsos Bahia do Arquivo Histórico Ultramarino, entre outras. No que tange à documentação impressa, constam as Cartas do Conde da Torre, Documentos Históricos da Biblioteca nacional, e outros mais.

Circular e conhecer: estudo das trajetórias dos capitães-mores do Rio Grande e Ceará (1656-1755)

Leonardo Paiva de Oliveira
Doutorando – UERJ

O estudo das trajetórias dos agentes governativos do Império português passou a ter um fôlego renovado nas últimas décadas. Apesar disso, muitos desses estudos voltaram suas atenções para os administradores coloniais dos mais importantes espaços governativos, como os governadores-gerais/vice-reis do Estado do Brasil, governadores-gerais do Estado do Maranhão e Grão-Pará, e alguns governadores e capitães-gerais de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Partindo-se do pressuposto da necessidade de uma abordagem sobre os agentes governativos de menor destaque, este trabalho pretende analisar a trajetória dos capitães-mores das capitanias do Rio Grande e do Ceará entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do XVIII, realizando

uma abordagem comparativa entre elas, tendo em vista que essas duas capitanias são consideradas detentoras de um mesmo estatuto político. Ganhará destaque nessa análise a questão da circulação desses homens e como esse processo fazia parte de um sistema de governabilidade da Coroa portuguesa. Além disso, também será discutida a constituição de redes de informações específicas sobre outros agentes, nas quais essas pessoas faziam uso em benefício próprio para a continuação de seus serviços. Tais informações eram utilizadas principalmente na argumentação dos requerimentos, em que os suplicantes comparavam os seus casos com o de outros agentes em uma tentativa de justificar os seus pedidos.

“Eu lhe concedo todos os meus poderes para lhes fazer guerra como se eu em pessoa assistisse”: os capitães-mores das capitanias do norte e a questão das matérias de guerra e de paz (1660-1720)

Marcos Arthur Viana da Fonseca
Doutorando – UERJ

A jurisdição dos ofícios administrativos durante o período moderno foi extremamente crucial para o governo das conquistas ultramarinas europeias. No caso do Império português, a jurisdição dos representantes régios era debatida e determinada pelos altos conselhos e pelo próprio rei. Estes oficiais, vice-reis e governadores, representavam a persona régia e por isso deveriam possuir atributos, símbolos e jurisdições que os aproximassem do poder que emanava da realeza. Nesse sentido, vice-reis e governadores-gerais foram investidos, por meio de regimentos, instruções e cartas patentes, de poderes especiais que os distinguiam dos governadores e capitães-mores de outras partes do Império, como a jurisdição sobre a guerra e a paz. Aos vice-reis da Índia era permitido deliberar sobre a necessidade e as vantagens de se declarar guerra a nações inimigas ou de se proclamar tratados de pazes, uma jurisdição que não era concedida a outros oficiais e representantes da Coroa. Todavia, em casos circunstanciais e específicos, autoridades régias que a princípio não possuíam jurisdição sobre aquelas matérias, exerceram atos relativos à guerra e à paz. Alguns exemplos disso são as guerras que os capitães-mores do Ceará declararam contra nações indígenas, por meio de cabos de guerra nomeados com o propósito de liderar estas campanhas militares, e os tratados de pazes feitos pelos capitães-mores do Rio Grande com algumas nações indígenas, durante a Guerra dos Bárbaros. Este trabalho tem como objetivo analisar a jurisdição destes capitães-mores sobre a matéria da guerra e da paz no contexto dos combates contra os indígenas nos sertões das Capitanias do Norte.

A escolha dos secretários de governo das Minas Gerais: os editais de 1720 e de 1731

Thiago Rodrigues da Silva
Professor Ms. - CEFET-RJ

O presente trabalho busca analisar dois editais de convocação para possíveis candidatos ao cargo de Secretário de Governo das Minas Gerais, em 1720 e em 1731. Tais editais eram fixados na porta do Conselho Ultramarino. É de se supor que tal prática deve ter sido a ideal, apesar

de parecer ter ocorrido apenas esporadicamente. Quando este mecanismo era acionado, os editais de chamamento eram exibidos durante vinte dias para que os interessados e/ou seus representantes apresentassem cartas, documentos e outros papéis relativos. Estas consultas são importantes pois ajudam a desvendar a relevância e o status do cargo a nível local e imperial. Para os viventes se tratava, obviamente, de uma oportunidade ímpar de acesso oficial às Minas e ao processo administrativo deste território, dado que através deste posto eles teriam a virtual guarda da documentação administrativa regional e o conhecimento da atuação de diferentes homens da governança no território aurífero. Dentro das Consultas, disponíveis nas fontes do Arquivo Histórico Ultramarino, surgem encadeados os três primeiros colocados ao cargo, evidenciando assim a hierarquização da escolha e a “qualidade” dos proponentes ao ofício, assim como a possível atuação de redes de interesse, revelando o nível social dos pretendentes a este cargo que ainda é relativamente pouco estudado pela historiografia colonial.

Política e justiça no império Português: o governo de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e centro-sul da América Lusa (1733-1763)

Mônica da Silva Ribeiro
Professora Dr^a - UFRRJ

A justiça, no Portugal moderno, era uma das principais obrigações do soberano, e a ela correspondia, ao longo de quase todo o Antigo Regime, o princípio de dar a cada um o que era seu, tanto em relação ao prêmio e ao castigo quanto ao cumprimento dos contratos. Nessas questões, o monarca assumia a função de juiz, avaliando as culpas, os serviços, além de arbitrar os contratos. Punir e premiar eram dois atributos fundamentais da capacidade de governar os súditos e, nesse sentido, a justiça distributiva era um dos alicerces da ordem estabelecida, já que era por meio dela que se garantiam os privilégios e o soberano assegurava a obediência e o amor dos vassallos, o que também era essencial para a manutenção do serviço. Partindo dessas premissas, buscaremos analisar a relação entre justiça e política no Império luso dos Setecentos, a partir do governo de Gomes Freire de Andrada (1733-1763), na capitania do Rio de Janeiro e no centro-sul da América portuguesa. No início do século XVIII, no Império português, podemos perceber o surgimento de novas estratégias governativas, que visavam alcançar uma maior racionalidade político-administrativa. Tal prática foi inaugurada no reinado de D. João V, especialmente a partir de 1720, e pôde ser refletida no papel que passou a ser desempenhado por alguns representantes régios, especialmente por administradores do ultramar, que se encontravam imbuídos desse novo espírito, e que participaram, de uma forma ou de outra, da implantação dessas mudanças, como foi o caso de Gomes Freire de Andrada, que atravessou dois importantes reinados nessa centúria, funcionando assim como um marco da continuidade desse processo.

Governo, administração e sociedade na obra “notícia geral de toda esta capitania da bahia...” De José Antonio Caldas (1759)

Augusto da Silva
Professor Dr. - UFS

José Antonio Caldas foi um engenheiro, acadêmico, escritor e militar, atuando no Brasil como medidor de obras urbanas da cidade de Salvador, na confecção cartográfica dos territórios e no projeto de fortalezas. Como membro da Academia Brasílica dos Renascidos escreveu a memória intitulada *Notícia Geral de Toda Esta Capitania da Bahia desde o Seu Descobrimento até o presente ano de 1759*. Trata-se de um manuscrito valioso (disponível em publicação fac-símile de 1951) para o estudo político, econômico e social da capitania da Bahia. Proponho nesta comunicação uma análise dessa obra sobre as dimensões do governo da Bahia e suas divisões políticas, civis e eclesiásticas.

A comunicação política no império Português: notas de pesquisa sobre a correspondência entre a secretaria de estado da marinha e domínios ultramarinos e o vice-rei Marquês do Lavradio (1770-1779)

Estevão Barbosa Damacena
Mestrando - UERJ

A “comunicação política” tem sido um método usado pela historiografia para melhor compreender as relações político-administrativas existentes na dimensão centro-periferia do Império português no período moderno, envolvendo diversas temáticas, instituições e atores políticos. Na segunda metade do século XVIII, a comunicação do reino com os domínios coloniais sofreu importante alteração devido à ascensão das secretarias de Estado, como a da Marinha e Domínios Ultramarinos. Esse órgão passou a concentrar os ofícios enviados ao centro da monarquia pluricontinental em Lisboa pelos governadores-gerais e vice-reis do Estado do Brasil, sobre assuntos relacionados às questões militares, comércio, fiscalidade, navegação etc. Nosso objetivo neste trabalho consiste em analisar a atuação da referida Secretaria de Estado quando Martinho de Melo e Castro foi secretário, privilegiando as correspondências trocadas com o vice-rei no Rio de Janeiro, o 2º marquês do Lavradio, de 1770 a 1779, abordando temas que mais de perto estivessem conectados com as “políticas coloniais” propostas pela coroa naquele contexto. Na análise da documentação, três foram os temas que representavam as preocupações do poder metropolitano para com o Brasil: 1) Questões militares; 2) Economia; 3) Fiscalidade. Quantificamos a presença destes temas e, através dos gráficos que elaboramos, ter-se-á uma melhor compreensão das relações políticas que se engendravam na comunicação entre o reino e seus domínios na América.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 27

EDIFICAR OU TRANSGREDIR? INQUISIÇÃO, CLERO E CONEXÕES RELIGIOSAS NOS MUNDOS IBÉRICOS E COLONIAIS

COORDENADORES

CÉLIA TAVARES (UERJ)

Com diferentes nomenclaturas e cada vez focando em abordagens mais específicas, têm sido propostos simpósios temáticos que procurem elucidar os mundos da Inquisição, do clero e das religiosidades nos espaços ibérico e coloniais ao longo da Modernidade, desde a primeira edição do EHC. Neste sentido, este Simpósio Temático objetiva dar continuidade e avançar nas discussões dos encontros anteriores, tanto quanto é resultado do crescimento e do refinamento das pesquisas acerca da temática religiosa multifacetada no corpo social, cultural e político. Busca-se promover um espaço de debates acerca das múltiplas dimensões relacionadas ao fenômeno da religião e da religiosidade no espaço ibero-americano entre os séculos XVI e XIX, privilegiando o intercâmbio entre historiadores dedicados à compreensão dos contextos que formam este vasto mundo Moderno e possibilitando a emergência e o esclarecimento de conexões entre os diferentes aspectos das problemáticas a serem apresentadas. Serão contempladas questões como funcionamento e atuação dos tribunais do Santo Ofício em Portugal, Espanha e seus domínios; aparatos institucionais repressivos do poder eclesiástico e do poder inquisitorial (e seus respectivos agentes, vítimas, dinâmicas e *modus operandi*); religião e sociedade; clero; padroado; vivências religiosas, entre afirmação da fé e estratégias de resistência das crenças heterodoxas; mesclas religiosas e culturais; disciplinamento moral e religioso tridentino no espaço ultramarino. Objetiva-se não apenas lançar nova luz a estudos clássicos sobre a temática, mas ainda problematizar o “estado da questão”, ou seja, os avanços nas pesquisas recentes, seja no aprofundamento da análise dos documentos, seja na abertura de novas abordagens de pesquisas e uso de fontes até então desconhecidas ou pouco exploradas. Assim, este Simpósio também privilegia investigações em diferentes estágios de desenvolvimento, abrindo espaço para trabalhos em desenvolvimento e pesquisas já concluídas, permitindo um painel tão amplo quanto congruente dos pesquisadores e de suas pesquisas, esperando apresentar um bom ilustrativo do que se produz hoje e dos novos caminhos por onde poderemos avançar, tudo permeado por debates cada vez mais estimulantes.

Local: **SETOR 02/SALA C4.**

O Brasil na correspondência inquisitorial Portuguesa - séculos XVII e XVIII

Daniela Buono Calainho
Professora Dr.^a - UERJ

Os fluxos de comunicação do Santo Ofício português através de trocas regulares de correspondência foram fundamentais para o bom funcionamento das suas várias instâncias administrativas, sendo veículo estratégico para o cumprimento do exercício do poder inquisitorial no Reino e em terras coloniais na Época Moderna. O Conselho Geral do Santo Ofício, órgão máximo da Inquisição portuguesa, mantinha constante troca de correspondência com os tribunais regionais de Lisboa, Coimbra, Évora e Goa, bem como com outras instâncias eclesiásticas e seculares. O tribunal inquisitorial produziu farto volume de documentação escrita se comparada às outras instituições portuguesas no Antigo Regime. Cada um dos tribunais locais organizava e gerenciava o fluxo de informações recebidas, administrando a guarda de todo este material. Os temas presentes nesta correspondência expedida e recebida pelo Tribunal lisboeta foram os mais diversos, desde procedimentos específicos relacionados ao cotidiano e funcionamento do Tribunal, como encaminhamento de denúncias, informações sobre habilitações, prisões, envio de editais, rol de livros proibidos, execuções de diligências, dentre outros, até discussões sobre casos de determinados réus, questões econômicas, número de agentes em diversas localidades, modos de processar certos delitos, pedidos de comutação de pena de degredo por parte dos réus, etc. O objetivo desta comunicação é explicitar alguns resultados desta pesquisa, que pretende traçar um quadro temático a partir dos assuntos tratados nos circuitos de correspondências com o Tribunal de Lisboa, especificar seus destinatários e remetentes, os períodos de maior circulação e tentar desvendar o cotidiano daqueles que transportavam os documentos a partir dos processos que sofreram no caso de violações, e roubo da correspondência inquisitorial, enquadrados nos chamados “crimes contra o Santo Ofício”, e percebendo com isso as possíveis fragilidades da estrutura organizacional da Inquisição portuguesa.

A heresia judaizante no contexto da inquisição Portuguesa: uma análise teórica

Anderson Cordeiro De Moura
Mestrando – UFPB
Marcos Antonio Andrade Silva
Especialista – FADIMAB

O presente trabalho, propõe-se a discutir o conceito de heresia no contexto da Inquisição portuguesa referente a questão judaizante. Como objetivo central, pretende-se analisar, como a Inquisição caracterizava o crime judaizante, tornando-o uma heresia duramente combatida durante todo tempo de seu funcionamento. Para tanto, adotamos a pesquisa descritiva de natureza bibliográfica com abordagem qualitativa. Tomamos como referencial teórico, a análise do discurso norteado por Michel Foucault (1996) que apresenta, através do estudo da formação discursiva de

cada momento histórico, a relação entre discurso e poder, considerando dispositivos de resistência e de controle do poder nas diferentes culturas e épocas históricas. Nos valem também do ensaio publicado por Georges Duby (1989), fruto da conferência internacional Colloque de Royaumont sobre “Heresias e Sociedades”, realizado em maio de 1962. Tomamos também como referência a Obra de Bettencourt (2004) e Sonia Siqueira (2013), além da consulta à vasta bibliografia referente a questão dos cristãos novos e do criptojudaísmo, especialmente no tocante ao período colonial brasileiro. Utilizamos como fonte, as atas da primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil, bem como o Regimento da Inquisição de 1552 e o Monitório de 1536. Acreditamos na relevância deste estudo, na medida em que contribui para o melhor esclarecimento a respeito da lógica de atuação do Tribunal inquisitorial, contribuindo, com a moderna historiografia inquisitorial.

Inquisição e estrangeiros: confisco de bens nas terras periféricas da capitania de Pernambuco (C.1650- C.1740)

Davi Celestino da Silva
Doutorando – UFPE

Este artigo apresenta nossa compreensão acerca de alguns aspectos do Juízo das Confiscações. Desse modo, escolhemos apresentar e dialogar com os sentidos e impactos ocorridos com os estrangeiros que tinham como moradia tanto a Capitania de Pernambuco, quanto às regiões periféricas desta capitania. Para tanto, privilegiamos os processos de certos indivíduos, isto é, os estrangeiros, que foram denunciados, presos e processados pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. Consequentemente, esses homens e mulheres, e porque não dizer, até os mortos, tiveram seus bens confiscados. Cumpre lembrar, que o confisco de bens fora um dispositivo legal jurídico, estratégia das Inquisições lusitana e espanhola que compunham o rol de expedientes voltados ao controle social. Controle este, que se revestia na busca e permanência das práticas religiosas de seus súditos, com a finalidade do predomínio e fortalecimento da Igreja Católica.

A via doce: a emenda dos erros contra a fé nos espelhos de bispos (século XVI)

Juliana Torres Rodrigues Pereira
Professora Dr.^a - UFBA

Se o século XVI foi marcado pelas políticas confessionais e pelo estabelecimento dos Tribunais do Santo Ofício como instituições que tinham por objetivo o direcionamento das consciências e o policiamento das matérias de fé, é necessário ressaltar que desde o princípio levantaram-se vozes dissonantes em prol de uma proposta alternativa de regulação das consciências e das práticas religiosas pautada pela correção pedagógica, persuasiva, pela benevolência e pela manutenção da boa fama daquele que havia se desviado diante de seus irmãos. E esta via doce era pregada justamente dentre aqueles de quem a Inquisição esperava colaboração: o episcopado. Tal proposta que prezava pela plena integração do rebanho, sem deixar nenhuma ovelha para trás, sem destacá-la das restantes, figurava em tratados escritos por renomados bispos-teólogos envolvidos nos debates tridentinos acerca do múnus pastoral. A responsabilidade de conduzir as ovelhas de Cristo rumo à salvação, orientando-as e corrigindo suas faltas de forma a despertar não a revolta mas o desejo de proximidade ao pastor e à comunidade, era debatida nos espelhos de

bispos, como reflexos das discussões conduzidas em Trento, alçando os antístites a uma posição de liderança espiritual e governativa, que teria por uma de suas características diferenciais a benevolência e a paciência como preceitos fundamentais para a emenda dos erros contra a fé.

A política pombalina e o conselho geral do santo ofício

Luís Antônio de Castro Morais
Mestrando – UFSJD

Os ventos iluministas levaram Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como marquês de Pombal, para a Secretaria de Negócios do Reino. Desde o início de suas atividades, procurou modernizar as estruturas administrativas de Portugal e demonstrar a superioridade régia frente aos demais poderes, inclusive, utilizando-se do arcabouço institucional do Santo Ofício. A proposta dessa comunicação é mostrar de que maneira a política pombalina influenciou o Conselho Geral da Inquisição através das Ordens do Conselho. No sentido de contribuir para a análise da documentação inquisitorial no âmbito institucional - área pouco estudada pela historiografia brasileira sobre o Tribunal - e fomentar novas pesquisas e promover um alargamento das fontes, realizamos o levantamento dos Cadernos das Ordens do Conselho, composto por documentações referentes à Inquisição de Lisboa, que se julgou necessário submeter ao Conselho Geral, a fim de que fossem concedidos despachos e pareceres para os assuntos de natureza inquisitorial. A diversidade temática é uma das características marcantes dos documentos reunidos nos vários Cadernos subsistentes dessa série. Encontramos uma infinidade de documentos que, após sistematização, foram colocados em análise para podermos entender melhor o funcionamento do órgão e como eram os meandros institucionais e burocráticos do Tribunal. Foram analisados, ao total, dez cadernos de Ordens do Conselho Geral, cobrindo desde o início do século XVIII até os últimos anos de ação inquisitorial. Através dessa análise podemos lançar luz a questões sobre o período e problematizar a própria instrumentalização da inquisição por Pombal, percebendo, através das tipologias documentais, quais eram os assuntos mais frequentes e o que mudou após a ascensão de Carvalho e Melo ao poder.

Seria o curandeirismo apenas magia?

Mayara Aparecida De Moraes
Mestranda – UNESP

O seguinte trabalho tem o objetivo de discutir as práticas de curandeirismo nas denúncias da Visitação do Grão-Pará (1763-1773), se identificando objetos, orações e ervas usadas nos processos curativos. Além disso, pretende-se fazer uma comparação dessa prática com a medicina formal exercida na Colônia, tendo como base possíveis trocas de conhecimento, seja das ervas ou de outros métodos de cura, entre aqueles que se usavam da magia do universo místico para com esses letrados. Para a execução desse trabalho, usou-se como fonte o “Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará 1763-1769” de José Roberto do Amaral Lapa, os manuscritos acessados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o tratado médico de Antônio Gomes Lourenço intitulado “Cirurgia clássica lusitana, anatômica, farmacêutica, medica, recopilada e deduzida da melhor doutrina dos escriptores antigos, modernos, e estrangeiro, observada pelos contínua experiência e reformação de cirurgia: em frase dialogística e facilíssima para o estudo, exame a aprovação.” (1771). Dessa forma o objetivo em questão tem como justificativa o entendimento do processo de hibridização cultural inerentes na Colônia. Sabendo que os intercâmbios religiosos

ocorriam no cotidiano popular, proporcionando as mestiçagens culturais, seja para se ensinar magia de bem querer ou adivinhação, as curas não fugiriam a essa regra. Assim é possível observar métodos tipicamente indígenas e africanistas como a sucção e o sopro para se retirar o malefício, os elementos cristãos nas orações bem como também o uso de água benta e exorcismos da igreja. Portanto a pesquisa em questão trabalha com seis denunciados, dos quais se elencou dois casos para serem debatidos: o do Preto Jozé e da Índia Sabia, para que se faça um contraste com a prática médica, discutindo também a fé com que a população atribuía a esses curandeiros.

Igreja, poder e controle social no bispado do Maranhão

Rafael de Lima Ribeiro
Mestrando – UFAM

O Estado do Maranhão no fluxo da colonização portuguesa foi palco do encontro de várias culturas. No vasto território, sob a influência dos indígenas e dos escravos africanos, ocorriam rituais, manifestações religiosas e diferentes práticas que propiciavam aos fiéis católicos se desviarem de seus dogmas. Temendo pelo distanciamento da moral e da ética católica, a Igreja buscou mecanismos para combater essas “ameaças” que permeavam a sociedade colonial para a preservação da Fé e costumes católicos. O estudo em questão tem como proposta analisar as formas de controle social exercidas pela Igreja, através da ação dos agentes inquisitoriais e diocesanos no Bispado do Maranhão, na primeira metade do século XVIII. Buscando observar os mecanismos utilizados pelas instituições religiosas para desempenhar o seu poder na vigilância da Fé, bem como, compreender os limites impostos a estes mecanismos pelas condicionantes locais. Uma vez que ao analisar denúncias e processos inquisitoriais sobre o Bispado do Maranhão na primeira metade do século XVIII, como também em contraste com as visitas diocesanas, sobressaem registros que nos permitem acessar o modo de vida existente naquele espaço colonial.

07/09 – Sexta-feira

Frei Roberto de Jesus, um qualificador da inquisição Portuguesa na Bahia colonial: memória e poder eclesiástico

Grayce Mayre Bonfim Souza
Professora Dr.^a - UESB

Esta comunicação tem por objetivo apresentar a trajetória de vida e importância religiosa do Frei Roberto de Jesus, um beneditino, natural de Igarassú (Pernambuco), morador em Salvador na segunda metade do século XVII e princípio do século XVIII, que tornou-se o primeiro Qualificador do Santo Ofício da Inquisição Portuguesa habilitado para a Bahia em janeiro de 1697. Foi abade, Doutor jubilado de Teologia, Procurador e visitador geral da província do Brasil, Mestre de Filosofia e Teologia na cidade do Rio de Janeiro. Exerceu papel importante como pregador e sua voz foi ouvida a partir dos púlpitos de diversas igrejas na cidade da Bahia e perpetuada por meio das publicações, entre 1699 e 1700, de alguns de seus sermões em oficinas tipográficas de Lisboa. Por meio da documentação disponível e utilizada na presente pesquisa - processos de habilitação e cadernos do promotor da Inquisição de Lisboa, Dietário do Mosteiro de São Bento da Bahia

e Sermões proferidos - é possível não só apresentar as origens, vida e capacidade, formação acadêmica, ingresso na ordem e produção intelectual, com também perceber o quanto o frei Roberto foi importante, sobretudo pela inserção na sociedade colonial e projeção galgada na capital do Império.

Galerianos da inquisição: um perfil dos forçados às Galés no Império Português (sécs. XVI- XVIII)

Emmanuel Luiz Souza e Silva
Doutorando – UFF

Muitos sentenciados da Inquisição portuguesa tiveram como punição o degredo às galés. Durante os séculos de funcionamento do Tribunal do Santo Ofício Lisboaeta, identificamos inúmeros casos de moradores e/ou naturais do Brasil que foram degredados para as terríveis galés. Neste mesmo levantamento, observamos que é possível traçar um perfil deste condenado, indicando aspectos como: a faixa etária, estatuto social, estado civil, acusação, tempo de duração do degredo entre outros elementos que possibilitam elaborar um perfil do forçado.

O santo ofício no Brasil entre medos e resistências: Bahia, capitanias do Norte e grão-pará (séculos XVI-XVIII).

Halyson Rodrygo Silva de Oliveira
Doutorando – UFC

A historiografia brasileira referente aos estudos inquisitoriais vem nas últimas três décadas alargando suas possibilidades de investigação por meio de estudos cujos temas, objetos e abordagens são representativos da constante transformação do trabalho do historiador, revisitando, inclusive, temas clássicos sob novas perspectivas. A presente comunicação é parte integrante de uma pesquisa de doutoramento em desenvolvimento na qual buscamos investigar as variadas formas de resistências sociais à ação inquisitorial e de seus representantes locais na América Portuguesa entre o final do século XVI – momento da primeira visita inquisitorial ao Brasil –, até a segunda metade do século XVIII – baliza que situa temporalmente a “última Inquisição”, da qual tratou Yllan de Mattos (2012). Desde, pelo menos, a década de 1970, a produção historiográfica sobre os tribunais inquisitoriais da Época Moderna vem caracterizando os métodos de ação do Santo Ofício sombreados pelo medo. Bartolomé Bennassar (1979) já falava de uma “pedagogia do medo” – conceito bastante repercutido nos estudos posteriores que ratificam a sutil difusão social do medo como uma espécie de estratégia de controle social e religioso exercido pelo Santo Ofício –, ao passo que Maria José Pimenta Ferro Tavares (1987) faz alusão a uma “catequização pelo medo” engendrada pelos tribunais ibéricos nos anos iniciais de sua atuação. Uma de nossas principais questões é avaliar o emprego dessas categorias para o contexto luso-americano, considerando as especificidades locais de atuação inquisitorial e da recepção social dessa pedagogia e catequização. Assim sendo, supomos que ao relativizarmos o alcance da “pedagogia do medo” no contexto brasileiro, nos é ao mesmo tempo possível perceber as linhas de força e as tensões que costuraram o tecido social de outrora. Se o Santo Ofício foi, de fato, um “tribunal de medo”, parece-nos oportuno questionar o próprio lugar do medo na história e historiografia da Inquisição portuguesa no Brasil; evidenciar as táticas cotidianas que construíram variadas formas de resistências ao biopoder inquisitorial; inserir em uma relação

dialógica as categorias medo (como instrumento de controle e como alerta de sobrevivência) e resistência – social, cultural, religiosa, etc. Para tanto, a pesquisa toma como corpo documental os livros de denúncias e confissões das visitas inquisitoriais dos séculos XVI, XVII e XVIII – ocorridas nas capitanias da Bahia (séculos XVI e XVII), Pernambuco, Itamaracá e Paraíba (século XVI) e Grão-Pará (século XVIII) –, os Regimentos do Santo Ofício (1552, 1613, 1640 e 1774), processos-crime, correspondências, bem como denúncias e confissões contidas nos Cadernos do Promotor; além de documentos referentes às Justiças Eclesiástica e Civil. Entre o medo e a resistência se apresenta, nesse sentido, como uma possibilidade metafórica para situar a ação do Santo Ofício no Brasil e avaliar o alcance do controle inquisitorial no espaço colonial, bem como para concomitar duas narrativas – que de certo mantêm uma profunda relação entre si –: uma história do medo; mas também uma história de enfrentamento ao medo, na sociedade colonial brasileira.

Bolés, a inquisição na América Portuguesa e a polêmica proveniente da França Antártica no século XVI

Jorge Luiz de Oliveira Costa
Mestrando – UNESP/ASSIS

O presente texto, sobre o qual pretendemos discutir na comunicação, tem como intuito expor os resultados parciais de nossa pesquisa acerca do objeto, Jean Cointha, o senhor de Bolés, considerado herege por questionar assuntos da fé que, junto com seus compatriotas franceses, desrespeitando as imposições do Tratado de Tordesilhas, ocupou a Ilha de Villegagnon, na Guanabara, com o intuito de fundar a França Antártica, possível tentativa através da fragmentação da população portuguesa e os engenhos, devido a hostilidade dos nativos. Através das duas obras escritas por Bolés e do seu próprio processo de inquisição, das quais utilizamos como fontes principais, além dos relatos sobre sua morte, incógnita e polêmica, que envolveu o nome do Padre José de Anchieta, tentaremos expor também o que compreendemos sobre as situações históricas, as implicações culturais que propiciaram as características do pensamento, as compreensões políticas e religiosas que a ocupação daquele território resultou na história da América portuguesa e que marcaram as mentalidades do século XVI.

Terras de mouros, lei de gentios: o caso de Lopo Álvares e a inquisição de goa no século XVI

Luiza Tonon Da Silva
Mestranda – UFF

A um cárcere da Inquisição, sob a acusação de ter adotado hábitos islâmicos e hindus após ter sido batizado cristão, um homem de Goa foi levado em 1594. Seu nome era Lopo Álvares, ou ainda, Manupa, como era conhecido antes de sua recente conversão ao cristianismo, e tentou soar convincente aos inquisidores ao negar a relação de seus trajes e suas estadias em “terras de mouros” - vizinhas e inimigas do Império Português no Estado da Índia - com uma tendência ao islamismo, assim como práticas cotidianas suas como um retorno ao hinduísmo - então referido como “lei dos gentios” -, a fé de sua família. Lopo, levantou desconfiança do Tribunal do Santo Ofício de Goa por mesclar elementos do islamismo e do hinduísmo em sua vida cotidiana, assim como centenas de outras mulheres e homens asiáticos naquele mesmo século faziam e por vezes se tornavam

rés de uma singular Inquisição na Ásia. Este trabalho traz a proposta, portanto, de analisar o raro processo inquisitorial de um cristão-da-terra no Tribunal de Goa e as questões variadas que suscita - as quais possuem aspectos em comum com outros casos do período. Intenciona-se desse modo relacioná-lo com bibliografia e demais fontes manuscritas e impressas sobre a atuação do Santo Ofício na Ásia no período do século XVI com o fim de enriquecer os estudos e os debates sobre os contatos, trocas, culturas e conflitos que marcaram as regiões do Estado da Índia.

Identidades profanas: breve análise de casos de réus do santo ofício de goa (séc. XVI – XVII)

Eduardo Borges de Carvalho Nogueira
Doutorando – UERJ

Consiste em trajetórias de réus do Santo Ofício goês cujas heterodoxas identidades elaboraram-se em distintas realidades sul asiáticas entre os sécs. XVI e XVII. Capturados pelo Santo Ofício, tais sujeitos adotaram práticas mágico-religiosas das realidades circundantes aos territórios luso-indianos, revelando possibilidades de autonomia em suas construções identitárias. Em meio à imposição da verticalização das relações entre Coroa portuguesa e seus súditos, tais réus adotaram possibilidades de construção de suas identidades. Entendendo que gradualmente restringiam-se as possibilidades identitárias a partir da homogeneização da população sob o jugo luso, buscava-se retirar do sujeito a autonomia da forja de sua identidade, tutelando-o neste ponto. Para Agamben, pode-se entender tal fato como uma sacralização, no caso, da construção identitária, por ser retirada do alcance dos homens. Os réus sob foco, porém, viveram tomando para si a autonomia que lhes era sequestrada pelo poder luso, profanando. Segundo Agamben, esta seria a anulação de dispositivos de poder sobre determinada coisa, devolvendo-a ao uso comum, a qual aqui consiste na construção identitária, cujos casos heterodoxos selecionados propomos analisar. Apresentar trajetórias de réus do Santo Ofício cujas vivências revelem possibilidades de serem interpretadas como evidências de profanação (segundo definição de Agamben) de suas construções identitárias. Manuscritos disponíveis através do site <http://digitalq.arquivos.pt>: processos de André Fernandes, António Camacho, Filipe Figueiredo, Francisco Rangel, Francisco Toscano; sentenças de António Ramirez, Jorge C. de Mendonça, Lisuarte C. Gram. Justifica-se a presente proposta de comunicação a partir do intento de propor debates a respeito dos casos de heterodoxias identitárias ocorridas entre súditos das Coroa portuguesa no sul da Ásia entre os séculos XVI e XVII.

Clero católico em terras Flamengas: as acusações contra Frei Antônio Caldeira nos tempos do Brasil Holandês

Regina De Carvalho Ribeiro Da Costa
Doutora - UFF

Os Cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa são recheados de denúncias contra o clero católico que residia nos territórios da colônia sob domínio dos neerlandeses entre 1630 e 1654. Em grande parte dos casos, a atenção do Santo Ofício era despertada em virtude da devassa instaurada pelo Bispo do Brasil, d. Pedro da Silva e Sampaio, contra os religiosos desviantes do Brasil Holandês. De início, é preciso salientar que a permanência do clero católico em terras flamengas

foi proibida pelo próprio bispo do Brasil, cujas ordens expressas dirigiram-se aos padres e aos religiosos para que deixassem o terreno mediante a conquista holandesa. Contudo, não foram poucos os membros do clero que resolveram ficar nos territórios governados por Nassau, sob alegação de serem responsáveis pelas almas dos católicos que passaram a ser dominados pelos hereges. Sob o ponto de vista flamengo, a permanência de católicos não era considerada como um problema, graças à tradição da tolerância religiosa holandesa. Neste interim, convém não esquecer que a complacência das autoridades neerlandesas contava, sobretudo, com interesses na estabilização dos ânimos dos moradores da região para que a empresa de produção de açúcar funcionasse como era esperado. Assim, as denominações religiosas foram incluídas no Acordo da Paraíba, datado de fins de 1634, sendo restrito apenas o culto público e vedada a perseguição dos fiéis e a conversão forçada. Em contato com os holandeses, muitos eclesiásticos acabavam por se exceder em seu comportamento, mediante práticas comprometedoras. O objetivo do presente trabalho é investigar as acusações registradas nas fontes inquisitoriais a respeito da conduta de Frei Antônio Caldeira. Trata-se de um frade agostiniano denunciado por manter amizade com flamengos, entre outras faltas. As denúncias foram apuradas pelo bispo da Bahia que chegou a pedir a prisão de Frei Caldeira, embora o Tribunal do Santo Ofício não tenha instruído um processo sobre o caso.

Religião, política e poder: a inquisição na América Portuguesa setecentista nas visitas do santo ofício em uma Capitania de Minas

Simone Cristina Schmaltz De Rezende E Silva
Mestre – PUC/Goiás

Esta comunicação é fruto de projeto de pesquisa em andamento na PUC-GO, e busca, através da pesquisa bibliográfica, revisão historiográfica e leitura de documentação manuscrita do século XVIII a respeito das visitas e processos do Tribunal da Inquisição Português, conhecer e refletir sobre as relações entre política e poder no período. Trata a respeito das ações da Inquisição na América Portuguesa setecentista na região da Capitania de Goiás, documentados através do O Livro de Termos da visitas pastorais, cartas pastorais, provisões, certificados, editais, etc: 1734-1824. Livro composto principalmente pelas visitas realizadas pelo visitador da visita ordinária da Capitania de São Paulo e conseqüentemente das minas de Goiás, o Dr. Alexandre Marquez do Valle. Também podemos ter acesso a autos do Tribunal da Inquisição em seu todo ou parte, referentes a habitantes da Capitania de Goiás, laicos e religiosos, decorrentes das visitas do Tribunal de Lisboa na região que em sua totalidade abrangem grande parte do século XVIII, tendo sido identificados, até o momento, processos entre os anos de 1733 a 1783. Desta forma, a leitura e a transcrição de algumas dessas fontes trazem a possibilidade de ampliação do conhecimento sobre as ações do Tribunal do Santo Ofício em particular e, em uma perspectiva mais ampla, conhecer a dinâmica existente em uma sociedade de minas, o que traz como consequência a possibilidade do desenvolvimento da reflexão e do debate a respeito de um período ainda tão pouco estudado de nossa história de Goiás e por conseguinte a perspectiva de ampliação de sua historiografia.

08/09 - Sábado

Feiticeira, prostituta e alcoviteira: um estudo de caso sobre Maria Barbosa, 1610

Sulamita Pinto Lima
Mestranda – UFBA

Nesta comunicação apresentarei um estudo de Caso sobre Maria Barbosa, mulher parda natural da cidade de Évora, que foi acusada pela Inquisição de ser feiticeira, alcoviteira e prostituta. Baseando esta comunicação no campo da micro história prevalecendo a delimitação do campo social onde, a nominação dos atores e a caracterização de perfis individuais se tornam algo essencial. E desse modo podemos identificar diversos aspectos do cotidiano efetivo ou estilizado. Neste caso, podemos mapear as tentativas de quebrar os silenciamentos de pessoas pertencentes aos grupos subalternizados, utilizando o conceito histórico dos indivíduos, na perspectiva de Carlo Ginzburg.

Tratados de perfeição sacerdotal: moral e comportamento do clero secular na nova espanha, séculos XVI e XVII

Mariana Sarkis Duarte
Mestranda – UFF

Compreendendo os Concílios Provinciais como parte de um processo confessional, sobretudo, desenvolvido pelas reformas políticas de Felipe II, analisamos os decretos e manuais produzidos no III Concílio Provincial Mexicano enquanto reflexo dessa tendência de disciplinar e uniformizar a sociedade. O objetivo específico dessa comunicação é apresentar o perfil moral ideal elaborado nas diversas propostas levantadas nesses manuais e tratados, observando o clero secular enquanto articuladores ativos entre os poderes locais, vice-reinais e monárquicos, no que tange a efetiva implantação da conduta moral pós-tridentina no território novo-hispânico. Sugerimos uma breve tipologia dessas condutas ideais, assim como, casos de clérigos processados pela Justiça Eclesiástica por má conduta moral. De maneira geral, sugerimos um discurso estratégico de disciplinamento social e moral do clero secular na Nova Espanha, vinculado diretamente com as reformas de Felipe II e a ressignificação da noção de moral cristã na época moderna.

Em defesa da “Cidadela de Virtudes”: as religiosas como agentes no processo de afirmação do convento de Santa Mônica de goa

Rozely Menezes Vigas Oliveira
Doutoranda – UERJ

A ação de religiosas em defesa daquilo que acreditavam ser seus privilégios – fosse por serem esposas de Cristo, fosse por serem filhas da nobreza e da fidalguia – é algo recorrente na história

de várias instituições religiosas femininas, independente da Ordem à qual pertenciam. Muitas dessas defesas aparecem desde o processo de fundação do convento, visto que movidas pela devoção e pelo desejo de fazer parte da vida contemplativa, muitas fundadoras entravam em contato com autoridades religiosas e civis, angariavam apoio de grupos influentes pela sua causa e não desistiam até conseguirem o que pleiteavam ou algo semelhante. Em Goa, é possível observar também essa mobilização das fundadoras do Convento de Santa Mônica, no processo de fundação e afirmação do mesmo, por trás das imagens de perfeição religiosa criadas pelos freis agostinhos. Mulheres que em momentos precisos agiram em busca de seus privilégios e em defesa de sua comunidade nos momentos de crise com a Câmara Municipal e o vice-rei Conde de Linhares. Portanto, nesta comunicação, será dada uma maior ênfase à atuação dessas mulheres e de Frei Diogo de Santa Anna – confessor e tutor do convento – numa perspectiva mais institucional do que religiosa. Frei Diogo foi uma personagem essencial nos anos iniciais do cenóbio, desde seu papel de intermediário entre as fundadoras e o arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes até de articulador principal na defesa do claustro. Porém, nas fontes estudadas é possível observar menções a participações mais ativas das freiras. Com a análise de crônicas e correspondências trocadas entre os representantes do cenóbio, as freiras e autoridades civis, pretende-se refletir sobre o papel que as freiras exerceram como agentes desse processo juntamente com o seu tutor e confessor, percebendo assim a importância que o cenóbio e suas religiosas teriam na sociedade que estavam inseridos.

“Bem me quer, mal me quer”: crime, sexualidade e a mácula feminina no Brasil colônia

Aieska Pandolfi Monfardini
Mestranda – UFJF

A cultura judaico-cristã traz para o meio ocidental uma afirmação continua de danação que se enraíza na mulher a partir do mito de criação e que a persegue por entre os séculos até – me arrisco a dizer – os dias de hoje, mas que tem seu pico de distribuição cultural entre os séculos XIV e XVIII, principalmente durante a expansão marítima devido ao seu contato com as culturas nativas das terras colonizadas. Em 1551 o Tribunal de Lisboa tem sua jurisdição estendida para as colônias portuguesas, entre elas, o Brasil. Tal visitação teria sido motivada pela grande presença judaica na colônia, entretanto, todo tipo de desvio de doutrina era alvo de investigação inquisitorial. A feitiçaria, sendo uma das heresias católico-cristãs, também foi alvo, tanto de denúncia, quanto de investigação. E este malefício, ou qualquer outro crime, ou mal-estar social, envolvendo a danação da alma do homem, principalmente através de atos sexuais e sexualizantes, eram ligados imediatamente à mulher. Usaremos neste trabalho do processo inquisitorial feito contra Violante Carneira, acusada de feitiçaria, e de suas pré-análises feitas para a composição do projeto de mestrado do processo de seleção do programa de pós-graduação em História da UFJF e as análises em andamento para a composição da dissertação, além das bibliografias pertinentes ao assunto que complementem o estudo e análise.

Trajetos entre Maranhão e Portugal: atuação da câmara eclesiástica em torno dos casamentos no setecentos

Diele Amanda Marques De Sousa
Mestranda – UFMA

A seguinte análise tem por título “TRAJETOS ENTRE MARANHÃO E PORTUGAL: ATUAÇÃO DA CÂMARA ECLESIASTICA EM TORNO DOS MATRIMÔNIOS NO SETECENTOS”, na qual compreende o imaginário maranhense e a atuação da Câmara Eclesiástica, acerca dos casamentos, no Maranhão setecentista. Destacando, sobretudo, as relações conjugais consideradas desregradas, isto é, as relações de concubinato. Para esse estudo, os documentos utilizados foram os Autos de Justificação de Viuvez, que constituem alguns dos processos conduzidos pelo bispado do Maranhão, no Setecentos. Sua função era, basicamente, comprovar a viuvez de um dos contraentes (pois alguns viviam em concubinato), para que ele pudesse contrair uma segunda núpcia, ou seja, um novo casamento. Os objetivos dessa pesquisa consistem em analisar as trajetórias entre Maranhão e Portugal, pela qual os processos de viuvez percorriam e compreender a atuação e competência da Câmara Eclesiástica, referente aos desvios do sacramento do matrimônio. E por fim, compreender a concepção de matrimônio no imaginário da população maranhense. Assim, direcionamos nossos olhares aos viúvos que viviam numa relação de concubinato, antes da justificação, ameaçando o sacramento do casamento. Nos processos analisados, percebe-se a dificuldade do contraente em conseguir provar o falecimento de sua mulher, porém para o desfecho do processo e para conseguir a permissão para um segundo casamento, era preciso que o justificante apresentasse tanto o atestado de óbito quanto pagasse pelos conclusos dos processos, aos doutores das causas matrimoniais. Com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que após o Concílio de Trento foram adaptadas para a realidade colonial, perceberemos como o Tribunal Episcopal do Maranhão intervia no cotidiano das pessoas e, além do mais, quais eram as punições para os infratores da normativa clerical.

Macau e a ação jesuítica nos séculos XVI e XVII: identidade territorial e práticas culturais na China

Adriana De Souza Carvalho
Doutoranda – UERJ

Em geral, a historiografia privilegia uma análise essencialmente cultural, aos estudos dos projetos de missão, pensando as estratégias de atuação dos padres em função das diretrizes de conversão. Entretanto, há uma questão anterior a essa problemática que nos possibilita pensar tais estratégias no campo do- espaço - de atuação. Quais eram os critérios de escolha definidos pela Companhia de Jesus para fixação das missões nos espaços europeus, como também nos quatro cantos do mundo? Os jesuítas ficaram a frente de um projeto ambicioso de “controle das almas” nos novos espaços anexados às Monarquias Católicas, como também àqueles que eram considerados estratégicos às práticas comerciais das recentes Monarquias absolutistas. Por essa perspectiva, o presente trabalho tem por objetivo discutir o campo teórico acerca do conceito de território com sua correlação direta, a territorialidade, a partir da análise das práticas de atuação dos jesuítas no Oriente – especificamente na China- entre os séculos XVI e XVII. O jesuitismo no Oriente terá em Macau, um ponto geográfico estratégico, em que nos permite o estudo das múltiplas representações sociais e de construção de identidade, que se constituíram a partir da

ideia de – identidade territorial. Nesta conjuntura histórica em que o incremento das práticas comerciais contribuíram ao alargamento das rotas comerciais, o comércio entre o ocidente e o oriente produziu um intercâmbio cultural que, aqui será estudado, a partir do fluxo de circulação dos jesuítas que saíam de Macau para o projeto de missionação em diferentes regiões da China. Sobretudo, a partir de 1582, quando os jesuítas foram a primeira Ordem Religiosa a estabelecer-se na China, a partir da concessão de atuação em Zhaoqing. As redes comerciais construíram igualmente redes culturais. Interessa-nos, então, nesses múltiplos espaços fronteiriços, discutir os paralelos entre estratégias de atuação dos jesuítas, a partir das estratégias de fixação ao longo dos mais de vinte anos em que o jesuíta italiano Matteo Ricci esteve a frente dessa missão. O corpus epistolar que será priorizado aqui, encontra-se no Real Gabinete Português de Leitura, como também serão analisadas as cartas da compilação da Documenta Indica organizada por José Wicki. O processo de cristianização, a partir do século XVI, nos faz enveredar no que é considerado como o primeiro esforço de modernidade e globalização. Para tanto, tal projeto se alicerçou em referenciais culturais de matriz europeia e ocidental que convergiam para o ideal de cristandade universal.

Teve tocamentos desonestos e torpes: sodomia e masculinidades no processo vigário frutuoso álvares (1591-1593)

Géssica Bispo Souza
Mestranda – UFBA

No final do século XVI a Bahia recebeu a primeira visitação da Inquisição na colônia. Entre os delitos condenados pela Inquisição, está a sodomia que passa a alçada do Tribunal em 1553. O conceito de sodomia foi sendo construído por séculos entre o período medieval e moderno, paralelo a discursos religiosos/teológicos e jurídicos num processo de herialização da sodomia, que além de ofender a Deus ofendia os homens que julgavam e sentenciavam os sodomitas. Dentre os sodomitas condenados encontramos o Padre Frutuoso Álvares, cristão-velho e natural de Braga. Na colônia o vigário sodomizou com muitos moços que nem lembrava os nomes, por isso será condenado a 5 meses de suspensão de suas atividades. Utilizando as fontes inquisitoriais, regimentos, confissão e o processo inquisitorial de Frutuoso Álvares procuro analisar a sodomia na sociedade colonial seiscentista, numa perspectiva transversalizada pelos estudos de gênero, masculinidades e sexualidade tentando compreender a influência da sodomia nas relações de sexualidade masculinidade. Através das instituições, sobretudo religiosas, discursos normativos sobre a sexualidade e gênero foram construídos indicando o que era direito e dever de homens e mulheres, enquanto outras configurações de gênero eram desconsideradas e tidas como nefandas principalmente pelo modo como experienciavam a sexualidade. Os Estudos de masculinidades, refletem sobre práticas socialmente construídas e atribuídas ao gênero masculino. As masculinidades se organizam numa realidade sócio-histórica que não é universal, natural tampouco trans-histórica, mas passíveis de mudança e problematizações em períodos contemporâneos ou coloniais. Essa discussão é importante diante da escassez de estudos histográficos sobre a construção das masculinidades no Brasil do século XVI bem como sua ingerência na formulação das disputas de poder que oprimem, submetem e tenciona a organização social e cultural.

Calundus, magia erótica e sedução nos caminhos das minas do século XVIII

Lisa Batista De Oliveira

Mestra - UFF

Nas Minas Gerais do século XVIII, as devassas eclesiásticas recebiam denúncias sobre “crimes contra a fé”. Interessa-nos as denúncias inquisitoriais referentes às Minas setecentistas registradas nos Cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa, tendo em vista a reconstituição de uma cultura popular fundamentada na sedução. Assim, serão analisados os delitos de feitiçaria amorosa, magia erótica e “calundus”, essenciais para a reconstrução de uma cultura mestiça de resistência à escravidão. Amancebadas, adúlteras e “pecadoras” eram líderes religiosas da vida comunitária de cativos e libertos em uma história de resistência de feiticeiras com suas “mandingas” e palavras de encantar. A crioula forra Maria Lopes foi denunciada por fazer rituais “para dar fortuna e adivinhar feitiços” e “fazia danças que chamavam calundus” em um mundo misterioso e sincrético onde se fundiam magia sexual e sedução. Os lares liderados por mulheres eram espaços de sedução, locais de feitiçarias amorosas, de cultos religiosos com seus “batuques” e danças rituais. Magia erótica e “calundus” indicam que as casas de alcouce foram espaços de expressão cultural das raízes africanas. A religiosidade popular mesclava tradições medievais portuguesas e elementos religiosos de indígenas e africanos, produzindo um significado moral diluído da concepção de “pecado” e dos “desvios” sexuais. A reversão estratégica de um “catolicismo popular” caracterizado por um intenso sincretismo sexual e religioso decorrente da miscigenação étnica e cultural engendrou papéis informais de gênero. É preciso resgatar o sentido transgressor dos lares chefiados por mulheres só nas Minas do século XVIII como locus de interação social entre os sexos. Experiências sexuais subversivas como as vivências ilícitas do desejo nas Minas setecentistas podem ser uma alternativa à nossa tradição cristã, uma referência baseada em práticas marginalizadas como os “calundus” e a magia erótica, que ajudaram a modelar nossos corpos e almas.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 28

Escravidão Atlântica em impérios ibéricos: estudos do passado, problemas do presente

COORDENADORA

DENISE VIEIRA DEMÉTRIO (UFF)

Este simpósio tem o objetivo de reunir trabalhos sobre a escravidão moderna em sentido amplo, oferecendo aos participantes uma perspectiva global do tema em seu âmbito político, econômico, social e cultural, no espaço atlântico ibérico português, nos séculos XVI a XIX. Consideramos que o tema tem passado por diversas interpretações da historiografia, atualizando-se constantemente em função das demandas do presente. O trabalho escravo, apesar de histórico, infelizmente, não é um problema do passado para diversos países da América Latina. No Brasil atual, ocorreram mudanças recentes nas regras de combate ao trabalho escravo, podendo resultar em retrocessos. A portaria 1129, publicada no Diário Oficial da União em 16 de outubro, segundo a OIT, ameaça “interromper uma trajetória de sucesso que tornou o Brasil uma referência e um modelo de

liderança mundial no combate ao trabalho escravo". O órgão considera ainda que a portaria pode enfraquecer e limitar a efetiva atuação dos fiscais do trabalho, deixando uma "parcela da população brasileira já muito fragilizada ainda mais desprotegida e vulnerável". Portanto, em um mundo cada vez mais global, onde problemas como homofobia, xenofobia, gênero etc., possuem uma agravante etnico-racial e somam-se às condições socioeconômicas de exclusão, os avanços nos estudos da escravidão se fazem necessários, justificando o presente simpósio, que ao abordar espaços distintos dos impérios ibéricos da época moderna visa dialogar com as interpretações historiográficas de tais países cuja herança escravista ainda se faz sentir seja nas instituições como nas sociedades de hoje, bem como pesquisas que desnudem a história da escravidão na América ibérica.

Local: **SETOR 02/SALA C5 (Auditório de Antropologia)**

08/09 - Sábado

O navio negreiro ibérico dos S. XVI e XVII: espaço mercantil, documentação jesuítica, e necroeconomia

Anna Herron More
Professora Dr^a - UnB

O presente trabalho se focará nas diversas formas de documentação das relações comerciais e sociais e nas descrições qualitativas do navio negreiro ibérico, sobre tudo durante o período da União de Coroas (1580-1640). Durante este período, a centralização da administração de contratos (asientos) pela coroa espanhola favorecia a expansão do comércio de escravos africanos pelos mercadores portugueses, ligando desta forma a costa central do Africa do oeste às Américas, tanto aos portos oficiais como também os não oficiais. Apesar das tensões políticas geradas pelos asientos portugueses, assim como os problemas inerentes financeiros que impediam a administração efetiva do comércio, a documentação fiscal dos contratos oferece uma visão geral dos navios portugueses como espaços físicos e comerciais. Neste trabalho, se contrastará esta documentação essencialmente quantitativa, às poucas descrições qualitativas dos navios negreiros. Esta segunda forma de documentação vem quase exclusivamente das mãos de jesuítas que transitaram o atlântico ou que observaram os espaços de armazém e transporte desde os portos africanos e americanos. O trabalho buscará, em diálogo com excelentes estudos recentemente publicados sobre os espaços atlânticos do trato (Alencastro, Wheat, Borucki, Newson e Munchin, Schulz dentre outros), entender a lógica do processo de documentação de ambos tipos de fontes, e as consequências dessas lógicas pela interpretação do espaço físico, comercial e social do navio negreiro ibérico da primeira "grande ola" do comércio transatlântico dos escravos. Esse diálogo entre fontes administrativas-comerciais e jesuíticas contribuirá a definir o que estou chamando a necroeconomia da escravidão transatlântica, cujas ressonâncias se sentem de várias formas na atualidade (o complexo industrial-prisional racializado; as cadeias de produção globalizadas; a financialização da economia).

O comércio Baiano no rio da prata durante a união ibérica (1580-1640) – notas de pesquisa

Paulo Roberto Gonchoroscki Gonçalves
Mestrando - UFRGS

Em pesquisa recente, estudei as redes de comércio e os agentes mercantis que faziam a ligação entre a cidade de Salvador e a Colônia do Sacramento no extremo sul da América. Entretanto, percebi a necessidade de ampliar a pesquisa ao período anterior, uma vez que as relações entre a região platina e a Bahia se iniciam antes mesmo da fundação de Sacramento. Tal fato se confirma ao vermos que durante os anos de União Ibérica, 28% dos navios que desembarcaram escravos em Buenos Aires eram baianos. A necessidade de complementar o comércio de cativos através do porto de Salvador era há muito conhecida pelos comerciantes rio-platenses. Devido à importância dessas relações, desenvolvidas em boa parte pelos cristãos novos que em debandada do território português se fixaram no império espanhol, vemos a necessidade de estender nosso olhar para o momento de gênese das redes soteropolitanas no Rio da Prata. Nesse sentido, o artigo busca analisar através de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino os agentes que conectavam as duas regiões, além das formas como se davam essa conexão, ou seja, o asiento, confiado aos portugueses em 1581 pelo acordo de Tomar, e as arribadas forçosas, método costumeiro de acessar os portos proibidos pela legislação alegando problemas náuticos.

Escravos, padres e alforrias na Bahia setecentista

Daniele Santos de Souza
Doutoranda - UFBA

Esta comunicação visa analisar a experiência de clérigos, em especial padres, como senhores de escravos na Cidade da Bahia no século XVIII. Os religiosos, em diversas ocasiões, buscaram fundamentar e, até mesmo, reformar a escravidão africana na América portuguesa. Os sermões do padre Antonio Vieira, no século XVII, em certa medida, revelaram a preocupação do clero em justificar o tráfico e escravidão africana como ferramentas de um propósito maior: a salvação de almas até então condenadas à danação. No século seguinte, outros religiosos como o jesuíta Antonil, o padre Jorge Benci e o padre Manoel Ribeiro da Rocha escreveram obras que versavam sobre o governo dos escravos e o tratamento que deveria ser dispensado a estes, sobretudo com relação à medida e o papel desempenhado pelo castigo. Nesta apresentação não é o discurso religioso que está em foco, mas a prática dos membros do clero enquanto senhores de escravos. Trata-se de religiosos que não produziram intelectualmente, mas que viveram cotidianamente a experiência da escravidão e, possivelmente, tomaram conhecimento das obras de seus companheiros de batina. Muitos trabalhos se debruçaram sobre o estudo da propriedade escrava por membros da Igreja, especialmente por ordens religiosas, enquanto detentoras de fazendas e engenhos. Aqui, a análise recai sobre o clero secular, sobretudo o baixo clero, residente na Cidade da Bahia e que, em geral, possuía poucos escravos, como a maioria dos senhores urbanos. O comprometimento com a instituição da escravidão abraçava quase toda a sociedade e é perceptível tanto no discurso quanto na prática de seus indivíduos. Não foram poucos os padres que utilizaram estratégias de controle sobre seus escravos que iam além da violência, tendo na força da alforria um importante componente de dominação. Esses sacerdotes, em grande parte desprovidos de herdeiros obrigatórios, eram mais suscetíveis à concessão de alforrias, à coartação,

bem como a manutenção de relações próximas com seus ex-escravos. A partir dos inventários, testamentos e registros de batismos analiso a trajetória de alguns escravizados e seus senhores clérigos durante a experiência da escravidão e da conquista da liberdade.

Uma outra face da escravidão: a história dos escravos senhores de escravos de Pernambuco, 1750-1825

Robson Pedrosa Costa
Professor Dr. - IFPE

O objetivo deste estudo é analisar uma prática ainda pouco investigada na historiografia sobre o Mundo Ibérico Atlântico: a posse de escravos por escravos. Nosso estudo sobre a Ordem Beneditina do Brasil demonstrou que esta instituição permitiu e até estimulou esta prática entre seus cativos. Como resultado dessa política, ao longo dos séculos XVIII e XIX vários escravos se tornaram senhores, construindo um universo senhorial peculiar no interior das fazendas e engenhos dos beneditinos. Longe do olhar vigilante dos monges (pois as propriedades eram administradas por escravos-feitores), os cativos usufruíam de ampla liberdade, realizando seus batuques, suas festas religiosas, praticando o concubinato, o curandeirismo e outras atividades condenadas pelos religiosos. Essa autonomia contribuiu para a construção de um poder senhorial paralelo, formando-se uma hierarquia singular entre a escravaria beneditina. O poder material e imaterial desses escravos-senhores era repassado para seus descendentes em forma de herança, costume este respeitado pelos beneditinos. Entre os escravos-senhores, o caso mais intrigante é a do feitor Nicolau, que possuía nove escravos, entre outros bens. Além disso, era casado com uma mulher livre, outro fator que nos leva a refletir acerca da complexidade das hierarquias sociais no interior das senzalas brasileiras. Algumas fontes nos ajudam a compreender como estes escravos se percebiam enquanto senhores, em um mundo em que muitos homens livres não possuíam condições materiais de adquirir cativos. Por tudo isso, consideramos que este estudo vem a contribuir para trazer à luz novos olhares sobre a sociedade escravista, evidenciando as subjetividades escravas em suas múltiplas faces. Utilizamos como fonte de pesquisa os relatórios trienais dos Abades (Livros: 1700 a 1828), o Livro dos Conselhos (1793-1830) e o Livro de Tombo do Mosteiro de Olinda.

A composição etária das escravarias como elemento das estratégias produtivas adotadas pelos proprietários de escravos: Campinas, 1777-1829

Carlos Eduardo Nicolette
Mestrando - USP
Felipe Rodrigues Alfonso
Mestre - USP

O presente trabalho faz parte de um projeto mais amplo conduzido pelos autores com vistas a traçar o perfil demográfico da população livre, liberta e escrava de Campinas/SP, compreendendo sua dinâmica local no quadro histórico da América Portuguesa. Neste trabalho, optou-se por concentrar os esforços analíticos na composição etária das escravarias, buscando-se colocar à

prova a hipótese de que elas guardariam relação com as estratégias produtivas adotadas pelos proprietários escravistas. Para se alcançar tal objetivo, realizou-se um levantamento das idades de todos os escravos arrolados nas Listas Nominativas de Habitantes (LNH) entre os anos de 1777-1829. Optou-se como recorte espacial a região de Campinas, visto o crescimento vertiginoso pelo qual passou a estrutura demográfica da região no transcurso da montagem e expansão de seu parque industrial açucareiro. Constatou-se que esse processo esteve diretamente relacionado a um decréscimo na média de idades dos escravos, o que levou à construção da hipótese deste trabalho. Os estudos historiográficos sobre a economia escravista em Campinas carecem de análises seriais que contemplem a composição etária das escravarias da região, sobretudo na relação que essa variável guarda com as estratégias produtivas dos proprietários escravistas, em aspectos como: (i) a frequência com esses senhores adquiriam africanos no mercado de cativos; (ii) os seus investimentos em mão de obra em potencial (ou seja, crianças, ainda abaixo da idade produtiva ideal); (iii) as múltiplas estratégias que adotavam, a nível de geração e de estrato social – mini, pequeno, médio, grande e megaproprietários (de acordo com a tipologia proposta por Ricardo Salles); (iv) a influência exercida na escolha de mão de obra por outras culturas, que não o açúcar.

Os Africanos livres na imprensa imperial: nuances da proibição do tráfico de escravos

Juliana Santos de Lima
Mestranda - UFF

Esta comunicação pretende analisar a condição jurídica dos africanos que desembarcaram em portos brasileiros após a proibição do tráfico de escravos, tornando-os africanos livres. As legislações que abrangem sua existência previam que tais pessoas deveriam cumprir um período de 14 anos de trabalho compulsório, afim de que aprendessem a dinâmica social e fossem capazes de “viver sobre si”. Através dos anúncios dos periódicos *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Comércio* é possível perscrutar biografias de africanos livres, como seus concessionários os viam, e o que os próprios africanos demonstram saber do seu status diferenciado, nos mostrando as estratégias, as redes de sociabilidade e formas de resistência criada por eles durante a tutela. Compreender a distinção jurídica entre escravos, africanos livres e libertos, não significa separá-los do convívio social, muito pelo contrário, nos interessa compreender para além dos atributos de sua condição jurídica. Por esse prisma é possível conhecer as nuances do tráfico ilegal, os interesses governamentais em controlar os africanos apreendidos e emancipados de acordo com as leis anti-tráfico. Sem perder de vista os africanos ilegalmente escravizados, propriedade assegurada pela lei Eusébio de Queirós. Assim, preconizaremos analisar as especificidades do grupo, evitando uma única concepção que diga respeito a uma cultura global dos africanos livres, respeitando sua pluralidade, seus conflitos e embates. No qual, este grupo complexo e misto estava ligado pela liberdade limitada que lhes foi atribuída pela Lei. Entre as fronteiras da escravidão e da liberdade, tais personagens eram agentes de sua própria história, sendo nossa intenção, recompor os retratos deste protagonismo.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 29

Povos indígenas no Brasil colonial: territorialidades, políticas indigenistas, agências indígenas ressignificadas na escrita da história recente

COORDENADORES

JUCIENE RICARTE APOLINÁRIO (UFCG)

MARIANA ALBUQUERQUE DANTAS (UVA)

O objetivo desse simpósio é reunir pesquisadores de diferentes campos de estudo e instituições que abordem os povos indígenas como protagonistas da História no Brasil Colonial para que se abra um espaço de diálogos e apresentações de trabalhos que enfatizem a importância dos processos históricos seja do ponto de vista político e social para que se destaquem o protagonismo dos povos indígenas nos processos pós-contato em que sejam ressignificadas as novas territorialidades indígenas a partir de imposições das políticas indigenistas portuguesas até o início do século XIX e da ocupação dos seus territórios tradicionais. Percebendo as diferentes agências dos povos nativos sem que sejam percebidos nas camisas de força das análises em que se destacavam as relações apenas de negação da ordem colonial, mas sim relações entre indígenas e colonizadores de forma mais diversa e complexa enquanto índios coloniais. Construir a possibilidade de propor um Grupo de Trabalho sobre História dos povos indígenas no Brasil colonial é extremamente importante pelo fato que há mais de três décadas historiadores vem tentando burlar uma antiga tradição que para os indígenas não haveria história. A partir de esforços de historiadores e antropólogos como John Manuel Monteiro, Regina Celestino de Almeida Jorge Heremites, João Pacheco de Oliveira procura-se criar espaços de diálogos para que trabalhos que se produzam nos programas de pós-graduação no Brasil sejam revelados e as suas escritas debatidas para que se percebam que os silenciamentos respeitantes aos povos indígenas estejam cada vez mais rompidos na historiografia brasileira. Os espaços de discussões que propomos é necessário para que se evidencie uma perspectiva da escrita da história recente em que seja considerada os indígenas enquanto sujeitos ativos das suas próprias vidas no pós-contato, valorizando os acontecimentos nos quais foram agentes de suas próprias histórias e as estratégias de sobrevivência nos espaços coloniais em todas as antigas capitanias brasileiras diante das novas conjunturas encetadas pela presença europeia em terras brasileiras. Nos últimos anos, pesquisadores de diferentes disciplinas têm dedicado atenção as sociedades indígenas. As contribuições oriundas da antropologia, arqueologia, história e educação têm proporcionado avanços promissores à temática indígena. Nesse sentido, a interdisciplinaridade tem contribuído para o entendimento sobre as diversas formas de interação e relação sociocultural entre as populações indígenas e a sociedade envolvente. Os debates historiográficos mais recentes, amparados pelos subsídios provenientes da pesquisa em arquivos, têm enfatizado o papel desempenhado pelos indígenas enquanto agentes sociais, privilegiando as atitudes e respostas manifestas frente às situações de conflitos, além do papel das lideranças e sua atuação como mediadores culturais. Afinal, o mundo indígena não foi um receptor passivo das políticas e iniciativas que emanavam da colonização. Muito pelo contrário, foi capaz de elaborar respostas e gerar ações próprias. A intenção deste Simpósio Temático é propiciar um espaço para estreitar o diálogo entre pesquisadores que, com formações acadêmicas diversas, apresentam novas e complexas abordagens sobre os povos indígenas na história, tratando de temas, tempos e espaços variados.

Local: **SETOR 02/SALA A2.**

Índios e negros na colônia: histórias e historiografias articuladas em abordagens interdisciplinares e comparativas

Maria Regina Celestino de Almeida
Professora Dr^a - UFF

Os significativos avanços das pesquisas sobre índios, negros e seus descendentes na colônia têm apontado para a importância de estudá-los de forma associada, como partícipes dos mesmos processos históricos, nos quais as interações entre eles são importantes para a compreensão desses mesmos processos. Para além de compartilharem os mesmos referenciais teórico-metodológicos e conceituais ancorados em aportes histórico-antropológicos, as pesquisas sobre índios e negros no Brasil revelam as intensas interações entre eles em aldeias, quilombos, sertões, vilas e cidades. Tais estudos apontam para novas possibilidades interpretativas sobre vários temas. O objetivo dessa comunicação é discutir a importância do estabelecimento das conexões entre as historiografias e as histórias de índios, africanos e seus descendentes, considerando tanto suas atuações, quanto os discursos e imagens sobre eles construídos como partes integrantes de processos únicos que levaram à construção da sociedade colonial portuguesa. Com base, principalmente, em fontes secundárias que já vêm trabalhando esses povos de forma articulada, tanto do ponto de vista empírico, quanto teórico, pretende-se analisar as construções históricas das categorias de classificação étnica e social de índios e negros dos primórdios da colonização ao século XIX, refletindo sobre os diferentes significados que essas categorias podem assumir conforme os tempos, espaços e os atores sociais em contextos específicos, considerando as condições de liberdade e mobilidade social a elas relacionadas. Quanto ao recorte espacial, prioriza-se a capitania do Rio de Janeiro e seus arredores em perspectiva comparativa com outras regiões da América portuguesa.

O trabalho indígena no passado colonial: tradição e função pedagógica do índio na narrativa literária didática

Taissa Cordeiro Bichara
Mestranda - UFPA

Esta pesquisa trata das representações do Índio nos livros didáticos de História para os Anos Finais do Ensino Fundamental, aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), publicados entre 1999 e 2013, e utilizados na cidade de Belém. O objetivo é analisar como as narrativas didáticas apresentam os eventos históricos do passado colonial, e neste ínterim, articulam a participação dos povos indígenas nas dinâmicas, através da sua mão de obra. Justifica-se pela necessidade de se identificar as concepções teóricas que regem as representações do Índio nos livros didáticos de História, pois é possível notar uma significativa mudança no trato com a temática indígena no Brasil desde os anos 1980 com a atuação do Movimento Indígena, o processo de redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1988, a criação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais que enfatizam a inclusão da diversidade cultural nos currículos de História do Brasil, e a avaliação de livros didáticos do PNLD responsável por identificar, dentre outros aspectos, a reprodução de estereótipos e preconceitos nas obras didáticas. Logo, a lei 11.645/08 e os editais do PNLD

correspondentes aos anos de 2008, 2011 e 2014 também são fontes documentais relevantes para a análise. Além disso, as produções acadêmicas sobre História Indígena e do Indigenismo problematizam a imagem genérica, a qual seria produto da herança nacionalista da historiografia brasileira, segundo Manuela Carneiro da Cunha na clássica obra *História dos Índios no Brasil*. Assim, permitem a constatação de que os povos indígenas possuem ações influentes na complexidade das relações sociais e políticas na História do Brasil. Todavia, as narrativas didáticas demonstram um paradoxo na exposição da temática indígena: por um lado destacam a diversidade cultural exigida pela legislação educacional, e por outro lado, sublinham a violência do processo de colonização, silenciando os agentes indígenas e destituindo-os de protagonismo, ao situá-los como coadjuvantes dos eventos históricos até, por fim, fazê-los desaparecer após o período colonial. Neste sentido, o trabalho em desenvolvimento propõe a compreensão das representações sobre o Índio nas narrativas literárias didáticas por meio da identificação da memória histórica formada sobre os povos indígenas ao longo do tempo, isto é, da trajetória histórica que construiu determinada Representação - segundo o conceito do historiador Roger Chartier. Ademais, mostra-se relevante a identificação da função do ensino de História no Brasil, pois apesar das mudanças na significação, a História dos livros didáticos aparenta ser a mesma de seus objetivos tradicionais, estabelecidos no século XIX: a formação para cidadania. Portanto, estas concepções teóricas interferem na escrita da História nos livros didáticos e inviabilizam o protagonismo dos povos indígenas ao estabelecer o lugar próprio dos agentes no enredo da narrativa didática: a Coroa portuguesa explora, o colonizador português povoa, o escravo negro trabalha e resiste, enquanto o indígena é a principal vítima com perdas físicas e culturais.

“Não sou escravo de nenhum senhor”: os processos de liberdades dos índios no Maranhão setecentista

André Luís Bezerra Ferreira
Doutorando - UFPA

O presente trabalho tem como objetivo analisar os processos de liberdades dos índios no tribunal da Junta das Missões na Capitania do Maranhão. Instituído em 1681 pela Coroa portuguesa na Amazônia, este órgão corroborou para legitimação da expansão do projeto colonial por meio da propagação da fé e, mais concretamente, auxiliou na aplicação da justiça referente à (i)legalidade dos cativos e, sobretudo, das liberdades dos índios do Maranhão. No decorrer do século XVIII, evidencia-se uma significativa proximidade dos nativos com a justiça. Isto porque, a prática de concluir alianças entre o rei e seus vassallos indígenas, facultou a implantação de medidas político-administrativas por parte do poder metropolitano com o intuito de reformular os mecanismos de arregimentação da mão de obra indígena na colônia amazônica. Na Capitania do Maranhão, as ações de liberdades eram movidas por índios oriundos de grupos que originalmente habitavam os sertões ou as várzeas da Amazônia e que, ao menos por duas ou três gerações, estavam em contato direto ou encontravam-se integrados à sociedade colonial. Sendo assim, muitos desses índios coloniais já nasciam na casa de seus senhores, mas não deixavam de (re)conhecer suas origens, pois corriqueiramente mencionavam seus avós e bisavós que foram resgatados, aprisionados ou descidos para as vilas coloniais. De fato, esse reconhecimento era um elemento fundamental para que os nativos pudessem pleitear suas liberdades na Junta das Missões. Portanto, buscarei realçar o protagonismo indígena perante uma justiça colonial que guardou, ante as múltiplas realidades no interior da monarquia lusa, um caráter deliberativo e até restaurativo. Para tanto, utilizo como fundo documental o Livro de Assentos da Junta das Missões, pertencente ao Arquivo Público do Estado do Maranhão, e os documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino.

Administração indígena: carijós, mulatas e bastardos no sul Brasil (século XVIII)

Isadora Lunardi Diehl
Doutoranda - UFRGS

Esta comunicação trata dos lugares sociais ocupados pelos indígenas nas sociedades lusobrasílica formadas em Curitiba, atual estado do Paraná, e em Viamão, atual Rio Grande do Sul, durante o século XVIII. As análises dos registros de batismo elucidam a importância da administração particular de índios na expansão bandeirante para o sul e apontam uma ampla utilização da mão de obra indígena, especialmente a feminina, naquelas localidades. A análise diacrônica dos registros paroquiais também permitiu observar as transformações dos classificativos étnicos, explicitando a incorporação dos indígenas em uma sociedade de livres e pobres na segunda metade do século XVIII.

Os indígenas da Amazônia nos escritos dos agentes do reino Português: padrões de representação e ideologias

Izabel Maria dos Santos
Doutoranda - Universidade de Coimbra

Na segunda metade do século XVIII, dentro do contexto das reformas empreendidas pelo ministro do então rei de Portugal D. José I, o Marquês de Pombal, a Amazônia passaria a receber intervenção direta do governo imperial lusitano no sentido de se tornar parte integrante do espaço político e econômico português. Dessa maneira, muitos homens, enviados do Reino, desembarcariam neste período, no referido território, com a finalidade de exercer as mais variadas funções, desde o ofício de naturalista, engenheiro, militar, até o de governador, passando também pelos cargos religiosos. A presença desses homens no território amazônico acabou por originar uma série de documentos escritos e iconográficos – cartas, relatos, diários, desenhos, pinturas, etc - em que estes registravam as suas impressões sobre as características daquelas terras e de seus povos. Nesse sentido, o presente trabalho, fruto da pesquisa de Doutorado ainda em andamento, pretende analisar os relatos escritos por três agentes do reino que estiveram em terras brasílicas – Alexandre Rodrigues Ferreira, Ricardo Franco de Almeida Serra, Francisco José de Lacerda e Almeida – de modo a perceber, através da Análise de Discurso (AD), os padrões de representação e as ideologias existentes nos referidos textos – ressaltando que entendemos ideologia como “uma determinada forma de construir representações ou de organizar representações já existentes para atingir determinados objetivos ou reforçar determinados interesses” (BARROS, 2003, p.64) – com o intuito de compreender como estas contribuíram para ratificar o estereótipo equivocado que entende os índios enquanto agentes passivos no processo colonizador.

Estruturas e dinâmicas do trabalho indígena no Maranhão colonial (1621-1684)

Soraia Sales Dornelles
Professora Dr^a - UFMA

A força de trabalho indígena foi central na construção da sociedade e economia maranhense no século XVI. Evidências disto, observamos tanto nas denúncias feitas pelo Pe. Vieira na década de 1650 quanto na Lei sobre a liberdade do gentio do Maranhão de 1680. Esta comunicação busca apresentar algumas possibilidades de aprofundamento sobre o estudo das estruturas e dinâmicas do trabalho no Maranhão colonial, enquanto uma economia fundada no cativeiro indígena. Assim, procuramos compreender qual o papel das tropas de resgate para a formação da sociedade e economia maranhense; analisar os mecanismos de funcionamento da administração indígena e seu papel no povoamento, colonização e formação social no Maranhão colonial. Além disso, procuraremos estabelecer relações comparativas com processos similares mais estudados, do ponto de vista econômico, como o caso paulista e o baiano. Porém, a atuação indígena como força de trabalho não se restringia aos problemas concernentes à sua escravização. A montagem das aldeias missionárias, igrejas e moradias próximas às áreas de concentração portuguesa, através das iniciativas religiosas permitiram o acesso a sua mão de obra inserindo-os à ampla rede produtiva e comercial da colônia. O próprio processo de conquista do Maranhão e Grão-Pará é devedor da atuação indígena como guerreiros (serviço militar), mas também como guias, canoeiros, intérpretes e fornecedores de mantimentos. Os índios dos aldeamentos ou “índios de repartição”, ou ainda, índios forros, eram a força de trabalho da Coroa portuguesa, para os quais deveriam ser pagos salários conforme a legislação, o que nem sempre ocorreu. Ou seja, aliados ou inimigos, as diversas populações nativas eram alicerce do projeto português na América.

Experiências e trabalho indígenas nas minas de salitre do sertão das Jacobinas (1694-1707)

Solon Natalício Araújo dos Santos
Professor - SEE-BA

Resgatar a experiência histórica dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil tem possibilitado análises que privilegia experiências de trabalho e estratégias de lutas compartilhadas por diversos sujeitos. Interessa, também, nestas análises pensar as especificidades históricas e territoriais, por isso a importância de se recuperar a cultura e memória dos mais diversos atores que atuaram como força de trabalho. Este estudo pretende abordar as experiências e as relações sociais de trabalho dos índios administrados e aldeados nas minas de salitre do sertão das Jacobinas. Durante o século XVII, diversas expedições em busca de metais e pedras preciosas foram organizadas para adentrar o sertão da Capitania da Bahia. Estas confirmaram a existência do salitre, um elemento estratégico para a fabricação de pólvora negra. A retirada do salitre das minas no sertão das Jacobinas envolveu grandes investimentos de particulares e do Estado com a instalação de fábricas e oficinas. A mão de obra utilizada para a extração e transporte do salitre foi a de indígenas como os Payayá, Sapoiá e Secaquerinhens, aldeados por missionários jesuítas e franciscanos. Os pagamentos desse serviço nem sempre eram realizados e havia muitas denúncias de abusos, agravando as tensões entre índios e colonos. Analisar as relações de trabalhos envolventes neste mundo de trabalho específico pode contribuir para ampliar o entendimento relativo à complexidade das classes trabalhadoras e do trabalho indígena na historiografia brasileira.

A trajetória política de João Ribeiro: capitão-mor dos índios da aldeia de Jacoca (capitania da Paraíba, século XVII)

Jean Paul Gouveia Meira
Doutorando - UFPA

Esse texto tem como objetivo principal analisar a trajetória política da liderança indígena João Ribeiro, que foi capitão-mor dos índios Tabajara e Potiguara na aldeia de Jacoca (capitania da Paraíba), localizada ao sul da antiga cidade de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa), onde hoje se localiza o município de Alhandra (PB), ao longo do século XVII. Ao longo dessa pesquisa, constatei que o capitão João Ribeiro foi um importante aliado dos colonizadores portugueses, pois era o principal responsável para arregimentar indígenas para o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar e fazendas de gado da região, na reconstrução da fortaleza de Santa Catarina, localizada em Cabedelo (PB), destruída pelos holandeses, e em outras obras na capital paraibana, numa época em que a Paraíba vivenciava uma crise econômica devido às guerras contra os holandeses e a falta de escravos africanos vindos de Angola. Tal prestação de serviços rendeu para João Ribeiro a ocupação do referido posto de capitão-mor da aldeia de Jacoca, confirmada apenas com a viagem desta liderança ao reino de Portugal, quando em 1676 recebeu a carta patente. Para efetivação dessa pesquisa, dialoguei com manuscritos coloniais, avulsos e em códices, do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Pedro Poti – um líder Potiguara e calvinista no Brasil Holandês (1608-1652)

Ieda Avênia de Mello
Doutoranda - UFF

Este trabalho tem por objetivo apresentar a trajetória do índio potiguara e calvinista, Pedro Poti, durante o período da dominação holandesa no Brasil. Ao tomar-se como ponto de partida a noção de agência, destacar-se-á a ascensão de Poti como liderança indígena e seu projeto político de liberdade dos índios por meio da aliança com os batavos. Para esta análise serão utilizados os documentos tupis transcritos e publicados pelo historiador Pedro Souto Maior, na Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e as referências dos originais digitalizados disponíveis no site do Arquivo Nacional Holandês em Haia na Coleção OWIC.

07/09 – Sexta-feira

Capuchinhos e “Tapuia” no sertão do nordeste. Séculos XVII-XIX

Maria Cristina Pompa
Professora Dr^a - UNIFESP

Por muito tempo a missão foi deliberadamente ignorada por uma antropologia explícita ou implicitamente marcada pelo paradigma da “aculturação”, relegado ao âmbito da etnologia e da

história da Igreja. Há alguns anos, a missão está se tornando boa para pensar, tanto a história indígena, quanto a história colonial, tanto a antropologia do contato quanto, a construção histórica das próprias categorias de identificação da alteridade indígena. Com efeito, a missão adquire um lugar privilegiado enquanto espaço de mediação, lugar de negociação política e simbólica, locus de construção, dissolução e reconstrução permanente de identidades, bem como de categorias para pensar a alteridades. A comunicação propõe a análise comparativa de alguns documentos capuchinhos produzidos em épocas diferentes: final do século XVII (criação das aldeias missionárias do São Francisco), meados do século XVIII (fim das aldeias e criação de vilas e freguesias), e meados do século XIX (declínio da catequese indígena no sertão). Além de informações importantes sobre o processo de perda de visibilidade dos índios do sertão (contrapartida histórica da hodierna “etnogêse”, estes escritos mostram a história da construção de um conceito: o da natureza dos índios. No pano de fundo do projeto nacional de catequese e civilização, a conceptualização do silvícola foi mudando, conforme as necessidades dos evangelizadores e dos colonos, frente a um “Tapuia” que, apesar de sua suposta integração ao mundo caboclo, nunca foi o figurante mudo de uma história alheia, e sim construtor permanente de estratégias de sobrevivência física e cultural no universo colonial.

“Índios misturados” nas missões: mestiçagens e intercâmbios religiosos nas aldeias missionárias do nordeste colonial (século XVIII)

Carlos Henrique Alvez Cruz
Professor Dr. - IFMG

A partir das décadas finais do século XVII, avançando para a primeira metade do século seguinte, os povos indígenas do Nordeste foram envolvidos num primeiro processo de “territorialização” associado às missões religiosas. Diferentes “nações” indígenas deveriam ser “descidas” dos sertões para ocupar aldeamentos próximos aos núcleos coloniais para aprenderem o cristianismo e os costumes civis, econômicos e políticos dos lusitanos. Concomitante, havia políticas de preservação: separando os índios dos colonos para serem melhor catequizados e civilizados, concentrando a direção dos aldeamentos nas mãos dos missionários, que se queixavam das intromissões dos colonos no trato com os índios. Pautada em fontes pouco avaliadas, a proposta é discutir e matizar ideia do controle e isolamento dos índios nos espaços de catequização, notando evasões e contatos frequentes com os colonos. Por exemplo, a Junta das Missões de Pernambuco discutiu a “mestiçagem” de forma insistente, relatando casos de índias que, cumprindo suas obrigações de trabalho no exterior das reduções, como fiadeiras, amas de leite ou farinheiras, não raro voltavam grávidas aos aldeamentos onde criavam os seus filhos mestiços. Por outro lado, certas fontes inquisitoriais relatam casos de índios, negros e mestiços trocando conhecimentos sobre rituais e “mandingas”, demonstrando relações surpreendentes. Analisando situações variadas, dialogando com novas perspectivas teóricas sobre os diferentes processos de “mestiçagem social”, a comunicação espera contribuir ao debate sobre as múltiplas experiências indígenas em situação colonial. Discutindo um quadro mais dinâmico e inclusivo sobre as formas de convívio social e cultural nas aldeias e sertões do Nordeste na primeira metade do século XVIII.

Poder e conflito nas missões: agências indígenas em aldeamentos carmelitas na capitania de Pernambuco e suas anexas (séculos XVII e XVIII)

Gláucia de Souza Freire
Doutoranda - UFPE

Entre os séculos XVII e XVIII, na América Portuguesa, indígenas aldeados teciam suas agências diante das disputas em torno da administração temporal dos aldeamentos, travadas entre missionários e fazendeiros, em menor escala, e entre autoridades civis e eclesiásticas, de modo mais representativo – no que concerne ao aspecto documental. Entre as queixas e os elogios a missionários nas representações indígenas enviadas ao Conselho Ultramarino, interesses pela tessitura e/ou manutenção de redes de poder e influência são evidenciados, destacadamente em momentos de conflitos em torno do controle da mão de obra dos aldeados. Essa pesquisa objetiva empreender uma análise sincrônica, abarcando as estruturas legais relativas à atividade missionária e suas implicações religiosas e seculares, no aspecto político-administrativo, destacando como os sujeitos aldeados teciam suas agências diante do Padroado e das transgressões às suas normas. Para tal, estudamos como os aldeamentos indígenas sob administração da Ordem Carmelita na capitania de Pernambuco e suas anexas estavam inseridos nessas negociações em torno dos poderes coloniais e seus descaminhos em relação à Coroa. A partir de correspondências trocadas entre o Conselho Ultramarino, autoridades civis e eclesiásticas, fazendeiros, missionários e representações indígenas, sob guarda do Arquivo Histórico Ultramarino, entendemos como as missões ilustraram a fluidez nas relações entre esses grupos de poder e como estas impactaram, posteriormente, a efetivação das reformas pombalinas no que compete à questão indígena.

Histórias de contatos, missão e agenciamento do povo gamela na capitania do Maranhão do século XVIII

Juciene Ricarte Apolinário
Professora Dr^a - UFCG

Entre 1751 a 1753 o povo Gamela que viviam as margens do Rio Mearim estavam em contínua guerra contra os Akroá-Assú grupo aparentados e falantes da mesma língua Timbira. Diante as entradas que os Gamela investiam nas fazendas criatórias dos portugueses, foi enviado pelo governador do Maranhão uma bandeira, junto com um missionário jesuíta objetivando inicialmente um acordo de paz e a criação da Missão dos Gamela. O padre Jesuíta ao adentrar as terras dos Gamela, foi construindo uma rica descrição de caráter etnográfico sobre a paisagem, os primeiros contatos, as práticas culturais, ritualísticos, políticas e deixou alguns desenhos na tentativa de representar os indivíduos com seus fenótipos e indumentárias. Descrição que permite analisarmos e compreendermos as agências do povo Gamela diante do desconhecido e suas táticas políticas em processo de “acordo de paz” com não-indígenas. Diante do exposto, toda a documentação que arrolamos até o momento nos arquivos portugueses nos revela as ricas e complexas dinâmicas dos primeiros contatos entre os Gamela e colonizadores na tentativa de permanecer e construir mecanismos de sobrevivências nos espaços coloniais que lhes eram impostos pós-contato ao longo da segunda metade do século XVIII. Documentação esta que muito nos honra por já estar proporcionando a estruturação do laudo antropológico para a luta pelo reconhecimento do povo Gamela hoje no Estado do Maranhão.

Índios de guerra: colonialismo, vassalagem e expansão do império ultramarino Português nos sertões das capitanias do Ceará e do Maranhão – século XVIII

Lígio José de Oliveira Maia
Professor Dr. - UFRN

Localizada na fronteira das capitanias do Ceará e Piauí, a aldeia de Ibiapaba era governada pelos jesuítas (1700-1759). Ao longo do século XVIII, o número de índios aldeados oscilava entre quatro mil e 7.500 almas. Ainda que surpreendente, não era o contingente demográfico que mais chamava a atenção das autoridades. O valor dos índios da Serra de Ibiapaba estava no seu uso enquanto uma força militar aliada combatendo eles, em várias ocasiões ao longo do Setecentos, índios hostis e contrários aos interesses da coroa na região: no primeiro momento com a intermediação dos missionários jesuítas (1700-1759), depois, a partir de suas respectivas lideranças na condição de índios de vila Viçosa Real. Com esta comunicação, espera-se demonstrar a relativa autonomia que granjeava a força militar desses índios; assim como, elencar alguns elementos de sua organização militar num quadro mais amplo de sua importância quanto aos interesses coloniais, apropriada por eles não somente na condição de vassallos, mas de vassallos guerreiros nos conflitos de expansão da coroa portuguesa nas capitanias do Norte.

Desterritorializar para territorializar: índios da capitania do rio grande no contexto de disputas pela terra na primeira metade do século XVIII

Victor André Costa da Silva
Mestrando - UFRN

O território pode ser compreendido a partir de diferentes maneiras, seja pelo viés econômico, político, cultural ou natural. Aqui, o território é considerado intrinsecamente ligado com as relações sociais ou culturais, entendendo-as também como relações territoriais, e que monta as bases para apreensão do conceito de desterritorialização, no qual determinados grupos, como os indígenas, são aliados do acesso ao território no sentido elementar da terra, ao vivenciar “experiências múltiplas” imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana” (HAESBAERT, 2001: 1775). Dentre as causas dos processos de tomada de terras podemos evidenciar a Guerra Justa ou a má distribuição das terras por autoridades coloniais e que resultam numa exclusão socioespacial. Na capitania do Rio Grande, muitos foram os enfrentamentos e embates entre os índios e não índios motivados pelas posses de terras, desde a chegada dos europeus ao território que atualmente chamamos de Brasil. Entendemos que cada grupo em determinado período da história vivencia o espaço ao seu modo e de acordo com sua cultura, portanto, diante dos processos de disputas territoriais da capitania, visa-se aqui evidenciarmos as trajetórias tomadas por grupos indígenas que culminam na desterritorialização de um espaço para territorializar outro, ou ter ainda o seu espaço territorializado por outrem. Além disso, atentaremos para os agentes desse processo de desterritorialização da primeira metade do século XVIII que tentam usurpar espaços físicos e terminam por gerar uma desintegração de grupos sociais, formando o que Haesbaert (1995) chamou de “aglomerados humanos de exclusão”.

Análise do cotidiano entre índios e não índios a partir do livro de tombo da paróquia da vila de portalegre (segunda metade do séc. XVIII)

Ristephany Kelly da Silva Leite
Mestranda - UFRN

Em meados do século XVIII, os antigos aldeamentos indígenas foram transformados em vilas de índios. No Rio Grande do Norte, foi registrada a elevação de cinco aldeamentos. A Vila de Portalegre, única das cinco vilas situada no interior da capitania, recebeu além dos indígenas da Missão de Apodi, os índios Paiaçú de Monte-mor, o novo da América, da Capitania do Ceará. A partir do momento de elevação da vila, estes grupos indígenas teriam que conviver com os demais moradores da capitania e se integrar ao modo de vida deles. Mesmo com a dificuldade em se encontrar documentos que abordem a questão indígena no período colonial, o historiador encontra indícios da atuação destes agentes históricos nos espaços destinados ao convívio coletivo entre todos os moradores da vila e nos espaços privados, de convívio entre seus pares. Neste sentido, o presente trabalho se propõe a analisar o Livro de Tombo da Paróquia de Portalegre, documentação importante por apresentar não somente a atuação da igreja na vila em questão, mas também por apontar diversos temas do cotidiano da vila, como atividades econômicas através dos rendimentos dos dízimos, atividades sociais pelas determinações eclesiásticas a respeito da maneira de se portar e agir dos moradores da vila, a fim de tentar perceber como ocorria a interação entre índios e não índios e de que modo os índios atuavam nesta comunidade.

Os indígenas e a era das revoluções nos limites da região platina

Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo
Doutora - UNICAMP

No início do século XIX, aspectos da organização política e social de indígenas se articularam com pressões e oportunidades apresentadas durante a era de revoluções pela independência nos Estados argentino, brasileiro e uruguaio. Espalhados em distintos arquivos, registros de cunho administrativo, legislativo e militar evidenciam aspectos importantes sobre o processo histórico de formação daqueles Estados, assim como permitem dar visibilidade às variadas práticas de sociabilidade vividas pelos indígenas que habitavam a região limítrofe entre o vice-reino do Prata e a capitania do Rio Grande de São Pedro, a mais austral da América portuguesa. Experiências de contato e convívio em regiões limítrofes do espaço platino contribuíram para o sucesso ou o fracasso das tentativas de agentes coloniais de expandir as fronteiras e apoderar-se de recursos disponíveis no território. Ao mesmo tempo, vínculos políticos, taxonomias socioétnicas e identidades profissionais revelam estratégias desenvolvidas por setores considerados subalternos com o objetivo de sobreviver em um contexto de profundas transformações sociais e políticas.

A legislação de cada dia: política indígenas e o diretório dos índios no Vale Amazônico

Rafael Rogério Nascimento dos Santos
Professor – UNIFESSPA, Doutorando – UFPA

Na segunda metade do século XVIII, o Vale Amazônico tornou-se objeto de maior atenção para a Coroa lusitana. A definição do tratado de Madri redesenhou as fronteiras coloniais entre Espanha e Portugal, sendo esse um dos principais fatores que desencadearam uma série de transformações no norte da América Portuguesa, e também no cotidiano de milhares de indígenas que ali viviam. Para Portugal, tratava-se de ocupar definitivamente a região, transformando seus antigos ocupantes, os índios, em vassalos e povoadores daquele território em nome do rei. Além de tornar os indígenas súditos da Coroa, as medidas tomadas por Portugal envolveram um conjunto de parâmetros que deveriam nortear a vida na região, colocando em prática uma política com objetivo claro: tornar a colônia economicamente rentável e concretizar a presença metropolitana na região. Contudo, entre a letra da lei e a sua aplicação havia um universo de inúmeros fatores que, se não impediam a execução tal como previsto no papel, criavam uma série de obstáculos. Não raro, ocorreram diversas subversões realizadas tanto por colonos quanto por indígenas, como por exemplo, no caso destes últimos, em um claro desvio do que o Diretório ditava, além de terem estabelecido uma rede de comércio clandestina, ausentavam-se por determinado período das vilas para fugir de certas tarefas que lhes eram determinadas, já que as mesmas não lhes apaziam. Por meio de fontes do Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo Público do Pará este trabalho tem por objetivo demonstrar que os indígenas que analisamos, não só agiram à revelia da lei, como também a burlaram, subverteram-na e souberam lidar com as tensões sociais presentes no interior das povoações utilizando a própria legislação como um instrumento para legitimar suas ações diante das instâncias legais, redimensionando o próprio aparelho legislativo.

Escolarização de meninos e meninas indígenas na Bahia setecentista: em busca de indícios

Pedro Daniel dos Santos Souza
Professor - UNEB

A “nova” política indigenista do governo de D. José I (1750-1777) promoveu transformações significativas na relação entre as autoridades civis e eclesiásticas, os colonos e as populações indígenas na América portuguesa. Quanto às práticas educativas, a emergência de escolas de ler, escrever e contar para as crianças indígenas, como se pode observar da análise da legislação e ações decorrentes, abre espaço para uma pesquisa sistemática sobre as formas de participação das populações indígenas na cultura escrita e de suas formas de apropriação enquanto estratégia de negociações e resistências frente ao projeto de civilização implementado pela Coroa portuguesa na segunda metade do século XVIII. No presente trabalho, objetivamos refletir sobre o processo de escolarização dos meninos e das meninas indígenas na Bahia setecentista, bem como dos demais indígenas inclinados a esta matéria, tomando como locus de nossa reflexão as 9 (nove)

vilas criadas pelo tribunal especial do Conselho Ultramarino, em 1758, nomeadamente Abrantes, Soure, Mirandela, Pombal, Santarém, Olivença, Barcelos, Trancoso e Verde, no âmbito de execução do alvará régio de 8 de maio de 1758, e 6 (seis) vilas criadas na Comarca e Ouvidoria de Porto Seguro, entre os anos de 1764 e 1772 (São Mateus, Belmonte, Prado, Viçosa, Alcobaça e Porto Alegre). Para tanto, analisamos fontes documentais do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Procedendo a uma crítica às fontes, uma vez que não se podem deixar de considerar as suas condições de produção, buscaremos apresentar notícias de um mapeamento ainda em construção das vilas de índios onde foram abertas escolas para meninos e meninas indígenas, como funcionaram, se funcionaram, a quantidade de índios que frequentavam as aulas, os recursos pedagógicos, entre outras questões, com vistas a refletir sobre quais foram as formas de apropriação da leitura e da escrita pelas populações indígenas no Bahia setecentista.

Eleições e participação política nas novas vilas indígenas do espírito santo

Vânia Maria Losada Moreira
Professora Dr^a - UFRRJ

As reformas pombalinas começaram a ser implementadas na capitania do Espírito Santo logo depois que as Leis de 6 e 7 de junho de 1755 e o Diretório foram estendidas aos índios do Estado do Brasil, respectivamente pelos Alvarás de 8 de maio e de 17 de agosto 1758. O objetivo da comunicação é fazer um balanço das principais medidas tomadas no processo de implementação das reformas na região, dando especial destaque ao protagonismo e à participação dos índios na organização social e política de suas novas vilas.

Representação cartográfica dos povos indígenas e aldeamentos na capitania de Pernambuco no século XVIII: territorialidades e identidades em movimento

Ricardo Pinto de Medeiros
Professor Dr. - UFPE

O trabalho pretende apresentar o estágio atual das pesquisas que vêm sendo realizadas no sentido de dar visibilidade aos povos indígenas aldeados e não aldeados na capitania de Pernambuco no período colonial através da representação cartográfica dos seus territórios e deslocamentos espaciais. No século XVIII, a abundância de fontes primárias e secundárias utilizadas para a localização cartográfica dos povos permite recuperar elementos importantes sobre cada um deles. No caso dos povos aldeados, o contexto no qual se dá a fundação, transferência e extinção das aldeias. No caso dos não aldeados, os etnônimos e os territórios nos quais são mencionados permitem visualizar territorialidades étnicas anteriores ao contato e articulações e deslocamentos espaciais decorrentes do avanço da conquista. É nessa perspectiva que estamos trabalhando as informações existentes para a construção de verbetes relativos aos povos e aldeias mencionados nos mapas, como complemento necessário para a leitura e interpretação deste tipo de representação.

Trânsitos indígenas e formas de trabalho nos sertões do leste Mineiro (1808-1831)

Romilda Oliveira Alves
Professora - UEMG

A partir de 1808, o Estado joanino reforçou as novas áreas de expansão e o papel de Minas Gerais como capitania abastecedora de alimentos e definiu uma política indigenista que ampliou o direito dos colonos e militares de reduzir, aprisionar e escravizar os gentios mais resistentes ao processo de ocupação dos territórios situados entre os limites dos rios Doce, Pomba e Paraíba. Essa política indigenista foi mantida formalmente até a criação da Lei de 1831, que revogou as “guerras justas” contra os nativos selvagens de São Paulo e Minas Gerais, concedendo liberdade aos que viviam no cativeiro. Embora a legislação do século XIX proibisse a escravização dos índios aldeados e sua distribuição entre os moradores, eles se encontravam ocupados em atividades tidas como livres que por trás ocultava a escravidão. Esta comunicação procura estudar o processo de conquista e civilização dos indígenas nos Sertões do Leste mineiro, entre 1808 e 1831, sobretudo a integração destas populações em formas de organização de trabalho ligadas à produção mercantil de alimentos. O objetivo é analisar o sistema de práticas de aliciamento de mão de obra indígena, os contratos de trabalho dos índios e suas fugas permanentes e temporárias dos aldeamentos. Esta mobilidade espacial será analisada como estratégias criativas, acordos e liberdade dos nativos, mesmo que limitadas, em busca de meios para escapar das epidemias e encontrar melhores formas de viver. A pesquisa justifica-se por contribuir com os debates mais recentes que têm destacado a ação consciente e criativa dos atores indígenas no contexto de expansão do domínio português e legitimação do Estado Nacional. As fontes consultadas são compostas de projetos e legislações indigenistas, requerimentos, relatórios e correspondências de missionários e administradores de índios, bem como obras de viajantes e naturalistas que percorreram Minas Gerais na primeira metade do século XIX.

Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no sertão de Pernambuco (1801-1845)

Carlos Fernando dos Santos Júnior
Professor Ms. - SEE-PE

Na primeira metade do século XIX, as populações indígenas na Região do Submédio São Francisco vivenciaram processos históricos relacionados a colonização luso-brasileira no Sertão nordestino, expansão da pecuária, as secas periódicas na Região, o aprofundamento da política fundiária, e as políticas indigenistas. Os eventos citados produziram mudanças na relação que as populações indígenas tinham com os seus territórios. Também houve a continuidade do Diretório Pombalino aplicado aos índios. O objetivo do presente trabalho é compreender os processos histórico, sociocultural e político vivenciados pelas populações indígenas na bacia Submédio São Francisco na primeira metade do século XIX, investigar a continuidade do Diretório e seus impactos sobre os territórios indígenas localizados no Moxotó, Pajeú e nas vilas de Assunção e Santa Maria. Os documentos consultados foram os registros manuscritos referentes aos territórios indígenas citados, produzidos entre 1801 e 1845, que se encontram depositados no APEJE (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano). Sobre o Diretório, ele foi utilizado para a pacificação e aldeamento

daqueles grupos acusados de atacarem as fazendas de gado no Moxotó e Pajeú, com a reintrodução dos missionários italianos para a catequese dos índios. Para os índios nas vilas de Assunção e Santa Maria, o Diretório garantiu a liberdade e o direito de propriedade das terras daquelas vilas. Os índios no Moxotó, Pajeú e nas ilhas do Rio São Francisco tiveram as suas terras esbulhadas por posseiros invasores, fazendeiros, autoridades civis e militares. Diante deste contexto de usurpação, os índios elaboraram estratégias de resistência para reivindicar os direitos sobre as suas terras, fazendo uso dos seus “acervos de experiências” históricas coletivas. Isto colocou limites aos esbulhos das terras indígenas e garantiu a permanência dos indígenas em seus territórios, contra os argumentos de desaparecimento dos índios na Província de Pernambuco.

Os povos jê e os colonizadores no vale do Rio Mucuri no século XIX: situação colonial e relações interétnicas

Tamires Santos Pereira
Doutoranda - UERJ

O Vale do Rio Mucuri localizado entre as províncias de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo teve no século XIX o maior avanço na ocupação da sua região, bem como a efetiva conquista dos territórios indígenas, objeto de interesse do Estado e de empresas privadas que buscavam explorar os recursos naturais, garantir mobilidade entre os sertões e o mar através da navegação e da construção de estradas e também promover a “civilização” destes sertões considerados selvagens, tanto pela dificuldade colocada pelo próprio meio natural, quanto pela resistência dos povos que ali habitavam, os temidos Botocudos, categoria genérica para os diversos povos do tronco Jê que habitavam a região estudada. Os acontecimentos ocorridos, especialmente a partir de 1808 com a decretação da Guerra Justa aos Botocudos, tiveram grande impacto sobre as populações indígenas do Vale do Mucuri e abriram caminho para que a região fosse ocupada e colonizada, tomamos então esta data como recorte inicial de nossa análise neste trabalho. A partir da leitura das fontes, – relatórios das presidências das províncias e da empresa de colonização do Mucuri –, é possível notar que o discurso do período em questão, início do século XIX, estava centrado na ideia civilização das matas do Mucuri e na “domesticação” dos índios. Elas apontam ainda para uma dimensão classificatória das populações indígenas em relação aos outros sujeitos que também habitavam o Vale do Mucuri, criando ou mesmo reforçando diferentes imagens sobre os indígenas, além de permitirem observar com alguma clareza as negociações e os conflitos nessas relações interétnicas que serão, portanto objeto central deste recorte.

Mulheres indígenas no Rio de Janeiro colonial: gênero e etnia na sociedade colonial

Suelen Siqueira Julio
Professora – Colégio Pedro II, Doutoranda – UFF

A comunicação abordará aspectos da inserção das mulheres indígenas na sociedade colonial do Rio de Janeiro entre século XVI e o início do século XIX. O longo recorte temporal possibilitará apontamentos sobre o modo pelo qual as índias viveram os primeiros contatos, os impactos desencadeados pelo estabelecimento dos europeus nesse território, bem como as transformações ocorridas na capitania ao longo do tempo. Tenho como objetivo analisar de que forma as mulheres

indígenas foram inseridas na sociedade colonial: que papéis exerceram; qual o impacto das divisões de gênero europeias sobre a vida dessas mulheres; quais relações as índias tiveram com outros atores sociais presentes nessa sociedade, com destaque para a questão do matrimônio. As questões levantadas são importantes por contribuírem para a construção de um conhecimento histórico mais sólido sobre as mulheres indígenas, a fim de superar a sua invisibilização e os estereótipos a partir dos quais foram abordadas tanto no senso comum quanto em trabalhos acadêmicos. As fontes consistem em documentos oriundos da administração colonial – legislação; correspondência entre as autoridades coloniais e a Coroa, bem como outros documentos manuscritos existentes no Arquivo Nacional e Arquivo Histórico Ultramarino (disponibilizado pelo Projeto Resgate) –, bem como processos de habilitação matrimonial e registros de batismo, casamento e óbito.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 30

A CIDADE COLONIAL NOS SÉCULOS XVII E XVIII: MESMO OBJETO, DIFERENTES ABORDAGENS

COORDENADORES

RUBENILSON BRAZÃO TEIXEIRA (UFRN)

MARIA BERTILDE MOURA FILHA (UFPB)

CLÓVIS RAMIRO JUCÁ NETO (UFC)

A complexidade do fenômeno urbano, em qualquer época, é tal que permite uma gama muito variada de análises, leituras, abordagens. Desde as escalas de estudo, abarcando do contexto internacional ou regional ao local, dos diferentes atores sociais que atuam na arquitetura e na cidade aos valores simbólicos expressos no espaço, da relação campo-cidade e da formação das redes urbanas, passando por interesses geopolíticos de ocupação e conquista do território, ou ainda da arquitetura como elemento de compreensão da formação e consolidação do espaço urbano e do que este significa, enfim, o fenômeno urbano permite muitas formas de apreensão, discussão e estudos. Este simpósio temático propõe discutir alguns desses aspectos para a cidade colonial brasileira nos séculos XVII e XVIII, a partir de algumas especificidades regionais do país. Ele permite, assim, mais uma oportunidade para a continuidade de estudos, encontros e publicações que já vêm ocorrendo no âmbito do grupo de estudo “Cidades e territórios luso-brasileiros no século XVIII”, formado por pesquisadores de diferentes universidades brasileiras.

Local: **SETOR 02/SALA E2.**

Os novos currais na ribeira do seridó

Kleyne Rondelly de Sousa Dantas
Mestranda - UFRN

Este artigo objetiva resgatar como se deu a formação do território onde hoje está situada a cidade de Currais Novos/ RN, ao final do período colonial no Brasil. Através de uma revisão da literatura existente acerca do processo de ocupação e colonização da Ribeira do Seridó, uma das cinco ribeiras em que se dividia o território e a população do Rio Grande do Norte no século XVIII. A ocupação da Ribeira do Seridó surgiu pela necessidade de separação entre a monocultura da cana de açúcar e a pecuária. Com o fim da Guerra dos Bárbaros, intensificaram-se a chegada dos homens brancos no sertão potiguar, advindos principalmente de Pernambuco e da Paraíba, e o surgimento de grandes fazendas destinadas ao criatório de gado. O seridoense comprava garrotes no Piauí, engordava em suas terras e os vendia nos estados vizinhos, as rotas surgidas por esse comércio de gado foram responsáveis por aproximar fazendas, criar núcleos para vendas e lugares de pousos nas estradas, surgindo assim as primeiras localidades no Seridó. Esse trabalho faz parte de um estudo maior sobre o processo de modernização da cidade de Currais Novos, elucida questões referentes à formação dessa cidade. Sua história relaciona-se à aquisição de sesmarias por fazendeiros interessados na exploração do gado, e ajuda a entender melhor as relações existentes entre os processos de ocupação desse espaço e os ciclos econômicos que o transformaram: pecuária, algodão e mineração.

Paracatu do período colonial e a relação com o núcleo minerador e a expansão da criação de gado na região

Giselda Shirley da Silva
Doutoranda - Universidade de Évora

O estudo apresenta como objeto o Arrayal de São Luiz e Santa Ana das Minas de Paracatu no século XVIII e a relação com a mineração no sertão das Minas Gerais ligando a criação de gado e aumento do fluxo populacional na região. O objetivo foi analisar a relação da urbanização ligando aos fluxos migratórios para a área em expansão em decorrência do ouro encontrado no Córrego do Rico e nas adjacências. No século XVIII a rede urbana da Capitania foi sendo desenhada com a criação de diversos arraiais e vilas, muitos dos quais se localizavam na região mineradora, como o plano de observação da presente pesquisa. Entre as perguntas que nortearam o estudo podemos citar: Qual a relação do crescimento/ da Vila com a descoberta do ouro e de que forma causou o aumento do fluxo populacional no sertão mineiro? De que forma a criação de gado e expansão das pastagens propiciou a ocupação da região favorecendo a relação campo/arraia? De que maneira sua inserção na Comarca do Rio das Velhas e a distância de Sabará, Vila que se pesquisa foi realizada por meio da incursão nos documentos do Arquivo Público de Paracatu, Arquivo Público Mineiro no fundo da “seção Colonial” e da “Casa dos Contos”. Buscou-se também fundamentar em trabalhos de historiadores que em sua tessitura narrativa abordam a história local e regional. Outra fonte de pesquisa relevante foi à cartografia colonial mineira setecentista que favoreceu a contextualização histórico-geográfica do Arraial. A pesquisa desvelou que o surgimento/crescimento do Arraial

possui uma íntima ligação com o desenvolvimento do núcleo minerador e com outras atividades como a pecuária, favorecendo uma complexa rede entre arraial e desenvolvimento regional.

A rede urbana no sertão da capitania da Paraíba na segunda metade do século XVIII

Maria Simone Morais Soares
Professora - IFS

O século XVIII é considerado o período no qual se processou uma política mais centralizadora com vistas à colonização e à produção de núcleos urbanos no Brasil. A partir desta constatação, as pesquisas em História Urbana vêm demonstrando que esse processo se estabeleceu, principalmente, a partir do reinado de D. José I (1750 – 1777), marcado pela administração do Ministro de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Essa política teve por objetivo a integração dos povos indígenas ao modo de vida da sociedade colonial portuguesa, sendo um dos seus pilares o incentivo à fundação de vilas para o controle e ordenamento desses povos. Foi lançada inicialmente na região do Amazonas, através do Diretório dos Índios (05 de maio de 1757), e ampliada no ano seguinte para as demais capitanias, entre elas a de Pernambuco e Anexas (Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará), através do documento intitulado “Direção com que interinamente se devem regular os índios das novas vilas e lugares eretos nas aldeias da capitania de Pernambuco e suas anexas”. Esse documento instituiu uma política de criação de vilas nessas províncias, o que resultou na fundação das primeiras vilas do Sertão da Capitania da Paraíba: Pombal (1772), Nova da Princesa (1788), Nova do Príncipe (1788), Nova da Rainha (1788), Sousa (1800) e São João (1800). O presente artigo tem por objetivo apresentar os reflexos da implantação dessas vilas sobre a formação de uma rede urbana no Sertão da Capitania da Paraíba na segunda metade do século XVIII. O trabalho é um recorte dos resultados da pesquisa de mestrado, produzida no PPGAU-UFPB, cujo objeto era a formação de uma rede urbana no Sertão da Capitania da Paraíba setecentista. Para a realização do mesmo, foram fundamentais a investigação bibliográfica e a pesquisa documental, sobretudo no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), nos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional e no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba (AHEP).

Rede religiosa-conventual setecentista dos carmelitas calçados de Bahia a Pernambuco

Roberta BacellarOrazem
Doutora - UFRN

Essa comunicação é um recorte de nossa tese em arquitetura e urbanismo defendida em 2015 na UFRN. O objetivo é analisar o espaço interurbano ocupado pelos carmelitas calçados desde a Bahia até Pernambuco no período colonial. A princípio, formulamos um conceito de rede religiosa-conventual, baseado em trabalhos sobre rede urbana de Santos (2008) e Andrade (2010), e em estudos de geografia monástico-conventual de Marado (2007). A rede religiosa-conventual dos carmelitas calçados foi baseada nos dados do século XVIII, pois foi nesse período que a Província Carmelitana da Bahia e Pernambuco estava estabelecida e com maior número de fundações religiosas. Além dos conventos, consideramos as propriedades lucrativas e as missões. No caso

das propriedades lucrativas, sendo fontes de renda, onde circulavam bens (escravos, por exemplo) e produtos (gado, cana de açúcar, mandioca, entre outros). As propriedades lucrativas e as missões também eram locais de culto com capela, onde se fixavam e circulavam religiosos, sendo moradias e locais sagrados. Posteriormente, identificamos a dinâmica social, isto é: os fluxos de religiosos, a diferenciação hierárquica imposta pelos carmelitas calçados nas edificações religiosas (missão, hospício, convento, colégio) e nas propriedades lucrativas com capela (sítios, engenhos, fazendas). Por último, desenvolvemos as macro e microrregiões que se formaram a partir de toda a dinâmica espacial e social dos carmelitas calçados nas capitanias de Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Compreendemos que os carmelitas calçados contribuíram para a formação de uma parte do território do atual Nordeste do Brasil no período colonial, desenvolvendo uma rede religiosa-conventual setecentista hierarquizada e bem articulada econômica e socialmente.

A espacialidade das relações no Maranhão: São Luís, cercanias e sertões (séculos XVII e XVIII)

Mariana Ferreira Schilipake
Mestranda - UFPR

A pesquisa propõe a discussão da espacialidade das relações sociais no Maranhão a partir da cidade de São Luís e da sua relação com seus espaços circundantes, visando analisar de que modo o núcleo urbano se conectava com o seu território, para além das dimensões circunscritas à urbs (o conjunto de ruas, praças, casas e igrejas), abarcando as interações com áreas mais ou menos distantes da cidade. Neste sentido, torna-se pertinente analisar como os moradores e as autoridades coloniais se relacionavam com tais espaços e de que forma eles se constituíram. Os Livros de Acórdãos da Câmara de São Luís (APEM), os quais registravam as resoluções dos camaristas acerca de diversas questões, permitem vislumbrar aspectos das relações da cidade com as suas cercanias – áreas onde se estabeleceram roças e currais, núcleos populacionais com quem mantinha comércio, e os sertões onde alguns moradores mantinham fazendas, onde se guerreava contra grupos indígenas hostis e de onde se trazia boa parte dos trabalhadores indígenas. Ao contrário de perceber o espaço urbano de São Luís como desconectado de suas adjacências e sertões, busca-se relativizar a ideia de mundos separados como são tendencialmente tratados dentro da historiografia maranhense – como na clássica dicotomia cidade versus sertão. O recorte da pesquisa (final do século XVII e primeira metade do século XVIII) constitui um período menos contemplado pela historiografia em relação à profusão de análises para o período pombalino. No tocante à câmara de São Luís foram analisadas as relações de poder, compadrio, conflitos e práticas culturais diversas, contudo, ainda é pouco discutida a constituição do espaço propriamente dito dos núcleos coloniais e as relações tecidas nestes processos. Neste sentido, pretende-se contribuir para a compreensão do papel das cidades na construção da territorialidade colonial.

Cidades de conquista e de fronteira. O caso Potiguar e Senegalês (séc. XVI-XVIII)

Rubenilson Brazão Teixeira
Professor Dr. - UFRN

Fundadas por reinos europeus, respectivamente Portugal e França, as cidades mais antigas do Rio Grande do Norte, Brasil, e do Senegal, foram instrumentais no processo de conquista e

de ampliação das fronteiras coloniais na América e na África, entre os séculos XVI e XVIII. Essas “cidades de conquista e de fronteira” guardam pontos comuns entre si, que ensejam um estudo comparativo entre ambas. Mais do que isso, elas são a expressão local de um processo cultural bem mais amplo, complexo, envolvendo os continentes europeu, americano e africano em torno da bacia do Atlântico, contribuindo, assim, para a circulação de saberes, práticas, estratégias entre os atores que dele participaram.

07/09 – Sexta-feira

Notas sobre o desenho de sobral setecentista

Herbert de Vasconcelos Rocha
Mestre- UFRC

O objeto deste trabalho é o desenho urbano de Sobral, Ceará, no século XVIII. Objetivamos analisar a forma urbana, o papel dos principais agentes modeladores da Vila – os boiadeiros, a Igreja, as irmandades e a Coroa – e assinalar o protagonismo da Igreja ordenando o espaço. Trabalhamos com fontes primárias e secundárias. As ações e os objetos de arquitetura são espacializados para melhor apreensão do espaço construído. A vila de Sobral foi fundada em 1773 no cruzamento de caminhos que ligavam a Ribeira do Acaraú às estradas dos sertões. Sua localização, à margem esquerda do curso médio do rio e no sopé da Serra da Meruoca, era um ponto estratégico na organização do espaço territorial da Capitania. Na escala do território, o desenho da Vila se manifesta de maneira irregular, a despeito de ter sido fundada no período pombalino, como expressão do entroncamento da Estrada da Caiçara e do Caminho para a Meruoca. A forma urbana triangular parte da ligação dos seguintes pólos: a gangorra; a Igreja Matriz de N. S. da Conceição e a Igreja de N.S. do Rosário dos Pretinhos. Na primeira metade do século XVIII, boiadeiros construíram uma gangorra de prender gado na Fazenda Caiçara à margem esquerda do rio. A Povoação da Caiçara, núcleo original de Sobral, sediou o Curato de N. S. da Conceição do Acaraú, antes de sua elevação à condição de Vila. As Igrejas se constituíram como os primeiros lugares de adensamento. Exatamente no percurso cotidiano entre estas três instâncias nucleares, o desenho da Vila foi conformado; sem a participação direta da Coroa Portuguesa. Após a sua instalação, os objetos de arquitetura da Igreja Matriz da Conceição e da Capela da Irmandade de N.S do Rosário dos Homens Pretos permaneceram como os principais marcos referenciais da Vila e vetores de adensamento do casario. O desenho de Sobral, portanto, sintetiza a ausência de uma vontade política estatal portuguesa e a preponderância dos interesses da Igreja associada à presença dos agentes da pecuária.

A ilustração Luso-Brasileira e o modo de fazer cidades

Gina Veiga Pinheiro Marocci
Professora Drª - IFBA

O século XVIII, impregnado pelo ideário racionalista e tecnicista da Ilustração, abriu espaço para que a cidade se tornasse um elemento fundamental de experimentação. No universo urbanístico português, os agentes para a difusão e implantação de princípios urbanísticos imbuídos desse ideário, nas cidades e vilas, foram os engenheiros militares e o estamento burocrático português.

Desse universo urbanístico foram eleitas as cidades de Lisboa, Porto e Salvador para proceder-se à análise da influência do Iluminismo na urbanística portuguesa. Este artigo, então, tem como objeto as ações urbanísticas realizadas em Portugal e no Brasil, entre a segunda metade do século XVIII e início do século XIX, e tem como objetivo apresentar as ações da Casa do Risco de Lisboa (projeto da Baixa Pombalina), da Junta das Obras Públicas do Porto, sob a gestão de João de Almada, primo do Marquês de Pombal, e dos governos da capitania da Bahia e da cidade do Salvador. Objetiva-se, também, compará-las, identificando os agentes, a inter-relação entre as leis, com o intuito de compreender as trocas de conhecimento entre a metrópole e sua colônia. O estudo tem como base a tese de doutoramento da autora, intitulada *O Iluminismo e a urbanística portuguesa: transformações em Lisboa, Porto e Salvador no século XVIII*, defendida na Universidade Federal da Bahia, em 2011. Pode-se considerar que o Iluminismo português foi inovador porque, partindo das utopias tornou-se realista; não se contentou em idealizar formas, as forjou sob as mais adversas circunstâncias. Essa constatação é corroborada por vários pesquisadores portugueses e brasileiros confirmando, assim, que o Brasil foi o grande lugar das idealizações e materializações de novas propostas de arquitetura e urbanismo no Império Colonial Português.

Relações da morfologia urbana da vila de Aracati – CE e Rio Grande – RS durante o século XVIII

Larry Andelmo Silva de Andrade
Doutorando - UFRN

O Ceará teve uma colonização tardia. Mas, apesar disso, a cidade de Aracati, no referido estado, teve seus primeiros traçados organizados através de determinações provenientes da Coroa relativas à organização do seu espaço urbano, o que a insere no mesmo contexto de outras vilas coloniais brasileiras que surgiram na mesma época e que também tiveram seu espaço concebido a partir das Ordenações do Reino e das Cartas Régias (JUCÁ NETO, 2007). O tema central da pesquisa é o estudo da cidade colonial de Aracati durante o século XVIII, buscando encontrar semelhanças com o processo de formação de vilas brasileiras no mesmo período, no trabalho é escolhido Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. Na qual a carta de fundação da Vila de Aracati 1746, serviu de modelo para a implantação da Vila de Rio Grande (OLIVEIRA, 2012). Será dada uma atenção especial aos elementos estruturantes do espaço urbano – traçado, quarteirão, lote, praças e edifícios (LAMAS, 1992) – com base na Carta Regia de Criação da Vila de Aracati e de Rio Grande. A relevância dessa pesquisa é aprofundar o conhecimento do processo de urbanização de Aracati e Rio Grande, paralelamente a outros questionamentos que levou a uma pergunta maior. Qual a relação da morfologia urbana das vilas de Aracati e Rio Grande a partir das suas Cartas Régias? A ação desse estudo contribui para entender o que a Coroa portuguesa pensava de sua colônia brasileira e qual a imagem que buscava para as suas cidades e/ou vilas.

A formação urbana de camocim/ce a partir do desenvolvimento de seu porto na foz do rio coreaú em meados do séc. XVIII

Rafaella fontes castro pinto
Mestranda - UFRN

Neste trabalho, objetiva-se identificar os efeitos dos fatores socioeconômicos na configuração territorial do litoral noroeste cearense e na ocupação urbana da cidade de Camocim, na foz do Rio Coreaú, a partir da produção e circulação da chamada “carne de charque”. Essa discussão consiste em etapa fundamental de uma pesquisa mais abrangente de caracterização da Paisagem Cultural de Camocim, no que tange aos seus valores patrimoniais. O início da colonização do Ceará se deu em função da ocupação do sertão, através das estradas dos boiadeiros. No litoral, a partir do incremento das oficinas de carne seca, os portos das povoações de Aracati e Acaraú se desenvolveram próximo às enseadas dos principais rios da província, os rios Jaguaribe e Acaraú, por onde se escoava a produção dos maiores núcleos criadores de gado da época, Icó e Sobral, respectivamente (GIRÃO, 1984). Esses chamados “portos do sertão” possuíam condições naturais e estratégicas perfeitas à produção e comercialização do charque por via marítima, sendo suas localidades logo elevadas à categoria de vila, devido ao interesse português por tal atividade (JUCÁ NETO, 2007). Além de Acaraú, a carne produzida em Sobral também era escoada pelo porto da povoação de Camocim. Entretanto, essa povoação ocupou papel secundário na rede urbana cearense até meados do séc. XIX, ao passo que Acaraú se tornou vila durante o século XVIII. Neste artigo pretende-se enunciar (1) as razões pelas quais o porto de Camocim foi superado, durante o séc. XVIII, pelo porto de Acaraú, a qual se tornou vila quase um século antes de Camocim; (2) o papel dos aspectos socioeconômicos na escolha do local de implantação da povoação de Camocim; e, eventualmente (3) nas características do traçado urbano de Camocim, que aparenta determinadas especificidades em relação a outras localidades do Estado na mesma situação.

Por uma revisão do conceito de urbano nas últimas décadas do período colonial: notas sobre o cruzamento de dados do imposto da décima urbana e dos maços de população das Vilas de Cunha e São Luiz do Paraitinga-sp

Diogo Fonseca Borsoi
Doutorando - USP

Estudos sobre história econômica e social do período colonial cada vez mais têm considerado inserir a categoria espaço na formulação de suas análises. Nessa empreitada, as noções de rural e urbano inevitavelmente são utilizadas a fim de localizar o lugar das relações sociais, da produção econômica, dos conflitos e ações dentro da política colonial lusa. Nota-se, no entanto, que muitos estudos não têm se preocupado em historicizar tais noções, o que leva a distorções acerca do que significava esses espaços no período. Ao cruzarmos dados extraídos de documentos como o Imposto da Décima dos Prédios Urbanos e os Maços de População das vilas de Cunha e São Luiz do Paraitinga – SP desenvolveu-se um método capaz de espacializar os habitantes de uma determinada localidade tanto no campo quanto na vila. Isso permitiu ligar dados econômicos, políticos e sociais aos espaços em questão e, como consequência, matizar os seus significados, caracterizando quais papéis cumpriam e em que medida eram interdependentes. Isso também

permitiu alargar o conceito de urbano, compreendendo que as demandas desses núcleos conformavam seu entorno imediato e expandido, deixando uma série de vestígios materiais que guardam informações sobre o processo de urbanização. Nosso objeto, portanto, é rever a concepção de urbano, de rede urbana e/ou de sistema urbano no período que em sua maioria, ainda tem como unidades apenas vilas e cidades, desprezando outras formas de ocupação. Os resultados da pesquisa, ainda que parciais, vêm indicando um alargamento da noção de urbano, apontando para uma rede bem mais capilarizada.

De arraial a vila: a urbanização nas terras de Nossa Senhora da Conceição de Macahubas, nos “Sertoins do Paramerim”

José Antônio de Sousa
Professor - SEEMG

A formação histórica do aglomerado urbano no qual se desenvolveu a vila de Nossa Senhora da Conceição de Macahubas remonta a um conjunto de práticas empíricas e de modelos técnicos, cujos valores culturais luso-brasileiro estão circunscritos na história da economia, religiosidade, arquitetura e urbanização do período colonial. Esses modelos urbanos são resultados de transposições e adaptações das técnicas em edificar e estratégias militares de ocupação territorial e defesa, que vinham sendo empregadas pela coroa portuguesa no reino e suas colônias, desde a costa aos sertões. Essas replicações ao longo da colonização e mesmo agenciadas tardiamente na crise colonial e no pós-colonial geraram uma grande influência na cultura da forma urbana e suas peculiaridades, que podem ser observadas nas morfologias e fisionomias de nossas vilas e cidades. Os estudos sobre a história e a historiografia urbana do período colonial avançaram de modo substancial nas três últimas décadas, em razão do avanço da pós-graduação no Brasil como pontua a professora Beatriz Piccolotto ao fazer um “Balanço da historiografia sobre a urbanização no Brasil-colônia”. Esses estudos têm focalizado a evolução das formas morfológicas, tipologias urbanas e arquitetônicas, planejamento, racionalidade e espontaneidade, os sistemas construtivos, a ilustração e a criação das instituições científicas em Portugal e no Brasil, como as escolas da aula de engenharia e arquitetura, a ação dos engenheiros militares, a exemplo de José Antônio Caldas na aula da Bahia. Cita-se os estudos de Paulo Santos, Reis Filho, Paulo Azevedo, Moura Filha, Boa Ventura, Beatriz Piccolotto, Murillo Marx, Manuel Teixeira, entre outros. O tratamento a respeito da forma, tipologia urbana e arquitetônica, focaliza a evolução urbana do aglomerado de Nossa Senhora da Conceição de Macahubas, de arraial a vila, um núcleo nos “sertoins do paramerim”, Alto Sertão da Capitania da Bahia em fins do século XVIII e primeiras décadas do XIX. Esse estudo procura identificar e problematizar a materialidade das formas urbanas, a arquitetura enquanto um elemento dessa formação, e a continuidade de práticas circunscritas na história da urbanização no período colonial.

Do poder a prisão: uma visita às casas de câmara e cadeia de Minas Gerais

Ana Paula Fernandes de Azevedo
Mestre - UFRN

As Casas de Câmara e Cadeia, presença marcante na estrutura territorial das cidades na época colonial, representaram o “suporte físico” do poder municipal na vida urbana, simbolizado através de sua arquitetura marcante e representativa no casario urbano. Destacando-se na paisagem edilícia, esta edificação direcionou a conformação espacial dos núcleos urbanos, influenciando o processo de ocupação e transformação das vilas e cidades. A importância destas Casas para a vida citadina da colônia e do império brasileiro deveu-se, em grande parte, ao seu uso, abrigando em uma só construção a sede da administração municipal e a prisão. Este artigo tem como objetivo investigar as Casas de Câmara e Cadeia no que tange a distribuição espacial interna (planta), a fachada e ao entorno, buscando entender a influência deste artefato na formação da estrutura espacial das cidades. Para tanto, pretende-se fazer, a luz de pesquisa bibliográfica, a análise de alguns exemplares construídos no estado de Minas Gerais, na época do ciclo do ouro, nas cidades de Ouro Preto, Mariana, Tiradentes e São João Del Rey, aonde existe um relevante acervo destas edificações. As Casas de Câmara e Cadeia constituem um precioso patrimônio edificado que merece ser estudado e preservado para as futuras gerações.

Vestígios da arquitetura colonial Natalense

Cíntia Camila Liberalino Viegas
Doutoranda - UFRN

A história urbana da Cidade do Natal apresenta um crescimento urbano muito lento no período colonial, que só passou a ficar mais evidente no final do século XIX, quando se inicia um processo de modernização. A partir deste processo, a forma urbana da cidade passou por processos intensos de transformação, resultando em poucas características formais remanescentes da arquitetura e urbanismo colonial, se comparados às demais filiações estilísticas existentes no local. Este trabalho, portanto, procura compreender as características da arquitetura e urbanismo colonial natalense que ainda permanecem na forma urbana do Sítio Histórico, por meio de uma análise morfológica. Como resultados, verificamos que o traçado colonial permanece quase intacto às transformações formais modernizantes, assim como os quarteirões; por outro lado, os lotes, as edificações e os espaços livres públicos muito descaracterizaram as formais coloniais.

A peleja do governador com o engenheiro. Um olhar sobre a redefinição de papéis na construção do sistema defensivo da Paraíba no século XVIII

Maria Berthilde Moura Filha
Professora - UFPB

A presente comunicação tem por fonte única de pesquisa um conjunto de documentos pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Nos anos de 1736 a 1744, estes documentos tramitaram entre a capitania da Paraíba e o Conselho Ultramarino tratando sobre a proposta do capitão-mor, Pedro Monteiro de Macedo, para construção de uma cidadela executada em “fachina e estacas” e implantada “em hum pontal proximo a esta cidade”, a sede da capitania (AHU_ACL_CU_014. Cx.10, Doc.799). Para justificar tal proposta apontava a necessidade de reforçar o sistema de defesa da Paraíba, na época reduzido apenas ao Forte do Cabedelo. Sendo questionada a validade desta cidadela, teve início um acirrado embate entre o capitão-mor e os engenheiros atuantes no Brasil e em Portugal, envolvendo figuras como Manuel da Maia e Manuel de Azevedo Fortes. Através destes documentos é possível perceber que ocorria uma redefinição de papéis entre a figura exclusiva do “capitão conquistador e construtor” e os engenheiros a serviço da Coroa portuguesa, com os quais aqueles capitães passaram a compartilhar a tarefa de fazer o povoamento e defesa do território. Verifica-se que no caso específico da Paraíba, até o início do século XVIII, os capitães-mores tiveram quase total soberania sobre as decisões referentes à construção das fortificações e demais obra pública, devido à ausência de engenheiros que só esporadicamente vinham de Pernambuco para prestar alguma assistência. Após ser criado, em 1716, o cargo de capitão engenheiro da Paraíba esta documentação revela que se estabelece um quadro de disputa de poder e questionamento sobre a ação dos engenheiros, detentores de um conhecimento científico, face ao conhecimento prático adquirido pelo capitão-mor em campos de batalha (AHU_ACL_CU_014. Cx.10, Doc.833).

Ocupação feminina: as mulheres requerentes de chãos de terra da cidade do Natal (1700-1785)

Monique Maia de Lima
Mestranda - UFRN

Este estudo teve por objetivo analisar o perfil social das mulheres que pretenderam por meio de requerimentos ao Senado da Câmara aforar chãos de terra na cidade do Natal entre 1700-1785. Ao investigar a ocupação feminina buscou-se averiguar as justificativas e os conflitos que as mulheres de diferentes grupos sociais e condições jurídicas enfrentaram ao solicitar as terras na urbe. Neste ínterim, pretende-se analisar também as relações parentais dessas mulheres e as redes de vizinhanças forjadas por essas relações, assim foi possível realizar o mapeamento das áreas ocupadas por essas senhoras. Para tanto, utilizou-se nesta pesquisa as Cartas e Provisões do Senado da Câmara da cidade do Natal, referentes aos “chãos de terra” da cidade e aos Termos de Vereação sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Também foram utilizados os registros paroquiais, encontrados no Arquivo da Cúria Metropolitana de Natal, os registros de casamento (1727-1755), e os registros de batismo (1688-1714) que estão no Arquivo do Instituto Histórico de Pernambuco. Nesse sentido, esse estudo permitirá entender como os requerimentos de chãos de terra realizados

pelas mulheres foram utilizados como estratégias para manter as áreas aforadas ou adensar os domínios de suas famílias. Uma estratégia que sobremaneira lhes garantiu alguma autonomia no mundo colonial.

A igreja de nossa senhora do ó e a produção do espaço urbano de Nisia Floresta/RN

Karina Hatsue Shiiki da Silva
Mestranda - UFRN

Com a chegada dos povos europeus ao continente americano no final do século XV, vieram também as diferentes ordens religiosas católicas, que tiveram importante papel na consolidação dos novos territórios. Esta forte presença da Igreja católica no Brasil colonial evidencia-se na formação do espaço urbano, visto que as igrejas acumulavam grande patrimônio de terras e imóveis devido às doações de fiéis e que, eclesiasticamente, a organização territorial da colônia era concebida em forma de freguesias ou paróquias, sendo mantidos os limites territoriais destas quando ocorria a elevação de uma localidade à vila, ou seja, sede de um município. A Missão de Papary, região hoje equivalente ao município de Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte, foi iniciada em 1681 sob domínio português e, em 1703, passou a desenvolver seu núcleo urbano a partir do início da construção da igreja de Nossa Senhora do Ó (FERREIRA, 2011). Segundo TEIXEIRA (2009), a missão se manteve como tal até 1736 ou 1740, quando foi transferida para o sítio da atual cidade de São José de Mipibu. No entanto, o povoado de Papary continuou a existir após a transferência, sendo criada a paróquia de Nossa Senhora do Ó e, posteriormente, elevada à categoria de Vila Imperial de Papary, separando-se de São José do Rio Grande. Ao longo do tempo, o patrimônio da Igreja foi utilizado para a constituição de novos parcelamentos e usos. O presente artigo tem como objeto de estudo, portanto, a relação entre a Igreja de Nossa Senhora do Ó e a produção do espaço urbano de Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte. Objetivando compreender como a Igreja Católica influenciou o processo de desenvolvimento urbano da referida cidade, este estudo utiliza como metodologia a pesquisa histórica, debruçando-se sobre fontes bibliográficas, cartográficas e documentais acerca da história do território em questão, buscando tecer conhecimentos sobre o processo de produção, organização socioespacial, evolução e usos de seus espaços.

APRESENTAÇÃO DE PÔSTERES

06 de setembro de 2018 (QUINTA-FEIRA)

Local: Corredor do setor 2

FUNDAÇÃO DA VILA DA MAZAGÃO VELHO: ADMINISTRAÇÃO, POLÍTICA E AFIRMAÇÃO TERRITORIAL NA CAPITANIA DO CABO NORTE (1768-1770)

Adrian Kethen Picanço Barbosa(Graduando UNIFAP)

Este trabalho está voltado para a criação da Vila de Mazagão Velho, transladada de Marrocos para a região setentrional do Pará, atual estado do Amapá. Refazendo os caminhos de sua organização administrativa e analisando-a através do método de revisão bibliográfica como fonte, para observar o papel atribuído a Vila de Mazagão Velho e suas funções na administração colonial portuguesa. A Vila de Mazagão velho ainda figura como símbolo cultural e marco histórico da ocupação portuguesa na Amazônia e mesmo com toda a produção historiográfica sobre o espaço em questão, discorrer cientificamente sobre a vila de Mazagão no estado do Amapá ainda é muito válido, haja vista que a cada ano a mesma ganha mais visibilidade no cenário nacional e internacional por conta de sua riqueza cultural.

CRIMES DE SOLICITAÇÃO NA CAPITANIA DO RIO GRANDE- O CASO DO PADRE PEDRO HOMEM DA COSTA

Adriana de Lima Pessoa (Graduanda UFRN)

O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição foi um dos instrumentos criados pela Igreja Católica com a finalidade de controlar e punir as ações consideradas desviantes da moral religiosa. No Brasil, não houve a instauração de um Tribunal como no reino português. Todas as denúncias oriundas do Brasil resultantes em ações consideradas desviantes ficaram sob a custódia da Inquisição de Lisboa em julgá-las. Crime bastante combatido pela Inquisição, a solicitação tratava-se do assédio realizado pelos padres às suas filhas espirituais no ato de confissão com o intuito de instigá-las a atos “torpes”. Com base em um processo datado de 1692, que descreve uma série de denúncias contra o Padre Pedro Homem da Costa na Capitania do Rio Grande, o trabalho busca analisar como as práticas de solicitação se fizeram presentes no cotidiano da Capitania; qual era o perfil das mulheres solicitadas; e como esse crime foi combatido pelos padres encarregados de punir as ações dos solicitantes.

A CAPITANIA DO RIO GRANDE SOB O OLHAR VIGILANTE DA IGREJA: DISCIPLINA, DESVIOS MORAIS E INQUISIÇÃO NO SÉCULO XVIII

Alan Abel Cavalcante Paiva (Graduando UFRN)

A colonização portuguesa na América teve como um dos seus pilares fundamentais a presença da Igreja. Por meio das ações dessa instituição, procurava-se enquadrar o espaço colonial dentro dos valores cristãos vigentes na Europa. Entretanto, embora seus preceitos e práticas tivessem sido incorporados pelos conquistadores e indígenas e estivessem presentes nas mais simples atividades do cotidiano colonial, isso não significa que desvios dessa conduta não ocorressem. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar alguns desses desvios, especificamente os desvios

considerados de caráter moral, encontrados na Capitania do Rio Grande durante o século XVIII. Partindo desse princípio, a documentação que será utilizada para essa análise corresponde às denúncias inquisitoriais, registradas pelos comissários do Santo Ofício desta Capitania. Além disso, com base nessas denúncias, pretende-se discutir a respeito dos tipos de desvios morais encontrados no Rio Grande, assim como, o perfil dos indivíduos denunciados. Dentre os casos que podem ser citados, no primeiro momento, estão os crimes de solicitação e quebra de sigilo de confissão, praticados por membros do poder eclesiástico, e os crimes de concubinato e bigamia, geralmente, tendo homens como principais praticantes. Por fim, este trabalho busca também compreender o papel da Igreja, representada pela ação do Santo Ofício, para a construção da disciplina católica dos moradores do Rio Grande.

JOGANDO BOLA COM OS ASTECAS: UMA ANÁLISE DO TLACHTLI

Alessandro Wagner R. Possati (Graduando UFRJ)

Com esta pesquisa buscamos fazer um debate sobre a historiografia já existente sobre o jogo da bola ameríndio na sociedade asteca, traçando principalmente a influência deste nesta última. Utilizando-se de autores da área de história asteca, procuraremos entender aonde o tlachtli pode ter sido negligenciado e aonde seu estudo já encontra bases estabelecidas. Por meio da análise de obras que debatem desde o meio jurídico, até o meio social, como enfoque principal no mundo asteca, utilizando-se de cronistas da conquista, assim como de autores que estudam a sociedade pré-colombiana e se debruçam em algum momento em seus escritos sobre a questão do jogo, buscaremos uma análise geral do tlachtli. Além disso, basearemos o discurso em teóricos que entendem o jogo como modificador social. Em meio as mudanças do mundo asteca, tentaremos entender quem o praticava, qual a sua função social e influência política nesta sociedade em suas diversas temporalidades e condições. Temos por desejo, buscar saber como o jogo pode ser utilizado como instrumento para estudos do mundo asteca em seus diversos aspectos.

O MARANHÃO NO SÉCULO XVIII: CONFLITOS, QUESTÕES E TRAJETÓRIAS

Amanda Cristina Araujo de Oliveira (Graduanda UFF)

A presente pesquisa começou a ser realizada durante o estágio de Iniciação Científica no INCT Propriedas, sob supervisão da Professora Dra. Márcia Motta, entre março de 2017 e março deste ano. Centra-se no estudo das trajetórias governativas no Maranhão, no século XVIII, tendo como ponto central a conturbada relação entre governadores, agentes da burocracia, jesuítas, colonos e grupos indígenas. O tema integra, atualmente, o meu trabalho monográfico, e será desdobrado em um projeto de mestrado.

O USO DO TEATRO PELOS JESUÍTAS NA CATEQUIZAÇÃO DOS ÍNDIOS NO PERÍODO COLONIAL

Ana Karolyne Santos Araújo (Graduanda UEMASUL)
Ana Karina Almeida Teotonho (Graduanda UEMASUL)

O teatro jesuítico começou a ser praticado por volta do século XVI na América portuguesa, com o intuito de converter os povos indígenas ao cristianismo, uma vez que tais peças teatrais introduziram ao cotidiano indígena aspectos da cultura cristã, tornando-se assim uma forma prática de evangelização. Procuraremos apresentar a utilização teatral pelos jesuítas na catequização dos índios, por meio de autos e poemas de José de Anchieta, visto que o mesmo utilizou-se da língua tupi para dirigir-se aos nativos e assim utilizar o teatro como recurso didático de catequese. Destacaremos os autos, as representações e jograis, com o objetivo de esclarecer de maneira metódica como ocorreu a utilização do teatro jesuítico na catequização dos índios no Brasil Colonial.

NO VAI E VEM DO RIO: APROPRIAÇÕES HUMANAS, TERMINOLOGIAS DA NAVEGAÇÃO E A TIPOLOGIA DAS EMBARCAÇÕES UTILIZADAS NO RIO POTENGI DURANTE O SÉCULO XVII

Anne Noemi França Miranda (Graduada UFRN)

O rio Potengi como espaço favorável a navegação há muito tempo é temática corrente na historiografia norte-rio-grandense, porém esse ambiente de navegação e suas apropriações humanas não foram analisados anteriormente através de um olhar arqueológico. Utilizando-se de uma abordagem interdisciplinar entre a História Colonial e a Arqueologia Histórica, este trabalho teve por objetivo compreender melhor a cultura material relacionada a navegação no rio Potengi do século XVII, fornecendo subsídios para a identificação de vestígios de embarcações que possam ser encontradas em escavações vindouras. Para tal, foram identificadas e analisadas as apropriações feitas pelo homem no rio Potengi durante o século XVII, apresentadas as terminologias utilizadas nesse período para os espaços de navegação, bem como a tipologia das embarcações. Nesse trabalho foram analisados relatos de cronistas do século XVI e XVII, cartografias históricas portuguesas e holandesas do período e obras historiográficas produzidas durante o século XX referentes ao Rio Grande do Norte.

“NOVO DESCOBRIMENTO DO GRAM CATAIO OU REINOS DO TIBETE”: A PEREGRINAÇÃO DE ANTÓNIO DE ANDRADE AO TIBET EM 1624 ATRAVÉS DO SEU RELATO

Auana Maroni Fernandes (Graduanda UFRN)

O presente trabalho aborda a viagem de António de Andrade ao Tibet em 1624. Para isso, utilizamos como aporte documental a primeira carta escrita pelo próprio jesuíta, intitulada “Novo descobrimento do gramCataio ou reinos do Tibet”. Publicado em 1626, é o primeiro relato

européu acerca do povo tibetano, tendo alcançando grande sucesso entre os leitores. Já em 1627 foi traduzida para diversas línguas, circulando por todo o velho continente. Embora o texto apresente distorções, levamos em conta a conjuntura à época de sua publicação. Nessa direção ele é parte de uma operação propagandística onde abordaremos que o autor tinha consciência desse aspecto. Andrade dirigiu a missão de Tsaparang de 1625 a 1629, onde inferimos por seus escritos que até o século XVII foi a única autoridade em cultura tibetana no Ocidente. Importa registrar que a obra de Andrade nos diz muito não só sobre os esforços evangelizadores e pré-globalizantes nos confins do planeta, mas também em grande medida sobre a própria Companhia de Jesus.

OS CONCEITOS DE HONRA E DE CASA NA CORRESPONDÊNCIA DO 2º MARQUÊS DO LAVRADIO (1769-1776)

Caroline Cardoso Alexandre dos Santos (Graduanda UERJ)

O propósito deste trabalho se concentra em analisar, dentro da correspondência administrativa e pessoal redigida pelo 2º marquês do Lavradio as noções de Casa e de Honra. Essas cartas foram produzidas no período em que foi governador da capitania da Bahia e logo após vice-rei no Rio de Janeiro, obedecendo ao recorte cronológico de 1769 a 1776. São temas muito presentes em sua escrita epistolar, conduzindo muitas das suas decisões em que procurava manter as qualidades que o faziam um homem do Antigo Regime e um bom governante. Assim sendo, configuram-se como uma das preocupações mais tangentes em suas missivas, tendo um peso ainda maior para o marquês pelo afastamento físico da metrópole e por governar nas longínquas terras de além-mar. Com a mudança destes conceitos na contemporaneidade, com a análise dos mesmos na época moderna acredito que este trabalho possa ajudar a complementar o conhecimento da figura histórica de D. Luís de Almeida Portugal e seus anseios como governador colonial, e a traçar um panorama sobre questões relacionadas à história da família e da sociedade no Antigo Regime português.

O SOLDADO COLONIAL NA CAPITANIA DO RIO GRANDE 1720 – 1750

Cortez Rapozo de Oliveira Junior (Graduando UFRN)

A análise dos registros militares é importantíssima para que seja possível entender como se constituía a força militar colonial. Os nomes, patentes e lugares para onde são entregues ospostos militares são as principais informações que as cartas de registro de patente nos fornecem. Entretanto, esta pesquisa pretende cruzar outros conjuntos documentais para que seja possível, através desse método, conhecer melhor o quadro social em que esses soldados estavam engajados, assim como traçar as trajetórias militares desses indivíduos na capitania ao longo de suas carreiras, e por fim construir o perfil desses homens que formavam as tropas pagas e de ordenanças, na capitania do Rio Grande na primeira metade do século XVIII.

A PRESENÇA DA MISTIÇAGEM ENTRE OS PRINCIPAIS DA SOCIEDADE DO RIO GRANDE COLONIAL

Daisy de Assis Silva (Graduanda UFRN)

Dentro do contexto da sociedade colonial, a mestiçagem foi um dos elementos que viabilizou o projeto de consolidação de conquista do território da América portuguesa, haja vista a preocupação do povoamento “branco” das áreas ocupadas e que as uniões mestiças foram responsáveis pela formação da sociedade colonial. O presente trabalho pretende mostrar de que forma a mestiçagem fazia-se presente na sociedade do Rio Grande colonial, dentro do universo dos indivíduos considerados da elite e como as uniões familiares consolidadas pelo matrimônio configuravam-se como uma das principais estratégias adotadas por essas famílias para garantirem melhores condições sociais mas também de qualidade. A análise dos matrimônios desses indivíduos, bem como o cruzamento de outras fontes, como assentamentos de praça, possibilitará desenvolver um perfil desses indivíduos, mostrando que o fator cor da pele não necessariamente era considerado como um dos motivos que impossibilitaria uma união legítima, ao contrário, era algo corriqueiro na sociedade. Outro fator importante presente nos assentos de praça é perceber a questão da “qualidade” desses indivíduos, pois na ocasião do matrimônio, essa informação é, muitas vezes, suprimida.

TERRITORIALIZAÇÃO ECLESIASTICA NA COMARCA DAS ALAGOAS (1721 - 1807)

Dermeval Santana de Oliveira (Graduando UFAL)

O presente trabalho visa apresentar a estrutura eclesiástica na comarca das Alagoas no século XVIII e XIX através do mapeamento, da constituição clerical (secular e regular) considerando o espaço territorial da comarca. Pelas análises de dados gráficos e tabelas, e a demografia histórica pode-se perceber como esses eclesiásticos se apresentavam, onde estavam e, principalmente localizados, quais foram as questões envolvidas. Busca-se apresentar, também, os principais assuntos correspondentes à agenda eclesiástica: querelas, as mercês e situações de terras. Sobre essas questões, qual era o parecer da coroa portuguesa, diante dessas ações, já que os documentos eram enviados diretamente ao Conselho Ultramarino? As fontes consultadas para essa apresentação foram os Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e os avulsos sobre Alagoas do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU –, salientando-se, também, os caminhos prováveis das correspondências dos documentos viabilizados pelos eclesiásticos.

A PRODUÇÃO DE CERÂMICAS LOCAIS NO SERIDÓ COLONIAL E UMA MATRIZ DE CORRELATOS A PARTIR DE CERÂMICAS UTILITÁRIAS ENCONTRADAS NO SÍTIO CULUMINS, CAICÓ/RN

Diógenes Santos Saldanha (Graduado UFRN)

Kayann Gomes Batista (Graduando UFRN)

O projeto de pesquisa “Arqueologia em casas de fazenda na região Seridó: espacialidades, temporalidades e sociabilidades no sertão do Rio Grande do Norte”, visa compreender a ocupação

sertaneja no Seridó Potiguar, a partir do estudo em áreas de casas sede de fazendas e estruturas associadas. O sítio Culamins, localizado em Caicó-RN, que pertenceu durante o século XIX ao senhor Antônio Cesino de Medeiros, nascido em 1858 na fazenda Umari. Em meio aos conjuntos artefatuais coletados na área do sítio, os fragmentos cerâmicos compõem a maior porção da amostra coletada, correspondendo a 68,15%. Esses fragmentos foram analisados a partir dos seguintes atributos: modo de produção, características das superfícies interna e externa, borda, base, corpo, queima, antiplástico, espessura, contorno e diâmetro da abertura. Os atributos foram interpretados a partir do conceito de cadeia operatória, tendo em vista a compreensão dos aspectos variabilidade, mudança artefatural e tecnológica. A cerâmica analisada pode ser inserida num contexto de produção local, influenciado por uma economia subcapitalizada, aonde domina o comércio local, possivelmente a partir de mecanismos como as feiras livres.

FUNDAÇÃO DA VILA DA MAZAGÃO VELHO: ADMINISTRAÇÃO, POLÍTICA E AFIRMAÇÃO TERRITORIAL NA CAPITANIA DO CABO NORTE (1768-1770)

Diogo Souza da Costa (Graduando UNIFAP)

Este trabalho está voltado para a criação da Vila de Mazagão Velho, transladada de Marrocos para a região setentrional do Pará, atual estado do Amapá. Refazendo os caminhos de sua organização administrativa e analisando-a através do método de revisão bibliográfica como fonte, para observar o papel atribuído a Vila de Mazagão Velho e suas funções na administração colonial portuguesa. A Vila de Mazagão velho ainda figura como símbolo cultural e marco histórico da ocupação portuguesa na Amazônia e mesmo com toda a produção historiográfica sobre o espaço em questão, discorrer cientificamente sobre a vila de Mazagão no estado do Amapá ainda é muito válido, haja vista que a cada ano a mesma ganha mais visibilidade no cenário nacional e internacional por conta de sua riqueza cultural.

A FORMAÇÃO DA FAZENDA SÃO FRANCISCO: DO GENOCÍDIO AS PRIMEIRAS CASAS

Donizete Emanuel de Couto Rodrigues (Graduando UEPB)

O pouco que remete a história oficial do município de Olivedos-PB traz a formação da fazenda São Francisco apenas no ano de 1722, porém, não é bem assim que as coisas acontecem, a fazenda São Francisco (Atualmente município de Olivedos) foi fundada bem antes desse período ainda no século XVII, durante o período que será chamado posteriormente de “Guerra dos Bárbaros”. Outro equívoco que o pouco que a história dita oficial traz é que teria sido Teodósio de Oliveira Ledo o fundador desta fazenda e morador dela, quando percebemos depois de muitas pesquisas que Teodósio apesar de requerer essas terras pouco tempo passou aqui, deixando as terras do chamado Riacho do Padre nas mãos do Padre Sebastião da Costa. A partir dessa desconstrução é que trabalhamos a nova história colonial desta cidade, atribuindo ao povoamento deste lugar personagens outrora desconhecidos.

ASCENSÃO DA FAMÍLIA CASTRO NO PERÍODO DA MONARQUIA DUAL

Elaine Alves da Silva (Graduanda UFRN)

KallyanySantayne Pinto da Silva (Graduanda UFRN)

O seguinte trabalho tem por objetivo analisar as trajetórias políticas da Casa de Castro, tendo como figura central D. Diogo de Castro, segundo Conde Basto, dada a sua importância no período filipino como vice-rei de Portugal, no período entre 1633-1634. A análise foi feita por meio de fontes como levantamento de sesmarias, e informações contidas nos livros A História Genealogia da Casa Real Portuguesa e Nobiliário das Famílias de Portugal, Tomo III, IV. Pretende-se ampliar o estudo sobre os rendimentos do vice-rei de Portugal, Diogo de Castro, quanto da leitura e análise do patrimônio localizado na vila de Santarém, observando também a obtenção de títulos pelos membros da Casa de Castro: D. Fernando de Castro, primeiro Conde de Basto e D. Lourenço Pires de Castro, terceiro Conde de Basto. Dessa forma, busca-se analisar o desenvolvimento desta família comparando sua influência política antes e durante a Monarquia Dual, bem como o crescimento do seu patrimônio.

POSSIBILIDADE DE PESQUISA EM HISTÓRIA INDÍGENA: MULHERES INDÍGENAS NO ESTADO DO GRÃO PARÁ E MARANHÃO

Ellen Cristina Araujo Silva (Graduanda UNIFESSPA)

O trabalho tem por finalidade destacar as relações sociais engrenadas na Amazônia Colonial na segunda metade do XVIII, com ênfase nas mulheres indígenas na colônia, bem como o papel de sujeito histórico ativo dos povos indígenas, mediante a relação das políticas indígenas e políticas indigenistas aplicadas pela Coroa Portuguesa. As fontes que subsidiaram a temática deste trabalho encontram-se no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), no qual podemos visualizar diversos indícios das relações sociais e ações de como os povos indígenas souberam lidar com determinadas situações. Com isso, foi feita uma tabela com informações precisa das fontes, visando facilitar o acesso para profunda pesquisa e possibilidade de trabalho.

CANTANDO A HISTÓRIA DO BRASIL

Flávia Cristina Rodrigues de Souza (Graduanda UEMA)

Acredita-se que o samba espelha as estruturas sociais, culturais, religiosas, as mentalidades e conjunturas políticas que retrata, e dentro da perspectiva histórico cultural enfatiza-se a música como um dos elementos que possam contribuir para um melhor ensino da história. O objetivo da pesquisa é analisar a história dos Sambas de enredo do Rio de Janeiro compreendendo as abordagens dos movimentos sociais, destacando as grandes personalidades históricas dentro dos enredos e organizá-los respeitando a ordem periódica usada nos livros didáticos: Período Colonial, Período Imperial e Período Republicano. Por fim se analisa dois sambas de enredo, "O Descobrimento do Brasil" de 1979, da G.R.E.S. Mocidade Independente de Padre Miguel (RJ) que narra desde a partida do Porto ao "achamento" do território posteriormente chamado Brasil, e o samba "Epopeia de uma raça" da G.R.S. Acadêmicos de Santa Cruz 1966 (RJ) que narra a resistência negra no Brasil Colônia, que se manifestava através dos quilombos.

REGISTROS PRÉ-COLOMBIANOS NA SERRA DA MERUOCA, CEARÁ

Francisco Sávio Barbosa do Nascimento (Graduando UVA)

Esta apresentação busca refletir sobre as evidências de ocupação das primeiras populações na serra da Meruoca, na região noroeste do estado do Ceará, partindo da análise antropológica e arqueológica dos registros (inscrições rupestres e perfurações em rochas). Nesse intuito, destacamos que as inscrições rupestres analisadas possuem linhas geométricas com pigmento avermelhado característico dos demais sítios arqueológicos da bacia do Jaibaras, Ceará. Já as perfurações circulares na rocha, pilões, conforme o imaginário coletivo da população atual, denota o uso da rocha como ferramenta. Usaremos como fonte primária a arte rupestre como evidência documental da presença autóctone na região no período pré-colombiano no Ceará. Passamos ainda a estabelecer um diálogo com análise historiográfica da produção do Instituto Histórico do Ceará sobre as primeiras populações e seus vestígios como herança da existência, construindo com o imaginário coletivo os mistérios e conjecturas sobre o significado inscritos nas rochas.

PODER, RESSISTÊNCIA E ASCENSÃO: AS CORPORAÇÕES DE OFÍCIO DE RECIFE E OLINDA ENTRE 1770 – 1800

Gabriel Felipe de Andrade (Graduando UPE)

Este trabalho tem como objetivo estudar as corporações de ofício de Recife e Olinda entre 1770 - 1800. A capitania de Pernambuco se encontrava em posição de destaque diante da Coroa portuguesa e suas instituições são partes fundamentais para o alcance desta posição, diante da historiografia encontramos poucos estudos que trabalham com as corporações, o Arquivo Público Escritor Jordão Emerenciano (APEJE), contém documentos que possibilitam um aprofundamento significativo principalmente nos livros de patentes provinciais que é o nosso material de pesquisa dando um destaque as corporações de pretos, esta falta de investigação nestes documentos singulares para o estudo do período, demonstra que há uma lacuna historiográfica e é visível a grande contribuição para academia e estudos da América açucareira que estas pesquisas irão possibilitar, além de que os manuscritos se encontram em péssimas condições de armazenagem o que demonstra a urgência de estudos voltados aos documentos disponíveis no (APEJE).

DO ORIENTE A ANGOLA: OS TÊXTEIS DA CARREIRA DA ÍNDIA EM LUANDA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Gidiana Andrade Barbosa de Lima (Graduanda UFRPE)

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar um levantamento quantitativo e qualitativo dos bens transacionados pelas Naus portuguesas provenientes da Carreira da Índia, que faziam escala em Angola, na segunda metade do século XVIII. Igualmente, demonstrar a classificação das mercadorias que movimentavam o intercâmbio entre Oriente e Ocidente, a fim de apontar o destaque dos têxteis no comércio de escravos. Tendo em vista que o tráfico de escravos africanos movimentou, direta e indiretamente, um mercado de trocas durante muitos séculos ao redor do mundo, este estudo, que tem como base analisar as estruturas do comércio intercolonial,

pretende ressaltar a importação das mercadorias asiáticas pelo porto de Luanda e a relação que estabeleceram com o comércio de escravos no Império português. No desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se a leitura dos documentos alfandegários de Luanda referente aos livros de despachos das Naus: Santo Antônio e Justiça (1776); Nossa Senhora da Caridade e S. Francisco de Paula (1772); e, São José e Nossa Senhora da Conceição (1771).

O CONSUMO DE LOUÇAS NO SERIDÓ COLONIAL: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DO SÍTIO TOTORÓ, CURRAIS NOVOS/RN

Hozana Danize Lopes de Souza (Graduanda UFRN/Ceres)

O projeto de pesquisa “Arqueologia em casas de fazenda na região Seridó: espacialidades, temporalidades e sociabilidades no sertão do Rio Grande do Norte”, visa compreender a ocupação sertaneja no Seridó Potiguar, a partir do estudo em áreas de casas sede de fazendas e estruturas associadas. O Sítio Totoró, atualmente uma localidade no município de Currais Novos, integrou no século XVIII a Sesmaria do Totoró. Atualmente, neste sítio, podem ser vistos diversas evidências arqueológicas, principalmente, faianças finas e faianças portuguesas. A análise dos fragmentos de louça foi realizada a partir da identificação dos seguintes atributos: classe, tipo e cor da pasta, tratamento de superfície, técnica de decoração, cor de fundo, motivo decorativo, carimbo, motivo da borda, cor do desenho e apêndice. Nesse processo, atingimos como resultados: compreensão da cronologia de produção; local de fabricação e possíveis mecanismos de importação/exportação e principais tipos de objetos compuseram a tralha doméstica neste lugar. Neste sentido, a partir ainda do conceito de commodity, consideramos que no Seridó colonial houve também espaço para a valoração do objeto e não do ato de comercializar.

IDENTIFICAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO ARQUEOFAUNÍSTICA CORRESPONDENTE A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA REALIZADA NO SÍTIO CULUMINS, CAICÓ/RN

Igor Gadelha Soares (Graduando UFRN)

O projeto de pesquisa “Arqueologia em casas de fazenda na região Seridó: espacialidades, temporalidades e sociabilidades no sertão do Rio Grande do Norte”, visa compreender a ocupação sertaneja no Seridó Potiguar, a partir do estudo em áreas de casas sede de fazendas e estruturas associadas. O sítio Culumins, localizado em Caicó-RN, que pertenceu durante o século XIX ao senhor Antônio Cesino de Medeiros, nascido em 1858 na fazenda Umari. No que corresponde ao material ósseo coletados na área do sítio eles compõem 16,9% da amostra coletada. A análise dos vestígios de arqueofauna consistiu na identificação dos elementos faunísticos e a espécie da qual pertence, a análise de corte, quebra e/ou fratura constatadas no elemento ósseo e, por fim a interpretação dos dados obtidos. Através dos vestígios faunísticos aspectos como modo de vida, comportamento de consumo e diferenças sociais e econômicas podem ser percebidos. Além disso, questões que envolve o cotidiano do sítio, no que diz respeito a utilização espacial e a diversidade alimentar evidenciadas por diferentes espécies.

A FÊNIX BRANCA: O ALGODÃO COMO VETOR DA ECONOMIA CEARENSE NA CONJUNTURA DE UM NOVO PADRÃO DE COLONIZAÇÃO (1777-1822)

Igor Matias dos Santos (Graduando UERN)

Nesta pesquisa analisaremos o papel do algodão na economia da capitania do Ceará entre as décadas de 1770 e 1820, tanto em seus aspectos internos quanto externos. O fim do século XVIII introduz o alvorecer de uma “renovação agrícola” que ganha ainda mais força com a autonomia do Ceará em relação à Pernambuco em 1799. Não por acaso ocorre, neste período, o crescimento da plantação e exportação do algodão cearense, principalmente com a concorrência do charque gaúcho às carnes secas do sertão. Será analisada ainda a implantação da Junta da Fazenda do Ceará, que permitiu a regularização do imposto sobre as arrobas de algodão e a fiscalização do comércio. Nesse sentido, pautamos nossa análise na ideia de um “novo padrão de colonização” (ARRUDA, 2000) que se configurou a partir do último quartel do século XVIII. São poucos os estudos sobre tal período na historiografia e nenhum se debruça de forma sistemática sobre o Ceará. Em nosso corpus documental temos requerimentos e ofícios, registro de entrada/saídas de barcos, memórias de alguns ouvidores e governadores das capitanias do Ceará e de Pernambuco, além de documentos diversos publicados na Revista do Instituto Histórico do Ceará.

LAÇOS E INTERESSES NO ARREDORES DE SÃO GONÇALO, SANTO ANTÔNIO E UTINGA. (1694-1739)

Iris Isabelle Carvalho Cavalcante (Graduanda UFRN)

A região onde hoje é localizado o município de São Gonçalo do Amarante foi alvo da incorporação de seu espaço pela presença lusitana em dois momentos. O primeiro momento ocorreu no começo do século XVII, no mesmo período em que a expedição de Jerônimo de Albuquerque, conquistou a capitania do Rio Grande, em 1597. O segundo momento de integração ocorreu em 1698, quando vindo de Pernambuco as primeiras expedições de repovoamento, após a expulsão dos holandeses das capitanias do norte, em 1654. Havia grande interesse por parte da coroa em reaver estes territórios das Capitanias do Norte tanto devido à produção da cana-de-açúcar, dentre outras atividades comerciais, que em relação ao Rio Grande, servia basicamente de apoio à capitania de Pernambuco, bem como para proteger seus outros territórios de possíveis invasões. Essa intenção de Portugal, em duas tentativas de adentrar o território que hoje pertence ao município de São Gonçalo do Amarante/RN nos faz perceber que esta região, apesar de pertencer ao território da coroa portuguesa, ainda não estava efetivamente integrada a sua organização jurídica e eclesiástica, sendo caracterizado assim, como sertão. Almeja-se analisar, de modo mais específico, o estabelecimento dos sesmeiros Pascoal Gomes de Lima, Bento Correia da Costa e Roque da Costa Gomes na localidade.

O LIMIAR ENTRE O ONÍRICO E O REAL EM “TERRA SONÂMBULA”: COLONIALISMO E GUERRA CIVIL EM MOÇAMBIQUE

Itamiris Canhede e CaNtanhede (Graduanda UEMA)

Terra Sonâmbula é um filme de 2007, dirigido por Teresa Prata e baseado no livro de título homônimo, escrito por Mia Couto. O enredo tem como foco os efeitos da colonização portuguesa em Moçambique, fundada em 1975 e sucedida pela guerra civil (1976–1992). Após anos de domínio colonial, no século XX os grupos de resistência moçambicana ganharam força e promoveram a independência do país. Assim, iniciaram-se as disputas internas pelo poder, que culminaram na guerra civil moçambicana. Sob esse prisma, a presente obra cinematográfica expõe os horrores do conflito armado e as mazelas as quais se encontrava a sociedade, atentando para questões da luta pela sobrevivência, desesperança, fratricídio e brutalidade. Os personagens vivem entre o sonho de um futuro de paz e o anseio pela fuga da realidade. A obra aqui analisada propõe-se a mostrar o passado de um Moçambique inserida em um universo de tristeza e agonia, assim como dispõe-se a resgatar sua história esquecida e construir sua própria identidade. Portanto, este trabalho tem por objetivo refletir o momento histórico apontado e levantar pontos de discussão presentes no fílmico e no contexto histórico.

FORMAÇÃO TERRITORIAL DA MERUOCA INDÍGENA: UM PROCESSO PLURAL(1693-1713)

Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara (Graduanda UVA)

Esta comunicação tem o objetivo de apresentar uma análise sobre a formação histórica da Serra da Meruoca, localizada na região Norte do estado do Ceará, a partir da participação de vários sujeitos tais como, indígenas, africanos, afrodescendentes, pessoas escravizadas e brancos. Para tanto é preciso perceber as alianças e as relações que foram estabelecidas no processo de entrada pelos sertões da Ribeira do Acaraú a partir das primeiras atuações missionárias e formação de um aldeamento, onde atualmente está configurado o núcleo urbano da cidade de Meruoca, entre o final do século XVII e do século XVIII. Além disso, o intuito é analisar de que modo os diversos sujeitos históricos estiveram envolvidos nos processos de formação de missões e de distribuição de sesmarias até a constituição dos sítios, povoações, vilas e cidades. A pesquisa está sendo desenvolvida através da análise crítica e cruzamento de fontes administrativas, eclesiásticas e fontes locais.

A FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DE JACUTINGA (RJ): QUILOMBOS OU PROTOCAMPESINATO ESCRAVO NO MANEJO DA TERRA

João Vitor Hugo Menezes do Nascimento (Graduando UFF)

A pesquisa, sob a supervisão de Márcia Motta como bolsista do INCT PROPRIETAS reúne elementos para destacar a história local do município de Nova Iguaçu, no atual estado do Rio de Janeiro durante o período colonial. Partindo da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga no recôncavo da Guanabara, entre os séculos XVIII e XIX, pretende-se abordar os padrões de ocupação da terra

e mecanismos inerentes a esta. Acreditamos, portanto que, nesta localidade houve a concessão de glebas para servir de moradia para afrodescendentes, cedida por parte de latifundiários, desdobrando-se, assim em um complexo quadro social. O objetivo do trabalho consiste em analisar as relações desenvolvidas entre diferentes grupos sociais, como afrodescendentes e latifundiários com o território, reconhecendo essa sociedade enquanto espaço de conflitos desiguais entre os indivíduos que a compõem. Objetiva-se, ainda averiguar o enlace do corpus empírico com as teorias de um “protocampesinato escravo” ou de atividades campestres efetuadas por quilombolas, objetivando sua subsistência. O procedimento metodológico consiste na pesquisa bibliográfica considerando as obras de memorialistas da história local, que exaltavam os grandes feitos da elite iguaçuana, e de historiadores que buscavam formas de enxergar e compreender os diferentes grupos sociais inseridos na sociedade. Serão abordados, também, teóricos que abordam as distintas modalidades econômicas realizadas por esses afrodescendentes. Como fontes primárias, destacamos: cartas de sesmarias, livros de freguesia, testamentos, processos, entre outros.

NOTAS PRELIMINARES SOBRE O USO DO APARELHO ADMINISTRATIVO PORTUGUÊS PELOS HOMENS DE COR NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (SÉCULO XVIII)

Jonatha Victor Vieira Santos (Graduando UFAL)

O trabalho visa realizar um levantamento dos dados dos documentos avulsos do Arquivo Ultramarino da Capitania de Pernambuco (incluindo a Comarca das Alagoas) no que tange a identificação dos temas que apontam o momento em que a esfera doméstica chega à esfera administrativa. Buscou-se uma categorização dessa demanda através da dicotomia dos órgãos responsáveis pela justiça na América portuguesa durante o século XVIII. Além disso, investigar-se-á a função do Conselho Ultramarino enquanto órgão deliberativo da justiça apropriado pelos homens de cor. As fontes utilizadas para essa análise foi o conjunto de documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino da Capitania de Pernambuco e Comarca das Alagoas, do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e o Arquivo Nacional Torre do Tombo. Realizar-se-á o cruzamento de fontes na busca dos temas centrais da pesquisa.

AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE INDÍGENAS E DONATÁRIOS (PERNAMBUCO, 1534-1560)

Joyce de Araújo e Silva (Graduanda UNICAP)

Viviane Souza de Oliveira (Graduanda UNICAP)

Doadada em 1534 pelo rei D. João III, a capitania de Pernambuco atravessou momentos de paz e calamidade, tanto no governo de Duarte Coelho (1534-1553), quanto no de sua mulher, D. Beatriz de Albuquerque, que comandou a capitania até a posse de seus filhos, em 1560. Nas estratégias de assentamento e desenvolvimento da capitania as alianças estabelecidas com os grupos indígenas foram essenciais nas relações de poder tecidas entre os donatários, colonos e lideranças indígenas. Neste sentido, a presente pesquisa visa identificar e analisar as ações/reações e negociações seladas entre indígenas e colonizadores durante o período em questão, levando em conta os diferentes interesses das etnias e as influências externas à capitania; preocupando-se, ainda, em correlacionar os governos dos donatários, a fim de observar suas continuidades e rupturas. Para isso, serão utilizadas como principais fontes as cartas de Duarte Coelho e a obra do Frei Vicente

do Salvador. Entende-se que através de uma leitura à contrapelo se poderá lançar luzes sobre as relações nem sempre harmônicas entre os agentes em disputa, além de colocar os grupos indígenas e suas escolhas como motores da história.

PERFIL E ATUAÇÃO DOS ALMOTACÉS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE ENTRE 1672 E 1719

KallyanySantayne Pinto da Silva (Graduanda UFRN)

Este banner tem por objetivo analisar o perfil dos almotacés nomeados pela câmara do Senado de Natal no período entre 1672 e 1719 e estudar as ações realizadas por estes na capitania. As atribuições destes referem-se às ações de ordenamento da cidade nos aspectos da construção, controle do mercado e sanitário. Dessa forma, busca-se entender a ação do poder local neste contexto, sobretudo quanto a aspectos que envolvam o gerenciamento da cidade. Além disso, neste período ocorreu a retomada da posse das terras no Rio Grande contra os holandeses na primeira metade do século XVII e o conflito entre indígenas e conquistadores luso-brasileiros, a “Guerra dos Bárbaros”(1687 e 1725). Torna-se, então, necessário entender sobre o cotidiano administrativo da cidade neste período e as relações de poder que envolviam a nomeação dos almotacés. As fontes utilizadas são os Termos de Vereação e o Código de Posturas e Correições do Senado da Câmara de Natal. Assim, pretende-se colaborar com as pesquisas sobre o Rio Grande e para o estudo do período moderno.

FOTOGRAFIA E GÊNERO: A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES AFRICANAS NA 1ª EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA DE 1934

Karla Mesquita (Graduada UFMT)

O presente estudo aborda questões relativas à construção do imaginário europeu sobre o gênero feminino em África. Utilizando recursos imagéticos que foram expostos na 1ª Exposição Colonial do Porto em 1934 e que, posteriormente, foram organizados em um Álbum Fotográfico; portanto, analisou-se a forma como o fotógrafo do império português - Domingos Alvão - retratou essas mulheres, como o corpo feminino foi utilizado como um objeto da propaganda colonial e quais os signos de resistência presentes nessas fotografias. Considerando o contexto histórico e sócio-político do período, o imperialismo e o neocolonialismo foram explorados, além de discutir o conceito de raça e gênero e sua importância diante desta análise.

“- GUAMÁN, ¿QUÉ HACEMOS?": ESTUDO DA OBRA "NUEVA CRÓNICA Y BUENGOBIERNO" DE GUAMÁN POMA, DE 1613, NO PERU HISPÂNICO

Kátia Ruse Câmara de Oliveira (Graduanda UFRN)

O presente trabalho aborda a narrativa de Guamán Poma de Ayala (1535-1619) nativo do Peru central durante a conquista espanhola do Império Inca. Publicada em 1613, a "Nueva Crónica y BuenGobierno", composta por imagens em preto e branco com legendas textuais escritas em uma mistura de quéchua e espanhol, descreve desde a criação do mundo pela cosmogonia cristã até as torturas, mutilações, punições e escravidão sofridas pelos indígenas por parte dos colonizadores espanhóis, com o objetivo de que suas denúncias cheguem ao rei da Espanha, Felipe III. Sua narrativa, que se destaca pela linguagem visual, representa tanto uma individualidade que se impõe discursivamente diante do Império espanhol ao expressar sua posição e reivindicações político-sociais, como a visão nativa e mestiça do contexto histórico da colonização americana. O manuscrito estava entre os documentos salvos após um alagamento ocorrido em uma biblioteca da Dinamarca, em 1908, que a partir de então veio a público. Sendo a edição trabalhada neste artigo a de La Paz, de 1944.

O OLHAR DE TOLLENARE SOBRE AS MISTIÇAGENS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO: UM ESTUDO SOBRE AS "NOTAS DOMINICAIS"

Kayann Gomes Batista (Graduando UFRN/CERES-CAICÓ)

O livro "Notas dominicais tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos anos de 1816, 1817 e 1818", do cronista francês Louis-François de Tollenare, é obra de importância por possibilitar reflexão sobre aspectos da vida cotidiana no território que hoje compreendemos como Nordeste do Brasil, durante os últimos anos do período colonial. O trabalho analisa como, nesse registro de sua passagem pelas antigas Capitanias do Norte, Tollenare se colocou em relação a indivíduos frutos das mestiçagens, como mamelucos, pardos e mulatos, problematizando como o autor os classificou e descreveu. A premissa teórico-metodológica é a discussão sobre os conceitos de "qualidade" e "condição", que, segundo Eduardo França Paiva, foram usados durante o período colonial como forma de distinguir as pessoas no contexto de sociedades do Antigo Regime. Através dos discursos do cronista podemos problematizar ideais e visões, compartilhados no contexto da época, sobretudo, em relação às dinâmicas de mestiçagens na sociedade luso-americana, partindo das reflexões propostas por Eduardo Paiva.

A PECULIAR TRAJETÓRIA DE JOSÉ FERNANDES GAMA: DE PROFESSOR RÉGIO DE GRAMÁTICA LATINA NO PERNAMBUCO COLONIAL A PRISIONEIRO NA ILHA DAS COBRAS NO BRASIL INDEPENDENTE (C. 1790-1823)

Laíse Alves Brandão (Graduanda UFPB)

Esta pesquisa pretende compreender como a trajetória do professor régio José Fernandes Gama se inseriu no contexto colonial marcado pelas Reformas Pombalinas na sociedade luso-brasileira, ainda pouco explorado pelos historiadores da Educação, especialmente no caso de Pernambuco. Durante as reformas de Pombal, iniciadas no intuito de desenvolver o Império e que incluíram a Instrução, para se obter assim um súdito mais útil e devoto à Coroa. Foram expulsos os Jesuítas e a Instrução passou totalmente ao controle do Estado, tanto no ensino superior como nos estudos menores, com a criação do cargo de Diretor de Estudos e das cadeiras avulsas, regidas por professores régios. Em Pernambuco teremos a atuação de Fernandes Gama a partir de 1789, e seu algoz, o Bispo Azeredo Coutinho, como Diretor de Estudos Gerais da capitania. Observando principalmente a trajetória de Fernandes Gama a pesquisa tenta identificar as relações de poder que estavam contidas no âmbito educacional de Pernambuco, e também como a oposição entre o professor régio e o bispo Azeredo trouxe consequências para a instrução local, analisando suas ações para verificar até que ponto elas abalaram a estrutura educacional e o funcionamento das aulas avulsas, especialmente de Gramática Latina. As fontes utilizadas são os documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco (1798/1821) do Arquivo Histórico Ultramarino.

IMIGRANTES AÇORIANAS NA AMAZÔNIA COLONIAL: TRAJETÓRIAS DE VIDA, OFÍCIOS E REDES DE SOCIABILIDADES DAQUELAS QUE PARTIRAM DA ILHA GRACIOSA (1748- 1778)

Larissa Rafaela Pinheiro Alencar (Graduanda UFPA)

O seguinte trabalho tem por perspectivas mostrar os resultados de minha pesquisa realizada na graduação, desde 2015, inserida no projeto “População e Epidemia: Dinâmicas Populacionais na Amazônia e a Epidemia de Sarampo no Grão-Pará (1748-1750)”. Estudarei a Imigração Açoriana para o Grão-Pará e Maranhão em meados do século XVIII, tendo o recorte de 1748 a 1778. Os pontos de análise das trajetórias de vida que irei traçar serão investigados a partir de quatro principais fontes: lista de açorianos embarcados para o Grão-Pará em 1751, 1752 e 1754; devassa da capitania do Grão-Pará em 1764; Mapas das Famílias do Estado do Grão-Pará do ano de 1778 e as correspondências do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Para assim analisar os processos de imigração e povoamento dos ilhéus na Amazônia; o trabalho que exerciam na região; as redes de sociabilidades com os habitantes locais; e as trajetórias de vida, essencialmente das imigrantes mulheres.

A AÇÃO INTELECTUAL DOS ORATORIANOS NO RECIFE OITOCENTISTA

Leonardo Junior do Nascimento (Graduando UFRPE)

Ao tratar da história da educação colonial, a historiografia brasileira tem deixado de explorar um campo importante para o tema, mesmo sendo o principal objetivo dos Oratorianos a missão no sertão pernambucano, os Nérís tiveram uma intensa participação na vida intelectual do Recife oitocentista ao aplicar as novas práticas pedagógicas que sua casa mãe em Lisboa propagava para as suas subordinadas. No início do século XVIII, já instalados no Recife, os Oratorianos passam a se dedicar exclusivamente à educação da sociedade recifense, no convento da Madre de Deus, os Nérís, passam a ministrar aulas de teologia e filosofia para os próprios padres da congregação e na segunda metade do século passam gerir o ensino primário, inferior e superior para alunos externos. O estudo da atuação pedagógica e educativa dos Oratorianos nos permite refletir um pouco mais sobre esse período esquecido e analisar mais profundamente a vida cultural difundida aos recifenses do século XVIII. LIMA, Ebion. A Congregação do Oratório no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

CAPITÃO-MOR JOSÉ DE XEREZ FURNA UCHOA: MARCAS DO PERÍODO COLONIAL NO MUNICÍPIO DE SOBRAL-CE (1773)

Letícia Silva Melo (Graduanda - UVA)

Essa pesquisa tem como objetivo central, mostrar a figura do Capitão-Mor e seus feitos na Vila em 1773 no período do Brasil colonial. Um dos mais antigos moradores do povoado, foi homem de grande influência política e social, conquistando respeito devido seu caráter forte e honradez. Participou de grandes fatos, como, quando o Capitão Antônio Rodrigues, fez a doação do patrimônio da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, José de Xerez Furna Uchoa, então Sargento-Mor, assinara como testemunha do termo de doação. Cabia ao Capitão-Mor a responsabilidade pela função do exercício policial em seu respectivo distrito, sob inspeção geral do governador. Além, de dedicar-se às atividades agrícolas, sendo o pioneiro do café na região. Tendo como análise de pesquisa e estudo, documentos escritos e a Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa, edificação construída em 1772, uma das casas mais antigas da cidade e um Centro de Referência Cultural e Histórica do município, que foi de propriedade do Capitão-Mor.

CÂMARA E MISERICÓRDIA NO MARANHÃO: DUAS FACES DA MESMA CONQUISTA

Liana Rayssa Mota Amorim (Graduanda UEMA)
Janice Machado Neves (Graduanda UEMA)

A presente comunicação trata da importância da Câmara e da Santa Casa de Misericórdia como representantes simbólicas para a conquista do Maranhão. Esta análise é resultado de duas pesquisas distintas, que têm por objetivo entender o papel das instituições na dinâmica de assistência a pobreza no Maranhão Colonial, desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa MAREGRAM\PPG\UEMA. Este Trabalho, porém se detém na questão da utilização dessas

instituições para efetivação da conquista desse território. Ideia subtendida a partir da análise dos verbetes disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino. A Câmara e a Santa Casa de Misericórdia, pois, então serão tratadas como dois pilares da conquista portuguesa no Maranhão por serem as principais instituições que se destacam por meio de seus serviços sociais e administrativos que se relacionam e compõem a imagem representativa da Coroa Portuguesa no Maranhão.

BRITES DE ALBUQUERQUE: A GOVERNANTE

Lidia Euridice de Noronha Silva (Graduanda UFRPE)

A presente pesquisa tem como objetivo contribuir para a desconstrução da imagem tradicional criada em torno da mulher na sociedade colonial. A partir de uma análise da trajetória de Brites de Albuquerque, governante interina da capitania de Pernambuco. Será discutida a figura feminina como sujeito ativo na história, capaz de ocupar posições de poder e propor iniciativas relevantes que contribuam para política e administração. Tendo em vista problematizar também a vida privada dos governadores que deixavam suas casas para ocupar postos coloniais, administrar os interesses do rei e propagar a fé. Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizados documentos referente a genealogia (certidão e diário).

NOTAS SOBRE O PERFIL DOS CONFLITOS E DAS QUEIXAS NA COMARCA DAS ALAGOAS NOS SÉCULOS XVII E XIX

Manuela da Silva Batista (Graduanda UFAL)

O trabalho visa fazer apresentar o levantamento dos dados dos registros de conflitos, queixas e revoltas na Comarca das Alagoas entre 1694 a 1822, contribuindo para a construção de um perfil político dos movimentos sociais eclodidos no território. Além disso, busca-se construir uma linha cronológica das rusgas e queixas com o intuito de identificar os movimentos sociais e compreender as principais revoltas e/o contestações políticas dos grupos locais contra os agentes administrativos régios. Assim, tentar-se-á entender as relações de poder existentes na Comarca das Alagoas. As fontes utilizadas para essa análise serão as produzidas pelo Conselho Ultramarino referente ao avulsos de Alagoas (Projeto Resgate), fazendo um cruzamento com as regiões que pertenciam geograficamente ao território da Comarca das Alagoas.

UMA CARACTERIZAÇÃO DOS POSTOS MILITARES DA CAPITANIA DO RIO GRANDE NA SEGUNDA METADE DO SEISCENTOS

Marcel de Brito Mendes (Graduando UFRN)

Este trabalho pretende analisar o perfil social e econômico dos militares das companhias de infantaria de ordenança do Império Português na Capitania do Rio Grande, no período ou entre os anos de 1650 e 1700. O objetivo dessa pesquisa é compreender quem eram estes homens na sociedade colonial da época, se possuíam sesmarias ou exerceram cargos camarários. Propõe-se relacionar as nomeações de patentes militares com o cabedal e o poder político desses colonizadores a fim de entender quem eram, o que tinham e o que faziam estes militares, além de apontar a localização espacial dessas tropas dentro da capitania. O recorte temporal deste trabalho é a segunda metade do século XVII, levando em consideração o contexto da recente expulsão

dos holandeses e a restauração da capitania no pós-guerra. Pretende-se fazer um cruzamento das fontes, que envolvem as Cartas patentes, que constam na coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional e no Livro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal, os registros de concessões de sesmarias e os Termos de Vereação da Câmara de Natal, para destacar os possíveis padrões entre os postos militares, a posse de terras e os cargos camarários que estes homens possuíam na América portuguesa.

ESTUDO SOBRE A POPULAÇÃO DA POVOAÇÃO DO JARDIM DAS PIRANHAS (SERTÕES DO SERIDÓ, SÉCULOS XVIII-XIX)

Maria Alda Jana Dantas de Medeiros (Graduanda UFRN)

Investiga um perfil dos moradores da povoação do Jardim das Piranhas, gênese do município de Jardim de Piranhas – RN, entre os séculos XVIII e XIX, observando as dinâmicas econômicas, sociais e religiosas dos indivíduos que se fixaram e construíram famílias nas margens do rio Piranhas. Engajado nas proposições teórico-metodológicas da História Regional e Local, bem como, da História Quantitativa e Serial, utilizou fontes sesmarias (cartas de sesmarias concedidas pela Capitania da Paraíba), judiciais (inventários post-mortem relativos à Ribeira do Seridó) e eclesiásticas (livros de assentos religiosos da Freguesia do Seridó), referentes aos séculos XVIII e XIX, para a construção do referido perfil. A aglomeração de pessoas nas proximidades do rio Piranhas, a partir do início do século XVIII, foi um dos pontos primordiais para o processo de territorialização que procedeu a formação da povoação. Viu-se o perfil essencialmente pecuarista de uma pequena comunidade sertaneja, cujos estratos sociais, relações de poder e demais aspectos da vida material e espiritual puderam ser refletidos por meio de minuciosa análise do corpo documental levantado.

O IMAGINÁRIO DOS ÍNDIOS TUPINAMBÁS NA SANTIDADE DE JAGUARIBE: FRAGMENTOS DAS CONFISSÕES E DELAÇÕES INQUISITORIAIS NA BAHIA (1591-1592)

Maria Inês da Silveira Costa (Graduanda FID)
ShamáliaGayl de Sousa Soares (Graduada FID)

A presente investigação, resultado de um estudo mais amplo acerca dos índios tupinambás no século XVI, traz ao cenário historiográfico uma abordagem acerca do universo imaginário desses sujeitos, vinculando-os à Santidade de Jaguaribe e ao papel das confissões inquisitoriais na construção das narrativas que produziram parte da nossa memória histórica, durante a primeira visita do Tribunal do Santo Ofício à Colônia portuguesa, entre 1591 e 1592, na Bahia. A pesquisa tem por objetivo discutir o imaginário dos índios tupinambás através das confissões e delações dos colonos que visitaram e frequentaram um movimento indígena denominado Santidade, que ocorreu na cidade de Jaguaribe, no Recôncavo Baiano. A metodologia que orienta este estudo tem caráter de revisão inicial da literatura produzida, sobretudo, pelos autores Kok (2001), Novinsky (2007), Vainfas (1995, 1997, 2014) e Mott (2010), bem como análise das fontes inquisitoriais disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Inquisição de Lisboa (IL), 1591-1592. Os resultados apontaram alguns aspectos da visão de mundo indígena que, contrapondo-se intensamente à percepção cristã dos inquisidores, explicam o caráter, ao mesmo tempo, grotesco e impetuoso das condenações impostas aos tupinambás. Palavras chave: História. Imaginário Indígena. Santidade de Jaguaribe. Confissões Inquisitoriais.

OCUPAÇÃO DE TERRAS E DISTRIBUIÇÃO DE SESMARIAS ÀS MARGENS DOS RIOS GROAÍRAS, MACACO E JACURUTU, REGIÃO NORTE DO CEARÁ, SÉCULO (XVIII)

Maria Malena Paiva Mesquita (Graduanda UEVA)

Esta comunicação vem propor a apresentação dos resultados da pesquisa para elaboração de trabalho de conclusão de curso, que tem o objetivo e analisar o processo de ocupação de terras e distribuição de sesmarias nos afluentes da ribeira do Acaraú, região norte do Ceará. A intenção é compreender a atuação dos sujeitos históricos no processo de conquista das terras, problematizando também a existência de conflitos nestes espaços. Para além disso, visualizar as relações políticas, sociais e econômicas, buscando contribuir para a renovação da historiografia cearense na medida em que propõe outra interpretação acerca do processo de ocupação da capitania do Ceará Grande, a partir da região que cerca os rios Groaíras, Jacurutu e Macaco que foram caminho para a conquista e povoamento de locais como Sobral, Groaíras e Santa Quitéria. Serão investigados os livros de sesmarias, inventários e testamentos de proprietários da região, documentos avulsos da Capitania do Ceará, livros de Registros de Criações e Plantações de Sobral e estudo do Remanejamento da Zona Norte do Ceará.

REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO: UM MAPEAMENTO DOS PROCESSOS INQUISITORIAIS CONTRA AS MULHERES NO ANO DE 1593

Marília Carolina Carneiro de Oliveira (Graduanda UPE)

As mulheres, enquanto construtoras da América portuguesa, têm sido redescobertas pela Pesquisa Histórica. Os últimos vinte anos foram de extremo avanço na produção de pesquisas que buscaram descortinar as vivências e representações das, e sobre, as mulheres, no chamado período Colonial Português. Carecemos, ainda, de trabalhos que problematizem as fontes inquisitoriais na capitania de Pernambuco, buscando compreender como as mulheres são descritas, ou falam de si, nessa densa documentação. Optamos aqui por analisar as mulheres que foram processadas pela Inquisição, tentando, por meio das falas contidas nessa documentação, compreender um pouco das vivências e representações da época. O objetivo do trabalho foi analisar alguns processos inquisitoriais sofridos por mulheres na capitania de Pernambuco no ano de 1593, especificando três. O processo de Inês de Brito acusada do crime de proposição herética, o de Leonor Pires acusada de blasfêmias, e por último, o de Marta Fernandes acusada de bigamia. Portanto, a representação do feminino, em fins do século XVI, será por nós problematizado nos textos das denúncias e processos das personagens citadas.

IRMANDO OS PASSOS NESTE CHÃO: ANÁLISE DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA RIBEIRA DO TOTORÓ, SERTÕES DO RIO GRANDE DO NORTE, SÉCULO XVIII

Matheus Barbosa Santos (Graduando UFRN)

Investiga as dinâmicas sociais de populações que se instalaram ao longo do século XVIII na Ribeira do Totoró. Metodologicamente partiu de revisão historiográfica, análise e transcrição de inventários post-mortem – principal corpo documental da pesquisa, no qual é possível ter acesso ao universo social, econômico e das relações de poder das populações assentadas, que foi cruzado com registros paroquiais da Freguesia do Seridó. Partiu do pressuposto de que a territorialização da Ribeira do Totoró não envolveu apenas famílias luso-brasílicas, mas, também, os cativos das unidades produtivas. Efetuou-se o cruzamento de dados entre fontes judiciais e eclesiásticas relativas à Ribeira do Seridó dos séculos XVIII e XIX, afim de investigar as relações espirituais e de sangue destes indivíduos. Utilizando pressupostos da História Quantitativa e Serial. As pessoas que fizeram morada e legaram suas famílias na Ribeira do Totoró, partindo do que foi analisado, contribuíram para a territorialização do espaço por meio das vivências econômicas na pecuária e das práticas religiosas católicas, contribuindo para a formação do que hoje corresponde ao município de Currais Novos.

PROPRIEDADE CONDICIONAL E MORGADIO NA AMÉRICA PORTUGUESA

Micael Nicolas Henderson Rodrigues e Moura (Graduando UFRN)

O banner pretende apresentar os resultados parciais da investigação sobre direitos de propriedade na América Portuguesa, que estão sendo realizadas no âmbito do LEHS da UFRN. O interesse pela temática surgiu a partir do estudo dos “conflitos de terra” na América Portuguesa, em que restou aparente a contínua luta de um instituto com raízes medievais para “sobreviver” à época moderna e às circunstâncias da expansão ultramarina. O objetivo geral é compreender de que forma o morgadio era entendido nas relações jurídicas que ligavam o homem à terra, num contexto em que o direito de propriedade tinha quase sempre uma natureza precária/condicionada. Espera-se identificar as modificações do instituto decorrentes de sua “migração” do Reino para o continente americano e dos crescentes cerceamentos impostos pela Coroa. O recorte temporal escolhido são os séculos XVII e XVIII, por compreender o Período Pombalino, quando foram instituídas diversas cartas régias que modificaram os contornos do morgadio. O estudo basear-se-á na publicação do relatório da missão do frade capuchinho Martin de Nantes, de 1706, e em documentos manuscritos, como cartas de doação e representações dirigidas à Corte.

POBREZA E PROPRIEDADE DE TERRA NA CAPITANIA DO MARANHÃO COLONIAL (1769 – 1799)

Osmarina Duarte Santos Costa Neta
(Graduanda em História UEMA/PIBIC)

Este trabalho pretende refletir as situações de pobreza na capitania do Maranhão, a partir de dois critérios, a saber: a propriedade da terra e a mão de obra, no processo de distribuição de Sesmarias

entre o período de 1769 – 1799 a fim de procedermos a uma tipologia das situações em que a terra e a pobreza estejam direta ou indiretamente associadas. A metodologia de trabalho consistirá na análise dos Ofícios emitidos pelas autoridades locais, extraídos do Catálogo dos Documentos Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Esta proposta visa situar sobre alguns avanços nos estudos em torno da temática terra e pobreza na capitania do Maranhão, no referido período frisando algumas considerações a respeito dos critérios estabelecidos pelo sistema de Sesmarias para o processo de demarcações e concessões de terra, as concepções de pobreza e do ser pobre no período colonial da América Portuguesa e a caracterização desta pobreza na capitania do Maranhão.

GEOPOLÍTICA IBÉRICA E A MEDIDA DO MUNDO: O PAPEL DA ESPANHA NA MISSÃO GEODÉSICA DE QUITO (1735 E 1746)

Patrícia dos Santos de Carvalho (Graduanda UNESP)

Este é um trabalho de investigação sobre a participação da Espanha na missão geodésica organizada pela L'Académie Royal de Science de Paris em 1735 para medir a distância de um arco de meridiano e determinar a consequente forma da Terra. Os trabalhos desta missão científica ocorreram a partir de Quito, antigo vice-reinado do Peru. Na esfera ibérica o saber científico, especialmente o de caráter geográfico, foi além da ciência e se assimilou às disputas por soberania territorial entre as duas Coroas. Almejando legitimar suas posses territoriais na América pela ciência, Portugal enviou em 1729 ao Brasil uma missão de Padres Matemáticos para realizar medições de longitude e elaborar mapas, o que pode ter estimulado a França, que se colocava na condição de árbitro dos conflitos territoriais ibéricos, a organizar a missão geodésica de Quito e mesmo o tipo de atuação dos marinheiros de Espanha, Jorge Juan e Antonio de Ulloa, nos trabalhos de medição. Importa-nos aqui pensar a relação do vice-rei José Antonio Mendoza e demais autoridades locais com os cientistas espanhóis e com toda a missão em si, analisando possíveis controvérsias e suportes fornecidos pelo governo vice-reinal à expedição, bem como supostos atritos do governo com os integrantes da missão, em especial com os cientistas espanhóis.

CLERO REGULAR E CABEDAIIS: O PATRIMÔNIO DOS RELIGIOSOS E AS DOAÇÕES DOS LEIGOS

Pedro Henrique de Assunção Trigueiro (Graduando UFRN)

Na sociedade colonial, padres e demais clérigos deveriam possuir algum tipo de cabedal para poder se ordenar e serem bem relacionados dentro da sociedade, fazendo-se necessária a obtenção de posses por parte dos presbíteros, sendo diversas dessas conquistas vindas de doações dos leigos. Na coleção "Documentos Históricos da Biblioteca Nacional", datados da primeira metade do século XVIII, encontram-se exemplos e motivos dessas cessões e como se mostravam as demais aquisições por parte dos eclesiásticos na Capitania da Bahia. Este trabalho, portanto, tende a mostrar as motivações dos leigos para doar seu patrimônio as ordens religiosas.

O SABOR DO PROFANO: REPRESENTAÇÕES DEMONÍACAS NA ORDEM TERCEIRA CARMELITA DO RECIFE

Rafael Lima Meireles de Queiroz (Graduando UNB)

O objetivo desta pesquisa é realizar uma análise iconológica de três painéis alegóricos referentes à hagiografia de Santa Teresa d'Ávila, confeccionados por João de Deus e Sepúlveda para a Igreja da Ordem Terceira do Carmo do Recife, no século XVIII. Os painéis produzidos por este artífice podem ser entendidos como uma eternização alegórica das experiências metafísicas vividas por Santa Teresa, feita através da representação física do intangível. Isto posto, neste texto buscar-se-á compreender o papel desempenhado pelos painéis da Igreja da Ordem Terceira do Carmo do Recife que apresentam retratações alegóricas de figuras demoníacas e quais as significações e utilizações práticas que tais representações podem assumir no contexto de sua produção.

MULHERES CRISTÃS-NOVAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO EM FINS DO SÉCULO XVI

Raiany Ferreira da Silva (Graduanda UPE)

O objeto da pesquisa são as mulheres cristãs-novas que se estabeleceram na Capitania de Pernambuco entre os anos 1580-1630. Período esse marcado por intensa movimentação e estabelecimento de cristãos-novos, descendentes judeus que haviam sido convertidos ainda em Portugal à religião católica. Com base nisso, estão sendo desenvolvidas análises a cerca da inserção dessas mulheres em redes matrimoniais, tendo em vista, o medo existente da mácula de sangue, pôde-se observar que essa preocupação foi deixada em segundo plano, cedendo lugar a uma necessidade imediata, o pequeno número de mulheres brancas existente na colônia. Para melhor organização da pesquisa estão sendo montadas tabelas através dos registros de denúncias e suspeitas. No que concerne às fontes é basilar a análise da documentação gerada pela Primeira visitação do Santo Ofício às partes Brasil, que teve como propósito central investigar as práticas judaizantes em Pernambuco. Até o momento realizadas leituras bibliográficas sobre mulheres, gênero e inquisição na colônia, bem como criadas categorias analíticas para as denúncias e confissões.

A MULHER DE CLASSE SUBALTERNA E AS RELAÇÕES CONCUBINARIAS NO PERÍODO COLONIAL

Raylane Ramos Gomes (Graduanda UFMA)

O presente trabalho tem como objetivo investigar as formas de interação social das mulheres de classes subalternas dentro da colônia e o concubinato como um espaço em que exercitavam sua afetividade. Para tanto, tal trabalho consistiu em uma revisão bibliográfica, e através de análise da bibliografia especializada pôde-se conhecer os processos de resistência e adaptações dessas mulheres ao programa católico moralizador. Tendo em vista que o concubinato se configurava como um pecado-crime com penas previstas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Podendo assim, compreender as lutas dessas mulheres para vencer as adversidades da vida na colônia e resistir a tentativa de homogeneização moral e de costumes implementada

pela Igreja católica ao mesmo tempo em que vislumbramos como as autoridades eclesiásticas tratavam esses casos de transgressão.

UMA REPRESENTAÇÃO ALEGÓRICA NOS JARDINS ESPIRITUAIS DE FRUTAS DO BRASIL: UMA VISÃO SOBRE O NOVO MUNDO

Rebeca Capozzi (Graduanda FAPESP)

Ascética Monarquia Consagrada à Santíssima Senhora do Rosário (1702), escrita por Frei Antônio do Rosário (1647-1704). Essa obra é considerada de cunho político-religioso e contempla assuntos sobre a natureza física, moral e espiritual brasileira. Contém três parábolas intituladas: Parábola primeira, Parábola segunda e Parábola terceira respectivamente, além dos documentos de censura, o Prólogo do Autor e outros documentos escritos por Rosário, como os Índice dos Lugares da Escritura e Índice das coisas Notáveis. As três parábolas que a obra abarca são destinadas a alegorizar a flora brasileira, através de trinta e seis frutas que Antônio do Rosário seleciona para transpor características dos três Estados do império português e sua monarquia às características físicas das mesmas frutas e da própria natureza do Brasil. Através de sua narrativa, de caráter alegórico, o autor sugere a edificação de uma monarquia ascética - uma espécie de monarquia católica construída pelas metáforas e alegorias que Rosário escreve ao longo de sua obra.

OS TENTÁCULOS DO SANTO OFÍCIO E A DEMONOLOGIA: OS VÁRIOS TIPOS DE FEITIÇARIA E ADIVINHAÇÃO DE QUIMBANDA NA CAPITANIA DO RIO GRANDE NO SÉCULO XVIII

Rodrigo Santos do Nascimento (Graduando UFRN)

Presente na cultura popular dos colonos europeus, sobretudo dos religiosos, o Diabo era o inimigo pessoal de cada um desses evangelizadores, e de todos aqueles que o perseguiram e combatiam. Durante a maior parte da Idade Média, sobretudo no século XIV, a Igreja Católica encontrava-se ameaçada diante de práticas heréticas, precisamente de feitiçaria, que eram de imediato associadas ao demônio. Logo, esse temor foi formulado em um corpo doutrinário que ficou conhecido como demonologia. No século XVIII, a fim de combater as heresias presentes na colônia portuguesa, a Igreja agia por meio de visitas periódicas a fim de manter o controle no cotidiano das pessoas, recolhendo denúncias que poderiam virar processos inquisitoriais. Dessa forma, as visitas contribuíam para preservar a dogmática ordem por todo Brasil, sendo o foco desta pesquisa, na Capitania do Rio Grande. A partir disso, este trabalho tem por objetivo discutir e entender a demonologia na Capitania do Rio Grande durante o século XVIII, com base nos relatos encontrados na documentação inquisitorial, que se referem à feitiçaria, principalmente, a adivinhação de Quimbanda. Partindo desse princípio, busca-se verificar quais os tipos de feitiçaria que mais aparecem nesses relatos, e em seguida, como a prática da Quimbanda era vista pelos denunciadores, por meio da perspectiva de influência europeia deles que baseava estas visões. Ainda, pretende-se mostrar como a tensão entre o poder de Deus e do Diabo estava viva na Capitania do Rio Grande.

AS INFRAÇÕES DE POSTURAS DO RIO GRANDE: GUARAÍRAS E GOIANINHA (1707-1745)

Sarah Karolina Sucar Ferreira (Graduanda UFRN)

Este trabalho tem como objetivo analisar como o Senado da Câmara da Cidade de Natal agia perante as pessoas que não cumprissem os editais de posturas e quais delas eram as mais infligidas. Os camarários da cidade do Natal eram responsáveis por gerenciar toda a capitania, pois era a única municipalidade na capitania até o ano de 1759. Foram escolhidas as regiões do Aldeamento de Guaraíras e a Ribeira de Goianinha na Capitania do Rio Grande no período de 1707 a 1745. Pretende-se analisar quais regras eram mais desrespeitadas nessa região, e como a Câmara agia para punir os contraventores. Além de perceber se as condenações estavam de acordo com as posturas camarárias, pretende-se, por fim, identificar quais as mudanças ou continuidades dessas normas locais durante o período analisado. As fontes utilizadas são as cartas de sesmarias e os registros paroquiais, Termos de Vereação do Senado da Câmara de Natal, e a principal fonte utilizada para essa pesquisa é o Livro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara.

POBREZA E EDUCAÇÃO NO ESTADO DO MARANHÃO COLONIAL (1700-1780)

Sterlany Rosangela Santos Ribeiro (Graduanda UEMA)

Este projeto intitulado de Pobreza e Educação no Estado do Maranhão Colonial (1700-1780) tem por objetivo compreender como se dava o estabelecimento de uma política educacional voltada para elite colonial numa sociedade marcada por um quadro de pobreza, para posteriormente identificarmos os considerados pobres desse período para avaliarmos se receberam algum tipo de educação. A primeira fase consistiu nos estudos historiográficos sobre a temática educação e pobreza no Maranhão, posteriormente nos debruçamos nas investigações no Arquivo Público do Maranhão (APEM) e nas pesquisas no Catálogo dos documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Seleccionamos e transcrevemos todos os verbetes documentais que tratavam da temática educação e pobreza que consideramos relevantes para o desenvolvimento da pesquisa. Este trabalho almeja contribuir com as pesquisas relacionadas à educação e pobreza no Maranhão no período colonial, mais precisamente o século XVIII. Acreditamos que esta pesquisa contribuirá de forma positiva com a historiografia maranhense, devido a pouca exploração do tema no estado. Palavras chaves: Educação, Pobreza, Estado do Maranhão Colonial.

ENTRE OSCURRAISE A CÂMARA: MODIFICAÇÕES NO PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO SOCIAL DE UMA ELITE SERTANEJA NA FORMAÇÃO DA VILA DO PRÍNCIPE, 1775-1788

Tatiane Eloise da Silva (Graduada UFRN)
Muirakytan Kennedy de Macêdo (Orientador)

Este trabalho tem como objetivo compreender o processo de formação da elite local na Ribeira do Seridó a partir da expansão pecuarista e as modificações no processo de legitimação social dessa mesma elite no período da instalação da Vila do Príncipe entre os anos de 1776 e 1788.

Com o expressivo aumento da população e do volume da produção pecuarista no século XVIII, após a etapa inicial da ocupação colonial da Ribeira, foi instituída uma nova organização espacial e jurisdicional: a Vila do Príncipe e a Câmara Municipal. Essa formatação camarária desempenhou um papel normatizador e inaugurou ali novas formas de legitimação da elite local. A análise empreendida nesse estágio da pesquisa partiu da documentação presente no IHGRN que compreende um livro de patentes militares de 1769 a 1811, o registro de dízimos reais de 1783 a 1785, dois livros de notas de 1792 a 1802 presentes no CC, 1º CJ e por fim o Volume XL dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, documentos estes que nos possibilitaram delinear o perfil desses primeiros sujeitos que compuseram a Câmara. Como hipótese inicial, percebemos que neste contexto sócio-econômico no século XVIII, amplia-se a representatividade política da Ribeira na capitania, abrindo espaço para a instalação da Vila do Príncipe em 1788 e para a modificação nas formas de legitimação social da elite local.

O HUMANISMO NA GUERRA: A CARTA DO JESUÍTA FRANCISCO DE MATOS, DE 04 DE AGOSTO DE 1701

Vyctor José da Silva Nogueira (Graduando UFRN)

Trata-se de uma reflexão inicial sobre a constituição histórica de uma sociedade marcada pela desigualdade e violência na América portuguesa nos séculos XVII e XVIII durante a Guerra dos Bárbaros (1650-1720), uma das mais importantes rebeliões indígenas que teve um de seus focos no sertão da Capitania do Rio Grande. Considerando que a narrativa presente na correspondência missionária jesuítica, uma das forças atuantes no conflito, é reflexo do Humanismo cristão, nosso objetivo é examinar a correlação entre os grupos indígenas e as demais forças coloniais respondendo às seguintes questões: como ela expressa o contexto dos conflitos e a como se deu a participação dos indígenas no processo de colonização. A partir da Carta de P. Francisco de Matos, da Baía, de 04 de agosto de 1701 aplicamos os seguintes critérios de análise: a posição do autor diante Estado, sociedade, classes sociais, Igreja e religião a partir dos quais procuramos entender a quem sua narrativa se opõe e quais os motivos o levam a escrevê-la.

VIUEZ: CAMINHOS E TRAJETÓRIAS DE TRANSMISSÃO PATRIMONIAL ATRAVÉS DE HERANÇAS NOS OITOCENTOS

Yasmin Hashimoto Tonini (Graduanda UFF)

O trabalho desenvolvido no âmbito da bolsa de IC do INCT Propriedade sob supervisão da Profa. Dra. Marina Machado recupera a nítida escassez teórica da discussão em torno do tema que abrange a História das Mulheres e a História da Família, considerando o lugar da viúva nos processos judiciais e seu direito à propriedade da terra. Processos que envolviam conflitos fundiários envolvendo mulheres que se tornavam beneficiárias, apenas por encontrarem-se no lugar de viúvas, e o litigante, geralmente, indivíduos próximos à família, que questionavam a legitimidade da propriedade transmitida às mulheres, valendo-se do aparato jurídico de que dispunham.

